



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2017

Quinta-feira - 16 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Governador Celso Ramos	191	Ponte Serrada	464
Água Doce	4	Grão Pará	192	Porto Belo	465
Anchieta	5	Guaraciaba	195	Porto União	469
Arabutã	6	Guaramirim	202	Pouso Redondo	471
Arroio Trinta	8	Guarujá do Sul	204	Presidente Castello Branco	472
Ascurra	16	Herval d'Oeste	208	Presidente Nereu	473
Atalanta	17	Ibiam	209	Princesa	475
Balneário Piçarras	18	Ilhota	212	Rio do Sul	476
Balneário Rincão	19	Imbituba	213	Romelândia	488
Barra Bonita	20	Indaial	214	Salto Veloso	489
Barra Velha	23	Iomerê	217	Santa Cecília	492
Benedito Novo	24	Ipumirim	219	Santa Terezinha do Progresso	493
Biguaçu	25	Irineópolis	264	São Bento do Sul	494
Blumenau	28	Itaiópolis	291	São João do Oeste	499
Bom Jesus do Oeste	38	Itapema	292	São Joaquim	500
Bom Retiro	39	Itapiranga	293	São José	511
Botuvera	45	Itapoá	296	São Lourenço do Oeste	514
Braço do Trombudo	46	Ituporanga	309	São Miguel do Oeste	515
Brusque	47	Jacinto Machado	310	São Pedro de Alcântara	516
Caçador	53	Jaraguá do Sul	314	Schroeder	518
Camboriú	66	Joaçaba	332	Seara	526
Campo Alegre	68	Lages	341	Serra Alta	527
Campo Erê	75	Laguna	342	Siderópolis	530
Campos Novos	77	Lauro Muller	346	Sul Brasil	531
Canelinha	79	Leoberto Leal	348	Tigrinhos	534
Canoinhas	80	Lontras	349	Timbé do Sul	535
Capinzal	106	Luzerna	350	Timbó	536
Catanduvas	111	Macieira	351	Três Barras	540
Celso Ramos	112	Mafrá	352	Treze Tilias	541
Chapadão do Lageado	114	Maravilha	354	Trombudo Central	542
Cocal do Sul	115	Massaranduba	355	Tunápolis	543
Concórdia	119	Meleiro	361	União do Oeste	544
Cordilheira Alta	141	Modelo	364	Urussanga	545
Correia Pinto	142	Monte Carlo	425	Vargeão	547
Corupá	149	Morro da Fumaça	426	Vargem Bonita	548
Curitibanos	150	Navegantes	430	Vidal Ramos	556
Dionísio Cerqueira	159	Nova Trento	432	Videira	557
Ermo	160	Orleans	436	Vitor Meireles	560
Faxinal dos Guedes	161	Otacílio Costa	438	Xanxerê	561
Flor do Sertão	164	Palhoça	439	Xavantina	568
Forquilha	165	Palmitos	450	Xaxim	574
Fraiburgo	169	Papanduva	451		
Frei Rogério	178	Paulo Lopes	456		
Garopaba	179	Penha	458		
Garuva	184	Pinheiro Preto	461		
Gaspar	190	Pomerode	462		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2017

Quinta-feira - 16 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMAI 581

Consórcios

AGIR 583

ARIS 583

CIGA 584

CIS/AMMVI 584

Abdon Batista

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2016

O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA □ SC realiza Chamada Pública nº 02/2016 para Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC. Os agricultores deverão apresentar a documentação prevista artigo 27 da Resolução FNDE nº 26/13, para habilitação e Projeto de Venda até o dia 20/07/2016, às 14:00hs, na Prefeitura Municipal, localizada na RUA JOAO SANTIN – ABDON BATISTA SC – Telefone (049) 3545-1133, email: compras@abdonbatista.sc.gov.br

Os quantitativos e gêneros alimentícios estão disponível na página da Internet: <http://abdonbatista.sc.gov.br>

Abdon Batista 15 de junho de 2016.

Lucimar Antonio Salmoria

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 05/2016 FDS

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 05/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA PACIENTES DA UNIDADE BASICA JOSE MOCELIN DE ACORDO COM MEDIDA JUDICIAL.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 30/06/2016. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 15 de junho de 2016.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 74/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 85/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 74/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS CONFORME CONTRATO Nº 1.033.096-74/2016 MAPA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 30 de junho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 14 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 86/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MARMITA Nº9 PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 04 de julho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 14 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 76/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 87/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 76/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO PARA COLOCAÇÃO DAS RUAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO.

TIPO :Menor preço por item.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 01 de julho de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 14 de junho de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 155/2016

PORTARIA Nº 155/2016 de 14 de junho de 2016
"NOMEAR SERVIDORA PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DO CEA – CENTRO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear RAQUEL HEBERLE, inscrita sob CPF 006.989.399-30, para ocupar o cargo de Diretora do CEA – Centro de Educação de Adultos, a partir de 13/06/2016, conforme solicitação da Secretaria responsável.

Artigo 2º A servidora já responde como Diretora do PRODERAD, com adicional de 30%, portanto passará a receber adicional de 40% conforme prevê a Lei Complementar 096/2015 de 29/05/2015 devido o número de alunos na acumulação das diretorias.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de junho de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 156/2016

PORTARIA Nº 156/2016 de 14 de junho de 2016
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CARATER TEMPORÁRIO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de Raquel Christina da Costa Schapanski da Silva, referente ao cargo em caráter temporário de Enfermeiro – 40 horas, conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de junho de 2016

Novelli Sganzerla	Camila Raquel Macagnan
Prefeito	Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 41/2016
PREGÃO PRESENCIAL 25/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 41/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 25/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de tubos e derivados de concreto, o qual será processado e julgado no dia 27 de junho de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de junho de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 42/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 42/2016
PREGÃO PRESENCIAL 26/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 42/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 26/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de serviços de conserto de calçamento, calçadas e passeios públicos, meio-fios e bocas de lobo, o qual será processado e julgado no dia 28 de junho de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 15 de junho de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS - 013_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 013/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014 e Decreto 8.538/2015, para Registro de preço para Aquisição de medicamentos para livre distribuição gratuita e uso nos atendimentos realizados pelos profissionais no ambulatório aos pacientes atendidos na UBS do Centro e João Café Filho, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 30/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de junho de 2016.
Magli Gisele Roscete
Gestora do FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 031_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 031/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando à Aquisição de sêmen bovino e materiais para uso no programa de inseminação artificial no atendimento dos agricultores do município de Anchieta por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 30/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de junho de 2016.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 032_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 032/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de ar condicionado, computadores e moveis para as escolas municipais do Ensino Fundamental e Infantil da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Pago com recursos do Salário Educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 01/07/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de junho de 2016.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA 002 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 36/2016

ATA 002

Processo Licitatório nº. 36/2016 – Pregão nº 25/2016

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio reuniram-se para verificar a documentação, conforme exigido no item 9.4 do Edital, pela empresa vencedora, sendo que a mesma cumpriu com a exigência.

Assim, entendemos que se encontram satisfeitas as condições para que se viabilize a homologação/adjudicação do certame licitatório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 15 de junho de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

HOMOLOGAÇÃO Nº. 36/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2016 - PR Processo Administrativo: 37/2016 Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 19/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2016
b) Licitação Nr.: 25/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/06/2016
e) Data da Adjudicação: 15/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

CONSTRUTORA UNIAO LTDA (8025)

1	Trator de esteira, ano 2012 (mínimo), com lâmina de capacidade	HS	600,00	0,0000	220,00	132.000,00
2	Escavadeira Hidráulica, ano 2012(mínimo), sobre esteira, com	HS	1.200,00	0,0000	220,00	264.000,00
Total do Fornecedor:						396.000,00
Total Geral:						396.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 15 de Junho de 2016.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1751

DECRETO Nº 1751, de 13 de maio de 2016.
Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo no dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira), em todas as repartições públicas Municipais.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução do presente decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de maio de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1752

DECRETO Nº 1752, de 20 de maio de 2016.
Nomeia Membros para o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1601 de 28/09/2012,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os seguintes servidores efetivos para a composição do Comitê de Investimentos do IPREARROIO, instituído em conformidade com a determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM nº 519/2011, acrescido pela Portaria MPS nº 170/2012 e a Lei Municipal nº 1601/2012:

I – o Diretor-Executivo do IPREARROIO: Michel Junior Serighelli;
II - o Tesoureiro do IPREARROIO: Vânia Ferronato Campagnin;
III – na condição de membro indicado pelo Conselho Administrativo, dentre seus membros: João Marcos Ferronato.

§1º. Os membros do Comitê de Investimentos não perceberam remuneração de qualquer espécie.

§2º. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos:
I – será de três anos para os membros indicados, nos termos do inciso III do caput deste artigo;
II – será pelo período em que estiverem nomeados na condição de efetivos com atribuições no IPREARROIO, os membros indicados nos incisos I e II do caput.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 20 de maio de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1753

DECRETO Nº 1753, de 08 de junho de 2016.
Nomeia Comissão Permanente de Licitações do Município de Arroio Trinta – SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal Permanente de Licitações do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, para o período de 08 de junho de 2016 a 07 de junho de 2017, composta pelos seguintes membros:

BRUNO BERTHA - PRESIDENTE
RONIVAN BRANDALISE - SECRETÁRIO
TAISE MARTA PAZIN - MEMBRO

Art. 2º São atribuições da Comissão Municipal Permanente de Licitações as outorgadas legalmente pela Lei nº 8.666/93 com nova redação dada pela Lei nº 8.883/94.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1608/2014.

Arroio Trinta – SC, 08 de junho de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1754

DECRETO Nº 1754, de 08 de junho de 2016.
Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e atendendo o disposto na Lei Federal nº 10.520/02,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor municipal BRUNO BERTHA, para desempenhar a função de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Art. 2º A Equipe de Apoio será composta pelos servidores, Thaise Marta Pazin, Gizeli Maffioletti e Geraldo Pedro Perazzoli.

Art. 3º Quando necessário, o Pregoeiro poderá requerer funcionário ou informações de qualquer setor da Prefeitura Municipal e de suas Secretarias.

Art. 4º Fica assegurado ao Pregoeiro a faculdade de convocar elementos técnicos, para assessoramento e emissão de pareceres em

assuntos específicos.

Art. 5º As decisões do Pregoeiro serão homologadas pelo Prefeito Municipal de Arroio Trinta.

Art. 6º Este Decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1699/2015.

Arroio Trinta – SC, 08 de junho de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1755

DECRETO Nº 1755, de 08 de junho de 2016.

Nomeia Comissão Permanente de Fiscalização e acompanhamento das Obras Licitadas de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Obras Licitadas de Responsabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, composta pelos seguintes membros:

1. SINVAL LEGNANI
2. NESTOR MOZENA
3. FLAVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA
4. SANTO CLAUDIR DA SILVA
5. VILMAR MIOTELLI
6. DARCI DA SOLER
7. FERNANDO ANDRÉ MANENTI

Art. 2º São atribuições da Comissão de Fiscalização e acompanhamento de que trata o caput deste Artigo, as outorgadas legalmente pela Lei nº 8.666/93 com nova redação dada pela Lei nº 8.883/94, em especial o acompanhamento de todas as fases das obras Licitadas e de responsabilidade pela Prefeitura Municipal, tais como:

- a) Fiscalização do local da obra;
- b) Análise da qualidade de todos os materiais de construção, utilizados nas obras;
- c) Análise da qualidade dos Serviços prestados pela empresa contratada, desde as fundações até o acabamento;
- d) Análise dos Boletins de medição e diários da obra, quando necessário;
- e) Realizar relatórios referentes ao andamento das obras;
- f) Requerer ao Executivo, tomada de providências, quando as obras não estiverem sendo executadas conforme especificado nas licitações.

Art. 3º A comissão a que se refere este Decreto, terá poderes para emitir pareceres, e juntamente com a Comissão Especial de Licitações e Poder Executivo, recusar qualquer material ou serviço que esteja em desacordo com os descritos no Edital de Licitação e seus anexos ou em desacordo com as normas da construção Civil.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de junho de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

LEI Nº 1771

LEI Nº 1771, de 25/05/2016.

Inclui ação no PPA, LDO e LOA e abre crédito adicional especial.

ALCIDIR FELCHILCHER, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar o Plano Plurianual/PPA 2014-2017, Lei no 1.640, de 22 de agosto de 2013; a Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO para o exercício financeiro de 2016, Lei no 1.753, de 30 de outubro de 2015, mediante inclusão da ação "1.15 – Ampliação da Capela Mortuária" no programa 8 – Assistência Social; e inclui na Lei Orçamentária Anual/LOA para o exercício de 2016, Lei no 1.757, de 04 de novembro de 2015, através de crédito adicional especial, a rubrica orçamentária descrita abaixo:

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2000.2006.8.122.5.1.15 AMPLIAÇÃO CAPELA MORTUÁRIA

44900000-0164 Aplicações Diretas R\$ 62.475,67

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 62.475,67

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º desta lei, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 62.475,67 (Sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), por conta do excesso de arrecadação relativo ao Convênio Proposta Transferência 0000017703, na Fonte 0164 – Transferência de Convênio do Estado.

Art. 3º Esta lei entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 25 de maio de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 25 de maio de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável Secretária de Administração

PORTARIA Nº 146

PORTARIA Nº 146, de 18/05/2016.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir ao Servidor Municipal GIOVANI JUCIMAR NAVA, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF sob nº 069.494.689-38, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 20/05/2016 a 03/06/2016.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença Tratamento de Saúde da Servidora Efetiva Glaucia Appi Betinelli.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 18 de maio de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147

PORTARIA Nº 147, de 31/05/2016.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Servidora Municipal NEIDE MARIA GEMELI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 386.080.069-87 e Identidade nº 861.374, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR - GRADUAÇÃO, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45 as 11:45 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/06/2016 à 26/08/2016.

Parágrafo único - A contratação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Denise Schuller.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 31 de maio de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148

PORTARIA Nº 148, de 31/05/2016.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Servidora Municipal JULIANA CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 077.610.649-03 e Identidade nº 5.585.498, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR - MAGISTÉRIO, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/06/2016 à 26/08/2016.

Parágrafo único - A contratação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Denise Schuller.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 31 de maio de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149

PORTARIA Nº 149, de 01/06/2016.

Torna sem Efeito Portaria que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria nº 295/2015 que "Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências", a partir do dia 01 de junho de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150

PORTARIA Nº 150, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, MANOEL WANDERLEI DE MORAIS, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3 (um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151

PORTARIA Nº 151, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LODOMIR ROBERTO WARTHA, brasileiro, divorciado, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 152

PORTARIA Nº 152, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, BRUNO BERTHA, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 153

PORTARIA Nº 153, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ODETE MARIA DEITOS, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 154

PORTARIA Nº 154, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155

PORTARIA Nº 155, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, TAISE MARTA PAZIN, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156

PORTARIA Nº 156, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, DAIANE

CRISTINA PEDROSO, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/06/2015 à 01/06/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157

PORTARIA Nº 157, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, IVETE RIBEIRO DE FREITAS, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2015 à 02/03/2016, e gozo das mesmas no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158

PORTARIA Nº 158, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, GILSON FRIEBEL, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2015 à 03/06/2016, e gozo das mesmas no período de 03/06/2016 a 02/07/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159

PORTARIA Nº 159, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, LIDIO AUGUSTINHO DALAZEM, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2015 à 03/06/2016, e gozo das mesmas no período de 03/06/2016 a 02/07/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160

PORTARIA Nº 160, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, REOVALDO ANTONIO SECCO, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2015 à 03/06/2016, e gozo das mesmas no período de 03/06/2016 a 02/07/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161

PORTARIA Nº 161, de 01/06/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, GLAUCIA MARIA

APPI BETINELLI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 08/06/2015 à 08/06/2016, e gozo das mesmas no período de 08/06/2016 a 07/07/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162

PORTARIA Nº 162, de 01/06/2016.
Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, TACIANE NESI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 15/06/2015 à 15/06/2016, e gozo das mesmas no período de 15/06/2016 a 14/07/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163

PORTARIA Nº 163, de 06/06/2016.
Torna sem Efeito Portaria que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria nº 305/2014 que "Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências."

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de junho de 2016.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164

PORTARIA Nº 164, de 06/06/2016.
Torna sem Efeito Portaria que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Tornar sem efeito a Portaria nº 298/2014 que "Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências", a partir do dia 01 de junho de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de junho de 2016.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165

PORTARIA Nº 165, de 06/06/2016.
Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar a funcionária ADRIANA APARECIDA PIROLA ANSILIERO, ocupante do cargo efetivo de Professor I (magistério), do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Direção da Escola de Educação Infantil - PROFABI.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 369,11 (trezentos e sessenta e nove reais e onze centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166

PORTARIA Nº 166, de 06/06/2016.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar o funcionário GILBERTO SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Secretaria de Infraestrutura.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 369,11 (trezentos e sessenta e nove reais e onze centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167

PORTARIA Nº 167, de 06/06/2016.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar o funcionário LODOVICO ROBERTO WARTHA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para realizar serviços extraordinários junto a Secretaria de Infraestrutura.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições, fica concedida uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 20% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 369,11 (trezentos e sessenta e nove reais e onze centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 06 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168

PORTARIA Nº 168, de 13/06/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, CRISTIANO SERIGHELLI, admitido por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, através da Portaria de Nomeação nº 051 de 01/12/1991, relativas ao período aquisitivo de 01/12/1996 à 30/11/2001, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169

PORTARIA Nº 169, de 13/06/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, SALUTE LEGNANI NESI, admitida por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, através da Portaria de Nomeação nº 012 de 12/03/1992 relativas ao período aquisitivo de 12/03/2007 à 11/03/2012, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170

PORTARIA Nº 170, de 13/06/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, JAQUELINE APARECIDA LEGNANI FAVARIN, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 006 de 01/03/1990 relativas ao período aquisitivo de 01/03/2005 à 28/02/2010, conforme previsto na Lei

Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171

PORTARIA Nº 171, de 13/06/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, KELI MANENTI, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR, através da Portaria de Nomeação nº 054 de 07/02/2008 relativas ao período aquisitivo de 07/02/2008 à 06/02/2013, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 13 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS 50-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Licitação N. 50/2016

Às 10h10min do dia 15/6/2016, reuniu-se a Comissão interna de Licitação, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, para análise e julgamento de propostas referentes ao Processo Licitatório N. 50/2016.

Aberta a sessão, foram distribuídas aos membros da Comissão para o devido exame, as propostas apresentadas pelas Empresas. A seguir, o Presidente da Comissão solicitou a leitura das Propostas para o estudo e análise de preço e outros fatores previstos no respectivo Edital. Depois de examinadas as suas regularidades, a Comissão decidiu adjudicar os itens da presente Licitação as seguintes empresas:

Vencedor	
Fornecedor	Itens
PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA	00001
R\$ 136.331,95(cento e trinta e seis mil e trezentos e trinta e hum reais e noventa e cinco centavos)	

Participaram da Licitação as seguintes empresas:

Relação de Participantes	
Código	Fornecedor
1404.4	PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA
11493.6	BLUMETERRA COMERCIO E SERVICO
13841.0	FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA
19432.8	CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP

Perguntado aos participantes presentes se desejam entrar com recurso, nenhum se manifestou.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento.

Ascurra, 15 de junho de 2016.

RENATO MOSER

Presidente

THADEU BADALOTTI

Secretário

SOLANGE MARIA LOURENÇO

Membro

ELIOSMAR DE MOURA

Membro

Representantes Empresas:

PACOPEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA (não credenciado)

BLUMETERRA COMERCIO E SERVICO (SHIGUERU IZUMI)

FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA (PETER MAIRON MAUL)

CONSTRUTORA GRABOWSKI LTDA EPP (GILBERTO GRABOWSKI)

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1472/2016

LEI Nº 1472/2016

“Autoriza a Câmara de Vereadores de Atalanta a se valer da Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, da Prefeitura Municipal, para a realização de processos licitatórios de interesse do Poder Legislativo e dá Outras Providências”.

TARCISIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Câmara de Vereadores do Município de Atalanta a se valer da Comissão de licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio, da Prefeitura Municipal, em face de que não dispõe de servidores suficientes e qualificados para compor sua própria comissão, para atuar, dentro de suas competências, nos processos licitatórios inerentes às funções e obrigações do Poder Legislativo Municipal.

§ 1º - Todos os procedimentos inerentes a processos licitatórios, decorrentes do interesse da Câmara de Vereadores, seja qual for a modalidade, deverão ser executados pela Câmara de Vereadores, com exceção dos serviços de competência da Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

§ 2º - As publicações dos atos, não inerentes ao exercício das atividades da Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, e seus respectivos custos, serão de responsabilidade da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º - O presidente da Câmara, em decorrência dos efeitos da presente lei, será a autoridade para dirimir sobre os recursos interpostos contra decisões exaradas pela Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais atos correlatos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento próprio da Câmara de Vereadores de Atalanta.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1.095/2009 de 15 de abril de 2009.

Atalanta, 15 de junho de 2016.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Prefeito Municipal em Exercício

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 17/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 -FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016- FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016-FMS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de material médico ambulatorial para uso nas Unidades de Saúde do Município para manutenção das atividades do Programa de Atenção Básica conforme descrição detalhada no Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitação anexa ao Processo, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.. Empresas Participantes Habilitadas: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA Total do Fornecedor: R\$93.000,00 Ata 57/2016

BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME Total do Fornecedor: R\$36.000,00 Ata 58/2016

Balneário Piçarras(SC), 14 de junho de 2016.

Ligia Soares – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONCORRÊNCIA 02/2016 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016-PMBP

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2016

HOMOLOGADO EM 16/06/2016

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização da Rua Altair de Souza e pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização para o novo acesso ao bairro nossa senhora da conceição, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço global do lote.

Empresas Participantes Habilitadas:

MULTIPLOS SERVIÇOS DE OBRAS LTDA - R\$1.485.362,89 CONTRATO 023/2016 – LOTE 01

ADRIANE POHL VICENTE EIRELI – EPP – R\$1.421.795,25 CONTRATO 024/2016 – LOTE 02

Balneário Piçarras(SC), 16 de junho de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE 14/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2016-FMC

Inexigibilidade de Licitação Nº 014/2016-FMC

Contrato 0xx/2016 - FMC

A Fundação Municipal de Cultura, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa Stage Mix Produções Musicais LTDA ME, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.011.587/0001-77, para apresentação do show da Dupla Jeann e Julio, no dia 09 de julho de 2016, no evento Piçarraíá. Valor do Contrato: R\$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais). Vigência: 09/08/2016. Balneário Piçarras/SC, 06 de junho de 2016. Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

LICITAÇÃO 001/2016 CAMARA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016- CMV.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – CMV

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações, demais legislações pertinentes. Pregão Presencial para Registro de preços visando à contratação de empresas para aquisição de Cadeira para o Plenário, Paineleletrônico, Combustível, Computadores e Radio atendendo solicitação da Câmara de Vereadores. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até: 30/06/2016 às 09:00h. Data da Sessão Pública: 30/06/2016 às 09:00h, na Câmara de Vereadores, situada na Avenida Nereu Ramos, nº 299, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras da Câmara de Vereadores no endereço acima citado, no horário das 07h00min as 13h00minh, ou no site www.camarapicarras.sc.gov.br. Fone; (47)3345-10-34 .ANTONIO LUIZ BEDUSCHI Presidente Da Câmara De Vereadores

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 28/06/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para execução de forma parcelada de serviço de lavagem, lubrificação, limpeza, engraxamento e higienização da frota de veículos e equipamentos do Município de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 15 de Junho de 2016.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

DECRETO/ GP/Nº 400

DECRETO/ GP/Nº 400 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA ATRIBUIÇÕES INTERINAMENTE DOS TRABALHOS DO SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o afastamento/desincompatibilização do Sr. Olírio José Lino, ocupante do cargo de Diretor do SAMAE, e assim, visando dar andamento aos trabalhos na referida autarquia.

DECRETA:

Art. 1º – Designar interinamente ao Servidor Sr. ALBERTO DE SOUZA, CPF nº 961.238.939-04, ocupante do cargo de Contador da Secretaria de Administração e Finanças, as atribuições inerentes ao cargo de Diretor Presidente da Autarquia Municipal – SAMAE.

Art. 2º - A designação de que trata este Decreto não importará em remuneração adicional, ou qualquer outro benefício na forma da legislação em vigor.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 14 de junho de 2016

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 14, de junho, de 2016.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

PORTARIA 5A

PORTARIA Nº. 005-A DE 01 DE MARÇO DE 2016.

DESIGNA PREGOEIRA OFICIAL E MEMBROS DE APOIO PELO PERÍODO DE 12 MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Diretor Presidente Interino do Samae de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e Lei Complementar nº 009/2013, RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados como Pregoeira RENATA DAROS TORRES, e os servidores TAMARA MAGAGNIN E LUCIANO ALEXANDRE, como membros de equipe de apoio, vigente por 12 meses.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com a suas respectivas funções administrativas.

Art. 2º. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio exercerão todas as atribuições definidas na Lei nº 10.520/2002.

Art. 3º. Compete ao Advogado do Samae a responsabilidade pelos pareceres jurídicos nas minutas de editais e contratos de todos os procedimentos licitatórios, em quaisquer modalidades.

Parágrafo Único: Conforme Lei Complementar nº 009/2014, o

mesmo deverá acompanhar todos os processos licitatórios e para tal receberá função gratificada - FG 05 referente a 35%.

Art. 4º. Para as atividades concernentes desta Portaria, concede-se a Renata Daros Torres a função gratificada - FG 05 referente a 35%, conforme Lei Complementar nº 009/2014.

Art. 5º. Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Diretor Presidente

Registrada no Departamento de Administração do Samae de Balneário Rincão em 01 de Março de 2016.

RENATA DAROS TORRES

Departamento Pessoal

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 860, DE 15 DE JUNHO DE 2016. HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2016

DECRETO Nº 860, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2016

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final (Após os recursos) relativo ao Processo Seletivo Edital nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita - SC, conforme segue:

AGENTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
2	325088	Anderson Roque Lissak	30/04/1996	4,20	0,35	0,35	4,90	1º
3	327406	Valdecir Vaz	20/09/1981	1,80	1,40	0,00	3,20	Desc.
1	319876	Jhonatan Mittmann	25/05/1998	2,40	0,35	0,00	2,75	Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
18	321561	Eduardo Luiz Panizzon	25/04/1995	3,60	0,70	0,70	5,00	1º
21	313391	Marilian De Souza Bastos	04/05/1995	3,00	0,70	1,05	4,75	2º
17	312222	Maicelly Luana Ludwig	10/04/1996	3,00	0,70	0,00	3,70	Desc.
20	324971	Andre V. Schultz Araujo Pereira	11/06/1990	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
15	321978	Diogenes Fernando De Lucca	03/10/1984	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
19	327800	Patricia Maria Vani Zanotti	12/02/1989	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
5	326071	Vanessa Mossain	16/04/1994	3,00	0,00	0,00	3,00	Desc.
6	327014	Tauany Rocha	24/10/1995	2,40	0,00	0,35	2,75	Desc.
7	327374	Andressa Devicari	04/02/1990	2,40	0,00	0,00	2,40	Desc.
16	322314	Marcieli Maria Da Costa	25/10/1994	1,20	0,70	0,35	2,25	Desc.
22	324984	Fabricio Friederichs	14/11/1997	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
14	327245	Vanessa Nardi	13/09/1998	0,60	1,05	0,35	2,00	Desc.
4	325856	Taina Boss	26/03/1996	1,80	0,00	0,00	1,80	Desc.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
24	312791	Isaete Bueno	17/11/1984	3,00	0,70	0,35	4,05	1º
23	324206	Adriana Bischoff	16/07/1992	1,20	1,40	0,70	3,30	Desc.
25	316654	Thaina De Souza	08/09/1997	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
27	312703	Neiva Do Prado Ferreira	24/09/1981	1,20	0,35	0,35	1,90	Desc.
26	326346	Djailma Nogueira Da Silva	18/04/1978	0,60	0,00	0,35	0,95	Desc.
FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS Modalidade A								
C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
31	313899	Junior Jose Mix Goncalves	27/05/1991	3,60	1,40	1,05	6,05	1º
44	327041	Gessica Henkes	07/09/1994	3,60	0,35	0,70	4,65	2º
43	320681	Indiana Massardo	14/10/1993	3,00	0,00	1,05	4,05	3º
32	322333	Adrielli Eloisa Ciquelero	02/11/1998	3,00	0,00	1,05	4,05	4º
41	320272	Marcia Pinheiro	19/12/1989	3,60	0,00	0,35	3,95	Desc.

42	318656	Ronan Natanael Wandscheer	12/07/1990	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
40	325512	Eduardo Utzig	26/05/1983	1,80	0,70	0,35	2,85	Desc.
36	327534	Leila Daiane Colussi Gomes	14/09/1985	2,40	0,35	0,00	2,75	Desc.
34	324821	Solange Santin	11/03/1980	2,40	0,35	0,00	2,75	Desc.
35	320479	Catia Lolato Franzon	08/03/1993	1,20	1,05	0,35	2,60	Desc.
33	320147	Angelica Antoneli	27/07/1990	1,80	0,70	0,00	2,50	Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
63	325260	Fabiana Delevatti	27/09/1982	4,80	0,35	0,00	5,15	1º
65	326985	Nadine Marisa Schutz	10/02/1974	4,20	0,70	0,00	4,90	2º
64	327630	Cleci Da Silva	11/05/1975	4,80	0,00	0,00	4,80	3º

TESOUREIRO | Modalidade A

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
84	325863	Felipe Kempa	25/08/1981	6,00	0,35	1,05	7,40	1º
85	323219	Guilherme Sarzi Moura	01/09/1993	4,80	1,05	0,35	6,20	2º
86	326604	Gilvani Sigolin	16/02/1992	4,80	0,70	0,35	5,85	3º
77	321902	Lucas Santin	14/04/1997	3,60	1,40	0,70	5,70	4º
81	311752	Antonia Neiva Charao	07/10/1972	3,60	1,05	0,70	5,35	5º
95	311564	Samuel Welchen	10/08/1990	3,60	1,05	0,70	5,35	6º
73	320727	Arthur Leduk Antonioli	07/03/1988	3,60	0,35	0,70	4,65	7º
78	322949	Ana Paula Da Cunha	15/10/1993	4,20	0,35	0,00	4,55	8º
69	311407	Marcio Bedin	23/12/1989	3,00	1,05	0,35	4,40	9º
74	311767	Lukas Brandalise	09/01/1999	3,00	1,05	0,35	4,40	10º
75	323898	Leliane Siebel	29/07/1995	3,00	0,70	0,35	4,05	11º
93	312013	Raielly Gruber	11/05/1993	2,40	1,40	0,00	3,80	Desc.
80	327676	Daniel Morais	11/11/1988	3,00	0,00	0,70	3,70	Desc.
92	322934	Rosana Rodrigues Da Silva	29/12/1992	3,00	0,35	0,35	3,70	Desc.
83	327403	Jamily Riva Pereira Perotti	01/02/1990	1,80	1,40	0,35	3,55	Desc.
91	311653	Sabrina Feyh	08/04/1986	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
82	313156	Patricia Regina Welter	19/09/1992	2,40	0,35	0,70	3,45	Desc.
71	313018	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	2,40	0,70	0,35	3,45	Desc.
79	327596	Jessica Maria De Campos	20/04/1991	1,80	0,70	0,70	3,20	Desc.
72	324869	Daiane Carla Nicolau	15/02/1992	2,40	0,35	0,35	3,10	Desc.
70	327153	Elizandra Paula Tariga	12/05/1984	2,40	0,00	0,35	2,75	Desc.
87	325557	Andre Luiz Reinke	30/04/1993	1,80	0,70	0,00	2,50	Desc.
76	317996	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	1,80	0,00	0,35	2,15	Desc.
94	311670	Vanderlei Fontanari	07/02/1985	1,20	0,35	0,00	1,55	Desc.

MOTORISTA – CAT. "D" | Modalidade B

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
50	311916	Leomir Thums	06/12/1988	1,33	0,18	0,27	4,80	6,58	1º
49	313153	Marcelo Cenci	08/03/1986	0,95	0,09	0,09	5,00	6,13	2º
54	313115	Leonir De Lima	15/11/1978	0,76	0,18	0,18	4,90	6,02	3º
55	312645	Ireno Sebastiao Dos Santos	10/10/1979	0,76	0,09	0,27	4,90	6,02	4º
56	312542	Andre Augusto Olbermann	17/01/1987	1,14	0,09	0,18	0,00	1,41	Desc.
53	321089	Anderson Luis Pinheiro Gomes	08/08/1983	0,76	0,00	0,18	0,00	0,94	Desc.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS – CAT. "C" | Modalidade B

C. I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Prova Prática	Total	Class.
57	327134	Reni Zilio	07/07/1970	0,95	0,27	0,27	5,00	6,49	1º
60	312634	Renato De Moura	18/11/1991	0,95	0,09	0,18	4,00	5,22	2º
58	312257	Ricardo Vincenzi	15/10/1996	1,14	0,27	0,18	2,80	1,59	Desc.
61	320254	Valmor Jonas Argenta	07/06/1979	0,76	0,00	0,09	5,80	0,85	Desc.

Art. 2º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, 15 de Junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º167, DE 08 DE JUNHO DE 2016. "CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º167, de 08 de junho de 2016.

"Concede licença a servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Andreia Elisa Daltoá Catto, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº160701, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 07 a 21 de junho 2016.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 166, DE 08 DE JUNHO DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 166, de 08 de junho de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao Senhor Volnei Demari, Matricula nº 145602, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Lages/SC, conforme Memorando Nº029/2016 e Roteiro de Viagem nº012/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Lages/SC, conforme Memorando nº030/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 08 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2016 PP 035/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 046/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: AUTO POSTO AVIZ III LTDA Objeto: aquisição/fornecimento parcelado de combustível (gasolina comum) para uso nos veículos da frota Municipal.

Valor do Contrato: 520.200,00

Data de Assinatura: 07/06/2016

Data de Vencimento: 07/06/2017

Barra Velha, 07 de junho de 2016.

JOEL GABRIEL DE AVIZ

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

PP 040/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 052/2016 – Pregão Presencial nº 040/2016

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de pneus novos e recapagem de pneus conforme do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/06/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 29/06/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 041/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 053/2016 – Pregão Presencial nº 041/2016

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, para aquisição de tecidos, roupa de cama mesa e banho para os CEIS da rede municipal de ensino conforme do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 30/06/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 30/06/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 042/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 054/2016 – Pregão Presencial nº 042/2016

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para aquisição de parques brinquedos e jogos para os CEIS e para a educação especial da rede municipal de ensino conforme do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 30/06/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 30/06/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO 65/2016 - ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

DECRETO Nº 65/2016, de 14 de junho de 2016.

Anula o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 43/2016, pela ausência de interessados "Licitação Deserta".

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito Municipal de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando que o procedimento foi regularmente processado e ficou caracterizado o desinteresse de nenhum licitante na participação do processo licitatório;

Considerando o amparo do Inciso V do Art. 24, da Lei nº 8.666/1993: "Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas";

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório Pregão Presencial nº 43/2016, pela carência de interessados na habilitação e propostas dos licitantes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 14 de junho de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 65/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 14 de junho de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 089/2016

DECRETO Nº 089 /2016 DE: 13 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 300.041,83 (Trezentos mil, quarenta e um reais e oitenta e três centavos) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2015, apurado em fontes de recursos:

11. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	12.341,48
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	1.290,01
3.3.90.00/0.3.37.000132	Outras Despesas Correntes	9.241,20
3.3.90.00/0.3.37.000209	Outras Despesas Correntes	1.810,27

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	32.332,99
3.3.90.00/0.3.37.000072	Outras Despesas Correntes	8.308,64
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	1.803,93
3.3.90.00/0.3.37.000213	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00/0.3.37.000212	Outras Despesas Correntes	6.600,00
3.3.90.00/0.3.37.000211	Outras Despesas Correntes	5.619,21
3.3.90.00/0.3.37.000160	Outras Despesas Correntes	1,21

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	5.173,05
3.3.90.00/0.3.37.000061	Outras Despesas Correntes	4.060,55
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	1.112,50

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	49.613,23
3.3.90.00/0.3.37.000069	Outras Despesas Correntes	42.207,63
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	7.405,60

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política da Assistência Social	123.572,87
3.3.90.00/0.3.37.000198	Outras Despesas Correntes	96.910,87
3.3.90.00/0.3.37.000070	Outras Despesas Correntes	12.645,46
3.3.90.00/0.3.37.000032	Outras Despesas Correntes	2.219,76
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	11.796,78

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	77.008,21
3.3.90.00/0.3.37.000066	Outras Despesas Correntes	68.128,43
3.3.90.00/0.3.37.000159	Outras Despesas Correntes	4.086,11
3.3.90.00/0.3.81.000067	Outras Despesas Correntes	4.793,67

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

ACRESCENTA O § 4º AO ARTIGO 27, DA LEI 47/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Acrescenta-se o § 4º ao artigo 27 da Lei nº 47/2011, com a seguinte redação:

“§ 4º As disposições do caput e § 1º, também são extensivas ao servidor que seja nomeado curador, judicialmente, e apresente a certidão de curatela provisória ou definitiva, e cumpra os requisitos do art. 27 e seguintes da LC n.º 47/2011.”

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Biguaçu, 15 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 101/2016, de 15/06/2016
Sancionada em 15/06/2016
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3657/2016

LEI Nº 3657/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL, ESPORTIVA E CARNAVALESCA NOSSAS RAÍZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa Cultural Esportiva e Carnavalesca "Nossas Raízes", com sede e foro na Rua Firmino Viríssimo Bernardino nº 242, Bairro Praia João Rosa, Biguaçu - SC.

Art. 2º - À Entidade referendada no artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens, bem como todos os deveres da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 15 de Junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3657 /2016, de 15/06/2016
Sancionada em 15/06/2016
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1619/2016

PORTARIA nº 1619 de 15 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIA VANESSA DE CAMARGO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1620/2016

PORTARIA nº 1620 de 15 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVANI ISABEL WOSCZINIAK, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 15 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2016 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA A UPA 24 HORAS, CEO, POLICLÍNICA, VIGILÂNCIAS E SECRETARIA DE SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/06/2016, às 13h59min do dia 28/06/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 28/06/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (28/06/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (28/06/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br como também no bigua.atende.net, a partir do dia 16/06/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8018.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/06/2016, às 13h59min do dia 29/06/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 14h00min do dia 29/06/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (29/06/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (29/06/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu bigua.atende.net a partir do dia 16/06/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8018.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 15 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.292/2016

LEI N.8.292, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O "DIA DO JOVEM EMPREENDEDOR", NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia do Jovem Empreendedor, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de junho de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.295/2016

LEI Nº 8.295, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DENOMINA DE "RUA BERNARDO EHLERT", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO BADENFURT.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominada de Rua Bernardo Ehlert, a via pública localizada no lado ímpar da Rua Bernardo Scheidemantel, ao lado da casa nº 3.635, descrita como rua "A" do loteamento Residencial Bernardo Scheidemantel, cadastrada sob nº 3.923, com 102,00 m (cento e dois metros) de extensão e localizada no Bairro Badenfurt.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de junho de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.058/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.058, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 61, DA LEI Nº 2.047, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1974.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 61, da Lei nº 2.047, de 25 de novembro de 1974, que "Institui o Código de Posturas do Município de Blumenau", fica acrescentado o § 4º, com a seguinte redação:

"Art. 61.

§ 4º As coifas exaustoras e os depuradores instalados sobre fogões

e chapas de frituras, entre outros equipamentos, nas lanchonetes, nos restaurantes e nas cozinhas industriais, entre outros estabelecimentos similares e/ou veículos, deverão possuir filtros ou outro dispositivo para reter os gases, e os resíduos destes provenientes, devendo ser lavados e/ou substituídos regularmente, conforme orientação do fabricante e do Responsável Técnico (RT), observando-se ainda:

I – quando o agente público constatar que o elemento filtrante está saturado ou apresentar irregularidade, poderá, a seu critério, determinar a imediata correção;

II – o elemento filtrante não pode emitir odores desagradáveis que possam causar transtornos aos moradores próximos e/ou cercanias."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 de junho de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.987/2016

DECRETO N. 10.987, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NO DECRETO N. 8.604, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2008.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "a", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do Controle Interno do dia 19 de maio de 2016, noticiada pelo Memorando n. 149, de 10 de junho de 2016, do Diretor de Controle Interno do Gabinete do Prefeito – GAPREF,

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto n. 8.604, de 1º de fevereiro de 2008, passa a vigorar acrescido do parágrafo único com a seguinte redação:

"Art. 3º [...]

[...]

Parágrafo único. Somente no caso do cargo de motorista basta uma declaração da autoridade competente em atestar a viagem para qual foi designado."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.793/2016

PORTARIA Nº 19.793, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

DISPENSA A EDUCADORA GIOVANE LONGHI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DO CEI FREI ODORICO DURIEUX.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 241/2016–Gabinete SEMED, de 06/06/2016, resolve:

DISPENSAR, a partir de 12 de junho de 2016, a Educadora Giovane Longhi, do exercício da função de Diretor do CEI Frei Odorico Durieux, nomeada pela Portaria nº 19.248, de 18/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.794/2016

PORTARIA N. 19.794, 10 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA A PROFESSORA GIOVANE LONGHI PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DO CEI FREI ODORICO DURIEUX E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando n. 242/2016 – Gabinete SEMED, de 06/06/2016, resolve:

NOMEAR, a contar de 13 de junho de 2016, a Professora GIOVANE LONGHI, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretor do CEI "Frei Odorico Durieux", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.795/2016

PORTARIA Nº 19.795, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

DISPENSA ELBA MARIS GOMES DE OLIVEIRA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando n.16/2016, de 07/06/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 07 de junho de 2016, a servidora pública municipal ELBA MARIS GOMES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Audiências e Conciliação, símbolo FGC 50%, concedida pela Portaria nº 16.884, de 12/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.796/2016

PORTARIA Nº 19.796, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA ELBA MARIS GOMES DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, de conformidade com o Memorando PROCON n.16/2016, de 07/06/2016, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal ELBA MARIS GOMES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Recursos Administrativos, FGC-80%, a contar de 07 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.798/2016

PORTARIA Nº 19.798, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

EXONERA MIRIAM SOARES VEIGA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

MIRIAM SOARES VEIGA, do cargo em comissão de Gerente de Assistência ao Servidor, símbolo CC-3, da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeada pela Portaria nº 16.555, de 11 de janeiro de 2013, no dia 01 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIAS NºS 338/16 E 339/16 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 338/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE INDICA..

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do art. 131, Item I e Art.137, "caput", e Itens I, II e II, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo indicada:

Cadastrado	Nome	Secretaria	Processo	Período	
				Início	Fim
183	REGINA BALMANN	F C B	2016/516	02/05/2016	30/06/2016

Blumenau, 31 de maio de 2016

RODRIGO ROGERIO RAMOS

Presidente da FCB

PORTARIA Nº. 339/2016

Designa membro para compor o Secretariado do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) na função de secretário executivo titular.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DESIGNAR

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, servidora exercendo cargo em comissão de Gerente de Arquivos Históricos, Símbolo CC3, na Fundação Cultural de Blumenau, de Secretária Executiva titular do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, a partir de 01 de junho de 2016.

Blumenau, 01 de junho de 2016

RODRIGO ROGERIO RAMOS

Presidente

PORTARIA Nº 5.884/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5884/16

DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL CONFORME MEMORANDO 20/1403OPE.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

D E T E R M I N A R

Abertura de Processo Administrativo Disciplinar, através da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, contra

o servidor público autárquico municipal D. B. F., Cadastro 1487-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista de Operação Oficial, lotado na Diretoria de Operações, conforme Memorando Nº 20/1403OPE, de 14 de março de 2016, por supostamente infringir os Artigos 176, V e 177, IV, XII e XIX, todos da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Samae, 25 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.887/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5887/16

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, a contar de 31 de maio de 2016, da seguinte função gratificada de confiança:

Fernando Rafael Beretta, cadastro 1725-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Diretoria Administrativa, da função de Assessor de Registro Veicular, FGC 50%, designado pela Portaria nº 5481/14, de 10/01/2014.

Samae, 31 de maio de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.888/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5888/16

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DESIGNAR

A servidora pública autárquica municipal relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, a contar de 01 de junho de 2016, para a seguinte função gratificada de confiança:

CAMILA SANTIAGO SHIGUEMOTO, cadastro 1948-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria Administrativa, para a função de Assessor de Registro Veicular, símbolo FGC 50%.

Samae, 01 de junho de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.889/2016 - SAMAE

PORTARIA Nº 5889/16

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu Artigo 72, § 1º, inciso II e Artigo 30-B, com nova redação pela Lei Complementar nº 568 de 20 de fevereiro de 2006, à servidora:

Cacildo de Andrade, cadastro nº 871-0, servidor público autárquico municipal desde 11/01/1988, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo ISSBLU nº 00264/05/2016 e PA 176/1606.

Samae, 13 de junho de 2016.
VALDAIR JOSÉ MATIAS
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 98/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 98/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR JAILSON ROGERIO CANDIDO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança ao servidor JAILSON ROGERIO CANDIDO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito, Gratificação de Função de Chefe da Guarda de Trânsito, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data sua assinatura.

Blumenau, 06 de junho de 2016.
CARLOS LANGE
Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 99/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 99/2016

DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB E O Centro de Informática e Automação de Santa Catarina - CIASC O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNA

Como fiscal do contrato n. 136/2014 entre o Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB e Centro de Informática e Automação de Santa Catarina - CIASC, que tem como objeto a prestação do serviço de processamento de multas. O servidor Cícero Jonatas Andreazza, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23 de maio 2016.

Blumenau (SC), 06 de junho de 2016.
CARLOS LANGE
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 100/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 100/2016

DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB E OS CORREIOS. O SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DESIGNA

Como fiscal do contrato n. 68/2016 entre o Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB e os Correios, que tem como objeto a prestação do serviço expedição de notificação de trânsito. O servidor Cícero Jonatas Andreazza, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23 de maio 2016.

Blumenau (SC), 06 de junho de 2016.
CARLOS LANGE
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 101/2016 - SETERB

PORTARIA N.º 101/2016

NOMEIA LUCIANE FILIPIN PARA EXERCER O CARGO EM PROVIMENTO EFETIVO DE ADVOGADO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB - no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso VI, da Lei Complementar n.º 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, c/c a Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, LUCIANE FILIPIN, para exercer o cargo em provimento efetivo de Advogado do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 07 de junho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 102/2016 - SETERB

PORTARIA N. 102/2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA INOBSERVÂNCIA DE DEVER FUNCIONAL POR PARTE DO SERVIDOR R.S.R

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 97/2016, de 03 de junho de 2016, a fim de apurar, em tese, inobservância do dever funcional por parte do servidor R.S.R., ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, matrícula nº 670, que não entregou em tempo hábil o AIT' nº 54083609 para o devido cadastramento, em desrespeito à Portaria nº 170, de 20 de agosto de 2015, conforme Memorando nº 296/2016, incidindo, em tese, no artigo 176, inciso VI, da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de junho 2016.

CARLOS LANGE

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 103/2016 - SETERB

PORTARIA N. 103/2016

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE POR PARTE DO SERVIDOR A.R.C

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar – CPASD desta Autarquia, constituída pela Portaria nº 97/2016, de 03 de junho de 2016, a fim de apurar suposta responsabilidade por parte do servidor A.R.C., ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, matrícula nº 84, em razão dos fatos denunciados no Memorando nº 543/2016, emitido pelo Gerente da Guarda de Trânsito, datado de 24/05/2016, no qual informa denúncia sobre suposta utilização indevida de veículo

de propriedade desta Autarquia (VTR 1532), a qual encontrava-se estacionada em uma garagem de residência particular, conforme fotos e relato do Chefe da Guarda de Trânsito, incidindo, em tese, no art. 177, inciso XI, da Lei Complementar Municipal nº 660/2007 c/c art. 9º, inciso XII, da Lei nº 8.429/1992.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 08 de junho 2016.

CARLOS LANGE

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 105/2016 - SETERB

PORTARIA N. 105/2016

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor LENNON CESAR NOGUEIRA DE LIMA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, cedido a esta autarquia pela Prefeitura Municipal de Blumenau, Gratificação de Função de Coordenador de Fiscalização e Vistoria de Transporte Coletivo, correspondente a 80% (oitenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de junho de 2016.

Blumenau (SC), 09 de junho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 106/2016 - SETERB

PORTARIA N. 106/2016

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR LOURIVAL DALÇOQUIO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor LOURIVAL DALÇOQUIO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Eletricista M. M. Oficial, Gratificação de Função de Coordenador de Manutenção, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07 de junho de 2016.

Blumenau (SC), 09 de junho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretora Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 107/2016 - SETERB

PORTARIA Nº 107/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR DENILSON ALÍPIO DE BRITTO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDE

Função Gratificada de Confiança ao servidor DENILSON ALÍPIO DE

BRITTO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Zeladoria, Gratificação de Função de Coordenador de Manutenção, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC nº 880/2013.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 08 de junho de 2016.

Blumenau, 09 de junho de 2016.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2507

RESOLUÇÃO MD Nº 2.507

NOMEIA FÁBIO ANDRÉ BARTHEL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 17 de maio de 2016, Fábio André Barthel, no cargo de Assessor da Mesa Diretora, de provimento em comissão, lotado na Primeira Secretaria da Mesa Diretora – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2509

RESOLUÇÃO MD Nº 2.509

DETERMINA PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS AO SETOR DE RECEPÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

Mário Hildebrandt, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica determinado ao setor de Recepção da Câmara Municipal de Blumenau que todos os visitantes serão, obrigatoriamente, identificados pelos Assistentes Legislativos da Recepção e deverão ter autorização do setor de destino para ser liberado o acesso às

dependências da Câmara Municipal, com a observância, obrigatória e permanente, dos seguintes procedimentos:

I – o crachá de visitante terá etiqueta indicando nominalmente o setor o qual ele se direciona;

II – o visitante, além de usar crachá de identificação, deverá ter sua presença anunciada à pessoa ou setor visitado;

III – o crachá de identificação deve ser usado de modo visível, acima da linha da cintura, durante a permanência nas dependências da Câmara Municipal; e

IV – o usuário a quem for concedido o crachá provisório, dado o caráter não pessoal da identificação e da liberdade de acesso a ele inerente, deverá devolvê-lo sempre que se ausentar da Câmara, ainda que em caráter temporário.

Parágrafo único. Cópia desta Resolução da Mesa Diretora será afixada, de forma permanente, junto ao setor de Recepção da Câmara Municipal, em local visível ao público em geral.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Resolução da Mesa Diretora sujeitará o Assistente Legislativo da Recepção responsável, a sanções disciplinares, de ordem dos deveres do servidor público prevista no art. 176, inciso VI, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 17 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2510

RESOLUÇÃO MD Nº 2.510

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 19 de maio de 2016, a servidora pública Ligia Fernandes de Oliveira, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 19 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2511

RESOLUÇÃO MD Nº 2.511

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação da servidora pública Francine Winckler Brustolin Kesting no 2º Seminário Internacional de Mídias Legislativas e na XVI Assembleia Geral Ordinária da ASTRAL, em Aracaju (SE), de 1º a 3 de junho de 2016.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de três diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, à servidora pública participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, a servidora pública deverá apresentar à Mesa Diretora, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2512

RESOLUÇÃO MD Nº 2.512

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM EVENTO TÉCNICO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, na 49ª Reunião do Conselho das Cidades, em Brasília (DF), de 1º a 3 de junho de 2016.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de três diárias "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação no evento técnico.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2513

RESOLUÇÃO MD Nº 2.513

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 31 de maio de 2016, a servidora pública Graciele Aparecida Pimentel, do cargo de Coordenador de Ouvidoria, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2514

RESOLUÇÃO MD Nº 2.514

NOMEIA CARLOS ALBERTO RAULINO DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 31 de maio de 2016, Carlos Alberto Raulino dos Santos, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2515

RESOLUÇÃO MD Nº 2.515

NOMEIA PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 31 de maio de 2016, Paulo Henrique Nascimento Pereira, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Fiedler – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 31 DE MAIO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2516

RESOLUÇÃO MD Nº 2.516

NOMEIA ROBSON JOSÉ XAVIER DA SILVA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 1º de junho de 2016, Robson José Xavier da Silva, no cargo de Coordenador de Ouvidoria, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2517

RESOLUÇÃO MD Nº 2.517

INDICA SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCER FUNÇÃO NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA LICENCIADA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É indicado o servidor público Ary Molin Júnior, para exercer a função de Secretário na Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, em substituição à servidora pública Elizabeth Vahldiek, licenciada em 31 de maio de 2016.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de junho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE JUNHO DE 2016.
MARIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2518

RESOLUÇÃO MD Nº 2.518

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À RESOLUÇÃO MD Nº 2.492, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 2º da Resolução MD nº 2.492, de 19 de abril de 2016, que "Dispõe sobre o controle de jornada de trabalho dos servidores públicos e dos estagiários da Câmara Municipal de Blumenau", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Nos casos de esquecimento de registro de ponto, a ausência de registro deverá ser justificada em até 48 (quarenta e oito) horas, por meio de preenchimento de formulário próprio, elaborado pela Coordenação de Gestão de Pessoas, assinado pelo servidor público e ratificado pela chefia imediata." (NR)

Art. 2º Ao art. 3º da Resolução MD nº 2.492/2016 são acrescentados os §§ 4º, 5º e 6º, com as seguintes redações:

"Art. 3º

§ 4º A critério do Vereador, os servidores lotados em seu gabinete, que realizam atividades externas, poderão ser dispensados do registro de ponto eletrônico, desde que o Vereador titular do gabinete faça a opção pelo controle de jornada por meio de registro escrito de frequência, rubricado pelo Vereador diariamente e encaminhado, semanalmente, à Coordenação de Gestão de Pessoas, para arquivo.

§ 5º O Vereador deverá comparecer à Coordenação de Gestão de Pessoas para declarar a opção de registro de ponto via registro escrito de frequência.

§ 6º A opção pelo registro escrito de frequência veda a formação de banco de horas, cabendo ao Vereador as responsabilidades estabelecidas neste artigo."

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2519

RESOLUÇÃO MD Nº 2.519

DISPÕE SOBRE O NOVO CRONOGRAMA DE CRÉDITO DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O cronograma de crédito dos salários dos servidores públicos da Câmara Municipal é implementado, de forma gradativa no ano de 2016, conforme o disposto nos incisos deste artigo, com a seguinte relação mês/data:

II – julho, no dia 27;

III – agosto, no dia 28;

IV – setembro, no dia 28;

V – outubro, no dia 28;

VI – novembro, no dia 29;

VII – dezembro, no dia 30.

Parágrafo único. A partir do mês de janeiro de 2017, o crédito dos salários dos servidores públicos será feito no último dia de cada mês.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO HILDEBRANDT
Presidente

MARCOS DA ROSA
Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2520

RESOLUÇÃO MD Nº 2.520

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO A SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DESIGNADOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida Gratificação de Desempenho de Atividade em Comissão Parlamentar de Inquérito, no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da referência de vencimento 41 (quarenta e um) da Tabela de Referência de Vencimento dos Servidores Públicos da Câmara Municipal – conforme Resolução nº 469, de 31 de maio de 2016 e Lei Complementar nº 1.053, de 1º de junho de 2016 - aos seguintes servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, designados pela Mesa Diretora:

I – Camila Vieira Mendes de Melo;

II – Pablo Adriano Ribeiro Costa da Silva;

III – Francine Winckler Brustolin Kesting;

IV – Vivian Naiara Ern Wanzuiten.

Parágrafo único. A gratificação é concedida pelo período de duração dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em razão do Requerimento CPI nº 2/2016.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 6 de junho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2521

RESOLUÇÃO MD Nº 2.521

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DE VEREADOR EM REUNIÃO TÉCNICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Célio Dias na reunião ordinária da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, em Brasília (DF), no dia 14 de junho de 2016.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na reunião técnica.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 10-16

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1097/2016

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2016

O Prefeito De Bom Jesus do Oeste/SC, Srº. Airton Antonio Reinehr, torna público que firmou a seguinte Ata de Registro de Preços:

Contratado: Marteplan Serviços de Terraplanagem LTDA ME

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Ser	400,00	Serviço de mini escavadeira hidráulica sobre esteira de borra-cha, com potencia mínima de 22 HP, peso operacional mínimo de 2.800 KG e máximo de 3.100 kg.	108,00	43.200,00

Vigência: 09 de Junho de 2016 a 09 de Junho de 2017.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

JOSÉ ROBERTO MORANDINI
Pregoeiro

MARTEPLAN TERRAPLANAGENS
E SERVIÇOS LTDAME

IVO SCHMITT
FISCAL DO CONTRATO
CPF Nº. 824.252.809-87

JOÃO RAFAEL GENESINI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO
OAB 35249/SC

DECRETO Nº. 4893/2016

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº. 4893/2016 de 09 de Junho de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01097/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2014, sob o Processo de Licitação nº 01097/2016, que tem por objeto Terceirização de mini escavadeira hidráulica sobre esteira de borracha para o exercício de 2016.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marteplan Terraplanagens & Serviços Ltda ME	Serviço de mini escavadeira hidráulica sobre esteira de borracha, com potencia mínima de 22 HP, peso operacional mínimo de 2.800 KG e máximo de 3.100 kg	400,00	43.200,00
Quarenta e três mil e duzentos reais			43.200,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09/06/16.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

582.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 582/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 09 de junho de 2016, a funcionária Izabel Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

583.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERICLEIA F. MOTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 583/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de junho de 2016, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

584.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JUCELENE G. S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 584/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de junho de 2016, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

585.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NEIVA R. D. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 585/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de junho de 2016, a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, ocupante do cargo de Contadora - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

586.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. MARILU ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 586/16 de 15.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 13 de junho de 2016, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

587.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIA M. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 587/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 12 (doze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar dia 13 de junho com término no dia 24 de junho de 2016, a funcionária 2016 a funcionária Helia Marian Alves, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município com exercício Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva “Maria Mariano”.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

588.06.16 - P. DES.AUX.AUX. ENFERM.. C.TEMP. CLAUDETE AP. R. CUSTODIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 588/16 de 15.06.16

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Claudete Aparecida Ribeiro Custódio, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 3º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro Capistrano, a contar do dia 13 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

589.06.16 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. CLAUDETE AP. C. RIBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 589/16 de 15.06.16

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Claudete Aparecida Ribeiro Custódio, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 13 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ

Sec. Mun. Adm. Fazenda

590.06.16 - P. DES.AUX.AUX. ENFERM.. C.TEMP. IVONETE H. GARCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 590/16 de 15.06.16

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ivonete Hinckel Garcia, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 4º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro Capistrano, a contar do dia 13 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

591.06.16 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. IVONETE H. GARCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 591/16 de 15.06.16

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Ivonete Hinckel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 13 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

592.06.16 - P. DES.AGENTE SAÚDE C.TEMP. ALINE B. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 592/16 de 15.06.16

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Aline Brito da Rosa, para exercer o cargo de Agente de Saúde - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – Equipe Bairro São José, a contar do dia 13 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

593.06.16 - P. DES.AGENTE SAÚDE C.TEMP. ANELISE SUK

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 593/16 de 15.06.16

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Anelise Suk, para exercer o cargo de Agente de Saúde - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – Equipe Bairro São José, a contar do dia 13 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

594.06.16 - P. DES. AG. SAUDE GABRIEL B. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 594/16 de 15.06.16

Designa Agente de Saúde Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Gabriel Borges Vieira, para exercer o cargo de Agente de Saúde – nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde – ACS – Bairro Centro, no período de 13 de junho com término no dia 31 de agosto de 2016, para Contratação de Agente Comunitário de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitário de Saúde – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Iolete de Fatima Guckert Zelazowski que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

595.06.16 - P. NOM. TEREZINHA AP. P. GOEDERT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 595/16 de 15.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Terezinha Aparecida Pereira Goedert, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Barbaquá, a contar do dia 13 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

596.06.16 - P. FÉRIAS GILMAR SCOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 596/16 de 15.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Gilmar Scotti, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 13 de junho com término no dia 12 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

597.06.16 - P. FÉRIAS SAULO STEIMBACH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 597/16 de 15.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Saulo Steimbach, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 051/2016 de 13 de junho de 2016, para gozá-las a contar do dia 13 de junho com término no dia 12 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

598.06.16 - P. FÉRIAS CLAUDINEI CUSTODIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 598/16 de 15.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Claudinei Custódio, Ocupante do cargo de Agente de Defesa e Salvamento, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 052/2016 de 15 de junho de 2016, para gozá-las a contar do dia 15 de junho com término no dia 14 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

599.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. ERICLEIA F. MOTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 599/16 de 15.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 13 e 14 de junho de 2016, a funcionária Ercleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

600.06.16 - P. FÉRIAS ANA P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 600/16 de 15.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Ana Paula da Silva, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Posto de Saúde Bairro São José, para gozá-las a contar do dia 13 de junho com término no dia 12 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

601.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE L. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 601/16 de 15.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 24 e 25 de maio de 2016, a funcionária Eliane Leandro da Silva, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

602.06.16 - P. FÉRIAS JOCELINO DA ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 602/16 de 15.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Jocelino da Rosa ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 14 de junho com término no dia 13 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

MINUTA PP 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 17/2016 para Aquisição de implementos agrícolas. Abertura dos envelopes será dia 28/06/16 às 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 16 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

EXTRATO CTR53/2016-GUAÍBA TELECOM SISTEMAS E INFORMAÇÃO LTDA EPP

Extrato de Contrato nº 53/2016

Concedente: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: GUAÍBA TELECOM SISTEMAS E INFORMAÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica, com sede a travessa pedras Brancas, 41, CEP-92.500-000, Centro, Guaíba/RS, inscrita no CNPJ sob n.º 07.729.214/0001-42

Valor: R\$470.568,45 (quatrocentos e setenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Objeto: Serviços de mão de obra com fornecimento de materiais, equipamentos, destinados a instalação de antenas de internet rural.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº43/2016/2016-Tomada de Preços nº 06/2016.

EXTRATO CTR53/2016-MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

Extrato de Contrato nº 54/2016

Concedente: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, CNPJ: 10.788.391/0001-04, sediada na Rua general Osório, 322, CEP-88350-480, bairro Guarani, Brusque/SC

Valor: R\$ 239.754,16 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos)

Objeto: Pavimentação asfáltica trecho de 370,45 metros das Ruas João Morelli e Presidente Kennedy no Centro de Botuverá.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 38/2016, Tomada de Preços nº 03/2016

EXTRATO CTR55/2016-MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA

Extrato de Contrato nº 55/2016

Concedente: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, CNPJ: 10.788.391/0001-04, sediada na Rua general Osório, 322, CEP-88350-480, bairro Guarani, Brusque/SC

Valor: R\$ 594.621,86 (quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte um reais e oitenta e seis centavos)

Objeto: Pavimentação asfáltica trecho de 930,00 metros da Avenida Paulo VI e Rua João Morelli, Bairro Centro de Botuverá

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 44/2016, Tomada de Preços nº 07/2016

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO - ALTERAM VALORES DA ATA DE REGISTRO 41/2015

EXTRATO - ALTERAM VALORES DA ATA DE REGISTRO 41/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, inscrita no CNPJ sob nº 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25, na qualidade de CONTRATANTE, representada pelo Sr. Prefeito Romildo Teske e a empresa APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 05.919.156/0001-94, Pessoa Jurídica de Direito Privado representada pelo Sr. Jefferson de Araujo, com sede a Rua Marechal Bormam, 315 D, Centro, Chapecó, Santa Catarina, na qualidade de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar a Ata de Registro 41/2015 para aquisição de gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo, a partir de 13.06.2016, que passa a dispor o reajuste dos seguintes itens:

Item	Especificação	Un. Medida	Valor do Processo	Valor com Re-compisição
05	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega.	LT	2,45	3,44

Braço do Trombudo, em 13 de junho de 2016. Romildo Teske - Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.946, 08 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.946, 08 DE JUNHO DE 2016.

(Republicação)

Nomeia servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Ana Vani Giraldi para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de junho de 2016.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.967, 08 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.967, 08 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidora,

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Izabela Albani do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, Diretora, lotada na Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.817, 09 DE JUNHO DE 2016

DECRETO nº 7.817, 09 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre aprovação de Projeto do LOTEAMENTO DONA METHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 138/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO DONA METHA, localizado na Travessa Lagoa Dourada, bairro Paquetá, Unidade de Planejamento 15, área de 52.402,86 m², matrículas nº 71.894.

Art. 2º O referido loteamento é constituído de 31 lotes, sendo 13.032,36 m² de quadras e lotes, 6.315,97 m² de ruas e passeios, 21.623,24 de Área Verde, 6.3010,65 de Área Institucional, 3.171,09 de Área de Preservação Permanente e 284,39 m² de Faixa Sanitária.

Art. 3º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

I - abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

II - demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

III - implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV - plantio de grama nos espaços destinados a passeio público e execução de calçadas em bloco de concreto ou concreto moldado in loco nos passeios confrontantes às áreas públicas;

V - pavimentação das pistas de rolamento das vias;

VI - rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme projeto aprovado pela CELESC;

VII - rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

VIII - rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

IX - rede de esgotamento sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

X - recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

XI - visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais.

Art. 4º Como garantia das obras mencionadas no art. 3º, o Município caucionará os lotes nºs 01, 02, 03, 11, 12 e 13 da Quadra A e lotes nºs 01, 02, 03, 10, 11 e 12 da Quadra B.

Art. 5º As obras mencionadas no art. 3º deste Decreto serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 6º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 3º deste Decreto.

Art. 7º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará as áreas de terras caucionadas, dadas em garantia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº. 7.810, DE 23 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº. 7.810, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20 da lei nº 3.948 de 18.12.2015, a Lei nº 3.910 de 04.09.2015, inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde em vigência, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
 0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde - PAB
 VALOR R\$ 30.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.38.13 Transferência do Sistema Único de Saúde - NASF
 VALOR R\$ 50.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
 0.3.38.14 Transferência do Sistema Único de Saúde - PSE
 VALOR R\$ 26.800,00
 010.0301.0275.2272 Manutenção da Assistência Farmacêutica (BLAFB)
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf imp.-Saúde
 VALOR R\$ 170.000,00
 010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.60.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
 VALOR R\$ 20.000,00
 010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.38.11 Transferência do Sistema Único de Saúde - CEO
 VALOR R\$ 61.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

25.00 Fundo Municipal de Saúde
 25.001 Fundo Municipal de Brusque
 010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
 0.1.38.08 Transferência do Sistema Único de Saúde - PAB
 VALOR R\$ 30.000,00
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
 0.1.38.13 Transferência do Sistema Único de Saúde - NASF
 VALOR R\$ 50.000,00
 010.0301.0275.2272 Manutenção da Assistência Farmacêutica (BLAFB)
 3.3.93.00 Aplicações Diretas decorrentes de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf imp.-Saúde
 VALOR R\$ 150.000,00
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
 0.1.02.00 Rec. de Impostos e de Transf imp.-Saúde
 VALOR R\$ 20.000,00
 010.0304.0105.2279 Manutenção da Vigilância Sanitária
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimento
 0.1.60.01 Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
 VALOR R\$ 20.000,00
 010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
 3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
 0.1.38.11 Transferência do Sistema Único de Saúde – CEO
 VALOR R\$ 61.000,00

II - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2015
624002-9	CEF – FMS BLATB	0.1.38.14 0.3.38.14	R\$ 44.134,35 R\$ 29.618,39
Total			R\$ 73.752,74

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.38.14	R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.38.14	R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.38.14	R\$ 73.752,74

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 23 de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de maio de 2016.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador Geral do Município

IVONIR ZANATTA WEBSTER
Secretária Municipal de Saúde

LEÔNIDAS PEREIRA
Chefe Gabinete do Prefeito

EDITAL N. 007/2016 - RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 007/2016

RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO- PROCESSO SELETIVO N. 007/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO PRELIMINAR RETIFICADO do Processo Seletivo para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme segue:
MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	TEMPO DE SERVIÇO	NOTA PROVA	NOTA FINAL
1	CRISTIANO GIRALDI	15	09	12
2	EDER JAIR KORMANN	13	9,5	11,25
3	ONEIDE BERTOTTI	15	07	11
4	VITAMIR PAVESI	11	10	10,5
5	JAISON FUCK	11	10	10,5
6	CHARLES HORNER	10	10	10
7	IVANIR DEHLAGNE	10	10	10
8	ALEXANDRE ALMEIDA DE SOUZA	09	10	9,5
9	EDSON DA SILVA SOUZA	07	10	8,5
10	GILBERTO HILLESHEIM	06	10	8
11	EVANDRO MOACIR PEREIRA	05	10	7,5
12	EBERTON AMARAL DE OLIVEIRA	05	9,5	7,25
13	ARGEU RIBEIRO	06	8,5	7,25
14	FABIANO LASSOLI	05	8,5	6,75
15	EDVALDO APARICIO FERNANDES	05	07	6
16	NILBERTO GOEDERT	05	06	5,5
-	JOSÉ ROCHA MARTINS	15	0	-
-	ORIDES BERTOLINI	09	0	-
-	CLAUDIO VILL	ST	10	-
-	MARCIO WITKOWSKY	ST	10	-
-	RENATO JOSE RAULINO	ST	10	-
-	MARLOM RAMOS DA SILVA	14	ausente	-
-	OSNIR BATSCHAUER	05	ausente	-
-	FABIO RICARDO DA ROCHA	05	ausente	-
-	ADELAR JOSE DE SOUZA	05	ausente	-
-	WALDECIR BARINGER	S/ TS	ausente	-
-	IZELTON PAULO COSTA	S/ TS	ausente	-
-	FABIO ANTONIO	S/ TS	ausente	-
-	NESTOR BRAS RAMOS	07	ausente	-

Brusque, 13 de junho de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016 LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016

OBJETO: a aquisição de um elevador, tipo elétrico, para transporte de pessoas, sem casa de máquinas, a ser instalado no Prédio da Câmara Municipal de Brusque.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 14h do dia 30 de junho de 2016, na recepção da Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC. (Fone: 47 3351.2891).

ABERTURA DOS ENVELOPES: em seguida à entrega dos envelopes, no mesmo dia (30/06/2016), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço www.camarabrusque.sc.gov.br, ou no endereço acima citado.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente

PORTARIA Nº 1.144/2016

PORTARIA Nº 1.144/2016

O Prefeito do Município de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º – Suspender a contagem do estágio probatório da servidora TATIANE LEITE DALLABRIDA, matrícula nº 491675, efetiva no cargo de Professor com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06/06/2016.

Parágrafo 1º – A suspensão de que trata o caput deste artigo, se dá em virtude de a servidora ter sido nomeada em cargo comissionado, não havendo similaridade de atribuições entre o cargo efetivo e o cargo comissionado exercido, conforme prevê o § 6º do Artigo 26 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de Junho de 2016.
JOSE LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.968, 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.968, 09 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Soraia Regis do cargo de provimento em comissão de Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Laura Cattani Leite.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.971, 09 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.971, 09 DE JUNHO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Tiago Coradini do cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, Coordenador, lotado na Secretaria de Comunicação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de junho de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2016 - LEGISLATIVO

Resolução Nº 3, de 15 de junho de 2016.

Concede Licença ao Vereador Alessandro André Moreira Simas.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedido ao Vereador Alessandro André Moreira Simas, licença por 30 (trinta) dias, no período de 21 de junho de 2016 a 20 de julho de 2016, para tratar, sem remuneração, de interesses particulares, nos termos do que estabelece o artigo 21, III, do Regimento Interno da Câmara Municipal, conforme Requerimento nº 75/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba Diretor Geral

VISTOS PARA DESPACHO 001/2016 - LEGISLATIVO

Vistos para despacho.

O Partido Progressista, por meio do presidente do seu órgão municipal, apresenta requerimento de juntada de ata referente à reunião da sua comissão executiva, realizada em 07/06/2016, na qual foi ratificado o nome de candidato à Vice-Prefeito para concorrer à eleição indireta regida pela Resolução Administrativa nº 02/2015, realizada no dia 06/06/2016.

Como é cediço, a ata de convenção relativa à indicação dos candidatos pelos respectivos partidos ou coligações deve ser apresentada por ocasião do pedido de registro de candidatura (Lei n. 9504/97, art. 11, § 1º; Código Eleitoral, art. 94, § 1º, I; Res. Adm. 02/2015, art. 9º, § 1º, "a").

Outrossim, a sessão de votação já ocorreu e, em tese, o processo foi encerrado, sendo descabida a ratificação extemporânea de ato indispensável ao registro de candidatura, o que, aliás, foi objeto de impugnação ao pedido de registro, indeferido, por maioria, pela Mesa Diretora, e atualmente está sendo alvo de debate judicial.

Nesse passo, sem prejuízo de o partido requerente utilizar-se do expediente para fins judiciais, entendo inadmissível a juntada extemporânea de documento produzido após a realização da eleição, restando, evidentemente, há muito superada a fase de instrução do requerimento de registro.

Nada obstante, a ratificação pretendida sequer é admissível, justo por ser extemporânea (TSE REspe nº 115-40.2012.6.16.0036, Min. Henrique Neves, j. em 04/12/2012) e não tratar-se de equívoco de redação da ata originária (TSE, REspe nº 13282, Min. Eduardo Ribeiro, j. em 19/09/1996).

Assim, INDEFIRO a juntada, devendo ser devolvido os originais ao representante.

Intime-se.

Brusque/SC, 15 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Caçador

PREFEITURA

AVISO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05-2016 PR - 05-2016 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

AVISO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05-2016 PR - 05-2016 - FUNDEMA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE CLÍNICA VETERINÁRIA MUNICIPAL DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FUNDEMA - CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 06/07/2016.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 06/07/2016.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 13 de junho de 2016.

Denise Chiarello Hartmann

Presidente FUNDEMA

DECRETO Nº 6.809

DECRETO Nº 6.809, de 10 de junho de 2016.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com superfície de 512,27m² (quinhentos e doze metros e vinte e sete decímetros quadrados), devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 13391, de propriedade de Edimo Debarba e Loni Alvine Klentz Debarba, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - gleba A, com área de 64,56m² (sessenta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), iniciando no marco denominado '1.2'; segue confrontando com a Rua José Reichmann com o azimute de 136°16'51" e a distância de 2,25 m até o marco '2'; segue confrontando com Edimo Debarba (Matrícula - 13.392) com o azimute de 227°51'26" e a distância de 34,20 m até o marco '5'; segue confrontando com os Lotes 10 e 12 com o azimute de 324°44'47" e a distância de 1,56 m até o marco '5.1'; segue confrontando com Edimo Debarba (Matrícula - 13.391) com o azimute de 46°40'43" e a distância de 33,96 m até o marco '1.2'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 64,56 m².

II - área remanescente, com área de 447,71m² (quatrocentos e quarenta e sete metros e setenta e um decímetros quadrados), iniciando no marco denominado '1'; segue confrontando com a Rua José Reichmann com o azimute de 136°16'51" e a distância de 13,25 m até o marco '2'; segue confrontando com Edimo Debarba (Matrícula - 13.391) com o azimute de 226°40'43" e a distância de 33,96 m até o marco '5'; segue confrontando com Lotes 10 e 12 com o azimute de 324°44'47" e a distância de 14,06 m até o marco '6'; segue confrontando com Edimo Debarba (Matrícula - 3006) com o azimute de 47°52'51" e a distância de 31,90 m até o marco '1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 447,71 m².

Art. 2º Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I – a área descrita no art. 1º, inciso I, será remembrada ao terreno urbano com área de 547,92m² (quinhentos e quarenta e sete metros e noventa e dois decímetros quadrados), de propriedade de Edimo Debarba e Loni Alvine Klentz Debarba, devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº 13392, resultando em uma área total com superfície 612,48m² (seiscentos e doze metros e quarenta e oito decímetros quadrados), iniciando no marco denominado '2'; segue confrontando com a Rua José Reichmann com o azimute de 136°16'51" e a distância de 17,75 m até o marco '3'; segue confrontando com Lote 15 com o azimute de 227°50'12" e a distância de 36,50 m até o marco '4'; segue confrontando com LOTES 12 e 14 com o azimute de 324°44'47" e a distância de 17,18 m até o marco '5'; Daí segue confrontando com EDIMO DEBARBA (Matrícula - 13.391) com o azimute de 46°40'43" e a distância de 33,96 m até o marco '2'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 612,48 m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento e remembramento.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034, DE 09 DE JUNHO DE 2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 034, de 09 de junho de 2016.
Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

O cidadão classificado conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: OPERADOR DE USINA DE ASFALTO
CLASS.: VOLMIR ANTONIO DE LIMA

a) O cidadão deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07-2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07-2016 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 07/2016, Objeto. CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTES PARA SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL SOBRE O ESPECTRO DO AUTISMO, PARA OS PROFESSORES DE 1º AO 5º ANO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, para o ano de 2016 – Caçador – SC, CONTRATADOS – VM TREINAMENTOS CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA – ME CNPJ – 10.616.945/0001-96 com sede no município de Fraiburgo – SC, valor do contrato R\$ - 2.500,00(dois mil e quinhentos reais), vigência : de 16/06/2016 até15/12/2016. SINAHPSE CENTRO CLÍNICO LTDA, CNPJ – 10.512.928/0001-09 com sede no município de Arapongas - PR, valor do contrato R\$ - 4.000,00(quatro mil reais), vigência : de 16/06/2016 até15/12/2016. MARLETE SERAFINI GRANDO, CPF – 516.374.999-49, residente no município de Fraiburgo – SC, valor do contrato R\$ - 1.000,00(Um mil reais), vigência : de 16/06/2016 até15/12/2016. Nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 15 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

LEI Nº 3.304

LEI Nº 3.304, de 09 de junho de 2016.

Regulamenta os art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 46/2003, dispondo sobre o serviço de transporte rodoviário coletivo de passageiros sob o regime de fretamento, de caráter municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Ficam regulamentados os art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 46, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Caçador, no que se refere ao Serviço de Transporte de Passageiros sob o Regime de Fretamento, que será regido pelas normas contidas na presente Lei.

Art. 2º Entende-se por Serviço de Transporte de Passageiros sob Regime de Fretamento aquele que:

I - se destinar à condução de pessoas sem cobrança individual de passagens;

II - não estiver sujeito à tarifa de serviço de Transporte Coletivo Urbano;

III - não se caracterizar como linha regular de ônibus, com itinerário, pontos de paradas e horários definidos pelo Poder Público;

IV - não se caracterizar em serviço de transporte coletivo de passageiros prestado ao público em geral, mas de forma exclusiva para o contratante;

V - seja exercido mediante contrato de transporte firmado previamente com vistas a atender necessidades adicionais e por período determinado, em virtude de eventos especiais ou contínuos.

Art. 3º O Transporte executado por empresas, com fins comerciais e por qualquer outra forma remunerada, dependerá de autorização do Poder Público Municipal.

Art. 4º Para os fins da presente lei, os serviços de Transporte de Passageiros sob o Regime de Fretamento classificam-se em:

I - Serviço de Fretamento Contínuo, que é aquele serviço prestado a uma pessoa jurídica mediante contrato escrito, tendo por objetivo o transporte de empregados ou dirigentes de empresas, por um determinado número de viagens correspondente a dias, semanas ou meses de trabalho;

II - Serviço de Fretamento Eventual, é o serviço prestado a um cliente ou a um grupo de pessoas, mediante contratação para uma viagem, no âmbito do município;

III - Serviço de Transporte de Turistas, pelo qual, se entende o Transporte de pessoas mediante condições previamente estabelecidas entre as partes interessadas, efetuadas por qualquer tipo de veículo que atenda os requisitos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, desde que vistoriado e autorizado pelo Poder Público Municipal;

IV - Serviço Particular com veículo próprio é a atividade realizada por empresas ou entidades, com seus próprios veículos, para transportar exclusivamente pessoas que com elas mantenham vínculo empregatício ou que se relacionem à sua atividade.

Parágrafo único. As empresas estabelecidas em Caçador e que possuam veículos de transporte coletivo, destinados ao transporte de funcionários das empresas de e para as suas instalações, ficam sujeitas às disposições da presente Lei.

Art. 5º Somente serão autorizados a efetuar as modalidades de Serviço de Fretamento Contínuo, Serviço de Fretamento Eventual e Serviço de Transporte de Turistas, aqueles veículos emplacados e licenciados no Município de Caçador.

§ 1º Os veículos acima de 10 (dez) anos de fabricação devem apresentar vistoria efetuada em empresa credenciada junto ao DETRAN.

§ 2º Na vistoria, serão verificadas as condições mecânicas, elétricas, do chapeamento, da pintura, do estofamento e outros elementos de segurança dos veículos, bem como também os requisitos básicos de higiene e estética.

§ 3º O veículo que for reprovado na vistoria prevista no § 2º, terá o prazo de até 20 (vinte) dias para reapresentar o veículo para revisão do(s) item(ns) reprovado(s).

§ 4º A apresentação de vistoria realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Departamento de Transportes e Terminais (DETER), ou outro órgão que vier a substituí-los, supre a vistoria a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 5º No Certificado de Registro de Veículo (CRV), a categoria que deverá constar é aluguel, não sendo permitida categoria particular.

Art. 6º Por ocasião das vistorias, será fornecida uma licença para realização das viagens, pelo prazo determinado, conforme previsto no art. 5º, ocasião em que deverá ser apresentada pelo autorizador, licença anterior, e prova de quitação do ISSQN para com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 7º Para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento, o motorista deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser maior de 21 (vinte e um) anos;
II - estar habilitado na categoria D;
III - não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;

IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, conforme suas Resoluções nºs 55 e 57/98.

Art. 8º Será exigida a seguinte documentação para concessão de licença para o Serviço de Transporte sob Regime de Fretamento:

I - cópia do registro da pessoa Jurídica na Junta Comercial;
II - comprovante de residência ou sede no Município de Caçador;
III - cópia do Certificado de Registro do Veículo, em nome da pessoa física ou jurídica, do titular da microempresa ou da empresa;
IV - cópia da Carteira Nacional de Habilitação do(s) motorista(s) conforme Código de Trânsito Brasileiro, na categoria "D";
V - certificado da Vistoria em conformidade com o § 3º do art. 5º desta Lei;
VI - quando não for o proprietário no contrato social, contrato de trabalho de motorista.

Parágrafo único. No caso de sublocação, deverá ser apresentada cópia do respectivo contrato, devendo o titular assumir a responsabilidade pela sublocação.

Art. 9º O veículo que não se enquadrar nas disposições desta Lei, poderá ser apreendido pela Autoridade de Trânsito e seus Agentes, até a sua regularização, conforme art. 231, inciso VIII do Código de Trânsito Brasileiro e mediante o pagamento da multa de 10 (dez) vezes o valor de referência municipal.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, o valor da multa será cobrado em dobro, e assim sucessivamente.

Art. 10. Fica vedado o transporte de passageiros na modalidade

de transporte sob regime de fretamento em limite superior àquele indicado pelo fabricante do veículo, sob pena de multa no valor de 02 (duas) vezes o valor de referência municipal, sem prejuízo das demais multas previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, o valor da multa será cobrado em dobro, e assim sucessivamente.

Art. 11. As empresas que já estiverem efetuando transporte de passageiros na modalidade de Fretamento tem prazo até a renovação do Alvará de Licenciamento Anual, para adequarem-se às normas aqui estabelecidas, a partir da vigência da presente Lei.

Art. 12. Cabe à Autoridade de Trânsito e seus Agentes proceder à fiscalização e vistoria dos veículos a que se refere a presente Lei, aplicando as penalidades cabíveis, na forma da legislação vigente.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.305

LEI Nº 3.305, de 09 de junho de 2016.

Suplementa e anula parcialmente dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2016, em favor da Fundação Municipal de Cultura de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a suplementar parcialmente dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município de Caçador, em favor da Fundação Municipal de Cultura de Caçador, na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), na forma que segue:

13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
13.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
13.392.19.2.69 - Manutenção do Departamento de Cultura
4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Parágrafo único. Os recursos financeiros transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear despesas advindas da aquisição de instrumentos musicais para a Banda Musical Municipal Aurora.

Art. 2º Em cumprimento ao art. 1º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

01 - PODER LEGISLATIVO
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL
1.031.0001.1.191 - Modernização da Estrutura Patrimonial
3.3.90.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 110.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 3.306

LEI Nº 3.306, de 09 de junho de 2016.

Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 2.913, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores do Município de Caçador para Legislatura 2013/2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 2.913, de 28 de junho de 2012, que dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores do Município de Caçador para Legislatura 2013/2016, e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal, fica fixado em parcela única mensal no valor de R\$ 11.879,71 (NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de junho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.955

PORTARIA Nº 26.955, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado no mês de maio de 2016, especificando: códigos, nomes, cargos, setores/programas atendidos, número de horas efetivas do sobreaviso, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setores – Programas Atendidos	Nº Horas Sobreaviso
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social	CREAS, Casa Lar e Casa de Passagem	69h
7785	Elizete Farias	Assistente Social	CREAS, Casa Lar e Casa de Passagem	161h
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	CREAS, Casa Lar e Casa de Passagem	172h
7848	Neiva Viecelli	Assistente Social	CREAS, Casa Lar e Casa de Passagem	144h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.958

PORTARIA Nº 26.958, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, na Secretaria de Saúde e de 15/04/2016 a 14/05/2016, nas demais Secretarias e órgãos Municipais, especificando código, nome do servidor e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
620	Ana Lucia Abdalla Ricardo	19h53min
13950	Anderson Luiz Ramos	12h40min
13375	Andre Eduardo Lemos	00h40min

12037	Angela Cristine Beckert	04h20min
1771	Aurelio Luiz Arrabar	17h07min
14033	Bruna Carolini Szymkuv	08h00min
12038	Camila Domingues de Souza	07h12min
13967	Caroline Tramontini	60h22min
14512	Cibele Aparecida dos Santos Rosa Dias	17h07min
2610	Cladimir Torezan	04h00min
11809	Clairton Mario Correa	4h20min
5021	Cristiane dos Santos Lima	12h32min
13983	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	01h03min
13927	Daniela Fraga	01h22min
7708	Deise Cristina Ferreira Bourcscheit	09h35min
11937	Dirce Teresinha Mantovani	11h02min
11860	Edemir Januario da Costa	00h57min
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	03h18min
12021	Eliane Gouveia	07h48min
13981	Francieli Cavichioli Tasca	09h57min
769	Geni Aparecida dos Santos	08h00min
13982	Gessica Costa Antunes	16h00min
11865	Gislaine Lemes da Silva	08h00min
11879	Hortencia Teresinha Girardi Ramos	04h23min
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	04h55min
7707	Ivanir Weber	02h55min
13970	Ivone Geraldina Almeida	16h17min
8075	Jane Schneider	02h38min
11853	Jane Terezinha Souza Didone	16h00min
14085	Jenifer de Lima da Silva	03h43min
13977	Jessica Padilha	28h07min
14111	Jorge Henrique Muller Joao	02h57min
11946	Jucinei Pires do Prado	16h00min
13978	Juliane Rossetti	08h00min
13975	Karine Aparecida dos Santos Bataglion	04h53min
11850	Larissa Strapasson Binder	05h30min
7704	Leonice Candiago	16h12min
14037	Lindamir Terezinha Kuracz	04h02min
14277	Liriane Marques de Lima	04h32min
12590	Loraine Borghetti Rotta	01h33min
13984	Luciane Xavier dos Santos	01h02min
5635	Luciano Caregnato	00h58min
10620	Luciano Fernandes Valota	16h00min
11967	Lucimar dos Santos	24h27min
7784	Mara Rubia Cordeiro	07h12min
3273	Maria Estela Cavichioli	03h28min
9488	Maria Lucia Batista Piran	48h00min
11965	Marilene de Cassia Favero	02h22min
12056	Matheus Moro	03h02min
13891	Meghi Cristine Nizer	11h37min
632	Miguelangelo Cury	04h00min
10461	Mirian Ficagna	12h65min
11856	Oneide Granemann Dias Wandscheer	08h00min
11885	Paulina Voleinik	11h13min
14503	Rafael Stecca Martins	18h00min
13370	Raphael Salgado Pedroso	08h00min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	34h00min

10961	Renata Cristina da Silva Favarao	12h00min
13887	Renata Machado Aires	04h00min
10102	Rosa Meri Coluzzi	08h00min
1053	Rosemaria Combin	05h57min
14017	Rosilda Cristina Regert	46h38min
12727	Rudyr Fausto Buba	03h33min
14126	Sandra Maria Koch Bock	40h00min
10541	Sara Nadiesa Velasques	05h23min
229	Selia Fatima Pandini	03h33min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	31h48min
11951	Silvana Maria Cristaldo	03h37min
9197	Simone Aparecida Gonçalves Correa Machado	64h00min
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	08h57min
14123	Susana Ribeiro	11h45min
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	13h47min
11861	Suzana Fernandes Garipuna	19h37min
13976	Tanally Antunes de Lima	17h33min
11871	Tatiana Moraes	11h32min
3386	Terezilda Scolari	08h00min
11859	Vanira Santos de Moraes	10h43min
10477	Viviane Kuster	03h43min
11941	Zenaide Heyer Gois	19h18min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.960

PORTARIA Nº 26.960, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS, prestados, respectivamente, no período de 15/04/2016 a 14/05/2016, e 01/04/2016 a 30/04/2016, especificando código, nomes, quantidade de horas e Secretaria de lotação e/ou exercício:

Código	Nome	Nº de Horas	Secretaria/Órgão
14100	Acir dos Santos	91h48min	003 – Infraestrutura
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	60h00min	007 – Agricultura
1964	Adelar Geraldo Piran	60h00min	501 – Saúde
836	Adelmir Pontes Fernandes	08h58min	003 – Infraestrutura
7982	Adriana Bento Grobe	40h00min	518 – Saúde
12875	Adriele Belli Carlim Danese	10h12min	002 – Administração
10788	Aires Roberta da Rosa	37h08min	512 – Saúde
14516	Alcir Pires dos Santos	09h10min	003 – Infraestrutura
1836	Aldecir Barp	55h17min	003 – Infraestrutura
14081	Alessandro Luiz Ribeiro	50h00min	502 – Saúde
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	55h65min	501 – Saúde
14125	Alexandre Zotto	61h05min	003 – Infraestrutura
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	35h58min	512 – Saúde
2512	Altino Inácio Carneiro	45h00min	008 – Assistência Social e Habitação
1453	Alvaro Santos de Castro	60h00min	501 – Saúde
14121	Anderson dos Santos	73h32min	003 – Infraestrutura
14092	Anderson Roberto Goes	94h07min	003 – Infraestrutura
5063	Andre Augusto Carneiro	41h03min	007 – Agricultura

14079	Andre Leonardo Mazzotti	60h00min	502 – Saúde
14073	Andressa Quintino da Silva	40h00min	511 – Saúde
8628	Angela Knebel	12h00min	032 – Dittesc
846	Antonio Carlos Bittencourt	34h00min	002 – Administração
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	42h00min	032 – Dittesc
314	Antonio Valmiro Alves Weber	12h48min	003 – Infraestrutura
1384	Antonio Vanderlei Pires	10h40min	003 – Infraestrutura
2634	Argemiro Zotto	55h48min	003 – Infraestrutura
2494	Bruno Gonçalves dos Santos	41h00min	032 – Dittesc
4953	Camilo Paganini	60h00min	501 – Saúde
10775	Candice Valeida Goltz	20h07min	042 – Saúde
10179	Carlos Alberto Machado	25h45min	003 – Infraestrutura
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	08h58min	003 – Infraestrutura
6833	Cassia Regina Garcia Maciel	38h42min	512 – Saúde
13620	Cheila Karei Siega	05h33min	042 – Saúde
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	29h07min	042 – Saúde
11809	Clairton Mario Correa	25h40min	042 – Saúde
831	Clarice Abrao	40h00min	502 – Saúde
8413	Claudete Maria Bento Corrente	24h22min	513 – Saúde
854	Claudio Antonio Machado	47h00min	007 – Agricultura
286	Claudio Sobieski	43h00min	003 – Infraestrutura
10297	Claudio Sonogo	26h00min	032 – Dittesc
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	08h30min	003 – Infraestrutura
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	24h00min	032 – Dittesc
14059	Daniela Susin	41h22min	520 – Saúde
14089	Daniele Cristiane Ferreira Leites	60h00min	008 – Assistência Social e Habitação
8	Darci Alves	82h33min	003 – Infraestrutura
764	Darci Pires de Camargo	04h50min	002 – Administração
1206	Davi Ribeiro	41h00min	032 – Dittesc
364	Delma Leticia Dri Ficagna	35h55min	512 – Saúde
14598	Diego Alves de Moura	14h47min	003 – Infraestrutura
7993	Diogo Borges Barbosa	33h00min	032 – Dittesc
12794	Doraci de Jesus Soares	34h57min	502 – Saúde
2503	Dorival Gonçalves Soares	43h00min	032 – Dittesc
2027	Edezio Recalcatti	60h00min	501 – Saúde
10292	Edgar Aimi	15h00min	032 – Dittesc
2496	Edilson Joao Massucato	39h50min	032 – Dittesc
10766	Edina Ferreira Lopes	39h35min	042 – Saúde
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	27h45min	042 – Saúde
1301	Edson Iaroch	38h35min	003 – Infraestrutura
14102	Edson Luiz Silveira	44h15min	003 – Infraestrutura
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	27h57min	517 – Saúde
11057	Elisa Regina Kruguer Possenti	53h58min	510 – Saúde
7744	Elizandra Diedrich	34h03min	523 – Saúde
8612	Elizeni Batista Amaral	36h00min	008 – Assistência Social e Habitação
7785	Elizete Farias	32h00min	008 – Assistência Social e Habitação
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	40h00min	502 – Saúde
103	Eltes Francisco Sinhoin	60h00min	501 – Saúde
11139	Eunice Misayo Ueda	51h50min	008 – Assistência Social e Habitação
1278	Eurico Antonio de Oliveira	47h50min	003 – Infraestrutura
1452	Evaldo Maurilio	40h00min	003 – Infraestrutura
14120	Evonei Cassiano Barroso	27h23min	003 – Infraestrutura
7984	Ezequiel Marcio Colaço	28h00min	032 – Dittesc
14078	Fabiano Midgniski	60h00min	502 – Saúde
14086	Fabio Barbosa de Miranda	48h30min	008 – Assistência Social e Habitação
9200	Fabio de Lima Garcia	36h00min	032 – Dittesc
14122	Fabio Jose Cordeiro	79h52min	003 – Infraestrutura
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60h00min	008 – Assistência Social e Habitação
8336	Fernando Antonio Sinhoin	33h00min	032 – Dittesc
8552	Fernando Luiz da Silva Oliveira	55h57min	003 – Infraestrutura
3278	Frenezi de Oliveira	23h28min	525 – Saúde
14055	Gardel Geisel Chinato	51h38min	003 – Infraestrutura
769	Geni Aparecida dos Santos	23h43min	510 – Saúde
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	31h00min	002 – Administração

14119	Gilmar Jorge Fernandes de Lara	45h00min	003 – Infraestrutura
14112	Gustavo Alves da Silva	34h12min	003 – Infraestrutura
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	38h00min	032 – Dittesc
10485	Helio Luiz Wirschum	40h00min	503 – Saúde
14077	Henrique Lenardt Junior	60h00min	502 – Saúde
2492	Ilto Adao Ferreira	96h13min	003 – Infraestrutura
1517	Iria dos Prazeres de Souza	36h00min	002 – Administração
7670	Isolete Renon Farias	21h00min	008 – Assistência Social e Habitação
1899	Itamar Abreu do Nascimento	21h45min	003 – Infraestrutura
1210	Ivanir Baseggio	60h00min	030 – Educação
7707	Ivanir Weber	35h18min	510 – Saúde
14093	Ivo Osmar Machado	60h28min	003 – Infraestrutura
14114	Jair de Azeredo	60h00min	002 – Administração
1833	Jair Ramos	45h00min	003 – Infraestrutura
2491	Jandir Antunes de Oliveira	43h00min	002 – Administração
1279	Joao Jose do Prado	27h42min	003 – Infraestrutura
1347	Joao Maria Hornburg	60h00min	003 – Infraestrutura
10823	Jocemara Silva	38h00min	007 – Agricultura
11890	Jorge Jair de Moura Borges	60h00min	042 – Saúde
9201	Jose Augusto Moreira Prado	39h50min	032 – Dittesc
888	Jose Osni Batista	72h33min	003 – Infraestrutura
14583	Jose Ricardo Kuhn	60h00min	003 – Infraestrutura
198	Jose Valdir Peretti	43h27min	003 – Infraestrutura
881	Jose Volni Arruda Palhano	38h20min	003 – Infraestrutura
674	Joventino Rodrigues dos Passos	48h00min	003 – Infraestrutura
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	20h13min	530 – Saúde
3174	Julio Cesar Petrykowski	36h23min	003 – Infraestrutura
932	Juracema Teodoro	20h50min	521 – Saúde
46	Jurua Coelho de Souza Filho	31h00min	002 – Administração
10457	Katia Cilene Bronner	09h37min	521 – Saúde
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	47h10min	008 – Assistência Social e Habitação
11850	Larissa Strapasson Binder	13h67min	042 – Saúde
10470	Liane Capelin	32h10min	008 – Assistência Social e Habitação
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	18h00min	032 – Dittesc
12590	Loraine Borghetti Rotta	32h38min	042 – Saúde
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	40h00min	530 – Saúde
8339	Luciara Garcez Coelho	18h00min	032 – Dittesc
11032	Luiz Antonio Wanciw	40h00min	525 – Saúde
428	Luiz Gonçalves	17h50min	003 – Infraestrutura
7824	Maicon Sgarbossa	40h00min	512 – Saúde
7784	Mara Rubia Cordeiro	32h23min	512 – Saúde
14103	Marcelo Alves da Silva	48h15min	003 – Infraestrutura
3852	Marcia de Araujo Mattia	40h00min	505 – Saúde
1033	Marcio Ernani Teles de Oliveira	23h50min	003 – Infraestrutura
8335	Marcio Faccioni de Mello	06h00min	032 – Dittesc
2522	Marcos Cordeiro	64h02min	003 – Infraestrutura
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	12h20min	003 – Infraestrutura
3273	Maria Estela Cavichioli	45h03min	003 – Infraestrutura
9385	Maria Eva Martins da Silva	24h17min	502 – Saúde
9393	Maria Helena Moreira Magalhaes	40h00min	514 – Saúde
3517	Mario da Silva Medeiros	61h20min	003 – Infraestrutura
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	36h47min	525 – Saúde
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	60h00min	008 – Assistência Social e Habitação
660	Marly Pohlenz Zanin	47h00min	007 – Agricultura
12602	Mauricio Balduan	33h00min	032 – Dittesc
14581	Milton Gomes Ribeiro	76h52min	003 – Infraestrutura
8331	Monica Michele Witiuk	40h00min	526 – Saúde
6647	Monica Senn	07h32min	002 – Administração
1271	Neide Terezinha Oliveira Broch	05h07min	042 – Saúde
7686	Neiva Teixeira da Rosa	36h00min	007 – Agricultura
7848	Neiva Vieceli	24h00min	008 – Assistência Social e Habitação
6532	Nelci Terezinha Noll	12h03min	502 – Saúde
14582	Nelson Batista	30h28min	005 – Educação
3767	Nelson Carlin Navroski	40h00min	032 – Dittesc

1846	Nery Franklin da Silva Junior	20h43min	003 – Infraestrutura		
9487	Nilso Jose Godinho	63h02min	003 – Infraestrutura		
14584	Nilso Roberto Goes	46h37min	003 – Infraestrutura		
402	Nilson Donizete Medeiros	60h00min	008 – Assistência Social e Habitação		
14105	Nilton Goes Junior	69h23min	003 – Infraestrutura		
11138	Noeli Gonçalves de Queiros	12h50min	003 – Infraestrutura		
569	Oracides Pires de Camargo	130h00min	030 – Educação		
1446	Otacílio de Jesus Amaral	66h28min	003 – Infraestrutura		
1993	Parcival Antonio Pinzigher	60h00min	030 – Educação		
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	34h12min	515 – Saúde		
10465	Paulo Eduardo Estanislowski	10h00min	008 – Assistência Social e Habitação		
884	Paulo Norberto Combin	66h33min	003 – Infraestrutura		
10099	Paulo Voleinik	68h37min	003 – Infraestrutura		
902	Pedro Cesar Locatelli	45h00min	003 – Infraestrutura		
14080	Petras dos Santos	60h00min	502 – Saúde		
14513	Priscilla Nunes	44h00min	008 – Assistência Social e Habitação		
14098	Rafael Api	37h47min	003 – Infraestrutura		
7994	Raquel de Fatima Galina	08h00min	032 – Dittesc		
8479	Rejane Serafini	36h28min	516 – Saúde		
14017	Rosilda Cristina Regert	46h42min	042 – Saúde		
14106	Rubens Jofre Goes	93h53min	003 – Infraestrutura		
14104	Rudinei Gregorio	64h08min	003 – Infraestrutura		
2628	Rui Matana	60h00min	003 – Infraestrutura		
9699	Salete Noll	31h15min	515 – Saúde		
10764	Sandra Aparecida Correa	07h07min	512 – Saúde		
1720	Sandro Jose Neres da Rocha	60h00min	501 – Saúde		
7746	Santina Piacentini	60h00min	008 – Assistência Social e Habitação		
3437	Sayonara Galina	41h65min	524 – Saúde		
10928	Serly de Goes dos Santos	06h10min	003 – Infraestrutura		
14101	Sidnei dos Santos	87h23min	003 – Infraestrutura		
1963	Silvio dos Santos Varela	17h00min	003 – Infraestrutura		
10224	Simone do Nascimento Cardoso	08h18min	042 – Saúde		
135	Sueli Terezinha Bueno	40h00min	511 – Saúde		
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	16h30min	008 – Assistência Social e Habitação		
10785	Vagner Gonçalves	40h00min	512 – Saúde		
1448	Valdeci Salete Ribeiro	14h10min	003 – Infraestrutura		
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	60h00min	501 – Saúde		
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	60h00min	501 – Saúde		
123	Valdemar de Lima Ribeiro	45h00min	003 – Infraestrutura		
627	Valdir Medeiros de Oliveira	11h23min	003 – Infraestrutura		
1328	Valmir do Prado Geraldo	60h00min	003 – Infraestrutura		
1376	Veroni Salete Dalaqua	39h38min	511 – Saúde		
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	60h00min	042 – Saúde		
14107	Vilmar Antonio Antunes	24h00min	007 – Agricultura		
2497	Vilmar Goes	57h00min	002 – Administração		
1535	Vilmar Miguel Dobner	60h00min	501 – Saúde		
786	Vilmar Moreira dos Santos	24h57min	003 – Infraestrutura		
10484	Vinicius Alexandre Soares	12h30min	007 – Agricultura		
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	12h00min	032 – Dittesc		
10790	Willian Cardoso Ribeiro	32h22min	042 – Saúde		
14076	Willian Gualberto Werle	60h00min	502 – Saúde		
12588	Willian Schroder	59h52min	042 – Saúde		
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	13h30min	003 – Infraestrutura		

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.961

PORTARIA nº 26.961, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/04/2016 a 15/05/2016, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
1964	Adelar Geraldo Piran	15h53min
7982	Adriana Bento Grobe	16h58min
1836	Aldecir Barp	27h07min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	03h10min
1453	Alvaro Santos de Castro	45h28min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	40h58min
14073	Andressa Quintino da Silva	02h07min
8628	Angela Knebel	69h00min
4953	Camilo Paganini	12h43min
11809	Clairton Mario Correa	04h28min
831	Clarice Abrao	80h00min
10297	Claudio Sonogo	75h00min
10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	144h00min
576	Daniel Pires de Camargo	144h00min
14059	Daniela Susin	03h00min
14089	Daniele Cristiane Ferreira Leites	56h00min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	09h02min
1303	Dioclecio Alves de Moura	60h00min
7993	Diogo Borges Barbosa	75h00min
12794	Doraci de Jesus Soares	41h07min
2027	Edezio Recalcatti	41h22min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	04h53min
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	05h48min
103	Eltes Francisco Sinhorin	43h20min
7984	Ezequiel Marcio Colaço	09h00min
14078	Fabiano Midginski	34h42min
14086	Fabio Barbosa de Miranda	72h00min
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	104h00min
8336	Fernando Antonio Sinhorin	75h00min
3278	Frenezi de Oliveira	05h27min
1276	Geraldo Moraes da Silva	120h00min
14077	Henrique Lenardt Junior	22h43min
7707	Ivanir Weber	17h57min
14114	Jair de Azeredo	01h33min
1347	Joao Maria Hornburg	144h00min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	23h57min
1242	Jose Aldo Moraes da Silva	56h00min
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	144h00min
1457	Jose Vilmar Soares de Miranda	144h00min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	56h00min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	05h17min
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	56h00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	15h58min
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240h00min
11032	Luiz Antonio Wanciw	55h07min
7784	Mara Rubia Cordeiro	08h00min
8335	Marcio Faccioni de Mello	75h00min
3273	Maria Estela Cavichioli	07h58min
13465	Marilei Dallagnol	72h03min
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	15h57min
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	32h00min
12602	Mauricio Bolduan	75h00min

8331	Monica Michele Witiuk	15h57min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144h00min
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	06h58min
14080	Petras dos Santos	39h47min
14513	Priscilla Nunes	56h00min
7994	Raquel de Fatima Galina	75h00min
8479	Rejane Serafini	88h02min
14017	Rosilda Cristina Regert	20h57min
10764	Sandra Aparecida Correa	78h03min
1720	Sandro Jose Neres da Rocha	56h20min
7746	Santina Piacentini	120h00min
3437	Sayonara Galina	07h58min
135	Sueli Terezinha Bueno	00h27min
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	07h10min
10785	Vagner Gonçalves	101h58min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	13h22min
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	39h18min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	39h27min
1535	Vilmar Miguel Dobner	34h00min
10790	Wiliam Cardoso Ribeiro	15h57min
14076	Wiliam Gualberto Werle	32h08min
12588	Willian Schroder	06h00min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.962

PORTARIA Nº 26.962, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, no Setor de Vigilância Sanitária, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestado durante o mês de maio de 2016, especificando códigos, nomes, cargos, setores e número de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Setor	Nº de Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista	Vigilância Sanitária	264h
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	Vigilância Sanitária	162h
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	Vigilância Sanitária	156h
3361	Janete Lisboa Velasques	Fiscal Sanitarista	Vigilância Sanitária	132h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.973

PORTARIA Nº 26.973, de 31 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com redação da Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, em contrato temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 20 (vinte) horas semanais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo, unidade escolar de lotação e data de início da licença, conforme atestado médico apresentado:

Código	Nome	Cargo	Escola de lotação	A contar de
13907	Gislaine Thaina Martins Jakubin	Professor Educação Infantil	EMEB Henrique Júlio Berger	27/05/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de maio de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.992

PORTARIA Nº 26.992, de 13 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 26.282, de 15 de dezembro de 2015, que averbou para efeitos de aposentadoria, o Tempo de Contribuição vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da Servidora Pública Municipal CIZETE CATTELAN, somente no que se refere ao tempo de contribuição informado, que passa a corresponder a 1.476 dias (um mil, quatrocentos e setenta e seis dias), ou 04 (quatro) anos e 16 (dezesseis) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20725002.1.00006/97-4, retificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 06 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.993

PORTARIA Nº 26.993, de 13 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

DDEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição prestado na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, no cargo de Professor contratado em caráter temporário – ACT, da Servidora Pública Municipal CIZETE CATTELAN, matrícula 2016, lotada na Secretaria Municipal da Educação, correspondente a 223 dias (duzentos e vinte e três dias), ou 00 (zero) anos, 07 (sete) meses e 13 (treze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 111/2016, expedida pelo IPREV, datada de 17 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 036, DE 13 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA nº 036, de 13 de junho de 2015.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Odila Damacena Ferlin.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referentes ao período aquisitivo de 18/02/2015 a 17/02/2016, à servidora Odila Damacena Ferlin, ocupante do cargo de assistente administrativo, com pagamento juntamente com a remuneração mensal da competência 06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.099/2016

DECRETO N.º 3.099/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação

Código Reduzido: 07

VALOR: R\$ 2.000.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 5.001 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, dos exercícios anteriores, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 1º de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.100/2016

DECRETO N.º 3.100/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes

Função: 27 - Desporto e Lazer

Sub-função: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0017 - Gestão de Incentivo aos Esportes

Atividade: 2.054 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 7

VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 1º de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.101/2016

DECRETO N.º 3.101/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 - Manut. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 07

VALOR: R\$ 39.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 1º de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 - Manut. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 39.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.103/2016

DECRETO N.º 3.103/2016

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados), representada pelo Lote 302 do Loteamento Albert Hermann Putter, situado na Rua Margarida, n.º 238, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú. Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua Margarida, onde mede 10 m (dez metros); com fundos ao NORTE com parte do Lote 327 e parte do Lote 328, onde mede 10 m (dez metros); estrema ao LESTE com o Lote 302, onde mede 22 m (vinte e dois metros); estrema ao OESTE com o Lote 303, onde mede 22 m (vinte e dois metros).

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de Enedina Severo de Proêncio, portadora do RG n.º 1.700.811 e inscrita no CPF sob o n.º 304.877.149-20 e de Luiz Alves de Proêncio, portador do RG n.º 1.517.651 e inscrito no CPF sob o n.º 828.941.839-68, ambos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 13 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

TERMO DE ALTERAÇÃO PR 21/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ALTERAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL Nº. 021/2016-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital de PREGÃO PRESENCIAL 021/2016-PMC, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, MOBILIÁRIO E COMPUTADOR PARA A NOVA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS E PARA ACADEMIA DE SAÚDE, CAPS E GALPÃO DOS MOTORISTAS", teve a data de Abertura das Propostas e documentos de Habilitação alterada para às 13:00 horas do dia 23/06/2016, na sala reuniões do Depto. de Compras da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Camboriú. INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500.

Camboriú, 15 de Junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de limpeza, copa e cozinha para os órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MÉTODO UNIFORMES EIRELI - EPP, CNPJ: 22.723.564/0001-95, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 21/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>1- CAMISETA MANGA CURTA TIPO RAGLÃ - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da camiseta manga curta: camiseta manga curta tipo rayglã, com o corpo confeccionado em meia malha PA (50% Algodão e 50% Poliéster), com gramatura mínima de 165g/m², na cor Branca Pantone 11-4800 TPX, mangas confeccionadas em meia malha PV (67% Poliéster e 33% Viscose), com gramatura mínima de 165 g/m², na cor Verde 18-6024 Pantone TPX. Entre o corpo principal e as mangas detalhe da parte da frente e as costas da camiseta, deverá conter um friso medindo este na peça pronta 3mm, confeccionado em tecido meia malha PV (67% Poliéster e 33% Viscose), com gramatura de 165g/m², fio 30.1, na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX.</p> <p>Na frente à camiseta deverá conter uma etiqueta termocolante do Brasão de Campo Alegre". Nas costas deverá conter um silkscreen com o escrito "Educação. A gola será em retilínea.</p>	4.200	20,2345	84.984,96
02	<p>BERMUDA MASCULINA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da bermuda masculina: Bermuda escolar masculina confeccionada em tadelmaquinate em 100% Poliéster com gramatura de 114 g/m² com tolerância de +/- 5%, com desenho formando uma colmeia em forma hexagonal, medindo 5mm de altura por 4mm de largura, base de 1mm e vértice de 3mm, no sentido diagonal, e relevos do desenho aparentes, com acabamento em resina impermeável na cor Verde Pantone 18-6024 TPX, com bolsos laterais tipo faca. Detalhe na cor Branco Pantone 11-4800 TPX na perna esquerda. Na bermuda entre o detalhe Branco Pantone 11-4800 TPX e o corpo da bermuda Verde Pantone 18-6024 TPX, deverá conter uma fita personalizada, com largura de 2,4 cm. No detalhe branco, deverá conter um Brasão de "Campo Alegre" em forma de etiqueta termocolante, conforme desenho.</p>	2.075	21,1980	43.985,85
03	<p>BERMUDA FEMININA TIPO CICLISTA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da Bermuda Feminina: tipo ciclista, confeccionada em Helanca 100% Poliamida com gramatura mínima de 270g/m², na cor Verde Pantone 18-6024 TPX, com detalhe na cor Branco Pantone 11-4800 TPX. Na perna esquerda entre o detalhe na cor Branco e o corpo na cor Verde deverá estar sobreposta uma fita personalizada. No centro do detalhe branco deverá conter uma etiqueta termocolante do Brasão de Campo Alegre conforme desenho.</p> <p>Etiqueta Termocolante: etiqueta termocolante tecida em fundo tafetá plus branco em alta definição com fios de figura em poliéster termocolante pó com recorte a laser nas cores do Brasão de Campo Alegre, que deverá ser fixada em prensa térmica a 180º em 15 segundos e bordada em seu contorno na cor branca para que ocorra a fixação da etiqueta e não comprometa sua qualidade. O Brasão deverá medir 7,0 cm de altura por 6,5 cm de largura.</p>	2.075	23,1251	47.984,58

04	<p>JAQUETA ESCOLAR - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Características da Jaqueta Escolar: Jaqueta na cor Azul Verde Pantone 18-6024 TPX, Gramatura: 195 g/m², Composição: 80% Poliéster e 20% Poliamida, Tipo de Malha (tecnologia) malharia Urdume .Acabamento Final Prefixação, Felpado, fixado, Felpa Alta.Com bolsostipo Canguru. Nas laterais das mangas, a partir do início do ombro, deverão ser sobrepostas e costuradas, faixas tipo adidas, com largura de 1,2cm cada uma, sendo as duas confeccionadas em tecido helanca light, composta de 100% Poliéster com gramatura de 115g/m², com 1,2 cm de largura cada, uma na cor branca Pantone 11-4800 TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distancias de 0,5 cm entre si. A jaqueta deverá ter mangas retas e gola esportiva com o fechamento em zíper de nylon destacável na cor Verde Pantone 19-4053 TPX da barra ate o final da gola. Detalhe na cor branca, na frente, do mesmo tecido do corpo e no detalhe branco da frente da jaqueta devera ter um termo colante do brasão do município de Campo Alegre, conforme o desenho abaixo:</p> <p>Nas costas da jaqueta, no detalhe branco, deverá conter um silkscreen da palavra "Educação" em fonte de letra Brush Script MT e o nome do Município de "Campo Alegre" em fonte de letra Arial, sendo as duas palavras em cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX e um detalhe abaixo da palavra Educação na cor Verde (Pantone 18-6024TPX), conforme ilustração.</p> <p>Gola, barra e punho em retílinea: dupla, composta de 100% Acrílico, medindo 4,4 cm. Começando da ponta para a costura da manga:</p> <p>1,0 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 0,4 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Branco Pantone 11-4800 TPX; 1,3 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 0,4 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX; 1,3 cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX; 4,4cm com fio tinto 100% acrílico na cor Verde Pantone 18-6024 TPX na sua parte interna.</p> <p>Etiqueta Termocolante: etiqueta termocolante tecida em fundo tafetá plus branco em alta definição com fios de figura em poliéster termocolante pó com recorte a laser nas cores do Brasão de Campo Alegre que deverá ser fixada em prensa térmica a 180º em 15 segundos e bordada em seu contorno na cor branca para que ocorra a fixação da etiqueta e não comprometa sua qualidade.O Brasão deverá medir 7,0 cm de altura por 6,5 cm de largura.</p> <p>Silkscreen: silk simples a base d'água na parte de trás Branca Pantone 11-4800 TPX da jaqueta com a palavra " Educação" em letra Brush Script MT , e a palavra " Campo Alegre"em fonte de letra Arial, cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX e com um detalhe abaixo da palavra educação na cor Verde pantone 18-6024 TPX, conforme o desenho em anexo abaixo.</p> <p>Produção: A jaqueta deve ser costurada internamente com máquina overloque (nas laterais, ombros, mangas e gola). Bolso tipo canguru deverá ser aplicado em máquina pespontadeira duas agulhas para garantir sua resistência. O zíper e a parte externa da gola devem ser rebatidos com máquina reta de uma agulha com largura de 1,0 cm. O zíper deverá ser na cor Verde Pantone 18-6024 TPX. As faixas deverão ser aplicadas em máquina pespontadeira no mínimo 10 agulhas, a composição das faixas deverá ser de helanca light, composta de 100% Poliéster com gramatura de 115g/m², sendo uma na cor branca Pantone 11-4800TPX, uma na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX. Na parte da frente da jaqueta, no detalhe branco, no lado esquerdo de quem veste, deverá ter uma etiqueta termocolante do Brasão do Município de campo Alegre. Na parte traseira da gola deverá ser costurada uma limpeza de gola, com o mesmo tecido do corpo da jaqueta, com largura de 1cm sendo rebatido com máquina reta de uma agulha em toda a parte traseira da jaqueta. No meio das costas, na parte interna da jaqueta, deverá ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.</p>	2.075	50,1044	103.966,63
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	---------	------------

05	<p>CALÇA ESCOLAR MASCULINA - (conforme especificações do Termo de Referência)</p> <p>Calça escolar na Verde Pantone 18-6024 TPX, Gramatura: 195 g/m², Composição: 80% Poliéster 20% Poliamida (tecnologia) Malharia de Urdume.</p> <p>Nas laterais da calça deverão ser sobrepostas e costuradas, duas faixas, com largura de 1,2cm cada uma, composição de 100% Poliéster com gramatura de 160 g/m², uma na cor branca Pantone 11-4800TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distanciadas de 0,8 cm entre uma da outra.</p> <p>Produção: fechamento interno (gancho, entre pernas, fixação do elástico e das laterais) feito em máquina overlock com fios e linhas na cor Verde Pantone 18-6024 TPX. Nas laterais da calça deverão ser sobrepostas e costuradas, duas faixas, com largura de 1,2cm cada uma, composição de 100% Poliéster com gramatura de 160 g/m², uma na cor branca Pantone 11-4800 TPX, e outra na cor Azul royal Pantone 19-4053 TPX, distanciadas de 0,8 cm entre si, a máquina utilizada para aplicação deverá ser a pespontadeira com no mínimo seis agulhas. Elástico de 4 cm rebatido em máquina elástica com cinco pespontos uniformes. Barras com acabamento em máquina galoneira duas agulhas bitola larga, medindo 2 cm acabada.. No meio do gancho das costas na parte interna da calça deve ser costurada uma etiqueta em tecido tipo TNT, na cor branca, com os caracteres tipográficos dos indicativos, na cor preta, devendo ser uniformes e informar a razão social, CNPJ, composição do tecido, símbolos de lavagem, tamanho e país de fabricação.</p>	2.075	33,2424	68.977,98
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 349.900,00

LOTE 02				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	TENIS ESCOLAR MODELO VELCRO (Nº 16 ao 22) - Modelo 1: CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado - (conforme especificações do Termo de Referência)	1.000	54,2285	54.228,50
07	TÊNIS ESCOLAR COM VELCRO (Nº 23 ao 33) - Modelo 2: CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado - (conforme especificações do Termo de Referência)	1.100	54,2286	59.651,46
08	TÊNIS ESCOLAR COM CORDÃO (Nº 34 ao 43) - Modelo 3: CARACTERÍSTICAS GERAIS: Constituído de duas partes principais: cabedal e solado - (conforme especificações do Termo de Referência)	1.400	54,2286	75.920,04
VALOR TOTAL DO LOTE 02		R\$ 189.800,00		

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MÉTODO UNIFORMES EIRELI - EPP
Representante legal

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 038/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 038/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: TIAGO LOPES RODRIGUES, no Cargo Público de Professor VI exercendo a Função de Professor de Matemática, portador do CPF/MF nº 075.125.999-35, residente domiciliado na Rua Leo Franz, nº 238, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Contratação temporária para atuar na EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes em substituição a servidora Viviane Chalupeck, que solicitou Licença de acordo com a Lei 006/2012 para cuidar de seu filho com necessidades especiais, conforme ofício nº 110/SEDUC/2016.

PRAZO: Início: 16 de junho de 2016;

Término: 21 de dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.154,25 (Hum mil cento e cinquenta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	TIAGO LOPES RODRIGUES Contratado
------------------------------------------	-------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONVOCAÇÃO Nº 091/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 091/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FLÁVIA RAQUEL STAHELIN, inscrita no CPF/MF sob nº 053.695.709-65, aprovada em 16º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 17 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 15 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.831 DE 16 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.831 DE 16 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Contratar TIAGO LOPES RODRIGUES, Registro no Sistema sob nº 955623, ao Cargo Público de Professor VI, para exercer a Função de Professor de Matemática, Atividades de Nível Superior, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 16 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016, em substituição a Professora Titular Viviane Chalupeck Schroeder, Matrícula Funcional nº 000842, Registro no Sistema sob nº 955529.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.154,25 (um mil cento e cinquenta e quatro reais, vinte e cinco centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente contratação, dá-se em razão da classificação de TIAGO LOPES RODRIGUES, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo Municipal nº 01/2015, homologado pelo Decreto nº 9.058 em data de 16 de junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 76/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2016

Objeto: Aquisição de 19.310,00 (dezenove mil trezentos e dez) litros de óleo diesel S10, para serem utilizados pela frota da Secretaria Municipal de Educação, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 106/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.01	Serviço de Apoio Administrativo a Educação
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	8	Apoio Administrativo a Educação
Projeto	2.104	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Vigência: 15/06/2016 a 31/12/2016

Do valor total: R\$ 55.999,00 (cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais)

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO 77/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 77/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços mecânicos para conserto do motor Cummins Série "C" do o veículo Ford Cargo 2422, placa: MBS 9096, da frota do município de Campo Alegre – SC, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 49/2016.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo
Elemento de Despesa	3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Vigência: 15/06/2016 a 15/07/2016

Do valor total: R\$ 17.735,80 (dezessete mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos)

Contratada: RETÍFICA MOTORFORT LTDA – EPP – CNPJ: 78.615.259/0001-34

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATADO: TIAGO LOPES RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 16 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: PROFESSOR VI - MATEMÁTICA

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 1.154,25 (Hum mil cento e cinquenta e quatro, vinte e cinco centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 16 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.493 DE 14 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.493 DE 14 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA, SUPLEMENTA-O POR CONTA DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 0000017964.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial, Criar Elemento de Despesa e suplementa-lo no valor de R\$ 50.00,00 (cincoenta mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento	
17.512.0077.2.125 -	Ampliação da Rede de Abastecimento de Água.	
400000.00.948 -	Despesas de Capital	
440000.00.948 -	Investimentos	
449000.00.948 -	Aplicações Diretas	
449051.00.948 -	Obras e Instalações	R\$ 50.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta da Proposta de Transferência nº 0000017964, firmada com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
14 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO Nº 61/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de equipamentos para três academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de São Miguel, Bairro Belo Horizonte (Vila Scheide) e Bateias de Baixo no município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO	VALOR TOTAL MÁXIMO FIXADO
01	3	UN	EQUIPAMENTO DE CAMINHADA DUPLO: Pintura em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1158mm x Largura: 640mm x Profundidade: 1610mm. Peso: 36kg.	2.056,00	6.168,00
02	3	UN	EQUIPAMENTO CAVALGADA DUPLO: Em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1180mm x Largura: 1040mm X Profundidade: 1260mm. Peso: 46kg.	2.157,00	6.471,00
03	3	UN	EQUIPAMENTO SURF DUPLO: Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1183 x Largura: 812mm x Profundidade: 849mm. Peso: 24kg.	1.221,00	3.663,00
04	3	UN	EQUIPAMENTO REMADA SENTADA: Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 859mm x Largura: 763mm x Profundidade: 918mm. Peso: 21kg.	999,00	2.997,00
05	3	UN	EQUIPAMENTO MÚLTIPLO EXERCITADOR: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1780mm x Largura: 1200mm x Profundidade: 2800mm. Peso: 115kg.	4.662,00	13.986,00
06	3	UN	EQUIPAMENTO ALONGADOR DUPLO STAR: Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2403,26mm x Largura: 281,42mm x Profundidade: 1577,16mm. Peso: 21,68kg.	1.095,00	3.285,00
07	3	UN	EQUIPAMENTO ESQUI DUPLO: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1510mm x Largura: 1040mm x Profundidade: 1247mm. Peso: 61,34kg.	3.125,00	9.375,00
08	3	UN	EQUIPAMENTO PLACA ORIENTATIVA VERTICAL 600X100: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2030mm x Largura: 77mm x Profundidade: 840mm. Peso: 20kg.	670,00	2.010,00
09	3	UN	EQUIPAMENTO ROTAÇÃO VERTICAL DUPLO: Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1850mm x Largura: 510mm x Profundidade: 510mm. Peso 46kg.	930,00	2.790,00
10	3	UN	EQUIPAMENTO ROTAÇÃO DIAGONAL DUPLO: Produzido em estrutura metálica com pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1415mm x Largura: 1160mm x Profundidade: 1160mm. Peso: 25kg.	1.493,00	4.479,00
11	3	UN	EQUIPAMENTO PRESSÃO DE PERNAS: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1540mm x Largura: 347mm x Profundidade: 2009mm. Peso: 36kg.	1.492,00	4.476,00
12	3	UN	EQUIPAMENTO JOGO DE BARRAS EM NÍVEL: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2230mm x Largura: 230mm x Profundidade: 3356mm. Peso: 47,1kg.	1.329,00	3.987,00
13	3	UN	EQUIPAMENTO BARRA PARALELA STANDART: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1230mm x Largura: 600mm x Profundidade: 1980mm. Peso: 36kg.	1.303,00	3.909,00
14	3	UN	EQUIPAMENTO PUXADOR PEITORAL DUPLO STAR: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1400mm x Largura: 645mm x Profundidade: 1250mm. Peso: 37kg.	2.113,00	6.339,00
15	3	UN	EQUIPAMENTO BARRA MARINHEIRO: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 342mm x Largura: 538mm x Profundidade: 89mm. Peso: 4,2kg.	255,00	765,00
16	3	UN	EQUIPAMENTO ADUÇÃO E ABDUÇÃO DE BRAÇOS: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1235mm x Largura: 461mm x Profundidade: 735mm. Peso: 19kg.	841,00	2.523,00
17	3	UN	EQUIPAMENTO ESPALDAR: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 2430mm x Largura: 1101mm x Profundidade: 640mm. Peso: 40kg.	1.170,00	3.510,00
18	3	UN	EQUIPAMENTO ELÍPTICO MECÂNICO INDIVIDUAL: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1492mm x Largura: 800mm x Profundidade: 1215mm. Peso: 27,8kg.	1.244,00	3.732,00
19	3	UN	EQUIPAMENTO ELÍPTICO EXTENSOR LOMBAR: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1220mm x Largura: 837mm x Profundidade: 837mm. Peso: 30kg.	1.150,00	3.450,00
20	3	UN	EQUIPAMENTO MASSAGEADOR DE COSTAS: Produzido em estrutura metálica, pintura eletrostática epox. Dimensões mínimas: Altura: 1600mm x Largura: 700mm x Profundidade: 1245mm. Peso: 18kg.	695,00	2.085,00

VALOR TOTAL

R\$ 90.000,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL COM FIXAÇÃO DE VALOR MÁXIMO.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 17/06/2016, às 09h45min do dia 29/06/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 29/06/2015 no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> , horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.03	Coordenadoria de Esporte e Lazer
Função	27	Desporto e Lazer
Subfunção	813	Lazer
Programa	84	Esporte e Lazer – Integrar para Socializar
Projeto	2.810	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Recursos provenientes de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Agência de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra – SC.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 15 de junho de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 44/2016

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS n.º 44/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1108/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 09.663.426/0001-08, conforme relação abaixo:

Lote	Descrição das Mercadorias	Unid	Quant	Valor Unit. do lote	Valor Total do Lote
1	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL COM 305 VOLUMES	UN	4,00	4.696,00	18.784,00
2	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA PARA ENSINO FUNDAMENTAL COM 340 VOLUMES.	UN	2,00	4.696,00	9.392,00
3	AQUISIÇÃO DE LIVROS DE UMA BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL COM 309 VOLUMES	UN	1,00	4.496,00	4.496,00

VALOR TOTAL R\$ 32.672,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 14 de junho de 2016.

MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ RUDIMAR BORCIONI Prefeito municipal	TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA ME CNPJ Nº 09.663.426/0001-08
MARILEI T.LEDUR BERNARDI Sec. Mun. Educação e Cultura	

Visto da Assessoria Jurídica do Município:

RODRIGO PICCOLI ANTONIETTI
OAB/SC Nº 20673
ASSESSOR JURÍDICO

HOMOLOGAÇÃO PL 896/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº896/2016, na modalidade Pregão de nº 17/2016 tendo como objeto a Aquisição de veículo tipo Chassi de Caminhão Novo, zero-quilômetro quilômetro, ano/modelo 2015 ou superior, tração 4x2, para posteriormente ser transformado em Auto Bomba Tanque Resgate (ABTR) destinado ao uso pelo Corpo de Bombeiros Militar de Campo Erê, onde será utilizado em atendimento de combate a incêndio e resgate, conforme descrição no Anexo I deste edital..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
DICAVE GARTNER DISTRIB. CATARINENSE DE VEICULOS LTDA	1	1	1,00	200.000,00	200.000,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
DICAVE GARTNER DISTRIB. CATARINENSE DE VEICULOS LTDA	200.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 14 de junho de 2016.
RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 28/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1280/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 14horas do dia 28 de Junho de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1280/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 28/2016 – Ata de Registro de Preços, do Tipo menor preço por item, para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (Óleo Diesel S10 e S500) PARA ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 15 de Junho de 2016 - RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 01/2016 - SOCIAL

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 06 de julho de 2016 às 15 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços nº 06/2016, tendo como objeto a contratação de empresa para execução de obra de reforma e ampliação da edificação do Lar das Meninas, conforme especificações do projeto básico. Convênio: Governo do Estado de Santa Catarina. Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 16 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.507/16 DE 23/05/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.507/16 de 23/05/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 18.073,74 (Dezoito mil, setenta e três reais e setenta e quatro centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 32 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA
UNIDADE: 01 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.041– Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

Elementos de despesa: 11 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0024.000
000– Aplicações Diretas R\$18.073,74

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro do exercício anterior/recursos de convênios federais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de maio de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.508/16 DE 23/05/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.508/16 de 23/05/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 6.116.035,50 (Seis milhões, cento e dezesseis mil, trinta e cinco reais e cinquenta centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 06 –DEPARTAMENTO PESSOAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.006– Manutenção do Departamento de Pessoal

Elementos de despesa: 20 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000– Aplicações Diretas R\$618.516,16

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.002– Amortização da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 29 - 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000– Aplicações Diretas....R\$4.400.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.004– Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna - Prefeitura

Elementos de despesa: 30 - 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000– Aplicações Diretas R\$35.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 –DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002– Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Elementos de despesa: 26 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.00
0000– Aplicações Diretas....R\$1.037.033,09

Elementos de despesa: 146 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0062.0
00000– Aplicações Diretas R\$21.526,25

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10 –DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.015– Manutenção de Creches

Elementos de despesa: 147 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0059.0
00000– Aplicações Diretas R\$3.960,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação do PDDE-R\$ 3.960,00; superávit financeiro/outras transferências do FNDE-R\$ 21.526,25, e excesso de arrecadação de recursos próprios-R\$ 6.090.549,25.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 23 de maio de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.511/16 DE 13/06/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.511/16 de 13/06/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 138.213,35 (Cento e trinta e oito mil, duzentos e treze reais e trinta e cinco centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 08 –SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 –DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.059– Construção de praças, jardins e parques infantis

Elementos de despesa: 144 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036.00 0000– Aplicações Diretas....R\$138.213,35

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos de convênios estaduais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 13 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.512/16 DE 13/06/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.512/16 de 13/06/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 35 –FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.027– Obras, Reforma e Ampl.na Ass.

Social do Município, inclusive o CRAS

Elementos de despesa: 22 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036.000 000– Aplicações Diretas....R\$228.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos de convênios estaduais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 13 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.513/16 DE 16/06/2016 ABRE ORÇAMENTO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.513/16 DE 15/06/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Autorizar ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.1.035 – Reequipamento do Departamento Administrativo do SAMAE.

4.4.90.00.00.00.00.00.0600 – Aplicações DiretasR\$ 60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito a ser aberto no artigo anterior indica-se como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº. 4.320/64, o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de junho de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 06/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 07/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de hidrômetros magnéticos para manutenção das atividades do SEMAIS, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 27 de junho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 14 de junho de 2016. GILBERTO ROSA – Diretor do SEMAIS

EXTRATO EDITAL 13/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 13/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de móveis diversos, para equipar as novas instalações da Unidade Básica de Saúde de Dr. José D. Dalssasso, do Município de Canelinha, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 28 de junho de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 14 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA - Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 13/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 102/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 13/2016, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 556,85 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 - PROCESSO 1.025.521-08/2015, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO.

Aos 15 (quinze) dias, do mês de junho do ano de 2016, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sra. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA sem representante presente, KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME representada pelo Sr. Cleidiomar Oliveira, IMPLANTEST CONSTRUTORA sem representante presente, ADRIANA L. K. WILPERT ME representada pela Srta. MIRIAN ISABEL SURDI, PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME, representada pelo Sr. Edesio Tramontin e J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME representada pelo Sr. Elvino Augusto Júnior. Primeiramente foi verificado o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas do envelope de propostas de preço das participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foi aberto o envelope contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA, ADRIANA L. K. WILPERT ME, PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME, e J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ das empresas participantes foi consultado no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidônea no referido Portal. Dada a palavra aos participantes todos declinaram de usá-la. Em razão de a documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA, ADRIANA L. K. WILPERT ME, PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME, e J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME habilitadas no certame e a empresa PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA foi inabilitada no certame em função de ter apresentado a declaração solicitada no item 6.2.5.5 (declaração artigo 18 Lei Federal 13.080/2015) sem assinatura. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, quais sejam, KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME, IMPLANTEST CONSTRUTORA, ADRIANA L. K. WILPERT ME, PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME, e J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º lugar a empresa ADRIANA L. K. WILPERT ME com o valor global de R\$ 489.225,71, em 2º lugar a empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA com o valor global de R\$ 524.674,52

em 3º lugar a empresa PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME com o valor global de R\$ 536.085,66, em 4º lugar a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME com o valor global de R\$ 547.891,31 e em 5º lugar a empresa KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME com o valor global de R\$ 583.314,82. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa ADRIANA L. K. WILPERT ME com o valor global de R\$ R\$ 489.225,71. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison Tarcisio Fuck Cibele Neudorf Batista
Presidente Secretário Membro

KONKRETA CANOINHAS CONSTRUTORA LTDA ME

ADRIANA L. K. WILPERT ME

PLANOTEC CONSTRUÇÕES LTDA ME

J. LUMA CONSTRUTORA LTDA ME

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 51/2016 (ELETRÔNICO)

CONTRATADO: INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.685,00 (um mil seiscentos e oitenta e cinco reais)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: CEK INFORMATICA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.550,00 (dezoito mil quinhentos e cinquenta reais)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.279,90 (vinte e dois mil duzentos e setenta e nove reais e noventa centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.769,90 (três mil setecentos e sessenta e nove reais e noventa centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.691,00 (dez mil seiscentos e noventa e um reais)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 128.564,80 (cento e vinte e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.698,35 (dezesesseis mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.903,80 (dois mil novecentos e três reais e oitenta centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.235,40 (três mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/16

HOMOLOGAÇÃO: 15/06/16

CONTRATADO: RR VISION COMERCIAL LTDA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.294,80 (três mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

DATA: 15/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 51/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 33103	- COMPUTADOR - PROCESSADOR 04 NUCLEOS - Unidade: UN						
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME	BRAZIL PC	50,000	0,0000	2.535,8500	126.792,50	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 2	- 25178	- MONITOR LED 18,5" - Unidade: UN						
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP	CONCORDIA	10,000	0,0000	376,9900	3.769,90	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 3 - 311043169 - MONITOR 19,5" - Unidade: UN

17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME	AOC	10,000	0,0000	580,0000	5.800,00	Venceu	1 *****
-------	-------------------------------	-----	--------	--------	----------	----------	--------	---------

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016		Processo Administrativo: 211.672,95						
Licitação.....: 51/2016 - PE								
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3 - 311043169 - MONITOR 19,5" - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 15329 - MONITOR 21,5" - Unidade: UN								
13109	CEK INFORMATICA LTDA	ITAUTEC	10,000	0,0000	660,0000	6.600,00	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 5 - 6269 - NOTEBOOK - Unidade: UN								
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS	DELL	10,000	0,0000	2.227,9900	22.279,90	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 3/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016				Processo Administrativo:				211.672,95			
Licitação.....: 51/2016 - PE											
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO											
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.											
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 5 - 6269 - NOTEBOOK - Unidade: UN											
13109		CEK INFORMATICA LTDA			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16371		CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17068		FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17129		TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17130		TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17131		FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17132		SCORPION INFORMATICA LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17133		RR VISION COMERCIAL LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 6 - 46229 - SWITCH GERENCIA'VEL 10/100/1000 24 PORTAS - Unidade: UN											
13109		CEK INFORMATICA LTDA		DLINK	10,000	0,0000	1,135,0000	11,350,00	Venceu	1 *****	
12266		INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
15983		LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16371		CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17068		FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17129		TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17130		TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17131		FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17132		SCORPION INFORMATICA LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17133		RR VISION COMERCIAL LTDA - ME			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 7 - 40664 - MEMÓRIA DDR 1 GB - Unidade: UN											
17131		FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		KINGSTON	10,000	0,0000	52,3800	523,80	Venceu	1 *****	
12266		INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13109		CEK INFORMATICA LTDA			10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

Página: 4/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016				Processo Administrativo: 211.672,95																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
-------------------------	--	--	--	-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Página: 5/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo Administrativo: 211.672,95									
Processo / Ano:	74/2016								
Licitação.....:	51/2016 - PE								
Modalidade.....:	PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
Item.....: 9	- 40668 - MEMORIA DDR3 4GB 1333 MHZ PC3-10600 - Unidade: UN								
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 10	- 15335 - FONTE ATX 500 WATTS BIVOLT AUTO SWITCH - Unidade: UN								
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME	HOOPON	20,000	0,0000	146,0000	2.920,00	Venceu	1 ****	
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
Item.....: 11	- 411046614 - FONTE - 300 WATTS BIVOLT. POTÊNCIA: 300 WATTS - Unidade: UN								
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME	BLUECASE	20,000	0,0000	98,9900	1.979,80	Venceu	1 ****	
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

Página: 6/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016				Processo Administrativo:				211.672,95			
Licitação.....: 51/2016 - PE											
Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO											
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.											
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação			
Item.....: 11 - 411046614 - FONTE - 300 WATTS BIVOLT. POTÊNCIA: 300 WATTS - Unidade: UN											
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
Item.....: 12 - 992 - HD SATA 2 - 500 GB 7.200 RPM, COM CABO SATA INCLUSO - Unidade: UN											
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
13109	CEK INFORMATICA LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
Item.....: 13 - 15337 - HD SATA 3- 1 TB OU SUPERIOR- 6 GB/S 7.200 RPM, COM CABO SATA - Unidade: UN											
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME	SEAGATE	20,000	0,0000	278,4000	5.568,00	Venceu	1 *****			
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0			

211.672,95

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 9/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016 Processo Administrativo: 211.672,95

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 17 - 46537 - TECLADO PADRÃO ABNT 2 - PS2 NA COR PRETA - Unidade: UN								
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 18 - 46539 - TECLADO PADRÃO ABNT 2 USB NA COR PRETA - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 19 - 41168 - MOUSE PS2 - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 10/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016 Processo Administrativo: 211.672,95

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 19 - 41168 - MOUSE PS2 - Unidade: UN								
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 20 - 11882 - MOUSE ÓPTICO USB - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 21 - 6413 - ESTABILIZADOR 600 VA - Unidade: UN								
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	164,7400	3.294,80	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 11/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 22	- 35387	- ESTABILIZADOR BIVOLT 1.000 VA - Unidade: UN						
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 24750 - NOBREAK 600VA - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24 - 311045999 - FILTRO DE LINHA 06 TOMADAS PRETO - BIVOLT - Unidade: UN

17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME	FORCELINE	10,000	0,0000	22,2300	222,30	Venceu	1 *****
-------	---------------------------------------------	-----------	--------	--------	---------	--------	--------	---------

Página: 12/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 24 - 311045999 - FILTRO DE LINHA 06 TOMADAS PRETO - BIVOLT - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 25 - 15346 - PILHA MODELO CR-2032 LITI P/ PLACA MÃE DE COMPUTADOR - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 26 - 15350 - CONECTOR RJ 45 CAT 6 MACHO - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 13/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016				Processo Administrativo: 211.672,95				
Licitação.....: 51/2016 - PE								
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 26 - 15350 - CONECTOR RJ 45 CAT 6 MACHO - Unidade: UN								
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		50,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27 - 15351 - CONECTOR RJ-45 CAT 5E MACHO - Unidade: UN								
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME	TDA	200,000	0,0000	0,7500	150,00	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 28 - 15352 - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS - Unidade: UN								
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME	TP-LINK	20,000	0,0000	62,7800	1.255,60	Venceu	1 *****
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Página: 14/24

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016		Processo Administrativo: 211.672,95						
Licitação.....: 51/2016 - PE								
Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 28 - 15352 - ADAPTADOR WIRELESS USB 300 MBPS - Unidade: UN								
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 29 - 15353 - ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA	TP-LINK	10,000	0,0000	100,5000	1.005,00	Venceu	1 *****
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 30 - 37892 - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 15/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 30 - 37892 - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA - Unidade: UN								
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 31 - 15357 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 32 - 15358 - ALICATE DE CRIMPAR RJ -45 CAT 5 E CAT 6 COM DECAPADOR - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		2.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

www.diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Página: 18/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 74/2016		Processo Administrativo: 211.672,95						
Licitação.....:	51/2016 - PE							
Modalidade....:	PREGÃO ELETRÔNICO							
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 36 - 311045651 - CABO DE REDE CAT 5, CAIXA COM 305 METROS - Unidade: CXA								
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 37 - 411046615 - PLACA DE REDE 10/100/1000 PCI - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA	TP-LINK	20,000	0,0000	34,0000	680,00	Venceu	1 ****
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 38 - 6616 - KIT CFTV 16 CAMÉRAS DVR, HD, FONTES - Unidade: UN								
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME	TP-LINK	20,000	0,0000	69,0000	1,380,00	Venceu	1 ****
12266	INOVAMAX TELEINFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMÁTICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRÍCIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/24

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 40 - 311045998 - CAIXA DE SOM USB PARA COMPUTADOR - Unidade: UN								
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 41 - 26701 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - Unidade: UN								
12866	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 42 - 7326 - EMENDA PARA CABO DE REDE - Unidade: UN								
12866	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Página: 21/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 43	- 311045259 - CABO USB PARA IMPRESSORA 1,8 MTS - Unidade: UN							
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 44 - 411046617 - CABO EXTENSOR USB A MACHO X A FÊMEA 1,8M - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 45 - 411046618 - FUSIVEL DE VIDRO 6A - Unidade: UN

12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	-------------------------------	--	--------	--------	--------	------	-----------	---

Página: 22/24

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

211.672,95

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 45 - 411046618 - FUSIVEL DE VIDRO 6A - Unidade: UN								
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 46 - 411046619 - FUSIVEL DE VIDRO 8A - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 47 - 411046620 - FUSIVEL DE VIDRO 10A - Unidade: UN								
12266	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 23/24

Processo / Ano: 74/2016 Processo Administrativo: 211.672,95
 Licitação.....: 51/2016 - PE
 Modalidade.....: PREGÃO ELETRÔNICO
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 47	- 411046620 - FUSIVEL DE VIDRO 10A - Unidade: UN							
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 48	- 411046621 - PLACA DE VIDEO MEMÓRIA DE 1GB DDR3 64 BIT - Unidade: UN							
12866	INOVAMAX TELEINFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13109	CEK INFORMATICA LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15983	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16371	CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17068	FENIX EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17129	TARGET TECNOLOGIA E INFORMATICA EIRELI - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17130	TECH CELL COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17131	FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17132	SCORPION INFORMATICA LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/24

Processo / Ano: 74/2016

Licitação.....: 51/2016 - PE

Modalidade....: PREGÃO ELETRÔNICO

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS.

Processo Administrativo: 211.672,95

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 48	- 411046621 - PLACA DE VIDEO MEMÓRIA DE 1GB DDR3 64 BIT - Unidade: UN							
17133	RR VISION COMERCIAL LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 061/2016

DECRETO No 061, DE 2 DE MAIO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 305.478,87 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 305.478,87 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0601.15.451.0120.1044	APOIO MELH COND HABITAB ASSENT PRECÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-205	Aplicações Diretas	1024	54	R\$	305.478,87
	Total			R\$	305.478,87

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 305.478,87 (trezentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), na forma do quadro a seguir.

0601.15.451.0120.1044	APOIO MELH COND HABITAB ASSENT PRECÁRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-127	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	305.478,87
	Total			R\$	305.478,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 2 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto nº 085/2016

DECRETO Nº 085, DE 14 DE JUNHO DE 2016

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 58, V e 72, I, “g”, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 31 da Lei Complementar nº 187, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal

de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social e confere outras providências;

CONSIDERANDO o artigo 59 da Lei nº 187/2015, o Regimento Interno do CMAS complementar a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Capinzal, constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 14 de junho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Resolução nº 004/2016/CMAS

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, promovendo adequações em seu regimento interno à legislação vigente, será dirigido pelo presente Regimento Interno:

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O presente Regimento Interno regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Capinzal - SC, conforme previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 187 de 11 de novembro de 2015.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social, doravante denominado CMAS, é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social do município de Capinzal, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, observado o disposto no art. 17, §4º, da Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 3º O CMAS é vinculado à Secretaria de Assistência Social – SMAS, órgão público responsável pela coordenação da política de assistência social, que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento, conforme legislação vigente.

Art. 4º O CMAS tem finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e

exercer o controle sobre a política de assistência social, em âmbito municipal.

I – As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional e Municipal de Assistência Social – PNAS.

II - As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios prestados pelas entidades e organizações de assistência social, públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

III - O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

Parágrafo Único - Para fiel cumprimento deste artigo observar-se-á a Lei Complementar nº 187 de 11 de novembro de 2015, capítulo IV, seção I, das atribuições do CMAS, bem como seção II, do exercício das atribuições.

CAPÍTULO II

Da Composição, Competências e Processo de Escolha

Art. 5º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de 10 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - cinco representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) um da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- c) um da Secretaria da Saúde;
- d) um da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
- e) um da Secretaria de Administração e Finanças;

II - cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e/ou organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e
- c) dois representantes de trabalhadores do SUAS.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos do mesmo inciso.

Art. 6º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de Assistência Social.

Art. 7º Consideram-se entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento e/ou defesa e garantias de direitos aos beneficiários abrangidos pela LOAS, conforme estabelecido na Resolução do CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010 e Decreto Presidencial nº 6308 de 14 de dezembro de 2007.

Art. 8º Os membros titulares e suplentes representantes de entidades não governamentais, serão escolhidos bianualmente, em foro próprio, por maioria simples, convocado pelo Presidente do CMAS, dando ampla divulgação à assembléia, sendo os representantes do Governo Municipal de livre escolha/ nomeação pelo Prefeito ou representante da Pasta.

Art. 9º O processo de escolha dos conselheiros não governamentais deverá, obrigatoriamente, estar concluído até o término do mandato da gestão em vigor;

§ 1º Será empossado como conselheiro do CMAS o candidato que obtiver mais votos dentro da categoria representativa, e como 1º suplente, o candidato mais votado subsequentemente;

§ 2º O Presidente do CMAS convocará com antecedência de no máximo 60 dias e no mínimo 30 dias, antes do término do mandato dos Conselheiros, a eleição dos representantes da Sociedade Civil

§ 3º O processo de eleição será organizado pela Comissão de Políticas, Divulgação e Comunicação, bem como contará com assessoria técnica e secretaria executiva.

Art. 10. Ocorrendo vacância de titular e/ou suplente entre os conselheiros não governamentais a mesa diretora deverá convocar o segmento para eleição de novo representante. No caso de a vacância se referir à representação governamental, caberá à mesa diretora do CMAS encaminhar ao titular da Pasta o pedido de substituição de seu representante titular e/ou suplente.

Parágrafo único. Os suplentes assumirão automaticamente as ausências e impedimentos dos titulares, sendo recomendada sua presença em todas as reuniões plenárias, nas quais terá direito à voz e não a voto.

Art. 11. A função de conselheiro não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Art. 12. Os conselheiros terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 13. Compete aos Conselheiros do CMAS:

I – participar de todas as reuniões do Conselho, devendo manifestar-se a respeito de matérias em discussão e participar das comissões ou grupos de trabalho para o qual for designado;

II – solicitar a convocação de reuniões extraordinárias na forma estabelecida pelo presente regimento;

III – desempenhar, com qualidade e responsabilidade, o cargo para o qual foi eleito ou designado;

IV – Sugerir alterações no regimento interno;

V – apresentar proposições sobre assuntos de interesse da assistência social, fiscalizando sua execução;

VI – Votar e ser votado para os cargos do Conselho;

VII – Exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras designadas pelo Plenário;

VIII – Participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área da assistência social;

IX – Cumprir e fazer cumprir o presente Regimento bem como legislação vigente;

X – Ser interlocutor das matérias tratadas no Conselho, mantendo informado o seu suplente e o segmento que representa sobre os atos e deliberações do CMAS;

CAPÍTULO III

Da Organização do CMAS

Art. 14. São órgãos do CMAS:

I – Assembléia Geral;

II – Mesa Diretora;

III – Comissões.

Art. 15. A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do CMAS, sendo que compete a seus membros:

I – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social;

II - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, no campo da assistência social, no âmbito do Município de Capinzal;

III - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, a Lei Orgânica da Assistência Social e toda a legislação pertinente à assistência

social;

IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, sugerindo as prioridades a serem incluídas na mesma, no que se refere ou possam afetar as condições de vida da população;

V - opinar sobre as prioridades para a consecução das ações da Política Municipal de Assistência Social, considerando, para tanto, indicadores sociais que informem as maiores necessidades do Município;

VI - disciplinar os procedimentos de repasses de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e da legislação que rege a matéria;

VII - acompanhar, controlar e avaliar a gestão dos recursos e a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como os ganhos sociais e o desempenho das ações desenvolvidas na área de assistência social, tanto no âmbito público como privado;

VIII - fixar normas para concessão de: inscrição, suspensão ou cancelamento das entidades privadas de assistência social com sede no município;

IX - propor alterações e aprovar o seu Regimento Interno;

X - regulamentar assuntos de sua competência por resoluções ou pareceres;

XI - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente conforme dispuser o Regimento Interno;

XII - convocar, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social de Capinzal, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema;

XIII - deliberar sobre a concessão de benefícios eventuais, definidos no art. 22 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS como aqueles destinados a atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública, em consonância com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social e demais normas que regem a matéria;

XIV - estimular e apoiar a realização de palestras, eventos, estudos e pesquisas no âmbito da assistência social;

XV - distribuir às Comissões matéria para estudos e trabalhos relativos à competência do CMAS;

XVI - apreciar, discutir e votar pareceres elaborados pelas Comissões;

XVII - articular reuniões com outros conselhos existentes no Município;

XVIII - solicitar visitas, pareceres e adiamento de discussões e votações, conforme prazo estabelecido pela plenária;

XIX - requerer urgência para discussões e votações de assuntos não incluídos na pauta, bem como preferência nas discussões e votações de estudos, justificando sua prioridade;

XX - propor ao município convênios de mútua cooperação, conforme disposto em lei;

XXI - justificar por escrito, previamente, a impossibilidade de comparecimento à reunião do CMAS.

§ 1º Perderá o mandato o Conselheiro que faltar, sem justificativa, a três sessões ordinárias consecutivas ou cinco alternadas.

§ 2º O CMAS solicitará ao Chefe do Poder Executivo a nomeação do conselheiro governamental indicado em substituição ao antigo titular, nos casos descritos no § anterior.

Art. 16. A Mesa Diretora do CMAS é composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, será eleita na primeira reunião pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral, após a posse dos conselheiros pelo Prefeito. A mesa diretora será eleita para mandato de 02 (dois) anos, cuja eleição será coordenada pelo presidente do mandato anterior, como último ato deste.

§ 1º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil,

respeitadas as seguintes condições:

§ 2º Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato. Da mesma forma deverá se proceder sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora.

Art. 17. Caberá ao presidente:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS, tomando parte nas discussões e votações;

II - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da plenária;

III - representar o CMAS, judicial, extrajudicialmente e em solenidades, zelando pela sua consolidação;

IV - orientar o funcionamento das Comissões;

V - assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções e Pareceres do CMAS;

VI - assinar as correspondências oficiais do Conselho;

VII - praticar todos os atos administrativos fundamentais ao funcionamento do Conselho;

VIII - exercer o direito de voto de qualidade em casos de empate, se necessário;

XI - constituir, por meio de Resolução, os componentes das Comissões do Conselho.

Art. 18 Compete ao vice-presidente assessorar o Presidente, bem como substituí-lo nas suas ausências e impedimentos, exercendo as atribuições conferidas pela plenária.

Art. 19. Cabe ao primeiro secretário:

I - elaborar as atas das reuniões;

II - inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar-se;

III - substituir o Vice-Presidente nas ausências e impedimentos deste;

IV - Adotar medidas destinadas ao bom funcionamento das plenárias.

Art. 20. Compete ao segundo secretário:

I - Substituir o 1º Secretário em suas faltas e ausências;

II - Acompanhar e manter-se atualizado sobre todas as atividades do Conselho;

III - Auxiliar o 1º Secretário no cumprimento de suas atribuições.

Art. 21. As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores (as), os (as) representantes de outras entidades, outros representantes dos(as) usuários(as) ou de organizações de usuários(as), ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMAS, sem direito a voto.

Art. 22. Ficam designadas as seguintes Comissões, conforme Lei Municipal nº 187/2015:

I - de Normas, Regulamentos e Inscrições;

II - de Financiamento e Orçamento;

III - de Políticas, Divulgação e Comunicação.

Art. 23. Compete a Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições:

I - analisar os pedidos de inscrição das entidades não governamentais com sede no município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS;

II - Solicitar relatório técnico à Secretaria Gestora;

III - Propor procedimentos, para aplicação de advertência, suspensão ou cassação da inscrição da entidade que não cumprir as normativas do CMAS, encaminhando à plenária;

IV - Propor e organizar vistorias anuais às instituições inscritas de assistência social;

V - fiscalizar atividades irregulares identificadas, supostamente,

como de assistência social;

VI - propor regulamentação acerca das matérias discutidas pelo plenário do CMAS;

VII – acompanhar e atualizar o CMAS quanto às normas técnicas que regulem as atividades de assistência social;

VIII – fiscalizar as publicações das Resoluções emitidas pelo CMAS;

IX – propor e coordenar a atualização das normas que regem a assistência social.

Art. 24. Compete a Comissão de Financiamento e Orçamento:

I - apreciar a movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social, emitindo parecer;

II – apreciar a proposta orçamentária do Município, formulando prioridades e emitindo pareceres;

III - articular com outros conselhos da área social, no que se refere ao financiamento de programas e projetos sociais;

IV - articular com o gestor do FMAS a fim de viabilizar os trabalhos da Comissão;

V - fiscalizar a aplicação de recursos do FMAS pelas entidades privadas conveniadas e pelo Poder Público;

VI – Outras atividades correlatas.

Art. 25. Compete a Comissão de Políticas, Divulgação e Comunicação:

I - Subsidiar tecnicamente o Conselho no acompanhamento, controle e fiscalização da Política de Assistência Social, também sob o aspecto da intersectorialidade e das interfaces com as demais políticas públicas;

II - divulgar as atividades do CMAS;

III - realizar as Conferências Municipais de Assistência Social;

IV - articular seus trabalhos com as entidades, organizações e movimentos sociais;

V – Organizar o processo de eleição dos representantes da sociedade civil no CMAS;

Art. 26. O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

Art. 27 As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Plenárias

Art. 28. As sessões plenárias serão: ordinárias, extraordinárias.

Art. 29. A Plenária reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo o cronograma aprovado no início de cada exercício, cujo quórum mínimo será de maioria absoluta dos membros.

§ 1º Os conselheiros deverão receber a convocação por correspondência eletrônica ou outro meio compatível, com antecedência mínima de quarenta e oito horas do início da reunião ordinária, devendo a mesma ser fixada em local de fácil acesso, constando junto à convocação:

I – a ata da reunião anterior;

II – as matérias objeto da pauta da reunião;

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por membro da Mesa Diretora ou por dois terços dos membros do CMAS, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

§ 3º O quórum exigido para instalação em primeira convocação, será de 2/3 dos Conselheiros e, em segunda convocação, após

quinze minutos com a presença de cinquenta por cento, mais um de seus conselheiros.

§ 4º A tolerância para estabelecer o quórum mínimo será de 30 (trinta) minutos, após o que, será suspenso a Plenária e os Conselheiros ausentes serão considerados faltosos.

§ 5º Em caso de urgência ou relevância, o Plenário poderá alterar a pauta.

Art. 30. As sessões plenárias serão públicas, devendo cumprir a seguinte ordem:

I – leitura e aprovação da ata anterior;

II – correspondências e informes;

III – momento das comissões;

IV – momento da assessoria;

V – palavra livre.

Art. 31. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição, apenas com direito a voz.

Art. 32. As deliberações do Conselho serão proclamadas pelo presidente, com base nos votos da maioria, e terão a forma de resolução quando necessário, sendo de natureza decisória ou opinativa, conforme o caso.

§ 1º Ao proceder a votação, o presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis, contrários e às abstenções.

§ 2º Havendo empate, após duas tentativas de votação, o plenário poderá buscar subsídios para ampliação da discussão do tema, implicando em novo processo de votação.

Art. 33. A decisão de matéria, constante da Ordem do Dia, poderá ser adiada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer um de seus membros, desde que devidamente justificada e aprovada pela maioria dos seus pares.

Art. 34. Todas as decisões do Conselho deverão constar de registro em Ata, que será assinada por todos os Conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo único. As Resoluções do CMAS entrarão em vigor na data de sua homologação pelo CMAS, devendo ser publicadas no Diário Oficial dos Municípios ou similar.

CAPÍTULO V

Da Perda de Mandato dos Conselheiros

Art. 35. Os Conselheiros poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VI - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

§ 1º No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 33, incisos I e II, da presente Lei.

§ 2º Em caso do conselheiro candidatar-se a pleito municipal, estadual ou federal o mesmo será afastado da função de conselheiro.

CAPÍTULO VI

Da Estrutura para Funcionamento do CMAS

Art. 36. O CMAS contará com assessoramento técnico e Secretário Executivo/administrativo, oferecido pelo órgão gestor da política de assistência social para o exercício de suas funções legais.

Art. 41 A assessoria, órgão de apoio ao CMAS, será exercida por técnicos do órgão gestor da política de assistência social.

Parágrafo único. Poderão ser solicitados técnicos de outras áreas pelo gestor da política de assistência social aos órgãos do município, seja da administração direta ou indireta, a pedido do presidente do CMAS.

Art. 37. Compete à assessoria:

I – buscar subsídios e informações para o CMAS, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na LOAS;

II – assessorar o CMAS no sentido de dirimir as dúvidas quanto aos pedidos de inscrição de entidades de assistência social, em conformidade com a legislação vigente;

III – proporcionar, às entidades conveniadas, orientação técnica quanto à aplicação e prestação de contas dos recursos recebidos;

IV - instruir processos que visem à sustação de repasse de recursos às entidades não-governamentais, que não estejam cumprindo os compromissos assumidos, remetendo ao CMAS os documentos pertinentes ao processo, para análise e votação;

V - assistir as sessões do Conselho e das Comissões, quando convocado, tomando, providências que lhe forem solicitadas;

VI – assessorar e subsidiar os conselheiros com informações para melhor desempenho de suas funções.

Art. 38. Compete ao Secretário Executivo/administrativo oferecido pelo Órgão gestor:

I - distribuir documentos;

II- organizar espaços físicos e materiais das reuniões;

III- anotar o comparecimento dos Conselheiros, em livro próprio;

IV- redigir a ata da reunião Plenária, quando necessário;

V- digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente;

VI- manter a guarda de bens, livros, documentos e correspondências do Conselho;

VII- orientar e analisar previamente os documentos para inscrição de instituições que realizam programas, serviços, projetos ou benefícios de assistência social;

VIII- providenciar o documento de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, aprovadas pelo CMAS;

IX – zelar pelo bom funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 39. O Conselho funcionará em prédio e instalações fornecidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 40. Não poderão fazer parte do CMAS, como conselheiro não-governamental, ocupantes de cargo em comissão de qualquer escalão do Poder Público das três esferas de governo.

Art. 41. As despesas decorrentes da participação dos Conselheiros, em atividades extra regimentais de interesse do CMAS, se fora do Município de Capinzal, serão custeadas pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 42. Os casos omissos serão decididos pela plenária.

Art. 43. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 31 de maio de 2016.

DANIELA BORTOLI

Presidente CMAS/ Capinzal - SC

Lei nº 3.217/2016

LEI Nº 3.217, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Institui o “Agosto Dourado”, campanha relacionada à conscientização sobre o aleitamento materno, no Município de Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o “Agosto Dourado”, mês dedicado à campanha de esclarecimento e ações voltadas à conscientização e ao estímulo ao aleitamento materno, no Município de Capinzal.

Art. 2º A campanha de que trata o art. 1º terá como símbolo um laço dourado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Capinzal, em 15 de junho de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.174 DE 14 DE JUNHO DE 2016

DECRETO nº 2.174 de 14 de junho de 2016.

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a notícia de que no dia 07 de junho de 2016, o Conselho Tutelar recebeu a denúncia de que uma criança de 5 (cinco) anos passou a noite sozinha dentro do ônibus;

CONSIDERANDO, que o transporte escolar é contratado pelo Município de Catanduvás e o motorista responsável pela linha (Vera Cruz) Sr. Clodoaldo Zuqui, não observou que ficou uma criança no interior do ônibus ao chegar ao final da linha, o que ocasionou a per noite do infante no veículo;

CONSIDERANDO, finalmente, que é do interesse da Administração Municipal apurar os fatos, a sua veracidade e aplicar as penalidades cabíveis, adotando assim as medidas administrativas cabíveis, diante da gravíssima situação vivenciada pelo infante que correu risco de vida.

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.904, publicado em 4 de julho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, publicado em 12 de maio de 2014, ainda com novas alterações operadas pelo Decreto nº 2.150, de 07 de abril de 2016, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos, deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se de documentos existentes e o mais que entenderem necessárias.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de dez (10) dias da publicação do presente Decreto, para iniciar os trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão, os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás-SC, 14 de junho de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Davi Pecinato
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0022/2016

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0022/2016

PREGÃO Nº 0015/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2016).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: Produvale Produtos Hospitalares Ltda

OBJETO: fornecimento de materiais de enfermagem para manutenção e desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 31.126,60 (trinta e um mil cento e vinte e seis reais e sessenta centavos).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.091.3390.00 - 102 - 9/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás – SC, 24 de fevereiro de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0002/2013

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 0002/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a exclusão do ponto de recolhimento do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, de 16 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de suprimir o valor correspondente a coleta mensal do referido ponto.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Suprimir do valor pago mensalmente deste contrato a importância de R\$600,00 (seiscentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvás – SC, 16 de março de 2016.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Elizete Cardoso da Silva

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 55/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 37/2016

PROCESSO: 55/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 37/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO DE NITROGENIO LIQUIDO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE BOTIJÕES PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEN BOVINO COM ENTREGA PARCELADA A SER REALIZADA NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DE CELSO RAMOS CONFORME AGENDAMENTO PREVIAMENTE REALIZADO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 29/06/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 16 de junho de 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO 92/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
379	92/2016	16/06/2016	31/12/2016	52/2016	Não	44.070,00			PEÇAS E SERVIÇOS PARA BAI BALANÇAS CRESGAL COM. E SERV. LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS BALANÇAS RODOVIARIAS E BALANÇAS MECANICAS E ELETRONICAS DE PESAGEM DE GADO DO MUNICIPIO, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS AOS EQUIPAMENTOS, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.									
Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei n									

Total: 1

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de junho de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de Pneus Novos para atender as necessidades dos veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 16 de junho de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de junho de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de EPI – Equipamento de Proteção Individual para garantir a preservação da saúde e da integridade física dos servidores do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 16 de junho de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 236/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 236/2016

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 234/2016, que concede Licença Maternidade a servidora pública, DEBORA GRACH.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário, ANGÉLICA SILVEIRA SYPRIANI PEREIRA para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 10 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes na turma do 5º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig e nas turmas do Pré Escolar, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch pelo período de 10.06.16 a 07.10.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO-SC, 15 de junho de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 42/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2016
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Material de limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 47.785,20 (Quarenta e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 45/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 45/2016
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Material de Limpeza e afins, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 03/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 16.459,80 (dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 51/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 51/2016
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 334.303,50 (trezentos e trinta e quatro mil trezentos e três reais e cinquenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Férias

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 52/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 52/2016
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: COOPERATIVA FAMILIAR DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOVA VIDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 58.376,00 (cinquenta e oito mil trezentos e setenta e seis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 55/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 55/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Gêneros Alimentícios (merenda escolar), no atendimento a todas as escolas da rede municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 60.726,00 (sessenta mil setecentos e vinte e seis reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 58/PMCS/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: GILMAR SANI - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 41/PMCS/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/PMCS/2016

Objeto: Registro de Preços de Eletrodomésticos (geladeiras) e aparelhos de TV, para uso no município de Cocal do Sul.

Assinatura: 09/06/2016

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 2.585,00 (dois mil e quinhentos e oitenta e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

LEI N. 1.308

LEI N. 1.308, de 15 de junho de 2016.

CRIA A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILDA BÚRIGO BOSA, NESTE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica criada a INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ZILDA BÚRIGO BOSA, localizada na Rua Projetada A, do Loteamento Jardim Fiorença, no bairro Jardim Elizabeth, neste Município.

Art. 2º A Instituição de Educação Infantil Zilda Búrigo Bosa atenderá crianças da Educação Infantil conforme demanda.

Art. 3º A Instituição será regida através da Lei nº 12.796/2013, Lei de Sistema Municipal de Ensino, Decretos e Resoluções baixadas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, fiscalizada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

LEI N. 1.309

LEI N. 1.309, de 15 de junho de 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 963, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do artigo 4º, da Lei nº 963, de 26 de outubro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal de Educação será composto por 09(nove) membros na Câmara de Educação Básica e 11(once) membros na Câmara do FUNDEB, num total de 20(vinte) membros titulares representantes da sociedade civil e do Poder Público, eleitos por seus pares e indicados pelas suas respectivas entidades e nomeados, por ato do Executivo Municipal”.

Art. 2º Fica alterada a redação do § 1º do artigo 4º, da Lei nº 963, de 26 de outubro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. Os membros do Conselho Municipal de Educação serão distribuídos da seguinte forma”:

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de junho de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 312/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 312/2016, de 18/05/2016.

APROVA TERMO CONVÊNIO Nº. 2016TR000071, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIUMA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convênio Nº. 2016TR000071, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma Processo nº. SDR21 0350/2016 e o Município de Coca do Sul, objetivando a transferência de recursos financeiros para a construção de calçadas com acessibilidade na Rua Jacinta Revido no Bairro Angelo Guollo iniciando no cruzamento da Rua Hernesto Bettiol, neste município.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 18 de maio de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC, aos dezoito dias do mês de maio de 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 313/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 313/2016, de 18/05/2016.

APROVA TERMO CONVÊNIO Nº. 2016TR00195, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIUMA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convênio Nº. 2016TR00195, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma Processo nº. SDR21 0349/2016 e o Município de Coca do Sul, objetivando a transferência de recursos financeiros para a pavimentação e drenagem

pluvial da Rua Hugolino Tezza no Bairro Jardim Itália iniciando na Rua Guy Marcos Nunes de Souza, neste município.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 18 de maio de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO

Presidente

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezoito dias do mês de maio de 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 314/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 314/2016, de 18/05/2016.

APROVA TERMO CONVÊNIO Nº. 2016TR00196, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIUMA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convênio Nº. 2016TR00196, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma Processo nº. SDR21 0352/2016 e o Município de Coca do Sul, objetivando a pavimentação e drenagem pluvial da Rua Pedro Lúcio Dalló no Bairro Boa Vista, trecho entre a Rua Ambrósio Dalló e a Rua Wenceslau Biella, neste município.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 18 de maio de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO

Presidente

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezoito dias do mês de maio de 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 315/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 315/2016, de 18/05/2016.

APROVA TERMO CONVÊNIO Nº. 2016TR00193, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIUMA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são

conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convênio Nº. 2016TR00193, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma Processo nº. SDR21 0351/2016 e o Município de Coca do Sul, objetivando a pavimentação e drenagem pluvial da Rua Paulo Gracindo e Mario Lago, no Bairro Vila Nova, neste município.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 18 de maio de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO

Presidente

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezoito dias do mês de maio de 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 316/16

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 316/2016, de 15/06/2016.

APROVA TERMO CONVÊNIO Nº. 2016TR000071, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIUMA E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ÂNGELA MARIA MENDES ANJO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convênio Nº. 2016TR000071, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Criciúma Processo nº. SDR21 0350/2016 e o Município de Coca do Sul, objetivando a transferência de recursos financeiros para a construção de calçadas com acessibilidade na Rua Jacinta Revido no Bairro Angelo Guollo iniciando no cruzamento da Rua Hernesto Bettiol, neste município.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 15 de junho de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO

Presidente

SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos quinze dias do mês de junho de 2016.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**ERRATA DO PREGÃO 10/2016**

Pregão Presencial n.º 10/2016.

Processo n.º 10/2016.

ERRATA – Alteração de Quantidade a ser adquirida e data de abertura.

A quantidade de lajota a ser adquirida no item de nº 27 fica alterada para 2.250 m², conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	TIPO	R\$ MÁXIMO UNITÁRIO
27	Lajota sextavada, 08cm de espessura (m ²)	2.250	M2	28,00

Em decorrência, fica alterada também a quantidade prevista na Tabela 06 (350 m²) do Anexo I.

FICA ALTERADA A DATA DA ABERTURA DO CERTAME PARA O DIA 29/06/2016 ÀS 09:00 HORAS.

Cocal do Sul-SC, 15 de Junho de 2016.

Rita Romagna Quarezemin

Pregoeira do SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 28/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 28/2016

DATA: 01/JUNHO/2016

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: FORNECIMENTO DE LICENÇA DE LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA INTEGRADOS: CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO, E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 06/2016.

VALOR: R\$ 21.000,00 (VINTE E UM MIL REAIS) ANUAL

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 15/JUNHO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2016 – PMC

Objeto: CHAMADA PÚBLICA DE PRODUTORES DE FLORES E/OU PLANTAS ORNAMENTAIS, EMPRESAS E ARTESÃOS interessados em participar da 2ª Feira de Artesanato e de Flores, que será realizada no Município de Concórdia, no Anexo Multiuso do Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, no dia 31 de julho de 2016, das 10h às 17h.

Data da realização: de 16 de junho a 16 de julho de 2016.

Horário: das 9h:00min às 17h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2167.

Concórdia, SC, 14 de junho de 2016.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 4/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 4/2016 – PMC

Objeto: Chamada Pública de empresas, cooperativas, entidades e/ou associação para exploração de espaço para o Café Colonial no dia 30 de julho, e Restaurante para servir almoço durante a 31ª FENAL, a ser realizada no dia 31 de julho de 2016, junto ao Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana.

Data da realização: de 16 de junho a 06 de julho de 2016.

Horário: 9h às 11h30 e das 14h30 às 19h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3441-2167.

Concórdia, SC, 14 de junho de 2016.

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 08/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

TORNA PÚBLICO

o presente Edital de Homologação dos Inscritos no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 2/2016, de 6 de abril de 2016 e

alterações, conforme Anexo Único deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 19 de junho de 2016, com início às 8h e término às 12h, no Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira, localizado na Rua Vereador Jacob Selbach, 64, Bairro Nazaré, Concórdia, SC.

2. Na realização da prova escrita objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos:

2.1. comparecer no local da prova com antecedência mínima de 1 (uma) hora antes do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta;

2.2. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

2.3. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 15 dias do mês de junho de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE

NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO
Adriana Falabretti	16.5.1986
Agata Lana Dalmolin Dahmer	10.9.1996
Ana Claudia Feo	5.12.1995
Andreia Raquel Zanon do Prado Krüger	3.10.1984
Beatriz Fatima Cizerça	31.12.1997
Camila Perondi	30.9.1993
Camila Thais de Oliveira	21.11.1996
Cassia Paula Hedler	6.5.1996
Celimara Morandi *	24.3.1977
Christiane Voss	18.7.1978
Daiane Cristieli Lawrenz Dias	12.5.1988
Daiane Cristina Moreira Paz	24.6.1985
Daiane Fatima Nhevinski Ficagna	11.12.1990
Daiane Indalencio de Souza Marcanzoni	15.5.75
Daiza da Silva dos Santos	17.5.1996
Daniela Pellizzaro dos Santos	26.7.1986
Daniele Amanda Rufato	2.3.1997
Danieli Banholini	9.2.1985
Debora Cristina Krüger	9.8.1996
Debora Fernanda da Silva	27.6.1996
Delires Zagonel da Silva	6.3.1966

NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO
Denise Gonçalves	1º.5.1980
Fernanda Bison	6.9.1993
Franciele de Agostini dos Santos	31.12.1997
Franciele Scotton Abreu	8.12.1993
Franciele Siqueira	4.11.1995
Gabriela Fornari Selbach	1º.12.1997
Gabriele Cavalli Mortari	8.4.1995
Giliane Galina Hartmann	12.8.1988
Giseli Adriana Ferreira	22.2.1985
Glauca Heinrichs Justi Lopes	5.12.1984
Idones Aparecida Cittadin	16.2.1977
Ines Maria Vargas de Souza	26.8.1972
Ires Maria Sulzbach Bender	6.1.1972
Ivonete da Silva Alves Costa	14.11.1983
Jessica Deggerone Chinelato de Lima	12.2.1992
Jocineia Coimbra da Silva Reichert	9.1.1974
Jucilene Aparecida Bisognin Benelli	27.2.1984
Julia Moreira Frühwirth	26.12.1997
Kauana Caitano	25.6.1996
Kelly Cristine Michaelsen De Souza	28.2.1994
Kenia Regina Steffen	29.7.1987
Leide Daiane Gruhlke	24.2.1984
Leonora da Silva Bison	15.11.1978
Lindamir Moreira Juliani	26.12.1980
Luciana Paula Ribeiro	30.6.1985
Luciane Carla Cezario Zuanazzi Valcarenghi	4.2.1986
Lucineia Soares dos Santos	20.6.1994
Mairi Dias	24.10.1986
Marciane Koza	30.1.1982
Margarida Kruse	24.9.1964
Maria Cristina de Oliveira Rodrigues	16.6.1982
Mariana Marcolino Sette	30.5.1989
Mariele Gastmann	16.9.1993
Mariluz Borges Guedes	2.11.1980
Marli Metz Secco	8.5.1981
Marli Solange Senger Schwingel	17.4.1969
Marta de Oliveira	24.3.1981
Miriam Claides Saatkamp Vizzoto	18.11.1966
Patricia Petri Curioletti	4.2.1986
Rejane Cristina Müller	29.1.1978
Rosane Maria Iurkevitz	13.9.1976
Roseli Gonçalves	22.4.1972
Saionara Teresinha Vendruscolo Schmidt	29.10.1972
Sandra Horn Lerner	15.2.1988
Sandra Mara Sartori Cagliari	1º.10.1981
Sandra Piekas	11.8.1979
Silvana Schmidt De Lima	10.2.1974
Solange Renosto	30.10.1982
Susana Salete Dalmaso	6.2.1981
Taiane Stockmann	22.9.1972
Vanessa Cristina Cmiel	29.10.1979
Vania Aparecida Chiossi Rossetto	12.10.1980
Yasmim Cristina Cumerlato	8.8.1997

*candidata concorrendo vaga de pessoa com deficiência.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2016 – IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2016 – IPRECON

Contrato nº: 1/2016, de 13 de junho de 2016

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. – EPP

Objeto: prestação de serviços médicos, por profissional devidamente habilitado nessa condição, para composição de junta médica, constituída anualmente com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez, bem como dos segurados ativos que se encontram em gozo de auxílio-doença por longo período

Vigência: Início: 13.6.2016 Término: 31.12.2016

Data da assinatura: 13 de junho de 2016

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por cada servidor avaliado

Dotação orçamentária nº: 333903999000000, código reduzido 324/2016

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2016 – IPRECON

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2016 – IPRECON

Contrato nº: 2/2016, de 13 de junho de 2016

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: SEGURMED – Segurança e Medicina do Trabalho Sociedade Simples EPP

Objeto: prestação de serviços médicos, por profissional devidamente habilitado nessa condição, para composição de junta médica, constituída anualmente com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez, bem como dos segurados ativos que se encontram em gozo de auxílio-doença por longo período

Vigência: Início: 13.6.2016 Término: 31.12.2016

Data da assinatura: 13 de junho de 2016

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), por cada servidor avaliado

Dotação orçamentária nº: 333903999000000, código reduzido 324/2016

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante VITORIA BEATRIZ LIMA FALCOSKI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 070.374.809-24, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 13.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 080/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 080/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante FABIANA HEIFELD, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 030.490.339-67, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 15.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 081/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 081/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante STEFANIE KUNTZ TRABULSI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 065.793.059-83, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 15.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 082/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 082/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante NATHALIA MARA RIBEIRO BOCHI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 104.158.109-22, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 10.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 083/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 083/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante DAISY CARLA GIRARDI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 081.384.929-29, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 14.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 084/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 084/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante NAUAN AUGUSTO VARGAS, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 110.463.059-13, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 13.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 085/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 085/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JENIFFER THALIA DE OLIVEIRA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 094.666.189-89, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 09.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 086/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 086/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a ASJUR, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante PAULO SÉRGIO ILHA ALVES, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 780.041.870-72, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 13.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 087/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 087/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ABIGAIL DE LIMA MUSSELINI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 103.440.909-30, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 14.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 088/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 088/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JOSEANE TAMIRES DIAS DE OLIVEIRA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 108.731.999-44, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 07.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 089/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 089/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LARISSA INES POZZEBON WILLE, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 085.493.489-88, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 07.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 090/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 090/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante SARAH HAEFLIGER GOMES LOBÃO, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 122.695.589-44, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 13.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 091/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 091/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante GABRIEL FERNANDES SIQUEIRA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 098.632.419-11, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 06.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 092/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 092/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CRISTINA ROBERTA HUF, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.186.439-07, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 06.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 093/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 093/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JOANA VITORIA MAI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 118.881.129-05, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 07.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 094/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 094/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CARINE SUHRE, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 073.861.629-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 07.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 095/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 095/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante VALERIA RADETSKI, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 096.919.899-02, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 09.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 096/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 096/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CAROLINE GRAVE SCHUMACHER, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 095.162.589-64, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 07.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 097/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 097/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante REBECA DORNELES DA SILVA, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 042.635.390-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e centavos).

PRAZO: 13.06.2016 a 31.12.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 098/2016
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 098/2016

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto a SEAD, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ELISA SAATKAMP, inscrito (a) no CPF-MF sob nº 104.071.089-12, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 393,25 (trezentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

PRAZO: 01.06.2016 a 31.12.2016.

PORTARIA Nº 24/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016-FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 24/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando:

- a necessidade de adequar horário de atendimento das Escolinhas de Iniciação Esportiva e comunidade em geral;
- a concordância do servidor;

RESOLVE :

Art. 1º Fixar, a partir do dia 17 de junho de 2016, horário especial de trabalho ao servidor MARCELO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 93815-00, na forma abaixo:

- I – Segundas e quartas-feiras: Das 7h30 às 11h30;
- II – Terças e quintas -feiras: Das 13h30 às 17h30;
- III – Sextas-feiras: Das 17h30h às 21h30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;
Art. 3º Revogar as Portarias nºs. 13/2016, de 24 de fevereiro de 2016 e 21/2016, de 27 de maio de 2016.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Publicada nos murais do CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL e da CÂMARA DE VEREADORES, em 15 de junho de 2016.

ROSILENE SALVADOR POLINA
Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 30/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016- IPRECON

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 30/2016, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

Constitui e designa Junta Médica para avaliar a capacidade laborativa de segurados do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no artigo 46 e seguintes da Lei Complementar nº 164/1999 e na Ata nº 7/2010 do Conselho Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Junta Médica com objetivo de realizar perícias médicas para avaliar a capacidade laborativa dos segurados nominados no Anexo I desta Portaria, aposentados por invalidez ou em gozo de auxílio-doença por longo período, bem como de outros que tenham a necessidade dessa providência.

Parágrafo único. A Junta Médica obedecerá ao cronograma constante no Anexo II desta Portaria.

Art. 2º Designar, para compor referida Junta Médica, os profissionais abaixo relacionados:

I – ANGELO VIEIRA JUNIOR – CRM/SC 4584;

II – CELSO JOSE MUNARETTO – CRM/SC 2878;

III – MARCOS DIAS DE PAULA – CRM/SC 5108.

Art. 3º Caberá à Junta Médica:

I – reunir-se, visando à instauração dos trabalhos e eleição, entre os membros, do presidente;

II – comunicar ao IPRECON os exames que se fizerem necessários à elucidação dos casos, a fim de que possam ser providenciados, bem como a data, o horário e o local em que a Junta Médica se reunirá para realizar os exames físicos dos segurados;

III – analisar os exames, bem como proceder ao exame físico dos segurados;

IV – emitir Laudo Médico Oficial Circunstanciado, conforme formulário constante no Anexo III desta Portaria, bem como responder aos quesitos porventura formulados pelo IPRECON e pelo médico assistente do segurado;

V – quando se tratar da concessão de aposentadoria por invalidez, emitir Atestado de Incapacidade Definitiva, conforme formulário constante no Anexo IV desta Portaria;

VI – analisar os recursos interpostos em face da conclusão do Laudo Médico Oficial Circunstanciado.

Art. 4º Caberá ao IPRECON:

I – convocar os segurados que serão submetidos à Junta Médica e dar ciência sobre a data, horário e local em que serão realizados os exames físicos;

II – informar os segurados acerca da necessidade de realização dos exames médicos complementares, bem como adquirir e custear os exames solicitados pela Junta Médica;

III – cientificar, por escrito, o segurado acerca da conclusão do Laudo Médico, concedendo ao mesmo o prazo de 15 (quinze) dias para retorno às atividades laborais, em caso de revogação do benefício, ou para, querendo, recorrer da decisão, observado o disposto no art. 6º desta Portaria;

IV – receber e encaminhar os recursos à Junta Médica;

V – cientificar, por escrito, o segurado acerca do resultado do recurso interposto, concedendo ao mesmo o prazo para retorno às atividades laborais, caso a decisão seja nesse sentido.

Art. 5º Caberá ao segurado submeter-se aos exames solicitados pela Junta Médica, bem como comparecer à realização do exame físico, podendo, as suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.

Art. 6º O segurado somente poderá recorrer da decisão da Junta Médica se o Laudo apresentar omissão, obscuridade ou contradição ou nos casos em que houver da data da realização do exame físico, alteração no quadro clínico do segurado, devidamente comprovada.

Art. 7º A interposição de recurso suspende a produção dos efeitos decorrentes da conclusão do Laudo Médico.

Art. 8º Caso haja decorrido o prazo de 15 (quinze) dias da ciência do segurado acerca da conclusão do Laudo Médico e o mesmo não tenha interposto recurso, nem retornado à atividade, o pagamento do benefício será suspenso, sem prejuízo da instauração de procedimento disciplinar adequado.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 13 de junho de 2016.

VANESSA DAIANE RIFFEL
Administradora
ANEXO I

NOMINATA DOS SEGURADOS

TÍTULO I

APOSENTADOS POR INVALIDEZ

Nº de ordem	Nome do(a) segurado(a)
1	MARLI PILONI

TÍTULO II

EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA

Nº de ordem	Nome do(a) segurado(a)
1	ADEMIR GONCALVES
2	ALVORI GILBERTO FAUTH
3	BERNARDETE GLORIA GOTTERT
4	DOMINGOS DIAS
5	TERESINHA APARECIDA DA SILVA

ANEXO II

CRONOGRAMA

Nº de ordem	Responsável	Etapas	Prazo
1	Junta Médica	Instauração da Junta Médica e designação do presidente	Até 27.6.2016
2	Junta Médica	Comunicação ao IPRECON acerca dos exames complementares necessários para emissão dos laudos conclusivos, se for o caso	Até 28.6.2016
3	IPRECON	Aquisição, agendamento e notificação dos segurados acerca dos exames complementares	Até 4.7.2016
4	IPRECON	Realização dos exames complementares	Até 11.7.2016
5	IPRECON	Notificação dos segurados acerca da realização dos exames físicos	Até 18.7.2016
6	IPRECON	Recebimento dos quesitos médicos dos segurados	Até 25.7.2016
7	Junta Médica	Realização dos exames físicos e emissão dos laudos conclusivos	Até 1º.8.2016
8	IPRECON	Ciência aos segurados acerca do resultado dos laudos conclusivos	Até 8.8.2016
9	IPRECON	Recebimento dos recursos porventura interpostos pelos segurados	Até 23.8.2016

ANEXO III

LAUDO MÉDICO OFICIAL CIRCUNSTANCIADO

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A)

Nome:			
Data de nascimento:	Idade:	Sexo:	
Cargo/Função:	Matrícula:		
Lotação:	Carga horária semanal:		

2. ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ACORDO COM A LC Nº 572/2010 OU 602/2011

3. HISTÓRICO DO(A) PACIENTE

4. PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS

5. EXAMES MÉDICOS APRESENTADOS

6. EXAMES MÉDICOS SOLICITADOS

7. DIAGNÓSTICO

8. IDENTIFICAÇÃO DA PATOLOGIA APRESENTADA

Nome:
Código Internacional da Doença – CID:
Data de início da manifestação:

9. CONCLUSÃO

Em face da avaliação médico-pericial ora realizada conclui-se pelo(a):

- ☐ retorno do(a) servidor(a) as suas atividades laborais;
- ☐ concessão de auxílio-doença pelo período de ____/____/____ a ____/____/____;
- ☐ readaptação funcional, podendo o(a) servidor(a) realizar as atividades descritas no item 10;
- ☐ concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral, porém não se encontra elencada na legislação municipal como grave, contagiosa ou incurável*, não é caso de moléstia profissional, nem decorre de acidente de trabalho;
- ☐ concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e é considerada pela legislação municipal como grave, contagiosa ou incurável* ou compatível com essas;
- ☐ concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e é caso de moléstia profissional;
- ☐ concessão/manutenção da aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, uma vez que a patologia apresentada provoca incapacidade laboral e decorre de acidente em serviço.

* Doenças consideradas graves, contagiosas ou incuráveis pela legislação municipal (art. 47, II, da LC nº 164/1999): tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida – AIDS ou contaminação por radiação.

10. RECOMENDAÇÕES PARA OS CASOS DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL

Atividades que podem ser desenvolvidas: _____

Atividades que devem ser evitadas: _____

11. JUSTIFICATIVA PARA REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO (indicar as alterações no quadro clínico do(a) servidor(a) que demonstram recuperação da capacidade laboral)**12. OBSERVAÇÕES****13. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA MÉDICA**

Ato de nomeação: Portaria nº 30/2016	Data: 13 de junho de 2016
Nome: ANGELO VIEIRA JUNIOR	CRM/SC: 4584
Nome: CELSO JOSE MUNARETTO	CRM/SC: 2878
Nome: MARCOS DIAS DE PAULA	CRM/SC: 5108

14. LOCAL, DATA E ASSINATURA

Concórdia, SC, ____ de ____ de 2016.

CRM/SC ____ Presidente da Junta Médica	CRM/SC ____ Membro da Junta Médica	CRM/SC ____ Membro da Junta Médica
-------------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

ANEXO IV**ATESTADO DE INCAPACIDADE DEFINITIVA**

De acordo com as atribuições conferidas pela Portaria nº 30/2016, de 13 de junho de 2016, e com base no Laudo Médico Oficial Circunstanciado emitido em ____ de ____ de 2016, ATESTAMOS, para os devidos fins, que o(a) servidor(a) abaixo identificado(a) é portador(a) de patologia que o(a) torna definitivamente incapaz para o trabalho:

Nome:			
Data de nascimento:	Idade:	Sexo:	
Cargo/Função:	Matrícula:		
Lotação:	Carga horária semanal:		

Concórdia, SC, ____ de ____ de 2016.

CRM/SC ____ Presidente da Junta Médica	CRM/SC ____ Membro da Junta Médica	CRM/SC ____ Membro da Junta Médica
-------------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 05.2016

Pág 1 / 2

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		15.241,44	504.252,19	
Ordinária		13.562,80	88.056,59	
Vinculada		1.678,64	416.195,60	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		724.000,00	1.536.300,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		724.000,00	1.536.300,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		274.308,15	311.158,65	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		201.907,90	107.062,04	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		843,31	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		71.556,94	204.096,61	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		213.122,27	845.508,28	
Caixa e Equivalentes de Caixa		213.122,27	845.508,28	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.226.671,86	3.197.219,12	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		799.576,64	1.936.424,95	
Ordinária		702.436,64	1.677.736,35	
Vinculada		97.140,00	258.688,60	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		176.283,43	1.047.671,90	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		104.726,49	843.575,29	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		71.556,94	204.096,61	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		250.811,79	213.122,27	
Caixa e Equivalentes de Caixa		250.811,79	213.122,27	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

Identificador: WPR1491102-6598-LUNG-203881272 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

15/06/2016 09:07



FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Maio / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.226.671,86	3.197.219,12

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:07:58

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Ordenador de Despesa
CPF: 210.578.850-53

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 05.2016

Pág 1 / 2

FUNDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		13.892,63	55.415,10	
Ordinária		13.514,43	54.604,87	
Vinculada		378,20	810,23	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		500.000,00	889.160,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		500.000,00	889.160,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		430.431,45	120.772,08	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		389.685,56	13.180,83	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.745,89	107.591,25	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		286.349,36	421.905,32	
Caixa e Equivalentes de Caixa		286.349,36	421.905,32	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.230.673,44	1.487.252,50	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		814.312,64	1.091.639,36	
Ordinária		814.312,64	951.401,77	
Vinculada		0,00	140.237,59	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		53.926,72	109.263,78	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		13.180,83	1.672,53	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.745,89	107.591,25	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		362.434,08	286.349,36	
Caixa e Equivalentes de Caixa		362.434,08	286.349,36	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

Identificador: WPR1491102-6598-ISO-203881318 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

15/06/2016 09:08

IPM Sistemas Ltda



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Maio / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.230.673,44	1.487.252,50

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:08:44

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

CESAR PELLIZZARO
Tesoreroiro

EDNO GONÇALVES
Diretor Superintendente
CPF: 048.839.319-19

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-ISZO-203681318 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

15/06/2016 09:08

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 05.2016

Pág 1 / 2

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		39.523,69	143.927,87
Ordinária		39.523,69	143.927,87
Vinculada		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		1.500.000,00	5.491.220,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.500.000,00	5.491.220,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		982.731,83	289.060,78
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		874.030,62	41.635,51
Inscrição de Restos a Pagar Processados		27,33	2.500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		108.673,88	244.925,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		77.936,85	85.591,60
Caixa e Equivalentes de Caixa		77.936,85	85.591,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.600.192,37	6.009.800,25

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		2.197.268,81	5.645.458,17
Ordinária		1.963.268,81	5.375.458,17
Vinculada		234.000,00	270.000,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		142.459,87	286.405,23
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		31.285,99	36.560,04
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		2.500,00	4.919,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		108.673,88	244.925,27
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		260.463,69	77.936,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		260.463,69	77.936,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-YHYW-203681219 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

15/06/2016 09:07

IPM Sistemas Ltda

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.600.192,37	6.009.800,25

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:07:05

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-YHYW-203681219 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

15/06/2016 09:07

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 05.2016

Pág 1 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		272.214,36	682.598,63
Ordinária		10.504,67	15.464,05
Vinculada		261.709,69	667.134,58
Transferências Financeiras Recebidas (II)		705.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		705.000,00	1.445.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		1.376.273,84	72.439,05
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.347.727,96	39.177,09
Inscrição de Restos a Pagar Processados		5.872,07	5.723,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.673,81	27.538,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		361.041,95	507.667,01
Caixa e Equivalentes de Caixa		361.041,95	507.667,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		2.714.530,15	2.707.704,69
DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		1.930.495,73	2.207.752,29
Ordinária		1.580.141,30	1.497.445,37
Vinculada		350.354,43	710.306,92
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		57.346,60	138.910,45
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		34.672,79	107.572,52
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	3.799,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.673,81	27.538,77
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		726.687,82	361.041,95
Caixa e Equivalentes de Caixa		726.687,82	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

15/06/2016 09:04

Identificador: WPR1491102-6598-QCPP-203681045 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

Pág 2 / 2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		2.714.530,15	2.707.704,69

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:04:11

Notas:

NEUSA APARECIDA DAHMER
Ordenadora de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-QCPP-203681045 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

15/06/2016 09:04

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016

Pág 1 / 2



BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 05.2016

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		8.272,51	74.971,22	
Ordinária		6.806,47	11.129,64	
Vinculada		1.466,04	63.841,58	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		95.000,00	195.000,00	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		95.000,00	195.000,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		36.993,37	13.734,12	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		36.953,98	11.830,46	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		39,39	1.903,66	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		183.925,58	142.556,31	
Caixa e Equivalentes de Caixa		183.925,58	142.556,31	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		324.191,46	426.261,65	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		49.015,00	240.432,41	
Ordinária		48.515,00	173.904,14	
Vinculada		500,00	66.528,27	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		39,39	1.903,66	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		39,39	1.903,66	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		275.137,07	183.925,58	
Caixa e Equivalentes de Caixa		275.137,07	183.925,58	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

Identificador: WPR 491102-6598-LKU-203680972 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

IPM Sistemas Ltda

15/06/2016 09:02



FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		324.191,46	426.261,65

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:02:57

Notas:

NEUSA APARECIDA DAHMER
Ordenadora de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-LKUJ-203680972 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

15/06/2016 09:02

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016

Pág 1 / 2



BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 05.2016

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Receita Orçamentária (I)		14.372.459,37	41.166.182,93	
Ordinária		181.112,98	432.001,35	
Vinculada		14.191.346,39	40.734.181,58	
Transferências Financeiras Recebidas (II)		9.833.800,00	23.951.178,50	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		9.833.800,00	23.951.178,50	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Recebimentos Extraorçamentários (III)		15.542.196,66	5.845.063,06	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.694.291,56	1.895.147,34	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		120.134,69	259.559,17	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.727.770,41	3.690.356,55	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		3.996.111,50	3.807.592,33	
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.996.111,50	3.807.592,33	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		43.744.567,53	74.770.016,82	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Despesa Orçamentária (VI)		36.486.089,28	65.429.028,67	
Ordinária		344.961,01	485.500,06	
Vinculada		36.141.128,27	64.943.528,61	
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		3.051.848,90	5.344.876,65	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		1.082.684,07	1.654.520,10	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		241.394,42	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.727.770,41	3.690.356,55	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		4.206.629,35	3.996.111,50	
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.206.629,35	3.996.111,50	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	

Identificador: WPR1491102-6598-ODCG-203681363 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

15/06/2016 09:09

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Prestação de Contas

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Maio / 2016



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		43.744.567,53	74.770.016,82

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:09:30

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 05.2016

Pág 1 / 2

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		74.788.571,40	162.328.543,37
Ordinária		40.215.795,21	84.742.465,38
Vinculada		34.572.776,19	77.586.077,99
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	523.848,90
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	523.848,90
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		30.824.306,37	29.331.086,51
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		23.516.830,65	13.418.102,45
Inscrição de Restos a Pagar Processados		473.723,69	354.365,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.833.752,03	15.558.618,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		23.053.793,28	22.643.031,70
Caixa e Equivalentes de Caixa		23.053.793,28	22.643.031,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		128.666.671,05	214.826.510,48

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		66.227.808,83	130.369.966,51
Ordinária		33.155.912,16	60.239.927,12
Vinculada		33.071.896,67	70.130.039,39
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		14.914.881,00	36.967.098,50
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		14.914.881,00	36.967.098,50
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		11.034.768,82	24.435.652,19
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		4.009.718,52	9.046.921,23
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		329.012,55	128.442,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		6.696.037,75	15.260.288,22
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		36.489.212,40	23.053.793,28
Caixa e Equivalentes de Caixa		36.489.212,40	23.053.793,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00

Identificador: WPR1491102-6598-GZNO-203680821 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

IPM Sistemas Ltda

15/06/2016 09:00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Prestação de Contas
AN 13 - Balanço Financeiro
Período de Referência: Maio / 2016

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00	
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		128.666.671,05	214.826.510,48	

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 15/06/2016, Hora emissão 09:00:31

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

MARLON DE LAI DENECA
Contador
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491102-6598-GZNQ-203680821 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

15/06/2016 09:00

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 366/2016

DECRETO Nº 366/2016

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. SANDRA FIGUEIRÓ PEDROSO CENCI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 367/2016

DECRETO Nº 367/2016

"DESIGNA ATRIBUIÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica designado a partir do dia 01/07/2016, a Servidora Municipal, Sra. Cachtiuze Magnanti - matrícula n. 13455-01, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para assinar cheques, transferências bancárias, ordens de pagamentos, relatórios financeiros e outros documentos referente a Tesouraria e Fundos Municipais.

Art.. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Junho de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Correia Pinto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 04/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 1/7

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

No dia 15 do mês de Junho do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.741.096/0001-53, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2016, Processo Licitatório nº. 4/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
195	PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	3, 5, 7, 9, 11, 12, 14, 16, 18, 20, 22, 32, 33, 34, 37, 44, 45, 47, 49
835	VILMA MORAES DE SOUZA	1, 2, 4, 6, 8, 10, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 31, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 50

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP	79.833.950/0001-57	SILVANA REGINA SALVADOR BALDES	533.204.419-49
VILMA MORAES DE SOUZA	07.493.633/0001-28	VILMA MORAES DE SOUZA	348.075.199-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL PARA OS GRUPOS EDUCATIVOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 195 - PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	BOLINHA DE CALABRESA - CENTO	UN		45,000	44,5000	2.002,50
5	BOLO CARAMELADO DE LARANJA OU ABACAXI - forma grande	UN		45,000	44,0000	1.980,00
7	BOLO DE CENOURA c/ Cobertura de Chocolate - FORMA GRANDE	UN		45,000	36,4500	1.640,25
9	BOLO DE LARANJA - forma grande	UN		45,000	35,0000	1.575,00
11	BOLO INTEGRAL CASTANHA DO PARA - FORMA GRANDE	UN		45,000	54,0000	2.430,00
12	BOLO INTEGRAL DE AVEIA E MAÇÃ - forma grande	UN		45,000	48,7000	2.191,50
14	BRIOCHE DE FRANGO -cento	UN		45,000	49,0000	2.205,00
16	CAROLINA CREME C/ COBERTURA CHOCOLATE - cento	UN		45,000	54,0000	2.430,00
18	CROISSANT - CENTO	UN		45,000	59,9000	2.695,50
20	EMPADAO - FRANGO COM REQUEIJAO- FORMA GR	UN		45,000	57,8000	2.601,00
22	EMPADAO DE PALMITO - forma grande	UN		45,000	63,8000	2.871,00
32	MINI FOLHEADO DE FRANGO - CENTO	UN		45,000	59,5000	2.677,50
33	MINI FOLHEADO DE QUEIJO E PRESUNTO - cento	UN		45,000	58,8000	2.646,00
34	MINI PIZZA - CENTO	UN		45,000	48,0000	2.160,00
37	PASTEL DE CARNE - CENTO	UN		45,000	37,0000	1.665,00
44	TORTA DE AVEIA E FRANGO - FORMA GR	UN		45,000	54,9000	2.470,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 4/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

Fornecedor: 195 - PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	TORTA DE BOLACHA - KG	KG		45,000	26,0000	1.170,00
47	TORTA DE MACÃ COM ACUCAR MASCAVO - FORMA GR	UN		45,000	43,0000	1.935,00
49	TORTA DE VEGETAIS COM GERGILIM - FORMA GR	UN		45,000	54,0000	2.430,00

Fornecedor: 835 - VILMA MORAES DE SOUZA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BARQUETE DE FRANGO COM LENTILHA - cento	UN		45,000	71,0000	3.195,00
2	BARQUETE SALPICAÇÃO - cento	UN		45,000	71,0000	3.195,00
4	BOLINHA DE QUEIJO - CENTO	UN		45,000	43,5000	1.957,50
6	BOLO DE BETERRABA COM COBERTURA DE CHOCOLATE - FORMA GR	UN		45,000	35,0000	1.575,00
8	BOLO DE CHOCOLATE - forma grande	UN		45,000	43,0000	1.935,00
10	BOLO DE LIMAO - FORMA GRANDE - cento	UN		45,000	35,0000	1.575,00
13	BOLO NEGA MALUCA - nega maluca	UN		45,000	36,7500	1.653,75
15	BRIOCHE DE QUEIJO - cento	UN		45,000	49,8000	2.241,00
17	COXINHA DE FRANGO - cento	UN		45,000	40,0000	1.800,00
19	CROQUETE - CENTO	UN		45,000	39,0000	1.755,00
21	EMPADAO DE BROCOLIS E FRANGO - forma grande	UN		45,000	58,0000	2.610,00
23	EMPADINHA - CENTO	UN		45,000	59,8000	2.691,00
24	ESFIRRA DE CARNE OU FRANGO - CENTO	UN		45,000	39,8000	1.791,00
25	ESFIRRA DE LEGUMES - cento	UN		45,000	40,0000	1.800,00
31	JOELINHO - CENTO	UN		45,000	38,9000	1.750,50
35	MINI SANDUICHE NATURAL - cento	UN		45,000	52,5000	2.362,50
36	MINI X - CENTO	UN		45,000	57,7500	2.598,75
38	PASTEL DE NATA ASSADO - cento	UN		45,000	56,9000	2.560,50
39	RISOLIS - CENTO	UN		45,000	39,0000	1.755,00
40	ROCAMBOLE SALGADO - quilo	UN		45,000	22,5000	1.012,50
41	SUCO TODOS OS SABORES - garrafão de 5 litros	UN		45,000	33,8000	1.521,00
42	TORTA BANANA E FAROFA - quilo	UN		45,000	39,5000	1.777,50
43	TORTA DE ABOBORA E FRANGO - forma grande	UN		45,000	54,0000	2.430,00
46	TORTA DE LIMAO - KG	KG		45,000	26,9000	1.210,50
48	TORTA DE SARDINHA - forma grande	UN		45,000	42,5000	1.912,50
50	TORTA FRIA	KG		45,000	25,5000	1.147,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE CORREIA PINTO

Página: 7/7
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2016

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 15 de Junho de 2016.

Vânio Forster
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

PANIFICADORA BALDESSAR LTDA EPP

CNPJ: 79.833.950/0001-57

VILMA MORAES DE SOUZA

CNPJ: 07.493.633/0001-28

Corupá

PREFEITURA

I ERRATA PREGÃO 041/2016

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/16

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/16

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 041/16, ficando assim determinado:

Onde se lê:

ANEXO I
QUANTITATIVOS

- O primeiro colocado na licitação deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de até o dia 27 de junho de 2016 às 09:00 horas após ter sido declarado vencedor, uma amostra de cada item arrematado, ficando desde já estabelecido que todos os pneus deverão ser certificados pelo INMETRO e as amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

Leia-se:

ANEXO I
QUANTITATIVOS

- O primeiro colocado na licitação deverá apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de até o dia 27 de junho de 2016 às 09:00 horas após ter sido declarado vencedor, uma amostra de cada item arrematado, ficando desde já estabelecido que todos os pneus deverão ser certificados pelo INMETRO e as amostras aprovadas serão fotografadas e publicadas no site www.corupa.sc.gov.br link licitações Pregão Presencial 041/16, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante, o licitante vencedor deverá recolher as amostras após o aceite ou não das mesmas.

Corupá, 15 de Junho de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

Curitibanos

PREFEITURA

CONTRATO Nº 222/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 222/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CONTRATADA: SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR: R\$ 157.900,00 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL E NOVECIENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: INÍCIO: 15/06/2016 TÉRMINO: 15/06/2017

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2016

DOTAÇÃO: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (53)

1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (113)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1022259-03/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL CURITIBANOS, 15 DE JUNHO DE 2016.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 124/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ÓLEO E FILTROS PARA USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 28/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 10 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 10/2016.

Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada....: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : 3.698,00 (três mil seiscentos e noventa e oito reais)

Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 03/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 15/2016

Contrato Nº.: 15/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada....: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : 10.688,00 (dez mil seiscentos e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 16/2016

Contrato Nº.: 16/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: HEXA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA -

Valor : 3.364,64 (três mil trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 18/2016

Contrato Nº.: 18/2016

Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: STANG & STANG LTDA

Valor : 1.262,40 (um mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 187/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 187/2016

Contrato Nº.: 18/2016

Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: STANG & STANG LTDA

Valor : 1.262,40 (um mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA

MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 19/2016

Contrato Nº.: 19/2016

Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: JHONATAN BAGATOLI - ME

Valor : 204,00 (duzentos e quatro reais)

Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 25/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GARRAFAS TÉRMICAS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 8/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 8/2016

Contrato Nº.: 8/2016

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada...: PANINI BRASIL LTDA

Valor : 827,20 (oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 05/05/2016 Término: 05/05/2017

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 106.131,39

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA ASSINATURA DE REVISTAS, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PARA USO NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E ÔNIBUS - BIBLIOTECA ITINERANTE, CONFORME ARTIGO 25, INCISO I, DA LEI 8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 9/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 9/2016.

Contrato Nº.: 9/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 2.255,04 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 137.800,00

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPESMUC

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 10/2016

Contrato Nº.: 10/2016

Contratante.: IPESMUC

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 11.029,08 (onze mil e vinte e nove reais e oito centavos)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 2/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 2/2016

Contrato Nº.: 2/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DEFESA CIVIL MUNICIPIO CURITIBANOS

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 2.255,04 (dois mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.080.3.3.90.00.00.00.00.00 (2) Saldo: 21.000,00

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 3/2016

Contrato Nº.: 3/2016

Contratante.: FUNDO MUNIC.DA CRIANÇA E DO ADOLESC. CURITIBANOS

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 1.658,10 (um mil seiscentos e cinquenta e oito reais e dez centavos)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação: 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (3) Saldo: 52.660,80

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 52/2016

Contrato Nº.: 52/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP

Valor : 326,78 (trezentos e vinte e seis reais e setenta e oito centavos)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 53/2016

Contrato Nº.: 53/2016
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
Valor : 1.456,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 54/2016

Contrato Nº.: 54/2016
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JULIO SILVESTRI FILHO - ME
Valor : 63,48 (sessenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 02/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE

CURITIBANOS E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 55/2016

Aditivo Nº : 55/2016 - Contrato Nº: 42/2016
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 73,50 (setenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 08/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 56/2016

Contrato Nº.: 56/2016
Contratante...: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BRUNO MAYER JUNIOR
Valor : 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA CURSO DE MUSICALIZAÇÃO: VIOLÃO DESTINADO AO CRAS E CURSO DE JARDINAGEM DESTINADO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 57/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 57/2016

Contrato Nº.: 57/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: PAULO BAI FILHO

Valor : 2.688,00 (dois mil seiscentos e oitenta e oito reais)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 13/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA CURSO DE MUSICALIZAÇÃO: VIOLÃO DESTINADO AO CRAS E CURSO DE JARDINAGEM DESTINADO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 58/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 58/2016

Contrato Nº.: 58/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: HEXA COMERCIO E IMPORTACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA -

Valor : 6.729,28 (seis mil setecentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 03/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 59/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 59/2016

Contrato Nº.: 59/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

Valor : 10.027,12 (dez mil e vinte e sete reais e doze centavos)

Vigência : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS VARIADAS OFICINAS DO CRAS E DO CREAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 60/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 60/2016

Contrato Nº.: 60/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda

Valor : 8.260,90 (oito mil duzentos e sessenta reais e noventa centavos)

Vigência : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS VARIADAS OFICINAS DO CRAS E DO CREAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 61/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 61/2016

Contrato Nº.: 61/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA

Valor : 12.805,76 (doze mil oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 04/05/2016 Término: 04/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS VARIADAS OFICINAS DO CRAS E DO CREAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 62/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 62/2016

Contrato Nº.: 62/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME
Valor : 162,50 (cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 06/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 78/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 63/2016

Contrato Nº.: 63/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FLORICULTURA COLINA LTDA - ME
Valor : 1.347,56 (um mil trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 13/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2016
Recursos : Dotação: 2.091.3.3.90.00.00.00.00 (44) Saldo: 21.598,65

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAISAGISMO E JARDINAGEM NO TERRENO ONDE SE LOCALIZA A CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 64/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 64/2016

Contrato Nº.: 64/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JJS DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA
Valor : 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 30/06/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 14/2016
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (38) Saldo: 16.482,52

Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS COM BONECOS TIO-MARCSECIA E LÚDICA SENSIBILIZADORA PARA O CREAM DO DIA 25/05/2016 NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ÀS 09 HORAS E ÀS 14 HORAS, CONFORME ART. 25, INCISO III, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 65/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 65/2016

Contrato Nº.: 65/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA ME
Valor : 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 66/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016
Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 66/2016

Contrato Nº.: 66/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: GRAPHEL GRAFICA E EDITORA LAGES LTDA EPP
Valor : 2.483,30 (dois mil quatrocentos e oitenta e três reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 67/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 67/2016

Contrato Nº.: 67/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - EPP
Valor : 130,00 (cento e trinta reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 68/2016

Contrato Nº.: 68/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NOVELLO & CARBONELLI LTDA - EPP
Valor : 329,80 (trezentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 69/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 69/2016

Contrato Nº.: 69/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA EPP
Valor : 177,00 (cento e setenta e sete reais)
Vigência : Início: 18/05/2016 Término: 18/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 56/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E AS SECRETARIAS CORRESPONDENTES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 70/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 70/2016

Contrato Nº.: 70/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 2.221,86 (dois mil duzentos e vinte e um reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 329.130,00

Objeto : LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 71/2016

Aditivo Nº : 71/2016 - Contrato Nº.: 53/2014
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor : 6.985,76 (seis mil novecentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 20/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (8), 2.086.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.089.3.3.90.00.00.00.00.00 (42), 2.077.3.3.90.00.00.00.00.00 (45)
Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 6985,76 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 72/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 72/2016

Contrato Nº.: 72/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA.
Valor : 5.596,00 (cinco mil quinhentos e noventa e seis reais)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 73/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 73/2016

Contrato Nº.: 73/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: STANG & STANG LTDA
Valor : 18.936,00 (dezoito mil novecentos e trinta e seis reais)
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 24/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 83/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE UM ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 74/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 74/2016

Contrato Nº.: 74/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: JHONATAN BAGATOLI - ME
Valor : 2.403,60 (dois mil quatrocentos e três reais e

sessenta centavos)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 25/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GARRAFAS TÉRMICAS PARA USO DA PREFEITURA DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 75/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 75/2016

Contrato Nº.: 75/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba
Valor : 551,00 (quinhentos e cinquenta e um reais)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 25/07/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 16/2016
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (36) Saldo: 56.161,31

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE TRCA DE KIT DE SUSPENSÃO DO VEÍCULO CHEVROLET SPIN PLACA MLJ4754 DA FROTA DA SECRETARIA, DO EQUIPAMENTO BOLSA FAMÍLIA. DE ACORDO COM O ART. 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 9/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPESMUC
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC MAIO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 9/2016

Contrato Nº.: 9/2016
Contratante.: IPESMUC
Contratada.: NATALICIO DE JESUS GERALDO - ME
Valor : 3.560,00 (três mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 12/05/2016 Término: 12/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação: 2.017.4.4.90.00.00.00.00.00 (3)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - IPESMUC, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113 ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL ATA Nº 61 - 2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/1

Data: 15/06/2016

Processo: 113/2016

Edital de Pregão Presencial Nº 113
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial
ATA Nº 61 - 2016

Reuniram-se no dia 15/06/2016, as 13:05:00, na PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria 1415/2014 com o objetivo de JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO EM PREGÕES tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 113 destinado a AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1022259-03/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Abaixo seque os licitantes classificados e que participaram da licitação:

103365 SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 83.516.070/0001-24

Sobre a documentação dos licitantes: A EMPRESA SPERANDIO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA APRESENTOU A CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS NO APRAZADO, SOB Nº 160140049452521, SENDO ASSIM CONSIDERADA HABILITADA. SEGUE ASSIM O PROCESSO PARA HOMOLOGAÇÃO.

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos itens, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 13:07 horas do dia 15 de Junho de 2016, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

DIEGO SEBEM WORDELL

- Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 068/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira
Contratado: Júlio Cesar Onofre - ME.

Objeto: Objeto: Prestação de serviços para manutenção dos equipamentos de ar condicionados das escolas da Rede Municipal de Ensino. -Valor R\$ 10.450,00 – Origem: : Processo Licitatório 083/2016 - Pregão 083/2016 PMDC -2016 - Vigência: 15/06/16 à 31/12/2016. Dionísio Cerqueira -- 01/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 097/2016. Processo: 097/2016. Objeto: Aquisição de moveis padronizados e sob medida e cadeiras para A Secretaria e sub comando do corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 29/06/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 16/05/2016

Altair Rittes – – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 06/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Dionísio Cerqueira.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 15 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.296/2013, de 02 de dezembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de , referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo

município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, , 15 de junho de 2016

Elsa de Paula dos Santos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 083/2016 - Pregão 083/2016 PMDC.. Objeto: Prestação de serviços para manutenção dos equipamentos de ar condicionados das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Vencedor: Júlio Cesar Onofre - Dionísio Cerqueira --Valor R\$10.450,00 Dionísio Cerqueira - 15/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde Comunica os Interessados o resultado do processo 043-2016 FMS – Pregão nº 040/2016 FMS Objeto: aquisição de complemento alimentar e fraldas para pacientes acamados em cumprimento ao plano Brasil sem miséria.

Empresa Vencedora: Dental Oeste Ltda. – ME - Valor R\$ 3.550,00

Litoral M Comercio de Produtos Médicos Eirelli- Valor R\$ 3.590,00

Olmiro Rosa dos Santos Ltda - ME –Valor R\$ 4.704,00.

Dionísio Cerqueira -- 15/06/2016 .

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS

Ermo

PREFEITURA

RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO N° 16/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO N° 16/2016

Objeto: Contratação de Empresa para construção de Praça Publica Municipal com parque com forração em grama sintético, academia ao ar livre, floreiras e demolição da estrutura existente com formação de palco com extensão de 1.833,30m².

Vencedores: TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELLI -EPP

Valor : R\$ 209.900,00 (Duzentos e nove mil reais e novecentos reais)

Aldoir Cadornin – Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00662016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0066/2016
Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratada: Imedic Diagnósticos por Imagem Ltda
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.
Valor: R\$ 454.600,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0036/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0020/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de junho de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PUBLICA

CONTRATO 00782016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0078/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Britter Rodovias Ltda
Objeto: Contratação de empresa para realização de obras de pavimentação, drenagem pluvial e sinalização viária nas ruas do município de Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra – BADESC.
Valor: R\$ 1.413.803,82 (um milhão quatrocentos e treze mil oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0028/2016, na Modalidade Concorrência Pública nº 0005/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0089/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Carlos Ferreira da Silva Me
Objeto: Aquisição de marmitas (almoço) para funcionários em trabalho no interior do município de faxinal dos Guedes
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0021/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0090/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Clédio Antonio Vanzella e cia Ltda Me
Objeto: Aquisição de marmitas (almoço) para funcionários em trabalho no interior do município de faxinal dos Guedes
Valor: R\$ 47.960,00 (quarenta e sete mil novecentos e sessenta reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0021/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0079/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 24.127,95
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0080/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Carlos Enrique Lussani Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 4.031,52
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0081/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Celi Produtos de Aço Ltda
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 14.040,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0082/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 39.167,55
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0083/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: LA CN Informática Me.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 12.098,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0084/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 11.497,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0085/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 20.475,05
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão

Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0086/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Patrícia M. Muller Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 3.584,05
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0087/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Total Sports Ltda Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 5.136,00
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0088/2016
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: VW Comércio Atacadista Ltda Me.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de utensílios domésticos, eletroeletrônicos, estantes e brinquedos a serem destinados a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 8.367,50.
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0034/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0022/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de junho de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

INEXIGIBILIDADE 00202016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0020/2016
Processo Licitatório nº: 0036/2016
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a realização de consultas e exames em diversas áreas da saúde.
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0036/2016, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0020/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 09 de junho de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PUBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 845/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 845/2016
MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 07/2016
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor Preço - Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, ELABORAÇÃO COMPLETA DA LEI DE DIRETRIZES E LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 14 de junho de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 01 de julho de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 14 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 142/2016

PORTARIA Nº 142/2016
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Funcionaria Municipal ELISIANE PATRICIA HENNIG, ocupante do Cargo de Agente Endêmico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 16/06/2016 a 15/07/2016, relativo ao período aquisitivo 10/14 a 10/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Junho de 2016.

ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 125 DE 04 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 125 DE 04 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I e IV da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 32.685,00 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação	
2.013 – Manutenção Centro de Educação Infantil	
73 – 4490.00.01.62 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 20.777,00	
255 – 3390.00.06.62 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 4.700,00	
256 – 4490.00.06.62 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 3.108,00	
257 – 3390.00.06.96 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 900,00	
258 – 4490.00.06.96 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 3.200,00	

TOTAL
..... R\$ 32.685,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, segue descrição das fontes:

. na despesa 73 será utilizada como fonte de recursos a anulação da dotação abaixo:

Órgão 05 – Secretaria de Educação	
2.013 – Manutenção Centro de Educação Infantil	
68 – 3390.00.01.62 – Aplicações Diretas	
..... R\$ 20.777,00	

.nas despesas 255 e 256 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 27.530-1 da Banco do Brasil;

.nas despesas 257 e 258 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 27.925-0 do Banco do Brasil.

TOTAL
.....R\$ 32.685,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 04 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 04 de junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 100/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis para atender às necessidades da Polícia Militar e Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de junho de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/> Forquilha, 15 de junho de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 101/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 101/PMF/2016

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo pavimentação asfáltica da 1ª Etapa da Rodovia Municipal Francisco Ricken (Trecho SC 108) Santa Terezinha, Município de Forquilha/SC, com extensão de 520,00 metros, Estaca 0+0,00 a 26+0,00, conforme Proposta Transferência 0000018125, cadastrada no SIGEF/SC, junto a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de julho de 2016 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 16 de junho de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 102/PMF/2016
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 102/PMF/2016

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a revitalização da Rodovia Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, com extensão de 831,977 metros, conforme Ofício GP nº. 62/2016 dirigido à Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

DATA DE ABERTURA: Dia 01 de julho de 2016 às 10:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 16 de junho de 2016.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº 118, DE 25 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 118, DE 25 DE MAIO DE 2016.

INSTAURA SINDICÂNCIA E CONSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO o recebimento de denuncia que a servidora Cleusa Espindola Ramos, matrícula nº 4507, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação, teria ofendido fisicamente uma criança e, verbalmente, uma Coordenadora de Ensino;

CONSIDERANDO os atos da servidora, tem tese, afrontam os deveres dos servidores públicos, conforme dispõe o art. 88 da Lei n. 487/98, como as de: I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; III - observância das normas legais e regulamentares; IV - cumprimento às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; V - atender com presteza: a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa; XI - tratar com urbanidade as pessoas, que de acordo com art. 97 da Lei n. 487/98 ensejam a aplicação da pena de demissão: V - incontinência pública e conduta escandalosa; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou particular, salvo em legítima defesa própria, de outrem ou do patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito acima.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

I - MICHELA ANDRADE FERREIRA, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 4761;

II - SILVANA GOULART PADOIN, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2439;

III - IGORVANI LUIZ PEDROSO, servidor público efetiva, ocupante do cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 1995.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar a servidora encarregada de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de maio de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA - TERMO ADITIVO FMS Nº 04/2016

ERRATA - TERMO ADITIVO FMS Nº 04/2016

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta retificar o Termo Aditivo Nº 04/FMS/2016 do Contrato nº. 49/FMS/2015, assinado em 24/03/2016.

A retificação se dá no valor e quantitativo do item 04, como se segue:

Onde se lê: Fica acrescido o valor de R\$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
04	Multifuncional A4 colorida (7 máquinas)	MÊS	02	R\$ 1.260,00	R\$ 2.520,00
09	Cópias excedentes	CÓPIA	180	R\$ 0,40	R\$ 72,00

Leia-se: Fica acrescido o valor de R\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
04	Multifuncional A4 colorida (1 máquina)	MÊS	02	R\$ 180,00	R\$ 360,00
09	Cópias excedentes	CÓPIA	180	R\$ 0,40	R\$ 72,00

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 20 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA	ALPHA LASER COM. E SERVIÇOS EIRELI
VANDERLEI ALEXANDRE – Contratante	Aurélio Cesconeto - Contratada
Testemunha	Testemunha

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 06/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 06/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 49/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – ALPHA LASER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS 49/2015 de 01/06/2016 para 01/06/2017.

DO VALOR - O valor do contrato permanece inalterado para o período acima citado correspondendo ao valor global de R\$ 51.839,32 (cinquenta e um mil oitocentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 54 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 18 de maio de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 08/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 08/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 49/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – ALPHA LASER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para locação de máquinas impressoras, multifuncionais e digitalizadoras, com fornecimento de suprimentos, incluindo manutenção legal, corretiva e suporte técnico, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 3.581,50 (tres mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	Impressora laser mono A4 (2 máquinas)	MÊS	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
07	Cópias excedentes	CÓPIA	7.100	R\$ 0,065	R\$ 461,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 1701.2061.3390 (62).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 168/2015 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 61B/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 168/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 61B/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para locação de brinquedos, referente ao LOTE 01, para atividades da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/12/2016

3ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL N° 176/2015 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 176/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 65/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de cartuchos e tonners para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/12/2016

3ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL N° 177/2015 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 177/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 66/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de livros para bibliotecas escolares e livros de atividades para alunos da pré-escola das escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/12/2016

3ª Publicação

PREFEITURA

--	--	--	--	--	--	--	--	--

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0044_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0044/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0185/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Inexigibilidade para Aquisição de 190 ingressos para professores do ensino fundamental e infantil, para a “Semana Pedagógica para Professores de Fraiburgo” a realizar-se na sede da Uniarp em Fraiburgo/SC dias 14, 15, 18, 19 e 20 de julho de 2016 totalizando 24hrs aula. CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. CNPJ: 82.798.828/0001-00 VALOR: R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais), cada inscrição. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 “caput” Da Lei Nº 8.666/93 E Alterações. Fraiburgo(SC), 16 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0097_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0097/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de telefone digital IP, incluindo o fornecimento de licenças, instalação e configuração; assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos propostos durante o período de garantia; a serem instalados nas Unidades Escolares da Secretaria de Educação do município de Fraiburgo. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 29.06.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 14:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0098_2016-PMF RP 0059

Aviso do Pregão Presencial nº 0098/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0059/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para Casas Lares do Município, durante os meses de julho a outubro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a outubro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até às 15:30 horas do dia 29.06.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 15:45 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 15:45 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 154-2016

DECRETO Nº 154, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

APROVA IMPLANTAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO LOTEAMENTO COLINA DO SOL, DE PROPRIEDADE DA EMPRESA INCORPORADORA BALESTRIN LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade com plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 3174/2015, com fundamento no artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o loteador (Incorporadora Balestrin Ltda) fica autorizado a implantar as obras da Segunda Etapa do Loteamento Colina do Sol, de conformidade com o Termo de Compromisso, para executar no prazo de um ano, sem qualquer ônus para o Município, identificada em planta como lotes 03 e 04 da quadra C (667); lotes 10 a 18 da quadra D (668); lotes 01 a 08 da quadra E (669); lotes 01 a 03 e 08 a 15 da quadra F (670); lotes 01 a 08 da quadra G (671); lotes 01 a 08 da quadra H (672); lotes 01 a 10 da quadra I (673), autorizadas pela LAI (FATMA) nº 3746/2014, a seguir descritas:

- a) abertura e terraplanagem das vias de circulação e praças, com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- b) pavimentação, meios-fios, guias de pedra ou concreto, em todas as vias e praças, com o respectivo passeio, conforme padrão adotado ou aprovado pelo Município;
- c) valetamento e canalização de águas pluviais com as respectivas caixas de captação;
- d) drenagem, aterros, pontes, pontilhões e bueiros que se fizerem necessários;
- e) execução do sistema de energia elétrica e iluminação pública;
- f) construção de jardins, parques, praças e quaisquer outros equipamentos previstos no projeto de parcelamento submetido ao Município;
- g) quaisquer outras obras oriundas de atendimento dos dispositivos da presente Lei;
- h) execução da rede de abastecimento d'água potável, mesmo que o sistema geral não tenha chegado ainda na área a lotear, neste caso, tem um prazo de dois anos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 15 DE JUNHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1382/2016

PORTARIA Nº 1382, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de MARITANI MARIZA MARGREITER KAFER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 800.372.249-72, contratada em caráter temporário na função de

TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1383/2016

PORTARIA Nº 1383, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NILVA TEREZINHA VERONEZE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 687.871.039-15, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1384/2016

PORTARIA Nº 1384, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de LUCIANO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 817.012.849-87, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1385/2016

PORTARIA Nº 1385, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0820/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA RIBEIRO STÄGE ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 636.894.139-15, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1386/2016

PORTARIA Nº 1386, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0822/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVANA APARECIDA COSTA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.832.319-37, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1387/2016

PORTARIA Nº 1387, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0826/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.560.889-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1388/2016

PORTARIA Nº 1388, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0828/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE TEREZINHA DUARTE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 674.447.259-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1389/2016

PORTARIA Nº 1389, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de

1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0955/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SUELLEN RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.488.829-58, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1390/2016

PORTARIA Nº 1390, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0936/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 595.921.769-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1391/2016

PORTARIA Nº 1391, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0932/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA REGINA DE PAULA,

brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 727.877.919-72, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1392/2016

PORTARIA Nº 1392, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0934/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.388.469-40, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1393/2016

PORTARIA Nº 1393, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0935/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 942.144.929-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1394/2016

PORTARIA Nº 1394, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0808/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSA PIRES DE SOUZA FELISBINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 813.994.309-63, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1395/2016

PORTARIA Nº 1395, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0809/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE MARIA GRAFF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 996.254.749-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1396/2016

PORTARIA Nº 1396, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0813/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSECLEI GOLYNSKI NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.373.089-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1397/2016

PORTARIA Nº 1397, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0814/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI APARECIDA MARIANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 844.875.349-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1398/2016

PORTARIA Nº 1398, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0817/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSONI DE FÁTIMA GONÇALVES RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 642.633.639-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1399/2016

PORTARIA Nº 1399, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0927/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DUARTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.368.909-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1400/2016

PORTARIA Nº 1400, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0929/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS JAPPE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.311.139-86, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1401/2016

PORTARIA Nº 1401, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1028/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARLENE GRANDO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 847.995.529-53, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de junho de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1402/2016

PORTARIA Nº 1402, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0816/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSILEI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 760.965.059-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1403/2016

PORTARIA Nº 1403, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0811/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANGELA DORNELLES NEVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.389-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1404/2016

PORTARIA Nº 1404, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0835/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA BRANDT, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 038.575.619-47, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1405/2016

PORTARIA Nº 1405, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0807/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de RENILDA APARECIDA GOMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 560.010.539-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 16.06.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10.06.2016	FNS	SSCFV	11.764,26
10.06.2016	FNS	SSCFV	8.400,00
14.06.2016	FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	176.835,66

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0015_2016-PMF DOM**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação e reforma da casa lar, localizada no Bairro Jardim América, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP enquadrada como Empresa de Pequeno Porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 15 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0015_2016-PMF DOM**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0015/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para ampliação e reforma da casa lar, localizada no Bairro Jardim América, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA – EPP com o valor global de R\$ 17.744,26 (dezesete mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.2 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 15 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 818/2016 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 818/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério, art.12, inciso IV, e art.13º, parágrafo 3º, da lei nº 838/2015 de 26 de novembro 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito no orçamento do Fundo Municipal Assistência Social de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	03	Fundo Municipal de Assistencia Social	
Proj./Ativ.	2.113	Manutenção do Cras	
23	4.4.90.00.00.00.00.0.0071	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.466,29 (Vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	03	Fundo Municipal de Assistencia Social	
Proj./Ativ.	2.113	Manutenção do Cras	
23	4.4.90.00.00.00.00.0.0071	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 23.466,29

Art. 3º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 23.466,29 (vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Fundos Municipais	
Unidade:	03	Fundo Municipal de Assistencia Social	
Proj./Ativ.	2.113	Manutenção do Cras	
21	3.3.90.00.00.00.00.0.0071	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 23.466,29

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 15 de junho de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROC,04/2016 = ASSISTENCIA = PARQUE

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR, NO DIA 29 DE JUNHO DE 2016, AS 14h00min, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, REGIDA PELA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, SOB O REGIME DE MENOR PREÇO POR LOTE TENDO POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE UM PARQUE INFANTIL, JUNTO AO CRAS..

INFORMAÇÕES E EDITAL PODERÃO SER OBTIDOS ATRAVÉS DO SITE: WWW.FREIROGERIO.SC.GOV.BR OU NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000. E-MAIL: compras@freirogerio.sc.gov.br e ou licitacao@freirogeio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO (SC), 15 DE JUNHO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL.

Garopaba

PREFEITURA

ATA JARF Nº 010/ 25.05.2016

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a décima sessão ordinária administrativa do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Abertos os trabalhos, lida e achada conforme a ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

10270026292016 – Recurso Ordinário – Recorrente: PAULINO AQUINO DE CAMPOS (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270025602015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: LUIZ KLANERT (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecimento e parcialmente provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020052016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULO SÉRGIO ALVES MADEIRA(Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270019992016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: CRISTIANO DE AMARANTE (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020342016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PATRICIA DA SILVA ABREU (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270020192016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: VALÉRIO MARCIO DE SOUZA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da décima sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA JARF Nº 011/ 01.06.2016

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a décima primeira sessão ordinária administrativa do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Abertos os trabalhos, lida e achada conforme a ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

10270053482014 – Recurso Ordinário – Recorrente: IVO MANOEL CARDOSO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Processo retirado de pauta, a pedido da Relatora.

10270026362016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: LILIANE DE SOUZA VIEIRA - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020032016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: GAROPABA FOR MEN ROUPAS E ACESSÓRIOS (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270028942016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: LEV COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270020042016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: AGNALDO MELO DE AGUIAR - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e parcialmente provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270020012016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSIANE DA ROSA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270025812015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: SIMONE VEDDOY DOS SANTOS (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270020292016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do

Relator. Decisão unânime.

10270026212016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MANOEL PEREIRA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

10270019912016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RAFAEL DE SOUZA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto da Relatora. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da décima primeira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA JARF Nº 012/ 10.06.2016

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a décima segunda sessão ordinária administrativa do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Abertos os trabalhos, lida e achada conforme a ata da sessão anterior e não havendo processos para distribuição serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

10270020172016 – Recurso Ordinário – Recorrente: VILSON FRANCISCO DE FARIAS (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270053532014 – Recurso Ordinário – Recorrente: SOUZA & FERREIRA CONT. ASSOCIADOS/SC (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270053482014 – Recurso Ordinário – Recorrente: IVO MANOEL CARDOSO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Julgamento convertido em diligências nos termos proposto pela Relatora. Decisão unânime.

10270068512013 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PEDRA DO REI TURISMO LTDA ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270028932016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE CAVALI (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Julgamento convertido em diligência, nos termos proposto pela Relatora. Decisão unânime. Declarou-se impedido e não participou da votação o Senhor Presidente Jean Nascimento Pacheco, em razão de fazer parte do processo na condição de agente fiscal.

10270025782015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: DOUGLAS ARIEL VALENTE (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Processo retirado de pauta a pedido do Relator.

10270020312016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: AURINO PEREIRA VIEIRA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Processo retira de pauta a pedido de Relator.

Encerrada a sessão de julgamento, o Senhor Presidente informou aos presentes que estará em descanso de férias no período entre os dias 11 e 30 de julho do corrente, de modo que será convocado o suplente, o Servidor Guilherme Crispim da Silva, para atuar na condição de julgador. Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da décima segunda sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

ATA JARF Nº 013/ 15.06.2016

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS – JARF.

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS do Município de Garopaba, sob a Presidência do Bacharel Jean Nascimento Pacheco, presentes as Senhoras Julgadoras Graziela Santos e Daniela Maria dos Santos, sendo Secretária-Geral a Senhora Emanuele Barcellos Candido, na sede da Secretaria Municipal de Fazenda, realizou-se a décima terceira sessão ordinária administrativa do ano de dois mil e dezesseis. Havendo número regimental, declarou-se instalada a sessão e abertos os trabalhos. Lida e achada conforme a ata da sessão anterior e havendo processo para distribuição mediante sorteio, foram distribuídos/redistribuídos os seguintes feitos, de forma alternada:

REEXAME NECESSÁRIO Nº 10270032682016

Relator: GRAZIELA SANTOS

Recorrente: SADI BATTISTELLA (Requerente)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

REEXAME NECESSÁRIO Nº 10270035932016

Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Recorrente: VALFRIDO KLOTH (Requerente)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

REEXAME NECESSÁRIO Nº 10270032692016

Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Recorrente: SADI BATTISTELLA (Requerente)

Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Não havendo mais processos para serem distribuídos/redistribuídos na sessão, passou-se a discussão dos itens constantes da pauta de julgamento:

10270053472014 – Reexame Necessário – Recorrente: FLORENTINA CAROLINA BOTELHO (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Reexame conhecido e parcialmente provido, nos termos do voto da Relatoria. Decisão unânime.

10270020242016 – Reexame Necessário – Recorrente: JOSE GUSTAVO DE AZEVEDO MISURELLI (Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: DANIELA MARIA DOS SANTOS

Decisão: Julgamento convertido em diligência, nos termos do proposto pela Relatoria. Decisão unânime.

10270020222016 – Reexame Necessário – Recorrente: CLAUDIA

SILVEIRA(Requerente); Recorrido: Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO
Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270020402016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FLAVIO JOSE DIAS FEDERBUSH (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

Decisão: Reexame conhecido e não provido, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime.

10270020162016 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA NETO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Julgamento convertido em diligência, nos termos do proposto pela Relatora. Decisão unânime.

10270025822015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FABIANO D'ANGELO DE DONATO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Reexame não conhecido, nos termos do voto da Relatoria. Decisão unânime.

10270025802015 – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ROSELAINE DA SILVA CEZAR - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS

Decisão: Julgamento convertido em diligência, nos termos do proposto pela Relatoria. Decisão unânime.

Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da décima terceira sessão ordinária da Junta Administrativa de Recursos Fiscais do ano de dois mil e dezesseis. E para constar, eu, Emanuele Barcellos Candido, Secretário-Geral, digitei esta ata que após aprovada vai assinada pelos presentes.

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 006/2016

O Município de Garopaba torna público que estará credenciando empresas editoras de jornais, com circulação regional, com abrangência no município de Garopaba/SC, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.garopaba.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.

O credenciamento somente se efetivara após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Garopaba, 15de junho de 2016

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei

nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 50/2016; DL nº. 11/2016; Contratada: MARIOMAR MANOEL PEREIRA; CPF: 029.481.359-40; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 11.804,45 (Onze mil oitocentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/06/2016.

DECRETO Nº 116/2016

DECRETO N.º 116, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 6.500,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	6.500,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infra-estrutura	6.500,00
3.3.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	6.500,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 117/2016

DECRETO N.º 117, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	35.000,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	35.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	35.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	15.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	20.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	20.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	35.000,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	35.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	35.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	15.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	15.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	10.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 118/2016

DECRETO N.º 118, DE 15 DE JUNHO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 508.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.977 de 15/06/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	108.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	88.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	88.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	400.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	400.000,00
4.4.90.0.1.24.001076 - Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	108.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	20.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	88.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	88.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	400.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	400.000,00
3.3.90.0.1.24.001076 - Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2016
PMG E FMS

Ata nº. 34/2016; Processo nº.58/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ISRAEL GONÇALVES ME; Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para prestar o serviço de corte de grama, limpeza de pátio e pequenos reparos nas Escolas da Rede Municipal, Unidades de Saúde e prédios locados pela Prefeitura Municipal de Garopaba; Data da Assinatura: 15/06/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GAROPABA

Garopaba, 15 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 16/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Contrato nº 34/2016. Processo nº 50/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: MARIOMAR MANOEL PEREIRA, inscrito no CPF sob o n.º 029.481.359-40; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 11.804,45 (Onze mil oitocentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/06/2016.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1977, DE 15 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.977, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 508.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	108.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	88.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	88.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	400.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	400.000,00
4.4.90.0.1.24.001076 - Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	108.000,00
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	20.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	88.000,00
4.4.90.0.1.15.000049 - Aplicações Diretas	88.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	400.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	400.000,00
3.3.90.0.1.24.001076 - Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garuva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 103/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 103/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. FERNANDA CRISTINA CISZ ARCENO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.285.366, CPF: 008.922.959-29, residente e domiciliada na Rua Casemiro de Abreu, 575 – Centro, Garuva/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 184 (cento e oitenta e quatro) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 13 de junho de 2016, terminando no dia 13 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.135,64 (dois mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil– 07.001.12.365.1030.2031.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 13 de junho de 2016	
Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Educação Jucilene Furlan
Contratado	
Luciana Romanzini Cpf: 647.045.569-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

CONTRATO Nº 104/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 104/2016

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Contratante, e do outro, a Sra. LIDIA MATILDE PEREIRA, brasileira, solteira, técnico em enfermagem, RG nº 4.409.177, CPF: 071.212.049-16, residente e domiciliado na Rua Mamorama, 855, Itapema do Norte, Itapoá/SC., doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 200 (duzentos) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 15 de junho de 2016, terminando no dia 31 de dezembro de 2016, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.697,50 (hum mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 13 de junho de 2016

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Secretária Municipal de Saúde Vanessa M.B. Nagel
Contratado	
Iolando de Assis Cpf: 618.330.889-72	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33

DECRETO Nº 85/2016

DECRETO Nº. 085 de 15 de junho de 2016

“Dispõe sobre a nomeação da servidora Rosiani Fabricia Ribeiro Boeing, para a função de Diretora de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora ROSIANI FABRICIA RIBEIRO BOEING, para exercer a função de Diretora Escola Municipal Guilherme Rudolf Emilio Paulo Benkendorf, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único – Conceda-se a servidora gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de junho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 86/2016

DECRETO Nº 86 DE 15 DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso I, da Lei nº 1917, de 09/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 42.840,88 (quarenta e dois mil oitocentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	3390	01.32.54	R\$	42.840,88

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferências do FNDE – Brasil Carinhoso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 02/2016

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 02/2016

EDITAL DE ABERTURA

O Prefeito Municipal de Garuva, José Chaves, no uso de suas atribuições e a vista do contido no art. 37 da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 045/2009, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Público Simplificado 02/2016 destinado ao provimento dos empregos públicos municipais para o cargo temporário de Odontólogo para atuar na Estratégia de Saúde da Família (ESF), pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar 001/1998 e Lei Complementar nº 045/2009, cujo certame observará o disposto e normas contidas neste edital.

1 - São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

- Nacionalidade brasileira
- Idade mínima de dezoito anos
- Quitação com as obrigações eleitorais e militares
- Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- Aptidão física e mental

2 - Quadro de Empregos Públicos Municipais objeto do Processo Seletivo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA O CARGO
Odontólogo	01	110h*	R\$2.519,11	Diploma de Conclusão do Curso Superior em Odontologia; Registro no CRO/SC.

* Podendo ser estendido para 220h de acordo com a necessidade desta Prefeitura.

2.1 Atribuições Gerais do Emprego

Odontólogo

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Prestar serviços odontológicos, preventivos e curativos aos munícipes. Desenvolver programas de saúde bucal da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA – Responsabilidades e Atribuições:

- Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;
- Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prestar atendimento dentário primário, removendo cáries, placas, tártaros, realizando restaurações em amálgama e resina composta, exodontias – quando houver indicações, profilaxias e aplicação de flúor, fornecendo orientações sobre higiene bucal, para restabelecimento e prevenção da saúde bucal do paciente.
- Desenvolver e implantar programas de prevenção da saúde bucal, ministrando palestras em escolas para pais e alunos, quanto a escovação, bochecho, práticas de higiene e outros, realizando evidencição de placa, aplicação de selantes e flúor, distribuindo escovas de dentes, visando uma melhora da saúde bucal da população no futuro.
- Realizar levantamentos estatísticos, quanto a atendimentos prestados, dentes cariados perdidos e obturados, tipos de atendimento, aceitação do serviço e outros, para um melhor conhecimento da atuação nos bairros e escolas, bem como para um melhor planejamento de ação na área de saúde bucal.
- Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento.
- Realizar atendimento especializado, em endodontia, radiologia, reabilitação de fissurados de lábio palatal, atendimento de excepcionais, próteses e ortodontia, participando de equipe multidisciplinar, a fim de promover o melhoramento do quadro em que se encontra o paciente.

3. Da Regulamentação das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas no período de 16 de junho de 2016 a 22 de junho de 2016 das 08 horas às 12 horas e das 13h30 horas às 17 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Eugenio Avanci nº 656, Centro, Garuva/SC. As inscrições deverão ser efetuadas pessoalmente pelo candidato. O candidato que apresentar declarações e documentos falsos será eliminado do processo seletivo.

3.2 Da Inscrição dos Candidatos à Vaga de Odontólogo

No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade,
- CPF,
- Comprovante de Residência,
- 01 foto 3x4
- Fotocópia autenticada do Diploma de Graduação em Odontologia
- Fotocópia Autenticada da Carteira de Registro no Conselho Regional de Odontologia do Estado de Santa Catarina.

4. Da Homologação das Inscrições

4.1. A lista das inscrições será divulgada no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 23 de junho de 2016.

5. Do Preenchimento das Vagas

5.1 Da Formação de Cadastro Reserva

Os candidatos aprovados para o emprego formarão um cadastro reserva cuja admissão estará condicionada à liberação de vagas futuras e ao prazo de validade deste Processo Seletivo Público Simplificado.

5.2 Da Validade

Este Processo Seletivo Público Simplificado terá validade de 2 (dois) anos a contar da data de publicação do Edital de homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período.

6. Dos Critérios de Seleção

6.1 Para o cargo de Odontólogo de Saúde da Família

6.1.1 Será realizada prova teórica;

6.2.1 A prova teórico-objetiva será constituída de 20 (vinte) questões, elaboradas com base nos programas contidos no Anexo I. O candidato terá 2:00 h (duas horas) para a resolução da prova.

6.2.2 As questões da prova teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

6.2.3. Será responsabilizado criminalmente aquele que fraudar o presente Processo Seletivo Público Simplificado.

6.2.4 A prova escrita será realizada no dia 27 de junho de 2016 das 19:00 às 21:00 horas na Escola de Educação Básica Carmem Seara Leite, localizada à Rua Papa João XXIII, 60 – Centro – Garuva.

6.2.5 O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade e segunda via do comprovante de inscrição.

6.2.6 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

6.2.7 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.2.8 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de meia hora, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica, com tinta azul ou preta.

6.2.9 Ao entrar na sala de realização de prova o candidato não poderá manusear e/ou consultar nenhum tipo de material.

6.2.10 O tempo de permanência na sala de prova é de, no máximo, 2:00 h (duas horas) a partir do horário de início da prova. Os dois últimos candidatos deverão se retirar da sala de prova ao mesmo tempo, assinando a ata de sala.

7. Da Avaliação e da Aprovação

7.1. A prova teórico-objetiva constará de 20 (vinte) questões objetivas, sendo que cada questão valerá 0,5 (meio) ponto.

7.2. Serão cinco questões de língua portuguesa e quinze questões de conhecimento específico (conforme Anexo I).

7.3. Serão considerados aprovados os candidatos que atingirem o número mínimo de 10 (dez) questões de acertos nos conteúdos, obtendo nota final mínima de 5 (seis) pontos na prova teórico-objetiva.

7.4. O gabarito da prova será divulgado no dia 28 de junho de 2016 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Saúde.

7.5. Para efeito de desempate serão considerados os critérios de idade e número de filhos. O candidato mais idoso precederá o mais novo. Havendo empate neste critério o candidato que tiver mais filhos menores de 18 anos ou incapazes prevalecerá sobre o outro. Permanecendo o empate, aquele que obtiver maior pontuação na prova de conhecimentos específicos, prevalecerá.

8. Dos Recursos e Pedidos de Revisão do Gabarito da Prova Teórico-objetiva

8.1. Os pedidos de revisão do gabarito da prova teórico-objetiva deverão ser encaminhados à Comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2016, no dia 29 de junho de 2016, e protocolados na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Eugenio Avanci, nº. 656 - Centro no horário das 8:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h.

9. Da Classificação Final

9.1. A Classificação final para será divulgada no dia 30 de junho de 2016 no site www.garuva.sc.gov.br, no mural da Prefeitura Municipal e

da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. A Prefeitura Municipal de Garuva não fornecerá, aos candidatos aprovados, atestado ou certificado de participação ou classificação no Processo Seletivo Simplificado.

10. Do Preenchimento dos Empregos Públicos

10.1. A Prefeitura de Garuva reserva-se o direito de chamar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado de acordo com as respectivas ordens de classificação.

10.2. O Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vaga no quadro de emprego público municipal, regrados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar 001/1998 e Lei Complementar 45/2009.

10.3. No caso de desistência definitiva, o candidato será automaticamente excluído do cadastro de candidatos do respectivo Processo Seletivo Público Simplificado.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia da Carteira de Identidade;
- Fotocópia de CPF;
- Fotocópia da Carteira de Registro no Conselho Regional de Odontologia (CRO-SC);
- Fotocópia do título de eleitor;
- Carteira de Trabalho;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Diploma de Graduação em Odontologia;
- Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- Fotocópia da carteira de vacinação do(s) filho(s) menores de 14 anos;
- Atestado Médico (físico e mental);
- Comprovante de residência;
- Certificado de Reservista (sexo masculino);
- PIS/PASEP;
- 01 foto 3x4.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº 062 de 15 de junho de 2016.

Garuva, 15 de junho de 2016.
Vanessa Marilyng Backes Nagel
Presidente da Comissão

Portaria nº 062, de 15 de junho de 2016

ANEXO 1

PROVA TEÓRICA - ODONTÓLOGO

Língua Portuguesa

Interpretação de texto. Pontuação. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sinônimos, antônimos e parônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.

Conhecimentos Específicos

Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Medicina oral; odontologia hospitalar; história da doença, história médica e odontológica, exames gerais e específicos, imunologia. Odontologia social: caracterização, hierarquização, métodos de prevenção, tratamentos dos principais problemas, índices. Farmacologia e terapêutica: mecanismos básicos de ação das drogas; efeitos sobre o sistema nervoso; psicofarmacologia. Anestesiologia: dor, sedação, anestesia local e geral. Procedimentos odontológicos: preparos cavitários; cirurgia e traumatologia buco-maxilo facial; periodontia; radiologia. Endodontia; prótese, oclusão. Prevenção da cárie dentária e das periodontopatias. Odontopediatria e ortodontia preventiva na clínica odontológica. Ortodontia. Microbiologia e patologia oral: principais manifestações. Dentística. Halitose. Controle de infecções e a prática odontológica. Interações medicamentosas. A psicologia da dor - aspectos de interesse do cirurgião-dentista. Aplicação dos fluoretos na clínica restauradora. Importância de anamnese para diagnóstico, prognóstico e tratamento das enfermidades da cavidade bucal. Biossegurança em odontologia. Odontologia legal. Regulamentação das normas de Biossegurança em odontologia. Ética odontológica.

PORTARIA Nº 63/2016

PORTARIA Nº. 063, de 13 de junho de 2016.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONSIDERANDO a Portaria de readaptação nº. 414 de 26 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO o Processo de readaptação funcional nº. 2055/2014;

CONSIDERANDO parecer da junta médica do município;

CONSIDERANDO ofício 064/2016 da Secretaria de Educação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1º. – Prorrogar o remanejamento provisório da servidora pública municipal MARIA INES CARDOSO DOS SANTOS, da função de Professora, para exercer em caráter provisório, funções administrativas na Escola Municipal Vicente Vieira, a qual a servidora é lotada, auxiliando o serviço de Orientação Escolar, com carga horária de 40 horas semanais, e com vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação .

Art. 2º. - Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 06 (seis) meses a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 133/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamento de tecnologia móvel embarcada para a Polícia Militar de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13hs30min do dia 28/06/2016. ABERTURA: a partir das 13hs30min. A íntegra

do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº128, Centro (Prédio Edson Elias Wieser, térreo, ao lado da Sede da Prefeitura) ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 1/2016

Data vigência: 28/01/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 2/2016 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: Vitaciclo S/A Logística Reversa (10.254.988/0001-79)

Objeto: Serviços de aterro para disposição de resíduos sólidos volumosos inservíveis, tais como: sofás, colchões e mobílias de madeira, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

=====

=====

Gaspar (SC), em 28 de janeiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Este contrato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de janeiro de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 27/2016

Data vigência: 13/06/2016

Data vencimento: 16/09/2016

Número da Licitação: 25/2016 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SANTOS CASA E CONSTRUÇÃO LTDA.

CNPJ do contratado: 75.304.196/0001-07

Objeto: Aquisição de ferramentas em geral.

Valor contratado: R\$ 8.013,50 (oito mil, treze reais e cinquenta centavos)

Gaspar (SC), em 13 de junho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2015- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

===== Número do contrato: 2/2015

Número do Aditivo: 2 (Reajuste)

Data vigência: 01/05/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 64/2014 - Modalidade: Concorrência Pública

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS KLTD. - CNPJ do contratado: 07.336.801/000-71.

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis provenientes de domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais com características de domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar/SC.

Valor acrescido: R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos) por tonelada.

=====

=====

Gaspar (SC), em 08 de junho de 2016

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 29/2016

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 29/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COM ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/06/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/06/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 15 de Junho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL 011/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 049/2016, de 12/04/2016, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 27/06/2016, as 14:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 – km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 011/2016-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL . Informamos que a integra do Edital, encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr.com.br

Objeto da licitação

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO COMBINADO COM VÁCUO E PIPA PARA SUPORTE, PARA DESOBSTRUÇÃO DE DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAL E REDE DE ESGOTO DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Governador Celso ramos, 15 de Junho de 2016.

AILSON JADIR PORTO
PREGOEIRO DO SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.037

LEI MUNICIPAL Nº 2.037/2016
(De 10 de maio de 2016)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.023, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015, (LDO), 2.026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ELIO MÜLLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.026, de 17 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2016, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	12.085,00
06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	29.480,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
1.013	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR		
4.4.90.00.00.00.00.00.0022	Aplicações Diretas	R\$	41.565,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 10 de maio de 2016.

ELIO MÜLLER BRATTI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 10 de maio de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL Nº 2.042

LEI MUNICIPAL Nº 2.042/2016
(De 15 de junho de 2016)

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), 2.023, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015, (LDO), 2.026, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015, (LOA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual, com a Lei Municipal nº 2.026, de 17 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2016, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores abaixo relacionados:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND. COM. E DESENV. URBANO		
04.03	DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
1.002	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E OBRAS DE ARTE		
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	152.250,00
05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
05.01	DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		
1.003	CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA		
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	51.437,73

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito adicional suplementar definido no artigo segundo desta Lei, ficam utilizados os seguintes recursos:

04.00	SECRETARIA DE PLAN IND. COM. E DESENV. URBANO		
04.02	DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO		
2.007	INCNTENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO		
3.3.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	51.437,73
17.00	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		
17.01	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		
1.001	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA CASAS POPULARES COHAB		
4.4.90.00.00.00.00.00.0025	Aplicações Diretas	R\$	152.250,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 15 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 15 de junho de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 82

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Marlise Felipe possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que os serviços de que tratam os Empenhos de nº 2069 e 2070 vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MARLISE FELIPPE
Empenhos: 2069 e 2070

Valor: R\$ 294,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 13 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 83

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

Restos a Pagar: 0083, 0096, 0166, 0208, 0121, 0135 e 0210.

Valor: R\$ 22.370,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 13 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 84

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; e que a aquisição de que trata a Ordem de Pagamento nº 1884 vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA

Ordem de Pagamento: 1884

Valor: R\$ 434,24

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de junho de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

CMDCA 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital CMDCA nº 01/2016

Dispõe sobre o processo de eleição suplementar para Conselheiros Tutelares do Município de Guaraciaba/SC

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base na Lei Federal nº 8.069/90 (ECA), na Resolução nº 170/2014 do Conanda, na Lei Municipal nº 2486/2012, o Processo eleição suplementar para membros do Conselho Tutelar do município de Guaraciaba, para o quadriênio 2016/2019, e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, considerados suplentes, seguindo a ordem de votação obtida na eleição, tendo preferência o mais votado.

1.2 O cargo de Conselheiro Tutelar suplente, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, assumirá no caso de desistência de um dos titulares ou para suprir eventual afastamento do Conselheiro titular.

1.3 Os candidatos, a partir da 1ª (primeira) posição no resultado final, em ordem crescente ficarão como suplentes, tendo em vista que o Conselho Tutelar deverá atuar sempre com 05 (cinco) Conselheiros.

2. Da Remuneração, Carga Horária e Horário de Atendimento

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e, conforme Lei Municipal nº 2486/2012 é assegurado o direito a:

I - Remuneração mensal equivalente a 1,5 salários mínimo nacional;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - Gratificação natalina;

IV - Os Conselheiros Tutelares receberão despesas de custos ressarcidas, quando da participação em capacitações e eventos, relativos a função, fora do município.

2.2 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

2.3 O Conselho Tutelar atenderá, através de seus conselheiros:

I - Das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira.

II - Fora do expediente normal, os conselheiros distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, a forma de regime de plantão.

III - O Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho, de forma a atender as atividades do Conselho, sendo que cada conselheiro deverá prestar 40 (quarenta) horas semanais.

2.3.1 A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva.

3. Do processo de Escolha

3.1 A seleção dos membros do Conselho Tutelar será realizada em 04 (quatro) fases, a saber:

I - Inscrição dos candidatos, mediante a apresentação da documentação comprobatória dos requisitos exigidos para a candidatura ao

cargo de Conselheiro Tutelar, em conformidade com o item 4.1 deste edital e de acordo com o art. 18, da Lei municipal nº 2486/2012, de caráter eliminatório;

II - Participação em curso de capacitação promovido pelo CMDCA sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente, com frequência obrigatória de 100%;

III - Prova objetiva de aferição de conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente, o candidato será considerado apto a continuar no processo eleitoral obtendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos;

IV - Eleição dos candidatos aprovados nas fases anteriores, através de voto direto, secreto e facultativo.

4. Dos requisitos para a candidatura

4.1 São requisitos mínimos indispensáveis para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral através de documento expedido por órgão de segurança pública local;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município de Guaraciaba a pelo menos 05 (cinco) anos;

IV - formação de nível médio;

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VI - curso de formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - submeter-se a prova de conhecimentos sobre os direitos da criança e do adolescente, de caráter eliminatório.

4.1.1 A prova de conhecimentos é parte integrante dos requisitos para a homologação definitiva do registro das candidaturas e o candidato será considerado apto a continuar no processo eleitoral obtendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos.

5. Das inscrições

5.1 As inscrições estarão abertas de 27/06/2016 a 18/07/2016, e deverão ser efetuadas nas dependências do SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, localizada na Rua Olavo Bilac, centro, ao Lado do Batalhão do Corpo de Bombeiros de segunda à sexta-feira, exceto em feriados, no horário das 7:30 horas às 11:30 horas e das 13:15 horas às 17:15 horas.

5.2 No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia, acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

I - preenchimento da Ficha de inscrição;

II - cópia da Carteira de Identidade, CPF e título de eleitor;

III - cópia do comprovante da última eleição;

IV - comprovante de residência atual e declaração de tempo de residência assinada pelo candidato;

V - atestado de idoneidade moral, através de documento expedido por órgão de segurança pública local (delegacia de Guaraciaba);

VI - Cópia do comprovante de escolaridade;

VII - Uma foto 3x4, recente.

VIII - declaração informando da experiência na área com criança e adolescente.

5.2.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.2.2 A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

5.2.3 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos

os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

5.2.4 Não serão aceitas inscrições fora do período estabelecido neste Edital.

5.2.5 O pedido de inscrição que não atender às exigências deste edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

6. Da homologação das inscrições

6.1 Encerrado o prazo de inscrição e análise das mesmas, a Comissão Eleitoral divulgará nos meios de comunicação oficiais do município, na Secretaria Municipal de Assistência Social, na Prefeitura Municipal e também no site www.guaraciaba.sc.gov.br, a lista com os nomes dos inscritos, para ciência pública.

6.1.1 Caberá recurso do indeferimento das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias da divulgação da lista prevista no caput deste artigo, mediante requerimento escrito dirigido à Comissão Eleitoral que, em colegiado, decidirá em até 02 (dois) dias.

6.2 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

7. Do curso de formação

7.1 Os candidatos com suas inscrições homologadas deverão participar do curso de formação, com frequência obrigatória de 100%.

7.2 O curso de formação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a que se refere o item 4, VI, do presente Edital será realizado no dia 04/08/2016, das 7:30hs às 11:30hs, junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, anexo ao Centro de Múltiplo-Use Professor Alfredo Ames.

7.2.1 O candidato que não comparecer ao curso de formação, estará automaticamente desclassificado do processo de escolha.

8. Da prova de conhecimentos

8.1 A prova objetiva de aferição de conhecimentos, de caráter eliminatório, versará sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e será composta por 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha, com apenas 01 (uma) alternativa correta.

8.1.1 Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de acertos na prova (10 questões).

8.2 A prova de aferição de conhecimentos será realizada no dia 04/08/2016, com início às 14:00hs, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, anexo ao Centro de Múltiplo-Use Professor Alfredo Ames e terá duração de 02 (duas) horas.

8.2.1 Os candidatos deverão chegar ao local da prova com a antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da prova, munidos de caneta esferográfica azul ou preta e documento de identificação (com foto).

8.2.2 No momento da prova não será permitida consulta a textos legais nem tampouco à doutrina sobre a matéria.

8.2.3 Será excluído do processo de escolha o candidato que, por qualquer motivo, faltar às provas ou, durante a sua realização, for flagrado comunicando-se com outro candidato ou com pessoas estranhas, por gestos, oralmente, por escrito, por meio eletrônico ou não.

8.2.4 Será automaticamente excluído do processo de escolha o candidato que não devolver a folha oficial de respostas ou devolvê-la sem assinatura.

8.2.5 O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitá-la, por escrito, no ato da inscrição, indicando os recursos especiais materiais e humanos necessários, o qual será atendido dentro dos critérios de viabilidade e razoabilidade.

8.2.6 A candidata inscrita em fase de amamentação que sentir necessidade de amamentar durante o período de realização da prova, deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em sala reservada, determinada pela Comissão Especial Eleitoral. Durante o processo de amamentação a candidata será acompanhada apenas por uma fiscal, devendo o acompanhante retirar-se da sala.

8.2.6.1 Pela concessão à amamentação, não será concedido qualquer tempo adicional à candidata lactante.

8.2.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

8.2.8 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

8.2.9 Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva depois de transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

8.2.10 O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

8.2.11 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

8.2.12 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta ao mesmo tempo.

8.2.13 Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão Eleitoral deverão apor no verso dos cartões respostas suas assinaturas.

8.2.14 Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

8.2.15 Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão Eleitoral, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura deste envelope.

8.2.16 No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

8.2.17 É vedado durante a realização das provas: a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água; b) Fumar; c) Comunicação entre os candidatos; d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.); e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

8.2.18 Poderá ser excluído do certame o candidato que: a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância; b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial; c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado; d) não apresentar documento que bem o identifique; e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal; f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas; g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos; h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte; i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas; j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar; k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares; l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

8.3 Caberá recurso a Comissão Eleitoral, no prazo de 03 (três) dias, a contar da divulgação do gabarito que será divulgado no dia 05/08/2016 no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal e no site www.guaraciaba.sc.gov.br.

8.3.1 Se do recurso resultar anulação de item integrante da prova, a pontuação correspondente a este item será atribuída a todos os candidatos independente de terem recorrido.

8.4 Analisados os recursos, a Comissão Eleitoral divulgará por meio de edital nos locais citados anteriormente a relação com os nomes dos candidatos aprovados na prova de aferição de conhecimentos e aptos a concorrer a eleição.

9. Dos impedimentos

9.1 São impedidos de servir, no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados (as), tio (a) e sobrinho (a), padrasto ou madrasta e enteado.

9.1.1 Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

10. Da Propaganda Eleitoral

10.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

10.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

10.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando foto ou não e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

10.1.3 É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

10.1.4 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

10.1.5 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

10.2 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

10.3 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

11. Das Eleições

11.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

11.2 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

11.3 A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico.

11.3.1 É vedada a formação de chapas de candidato ou a utilização de qualquer outro mecanismo que comprometa a candidatura individual do interessado.

11.4 A eleição será realizada no dia 13 de outubro de 2016 das 9:00hs às 15:00hs, nas dependências do SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, centro Guaraciaba, SC.

11.4.1 A relação dos candidatos aptos a participarem do pleito eleitoral deverá ser divulgada nos meios de comunicação e locais já mencionados e, no dia da eleição, será afixada na entrada das salas de votação, citando os nomes com os respectivos (apelidos).

11.5 As cédulas serão confeccionadas pela Comissão Eleitoral, mediante modelo aprovado por este e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e serão rubricadas por integrantes da comissão.

11.6 O sigilo do voto será assegurado mediante as providências de isolamento do eleitor na cabine eleitoral.

11.6.1 O eleitor poderá votar somente em um candidato, por meio da marcação de um "X" no campo reservado para a prática do ato.

11.6.2 A cédula de votação conterá os nomes de todos os

candidatos em ordem alfabética.

11.6.3 Qualquer marcação fora do espaço reservado para a votação, assim como, qualquer outro tipo de sinal, bem como a marcação de mais de 01 (um) nome, acarretará nulidade do voto.

11.7 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.8 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a comissão eleitoral e outros escolhidos por este.

11.8.1 Constituem a mesa receptora de votos: um Presidente e um mesário, escolhidos pela comissão eleitoral.

11.8.2 Os integrantes das mesas receptoras serão divididos em até 04 (quatro) mesas por iniciais dos nomes, que serão definidas pela Comissão Eleitoral.

11.9 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

11.10 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

12. Da apuração

12.1 Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

12.2 Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, divulgando os nomes de todos os candidatos concorrentes e sufrágios recebidos, obedecendo sempre a ordem dos mais votados.

12.2.1 Em caso de empate no resultado final da votação, terá preferência o candidato que obter melhor média na prova de conhecimentos e se ainda persistir o empate, o mais idoso, observado o critério do Artigo 27, parágrafo único do estatuto do Idoso.

12.2.2 Caso o candidato eleito seja funcionário público, além dos requisitos a que faz referência o item 4.1, deverá ser apresentada autorização de dispensa do órgão a que é subordinado até 31 de dezembro do corrente ano.

13. Da proclamação, nomeação e posse dos eleitos

13.1 O resultado da eleição será publicado no dia 14/10/2016, nos meios de comunicação oficiais do município, na Secretaria Municipal de Assistência Social e na Prefeitura Municipal e também no site www.guaraciaba.sc.gov.br.

13.1.1 Ocorrendo vacância do cargo de conselheiro tutelar, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

14. Disposições Finais

14.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2486/2012 sem prejuízo das demais leis afetas.

14.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

14.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

14.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, a Comissão Especial Eleitoral publicará as alterações, em todos os locais onde o Edital tiver sido afixado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

14.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

14.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

14.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

14.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

46.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

14.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba – SC, 15 junho de 2016.

Eliza Maristela Anschau Kinsel

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ANEXO I

Cronograma

Publicação do Edital	15/06/2016
Inscrições	27/06/2016 à 18 /07/2016
Análise das Inscrições	19/07/2016
Publicação da relação de candidatos	20/07/2016
Prazo para impugnação dos candidatos	20/07/2016 à 22/07/2016
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	25/07/2016
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	26/07/2016
Análise e decisão da impugnação	28/07/2016
Interposição de recurso	29/07/2016 à 01/08/2016
Decisão dos recursos	02/08/2016
Curso de formação aos candidatos e prova de conhecimentos	04/08/2016
Divulgação do gabarito	05/08/2016
Interposição e decisão de recursos referentes à prova aplicada	05/08/2016 à 09/08/2016
Publicação dos candidatos aprovados	10/08/2016
Eleição	13/10/2016
Divulgação do resultado	14/10/2016

CÂMARA MUNICIPAL**RGF 1º QUADRIMESTRE/2016**

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	776.420,77	0,00
Pessoal Ativo	776.420,77	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	776.420,77	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.856.666,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	776.420,77	3,12
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.491.399,97	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.416.829,98	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.342.259,98	5,40

FONTE:

Guaraciaba, 15/06/2016

EDIO JACÓ MALDANER
PresidentePAULO MENEHINI
Vice-PresidentePEDRO LUIZ TREVISOL
1º SecretárioCLAUDIOMIRO MALDANER
2º SecretárioLizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais	119.081,25	0,00	11.957,53	0,00	312,23	106.811,49	16.780,64	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	119.081,25	0,00	11.957,53	0,00	312,23	106.811,49	16.780,64	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	119.081,25	0,00	11.957,53	0,00	312,23	106.811,49	16.780,64	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Guaradaba, 15/06/2016

EDIO JACÓ MALDANER
PresidentePAULO MENECHINI
Vice-PresidentePEDRO LUIZ TREVISOL
1º SecretárioCLAUDIMIRO MALDANER
2º SecretárioLizete Maria Neitzke Grimm
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		
		,00
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	776.420,77	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-119.081,25	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	16.760,64	106.811,49

FONTE:

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2016 – FMS

Objeto: Aquisição de material ambulatorial conforme determinação judicial contra o município de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XVII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, Santa Catarina.

Contratada: Altermed Material Medico Ambulatorial LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, situada na Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, em Rio do Sul, Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 1.129,50 (mil cento e vinte e nove reais e cinquenta centavos)

Guaramirim (SC), 15 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PRORROGAÇÃO E ERRATA DO CREDENCIAMENTO Nº 012/2016 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

PRORROGAÇÃO DA ENTREGA DOS ENVELOPES,
ALTERAÇÃO DA DATA DE ANÁLISE DOS PROJETOS E ERRATA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2016 – FMAS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE OFICINAS SÓCIO-ASSISTENCIAIS E CULTURAIS PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, ALTERAÇÃO DA DATA DE ANÁLISE DOS PROJETOS E ERRATA do Edital de Credenciamento nº 012/2016 – FMAS.

1. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES
Entrega dos envelopes: até as 16h do dia 17 de junho de 2016.

2. ALTERAÇÃO DA DATA DA ANÁLISE DOS PROJETOS
A análise correrá do dia 16 até o dia 21 de junho de 2016.

3. ERRATA DO ITEM 9.1.

Onde se lê: "9.1. Os oficineiros selecionados e contratados pela Secretaria receberão como contrapartida financeira o pagamento de R\$ 33,33 (trinta e três reais e trinta e três centavos) por hora-aula."

Leia-se: "9.1. As oficinas selecionadas e contratadas pela Secretaria receberão como contrapartida financeira o pagamento de R\$ 33,33 (trinta e três reais e trinta e três centavos) por hora-aula."

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 16h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@gmail.com ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 15 de junho de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 004/2016/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

Dispõe da aprovação da Prestação de Contas dos Recursos do FEAS-Fundo Estadual de Assistência Social/2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião extraordinária realizada no dia 14 de março de 2016, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, conforme a Ata número 03/2016, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.848/2011;

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos do FEAS do ano de 2015.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 15 de junho de 2016.

Wanderlise Jeanete Gili

Presidente do CMAS

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO - 82/2016 - PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 82/2016- PMG

PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS PARA CAMINHÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

REVOGAÇÃO

Considerando que a presente licitação restou deserta.

Considerando ainda a existência de outras duas requisições ao compras que dão origem a processos licitatórios com objetos análogos (Requisições nº 374/2016 e 366/2016).

Considerando que a abertura de diversas licitações com objeto análogo de forma separada milita em desfavor do princípio da eficiência, pois podem ser reunidas em um único procedimento reduzindo os custos operacionais.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO o presente processo licitatório e determino o agrupamento dos itens desta licitação com os itens das Requisições supracitadas para a abertura de um único procedimento.

Guaramirim (SC), 15 de junho de 2016.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N. 2.485_2016

LEI nº 2.485/2016

Fixa o subsídio os vereadores para a 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O subsídio mensal do vereador e Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, fixado para a 14ª (décima quarta) Legislatura, no período compreendido e 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, será de R\$ 1.979,46 (um mil, novecentos e setenta e nove reais, quarenta e seis centavos)

Parágrafo único. Fica vedado aos vereadores a percepção de qualquer outra espécie de remuneração que não esteja autorizada em lei.

Art. 2º O Presidente da Câmara receberá o subsídio mensal, no valor correspondente ao disposto no art. 1º desta lei, mais o adicional e representação da presidência no valor de 50% (cinquenta por cento) do subsídio mensal.

Parágrafo único. O Vice-Presidente quando no exercício do cargo de Presidente, receberá o subsídio do cargo substituto, atribuindo-se para efeito de pagamento, a diferença da importância que o Presidente do Poder Legislativo percebe a mais os demais vereadores, proporcionalmente ao número de reuniões que presidir.

Art. 3º O suplente de vereador, quando convocado receberá o mesmo subsídio do titular, desde a posse até o término da substituição.

Art. 4º A partir de 01 de janeiro de 2017, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores quando de Revisão Geral Anual prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Parágrafo único. O primeiro reajuste será realizado em janeiro de 2017 com base no mesmo índice concedido aos servidores públicos municipais em dezembro de 2016.

Art. 5º Para efeito de recebimento do subsídio fixado no art. 1º e art. 2º levar-se-á em consideração a presença nas reuniões ordinárias, extraordinárias, de comissões permanentes e especiais.

§ 1º O desconto do subsídio dos vereadores e Presidente da Câmara será realizado conforme o art. 24 incisos I e II do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

§ 2º As faltas podem ser justificadas conforme o § 3º do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 6º Será descontado, obrigatoriamente, da remuneração do Vereador, o imposto sobre a renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros descontos em que a legislação determina.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, suplementada se necessário for.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º Fica revogada a Lei 2.203/2012, de 01 de junho de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC, EM

15 DE JUNHO DE 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 2.486_2016

LEI N. 2.486/2016

Fixa o subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina para o mandato de 01 de janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2020.

Art. 1º No efetivo exercício do mandato de prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, compreendido no mandato de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, o subsídio mensal será de R\$ 9.858,65 (nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, sessenta e cinco centavos).

Art. 2º O Vice-Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina no mandato simultâneo ao do Prefeito Municipal, no período compreendido no "caput" do Art. 1º da presente Lei, perceberá a título de subsídio mensal o valor de R\$ 3.998,30 (três mil novecentos e noventa e oito reais, trinta centavos).

Parágrafo único. O Vice-Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo de Prefeito perceberá o subsídio correspondente ao cargo que esteja exercendo.

Art. 3º O Prefeito Municipal fará jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º O Vice-Prefeito Municipal fará jus ao 13º subsídio somente quando no efetivo exercício no cargo de Prefeito Municipal pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos.

§ 2º A base de cálculo para o décimo terceiro subsídio do vice-prefeito municipal será na fração de 1/12 (um doze avos) do subsídio mensal do cargo de prefeito municipal.

§ 3º Períodos inferiores a 30 (trinta) dias não serão computados para efeito do cálculo do décimo terceiro subsídio.

Art. 4º A partir de 01 de janeiro de 2017, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores quando de Revisão Geral Anual prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Parágrafo único. O primeiro reajuste será realizado em janeiro de 2017 com base no mesmo índice concedido aos servidores públicos municipais em dezembro de 2016.

Art. 5º O Vice-Prefeito Municipal, nomeado Secretário Municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar pelo recebimento de seu subsídio ou do cargo nomeado, vedado o recebimento de ambas, bem como o pagamento de qualquer acréscimo, ressalvada a hipótese em que o mesmo seja servidor do Município e a legislação em vigor permita o recebimento de vantagens pessoais.

Art. 6º Será descontado, obrigatoriamente, da remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito, o imposto sobre renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros descontos que a legislação determinar.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução da presente lei

correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em rubricas específicas.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º Fica revogada a Lei 2.401/2012, de 01 de junho de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC,
EM

15 DE JUNHO DE 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 2.487_2016

LEI N. 2.487//2016

Fixa o subsídio dos Secretários Municipais de Guarujá o Sul, Estado e Santa Catarina para o exercício de 01 de janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2020.

Art. 1º O subsídio dos Secretários Municipais do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, para o período compreendido de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, o subsídio mensal será de R\$ 3.998,30 (três mil, novecentos e noventa e oito reais, trinta centavos), reajustado na mesma data e com índices iguais aos concedidos na Revisão Geral Anual aos servidores municipais.

Art. 2º A partir de 01 de janeiro de 2017, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores quando de Revisão Geral Anual prevista no art. 37, X da Constituição Federal.

Parágrafo único. O primeiro reajuste será realizado em janeiro de 2017 com base no mesmo índice concedido aos servidores públicos municipais em dezembro de 2016.

Art. 3º Os Secretários Municipais farão jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada exercício.

Art. 4º Será descontado, obrigatoriamente, da remuneração dos Secretários Municipais, o imposto sobre renda e proventos, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal, bem como outros descontos que a legislação determinar.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em rubricas específicas.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 7º Fica revogada a Lei 2.202/2012, de 01 de junho de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC,
EM

15 DE JUNHO DE 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 2.488_2016

LEI N 2.488/2016.

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Universitários de Guarujá Do Sul - AUGS, do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública à Associação dos Universitários de Guarujá do Sul na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida na Rua São Paulo, n. 218, Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob n. 07.978.343/0001-74, com número de registro nº 000354, livro A-003, fls. 065, datado de 24/04/2006, Consolidado em 27/03/2013, Protocolo nº 000195 no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de São José do Cedro, com sede e foro na Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A entidade de que trata o Artigo anterior, ficam-lhe assegurados todos os direitos e vantagens previstas nas legislações vigentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC,
EM

15 DE JUNHO DE 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N. 2.489_2016

Lei n.º 2.489/2016 .

Dispõe sobre a Implantação e Organização do Conselho Escolar nas Escolas Públicas Municipais de Guarujá do Sul.

Art. 1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas Escolas Públicas Municipais de Guarujá do Sul.

Art. 2º O Conselho Escolar é um colegiado permanente de debate e articulação entre os vários segmentos da comunidade escolar e local, tendo em vista a democratização da escola pública e a melhoria da qualidade socialmente referenciada da educação nela ofertada.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos/as, pais/mães ou responsáveis legais por alunos/as, trabalhadores/as em educação docentes e não docentes em efetivo exercício na unidade escolar.

§2º Por comunidade local entende-se pessoa que mora e/ou trabalha nas imediações da escola e que não seja pertencente a nenhum dos outros segmentos definidos nesta Lei.

Art. 3º O Conselho Escolar constitui-se no órgão máximo da gestão escolar e exercerá as funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva e mobilizadora, nos assuntos referentes à

gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, resguardados os princípios constitucionais, as disposições legais e as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- I – Diretor ou responsável da Escola;
- II – Representante dos Trabalhadores em Educação Docentes (um membro titular e um suplente);
- III - Representante dos Trabalhadores em Educação não docentes (um membro titular e um suplente);
- IV – Representantes dos pais ou responsáveis (um membro titular e um suplente);
- V – Representante dos alunos (um membro titular e um suplente);
- VI – Representante da APP – Associação de Pais e Professores (um membro titular e um suplente);

§ 1º O Diretor da Escola tem assento nato no Conselho Escolar e não poderá exercer os cargos de Presidente e Vice-Presidente deste Conselho.

§ 2º A associação de pais e Professores – APP será representada por um de seus dirigentes, que não poderá exercer o cargo de Presidente nem Vice-Presidente deste Conselho, tendo como objetivo a articulação entre os dois Conselhos.

§ 3º O representante da comunidade local não poderá exercer o cargo de Presidente, nem Vice-Presidente deste Conselho, tendo como objetivo a articulação entre escola e comunidade na qual está inserida.

I - O representante da comunidade local será indicado pelo Conselho Escolar em sua primeira reunião.

II - Na indicação do representante da comunidade local, serão considerados, entre outros, os critérios de disponibilidade, relação com o trabalho educacional desenvolvido na escola e representatividade junto à comunidade local.

§ 4º Todos os segmentos existentes na comunidade escolar deverão estar representados no Conselho Escolar, assegurada a proporcionalidade de 50% para o conjunto dos segmentos pais/mães ou responsáveis legais e alunos/as e 50% para o conjunto dos trabalhadores em educação.

I - No impedimento legal de membros do segmento alunos para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual de 50% será completado, respectivamente, por representantes dos pais/mães ou responsáveis legais.

II - Na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores em educação não docentes, o percentual de 50% será completado pelos trabalhadores em educação docentes.

§ 5º Cada representante terá um/a (01) suplente que assumirá no caso de impedimento, desistência ou vacância do titular, com exceção do Diretor/a, que seguirá legislação específica.

§ 6º Entende-se por responsável legal as pessoas que apresentarem documentação que comprove sua responsabilidade informada no ato da matrícula e/ou rematrícula na Escola Pública Municipal.

§ 7º Os representantes dos trabalhadores em Educação, docentes e não docentes, deverão ser servidores do quadro permanente da Educação, atuantes na escola.

Art. 5º. O Conselho Escolar terá as seguintes atribuições:

I - participar do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar, incluindo nele as competências e funcionamento do Conselho Escolar;

II - convocar assembleias gerais da comunidade escolar, juntamente com a equipe diretiva, ou de seus segmentos, quando houver a necessidade de discussão de algum assunto pertinente a sua competência;

III - avaliar o desempenho da escola, considerando as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;

IV - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliação, cancelamento, aprovação, reprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando necessárias, ações pedagógicas e/ou outros encaminhamentos visando a melhoria da qualidade social da educação escolar;

V - criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, sugerindo modificações sempre que necessário;

VI - elaborar e participar do plano de formação continuada e permanente dos/as conselheiros/as escolares, visando ampliar a qualificação de sua atuação através da Secretaria Municipal de Educação;

VII - participar da elaboração e aprovação do plano de aplicação de recursos financeiros oriundos de transferências, repasses, programas ou captados pela escola, em consonância com a legislação vigente e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

VIII - fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da Unidade Escolar;

IX - analisar e aprovar a prestação de contas da aplicação financeira da escola.

X - divulgar periodicamente, de acordo com a prestação de contas, informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

XI - promover relações de cooperação e intercâmbio com outros Conselhos Escolares através do Conselho Municipal de Educação;

XII - encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, junto com a equipe diretiva, proposição para ampliação e/ou reforma do prédio escolar, bem como recursos pedagógicos;

XIII - mobilizar campanhas de esclarecimento sobre o zelo e conservação do patrimônio público, do prédio escolar, da importância da educação para a prevenção da violência física, psicológica e moral, entre outras;

XIV - propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do/a aluno/a e a valorização da cultura da comunidade local;

XV - propor alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do aproveitamento significativo considerando os conceitos dos tempos e dos espaços pedagógicos na escola;

XVI - propor discussões junto aos segmentos sobre alterações metodológicas, didáticas e administrativas na escola, respeitada a legislação vigente.

Parágrafo Único: O Conselho Escolar poderá criar subcomissões que tratem de temas, discussões, proposição e encaminhamentos específicos.

Art. 6º O mandato de cada Conselheiro/a será de dois (2) anos, com direito a uma recondução consecutiva de forma coletiva ou de conselheiros específicos.

§ 1º A renovação do Conselho Escolar com mandato de 02 (dois)anos, deverão ser realizadas em anos pares, iniciando no ano de 2016.

Art. 7º O Conselho Escolar elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário entre os integrantes que o compõem, maiores de 18 anos, observado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 4º.

Parágrafo único. Em caso de vacância do Presidente, o Vice-Presidente assume por período pré-determinado até convocar-se nova chapa.

Art. 8º O integrante do Conselho Escolar perderá seu mandato em caso de:

I - destituição pelo plenário por 2/3 (dois terços) do Conselho Escolar, mediante representação fundamentada do segmento que representa ou de qualquer outro conselheiro, assegurada ao integrante ampla defesa durante o processo de apuração dos fatos;

II - ausência injustificada a duas reuniões ordinárias, no prazo de doze (12) meses;

III – mais de três (3) ausências justificadas, em reuniões do CE, no prazo de doze (12) meses;

IV – renúncia;

V – falecimento;

VI - perda de vínculo com a escola e/ou comunidade local.

Parágrafo único: O suplente assume em caráter de substituição, no caso das ausências justificadas, previamente comunicadas e, em caráter permanente, na ocorrência de vacância.

Art. 9º O Conselho Escolar poderá reunir-se-á cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário e convocado pelo presidente ou atendendo solicitação de, no mínimo, um terço (1/3) de seus integrantes titulares.

Parágrafo Único. O quórum mínimo para funcionamento e deliberação do Conselho Escolar será a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um (01) de seus/suas integrantes.

Art. 10. O exercício da função de membro do Conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 11. As atas das reuniões do Conselho Escolar, bem como as presenças e ausências de seus integrantes, serão registradas em um único livro.

Art. 12. A Fundação do Conselho Escolar, com mandato de 02 (dois) anos, ocorrerá no mês de junho de 2016, seguida de posse dos Conselheiros.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC,
EM

15 DE JUNHO DE 2016 –
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

CERTIFIQUE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

JOSÉ CARLOS FOIATTO,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.542/2016.

DECRETO Nº. 3.542/2016.

"ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.523 DE 05 DE MAIO DE 2016".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto 3.523 de 05 de maio de 2016 passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Herval d'Oeste, a se realizar dia 30 (trinta) de junho de 2016, em Herval d'Oeste na Escola de Educação Básica Professor Eugênio Marchetti, a partir das 12h30min, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação".

Art. 2º. Os demais dispositivos do decreto 3.523/2016 permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, em 15 de junho de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de agregados provenientes do britamento de rochas e mineração de pedra basalto, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, pelo período de 12 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 29/06/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de junho de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 113/2016

PORTARIA Nº 113, DE 08 DE JUNHO DE 2016

RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 08 de julho de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida a servidora Mônica Tragancin Holleweger, uma vez que licença para tratamento de saúde retarda a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 275, de 10 de dezembro de 2014 a servidora MÔNICA TRAGANCIN HOMMEWEGER, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder a servidora MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER, ocupante do cargo efetivo de Orientador Educacional – Nível 5 – Referência C, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 27.09.2013, retardada em 37(trinta e sete) dias, conforme determina os § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIA Nº 115, DE 09 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A – Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município ANA DOMINGA BERTELLI TRAGANCIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência E, a Função Gratificada FG-1 - Chefe de Setor, para:

- I – controlar entradas e saídas de materiais do almoxarifado;
- II – efetuar, organizar e controlar a entrega de EPI’S dos servidores vinculados a Secretaria da Saúde;
- III – manter atualizada a ficha de controle de entrega de EPI’S de cada servidor vinculado a Secretaria da Saúde;
- IV – solicitar, junto a chefia imediata, a aquisição de EPI’S;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº 116, DE 09 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A – Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor do quadro efetivo do município ANTONIO ENORI GONÇALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico – Nível 2 – Referência D, a Função Gratificada FG-2 – Supervisor de Turma, para:

- I – receber para guarda e proteção os materiais adquiridos pelo Município (almoxarifado da garagem);
- II – entregar os materiais aos usuários;
- III – manter atualizados os registros de controle de entrada e saída de materiais;
- IV - zelar pela organização do setor e conservação dos materiais do almoxarifado;
- V – controlar a troca de óleo dos veículos oficiais do Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Junho de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA Nº 117, DE 09 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CÉLIA APARECIDA DA SILVA RAMOS servidora efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem – Nível 2 – Referência A, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o atestado médico do Dr. Leonardo Carlos da Silva Falcão – CRM 9124, para o período de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. A partir do décimo sexto dia do afastamento das atividades, a servidora estará em auxílio doença (INSS).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de junho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA Nº 118, DE 09 DE JUNHO DE 2016

"EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretor do Departamento de Educação – CC-2, o Sr. OLIVO CERON, nomeado através da Portaria nº 065, de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 119/2016

PORTARIA Nº 119, 09 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER, ocupante do cargo efetivo de Dentista – Nível 13 – Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Jorge de Oliveira Mioranza - filho, de conformidade com o atestado médico do Dr. Rodrigo Otavio P. Baretta – CRM-SC 0008453.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02 (dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 06.06.2016 a 07.06.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de junho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 120/2016

PORTARIA Nº 120, DE 10 DE JUNHO DE 2016

"NOMEIA O SR. OLIVO CERON PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei nº 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. OLIVO CERON, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Educação – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 121/2016

PORTARIA Nº 121, DE 13 DE JUNHO DE 2016

"ADMITE SERVIDOR MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 88, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal; considerando a Lei Complementar nº 133, de 15 de maio de 2014; e, tendo em vista o Processo seletivo – Edital nº 004, de 23.05.2014, homologado pelo Decreto nº 2.661, de 07.07.2014, RESOLVE:

Art.1º. Admitir a Sra. DAIANE RAISEL DE MEIRA, para exercer o cargo de Psicóloga, para atuar no Centro de Referência e Assistência Social do Município/CRAS.

Art. 2º. A contratada fica lotada no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 1º da Lei Complementar n. 33, de 15 de maio de 2014, como empregada pública, fazendo-se a respectiva anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, com inclusão no Regime do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

2 – Referência D , 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 19.09.2013, retardada em 26 (vinte e seis) dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 122/2016

PORTARIA Nº 122, DE 13 DE JUNHO DE 2016

RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 17 de outubro de 2013;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida ao servidor Ortenilo Trevisol, uma vez que licença para tratamento de saúde retarda a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 142, de 01 de julho de 2014 ao servidor ORTENILO TREVISOL, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder ao servidor ORTENILO TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Agrícolas – Nível

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 454/2016

PORTARIA Nº 454/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr MOISES SANTOS DA CRUZ, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 15 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 455/2016

PORTARIA Nº 455/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr JACKSON MACHADO DIAS, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 13 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 15 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 001, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 001, de 14 de junho de 2016.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Execução das Obras para Construção do Monumento à Santa Paulina e urbanização da área no seu entorno no Morro do Mirim, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, SANEAMENTO E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e

CONDIDERANDO o que dispõe o artigo 2º, IV, do Decreto PMI Nº 114, de 30 de maio de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como a celebração do Contrato para execução das Obras para Construção do Monumento à Santa Paulina e urbanização da área no seu entorno no Morro do Mirim, por meio do Processo Licitatório nº 01/2015, referente à Concorrência Pública nº 53/2015,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores Engº Civil CÉLIO NUNES DO NASCIMENTO JÚNIOR, Gerente de Fiscalização de Obras Públicas; Engº Civil HECTOR PACHECO SIDURO e Engº Civil FILLIPE SOUZA MIRANDA DE OLIVEIRA, sob gerência do primeiro, a comporem a equipe responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra de execução do objeto constante do processo acima mencionado, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante.

Art. 2º Determinar que os fiscais ora designados devam:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de junho de 2016.

Eduardo dos Passos Nunes
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Iara Pittigliani Carvalho Mendes
Portaria PMI/GGP Nº 80/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 75/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas do dia 01 de julho de 2016, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para implantação da pavimentação com peças pré-moldadas de concreto – pcc, drenagem pluvial, e sinalização viária, de trecho da Rua Espírito Santo, situada no bairro de Roça Grande - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 16 de junho de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal Agricultura, Pesca e Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 76/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas do dia 01 de julho de 2016, licitação na modalidade de Tomada de Preços, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para implantação da pavimentação com peças pré-moldadas de concreto – pcc, drenagem pluvial, e sinalização viária, de trecho da Rua Vicente Manoel Machado, situada no bairro de Roça Grande - Imbituba/SC. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 16 de junho de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 084/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 084/2016

CONTRATADA: TIBÉRIO BUSARELLO FILHO.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a locação de imóvel, destinado ao atendimento da UEI Espaço de Crescer, com as seguintes características: imóvel com área construída de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), em alvenaria, sendo a edificação principal 02 (dois) pavimentos e demais anexos, com telhas cerâmicas, em terreno com aproximadamente 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), situado à Rua Maceió, esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 41 – Bairro Tapajós, no município de Indaial/SC. Imóvel registrado sob matrícula no 21.192, livro 02, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial.

VALOR: R\$ 8.382,00 (mensal)

PRAZO: 09 de junho de 2016 até 09 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2016.

DECRETO Nº 2006/16

. DECRETO Nº 2006/16

. De 15 de junho de 2016

Anula e Suplementa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e considerando a Lei nº 5.261/15,

DECRETA,

Artigo 1º - Fica anulado no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no Orçamento do Município de Indaial, das Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0028.0843.0004.9002.3329000000000000	01000000	100.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
04.001.0028.0843.0004.9002.3469000000000000	01000000	100.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 079/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 079/2016

Pelo presente instrumento Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato por seu representante legal Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zaring, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa ART CARD LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.449347/0001-30, com sede na Rua Benedito Novo, nº 1.040, Sala 01 – fundos, Bairro Agua Verde, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua representante legal Sra. Cláudia Moraes Gonçalves Teske, brasileira, casada, empresária, inscrita no CNPJ sob nº 774.855.569-91 e Cédula de Identidade nº 2.485.159-0 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Benedito Novo, Bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de

21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1, do contrato original que tem como objeto a aquisição de relógios de ponto, devidamente instalados, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.0008.0244.0031.2513.449052990000.01350010 – União/IGD
- 31.01.0008.0244.0031.2517.449052990000.03650016 – Estado/PSB – EA
- 31.0001.2513-44905299.1350010
- 31.0001.2517-44905299.03650016
- 31.002.1503—44905299.10000000

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 15 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Contratante	
ART CARD LTDA EPP Cláudia Moraes Gonçalves Teske Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 129/2014

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 129/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.145.589/0001-16, com sede na rua Henrique Todeschini, nº 300, bairro Centro, na cidade de Piçarras – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jean Pierre Lana, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob nº 969.712.909-68 e Cédula de Identidade nº 2.863.427 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Alberto Werner, nº 615, apto 301, bairro Vila Operária, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, quinta, item 5.1 e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização

viária da Rua Luiz Michelle, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO:

I - Fica suprimido da planilha do contrato original os seguintes itens : 4.8.1; 4.8.2; 4.12.1; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4; 5.5; 5.6; 5.7; 5.8; 5.9; 5.10; 5.11; 6.3.1 e 6.4, no valor total de R\$135.909,50 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e nove reais e cinquenta centavos), conforme planilha anexa.

II - Fica acrescido da planilha do contrato original os seguintes itens: 3.1; 3.3; 3.4; 3.5; 3.6; 3.7; 4.7.3; 4.11.1; 4.11.2; 4.11.3; 4.11.4; 4.12.3; 6.2.2; 6.2.3 e 6.2.5, no valor total de R\$156.498,82 (cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos), conforme planilha anexa.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo de execução das obras é de 22 de junho de 2016 até 20 de outubro de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO:

7.1. Em razão do presente Termo Aditivo de contrato, o valor do contrato passa a ser de R\$1.332.125,52 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, cento e vinte e cinco reais e cinquante e dois centavos), perfazendo – se assim o seu valor total.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 15 de junho 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	BALTT EMPREITEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA Jean Pierre Lana Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

ATA Nº 868/2015

ATA Nº 868

Aos três dias mês de fevereiro de dois mil e quinze, às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se em sessão ordinária os Vereadores da Câmara Legislativa de Iomerê - SC, e sob a proteção de Deus o Presidente da Câmara, Sr. Anderson Borga, declarou aberta a 106ª (centésima sexta sessão), da quinta Legislatura, primeira sessão do ano de 2015. A vereadora Luci Peretti não se fez presente. Inicialmente, atendendo ao disposto no art. 11 do Regimento Interno, combinado com o Art. 58, § 6º da Lei Orgânica do Município, cumpriu-se proceder a eleição para renovação da Mesa Diretora, onde foi registrada na secretaria da Câmara apenas uma chapa, composta pelos Vereadores Rudinei Lauermann (Presidente), Denis Périco (1º Vice-presidente), Renato Lazzari (2º Vice-presidente), Anderson Borga (1º Secretário) e Aleomar Penso (2º Secretário). Assim, o presidente determinou que a Secretária Mayara, procedesse a chamada dos Vereadores, para fins de comprovação da presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, a qual foi positiva em razão da presença de oito vereadores, e assim solicitou que fosse entregue as cédulas com a chapa registrada a cada vereador, para que esses pudessem exercer o direito do voto, e o depositassem na urna. Após realizar a votação, o presidente solicitou que os Vereadores Denis Périco, Airton Fantinel e Aleomar Penso, procedessem a apuração dos votos, que após apurados os votos, restou vencedora a Chapa única assim ficou constituída: Presidente: Rudinei Lauermann, 1º Vice-presidente: Denis Périco, 2º Vice-presidente: Renato Lazzari, 1º Secretário: Anderson Borga, 2º Secretário: Aleomar Penso, ficando os eleitos automaticamente empossados, e solicitou a secretária que providenciasse a modificação das placas de identificação. Assim, o novo presidente, iniciou os seus trabalhos com um discurso de agradecimento e compromisso para com todos os vereadores e com o povo iomerense, e em seguida deu continuidade aos trabalhos ao solicitar que a secretária Mayara o auxiliasse, fazendo a leitura da ata da sessão anterior, submetendo-a a apreciação e aprovação da senhora e dos senhores Vereadores. Como ninguém se manifestou a ata foi aprovada e assinada por todos os Vereadores presentes. Em seguida, o presidente solicitou a secretária para que procedesse a leitura do expediente, o qual contava com os seguintes documentos: Ofício nº 383/2014 do Executivo Municipal encaminhando cópia do Balanço da Prefeitura Municipal. Do Fundo Municipal da Saúde e do Fundo Municipal da Assistência Social de Iomerê referente ao mês de novembro de 2014; Ofício nº 002/2015 da vereadora Luci Peretti; Ofício nº 035/2015 do Executivo Municipal encaminhando projetos de lei nº 826/2015, 827/2015 e 828/2015 para apreciação e votação; Ofício nº 036/2015 do Executivo Municipal encaminhando cópia do Balanço da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal da Saúde e Fundo Municipal da Assistência Social de Iomerê referente ao mês de dezembro de 2014. O presidente amparado no art. 71, do Regimento Interno, que prevê que a eleição das Comissões Permanentes poderia ser feita dentro do prazo de 05 dias, a contar da instalação da sessão legislativa, considerou mais prático proceder a constituição das Comissões na presente sessão, obedecidas as normas dos artigos 67, e artigo 71, parágrafo único, do Regimento Interno da Casa. Assim, por ordem de chamada e votação em escrutínio público, os Vereadores em seu voto, deveriam indicar 03 nomes para compor as devidas Comissões, respectivamente após a chamada da secretária. Após a votação o presidente chamou os vereadores Anderson Borga e Jacir Devalieri para juntamente com a secretária proceder a apuração dos votos, onde foi constatado erro das cédulas da Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, que obteve uma cédula votada a mais, sendo assim foi efetuada

votação novamente para esta comissão e dado sequencia a apuração. Logo após o presidente declarou o resultado: para integrar a Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, foram eleitos os Vereadores Denis Périco, Aleomar Penso e Jacir Devalieri. Para integrar a Comissão de Finanças e Orçamento, foram eleitos os Anderson Borga, Aleomar Penso e Airton Fantinel. Para integrar a Comissão de Obras e Serviços Públicos, foram eleitos os Vereadores Renato Lazzari, Anderson Borga e Geni Falchetti Cossul e finalmente para integrar a Comissão de Educação, Saúde e Assistência, foram eleitos os Vereadores Aleomar Penso, Renato Lazzari e Luci Peretti, e tais comissões irão se reunir e deliberar sobre a escolha de cada cargo para seus representantes. Na ordem do dia o presidente solicitou a secretária que procedesse a leitura do requerimento de nº 001/2015 do vereador Aleomar Penso, o qual solicita que seja encaminhado a Comissão de Legislação Justiça e Redação Final estudo aprofundado e a viabilização da descentralização com sessões itinerantes desta Casa Legislativa nas comunidades do município, que após ser debatido restou aprovado por unanimidade. Durante as considerações finais o vereador Denis Périco, solicitou que constasse em ata seu pedido para que o executivo encaminhe alguém responsável até a casa legislativa para esclarecer questões referentes ao projeto de Lei nº 828/2015. Não havendo mais nada a tratar e ser votado na ordem do dia o presidente encerrou a sessão e convocou a senhora e os senhores vereadores para a próxima sessão a ser realizada no dia 10 de fevereiro do corrente ano no mesmo local e horário.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0003/2016

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de animação em evento do Município – Aniversário Político-administrativo.

Contratado: Klic Produções Artísticas Eireli - ME.

Valor: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Iomerê, 15 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 29/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 29/2016 para locação de palco, som, iluminação e camarins. A abertura das propostas se dará no dia 30/06/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 15 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 30/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 30/2016 para venda de espaços. A abertura das propostas se dará no dia 30/06/2016 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 15 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, Estado de Santa Catarina, em 13 de junho de 2016.

RUDINEI LAUERMANN

Presidente

RESOLUÇÃO 01/2016

RESOLUÇÃO N.01/2016

"Disciplina sobre a independência e autonomia financeira e orçamentária do Poder Legislativo de Iomerê e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e tendo em vista que o plenário da Câmara Municipal votou e aprovou, e

Considerando que o artigo 2º da Constituição Federal Brasileira dispõe que "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário";

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina editou a Instrução Normativa n. 20/2015, em 31 de agosto de 2015, comunicando por conseguinte as Unidades Gestoras em maio de 2016, sobre a obrigatoriedade da independência e autonomia orçamentária e financeira dos Poderes Legislativos a partir de 2016; e

Considerando por derradeiro, que tal exigência do Tribunal de Contas do Estado, caso não atendida causará sérios prejuízos ao município, especialmente com relação à remessa de informações magnéticas via e-Sfinge, que serão recusadas e não gerarão as certidões necessárias à liberações de recursos de convênios,

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer a independência e autonomia orçamentária, financeira e administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, Estado de Santa Catarina, tendo como seu ordenador responsável o Presidente da Câmara de Vereadores, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Por ocasião da independência ora implementada, fica o Presidente autorizado a contratar imediatamente serviços de contabilidade, tesouraria e se necessário, assessoramento jurídico e contábil, específicos para a Câmara Municipal de Vereadores de Iomerê, até que seja implantada a estrutura administrativa por Lei Complementar.

Parágrafo único – Os serviços acima mencionados como emergentes referem-se à implantação total dos dados contábeis do Poder Legislativo, retroativos à janeiro de 2016, para fins de fechamento do balanço geral da competência 2016, bem como dos dados das folhas de pagamento (históricos), para fins de expedições de "certidões" futuras.

Art. 3º A estrutura administrativa será criada por Lei Complementar, de iniciativa da mesa diretora da Câmara Municipal de Vereadores, onde disciplinará todas as regras de recursos humanos internas, sendo remetidas as divergências ou lacunas ao Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º O orçamento do Poder Legislativo Municipal de Iomerê será em fixado em conformidade com requisição do Presidente, limitando-se a 7% da receita tributária e das transferências de impostos, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016, ficando revogadas as

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 35, PP Nº 17-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de eletrodomésticos e equipamentos para escritório, para as atividades do CRAS, destinado a Secretaria de Assistência Social e Habitação.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 23/2016 (Sequência: 4)

Ao(s) 13 de Junho de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 35/2016, Licitação nº 17/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos treze dias do mês de junho de 2016, às nove horas, reuni-se o Pregoeiro Laudecir Francio e sua equipe de apoio, constituída pela funcionária pública Jucilene Goldoni Caliri, designados pelo Decreto nº 1644/2009, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: BONI COMERCIAL LTDA - ME, ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA- ME, TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME E SONHO MEU COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª. SIMONE DOLORES BUSSULARO BONISSONI sócia proprietária da empresa BONI COMERCIAL LTDA - ME, o Srº MARCIO BONATO representante credenciado da empresa SONHO MEU COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME, o Srº. FABIO ANDRÉ LORASCHI procurador da empresa ROBERTO TESSARO & CIA LTDA, o Srº ROBSON LUIS GARBIN procurador da empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA- ME e o Srº CALEB GERSON KIELING procurador da empresa TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME. Credencia-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Porém os representantes das empresas: TARSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME e ROBERTO TESSARO & CIA LTDA pediram desclassificação do item 04, por não estar compatível com o modelo ou seja modelo fora da linha praticado no mercado. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início às fases dos lances verbais, os quais estão em planilhas rubricadas anexas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e pelos representantes legais das licitantes presente ao final da sessão.

Participante: 6461 - BONI COMERCIAL LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Refrigerador duplex mínimo 450 litros- degelo 220v	UN	1,00	CONSUL CRD49	0,0000	2.138,00	2.138,00
Total do Participante ———>							2.138,00

Participante: 7693 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	MICROONDAS mínimo 31 litros 220V	UN	1,00	PANASONIC STYLE 32	0,0000	500,00	500,00
Total do Participante ———>							500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 17/2016 - PR**

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 35/2016
 Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 2/2

Participante: 9478 - SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTO MUSICAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	caixa mult uso VSU-300 USB/SD/FM bluetooth 40w/Rms potencia 01 falante de 10", 01 tweeter alta freq., 03 canais de entrada- equalização de graves e agudos, equipado com 01 microfone com fio TSI PRO BR- saída de audio estremamante alta-som claro e estavel, frequencia de voz maximizada, excepcinal filtro atenuador 01- microfone sem fio KRU-301 UHF- chave ON/OFF/Mute, bateria 9v-indicador de bateria, controle de ganho de audio, entrada conector, transmissor e maleta portatil 01 suporte universal P/ PRT base e lock plus PSU0135	UN	1,00	VOXSTORM	0,0000	1.335,00	1.335,00

Total do Participante ———> 1.335,00

Participante: 9638 - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	Projektor multimídia com as seguintes características mínimas: Luminosidade mínima de 2.500 ANSI Lumens, Resolução nativa SVGA 800x600 Pixels, Conectividade Monitor Out(VGA), S-Video, Video Composto RCA, Computadora(VGA), Audio in (RCA), Contraste 2000:1, Lâmpada 200W UHE E-Tort, 5000H (baixa luminosidade), 4000H (alta luminosidade), TV Compatível NTSC: 480 linhas de TV PAL: 560 linhas de TV Sinal de entrada NTSC/NTSC4.43/PAL/M-PAL/N-PAL/PAL60/ SECAM 480i, 480p, HDTV: 720p, 1080i, projeção de 30" a 300" em distância de até 11m, permitir instalação no teto, Voltagem: AC 100-240V, +-10% Frequencia: 50/60 Hz, Garantia de 2 anos para o projetor. (Modelos de Referência NEC NP115, Epson S8+).	UN	1,00	EPSON/EB-02	0,0000	2.590,00	2.590,00

Total do Participante ———> 2.590,00

Participante: 9732 - TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA- ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	cadeira secretaria fixa 4 pés, espuma expandida	UN	20,00	LG/1181F	0,0000	59,00	1.180,00
2	Longarina 3 lugares s/braço espuma expandidade	UN	1,00	LG/1181L3	0,0000	208,00	208,00
3	Longarina 2 lugares s/braço espuma expandidade	UN	1,00	LG/1181L2	0,0000	147,00	147,00
8	Cadeira secretaria giratoria braço regulavel espuma expandid	UN	1,00	LG/1181GB	0,0000	145,00	145,00

Total do Participante ———> 1.680,00

Total Geral —————> 8.243,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 13 de Junho de 2016

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio



ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 36, PP Nº 18-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 1/18

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Nucleos Educacionais, para o exercício de 2016, conforme anexos do Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 24/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 14 de Junho de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 36/2016, Licitação nº 18/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos quatorze dias do mês de junho do ano de 2016, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: SABISA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, KATI PÃO LTDA EPP e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA. Entretanto conforme Declaração apresentada a Comissão de Licitação pela responsável do protocolo da Prefeitura a Srª ROSELI SALETE ZANATTA anexo, as empresas acima citadas não tiveram seus envelopes de documentação e proposta protocolados pelo sistema de protocolos da Prefeitura no tempo hábil, motivo pelo qual o sistema Betha de Protocolos se encontra com problemas técnicos, com tudo a entrega dos envelopes ocorreu no prazo fixado no item 3.2.1 do edital, desta forma todas as empresas estão habilitadas para participar do certame. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subítemos, do Edital. Assim o fez, a Srª. ROSMARI CHIOCHETTA LOCATELLI, sócia proprietária da empresa KATI PÃO LTDA EPP, a Srª DRIANE MURARO representante credenciado da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA e a Srª. JANE BIFFI SABADIN procuradora da empresa SABISA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA não se credencia como microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 6091 - KATI PÃO LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
70	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	1.000,00	KATI PAO	0,0000	7,922	7.922,02
71	Pão Sovado para cachorro quente, tipo bisnaguinha, com aproximadamente 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	100,00	KATI PAO	0,0000	7,823	782,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 2/18

LOTE: 1

Participante: 6091 - KATI PÃO LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
92	Pão frances integral	KG	400,00	KATI PÃO	0,0000	8,7142	3.485,68

Total do Participante ———> 12.190,00

LOTE: 2

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370 gramas na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	500,00	PARATY	0,0000	4,30	2.150,00
2	Biscoito doce sabor leite, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3,8g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	500,00	PARATY	0,0000	4,29	2.145,00

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016</p>
	Folha: 3/18

LOTE: 2**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	500,00	PARATY	0,0000	4,16	2.080,00
4	Bolacha Salgada tipo "água e sal", consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 100g de aproximadamente: mínimo de 70g de carboidrato, 10g de proteína, 12,5g de gorduras totais, menos que 5,5g de gordura saturada e 500mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	300,00	PARATY	0,0000	4,82	1.446,00
5	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	500,00	ISABELA	0,0000	5,82	2.910,00
20	Biscoito sortido pct 400 gramas	PCT	400,00	ISABELA	0,0000	5,19	2.076,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 4/18

LOTE: 2

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
67	Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	150,00	ISABELA	0,0000	4,00	600,00
68	Macarrão tipo parafuso, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	100,00	PARATY	0,0000	3,05	305,00
69	Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	200,00	PARATY	0,0000	3,05	610,00
89	Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e acido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal fermentos quimicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans. e menos que 150g de sódio, aocndiconada em emblagens plastica de polipropileno,370 gramas, sem corantes, na embalagens deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote.	UN	50,00	NINFA	0,0000	4,89	244,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 36/2016
Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 5/18

LOTE: 2

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
90	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370gramas, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	NINFA	0,0000	4,60	230,00

Total do Participante -----> 14.796,50

LOTE: 3

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Banha, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, com data de validade e fabricação, isento de produtos estranhos, odor característico ao produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	30,00	AURORA	0,0000	6,859	205,77
7	Came Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	400,00	FRIG. ANA CAROLINA	0,0000	18,9698	7.587,92
8	Came Bovina Moída magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	300,00	FRIG. ANA CAROLINA	0,0000	20,9116	6.273,48

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 6/18

LOTE: 3**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Carne Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	FRIG. ANA CAROLINA	0,0000	9,1115	1.822,30
10	Carne de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	AURORA	0,0000	6,4428	1.288,56
11	Carne de Frango tipo inteiro, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, , na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 6 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	100,00	AURORA	0,0000	7,6676	766,76
12	Carne de Peixe tipo filé de tilápia, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, BAandaja de 500 GR, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade mínima de 2 meses na entrega, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	90,00	DIPEFAL	0,0000	16,8288	1.514,59
13	Carne Suína (iscas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	300,00	FRIGOLASTE	0,0000	15,7335	4.720,05
31	Lingüiça mista tipo toscana, congelada, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 3%, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 80 gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	40,00	AURORA	0,0000	14,8373	593,49
93	carne de frango moída	KG	250,00	AURORA	0,0000	12,8457	3.211,43
94	Coxinha da asa de frango, pct 01 kg	KG	500,00	AURORA	0,0000	13,1942	6.597,10
95	File de peito de frango, pct 01 kg	KG	500,00	AURORA	0,0000	14,19	7.095,00
100	Moela de frango	KG	100,00	AURORA	0,0000	7,3688	736,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 7/18

LOTE: 3

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
101	Fígado bovino	KG	100,00	FRIG. ANA CAROLINA	0,0000	7,8667	786,67

Total do Participante ----> 43.200,00

LOTE: 4

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	APTY	0,0000	4,19	167,60
15	Arroz, classe longo fino, parboilizado, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento	PCT	150,00	KIARROZ	0,0000	13,65	2.047,50
16	ARROZ LONGO FINO, POLIDO TIPO 1 DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, SAFRA CORRENTE, ISENTO DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG PLÁSTICOS ATÓXICO GRÃOS SELECIONADOS ELETRONICAMENTE NÃO SENDO NECESSÁRIO LAVAR PARA SUA PREPARAÇÃO. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, NA ENTREGA COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 04 MESES. O PRODUTO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO.	KG	100,00	AMANDY	0,0000	3,59	359,00
17	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	10,00	VITÃO	0,0000	7,45	74,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 8/18

LOTE: 4

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	Cereal Matinal, flocos açucarados de milho com sabor natural, enriquecidos com ferro, obtidos a partir de milho sem tegumentos, cozidos, secos, laminados e tostados, recobertos por açúcar refinado, extrato de malte, sal refinado, água, adicionados de proteínas, carboidratos, palmitato de retinol (vit. A), mononitrato de tiamina (vit. B1), riboflavina (vit. B2), Niacina (vit. B3), cloridrato de piridoxina (vit. B6), cobalamina (vit. B12), ácido ascórbico (vit. C), Ácido Fólico (vit. B9), Ferro reduzido (ferro) e óxido de zinco, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 89g de carboidrato, 4g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 320g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, livre de umidade e fragmentos estranhos, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	AUCA FOODS	0,0000	8,99	359,60
19	Farinha láctea enriquecida com ferro e 11 vitaminas, com sabor natural, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 65g de carboidrato, 13,5g de proteína e 7,8g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	30,00	NESTLE	0,0000	7,69	230,70
21	Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	AMANDY	0,0000	11,75	587,50
22	Farinha de Trigo integral, produto obtido a partir de cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 71g de carboidrato, 12g de proteína e 3g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 4 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	AMANDY	0,0000	3,59	179,50
23	Farelo de Trigo ou Fibra de Trigo acondicionado em embalagens Plástica de 250 gramas, em polipropileno original do fabricante resistente e transparente, isento de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, informações do fabricante, com validade mínima de 6 meses e lote estampado na embalagem, valor nutricional aproximado por porção de 10 g, 2,2g de carboidrato, 1,6g de proteína e 0g de gordura.	UN	10,00	JASMINE	0,0000	3,19	31,90

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 36/2016
Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 9/18

LOTE: 4

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
24	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	250,00	URBANO	0,0000	5,99	1.497,50
25	Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	100,00	AMANY	0,0000	2,95	295,00
26	Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	150,00	YOKI	0,0000	10,59	1.588,50
27	Milho para pipoca, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, detritos animais ou vegetais, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 27,8g de carboidrato, 3,3g de proteína e 0,8g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, original do fabricante, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	CAROL	0,0000	2,59	129,50
28	Polvilho Azedo, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	LAGES	0,0000	5,65	282,50
29	Polvilho Doce, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	50,00	LAGES	0,0000	3,99	199,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 10/18

LOTE: 4
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	30,00	LAGES	0,0000	3,85	115,50
32	Mortadela de carne de frango, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, gordura de frango, carne de frango, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, condimentos naturais, pimenta branca, estabilizante tripolifosfato de sódio, conservadores: nitrito e nitrato de sódio, corante natural carmim, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, com valor nutricional para porção de 40g de aproximadamente: 2,5g de carboidrato, 4,8g de proteína e 6,5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de 500 g, atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	100,00	AURORA	0,0000	4,90	490,00
33	Presunto de carne de frango ou suína, magro, fatiado cozido, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não amolecido e nem pegajoso, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa altera - lá ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne de ave ou suína, água, amido, sal, lactato de sódio, proteína isolada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, aromatizante aromas naturais, conservadores nitrito e nitrato de sódio, antioxidante eritorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional por porção de 40g: 1g de carboidrato, 8g de proteína e 1 g de gorduras totais, acondicionada em embalagem plástica de 200 gramas, na embalagem deveram constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	100,00	AURORA	0,0000	5,90	590,00
34	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrito de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	70,00	NOBRE AURORA	0,0000	8,40	588,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 11/18

LOTE: 4

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	Creme vegetal com sal, com no máximo 20% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vitamina A, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio, acidulante, ácido cítrico, aromatizante, antioxidantes BHT e EDTA e corantes urucum e cúrcuma, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 10g: 0g de carboidrato, 0g de proteína e 2g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	40,00	SOYA	0,0000	5,15	206,00
36	Doce Cremoso de Frutas tipo "Gelêia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg. original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	60,00	AUREA	0,0000	9,19	551,40
37	Ervilha em conserva, de 1ª qualidade, produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: ervilha, água e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 10,5g de carboidrato, 2,6g de proteína, 0,1g de lipídio e menos que 500mg de sódio, acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	PREDILETA	0,0000	1,89	94,50
38	Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	100,00	ARISCO	0,0000	3,09	309,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 12/18

LOTE: 4

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envasado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	LT	100,00	PREDILETA	0,0000	2,09	209,00
40	Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, frigorificação e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	80,00	SOYA	0,0000	4,25	340,00
41	Iogurte de soja, sem lactose, ingredientes: extrato de soja, amido modificado, fermentos, aromas idênticos aos naturais de iogurte, corante natural de urucum e conservante sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 110g: 18g de carboidrato, 3,2g de proteína e 1,9g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo pote, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. Embalagem bandejas com 04 unidades de 400 gr	UN	50,00	BATAVO	0,0000	5,99	299,50
42	Iogurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	1.000,00	TIROL	0,0000	5,99	5.990,00
43	Iogurte de leite padronizado reconstituído, açúcar, água, creme de leite, polpa de frutas, fosfato tricálcico, amido modificado, vitaminas (A, B1, B2, B6, D), lactato de ferro, cloreto de cálcio, fermentos lácteos enzima protease, espessantes goma jataí e goma xantana, corante natural cochonila, acidulante ácido cítrico, aromatizante e conservador sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 45g: 8,6g de carboidrato, 2,8g de proteína, 1,4g de lipídio, menos que 2,4g de gordura saturada e menos que 225mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo bandeja c/ 08 unidades, de 360 gramas, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde.	UN	100,00	BATAVINHO	0,0000	4,95	495,00
88	Feijão carioca pct 01 KG	PCT	100,00	URBANO	0,0000	7,75	775,00
105	Batata salsa	KG	100,00	CANTU	0,0000	12,00	1.200,00

Total do Participante —> 20.283,20

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016</p>
	Folha: 13/18

LOTE: 5**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
44	Leite Condensado, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 500g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	15,00	PIRACANJUBA	0,0000	3,79	56,85
45	Leite de soja em pó, preparado com proteína de soja isolada, sem lactose, ingredientes: de origem vegetal, rico em vitaminas A, B12 e D, fósforo e zinco, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g, ou em latas de 300g, com valor nutricional aproximado por porção de 100g: 37g de carboidrato, 27g de proteína, 0g de lactose e 26g de lipídio, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde.	UN	5,00	SUPRA SOYA	0,0000	22,49	112,45
46	Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	3.000,00	AURORA	0,0000	3,39	10.170,00
47	Manteiga, inspecionada e embalada em embalagem de polipropileno, de 200 gramas, com validade mínima na entrega de 3 meses.	Pt	40,00	TIROL	0,0000	7,59	303,60
48	Nata, ingredientes: creme de leite pasteurizado padronizado a 50% de gordura, com informação nutricional para porção de 25g: 0 de carboidrato, 0 de proteína, 13g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno ou plástico resistente (tipo pote), com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	40,00	AURORA	0,0000	6,00	240,00
49	Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	DZ	200,00	CANTU	0,0000	5,89	1.178,00
50	Queijo tipo Mussarela- embalagens de 150 gramas	PCT	400,00	AURORA	0,0000	4,49	1.796,00
51	Queijo Pamesão ralado embalagen 40gr	PCT	150,00	NONITO	0,0000	2,99	448,50
52	Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	120,00	APTY	0,0000	4,35	522,00
53	Amendoim, novo, de 1ª qualidade,descascado acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, de 500gramas, produto inspecionado.	KG	30,00	CAROL	0,0000	4,50	135,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 14/18

LOTE: 5
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
54	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	70,00	AMIGO	0,0000	13,10	917,00
55	Chá, caixa com 15 unidades de 30g aproximadamente, diversos sabores, sem a presença de fungos e produtos estranhos ao mesmo.	UN	20,00	LEÃO	0,0000	5,50	110,00
56	Coco ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos são e maduros, não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, deve ter aspecto de fragmentos soltos e de cor branco, parcialmente desengordurado, ingredientes: polpa de coco parcialmente desengordurado, desidratado com conservantes, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 23g de carboidrato, 7,2g de proteína e 64,9g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	20,00	APTY	0,0000	3,95	79,00
57	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos são, limpos, dessecados e moídos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	50,00	YNCAS	0,0000	3,50	175,00
58	Fermento Biológico, granulado, seco, instantâneo, composto de saccharomyces cerevisiae, que é um agente de reidratação, acondicionado em embalagem aluminizada de 125g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	10,00	SAFE INSTANTE	0,0000	7,65	76,50
59	Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	20,00	ROYAL	0,0000	7,35	147,00
60	Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	50,00	APTY	0,0000	9,45	472,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 15/18

LOTE: 5

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
61	Mel de Abelha, elaborado a partir do néctar de flores e/ou exudatos sacarínicos de plantas, isentos de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e corretivos de acidez, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 78g de carboidrato, 0,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	15,00	SULMEL	0,0000	25,85	387,75
62	Melado, obtido do caldo de cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura, Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	40,00	COELHO	0,0000	9,39	375,60
63	Mucilon, sabores variados, com sabor natural, ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido,, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (B1, B6, B12, D, C, E, niacina, pantotenato de cálcio, ácido fólico), fumarato ferroso e aromatizante vanilina, contendo glúten com valor nutricional para porção de 21g de aproximadamente: 18g de carboidrato, 1,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde.	LT	40,00	NESTLE	0,0000	7,86	314,40
64	Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	35,00	APTY	0,0000	6,99	244,65
65	Farinha de Rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, ingredientes: farinha de trigo, água, sal e fermento, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 73,6g de carboidrato, 11,4g de proteína e 7,7g de lipídio acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	10,00	BOQUITUS	0,0000	11,99	119,90
66	agnoline, ingredientes: farinha azeite, ovos,sal, peito de frango e temperos, embalados em pacotes em perfeito estado de conservação, com peso líquido de 400 gr o pacote, registro no ministério da agricultura- serviço de inspeção federal { SIF} Serviço de Inspeção Estadual [SIE]	PCT	60,00	MI MASSAS	0,0000	10,65	639,00
72	Açúcar de baunilha, ingredientes: açúcar refinado e aroma idêntico ao natural de baunilha, não contendo glúten, acondicionado em pote plástico resistente ou pacote plástico de polipropileno, com validade mínima na entrega de 4 meses.	PCT	30,00	APTY	0,0000	2,15	64,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 16/18

LOTE: 5

Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
73	Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote.	PCT	60,00	ESTRELA	0,0000	12,59	755,40
74	Açúcar mascavo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, com 1Kg, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 90,6% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar, livre de parasitos e de detritos animais ou vegetais, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 12 meses e lote estampados na embalagem.	PCT	10,00	SEIVA ECOLÓGICA	0,0000	8,59	85,90
75	Alho, novo, graúdo, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	PCT	30,00	CHAPECÓ	0,0000	4,50	135,00
76	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais.	UN	60,00	APTY	0,0000	2,63	157,80
77	Canela em ramos, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 10, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos.	PCT	30,00	APTY	0,0000	1,59	47,70
78	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos.	PCT	15,00	APTY	0,0000	2,85	42,75
79	Noz-Moscada, sem a presença de fungos ou substâncias estranhas ao produto, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno.	PCT	15,00	APTY	0,0000	2,99	44,85
80	Orégano, deverá ser constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha ovalada seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, de 100gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	PCT	30,00	APTY	0,0000	6,80	204,00
81	Salamoniaco, ingredientes: bicarbonato de amônio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem de polipropileno, de 100 a 500g com registro no Ministério da Saúde.	PCT	15,00	APTY	0,0000	1,85	27,75
82	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	100,00	APOLO	0,0000	1,40	140,00
83	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	20,00	VIVERO SANTO ANTONIO	0,0000	2,05	41,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 17/18

LOTE: 5**Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
84	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermentado acético de maçã hidratada, sem aditivos essenciais, sem conservantes, não contendo glúten, com acidez mínima de 4%, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	FR	70,00	KOLLER	0,0000	2,79	195,30
85	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	UN	50,00	KOLLER	0,0000	3,19	159,50
86	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	60,00	COOPERMIRIM	0,0000	4,70	282,00
87	Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrato de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	L	100,00	AURORA	0,0000	4,70	470,00
91	Azeite de oliva 500ml	UN	20,00	HEMEER	0,0000	20,49	409,80
96	óleo de milho suaviz	UN	60,00	SUAVITI	0,0000	8,59	515,40
97	massa de arroz pct 500 gramas	UN	150,00	URBANO 97	0,0000	2,85	427,50
98	grão de bico pct 500 gramas	UN	150,00	YOKI	0,0000	12,00	1.800,00
99	Ervilha seca quebrada pct 500 gramas	UN	150,00	YOKI	0,0000	6,59	988,50
102	Margarina Cremosa Vegetal com sal, com 50 a 70% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vit. A, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico, aroma idêntico ao natural de manteiga e aroma natural de manteiga, antioxidantes BHT, EDTA e TBHQ e corantes urucum, cúrcuma e beta caroteno sintético idêntico ao natural, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 81g de lipídio, menos que 5,5 gr de gordura saturada e menos que 500 mg de sódio acondicionado em embalagem plástica atóxica de 0,500 Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	50,00	DORIANA	0,0000	5,77	288,50
103	Milho congelado 350 gramas	PCT	100,00	LAR	0,0000	8,23	823,00
104	Ervilha congelada 350 gramas	PCT	100,00	LAR	0,0000	6,59	659,00
106	Crema de leite, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 350g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	CX	60,00	PIRACANJUBA	0,0000	2,15	129,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 18/18

LOTE: 5
Participante: 6021 - COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
107	Doce de Leite pastoso, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco, no preparo do produto o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, além das previstas na NTA 56, como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2%, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de leite corantes artificiais e gorduras estranhas, geleificantes ou outras substância, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessárias para a mínima de 60% de carboidrato, 2% de lipídio e 6% de proteína, ingredientes: leite, açúcar, glicose, amido e bicarbonato, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 6 meses e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	Pt	60,00	INCOSTA GAUCHA	0,0000	8,79	527,40

Total do Participante ———> 28.442,25
Total Geral —————> 118.911,95

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 14 de Junho de 2016

COMISSÃO:

LAUDECI R FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 35, PP Nº 17-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2016 Data do Processo: 30/05/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 35/2016
b) Licitação Nr.: 17/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/06/2016
e) Objeto da Licitação aquisição de eletrodomésticos e equipamentos para escritório, para as atividades do CRAS, destinado a Secretaria de Assistência Social e Habitação.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

BONI COMERCIAL LTDA-ME (6461)

6 Refrigerador duplex mínimo 450 litros- degelo 220v - Marca: CONSUL CRD49	UN	1,00	0,0000	2.138,00	2.138,00
				Total do Fornecedor:	2.138,00

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA (9638)

4 Projetor multimídia com as seguintes características mínimas: Luminosidade mínima de 2.500 ANSI Lumens, Resolução nativa SVGA 800x600 Pixels, Conectividade Monitor Out (VGA), S-Video, Video Composto RCA, Computadora (VGA), Audio in (RCA), Contraste 2000:1, Lâmpada 200W UHE E-Torl, 5000H (baixa luminosidade), 4000H (alta luminosidade), TV Compatível NTSC: 480 linhas de TV PAL; 560 linhas de TV Sinal de entrada NTSC/NTSC4.43/PAL/M-PAL/N-PAL/PAL60/ SECAM 480i, 480p, HDTV: 720p, 1080i, projeção de 30" a 300" em distância de até 11m, permitir instalação no teto, Voltagem: AC 100-240V, +-10% Frequência: 50/60 Hz, Garantia de 2 anos para o projetor, (Modelos de Referência NEC NP115, Epson S8+). - Marca: EPSON/EB-02	UN	1,00	0,0000	2.590,00	2.590,00
				Total do Fornecedor:	2.590,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2016 Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (7693)

5 Micro-ondas minimo 31 litros-220v - Marca: PANASONIC STYLE 32	UN	1,00	0,0000	500,00	500,00
-----------------------------------------------------------------	----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 500,00

SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTO MUSICAIS LTDA (9478)

7 caixa mult uso VSU-300 USB/SD/FM bluetooth 40w/Rms potencia 01 falante de 10", 01 tweeter alta freq., 03 canais de entrada-equalização de graves e agudos. equipado com 01 microfone com fio TSI PRO BR- saída de audio estremamante alta-som claro e estavel, frequencia de voz maximizada, excepcinal filtro atenuador 01- microfone sem fio KRU-301 UHF- chave ON/OFF/Mute, bateria 9v-indicador de bateria, controle de ganho de audio, entrada conector, transmissor e maleta portatil 01 suporte universal P/ PRT base e lock plus PSU0135 - Marca: VOXSTORM	UN	1,00	0,0000	1.335,00	1.335,00
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.335,00

TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA- ME (9732)

1 cadeira secretaria fixa 4 pés, espuma expandida - Marca: LG/1181F	UN	20,00	0,0000	59,00	1.180,00
2 Longarina 3 lugares s/braço espuma expandidade - Marca: LG/1181L3	UN	1,00	0,0000	208,00	208,00
3 Longarina 2 lugares s/braço espuma expandidade - Marca: LG/1181L2	UN	1,00	0,0000	147,00	147,00
8 Cadeira secretaria giratoria braço regulavel espuma expandid - Marca: LG/1181GB	UN	1,00	0,0000	145,00	145,00

Total do Fornecedor: 1.680,00

Total Geral: 8.243,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 36, PP Nº 18-2016-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 1/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2016
b) Licitação Nr.: 18/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/06/2016
e) Objeto da Licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação escolar da Creche Municipal Danilo João Cason, e Nucleos Educacionais, para o exercício de 2016, conforme anexos do Edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**KATI PÃO LTDA EPP (6091)**

70	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: KATI PAO	KG	1.000,00	0,0000	7,922	7.922,02
71	Pão Sovado para cachorro quente, tipo bisnaguinha, com aproximadamente 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: KATI PAO	KG	100,00	0,0000	7,823	782,30
92	Pão frances integral - Marca: KATI PÃO	KG	400,00	0,0000	8,7142	3.485,68
					Total do Fornecedor:	12.190,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 2/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

- | | | | | | | |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|------|----------|
| 1 | Biscoito doce maria, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal, soro de leite, açúcar invertido, cacau, amido, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g de aproximadamente: 25g de carboidrato, 2,3g de proteína e 2,8g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica (dupla) de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370 gramas na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATY | PCT | 500,00 | 0,0000 | 4,30 | 2.150,00 |
| 2 | Biscoito doce sabor leite, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, soro de leite em pó, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 25g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3,8g de gorduras totais, menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATY | UN | 500,00 | 0,0000 | 4,29 | 2.145,00 |

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 3/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

- | | | | | | | |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|--------|--------|------|----------|
| 3 | Biscoito doce tipo "maisena", aromatizado artificialmente, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, fubá de milho enriquecido com ferro e ácido fólico, sal, fermentos químicos: bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio, estabilizante lecitina de soja, aromatizante, acidulante ácido láctico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 30g: 23g de carboidrato, 2,2g de proteína, 3g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, sem corantes artificiais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATY | UN | 500,00 | 0,0000 | 4,16 | 2.080,00 |
| 4 | Bolacha Salgada tipo "água e sal", consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 100g de aproximadamente: mínimo de 70g de carboidrato, 10g de proteína, 12,5g de gorduras totais, menos que 5,5g de gordura saturada e 500mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção - Marca: PARATY | UN | 300,00 | 0,0000 | 4,82 | 1.446,00 |

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 4/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

5	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína e 4,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 400 a 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA	PCT	500,00	0,0000	5,82	2.910,00
20	Biscoito sortido pct 400 gramas - Marca: ISABELA	PCT	400,00	0,0000	5,19	2.076,00
67	Macarrão tipo cabelo de anjo, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão, com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ISABELA	PCT	150,00	0,0000	4,00	600,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 5/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

68 Macarrão tipo parafuso, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATY	PCT	100,00	0,0000	3,05	305,00
69 Macarrão tipo rigatoni, massa alimentícia de sêmola com ovos, ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), ovos e corantes naturais urucum e cúrcuma, contém glúten, deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com no mínimo 0,045g de colesterol por Kg. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-la antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso anterior a cocção, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72g de carboidrato, 12,8g de proteína e 4,6g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PARATY	PCT	200,00	0,0000	3,05	610,00
89 Biscoito doce tipo rosca, sem lactose : ingredientes farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico vit.B9, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, amido, cacau em pó, sal, fermentos químicos, com valor nutricional aproximado por porção de 30g, 23g de carboidrato, 1,7 g de proteína, 2,6 de gorduras totais, 1 g de gordura saturada, 0 de gordura trans, e menos que 150g de sódio, acondicionada em embalagens plastica de polipropileno.370 gramas, sem corantes, na embalagens deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote. - Marca: NINFA	UN	50,00	0,0000	4,89	244,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 6/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

90	Bolacha Salgada Integral, consistência crocante, sem corantes artificiais, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico (vit. B9), açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, fibra de trigo, extrato de malte, fosfato monocalcico, glicose, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, acidulante ácido láctico, contém glúten, valor nutricional na porção de 30g de aproximadamente: mínimo de 22g de carboidrato, 3g de proteína, 4,5g de gorduras totais e menos que 1,65g de gordura saturada e menos que 150mg de sódio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço, embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com peso líquido de 370gramas, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NINFA	UN	50,00	0,0000	4,60	230,00
					Total do Fornecedor:	14.796,50

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

6	Banha, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, com data de validade e fabricação, isento de produtos estranhos, odor característico ao produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	30,00	0,0000	6,859	205,77
7	Carne Bovina em cubos tipo patinho ou coxão mole, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIG. ANA CAROLINA	KG	400,00	0,0000	18,9698	7.587,92

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 7/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

8	Came Bovina Moída magra, de 1ª qualidade (patinho ou coxão mole), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIG. ANA CAROLINA	KG	300,00	0,0000	20,9116	6.273,48
9	Came Bovina tipo músculo com osso, de 1ª qualidade, congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 3 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIG. ANA CAROLINA	KG	200,00	0,0000	9,1115	1.822,30
10	Came de Frango tipo coxa e sobrecoxa, congelada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 1Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	200,00	0,0000	6,4428	1.288,56
11	Came de Frango tipo inteiro, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 6 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	KG	100,00	0,0000	7,6676	766,76

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 8/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

12	Came de Peixe tipo filé de tilápia, congelado, com adição de água de no máximo 6%, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, BAandeja de 500 GR, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade mínima de 2 meses na entrega, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: DIPEFAL	UN	90,00	0,0000	16,8288	1.514,59
13	Came Suína (Isacas), congelada, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter no máximo 10% de gordura, ser isenta de cartilagens e ossos, e conter no máximo 3% de aponevroses (nervos), acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente, de 2Kg, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 4 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: FRIGOLASTE	KG	300,00	0,0000	15,7335	4.720,05
31	Lingüiça mista tipo toscana, congelada, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 3%, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 80 gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	UN	40,00	0,0000	14,8373	593,49
93	came de frango moída - Marca: AURORA	KG	250,00	0,0000	12,8457	3.211,43
94	Coxinha da asa de frango, pct 01 kg - Marca: AURORA	KG	500,00	0,0000	13,1942	6.597,10
95	File de peito de frango, pct 01 kg - Marca: AURORA	KG	500,00	0,0000	14,19	7.095,00
100	Moela de frango - Marca: AURORA	KG	100,00	0,0000	7,3688	736,88
101	Figado bovino - Marca: FRIG. ANA CAROLINA	KG	100,00	0,0000	7,8667	786,67
Total do Fornecedor:						43.200,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 36/2016
Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 9/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

14	Amido de Milho, produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmido, fermentado ou rançoso, deve estar sob a forma de pó e produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos, umidade máxima de 14%, acidez de 2,5%, mínimo de 84% de amido e resíduo mineral fixo de 0,2%, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 87,6g de carboidrato, 0,3g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade, embalagens de 500 grs. cada produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTY	PCT	40,00	0,0000	4,19	167,60
15	Arroz, classe longo fino, parboilizado, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 5 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento - Marca: KIARROZ	PCT	150,00	0,0000	13,65	2.047,50
16	ARROZ LONGO FINO, POLIDO TIPO 1 DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, SAFRA CORRENTE, ISENTA DE MOFO, DE ODORES ESTRANHOS E DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALADO EM PACOTES DE 1 KG PLÁSTICOS ATÓXICO GRÃOS SELECIONADOS ELETRONICAMENTE NÃO SENDO NECESSÁRIO LAVAR PARA SUA PREPARAÇÃO. PRODUTO SEM ADIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS, NA ENTREGA COM PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 04 MESES. O PRODUTO DEVERÁ SER ACOMPANHADO DE CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO. - Marca: AMANDY	KG	100,00	0,0000	3,59	359,00
17	Aveia em flocos finos, produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 13,5g de proteína, 4,8g de lipídio e 68,4g de carboidrato, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: VITÃO	PCT	10,00	0,0000	7,45	74,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 10/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

18 Cereal Matinal, flocos açucarados de milho com sabor natural, enriquecidos com ferro, obtidos a partir de milho sem tegumentos, cozidos, secos, laminados e tostados, recobertos por açúcar refinado, extrato de malte, sal refinado, água, adicionados de proteínas, carboidratos, palmitato de retinol (vit. A), mononitrato de tiamina (vit. B1), riboflavina (vit. B2), Niacina (vit. B3), cloridrato de piridoxina (vit. B6), cobalamina (vit. B12), ácido ascórbico (vit. C), Ácido Fólico (vit. B9), Ferro reduzido (ferro) e óxido de zinco, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 89g de carboidrato, 4g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 320g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, livre de umidade e fragmentos estranhos, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AUCA FOODS	PCT	40,00	0,0000	8,99	359,60
19 Farinha láctea enriquecida com ferro e 11 vitaminas, com sabor natural, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas, minerais, sal e aromatizantes, contendo glúten com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 65g de carboidrato, 13,5g de proteína e 7,8g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NESTLE	UN	30,00	0,0000	7,69	230,70
21 Farinha de Trigo especial, tipo 1, contendo glúten, produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, deve ter aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro e sabor próprios, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,68%, com no mínimo 6% de glúten seco, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 56,7g de carboidrato, 14,5g de proteína e 2,8g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 5Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 4 meses, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	PCT	50,00	0,0000	11,75	587,50
22 Farinha de Trigo integral, produto obtido a partir de cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 71g de carboidrato, 12g de proteína e 3g de lipídio acondicionada em embalagem de papel de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 4 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANDY	PCT	50,00	0,0000	3,59	179,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 11/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

23 Farelo de Trigo ou Fibra de Trigo acondicionado em embalagens Plástica de 250 gramas, em polipropileno original do fabricante resistente e transparente, isento de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, informações do fabricante, com validade mínima de 6 meses e lote estampado na embalagem, valor nutricional aproximado por porção de 10 g, 2,2g de carboidrato, 1,6g de proteína e 0g de gordura. - Marca: JASMINE	UN	10,00	0,0000	3,19	31,90
24 Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e integros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: URBANO	KG	250,00	0,0000	5,99	1.497,50
25 Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMANY	KG	100,00	0,0000	2,95	295,00
26 Lentilha, tipo 1, classe graúda, nova, de 1ª qualidade, sem grãos mofados e/ou cartuchos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 60,7g de carboidrato, 23,7g de proteína e 1,3g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: YOKI	PCT	150,00	0,0000	10,59	1.588,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 12/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

27	Milho para pipoca, classe amarelo, grupo duro, tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos, detritos animais ou vegetais, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 27,8g de carboidrato, 3,3g de proteína e 0,8g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, original do fabricante, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: CAROL	PCT	50,00	0,0000	2,59	129,50
28	Polvilho Azedo, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	50,00	0,0000	5,65	282,50
29	Polvilho Doce, deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não poderá estar úmido, fermentado ou rançoso, não contendo glúten, acondicionado em plástica de polipropileno ou polietileno leitoso de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	50,00	0,0000	3,99	199,50
30	Sagu, tipo 1, grupo tapioca, subgrupo sagu artificial, preparado com matéria prima sã, limpa, isenta de matéria terrosa, parasito, detrito animal ou vegetal, com no máximo 15% de umidade, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 86,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno resistente e transparente, original do fabricante, de 500g, na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: LAGES	PCT	30,00	0,0000	3,85	115,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 13/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

32	Mortadela de carne de frango, magra, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, de 1ª qualidade, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne mecanicamente separada de aves, gordura de frango, carne de frango, água, amido, sal, proteína texturizada de soja, açúcar, condimentos naturais, pimenta branca, estabilizante tripolifosfato de sódio, conservadores: nitrato e nitrito de sódio, corante natural carmim, realçador de sabor glutamato monossódico e antioxidante eritorbato de sódio, com valor nutricional para porção de 40g de aproximadamente: 2,5g de carboidrato, 4,8g de proteína e 6,5g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de 500 g, atóxica, resistente, na embalagem deverá constar especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 mês, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	UN	100,00	0,0000	4,90	490,00
33	Presunto de carne de frango ou suína, magro, fatiado cozido, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não amolecido e nem pegajoso, sem manchas esverdeadas, com ausência de sujidades, parasitos, larvas ou qualquer substância contaminante que possa altera - lá ou encobrir alguma alteração, ingredientes: carne de ave ou suína, água, amido, sal, lactato de sódio, proteína isolada de soja, açúcar, estabilizante tripolifosfato de sódio, aromatizante aromas naturais, conservadores nitrato e nitrito de sódio, antioxidante eritorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional por porção de 40g: 1g de carboidrato, 8g de proteína e 1 g de gorduras totais, acondicionada em embalagem plástica de 200 gramas, na embalagem deveram constar informações do fabricante, especificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de 1 meses, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	PCT	100,00	0,0000	5,90	590,00
34	Salsicha de carne bovina ou suína tipo "hot dog", congelada, com no máximo 2% de amido, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo de no máximo 10%, ingredientes: carne mecanicamente separada de frango, gordura suína, carne suína, água, carne de peru, proteína isolada de soja, fécula de mandioca, sal, maltodextrina, condimentos naturais, pimenta preta, regulador de acidez lactato de sódio, estabilizantes: tripolifosfato de sódio, polifosfato de sódio e pirofosfato ácido de sódio, aromas: fumaça, natural de pimenta branca, naturais e idênticos aos naturais de pimentas da Jamaica e preta, realçador de sabor glutamato monossódico, antioxidantes eritorbato de sódio, conservador nitrato de sódio, corante urucum, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 50g: 1,5g de carboidrato, 6,3g de proteína e 1,3g de gorduras totais, acondicionadas em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: NOBRE AURORA	PCT	70,00	0,0000	8,40	588,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 18/2016 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 36/2016
 Data do Processo: 31/05/2016

Folha: 14/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

35	Creme vegetal com sal, com no máximo 20% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vitamina A, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio, acidulante, ácido cítrico, aromatizante, antioxidantes BHT e EDTA e corantes urucum e cúrcuma, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 10g: 0g de carboidrato, 0g de proteína e 2g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	Pt	40,00	0,0000	5,15	206,00
36	Doce Cremoso de Frutas tipo "Geléia", com polpa de fruta natural, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de frutas corantes artificiais e aromatizantes, ingredientes: polpa de fruta, açúcar, geleificante, acidulante pectina cítrica, ácido láctico, sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 61,6g de carboidrato, 0,1g de proteína e 0,1g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, á 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AUREA	UN	60,00	0,0000	9,19	551,40
37	Ervilha em conserva, de 1ª qualidade, produto preparado com ervilhas previamente debulhadas, ervazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas, imersas ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: ervilha, água e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 10,5g de carboidrato, 2,6g de proteína, 0,1g de lipídio e menos que 500mg de sódio, acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PREDILETA	UN	50,00	0,0000	1,89	94,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 15/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

38 Extrato de Tomate simples concentrado, com no mínimo 20% de substância seca e de 18 a 20% de brix, com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e semente, o produto deverá estar isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso, ingredientes: tomate, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 8,9g de carboidrato, 1,7g de proteína e 0,2g de lipídio, e menos de 500 mg de Sódio em embalagem tetra pak de 350 gramas, original do fabricante, sem aditivos ou conservantes, na embalagem devem constar as especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: ARISCO	CX	100,00	0,0000	3,09	309,00
39 Milho verde em lata, de 1ª qualidade, produto preparado com milho previamente debulhado, envazado praticamente cru, reidratado ou pré-cozido, imerso ou não em líquido de cobertura apropriada, os recipientes utilizados devem ser submetidos a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados a fim de evitar a sua alteração, ingredientes: grão de milho verde in natura, água, açúcar e sal, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 20g de carboidrato, 2,1g de proteína e 0,6g de lipídio, e sódio menor que 500mg acondicionadas em latas de 280g, original do fabricante, sem amassados, sem conservantes, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 12 meses, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PREDILETA	LT	100,00	0,0000	2,09	209,00
40 Óleo de Soja refinado tipo 1, que sofreu processo tecnológico adequado como degomagem, neutralização, clarificação, fracionamento e não de desodorização, não contendo glúten, acondicionado em embalagem pet de 900ml, original do fabricante, com prazo de validade e lote, especificações do produto e informações do fabricante, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SOYA	UN	80,00	0,0000	4,25	340,00
41 Iogurte de soja, sem lactose, ingredientes: extrato de soja, amido modificado, fermentos, aromas idênticos aos naturais de iogurte, corante natural de urucum e conservante sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 110g: 18g de carboidrato, 3,2g de proteína e 1,9g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo pote, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. Embalagem bandejas com 04 unidades de 400 gr - Marca: BATAVO	UN	50,00	0,0000	5,99	299,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 16/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

42	iogurte parcialmente desnatado com polpa e sucos de fruta, sabor variado, de consistência pastosa, produto obtido através da fermentação do leite, açúcar, fermento lácteo, corante e aroma artificiais, isento de contaminações, sujidades, corpos estranhos, o rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 900g cada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade de 1 mês e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: TIROL	UN	1.000,00	0,0000	5,99	5.990,00
43	iogurte de leite padronizado reconstituído, açúcar, água, creme de leite, polpa de frutas, fosfato tricálcico, amido modificado, vitaminas (A, B1, B2, B6, D), lactato de ferro, cloreto de cálcio, fermentos lácteos enzima protease, espessantes goma jataí e goma xantana, corante natural cochonilha, acidulante ácido cítrico, aromatizante e conservador sorbato de potássio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de aproximadamente 45g: 8,6g de carboidrato, 2,8g de proteína, 1,4g de lipídio, menos que 2,4g de gordura saturada e menos que 225mg de sódio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, tipo bandeja c/ 08 unidades, de 360 gramas, com prazo de validade mínima de 1 mês a partir da entrega, especificações do produto, informações do fabricante, registro no Ministério da Saúde. - Marca: BATÁVINHO	UN	100,00	0,0000	4,95	495,00
88	Feijão carioca pct 01 KG - Marca: URBANO	PCT	100,00	0,0000	7,75	775,00
105	Batata salsa - Marca: CANTU	KG	100,00	0,0000	12,00	1.200,00
Total do Fornecedor:						20.283,20

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

44	Leite Condensado, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 500g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PIRACANJUBA	CX	15,00	0,0000	3,79	56,85
45	Leite de soja em pó, preparado com proteína de soja isolada, sem lactose, ingredientes: de origem vegetal, rico em vitaminas A, B12 e D, fósforo e zinco, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g, ou em latas de 300g, com valor nutricional aproximado por porção de 100g: 37g de carboidrato, 27g de proteína, 0g de lactose e 26g de lipídio, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde. - Marca: SUPRA SOYA	UN	5,00	0,0000	22,49	112,45

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 17/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

46 Leite UHT Integral, ingredientes: leite integral, estabilizante tripolifosfato de sódio, difosfato de sódio e ortofosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 6g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	L	3.000,00	0,0000	3,39	10.170,00
47 Manteiga, inspecionada e embalada em embalagem de polipropileno, de 200 gramas, com validade mínima na entrega de 3 meses. - Marca: TIROL	Pt	40,00	0,0000	7,59	303,60
48 Nata, ingredientes: creme de leite pasteurizado padronizado a 50% de gordura, com informação nutricional para porção de 25g: 0 de carboidrato, 0 de proteína, 13g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno ou plástico resistente (tipo pote), com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	PCT	40,00	0,0000	6,00	240,00
49 Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: CANTU	DZ	200,00	0,0000	5,89	1.178,00
50 Queijo tipo Mussarela- embalagens de 150 gramas - Marca: AURORA	PCT	400,00	0,0000	4,49	1.796,00
51 Queijo Parmesão ralado embalagen 40gr - Marca: NONITO	PCT	150,00	0,0000	2,99	448,50
52 Achocolatado em pó instantâneo, enriquecido com vitaminas, deverá ser obtido de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau, ou outros detritos vegetais, aspecto: pó homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó solúvel, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico, aromatizantes, e não deve conter glúten, com valor nutricional para a porção de 100g de aproximadamente: 50,2 g de carboidrato, 19,2g de proteína e 12,7g de lipídio, acondicionado em embalagem de 400 grs aluminizada, ou metalizada ou plástica de polietileno leitoso, original do fabricante, com prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTY	PCT	120,00	0,0000	4,35	522,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 18/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

53	Amendoim, novo, de 1ª qualidade,descascado acondicionado em embalagem plástica de polipropileno resistente, de 500gramas, produto inspecionado. - Marca: CAROL	KG	30,00	0,0000	4,50	135,00
54	Café granulado solúvel instantâneo, com selo da ABIC, com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, não contendo glúten, acondicionado em embalagem aluminizada de 200g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AMIGO	PCT	70,00	0,0000	13,10	917,00
55	Chá, caixa com 15 unidades de 30g aproximadamente, diversos sabores, sem a presença de fungos e produtos estranhos ao mesmo. - Marca: LEÃO	UN	20,00	0,0000	5,50	110,00
56	Coco ralado, desidratado, não acrescido de açúcar, deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros, não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, deve ter aspecto de fragmentos soltos e de cor branco, parcialmente desengordurado, ingredientes: polpa de coco parcialmente desengordurado, desidratado com conservantes, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 23g de carboidrato, 7,2g de proteína e 64,9g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada de 500g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTY	PCT	20,00	0,0000	3,95	79,00
57	Colorífico vermelho, em pó, fino, homogêneo, obtidos de frutos maduros de espécimes genuínos, grãos sãos, limpos, dessecados e moidos, de coloração vermelho intenso, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de materiais estranhos e livre de umidade, ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de 500g, original do fabricante, com informações do fabricante, especificações do produto, data de fabricação e prazo de validade. - Marca: YNCAS	PCT	50,00	0,0000	3,50	175,00
58	Fermento Biológico, granulado, seco, instantâneo, composto de saccharomyces cerevisiae, que é um agente de reidratação, acondicionado em embalagem aluminizada de 125g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SAFE INSTANTE	UN	10,00	0,0000	7,65	76,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 19/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

59 Fermento Químico em pó, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentado-lhes o volume e a porosidade, contendo como ingrediente: amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato monocalcico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 41,6g de carboidrato, 0g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem de 250g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: ROYAL	PCT	20,00	0,0000	7,35	147,00
60 Gelatina em pó, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante, aromatizantes e corantes artificiais, não contendo glúten, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, composição nutricional na porção de 15,4g de gelatina preparada: 13g de carboidrato, 1g de proteína e 0g de gorduras totais, acondicionada em embalagem de 1 KG, original do fabricante, enriquecida com vitaminas C, D e E, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTY	KG	50,00	0,0000	9,45	472,50
61 Mel de Abelha, elaborado a partir do néctar de flores e/ou exudatos sacarínicos de plantas, isentos de substâncias estranhas, sujidades, parasitas e corretivos de acidez, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 78g de carboidrato, 0,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: SULMEL	KG	15,00	0,0000	25,85	387,75
62 Melado, obtido do caldo de cana evaporado e concentrado até a consistência de xarope, com cor, odor, sabor e aspecto característicos, isento de sujidades, parasitos, larvas, conservantes químicos, aromatizantes artificiais, ingredientes: melado de cana, sacarose, glicose, acidulante ácido cítrico, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 72,6g de carboidrato, 0,5g de proteína e 0,2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, hermeticamente fechada, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: COELHO	UN	40,00	0,0000	9,39	375,60

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 20/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

63 Mucilon, sabores variados, com sabor natural, ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, vitaminas (B1, B6, B12, D, C, E, niacina, pantotenato de cálcio, ácido fólico), fumarato ferroso e aromatizante vanilina, contendo glúten com valor nutricional para porção de 21g de aproximadamente: 18g de carboidrato, 1,2g de proteína e 0g de lipídio, acondicionado em embalagem aluminizada ou plástica de polietileno leitoso, de 500g ou em latas de 300g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Saúde. - Marca: NESTLE	LT	40,00	0,0000	7,86	314,40
64 Pó para Pudim, com leite, sabor variado, ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, cacau em pó, sal e aromatizante, não contendo glúten, composição nutricional de 25g: 21g de carboidrato, 1g de proteína e 1g de gorduras totais, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso de 01 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APTY	KG	35,00	0,0000	6,99	244,65
65 Farinha de Rosca, seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, ingredientes: farinha de trigo, água, sal e fermento, contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 73,6g de carboidrato, 11,4g de proteína e 7,7g de lipídio acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, de 1Kg, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: BOQUITUS	KG	10,00	0,0000	11,99	119,90
66 agnoline, ingredientes: farinha azeite, ovos, sal, peito de frango e temperos, embalados em pacotes em perfeito estado de conservação, com peso líquido de 400 gr o pacote, registro no ministério da agricultura- serviço de inspeção federal { SIF} Serviço de Inspeção Estadual [SIE] - Marca: MI MASSAS	PCT	60,00	0,0000	10,65	639,00
72 Açúcar de baunilha, ingredientes: açúcar refinado e aroma idêntico ao natural de baunilha, não contendo glúten, acondicionado em pote plástico resistente ou pacote plástico de polipropileno, com validade mínima na entrega de 4 meses. - Marca: APTY	PCT	30,00	0,0000	2,15	64,50
73 Açúcar cristal branco de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, original do fabricante, com 5Kg, aspecto granuloso de fino a médio, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser de origem vegetal fabricado a partir de sacarose de cana de açúcar, livre de fermentação, de parasitos e de detritos animais ou vegetais, não contendo glúten, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), na embalagem deve constar informações do produto, prazo de validade de no mínimo 12 meses e lote. - Marca: ESTRELA	PCT	60,00	0,0000	12,59	755,40

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 21/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA - (6021)

74	Açúcar mascavo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno transparente e resistente, com 1Kg, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, contendo aproximadamente 90,6% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar, livre de parasitos e de detritos animais ou vegetais, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do produto, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 12 meses e lote estampados na embalagem. - Marca: SEIVA ECOLOGICA	PCT	10,00	0,0000	8,59	85,90
75	Alho, novo, gráudo, de 1ª qualidade, sem réstia, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 100g, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: CHAPECO	PCT	30,00	0,0000	4,50	135,00
76	Caldo de galinha, caixas de 114grs com 12 tabletes, ingredientes: sal, gordura vegetal, amido, extrato de levedura, açúcar, alho, gordura de galinha, salsa, condimento, cisteína, carne de galinha, realçadores de sabor glutamato monossódico e inosinato dissódico, aromatizantes e corantes naturais. - Marca: APTY	UN	60,00	0,0000	2,63	157,80
77	Canela em ramos, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 10 , sem a presença de sujidades ou produtos estranhos. - Marca: APTY	PCT	30,00	0,0000	1,59	47,70
78	Cravo, sem a presença de fungos, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno de 12 gr, sem a presença de sujidades ou produtos estranhos. - Marca: APTY	PCT	15,00	0,0000	2,85	42,75
79	Noz-Moscada, sem a presença de fungos ou substâncias estranhas ao produto, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno. - Marca: APTY	PCT	15,00	0,0000	2,99	44,85
80	Orégano, deverá ser constituído por folhas de espécimes vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha ovalada seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio, acondicionada em embalagem plástica polipropileno, de 100gramas, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. - Marca: APTY	PCT	30,00	0,0000	6,80	204,00
81	Salomoniaco, ingredientes: bicarbonato de amônio, não contendo glúten, acondicionado em embalagem de polipropileno, de 100 a 500g com registro no Ministério da Saúde. - Marca: APTY	PCT	15,00	0,0000	1,85	27,75
82	Sal refinado, iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e no máximo 15mg por Kg de acordo com a Legislação Federal Específica, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: APOLLO	KG	100,00	0,0000	1,40	140,00
83	Temperos naturais (salsa e cebolinha), novos, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpos, acondicionados em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 maço cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto. - Marca: VIVERO SANTO ANTONIO	UN	20,00	0,0000	2,05	41,00

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 22/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

84	Vinagre de Maçã, ingredientes: fermentado acético de maçã hidratada, sem aditivos essenciais, sem conservantes, não contendo glúten, com acidez mínima de 4%, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto. informações do fabricante, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KOLLER	FR	70,00	0,0000	2,79	195,30
85	Vinagre de Vinho Tinto, produto natural, fermentado, acético, simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, contém conservantes, não contendo glúten, livre de sujidades, material terroso, detritos animais e vegetais, acondicionado em embalagem plástica resistente, de 750 ml, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: KOLLER	UN	50,00	0,0000	3,19	159,50
86	Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, - Marca: COOPERMIRIM	KG	60,00	0,0000	4,70	282,00
87	Leite UHT Semidesnatado sem Lactosel, ingredientes: leite semidesnatado, estabilizante, citrado de sódio, monofosfato e difosfato de sódio, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 9g de carboidrato, 6g de proteína e 2,4g de gorduras totais, esterilizado, embalagem tetra pak de 1L, original do fabricante, composta de 6 camadas de proteção, 1 de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, 1 de papel que dá resistência a embalagem, 1 de polietileno para dar aderência às camadas internas, 1 de alumínio para evitar a passagem de oxigênio, luz e microorganismos, e por fim 2 camadas de polietileno que evitam todo e qualquer contato do leite com os outros materiais internos da embalagem, deve constar na embalagem a data de fabricação, o prazo de validade e o lote, com registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: AURORA	L	100,00	0,0000	4,70	470,00
91	Azeite de oliva 500ml - Marca: HEMEER	UN	20,00	0,0000	20,49	409,80
96	óleo de milho suaviz 900 ml - Marca: SUAVITI	UN	60,00	0,0000	8,59	515,40
97	massa de arroz pct 500 gramas - Marca: URBANO 97	UN	150,00	0,0000	2,85	427,50
98	grão de bico pct 500 gramas - Marca: YOKI	UN	150,00	0,0000	12,00	1.800,00
99	Ervilha seca quebrada pct 500 gramas - Marca: YOKI	UN	150,00	0,0000	6,59	988,50

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2016 Data do Processo: 31/05/2016
	Folha: 23/23

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

COOPERATIVA PRODUÇÃO CONSUMO CONCORDIA. (6021)

102	Margarina Cremosa Vegetal com sal, com 50 a 70% de lipídios, apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis, ingredientes: água, óleos vegetais líquidos interesterificados, sal, vit. A, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, estabilizante mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol com ácido ricinoleico, conservador benzoato de sódio e sorbato de potássio, acidulante ácido cítrico, aroma idêntico ao natural de manteiga e aroma natural de manteiga, antioxidantes BHT, EDTA e TBHQ e corantes urucum, cúrcuma e beta caroteno sintético idêntico ao natural, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,4g de carboidrato, 0,6g de proteína e 81g de lipídio, menos que 5,5 gr de gordura saturada e menos que 500 mg de sódio acondicionado em embalagem plástica atóxica de 0,500 Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: DORIANA	Pt	50,00	0,0000	5,77	288,50
103	Milho congelado 350 gramas - Marca: LAR	PCT	100,00	0,0000	8,23	823,00
104	Ervilha congelada 350 gramas - Marca: LAR	PCT	100,00	0,0000	6,59	659,00
106	Creme de leite, acondicionado em caixinha, aluminizada por dentro, de 100 a 350g, com prazo de validade, data de fabricação, especificações do produto, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: PIRACANJUBA	CX	60,00	0,0000	2,15	129,00
107	Doce de Leite pastoso, deverá ser fabricado com matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco, no preparo do produto o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar, não poderá conter substância estranhas à sua composição normal, além das previstas na NTA 56, como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2%, será tolerada a adição de aromatizantes naturais, será proibido adicionar ao doce de leite corantes artificiais e gorduras estranhas, geleificantes ou outras substância, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessárias para a mínima de 60% de carboidrato, 2% de lipídio e 6% de proteína, ingredientes: leite, açúcar, glicose, amido e bicarbonato, não contendo glúten, acondicionado em embalagem plástica atóxica de 900g, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 6 meses e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). - Marca: INCOSTA GAUCHA	Pt	60,00	0,0000	8,79	527,40

Total do Fornecedor: 28.442,25
Total Geral: 118.911,95

Ipumirim, 15 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

RGF ANEXO 01 01 QUAD 2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.607.634,82	51.400,00
Pessoal Ativo	12.923.134,51	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	684.500,31	51.400,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	13.607.634,82	51.400,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.416.288,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	13.659.034,82	53,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.724.795,82	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.038.556,03	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.352.316,24	48,60

FONTE:

RGF ANEXO 02 01 QUAD 2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.449.588,14	2.404.541,57	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.435.289,65	2.391.020,12	0,00	0,00
Interna	2.435.289,65	2.391.020,12	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	14.298,49	13.521,45	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.186.306,64	1.308.582,77	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.688.657,06	1.797.595,44	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	40,92	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	502.350,42	489.053,59	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.263.281,50	1.095.958,80	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	25.654.600,39	25.416.288,55	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	9,55%	9,46%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	4,92%	4,31%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	30.785.520,47	30.499.546,26	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	27.706.968,42	27.449.591,63	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.435.289,65	2.391.020,12	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	2.435.289,65	2.391.020,12	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	151.768,09	183.059,35	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	748.061,78	2.441.318,26	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF ANEXO 03 01 QUAD 2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.654.600,39	25.416.288,55	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.644.012,09	5.591.583,48	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.079.610,88	5.032.425,13	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF ANEXO 04 01 QUAD 2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	25.416.288,55	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.066.606,17	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.659.945,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.779.140,20	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

RGF ANEXO 06 01 QUAD 2016 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	25.416.288,55	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.659.034,82	53,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	13.724.795,82	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	13.038.556,03	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.095.958,80	4,31
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.499.546,26	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.591.583,48	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.066.606,17	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.779.140,20	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.978.151,74	662.315,98

FONTE:

RREO ANEXO 01 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	33.031.131,47	33.031.131,47	3.913.377,02	11,85	8.325.128,87	24.706.002,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.544.157,47	29.544.157,47	3.913.377,02	13,25	8.243.920,92	21.300.236,55
IMPOSTOS	2.950.364,50	2.950.364,50	334.768,08	11,35	599.200,96	2.351.163,54
TAXAS	2.217.766,50	2.217.766,50	236.546,60	10,67	432.852,37	1.784.914,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	681.052,00	681.052,00	98.221,48	14,42	166.348,59	514.703,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	51.546,00	51.546,00	0,00	0,00	0,00	51.546,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	180.540,00	180.540,00	25.820,20	14,30	50.606,00	129.934,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	129,00	129,00	0,00	0,00	0,00	129,00
RECEITA PATRIMONIAL	180.411,00	180.411,00	25.820,20	14,31	50.606,00	129.805,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	334.065,97	334.065,97	43.457,60	13,01	77.761,79	256.304,18
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	296.839,97	296.839,97	43.402,70	14,62	77.628,14	219.211,83
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	36.082,00	36.082,00	54,90	0,15	133,65	35.948,35
RECEITA DE SERVIÇOS	1.144,00	1.144,00	0,00	0,00	0,00	1.144,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.933,00	6.933,00	11.995,00	173,01	11.995,00	-5.062,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.850.793,00	25.850.793,00	3.464.305,56	13,40	7.436.128,25	18.414.664,75
TRANSF. DE PESSOAS	25.226.335,00	25.226.335,00	3.464.305,56	13,73	7.334.737,57	17.891.597,43
TRANSF. DE CONV.	6.443,00	6.443,00	0,00	0,00	0,00	6.443,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	618.015,00	618.015,00	0,00	0,00	101.390,68	516.624,32
MULTAS E JUROS DE MORA	221.461,00	221.461,00	33.030,58	14,91	68.228,92	153.232,08
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.177,00	82.177,00	9.516,34	11,58	21.083,40	61.093,60
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.799,00	6.799,00	9.066,11	133,34	13.628,94	-6.829,94
RECEITAS DIVERSAS	105.024,00	105.024,00	13.067,98	12,44	31.501,43	73.522,57
RECEITAS DE CAPITAL	27.461,00	27.461,00	1.380,15	5,03	2.015,15	25.445,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.486.974,00	3.486.974,00	0,00	0,00	81.207,95	3.405.766,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.278.598,00	1.278.598,00	0,00	0,00	0,00	1.278.598,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.278.598,00	1.278.598,00	0,00	0,00	0,00	1.278.598,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	19.175,00	19.175,00	0,00	0,00	0,00	19.175,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.175,00	19.175,00	0,00	0,00	0,00	19.175,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.189.201,00	2.189.201,00	0,00	0,00	81.207,95	2.107.993,05
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.031.131,47	33.031.131,47	3.913.377,02	11,85	8.325.128,87	24.706.002,60

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	33.031.131,47	33.031.131,47	3.913.377,02	11,85	8.325.128,87	24.706.002,60
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	33.031.131,47	33.031.131,47	3.913.377,02	11,85	8.325.128,87	24.706.002,60
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	489.527,76	—	—	221.235,83	—
Superávit Financeiro	—	489.527,76	—	—	221.235,83	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	24.110.631,46	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20	7.146.733,57
DESPESAS CORRENTES	26.265.577,64	26.877.902,45	3.941.000,30	9.190.586,36	17.687.316,09	4.078.339,77	7.270.510,95	19.607.391,50	6.801.670,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.379.232,53	15.154.642,57	2.021.698,62	4.432.816,54	10.721.826,03	2.147.371,26	4.415.892,54	10.738.750,03	4.223.834,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	266.817,00	266.817,00	25.296,75	50.583,31	216.233,69	25.296,75	50.583,31	216.233,69	50.583,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.619.528,11	11.456.442,88	1.894.005,93	4.707.186,51	6.749.256,37	1.905.672,76	2.804.035,10	8.652.407,78	2.527.252,66
DESPESAS DE CAPITAL	5.263.097,83	6.680.318,84	91.136,28	407.044,47	6.273.274,37	288.689,55	348.968,14	6.331.350,70	345.063,24
INVESTIMENTOS	4.890.030,83	6.307.251,84	68.549,32	361.997,90	5.945.253,94	266.102,59	303.921,57	6.003.330,27	300.016,67
INVERSOES FINANCEIRAS	213.682,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00	0,00	213.682,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	159.385,00	159.385,00	22.586,96	45.046,57	114.338,43	22.586,96	45.046,57	114.338,43	45.046,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00	0,00	150.041,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	24.110.631,46	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20	7.146.733,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	24.110.631,46	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20	7.146.733,57
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	705.649,78	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	—	4.367.029,32	8.325.128,87	—	7.146.733,57

FONTE:

RREO ANEXO 02 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)										
Administração	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	24.110.631,46	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20		
Planejamento e Orçamento	2.618.992,87	2.622.287,87	417.467,52	945.370,10	1.676.917,77	456.918,24	842.831,58	1.779.456,29		
Administração Geral	444.518,00	444.518,00	87.120,80	188.698,29	255.819,71	94.108,73	184.518,25	259.999,75		
Administração Financeira	1.381.677,87	1.384.972,87	231.382,04	552.694,27	832.278,60	259.882,21	459.406,76	925.566,11		
Previdência Básica	489.964,00	489.964,00	60.736,66	136.173,32	353.790,68	64.699,28	131.102,35	358.861,65		
Segurança Pública	302.833,00	302.833,00	38.228,02	67.804,22	235.028,78	38.228,02	67.804,22	235.028,78		
Defesa Civil	90.760,00	114.459,00	1.899,30	29.558,44	84.900,56	28.798,70	29.463,84	84.995,16		
Assistência Social	90.760,00	114.459,00	1.899,30	29.558,44	84.900,56	28.798,70	29.463,84	84.995,16		
Assistência ao Idoso	1.171.344,50	1.189.112,09	167.737,48	456.625,39	732.486,70	180.355,50	322.739,44	866.372,65		
Assistência ao Portador de Deficiência	143.200,00	158.967,59	20.416,77	42.067,22	116.900,37	19.040,68	30.578,93	128.388,66		
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.400,00	20.400,00	2.365,55	3.153,31	17.246,69	2.365,55	3.153,31	17.246,69		
Assistência Comunitária	274.542,50	283.033,50	59.477,95	144.503,25	138.530,25	59.039,32	105.049,24	177.984,26		
Saúde	733.202,00	726.711,00	85.477,21	266.901,61	459.809,39	99.909,95	183.957,96	542.753,04		
Administração Geral	9.447.470,62	9.847.968,40	1.356.222,17	3.113.376,12	6.734.592,28	1.393.417,73	2.406.847,58	7.441.120,82		
Atenção Básica	5.155,00	5.155,00	0,00	0,00	5.155,00	0,00	0,00	5.155,00		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.983.572,86	7.310.258,00	1.123.635,86	2.575.122,42	4.735.135,58	1.149.393,76	1.939.659,33	5.370.598,67		
Vigilância Sanitária	2.397.986,84	2.458.799,48	215.877,21	509.672,31	1.949.127,17	227.404,43	445.081,12	2.013.718,36		
Vigilância Epidemiológica	33.509,00	46.509,00	12.987,32	20.784,61	25.724,39	12.524,22	17.781,81	28.727,19		
Educação	27.246,92	27.246,92	3.721,78	7.796,78	19.450,14	4.095,32	4.325,32	22.921,60		
Administração Geral	11.281.222,48	12.520.054,39	1.471.740,53	2.993.623,36	9.526.431,03	1.411.847,64	2.508.948,30	10.011.106,09		
Ensino Fundamental	51.000,00	72.850,00	29.989,32	59.479,85	13.370,15	29.989,32	59.479,85	13.370,15		
Ensino Médio	9.400.404,48	9.540.404,48	1.243.220,06	2.661.268,78	6.879.135,70	1.283.329,44	2.324.523,20	7.215.881,28		
Ensino Superior	28.350,00	22.500,00	5.625,00	5.625,00	16.875,00	5.625,00	5.625,00	16.875,00		
Educação Infantil	121.000,00	119.000,00	105.000,00	105.000,00	14.000,00	30.000,00	30.000,00	89.000,00		
Educação de Jovens e Adultos	1.495.634,00	2.584.465,91	58.236,73	108.365,19	2.476.100,72	38.137,48	57.974,58	2.526.491,33		
Educação Especial	3.866,00	866,00	0,00	0,00	866,00	0,00	0,00	866,00		
Desporto Comunitário	50.222,00	49.222,00	15.600,00	19.600,00	29.622,00	15.600,00	19.600,00	29.622,00		
Cultura	130.746,00	130.746,00	14.069,42	34.284,54	96.461,46	9.166,40	11.745,67	119.000,33		
Urbanismo	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	61.159,00	0,00	0,00	61.159,00		
Infra-Estrutura Urbana	61.159,00	61.159,00	0,00	0,00	61.159,00	0,00	0,00	61.159,00		
Habituação Urbana	2.809.529,00	3.154.983,54	188.159,83	494.209,91	2.660.773,63	221.725,82	418.789,10	2.736.194,44		
Habituação Urbana	2.809.529,00	3.154.983,54	188.159,83	494.209,91	2.660.773,63	221.725,82	418.789,10	2.736.194,44		
Habituação Urbana	230.876,00	230.876,00	0,00	0,00	230.876,00	0,00	0,00	230.876,00		
Habituação Urbana	230.876,00	230.876,00	0,00	0,00	230.876,00	0,00	0,00	230.876,00		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	100,00	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20
Saneamento Básico Urbano	2.578,00	2.578,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.578,00
Agricultura	1.120.744,00	1.120.744,00	153.901,92	461.632,73	4,81	214.329,85	276.348,23	844.395,77
Extensão Rural	1.120.744,00	1.120.744,00	153.901,92	461.632,73	4,81	214.329,85	276.348,23	844.395,77
Indústria	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.970,00
Promoção Industrial	64.970,00	64.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.970,00
Comércio e Serviços	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.899,00
Turismo	21.899,00	21.899,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.899,00
Energia	257.730,00	257.730,00	12.527,31	13.002,38	0,14	12.614,02	12.786,18	244.943,82
Energia Elétrica	257.730,00	257.730,00	12.527,31	13.002,38	0,14	12.614,02	12.786,18	244.943,82
Transporte	2.349.400,00	2.349.400,00	262.480,52	1.090.232,40	11,36	447.021,82	800.724,84	1.548.675,16
Transporte Rodoviário	2.349.400,00	2.349.400,00	262.480,52	1.090.232,40	11,36	447.021,82	800.724,84	1.548.675,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.041,00	150.041,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.041,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.678.716,47	33.708.262,29	4.032.136,58	9.597.630,83	100,00	4.367.029,32	7.619.479,09	26.088.783,20

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO 03 02 BIM 2016 REPUBLIÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
		Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	2.353.193,70	2.201.282,12	2.187.631,57	2.033.861,65	2.202.430,64	2.215.612,44	3.000.616,85	2.270.649,43	2.619.773,22	2.075.970,84	2.310.835,76	28.403.262,98	
	RECEITA TRIBUTÁRIA	643.852,70	145.174,36	134.945,97	76.953,22	106.083,38	63.874,55	200.590,24	74.623,18	189.993,70	146.679,12	185.088,96	32.926.885,47	
	IPT.U.	377.208,12	12.051,11	8.703,82	6.468,15	2.418,99	3.017,02	920,02	6.726,88	0,00	0,00	9.626,21	2.093.290,39	
	I.R.R.F.	49.970,57	43.276,79	29.672,34	9.324,28	38.944,60	41.654,02	5.937,07	68.730,16	1.910,34	67.996,09	19.992,96	488.920,09	
	I.S.S.	66.262,12	58.199,33	59.022,81	32.055,62	51.393,88	51.249,40	41.424,90	85.846,27	46.552,15	63.285,96	46.194,47	397.731,20	
	I.T.B.U.	14.830,10	19.042,52	23.676,48	18.389,22	7.399,53	15.548,67	9.946,40	23.895,61	6.340,54	10.620,69	11.843,75	876.282,00	
	Outras Receitas Tributárias	105.581,79	12.604,61	13.570,52	10.600,95	5.956,38	11.550,88	5.646,17	14.391,32	18.820,15	48.306,96	62.021,73	405.925,00	
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.819,06	6.340,00	6.433,93	31.481,70	27.853,80	10.324,51	9.936,30	8.304,95	8.143,83	16.641,97	10.141,39	732.598,00	
	RECEITA PATRIMONIAL	35.330,97	36.303,44	34.294,84	29.710,30	25.977,07	24.274,93	40.799,61	20.462,14	15.316,05	18.986,14	23.582,86	180.540,00	
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	334.065,97	
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RECEITA DE SERVIÇOS	20.347,50	18.967,50	7.595,00	2.003,75	645,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.190.370,43	2.123.890,20	1.995.390,00	2.029.831,43	1.862.696,79	2.028.355,43	2.082.893,18	2.695.460,66	2.154.396,57	1.878.265,87	2.069.469,27	28.233.521,00	
	Cota-Parte do FPM	788.549,34	696.117,85	508.048,76	594.198,55	495.397,02	593.332,53	636.811,19	732.029,81	870.825,84	528.955,81	628.814,87	7.728.599,70	
	Cota-Parte do ICMS	515.021,89	493.554,74	498.257,35	478.623,46	499.593,95	516.543,84	519.845,98	507.289,84	621.950,42	507.560,73	513.329,35	6.314.395,00	
	Cota-Parte do IPVA	87.770,83	75.685,09	72.878,32	94.644,51	59.490,83	65.234,05	47.911,23	22.005,70	29.603,31	43.747,35	68.593,22	688.428,00	
	Cota-Parte do ITR	89,98	289,01	452,86	27.213,87	109.508,40	8.931,20	7.491,28	7.733,87	705,74	5.205,52	361,86	19.330,00	
	Outras Transferências Correntes	275.628,83	371.096,42	440.022,53	412.446,43	316.807,86	276.075,82	380.180,28	922.888,57	208.970,02	418.470,72	249.591,59	4.593.047,41	
	Transferências de LC 61/1989	8.139,01	7.752,42	7.141,56	7.593,94	7.577,36	8.789,13	8.007,66	7.907,09	9.784,72	7.541,32	7.392,72	95.136,69	
	Transferências de LC 87/1996	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.154,40	2.166,68	2.166,68	2.166,68	2.166,68	38.660,00	
	Transferências do FUNDEB	513.016,15	487.440,19	493.888,07	479.707,18	457.501,50	485.417,26	479.453,24	493.693,97	576.581,42	503.123,96	527.401,09	6.952.267,00	
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.718,04	22.514,26	23.032,38	17.746,17	10.625,61	16.375,77	18.108,79	75.808,86	18.165,80	17.032,54	14.797,22	281.158,80	
	DEDUÇÕES (II)	280.417,02	254.179,56	217.713,66	228.623,75	217.714,22	254.380,66	244.651,73	255.851,85	27.339,23	286.588,27	225.170,73	3.506.417,00	
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	280.344,91	253.094,52	217.713,66	227.535,35	217.671,29	253.292,26	244.651,73	255.775,44	27.339,23	286.588,27	225.170,73	3.470.335,00	
	Outras Rec de Conce P-Dir de Uso de Bens Pub	72,11	1.115,04	0,00	1.088,40	42,93	1.088,40	0,00	76,41	0,00	78,75	54,90	36.082,00	
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.851.021,68	2.098.980,20	1.983.568,46	1.959.007,82	1.816.147,43	1.948.049,98	1.970.960,71	2.744.765,00	1.997.280,20	2.333.184,95	1.850.800,11	25.416.288,55	
	FONTE:												28.420.468,47	

RREO ANEXO 05 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.449.588,14	2.427.128,53	2.404.541,57
DEDUÇÕES (II)	1.186.306,64	1.972.542,55	1.308.582,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.688.657,06	2.382.577,53	1.797.595,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	99,14	40,92
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	502.350,42	410.134,12	489.053,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.263.281,50	454.585,98	1.095.958,80
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.263.281,50	454.585,98	1.095.958,80

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	641.372,82	-167.322,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Fev 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO ANEXO 06 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	29.248.317,50	8.166.297,29	8.355.827,72
Receita Tributária	2.950.364,50	599.200,96	678.999,68
I.P.T.U.	613.397,00	81.385,98	63.598,67
I.S.S.	876.282,00	202.609,90	254.882,96
I.T.B.I.	405.925,00	39.635,12	52.988,58
I.R.R.F.	322.162,50	109.221,37	102.533,92
Outras Receitas Tributárias	732.598,00	166.348,59	204.995,55
Receita de Contribuição	180.540,00	50.606,00	38.397,05
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.540,00	50.606,00	38.397,05
Receita Patrimonial Líquida	38.226,00	138,16	4.246,95
Receita Patrimonial	334.065,97	77.761,79	129.095,43
(-) Aplicações Financeiras	295.839,97	77.623,63	124.848,48
Transferências Correntes	25.850.793,00	7.436.128,25	7.276.029,88
F.P.M.	8.164.886,00	2.179.379,83	2.280.195,93
I.P.V.A	551.542,00	188.913,86	155.557,48
I.C.M.S.	5.051.508,00	1.721.024,39	1.696.313,70
Convênios	618.015,00	101.390,68	83.960,00
Outras Transferências Correntes	11.464.842,00	3.245.419,49	3.060.002,77
Demais Receitas Correntes	228.394,00	80.223,92	358.154,16
Dívida Ativa	105.024,00	31.501,43	18.598,86
Diversas Receitas Correntes	123.370,00	48.722,49	339.555,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.486.974,00	81.207,95	439.611,10
Operações de Crédito (III)	1.278.598,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	19.175,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.189.201,00	81.207,95	439.611,10
Convênios	2.189.201,00	81.207,95	439.611,10
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.189.201,00	81.207,95	439.611,10
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	31.437.518,50	8.247.505,24	8.795.438,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	26.877.902,45	9.190.586,36	8.658.631,25	7.270.510,95	6.794.860,78
Pessoal e Encargos Sociais	15.154.642,57	4.432.816,54	4.226.783,87	4.415.892,54	4.143.054,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	266.817,00	50.583,31	50.484,24	50.583,31	50.484,24
Outras Despesas Correntes	11.456.442,88	4.707.186,51	4.381.363,14	2.804.035,10	2.601.322,23
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	26.611.085,45	9.140.003,05	8.608.147,01	7.219.927,64	6.744.376,54
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.680.318,84	407.044,47	2.804.698,28	348.968,14	391.037,73
Investimentos	6.307.251,84	361.997,90	2.761.403,63	303.921,57	347.743,08
Inversões Financeiras	213.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	213.682,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	159.385,00	45.046,57	43.294,65	45.046,57	43.294,65
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.520.933,84	361.997,90	2.761.403,63	303.921,57	347.743,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.041,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	33.282.060,29	9.502.000,95	11.369.550,64	7.523.849,21	7.092.119,62

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.844.541,79	-1.254.495,71	-2.574.111,82	723.656,03	1.703.319,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	221.235,83	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	221.235,83	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

RREO ANEXO 07 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,0
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	350,00	502.000,42	484.838,21	1.454,14	16.058,07	208.529,80	539.531,98	272.519,06	272.269,06	12.376,20	463.416,52	479.474,59
EXECUTIVO	350,00	502.000,42	484.838,21	1.454,14	16.058,07	208.529,80	539.531,98	272.519,06	272.269,06	12.376,20	463.416,52	479.474,59
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	350,00	479.892,94	462.730,73	1.454,14	16.058,07	208.529,80	533.547,18	267.779,90	267.529,90	12.376,20	462.170,88	478.228,95
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.490,95	1.490,95	0,00	0,00	0,00	511,00	511,00	511,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	350,00	213.517,06	197.935,98	416,79	15.514,29	208.529,80	292.109,02	140.721,01	140.721,01	2.396,71	148.991,30	164.506,59
PODER EXECUTIVO	0,00	264.884,93	263.303,80	1.037,35	543,78	0,00	240.927,16	126.547,89	126.297,89	9.979,49	313.173,36	313.723,36
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	22.107,48	22.107,48	0,00	0,00	0,00	5.984,80	4.739,16	4.739,16	0,00	1.245,64	1.245,64
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	22.107,48	22.107,48	0,00	0,00	0,00	5.984,80	4.739,16	4.739,16	0,00	1.245,64	1.245,64
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	350,00	502.000,42	484.838,21	1.454,14	16.058,07	208.529,80	539.531,98	272.519,06	272.269,06	12.376,20	463.416,52	479.474,59
FONTE:												

RREO ANEXO 09 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	1.278.598,00	0,00	1.278.598,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS DE CAPITAL	6.680.318,84	407.044,47	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	6.680.318,84	407.044,47	6.273.274,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.401.720,84	-	-4.994.676,37

FONTE:

RREO ANEXO 11 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITA DE CAPITAL							SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		19.175,00				0,00	19.175,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		19.175,00				0,00	19.175,00
TOTAL		19.175,00				0,00	19.175,00

DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
(APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)								
Despesas de Capital	Investimentos	41.012,59	20.127,00	17.306,00	17.306,00	0,00	44.498,42	23.706,59
		41.012,59	20.127,00	17.306,00	17.306,00	0,00	44.498,42	23.706,59
TOTAL		41.012,59	20.127,00	17.306,00	17.306,00	0,00	44.498,42	23.706,59

SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		62.913,06		-61.804,42
1.108,64				

FONTE:

RREO ANEXO 14 02 BIM 2016 REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	33.031.131,47	
Previsão Atualizada		—	33.031.131,47	
Receitas Realizadas		3.913.377,02	8.325.128,87	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	221.235,83	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	31.678.716,47	
Créditos Adicionais		—	2.029.545,82	
Dotação Atualizada		—	33.708.262,29	
Despesas Empenhadas		4.032.136,58	9.597.630,83	
Despesas Liquidadas		4.367.029,32	7.619.479,09	
Superavit Orçamentário		—	705.649,78	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.032.136,58	9.597.630,83	
Despesas Liquidadas		4.367.029,32	7.619.479,09	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			25.416.288,55	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	0,00	
Resultado Primário		0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	748.061,78	12.376,20	272.269,06	463.416,52
EXECUTIVO	748.061,78	12.376,20	272.269,06	463.416,52
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	502.350,42	1.454,14	484.838,21	16.058,07
EXECUTIVO	502.350,42	1.454,14	484.838,21	16.058,07
TOTAL:	1.250.412,20	13.830,34	757.107,27	479.474,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		799.334,53	25%	14,19
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.262.522,23	60%	59,12
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.278.598,00	
Despesa de Capital Líquida		348.968,14	6.331.350,70	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	19.175,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		17.306,00	23.706,59
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.503.267,87	15,00	26,59
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CÂMARA MUNICIPAL**DESPESA PESSOAL**

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	832.542,35	0,00
Pessoal Ativo	832.542,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	832.542,35	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.416.288,55	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	832.542,35	3,28
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.524.977,31	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.448.728,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.372.479,58	5,40

FONTE:

IRINEOPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

DISPONIBILIDADE

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(b)						
										(c)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	0,00	0,00	71.957,96	0,00	0,00	(71.957,96)	0,00	0,00	0,00	
RECURSOS DO TESOUREIRO - ORDINARIOS	108.865,17	0,00	0,00	0,00	10.337,50	98.527,67	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	108.865,17	0,00	71.957,96	0,00	10.337,50	26.569,71	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	108.865,17	0,00	71.957,96	0,00	10.337,50	26.569,71	0,00	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:
Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.
IRINEÓPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	36.907,21	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	108.865,17	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	0,00	71.957,96	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-36.907,21	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	10.372,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

IRINEOPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

FONTE:

GARANTIA DE VALORES

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IRINEOPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
 Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
 Contadora CRC 1SC 023441/O-3

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

IRINEOPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC - PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	25.416.288,55	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	832.542,35	3,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.524.977,31	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.448.728,45	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-36.907,21	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.591.583,48	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.066.606,17	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.779.140,20	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	26.569,71

FONTE:

IRINEOPOLIS, 14/06/2016

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL
Presidente da Câmara

Elenice Izaura Neppel Waismann
Contadora CRC 1SC 023441/O-3

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 30/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS/SC

Processo Licitatório nº 30/2016 – Pregão Presencial nº 20/2016. Objeto: aquisição de materiais para implantação de drenagem pluvial em diversas ruas do bairro Nova Brasília. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Av. Getulio Vargas, 308 – 3º andar, Centro/ Itaiópolis/SC, no departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal no dia 29 de junho 2016 até 08h30m. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de junho de 2016 às 08h45m. O edital estará a disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo site: www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 15/06/2016. JOSE HERALDO SCHRITKE – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 31/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS/SC

Processo Licitatório nº 31/2016 – Pregão Presencial nº 21/2016. Objeto: aquisição de materiais para pavimentação nas Ruas Francisco Daudt Loures e Costa Carvalho. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Av. Getulio Vargas, 308 – 3º andar, Centro/ Itaiópolis/SC, no departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal no dia 29 de junho 2016 até 09h45m. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de junho de 2016 às 10h00m. O edital estará a disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo site: www.itaioptolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 15/06/2016. JOSE HERALDO SCHRITKE – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC.

Processo Licitatório nº 09/2016. Dispensa de Licitação Nº 03/2016. Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de Incidin Extra N – para uso na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Empresa contratada: Sancapel Soluções para Higiene Profissional Ltda - ME. Valor: R\$ 12.570,00 . Vigência: 11/11/2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 093 / 2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.062.2016 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INVENTÁRIO FÍSICO, FINANCEIRO E CONTÁBIL DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a reabertura do:

Processo nº 093 / 2015 – Pregão Presencial nº. 04.062.2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de inventário físico, financeiro e contábil de bens móveis e imóveis, reavaliação e depreciação de todos os bens, dentre outros serviços correlatos e necessários para a plena organização do patrimônio da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental da Área Costeira de Itapema - FAACI, Fundação de Cultura, Fundo da Infância e Assistência Social conforme anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 28/06/2016.

Abertura do Pregão: 28/06/2016 às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "Compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.062.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 15 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DISPENSA Nº 102/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 102/2016

Dispensa de Licitação nº 102/2016

Partes: Município de Itapiranga e Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC.

Objeto: contratação da AMEOSC para elaboração e aplicação das provas de processo seletivo de 21 (vinte e um) cargos para a prefeitura de Itapiranga.

Fundamento: art. 24, inciso II, c/c inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$:7.930,00.

Vigência:30/09/2016.

Itapiranga - SC., 15 de junho de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 103 A 110/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Prontolab Equipamentos E Produtos Científicos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 390,90

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Quimiolab Comércio E Importação De Produtos De Laboratório Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 64.851,18

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Logiteknica Importação, Exportação, Comércio E Indústria De Produtos Para Saúde Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 138.368,20

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e A.C.L. Assistência E Comércio De Produtos Para Laboratórios Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 011/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de materiais para o laboratório de análises clínicas da secretaria da saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 35.288,81

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Confecções Guri Ltda - Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU e materiais para atividades do NASF.

VALOR: R\$ 8.458,84

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Backes Confecções Ltda Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2016 - FMS

OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores que atuam no serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU e materiais para atividades do NASF.

VALOR: R\$ 144,00

VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda - Epp

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 1.350,00

VIGÊNCIA: 08 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 08 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2016 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Elétrica Paulinho Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 6.890,00

VIGÊNCIA: 08 de junho de 2017.

Itapiranga – SC., 08 de junho de 2016.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 128 A 137/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 228/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Modelo Pneus Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 156/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 01 do prego para aquisição de pneus novos destinados para veículos da polícia civil de Itapiranga.
VALOR: R\$ 726,84
VIGÊNCIA: 16 de outubro de 2016.
Itapiranga – SC., 01 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Floptech Comércio De Equipamentos Eireli Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 080/2016.
OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos destinados para manutenção das atividades do setor de saneamento, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 108.310,30
VIGÊNCIA: 02 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 02 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016
PARTES: Município de Itapiranga e TW Serviços De Manutenção Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 082/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de pedreiro, pintura e instalação hidro sanitária para atender as necessidades das diversas das secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 90.800,00
VIGÊNCIA: 02 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 02 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Paloschi & Paloschi Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 085/2016.
OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para jogos de competições promovidas pelo município de Itapiranga, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.
VALOR: R\$ 34.600,00
VIGÊNCIA: 03 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 03 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Nadal & Dos Santos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 086/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de bobinas de papel para leitura de agua, para relógio ponto e folhas de pagamento, destinadas para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 10.045,00
VIGÊNCIA: 03 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 03 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Mw Produções E Eventos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 092/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para locação de serviços de

sonorização para eventos realizados Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 63.300,00
VIGÊNCIA: 08 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 08 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Sirimar Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de maquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 4.050,00
VIGÊNCIA: 08 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 08 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Auto Elétrica Paulinho Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 090/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de baterias a base de troca, destinados para manutenção de maquinas e veículos, de propriedade do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 24.830,00
VIGÊNCIA: 08 de junho de 2017.
Itapiranga – SC., 08 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ap Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 50 do prego para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 2.880,64
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 10 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2016
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Herta Ana Vogt - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 74 do prego para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 970,00
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 10 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/2016/RH
PARTES: Município de Itapiranga e FERNANDA BOTTEGA.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C-01
VIGÊNCIA: 15/06/2016 a 14/12/2016
Itapiranga – SC, 15 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 067 A 071/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Geomine Consultoria Mineral Ltda
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 87/2016.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para obtenção dos direitos minerais junto ao DNPM e a elaboração de estudos, desenvolvimento de projetos, mapas e formulários, conforme determina a legislação mineral, visando a obtenção da titularidade de direito mineral através de registro de extração em nome da Prefeitura Municipal de Itapiranga.
VALOR: R\$ 8.000,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 24 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Geovias Engenharia Ltda Epp
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 76/2016.
OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia, objetivando a pavimentação asfáltica de ruas nos centros comunitários no interior do município.
VALOR: R\$ 4.500,00.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 25 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2016
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2012
PARTES: Município de Itapiranga e Berwanger & Grutzmann Corretora De Seguros Ltda
ORIGEM: Convite de nº 97/2012.
OBJETO: contratação de seguros para equipamentos desta municipalidade.
VALOR: R\$ 3.490,07
VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.
Itapiranga – SC. 31 de maio de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Gente Seguradora S/A
ORIGEM: Pregão Presencial nº 88/2016.
OBJETO: Contratação de seguros para veículos de propriedade do Município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 2.819,00
VIGÊNCIA: 06 de junho de 2017.
Itapiranga – SC. 06 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2016
PARTES: Município de Itapiranga e MGM Construções Elétricas Ltda Epp
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 081/2016.
OBJETO: Execução, em regime de empreitada global, de projetos para implantação de rede de distribuição elétrica em tensão primária e secundária para instalação de iluminação pública, em diversos locais neste município.

VALOR: R\$ 26.776,13
VIGÊNCIA: 30 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 08 de junho de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 63/2016

Portaria nº 63 de 15 de junho de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 15 de junho de 2016, Enivaldo Barros matrícula nº 15088/01, do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico do Município.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 15 de junho de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 104/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para conserto e regulagem da bomba injetora da retroescavadeira JCB 4CX, à disposição da secretaria da Agricultura desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 28 de junho de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>
Itapiranga - SC., 15 de junho de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 15/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 15/2016 FMS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação nas Unidades Básicas de Saúde, da secretaria da Saúde, do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 28 de junho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/
Itapiranga - SC. 15 de junho de 2016.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

CMDCA: EDITAL Nº 018/2016 AJUSTADO EM 15/06/2016 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES COMISSÃO DE ELEIÇÃO

EDITAL Nº 018/2016
CRONOGRAMA AJUSTADO (15/06/2016)

Considerando o prazo adicional concedido para a realização das inscrições, resolve a Comissão Eleitoral para Conselheiros Tutelares Suplentes, dentro de suas atribuições, divulgar o cronograma ajustado para acompanhamento das demais fases vindouras. O cronograma inicialmente divulgado quando da publicação do Edital 018/2016, desta forma, deve ser desconsiderado.

1	Inscrições	Até 10 de junho
2	Análise do registro das candidaturas	13 de junho
3	Notificação de indeferimento de candidaturas	15 de junho
4	Recurso do candidato (comissão)	16 e 17 de junho
5	Resposta do recurso (comissão)	20 de junho
6	Recurso do candidato (CMDCA)	21 e 22 de junho
7	Resposta do recurso (CMDCA)	24 de junho
8	Publicação da lista de candidatos com inscrição deferida	27 de junho
9	Impugnação das candidaturas	28 de junho a 04 de julho
10	Comunicação para o candidato (no caso de impugnação)	05 de julho
11	Prazo para recurso de impugnação do candidato	06 e 07 de julho
12	Análise de recurso de impugnação do candidato (comissão)	08 e 11 de julho
13	Publicação do resultado da impugnação	12 de julho
14	Recurso do resultado da impugnação para o CMDCA	13 e 14 de julho
15	Análise de recurso de impugnação CMDCA	15 de julho
16	Publicação oficial dos candidatos após recursos	18 de julho
17	Retirada do comprovante de inscrição	19 a 22 de julho
18	Prova	24 de julho
19	Publicação do Resultado da Prova (comissão da prova)	29 de julho
20	Recurso do candidato da prova ao CMDCA	01 a 03 de agosto
21	Análise do recurso (CMDCA)	04 de agosto
22	Resultado do recurso e publicação da lista oficial de aprovados	05 de agosto
23	Campanha eleitoral	05 de julho a 19 de agosto
24	Credenciamento dos Fiscais	18 de agosto
25	Eleição e apuração do número de votos	21 de agosto
26	Publicação do resultado final	22 de agosto
27	Recurso ao Ministério Público	23 e 24 de agosto
28	Decisão do Ministério Público	31 de agosto
29	Publicação do resultado final	01 de setembro

Itapoá, 15 de junho de 2016
Elisa Gonzalez Corso
Presidente da Comissão Eleitoral

EDITAL 001/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO EDITAL 001/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente Cultura através do Departamento de Meio Ambiente, setor de fiscalização, vem por meio deste Edital INTIMAR/NOTIFICAR os autuados citados nos processos administrativos decorrentes de Auto de infrações Ambiental abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008 , Art 39 § 2º Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providencias legais serão tomadas. Para querendo no prazo de 10 (dez) dias passados do edital, apresente as alegações finais, devendo protocola-las, ate as 14:00 do Ultimo dia do Prazo , no setor de protocolos do Departamento de Meio Ambiente, localizados na Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Departamento de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal de Itapoá em: <http://www.itapoa.sc.gov.br>, e será fixada no mural da sede do Departamento de Meio Ambiente no endereço Citado Acima informado. Os processos administrativos encontram-se

disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.

RELAÇÃO DOS AUTUADOS

Autuado	CNPJ/CPF	Auto	Local
Gilmar Fleischmann e outros	920.558.939-04	30	Volta ao Mundo I Q 30 L 16
Clarissa Regina Gomes		34	Nascimento Q 09 Lote 11
Júlio Lirani	113.500.409-91	32	Inaja Mathias Q 06 L 006, 08 e 09
Ricardo Rossato	043.229.139-38	207	Paese Q 1 L 002 e 003
Sebastião Fernandes do Nascimento	639.406.637-00	20	Nascimento Q 006 Lote 001
José Renato Nunes	416.481.889-15	10	Cambiju Q 46 L 10
Ayrton Hélio Stinghen	008.706.509-63	003	Princesa do Mar Q 44 L 04
Arlito Bastos de Moraes Bairro	252.791.499-34	02	Princesa do Mar Q 44 L03
Aliete Juliani de Castro	698.439.109-15	005	Itapema do Sai Q 53 L 10
Engebloco Construções e Empreendimentos Ltda Me	02470358/0001-03	45	Volta ao Mundo I Q 45

Itapoá 10 de junho de 2016.

João Claudio Soares
Fiscal de Meio Ambiente
Departamento de Meio Ambiente

Secretária de Turismo, Meio Meio Ambiente e Cultura
Prefeitura Municipal de Itapoá

EDITAL 018/2016 - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS (ITEM 03 DO CRONOGRAMA AJUSTADO)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES
COMISSÃO DE ELEIÇÃO

PUBLICAÇÃO DO ITEM 03 DO CRONOGRAMA AJUSTADO DO EDITAL Nº 018/2016 (PUBLICADO EM 15/06/2016)

Conforme estipula o item 03 do Cronograma Ajustado publicado em 15/06/2016, segue a relação dos candidatos que tiveram sua inscrição INDEFERIDA por esta Comissão Eleitoral.
Abre-se, desta forma, prazo recursal.

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

- LAÍS SOSTER;
- SEBASTIANA DE OLIVEIRA PSCHIDT
- PATRICIA MARIA CARVALHO VIEIRA
- ISABEL CRISTINA DA SILVA MACHADO

Itapoá, 15 de junho de 2016
Elisa Gonzalez Corso
Presidente da Comissão Eleitoral

PORTARIA Nº 1088/2016 - RH

PORTARIA Nº 1088/2016

De: 01 de junho de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria, o (a) servidor (a) MARLY LEANDRO CARNEIRO GIMENES, matrícula 345, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, lotado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme Lei Municipal 76/2001.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

PORTARIA Nº 1089/2016 - RH

PORTARIA Nº 1089/2016.

De: 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora NADIRLAINE PEPPE DOS SANTOS SILVA, matrícula nº 606421, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Lucy Helena Wielewicki

2º membro: Angela Schmidt Fernandes

3º membro: Simone Silvana Machado

4º membro: Renata Patrícia dos Santos

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1090/2016 - RH

PORTARIA Nº 1090/2016.

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SOLANGE APARECIDA NUNES, matrícula 620220, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 30.03.16.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1091/2016 - RH

PORTARIA Nº 1091/2016

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre interrupção de licença sem vencimentos, conforme Lei nº 44/2014, Seção IV, art.113.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica interrompida a licença sem remuneração do(a)

servidor(a) SUZANA BESEN MARTINS, matrícula 590916, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1092/2016 - RH

PORTARIA Nº 1092/2016

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre interrupção de licença sem vencimentos, conforme Lei nº 44/2014, Seção IV, art.113.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica interrompida a licença sem remuneração do(a) servidor(a) JOSE ERALDO ARAUJO, matrícula 2569, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1093/2016 - RH

PORTARIA Nº 1093/2016.

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 01 de junho de 2016 à 30 de junho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) GRACIELA DA CONCEIÇÃO MIRANDA, matrícula 606626, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1094/2016 - RH

PORTARIA Nº 1094/2016.

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 11 de maio de 2016 à 09 de junho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) FLAVIA APARECIDA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 605905, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 11.05.16.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1095/2016 - RH

PORTARIA Nº 1095/2016.

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) AMARILDO JOSÉ ZAGONEL, matrícula 1821, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para a referência Nível VI - L, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1096/2016 - RH

PORTARIA Nº 1096/2016.

De: 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I, o (a) servidor (a) ROSANE KOMINKIEWICZ, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.396,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1097/2016 - RH

PORTARIA Nº 1097/2016

De: 01 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JÉSSICA HOLZ, matrícula 726478, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1098/2016 - RH

PORTARIA Nº 1098/2016

De: 01 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). CAMILA SAMPAIO DE OLIVEIRA, matrícula 715310, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1099/2016 - RH

PORTARIA Nº 1099/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) FRANCISCO PERES DO ROSÁRIO, matrícula 1031, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Agricultura e Pesca, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1100/2016 - RH

PORTARIA Nº 1100/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1101/2016 - RH

PORTARIA Nº 1101/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) CRISTIANE DE JESUS PEREIRA, matrícula 6017, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, na Secretaria de Administração e Finanças,

integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1102/2016 - RH

PORTARIA Nº 1102/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA, matrícula 622664, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1103/2016 - RH

PORTARIA Nº 1103/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ANDERSON DE PAULA DA SILVA, matrícula 622931, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1104/2016 - RH

PORTARIA Nº 1104/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ANGELICA REGINA HUCHAK SOUZA, matrícula 735485, investido (a) no cargo de RECEPCIONISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1105/2016 - RH

PORTARIA Nº 1105/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 20 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula 1201956, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1106/2016 - RH

PORTARIA Nº 1106/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) RAQUEL DE MELO SILVA, matrícula 1210408, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na

Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1107/2016 - RH

PORTARIA Nº 1107/2016

De: 01 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) FLAVIA JORDANA SANCHES, matrícula 1217461, investido (a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1108/2016 - RH

PORTARIA Nº 1108/2016.

De: 01 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social, do (a) servidor (a) ELCI GOMES DE OLIVEIRA, matrícula 1238191, investido (a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1109/2016 - RH

PORTARIA Nº 1109/2016.

De: 01 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) LUCIANO SANTOS KUROBA, matrícula 617423, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1110/2016 - RH

PORTARIA Nº 1110/2016.

De: 01 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social, do (a) servidor (a) MARGARIDA MARIA SOARES, matrícula 619922, investido (a) na função de EDUCADORA SOCIAL, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1111/2016 - RH

PORTARIA Nº 1111/2016.

De: 01 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JANINE DE OLIVEIRA E OLIVEIRA, matrícula 619116, ocupante do cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1112/2016 - RH

PORTARIA Nº 1112/2016

De: 02 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de junho de 2016 a 21 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) VALDIRIENE PERES CRISANTO, matrícula 606561, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1113/2016 - RH

PORTARIA Nº 1113/2016

De: 02 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de junho de 2016 a 21 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) JAIR APARECIDO DA CUNHA, matrícula 1783, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1114/2016 - RH

PORTARIA Nº 1114/2016.

De: 03 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MANOELA CRISTINA TAVARES, matrícula 623733, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1115/2016 - RH

PORTARIA Nº 1115/2016.

De: 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, ocupante do cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para a referência Nível I - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1116/2016 - RH

PORTARIA Nº 1116/2016.

De: 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, ocupante

do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, para a referência Nível V - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1117/2016 - RH

PORTARIA Nº 1117/2016.

De: 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

GERSON DOS SANTOS CHAVES, matrícula 78, ocupante do cargo de MOTORISTA, para a referência Nível III - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1118/2016 - RH

PORTARIA Nº 1118/2016.

De: 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DIEGO ANDRÉ AZAMBUJA, matrícula 619230, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1119/2016 - RH

PORTARIA Nº 1119/2016.

De: 06 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 06 de junho de 2016 à 05 de julho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, matrícula 1341, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1120/2016 - RH

PORTARIA Nº 1120/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) AMARILDO DA SILVA, matrícula 624535, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1121/2016 - RH

PORTARIA Nº 1121/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ANA LUIZA VALENTE DE OLIVEIRA, matrícula 656194, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO

I, na Secretaria Municipal de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1122/2016 - RH

PORTARIA Nº 1122/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, matrícula 720739, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1123/2016 - RH

PORTARIA Nº 1123/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) MARISTELA DE SOUZA SPECK, matrícula 623270, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1124/2016 - RH

PORTARIA Nº 1124/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) DAIANE BATISTA, matrícula 1211064, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1125/2016 - RH

PORTARIA Nº 1125/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 05 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) DAIANE SITADELA, matrícula 1245260, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1126/2016 - RH

PORTARIA Nº 1126/2016

De: 06 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 06 de junho de 2016 a 25 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) LUCIANA HUBL NARDO,

matrícula 1153390, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1127/2016 - RH

PORTARIA Nº 1127/2016

De: 07 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 07 de junho de 2016 a 06 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) LUCIANE DE OLIVEIRA, matrícula 728284, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1128/2016 - RH

PORTARIA Nº 1128/2016

De: 07 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 045/2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARILEIA MIANES, matrícula 1289314, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1129/2016 - RH

PORTARIA Nº 1129/2016.

De: 07 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) EDMILSON CARLOS PRESTES GOMES, matrícula 624136, ocupante do cargo MOTORISTA, para a referência Nível III – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1130/2016 - RH

PORTARIA Nº 1130/2016

De: 08 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 045/2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). CILENE ROSILENE BEZERRA, matrícula 1194712, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 08 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1131/2016 - RH

PORTARIA Nº 1131/2016.

De: 09 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) TICIANI HELMA KUMMROW, matrícula 606278, ocupante do cargo

de PROFESSOR II 20HS, para a referência Nível II – C 20hs, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1132/2016 - RH

PORTARIA Nº 1132/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FABIANI ROBERTA PEREIRA, matrícula 618470, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II – B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1133/2016 - RH

PORTARIA Nº 1133/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JOACIR BORBA DA SILVA, matrícula 4022, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL, para a referência Nível II – D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1134/2016 - RH

PORTARIA Nº 1134/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ALEXANDRE RIBEIRO DA SILVA, matrícula 622664, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1135/2016 - RH

PORTARIA Nº 1135/2016.

De: 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora ELIZABETH BORSATTO, matrícula nº 618365, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Patrícia Machado Pereira

2º membro: Fabiani Roberta Pereira

3º membro: Juliana Yumi Mori Galleas

4º membro: Sonia Weiss

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1136/2016 - RH

PORTARIA Nº 1136/2016

De: 10 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 10 de junho de 2016 a 29 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) RAQUEL LILIANE BEZERRA, matrícula 11592990, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1137/2016 - RH

PORTARIA Nº 1137/2016.

De: 10 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) RAFAEL ALVES DOS SANTOS, matrícula 11641789, investido (a) na função de MECÂNICO DE VEÍCULO PESADO, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1138/2016 - RH

PORTARIA Nº 1138/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLAUDIA NASCIMENTO, matrícula 584010, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/____

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2016 DO EDITAL Nº 045/2015

TERMO DE CONVOCAÇÃO 007/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 045/2015

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Marli Silva de Souza para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 15 de Junho de 2016

Alessandra Silveira Oliveira
Secretária da Assistência Social Itapoá

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 115/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 115/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretária de Educação no dia 17/06/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
15	40	Educação Física	Marcelo da Silva	23/06/2016	17/12/2016

Itapoá, 15 de junho de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto nº 545, de 13 de junho de 2016

DECRETO Nº 545, de 13 de junho de 2016.

Institui Comissão para coordenar, organizar e convocar os aprovados no Concurso Público, do Município de Ituporanga.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, em consonância com as Leis: Lei Complementar nº 14, de 14 de outubro de 2006, Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007, Lei Complementar 020 de 17 de dezembro de 2008, LC nº, Lei nº 1839, de 31 de janeiro de 2000, Lei 2.189, de 01 de novembro de 2007, Lei 2.196, de 01 de novembro de 2007, Lei nº 2.572, de 26 de setembro de 2014 e de acordo com a Lei nº. 2.627, de 20 de julho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída Comissão Municipal para coordenar, organizar e convocar os aprovados no concurso público do Município de Ituporanga, a qual será composta pelas Senhoras: Annelore Strube Lima, Carícia Bilk Vieira, Eliana Damann Costa, e Maria Fernanda Nienkötter Muller, sob a presidência da senhora Carícia Bilk Vieira, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração do Município de Ituporanga.

Parágrafo Único. A comissão a que se refere este artigo irá perdurar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada pelo período que for necessário para a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

DECRETO Nº 551, de 14 de junho de 2016

DECRETO Nº 551, de 14 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com a Lei nº 2.657, de 14 de junho de 2016, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, da presente Lei, do qual passarão a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações

orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64. Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

Lei nº 2657, de 14 de junho de 2016

LEI Nº 2.657, de 14 de junho de 2016

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2016 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2015 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.636, de 07 de dezembro de 2015 e LEI Nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na dotação orçamentária conforme relatório ANEXO I.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.639, de 22 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos do artigo 43, §1º - III da Lei 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CANAL 20 PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA
Valor Global: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).
Vigência: Início: 18/02/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 004/2016/PMJM
Dotação: 2.052.3390.00 - 80 - 95/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO DE VÍDEO RELACIONADO AOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 18 de Fevereiro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratado: LÉDIO BETERLI
Valor: R\$ 1.000,00 (um mil reais).
Vigência: Início: 01/06/2016 Término: 01/09/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 003/2016 - DL
Dotação: 2.020.3390.00 - 94 - 8/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO ARIZONA PARA FUNCIONAMENTO PROVISÓRIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ARIZONA, NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 1 de Junho de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2016/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: MARCELO POSSAMAI DELLA ME
Valor: R\$ 128.725,66 (cento e vinte e oito mil setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos).
Vigência: Início: 10/06/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 004/2016 - CV
Dotação: 1.022.4490.00 - 721 - 27/2016 - CONSTR., AMPL UNID, AQUIS. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA COM 121,20 m² E AMPLIAÇÃO COM 54,77m² DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ARIZONA NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo.

Jacinto Machado – SC, 10 de Junho de 2016.

ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: LITORAL SUL CONSULT. E PROJ. DE ENGENHARIA EIRELI
Valor Global: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Vigência: Início: 19/04/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 020/2016/PMJM
Dotação: 2.033.3390.00 - 80 - 77/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE UMA ESCOLA COM 06 SALAS PADRÃO FNDE EM CONSTRUÇÃO NO BAIRRO GÁVEA MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC E FORNECIMENTO DE UM PROJETO DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DA AVENIDA PADRE HERVAL FONTANELLA (PISTA DUPLA) COM 290,78m, NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: MARCELO POSSAMAI DELLA ME
Valor Global: R\$ 338.568,12 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e oito reais e doze centavos).
Vigência: Início: 08/06/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2016/PMJM
Dotação: 1.039.4490.00 - 80 - 64/2016 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E 2.033.4490.00 - 80 - 82/2016 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA COM ÁREA TOTAL DE 256,30m² NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais quantitativos em anexo ao Edital.

Jacinto Machado – SC, 8 de Junho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 032/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 032/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: TRANSPORTE E TURISMO UNIDOS LTDA ME

Vigência: Início: 26/02/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Pregão Presencial nº 007/2016/PMJM

Objeto: EM VIRTUDE DA DESISTÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA PARA O ITEM 03 DA PRESENTE LICITAÇÃO, FICA PACTUADA A CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO DA SEGUNDA COLOCADA NO CERTAME. SENDO ASSIM, FICA ADITADO O ACRÉSCIMO DE R\$ 20.076,00 (VINTE MIL E SETENTA E SEIS REAIS) NO VALOR GLOBAL DO CONTRATO DA EMPRESA TRANSPORTE E TURISMO UNIDOS LTDA ME.

Jacinto Machado – SC, 26 de Fevereiro de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 156/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Vigência: Início: 02/05/2016 Término: 02/08/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 009/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 02/08/2016.

Jacinto Machado – SC, 2 de Maio de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 09 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 09 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência: Início: 23/05/2016 Término: 23/09/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 23/09/2016.

Jacinto Machado – SC, 23 de Maio de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 003/2016/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 003/2016/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016/PMJM

Homologação: 08/06/2016

Contratado: MARCELO POSSAMAI DELLA ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUÁRIA COM ÁREA TOTAL DE 256,30m² NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais quantitativos em anexo ao Edital.

Valor da Despesa: R\$ 338.568,12 (trezentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e oito reais e doze centavos)

Jacinto Machado – SC, 8 de Junho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

5º (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912326332 QUE ENTRE SI FAZEM INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

5º (Quinto) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912326332 QUE ENTRE SI FAZEM INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Razão Social: INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		
CNPJ: 00.091.238/0001-70	Inscrição Estadual: ISENTO	
Nome Fantasia: ISSEM	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 - Administração Pública em Geral	
Endereço: Rua Walter Marquardt, 623 - Salas 04 E 06		
Cidade: Jaraguá do Sul	UF: SC	CEP: 89259-700
Telefone: (47) 3270-3900	FAX	
Endereço Eletrônico: anapaula@issem.com.br		
Nome do Responsável: Rosana Maria de Souza Rosa		
Cargo: Diretora Presidente	RG: 1.738.880	CPF: 591.800.059-34

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Edio Augusto da Silva		
RG: 1.815.696-7 SSP/SC	CPF: 651.187.239-49	
Gerente de Vendas: Moacir Aguiar		
RG: 3.752.011 SSP/SC	CPF: 003.720.399-10	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 03/07/2016 até 03/07/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.



CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$6.000,00 (seis mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
36.01.4.302.3.3.90	Manutenção das Atividades Administrativas - FMPS	3.3.90 – aplicações diretas	04	Próprios
36.02.4.352.3.3.90	Manutenção das Atividades Administrativas - FMASA	3.3.90 – aplicações diretas	14	Próprios

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São José/SC,

Pela CONTRATANTE: Pela ECT:

Rosana Maria de Souza Rosa		Edio Augusto da Silva
Diretora Presidente		Diretor Regional
		Moacir Aguiar
		Gerente de Vendas

TESTEMUNHAS:

Nome: ELEAZAR ALVES		Nome: Ana Paula Tomaselli Baade Kuboyama
CPF: 589.693.069-00		CPF:034.304.479-09

DECRETO Nº 10.917/2016

D E C R E T O Nº 10.917/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 015/2016/Controle Social, de 14/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

DECRETA :

Art.1º Fica designado JOEL LUIS CORRÊA, como conselheiro suplente, em substituição a Maria Andreia Stanck, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogado o Decreto Municipal Nº 10.428/2015, de 1º/06/2015, no que se refere a designação de Maria Andreia Stanck.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 28 de maio de 2018.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2016-FC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 32/2016-FC

DO PROCESSO origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 002/2016-FC

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. – EPP

CNPJ 07.483.630/0001-03

DO OBJETO: constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

DO VALOR – Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
6	4	UN	CABO PARA RODO Cabo de alumínio medindo 150 cm	R\$ 11,99	R\$ 47,96
26	2	UN	EXTENSÃO telescópica três estações – 3m – alumínio	R\$ 49,00	R\$ 98,00
29	50	GL	HIPOCLORITO DE SÓDIO – GALÃO DE 5 LITROS Para remoção de limo, eliminação de fungos, bactericida e alvejante. Indicado para limpeza de calçadas e pisos em geral, banheiros, vasos sanitários, ralos, pias, vidros, louças, porcelanas, mármore, plásticos, cerâmicas entre outros. Concentração mínima de 10% de cloro ativo. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 10,90	R\$ 545,00
33	2	UN	LIXEIRA 60 LITROS COM TAMPA E PEDAL – Lixeira plástica branca, retangular com tampa e pedal. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 60 litros. Mecanismo de abertura (pedal e coluna) em polipropileno. Superfícies com acabamento liso e cantos arredondados que facilite lavagem. Tampa vedante. Encaixe para fixação do saco de lixo no corpo da lixeira. De acordo com NR 32. Medida aproximada de 42x50x68 cm. Garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 67,00	R\$ 134,00
43	3	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 25 cm	R\$ 14,44	R\$ 43,32
44	5	UN	LUVA LAVADOR DE VIDRO (REFIL) 100% de microfibras que proporcione a aplicação dos produtos de maneira uniforme e com maior economia. Fechamento com velcro. Lavável e com alta durabilidade. 35 cm	R\$ 19,49	R\$ 97,45
45	2	UN	MOP PÓ COMPLETO 40 cm Com cabo de alumínio anodizado, tamanho 1,40mx24mm, com manopla Armação de angulação tipo "Profi" em polipropileno e aço galvanizado de 40 cm. Luva composta por fios 100% acrílicos que permitem uma estática natural com resultado superior na retenção de partículas, DE ENCAIXE OU VELCRO, SEM AMARRAR. Tamanho 40 cm.	R\$ 43,00	R\$ 86,00

46	100	UN	MULTI USO DE LIMPEZA GERAL (concentrado) GL C/ 5 litros Para limpeza pesada. Desengraxante concentrado, diluível em água até 1:10. Biodegradável, germicida, bactericida, isento de solventes nocivos. Atóxico, não inflamável, não corrosivo. Para limpeza pesada. Indicado para remoção de graxas, óleo, gorduras em pisos, paredes e janelas, carpetes e equipamentos. Sem deixar odor residual. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Acondicionado em galões de 5 litros.	R\$ 10,30	R\$ 1.030,00
59	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 40cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 40 cm	R\$ 16,20	R\$ 324,00
60	20	UN	REFIL PARA MOP PÓ – 60 cm Adaptável em cabo de alumínio anodizado de 1,40mx24mm de diâmetro, em armação tipo "Profi" em Polipropileno e aço galvanizado; Luva composta por fios 100% acrílicos. Parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento, sistema de fechamento por encaixe ou velcro. Tamanho: 60 cm	R\$ 21,23	R\$ 424,60
65	30	KG	SABÃO EM PÓ 1 kg Na cor azul, tipo detergente, biodegradável, microperolado, princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio; silicato de sódio, carbonato de sódio; teor de ativos mínimos 8,0%, pH = 11,5 máximo, solução 1% pp; pigmento e outras substâncias permitidas; Tensioativo biodegradável. Embalado em caixa ou sachê de 1 kg. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 3,53	R\$ 105,90

Estabelecidos no edital e nesta Ata de Registro.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.122.0300.4.100	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	3.3.90 – Aplicações Diretas	1	80
2701.13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	80
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	41	1380
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	0380
2101.13.391.1100.4.106	Gestão, divulgação e manutenção dos Museus	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	80

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pela Fundação Cultural, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX e será encaminhado por e-mail.

DA DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2016

DO FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Loise Helena Klein

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2016-FC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 34/2016-FC

DO PROCESSO origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 002/2016-FC

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: M MOBILE EIRELI – EPP, com sede na Rua Eduardo Neidert, 1803, Bairro Barro Preto, no município de Rio Negrinho, Estado de SC, CEP 89295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.764.033/0001-85

DO OBJETO: constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

DO VALOR – Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	200	FR	DETERGENTE GEL para louças – embalagem entre 511 g e 550 g – Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 4,40	R\$ 880,00
16	10	UN	DISPENSER Dispenser para Papel Higiênico Rolão. Material da frente plástico ABS alto impacto, de baixa densidade com alta resistência. Com PS cristal no visor, cor branca, sistema de abertura, travas laterais acionadas por pressão. Tipo de papel utilizado: Papel Higiênico Rolão 10cm x 300mts. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 167,90
17	5	UN	DISPENSER Dispenser (toalheiro) para papel toalha interfolhado 20cm X 21cm. Em plástico ABS branco, reforçado, de alta resistência ao impacto. Travas laterais acionadas por pressão. Visor frontal. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos. E garantia contra defeitos de fabricação.	R\$ 16,79	R\$ 83,95
18	8	UN	DISPENSER Dispenser para sabonete líquido com reservatório para abastecimento de até 800ml, em plástico ABS reforçado, de alta resistência ao impacto, na cor branca, apropriado para fixação em parede, sistema dosador, trava de segurança, visor frontal transparente para facilitar a visibilidade da quantidade de sabonete para o abastecimento, garantia contra defeitos de fabricação. Com kit para fixação na parede contendo buchas e parafusos.	R\$ 17,10	R\$ 136,80
25	80	UN	ESPONJA DE LOUÇA PARA LIMPEZA MEDINDO 110X75X20mm Esponja multiuso, dupla face, para limpeza leve ou pesada. Parte amarela em espuma de poliuretano e parte verde, abrasiva, em fibra sintética. Agente antibacteriano. Medindo no mínimo, 110x75x20 mm.	R\$ 0,59	R\$ 47,20
28	8	PCT	GUARDANAPO Guardanapo de papel com 50 unidades de 30cmx32cm, cor branca, 100% fibras celulósicas, folhas duplas, sem pigmentação, sem resíduos, homogêneo, resistente, com boa absorção, neutro, suave, macio. Estar de acordo com as especificações do INMETRO.	R\$ 1,44	R\$ 11,52
39	8	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO M – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de ¾, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 18,32
40	10	UN	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA-TAMANHO EXTRA G – com a parte interna forrada aveludada com flocos de algodão, ajuste de ¾, antiderrapante, embalada em par.	R\$ 2,29	R\$ 22,90
61	20	UN	REFIL-SABONETE LÍQUIDO (P/ Museu) 800ML Para saboneteira sem reservatório, em embalagem plástica transparente, flexível, com duto de 9,5 cm em borracha.	R\$ 4,80	R\$ 96,00
64	8	FDO	SABÃO EM BARRA Composição básica: carbonato de sódio, dióxido de titânio, glicerina; corante e outras substâncias químicas permitidas; especificações ph 1%=11,5 máximo, alcalinidade livre: máximo 0,5%p/p; comum; embalado em saco plástico individual, peso de 200gr, com validade mínima de 2 anos. Fardo com 05 unidades.	R\$ 5,20	R\$ 41,60

66	15	UN	SABONETE – 90g. Tablete; suave, comum, com odores diversos, pH 5,5 a 8,5; para higiene corporal; peso 90 gramas. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa	R\$ 1,25	R\$ 18,75
72	35	FDO	SACO PARA LIXO 100L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 100 litros, dimensões mínimas de 70x105cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 37,00	R\$ 1.295,00
73	15	FDO	SACO PARA LIXO 200L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 200 litros, dimensões mínimas de 90x115cm, pacote 100 unidades. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,12mm. Dentro das normas da ABNT. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 53,00	R\$ 795,00
81	3	UN	VASSOURA ESCOVÃO para piso c/ cabo Para uso profissional com base em plástico virgem com medida mínima de 40x5 cm. Cerdas com no mínimo 30 mm de comprimento em polipropileno virgem, mínimo 40 cerdas por tufo. Cabo em madeira revestido em polietileno com no mínimo 1,40 m de comprimento, gancho de polietileno na ponta e rosca de encaixe perfeito na base.	R\$ 7,00	R\$ 21,00

Estabelecidos no edital e nesta Ata de Registro.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.122.0300.4.100	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	3.3.90 – Aplicações Diretas	1	80
2701.13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	80
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	41	1380
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	0380
2101.13.391.1100.4.106	Gestão, divulgação e manutenção dos Museus	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	80

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pela Fundação Cultural, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;

QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX e será encaminhado por e-mail.

DA DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2016

DO FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Luiz Amarildo Mueller

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2016-FC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 35/2016-FC

DO PROCESSO origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 002/2016-FC

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA. ME, com sede na Rua Feliciano Bortolini, 1004, Sala 03, Bairro Barra do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul, Estado de SC, CEP 89260-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.722.310/0001-24

DO OBJETO: constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

DO VALOR – Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	300	FR	<p>ÁGUA SANITÁRIA. Com 1000ml, com cloro ativo para múltiplo uso, pura ou diluível. Bactericida, alvejante e desinfetante, eficaz contra larva do mosquito da dengue. Eficiência mínima de 95% na eliminação dos micro-organismos Staphylococcus Aureus e Salmonella Choleraesuis. Sem adição de fragrância. Base de hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2% a 2,5% p/p. Tampa rosqueável com lacre. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. De acordo com Portaria n.º 15, de 23 de agosto de 1988 e Portaria n.º 89, de 25 de agosto de 1994 e NBR 13390 de 05/1995. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.</p> <p>Acondicionamento para transporte em fardo plástico ou caixa de papelão com até 6 unidades. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável.</p>	R\$ 1,38	R\$ 414,00
2	1.200	FR	<p>ÁLCOOL ETILICO FRASCO C/ 1000 ml – 92,6º A 93,8º INPM Álcool etílico hidratado, 92,8º INPM, neutro. Uso institucional. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 1 litro. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do químico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Selo INMETRO, de acordo com NBR 5991/97, Portaria n.º 269 de 05 de agosto de 2008, Portaria n.º 270 de 05 de agosto de 2008 e RDC 46/02. Prazo de validade mínimo de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Acondicionamento para transporte em caixa de papelão com até 12 unidades. Embalagens recicláveis.</p>	R\$ 4,10	R\$ 4.920,00
5	3	UN	<p>BORRIFADOR COM 500ml</p> <p>Borrifador de plástico (PET), frasco com capacidade mínima de 500 ml, com borrifador/pulverizador de médio/longo alcance, tipo: válvula gatilho. Apresenta tampa com regulagem do jato, que dosa a quantidade de líquido que será borrifado. Além disto, sua válvula é longa alcançando o fundo do frasco, sugando desta forma, todo o conteúdo mesmo quando o produto estiver no fim. Cor: Transparente cristal. Composição: polipropileno, P.V.C., pigmentos, válvula spray.</p>	R\$ 2,98	R\$ 8,94
8	30	CX	<p>COPOS DESCARTÁVEIS 180ML –</p> <p>Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 180ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma indelével: em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, de material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Para uso em dispenser manual ou automático. Garantia de troca em caso de copos danificados e compactados que impossibilitem seu uso e/ou uso em dispenser automático. Data de fabricação inferior a 06 meses da data de entrega pelo fornecedor. Caixas contendo 25 mangas.</p>	R\$ 52,91	R\$ 1.587,30

9	3	CX	COPOS DESCARTÁVEIS 50ML – Copo descartável, poliestireno, com capacidade mínima para 50ml, acondicionado em mangas com 100 unidades, as mangas não devem estar violadas e devem estar protegidas em caixa de papelão resistente, deverá constar impresso na manga a capacidade total do copo, quantidade, e o peso mínimo de cada copo; os copos devem conter gravados de forma, indelével, em relevo marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230, material homogêneo, não parafinado, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos e deformações, não devem apresentar impurezas, interna e externamente, serem isentos de bordas afinadas e rebarbadas. Durante sua utilização deve suportar as condições de uso a que se destinam como temperatura e umidade, sem apresentarem vazamentos, desintegração ou deformidades que comprometam o correto e seguro uso, os copos deverão estar em conformidade com NBR 14865, NBR 13230 da ABNT. Caixas contendo 25 mangas.	R\$ 53,75	R\$ 161,25
10	3	UN	SUPORTE P/ COPOS PLÁSTICOS Dispensador automático com botão, para copos descartáveis de 150 a 200 ml, modelo POUPA COPOS, dispensa apenas um copo por vez. Compatível com todas as marcas de copos. Mecanismo branco, tubo transparente, fechado com tampa superior, capacidade para armazenar no mínimo 100 copos. Acompanham 4 buchas e parafusos para fixação. Embalado individualmente.	R\$ 29,80	R\$ 89,40
12	300	FR	DESINFETANTE – FRASCO COM 1000 ml – Categoria básica restrita ao uso puro. Princípio ativo dialquildimetilamônio 100%-0,50%. Composição básica: monil fenol, etoxilado, óleo de eucalipto, essência; corante e outras substâncias químicas permitidas; composição aromática floral, lavanda, talco ou marine (menos aromas de pinho e eucalipto), com validade de 3 anos. Acondicionado em frasco plástico transparente de 1 litro. Com registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,99	R\$ 597,00
13	25	UN	DESENGORDURANTE LÍQUIDO para cozinha. Frascos tipo squeeze com 500 ml. Apresentar registro do produto ou notificação no Ministério da Saúde/Anvisa.	R\$ 1,90	R\$ 47,50
14	4	FR	DESENGRIPANTE em aerossol com 300 ml. Com óleo de baixa viscosidade, para possibilitar um maior poder de penetração, desengripando, lubrificando e protegendo máquinas e ferramentas de ferrugem e umidade. Indicado para desengripar e lubrificar parafusos, articulações polias, engrenagens, dobradiças, etc. Composição: lubrificante penetrante, tensoativo, aditivos inibidores de corrosão e gás propelente.	R\$ 5,09	R\$ 20,36
19	10	UN	ESCOVA SANITÁRIA Escova tipo bola para limpeza sanitária. Cabo de aproximadamente 26 cm que não dobre ao esforçar durante a escovação. Cerdas duráveis, com no mínimo 60 cerdas por tufo. Medindo aproximadamente 35x9x9 cm.	R\$ 1,99	R\$ 19,90
20	03	UN	ESCOVA OVAL DE MÃO Base em madeira ou plástico reciclado, anatômica, antiderrapante, sem alça ou cabo. Medida mínima de 11x6x4 cm. Cerdas com no mínimo 25 mm em polipropileno virgem, com no mínimo 50 cerdas por tufo. Sem alça, sem cabo.	R\$ 1,58	R\$ 4,74
21	02	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho médio	R\$ 14,06	R\$ 28,12
22	01	UN	ESPANADOR DE PENA DE AVESTRUZ, tamanho grande	R\$ 19,99	R\$ 19,99
23	03	UN	ESPANADOR DE BANCADA com base em PVC e cerdas de nylon	R\$ 4,15	R\$ 12,45
24	05	UN	ESPANADOR ELETROSTÁTICO Espanador estático de pó, retira o pó sem espalhar para descarte. Lavável e durável, sem perda da capacidade de limpeza. Em cabo de polietileno de alta densidade, ergonômico e leve. Luva com fios em 100% acrílico. Medida de 19x47 cm.	R\$ 19,50	R\$ 97,50
27	30	UN	FLANELA COMUM 100% ALGODÃO Pano para limpeza em 100% algodão, flanelado nos dois lados. Medida aproximada de 30x40 cm, com variação máxima de 2 cm. Cor branca. Costurada na barra. Embaladas em pacote plástico com identificação de fornecedor e quantidade.	R\$ 0,72	R\$ 21,60

34	3	UN	LIXEIRA PLÁSTICA 15 LITROS – Lixeira plástica, redonda. Injetada em 100% PP virgem de alto impacto, resistente e durável. Capacidade mínima de 15 litros. Superfícies com acabamento liso que facilite lavagem. Altura 30 cm. Cores branca ou preta, conforme necessidade.	R\$ 12,60	R\$ 37,80
35	15	PAR	LUVA LATEX TAMANHO GG – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 27,75
36	20	UN	LUVA LATEX TAMANHO MEDIO – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 37,00
37	3	UN	LUVA LATEX TAMANHO GRANDE – Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 5,55
38	8	UN	LUVA LATEX TAMANHO PEQUENO Super-resistente para múltiplo uso. Em látex natural, anatômicas, flocadas, com palma antiderrapante. Cor amarela. CA de acordo com norma MT-11:1977. Pares embalados individualmente em pacote plástico. Constar na embalagem informações do fabricante, tabela de tamanho, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,85	R\$ 14,80
41	3	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA – tamanho M Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 48,90
42	2	CX	LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS – CIRÚRGICA tamanho G Látex de borracha natural. Não estéril. Ambidestra. Hipoalergênica. Produto de uso único. Superfície lisa, levemente pulverizado com pó. Caixa com 100 unidades.	R\$ 16,30	R\$ 32,60
47	10	PCT	NAFTALINA EM BOLA – repelente para insetos e traças. Devendo estar impresso as informações do fabricante. Embalagem: pacote com 50g.	R\$ 1,25	R\$ 12,50
48	5	UN	PÁ DE LIXO COM CABO Pá para lixo injetada em polipropileno reciclado, sem odor característico, perfil livre de rebarba para facilitar coleta, medida aproximada de 25x22 cm, com cabo de madeira revestido com polipropileno, medida mínima de 90 cm de comprimento.	R\$ 2,96	R\$ 14,80
49	05	UN	PÁ DE LIXO PEQUENA De plástico com cabo curto. Cores sortidas.	R\$ 1,50	R\$ 7,50
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibr. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	R\$ 3,57	R\$ 178,50
58	15	UN	PEDRA SANITÁRIA Composição: Aglutinante, isotiazolinonas, corante e essências. Com haste plástica. Com peso mínimo de 25 g. Apresentar registro ou notificação do produto no Ministério da Saúde (Anvisa). Caixa com 48 unidades	R\$ 32,00	R\$ 480,00
62	2	GL	REMOVEDOR DE CERA – Galões com 5 litros	R\$ 27,00	R\$ 54,00

67	20	GL	SABONETE LÍQUIDO – GALÃO COM 5 LITROS Composição: Tensoativo aniônico e não iônico lauril éter sulfato de sódio, formaldeído alcalinizante, corante, essência e veículo, cremoso. Sabonete líquido para uso em qualquer tipo de saboneteira, glicerinado, fragrâncias diversas (exemplo: maçã verde, chá-verde, erva doce, maracujá, morango, pitanga, proteínas do leite), pH neutro, para limpeza e higiene das mãos e do rosto. Hipoalergênico, umectante e hidratante, que confira agradável sensação de maciez, evite o ressecamento da pele. Tampa rosqueável com lacre. Embalagem plástica de 5 litros com alça. Prática, rígida e segura. Rótulo ou impressão resistente. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Apresentar laudo de irritabilidade dérmica. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis.	R\$ 9,96	R\$ 199,20
69	40	FDO	SACO PARA LIXO 20L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 20 litros, dimensões mínimas de 39x52, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 6,40	R\$ 256,00
70	40	FDO	SACO PARA LIXO 40L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 40 litros, dimensões mínimas de 50x60, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR 9190, NBR 9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,7mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 8,80	R\$ 352,00
71	20	FDO	SACO PARA LIXO 60L COM 100 unid. Saco plástico para lixo, na cor preta, capacidade de 60 litros, dimensões mínimas de 60x70cm, para acondicionamento de lixo, pacote 100 unidades, e suas condições deverão estar de acordo com a NBR9190, NBR9191. O material não pode expelir odor desagradável e deve conter espessura mínima de 0,9mm. Na embalagem deve estar impresso a identificação do fabricante, marca do produto, medidas do produto, código de barras e data de fabricação.	R\$ 11,00	R\$ 220,00
74	40	UN	SAPONÁCEO CREMOSO Composição: Linear Alquilbenzeno Sulfato de Sódio, alcalinizante, espessante, agente abrasivo e essência. Tensoativo biodegradável. Cremoso e perfumado, levemente abrasivo, indicado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos, pias e metais. Tensoativo biodegradável. Fragrâncias variadas. Embalagem com no mínimo 300 ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros com telefone de emergência, registro no MS, notificação na Anvisa, lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	R\$ 1,88	R\$ 75,20
76	15	UN	TOALHA DE ROSTO Composição 100% algodão. Dimensões mínimas: 45 cm X 70 cm. Com gramatura no mínimo de 320 g/m². Cores diversas.	R\$ 4,25	R\$ 63,75
77	40	UN	TELA SANITÁRIA MICTÓRIO Tela em PVC injetado, filtrante e odorizadora para neutralização de odores, podendo ser de cores variadas. Fragrâncias diversas. Para qualquer modelo de mictório. Dimensão mínima de 15 cm. Durabilidade mínima de 20 dias. Prazo de validade mínimo de 8 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada individualmente.	R\$ 1,95	R\$ 78,00

78	10	UN	VASSOURA DE NYLON com cabo Propriedades mínimas: cepa em Prolipropileno, com sistema de rosca para fixação do cabo; cepa medindo 26 cm; com no mínimo 50 tufos; com cerdas de nylon; tipo pontas plumadas (desfiadas) base em pvc resistente; cabo de madeira revestido em polipropileno, medindo 120 cm de comprimento no mínimo c/ rosca para fixação na base; e gancho de prolipropileno.	R\$ 3,99	R\$ 39,90
79	20	UN	VASSOURA DE PALHA DE MILHO com cabo. Para uso doméstico. Tipo caipira; propriedades mínimas: cepa em palha de milho natural; com cerdas de palha; costurada com no mínimo 4 fios de nylon, enrolada e amarrada ao cabo de madeira com arame de aço. Cabo de madeira livre de farpas medindo mínimo 120cm de comprimento.	R\$ 10,25	R\$ 205,00
80	3	UN	VASSOURA DE PELO 30cm, com cabo. Propriedades mínimas: cepa em crina animal com 30 cm de comprimento; cabo de madeira revestida de polipropileno, medindo mínimo 120 cm comprimento; com rosca para fixação na base e gancho de polipropileno	R\$ 11,71	R\$ 35,13

Estabelecidos no edital e nesta Ata de Registro.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.122.0300.4.100	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	3.3.90 – Aplicações Diretas	1	80
2701.13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	80
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	41	1380
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	0380
2101.13.391.1100.4.106	Gestão, divulgação e manutenção dos Museus	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	80

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pela Fundação Cultural, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009;

QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX e será encaminhado por e-mail.

DA DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2016

DO FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Claiton Ferreira de Lima

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016-FC

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 36/2016-FC

DO PROCESSO origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 002/2016-FC

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: VILLA PAPÉIS LTDA. EPP, com sede na Rua Francisco Hruschka, 525, Sala 01, Bairro São Luiz, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de SC, CEP 89253-600, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.346.166/0001-80

DO OBJETO: constitui objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

DO VALOR – Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quantidade Estimada	Unid.	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
------	---------------------	-------	---------------------	--------------------	-----------------

57	200	FDO	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO 20X21 com 5000 folhas Gramatura mínima 24 g/m², 100% de celulose virgem, sem pigmentação, sem utilização de aparas oriundas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, gofrado. Embalagem lacrada, transparente, contendo impresso dados do produto, do fabricante, nº do lote e data de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalagens recicláveis. Empresa com desenvolvimento sustentável. Tamanho de 20X21cm. Fardo com 5000 folhas. (para FC, Museu, Arquivo e Praça)	R\$ 39,50	R\$ 7.900,00
----	-----	-----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	--------------

Estabelecidos no edital e nesta Ata de Registro.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.122.0300.4.100	Manutenção das Atividades da Fundação Cultural	3.3.90 – Aplicações Diretas	1	80
2701.13.391.1100.4.104	Gestão, divulgação e manutenção do Arquivo Histórico	3.3.90 – Aplicações Diretas	11	80
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	41	1380
2701.13.391.1100.4.105	Gestão, divulgação e manutenção da Biblioteca	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	0380
2101.13.391.1100.4.106	Gestão, divulgação e manutenção dos Museus	3.3.90 – Aplicações Diretas	17	80

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados 30(trinta) dias após a entrega de cada pedido, solicitado pela Fundação Cultural, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009; QUANTIDADES E PRAZO PARA AS ENTREGAS: As quantidades e prazos serão informadas previamente via Autorização de Fornecimento, sendo que as entregas serão realizadas de forma parcelada, semanal ou diariamente, conforme Anexo IX e será encaminhado por e-mail. DA DATA DA ASSINATURA: 14 de junho de 2016

DO FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Osvaldo Manoel dos Santos

EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 130/2016 AO CONTRATO Nº 416/2013

EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 130/2016 AO CONTRATO Nº 416/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2013 – Processo nº 029/2013 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S.A

OBJETO: Seguro dos veículos e máquinas da frota Municipal (PMJS e FMS).

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93, fica acrescido no Anexo I do Edital I (Relação de veículos PMJS) referente a apólice de seguros nº 2001099, em Revalidação das Apólices de Seguro de Responsabilidade Facultativa (RCF), 01 (um) Chery Celer Sedan ACT – Motor 1.5 16V – 5 portas – Flex, ano 2015, modelo 2015, placas QHV 9041, no valor de R\$ 123,78 (cento e vinte e três reais e setenta e oito centavos); 01 (um) Chery Celer Sedan ACT – Motor 1.5 16V – 5 portas – Flex, ano 2015, modelo 2015, placas QHV 9081, no valor de R\$ 123,78 (cento e vinte e três reais e setenta e oito centavos); 01 (um) VW 26-280E Constel, CRM 6x4 2p, diesel, E5, ano 2014, modelo 2015, placas QIB 9641, frota 469, no valor de R\$ 395,39 (trezentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos). Em consequência dos acréscimos, a apólice de seguros nº 2001099 correspondente ao Anexo I (Relação de veículos da PMJS) fica acrescida em 0,64% (sessenta e quatro décimos por cento). O valor total do presente termo aditivo é de R\$ 642,95 (seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
04.122.0300.2.058.3.3.90	Pagamento de despesas fixas -Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	43	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer, Roberto Chateaubriand Filho e Thomas Kelly Batt

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2016 AO CONTRATO Nº 013/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 148/2016 AO CONTRATO Nº 013/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 014/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: CIASC – CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.

DO OBJETO: O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE: os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento; os Serviços de emissão de pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN, e; Os serviços, eventuais e sob demanda, do processamento de notificações de multas vencidas e não pagas. Parágrafo Primeiro - O detalhamento dos serviços e o regime de sua execução constam das Especificações dos Serviços - Anexo I, parte integrante do presente Instrumento;

Parágrafo Segundo: Entende-se por Serviços de Emissão de Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN: a impressão de documentos que descrevem as decisões dos Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN; consistindo, ainda os serviços, na captura das informações enviadas pela CONTRATANTE, sua formatação e impressão em formulário(s) próprio(s); Parágrafo Terceiro: Os Serviços de Postagem, prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT serão contratados e pagos diretamente pela CONTRATANTE.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/04/2016 e com término em 31/03/2017. O prazo de vigência do termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/04/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Roberto Rogerio do Amaral e Rami-cés dos Santos Silva.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 194/2016 AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 300/2007

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 194/2016

AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 300/2007

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO. PERMISSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VIEIRAS (AMBAVI). DO ADITAMENTO: A Cláusula Sexta - Das Obrigações da Permissionária, do Termo de Permissão de Uso Nº 300/2007, passa a vigorar acrescida da seguinte alínea "o": "CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA: A PERMISSIONÁRIA obriga-se a:

... o) A PERMISSIONÁRIA será responsável pelas despesas com a água, esgoto, energia elétrica e telefonia que utilizar, devendo arcar com o pagamento das faturas mensais pela utilização dos respectivos serviços." DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Permissão de Uso Nº 300/2007, não expressamente modificadas pelo Primeiro Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 10/06/2016. SIGNATÁRIOS: DIETER JANSSEN, Prefeito; ADEMAR POSSAMAI, Secretário Municipal da Administração; e ADRIANA LUCIA VARELA LISOT DEL-MONEGO Presidente da Associação de Moradores do Bairro Vieiras (Ambavi).

DIETER JANSSEN

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 133/2016 AO CONTRATO Nº 470/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 133/2016 AO CONTRATO Nº 470/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 110/2015.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica para sinalizar faixas de pedestres (esquinas) nas Ruas 43 – Padre Alberto Romuald Jakobs e Rua 61 – Expedicionário Antônio Carlos Ferreira, no Bairro Vila Lenzi em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 33.513,78 (trinta e três mil e quinhentos e treze reais e setenta e oito centavos), correspondentes a 22,13% (vinte e dois inteiros e treze centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; Em consequência da supressão, o valor total da obra fica em R\$ 117.932,22 (cento e dezessete mil novecentos e trinta e dois reais e vinte e dois centavos). Os valores a serem suprimidos previstos no item 2.1 serão anulados do Empenho nº 17.067/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 135/2016 AO CONTRATO Nº 39/2011

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 135/2016 AO CONTRATO Nº 39/2011

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 187/2010

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia elétrica, legalmente estabelecida com

conhecimento comprovado, para executar serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Jaraguá do Sul, composto por 23.218 pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência, ampliação, modernização e eficientização de redes e a destinação final de lâmpadas, em conformidade com o Anexo I – Projeto Básico e demais Anexos do Edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência contratual previsto no item 2.2 da cláusula segunda do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo n.º 34/2012, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo n.º 538/2012, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo n.º 141/2014, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo n.º 135/2015, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a contar de 01/04/2016 com término em 30/05/2016.

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Odair José Mannrich

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIANº 470/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 513/2016/Semsa, de 10/05/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 15/06/2016, NILCEANE APARECIDA JUNCKES COSTA, matrícula 8409, ocupante do cargo efetivo de Engenheira, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Semsa, da Secretaria Municipal da Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 471/2016

PORTARIANº 471/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 237/2016/DGP, de 10/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os servidores públicos municipais GILSÉIA KASNER LEONI, matrícula 2939; LETÍCIA PEREIRA, matrícula 10558; RIVAIR BACHMANN, matrícula 4319; e SUZANA CZORNEI, matrícula 9090, para compor o GRUPO DE TRABALHO para a regulamentação do inciso III, do artigo 144, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 472/2016

PORTARIANº 472/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso I, do §1º, do artigo 30, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 192/2016/1ª CPAD, de 10/06/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º RECONDUZIR, a partir de 20/06/2016, o servidor público municipal GILVAN JEFFERSON RAMOS DA SILVA, matrícula 8429-8, para o cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL, junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Portaria Nº 274/2002, de 08/05/2002, habilitado no Concurso Público Nº 001/2002 e estável pela Portaria Nº 373/2005, de 31/03/2005, decorrente da infração REPROVAÇÃO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, conforme artigos 24, §1º, e 30, §1º, I, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº022/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº022/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de 2016.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016.

Considerando o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 137.693,50 (cento e trinta e sete mil, seissentos e noventa e três reais e cinquenta centavos), referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal

de Assistência Social (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº023/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº023/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação On-line/2016.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 5.431/2009, especialmente o art.18, que estabelece as competências do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a saber: XIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços socioassistenciais, a gestão dos recursos e a gestão dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, destinados à população atendida pelos órgãos e entidades públicas e privadas no Município;

CONSIDERANDO a Resolução nº011/CMAS/2009/JS, que dispõe sobre as competências de gestão da Política Municipal de Assistência Social, quanto aos prazos de entrega de documentos para análise do CMAS;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação é um instrumento utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo à fundo, do cofinanciamento federal da Assistência Social e que o planejamento dos recursos federais para os serviços socioassistenciais, programas e incentivos de gestão é uma condição para que o cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) continue a ser repassado, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos fundos estaduais e municipais.

CONSIDERANDO a portaria nº113/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que regulamenta o cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo e dá outras providências, especialmente:

Art. 4º O lançamento das informações que compõem o Plano de

Ação dos Estados, Municípios e o Distrito Federal e sua avaliação pelo respectivo Conselho de Assistência Social deverão ocorrer eletronicamente, a cada exercício.

§ 1º A abertura do Plano de Ação dar-se-á por meio de Portaria da Secretaria

Nacional de Assistência Social - SNAS, preferencialmente até o final do exercício anterior ao de referência.

§ 2º A SNAS poderá prorrogar o prazo de lançamento das informações do Plano de Ação nos termos deste artigo, em casos devidamente justificados.

§ 3º O lançamento das informações no Plano de Ação, pelos gestores, realizar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias da abertura deste.

§ 4º Após o término do prazo de lançamento das informações pelos gestores nos termos do parágrafo anterior, o Conselho de Assistência Social competente deverá se manifestar em até 30 (trinta) dias mediante preenchimento de parecer em sistema informatizado disponibilizado pelo MDS.

§ 5º Após o prazo disciplinado nos §§ 3º e 4º deste artigo, e não lançadas as informações no Plano de Ação e respectiva avaliação do Conselho de Assistência Social competente, a SNAS suspenderá o repasse dos Blocos de Financiamento disciplinados nos incisos I a IV do art. 7º e de Programas e Projetos, do exercício de referência do respectivo Plano de Ação, até que todo o ciclo de preenchimento ocorra, com o parecer favorável do Conselho de Assistência Social.

Art. 5º As transferências das competências dos recursos do exercício do Plano ficam asseguradas do início do exercício até o término do período de preenchimento e aprovação do Plano de Ação.

Art. 6º As informações referentes à previsão financeira do repasse do cofinanciamento federal serão lançadas pela SNAS com base na partilha de recursos federais pactuada na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com os critérios deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, e servirão como base para as transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo.

CONSIDERANDO a Portaria nº 25/2016 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, especialmente o seu Art.

1º - Estabelecer que a partir do dia 5 de abril de 2016, conforme prevê o § 1º do art. 4º da Portaria nº 113 de 10 de dezembro de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Plano de Ação, referente ao exercício de 2016, estará aberto para preenchimento dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

CONSIDERANDO os termos da Portaria MDS nº 625, de 10 de agosto de 2010, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal e Municípios; CONSIDERANDO que após a finalização do preenchimento do Plano pelo Gestor da Assistência Social, é necessário a emissão do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar o Plano de Ação on-line 2016.

Art.2º - Aprovar a seguinte redação para preenchimento pelo CMAS do plano de ação no sistema eletrônico SUAS Web , a saber: "O Conselho Municipal de Assistência Social de Jaraguá do Sul, esteve reunido em Plenária Ordinária no dia 15 de junho do corrente ano onde, na ocasião, foram esclarecidas as ações pelos representantes da gestão, assim como, realizaram exposição de motivos que levaram a determinação de suas metas físicas. Igualmente, esclareceram as macro ações, onde serão aplicados os recursos, os serviços e a previsão de financiamento. Os conselheiros fizeram suas análises e considerações. Dessa forma, o Plano on-line foi aprovado em sua íntegra. O CMAS questiona a falta de repasse contínuo dos recursos do Governo Federal, gerando grande dificuldade no planejamento e execução das ações, bem como, em manter os serviços e programas socioassistenciais na sua totalidade com recursos próprios.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Vice Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº024/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº024/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a análise da prestação de contas da 4ª parcela do convênio nº 452/2015 firmado entre o Fundo Municipal de Assistência Social e a entidade Associação dos Amigos do Autista - AMA.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016.

Considerando as Instruções Normativas nº 14 e 15 de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que estabelecem os critérios da organização da Prestação de Contas de Recursos Concedidos [...].

Considerando o Decreto Municipal nº 7306/2010 que disciplina a celebração de convênios, acordos ou ajustes de natureza financeira, que tenham por objeto a execução de projetos, atividades ou realização de eventos.

Considerando a Resolução nº 032/2012/CMAS/JS, que dispõe sobre a inscrição da Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul - AMA, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/JS.

Considerando a Resolução nº 21/2013/CMAS/JS, sobre os critérios de apresentação dos planos de ação para celebração de convênios a serem firmados entre entidades não governamentais e município. Considerando a Resolução nº 042/2014/CMAS/JS que dispõe sobre a aprovação dos Planos de Trabalho de pedido de Convênio para 2014, das entidades APAE e AMA referente ao recurso do Piso de Transição de Média Complexidade.

Considerando a Lei Municipal nº 7.162/2015 de 11/12/2015, que autoriza o Fundo Municipal de Assistência Social a conceder subvenção social e a celebrar Convênio com a Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul - AMA, no valor total de R\$ 25.304,40 (vinte e cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos).

Considerando que a prestação de contas da 4ª parcela do convênio nº 452/2015 encaminhada pela AMA está de acordo com o Plano de Trabalho apresentado, conforme demonstra o quadro abaixo:

RESOLVE:

Art.1º – Aprovar a prestação de contas da entidade Associação de Amigos do Autista - AMA, referente a 4ª parcela do convênio nº 452/2015.

Art.2º - Propor à entidade AMA a elaboração de um aditivo a este convênio com o objetivo de readequar os itens do Plano de Trabalho, demonstrando que as próximas parcelas serão aplicadas apenas na folha de pagamento de profissional referenciado na NOB-RH/SUAS e Resolução 17/2011/CNAS.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

ROSÂNGELA FIDELIS MAHS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº025/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº025/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre o Plano de ação 2016 e o Relatório de atividades 2015 da entidade Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul - AMA.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016. Considerando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, normas gerais do CMAS e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços socioassistenciais;

Considerando que uma das atribuições do CMAS é regular a prestação de serviços de natureza pública e que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social, bem como, daquelas que possuem preponderância em outras áreas, deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Resolução nº145/2004/CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011 - Lei Orgânica da Assistência Social, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, especialmente o seu art.9º, a saber: O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.

§ 1º A regulamentação desta lei definirá os critérios de inscrição e funcionamento das entidades com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal.

§ 2º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.

Considerando a Resolução nº 33/2012/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS;

Considerando a Resolução nº 269/2006/CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos a NOB-RH/SUAS;

Considerando a Resolução nº109/2009/CNAS, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução nº 14/2014/CNAS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, em especial o seu art. 13: "As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, [...], ao Conselho de Assistência Social: I - plano de ação do corrente ano; II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, [...];

Considerando a Resolução nº 21/2011/CMAS, que define os parâmetros e normas para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e

benefícios socioassistenciais daquelas que possuem preponderância em outras áreas, no âmbito do município de Jaraguá do Sul e dá outras providências;

Considerando a Lei Municipal nº 5.431, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, das adequações do Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto Presidencial nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 34/2011/CNAS, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos;

Considerando a Resolução nº 27/2011/CNAS, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Resolução nº 13/2014/CNAS, que inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Considerando a reunião da Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistenciais – CIARS realizada no dia 01/06/2016;

Considerando a visita realizada a entidade no dia 03/06/2016 e a reunião com os seus técnicos os esclarecimentos prestados pelos mesmos;

Considerando que os serviços e programas de assistência social da AMA atendem 62 (sessenta e dois) usuários de Jaraguá do Sul na área de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência no município;

Considerando que a entidade cumpriu com o estabelecido na Resolução nº 037/2015/CMAS/JS, que dispõe sobre o plano de ação 2015 e o Relatório de atividades 2014 da entidade AMA, especialmente o seu art.5º, que solicita que a entidade proceda a alteração no plano de ação da estrutura dos serviços, programas, projetos, apresentando da seguinte forma: Proteção Social Básica: Programa de Atendimento a Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adultos de 30 a 59 anos. Proteção Social de Média Complexidade: Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e Programa de Atendimento Sócio – Educacional e Ocupacional.

RESOLVE

Art.1º – Aprovar o Relatório de Atividades 2015 e o Plano de Ação 2016 da Associação de Amigos do Autista de Jaraguá do Sul – AMA.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.
ROSÂNGELA FIDELIS MAHS
Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS/JS).

RESOLUÇÃO Nº026/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº026/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a alteração na composição da comissão de Inscrição e acompanhamento da rede socioassistencial - CIARS do CMAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016. Considerando o Artigo 12, inciso II, Parágrafo único da Lei Municipal 5431/2009: "Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do Conselho Municipal de Assistência Social e outras instituições, especialmente convidadas e sempre a título gratuito, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos";

Considerando o inciso III do Art.7º do Regimento interno do CMAS, a saber: "Comissões Permanentes e Temporárias e Grupos de Trabalho - constituídas, somente por conselheiros titulares e/ou suplentes e de forma paritária, de acordo com o interesse e ou a área de atuação, com o mínimo de quatro membros cada";

Considerando o inciso V do Art.9º do Regimento Interno do CMAS: "os conselheiros titulares e suplentes, deverão participar, de no mínimo uma das comissões permanentes e quando necessário nos grupos de trabalho"

Considerando o Art.40 do Regimento Interno do CMAS: "As comissões Permanentes do Conselho Municipal de Assistência Social, são: I. Comissão de Finanças e Patrimônio (CFP); II. Comissão de Legislação e Normas (CLN); III. Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial (CIARS); IV. Comissão de Instância de Controle Social; V. Comissão de Planejamento (CP). §1º Cada Conselheiro deverá integrar no mínimo 1 (uma) e no máximo 2 (duas) Comissões Permanentes".

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da comissão de Inscrição e acompanhamento da rede socioassistencial – CIARS, ficando assim constituída:

COMISSÃO	CONSELHEIROS
Comissão de Inscrição e acompanhamento da rede socioassistencial – CIARS	Adeterson David Crispim dos Santos
	Dionara Radunz Bard
	Eli Antunes
	Jéssica da Silva
	Joel Luis Corrêa
	Tânia Griselda Krause

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Vice Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

RESOLUÇÃO Nº027/2016/CMAS/JS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO Nº027/2016/CMAS/JS

Dispõe sobre a alteração na composição da comissão de Instância de Controle Social do CMAS.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 5.431 de 14 de dezembro de 2009, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária, realizada no dia 15 de junho de 2016.

Considerando o Artigo 12, inciso II, Parágrafo único da Lei Municipal 5431/2009: "Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do Conselho Municipal de Assistência Social e outras instituições, especialmente convidadas e sempre a título gratuito, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos";

Considerando o inciso III do Art.7º do Regimento interno do CMAS, a saber: "Comissões Permanentes e Temporárias e Grupos de Trabalho - constituídas, somente por conselheiros titulares e/ou suplentes e de forma paritária, de acordo com o interesse e ou a área de atuação, com o mínimo de quatro membros cada";

Considerando o inciso V do Art.9º do Regimento Interno do CMAS: "os conselheiros titulares e suplentes, deverão participar, de no mínimo uma das comissões permanentes e quando necessário nos grupos de trabalho"

Considerando o Art.40 do Regimento Interno do CMAS: "As comissões Permanentes do Conselho Municipal de Assistência Social, são: I. Comissão de Finanças e Patrimônio (CFP); II. Comissão de Legislação e Normas (CLN); III. Comissão de Inscrição e Acompanhamento da Rede Socioassistencial (CIARS); IV. Comissão de Instância de Controle Social; V. Comissão de Planejamento (CP). §1º Cada Conselheiro deverá integrar no mínimo 1 (uma) e no máximo 2 (duas) Comissões Permanentes".

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a composição da comissão de Instância e Controle Social - ICS

COMISSÃO	CONSELHEIROS
Comissão de Instância e Controle Social	Almir Lange
	Darcy Tomaselli Bertoldi
	Eli Antunes
	Lodemar José Hafemann
	Rosângela Fidelis Mahs
	Silvia Savia Chaves

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Vice Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social (CMAS)

RETIFICAÇÃO RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 02/2016/FC

RETIFICAÇÃO RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016/FC

O pregoeiro designado pelo Decreto 10.069/2014 alterado pelo Decreto 10.393/2015, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 02/2016-FC, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem por objeto a seleção de propostas para Aquisição de material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, destinados à manutenção das atividades da Fundação Cultural, ao longo de 12(doze), no item 53, em vez de restar FRUSTADO, obteve o seguinte vencedor:

Item	Qtd	Unidade	Especificação Do Material	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Empresa Vencedora
53	50	UN	PANO p/ Limpeza – MICROFIBRA Composição microfibr. (80% poliéster e 20% poliamida) Dimensões mínimas: 30X40. Pano para limpeza em geral, alta absorção, macio, para todos tipos de superfície, não riscar, não soltar fiapos, cores sortidas. Lavável.	3,57	178,50	BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA. ME

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2016.

Edson Willian Piotto

Pregoeiro – Decreto nº 10.069/2014

Joaçaba

PREFEITURA

28/2013 FMS TA 04

CONTRATO Nº 28/2013/FMS – TA 04

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecida na AV. LICINIO CORDOVA, 411 D, Bairro SÃO CRISTOVAO, no Município de CHAPECÓ/SC, representada neste ato pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de CHAPECÓ/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 28/2013/FMS, firmado em 26/06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 26/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 23/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 27/06/2016, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução do objeto da contratação passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor unitário da cópia fica reajustado em 9,8199%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de junho/2015 a maio/2016, passando para 0,068 (sessenta e oito milésimos de centavos de real), a partir de 01 de julho de 2016.

Diante da prorrogação do prazo e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais), considerando a quantidade mensal estimada de 50.000 (cinquenta mil) cópias.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 14 de junho de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

REALMAC – MAQ. E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

312/2016 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 312/2016/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ALTEVIR DA CÁS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa M.N SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.786.715/0001-99, estabelecida na AV. CAETANO NATAL BRANCO, 307, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MAURO ALVES DE MOURA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.078.570 e inscrito no CPF sob o nº 384.242.589-91, e pelo Sr. NELSON DA SILVA, portador da carteira de identidade nº 4.246.626 e inscrito no CPF sob o nº 034.847.069-02, residentes e domiciliados na Rua Alagoas, 79 e Rua Deoclides Zardo, s/nº, na cidade de Joaçaba/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 312/2016/PMJ, firmado em 23/05/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 22/2016/PMJ, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reparos em pontes de madeira localizadas no interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor do contrato fica suprimido em R\$ 61.900,00 (sessenta e um mil e novecentos reais), correspondentes a 90,762% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º e no § 2º, II, do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo ao corte dos serviços de reparos nas seguintes pontes:

ITEM	DESCRIÇÃO	MATERIAL R\$	MAO DE OBRA R\$	TOTAL R\$
2	Ponte sobre o Rio Cassiano – Pato Roxo	3.762,07	7.637,93	11.400,00
3	Ponte sobre o Rio Santa Clara - Santa Clara	2.145,40	4.454,60	6.600,00
4	Ponte sobre o Rio Caraguatá (pto 01) – Linha Ficagna	4.381,04	9.018,96	13.400,00
5	Ponte sobre o Rio Caraguatá (pto 02) – Linha Ficagna	3.253,50	6.646,50	9.900,00
6	Ponte sobre o Rio Caraguatá (pto 03) – L. N. Sra. das Graças	6.767,60	13.832,40	20.600,00
				61.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 15 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

ALTEVIR DA CÁS - Secretário

M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA

MAURO ALVES DE MOURA E NELSON DA SILVA

Testemunhas: 1. _____ 2. _____

93/2016 TA 01 FMS

CONTRATO Nº 93/2016/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 – 10º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 4.109.423 e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua Araranguá, 205, apto. 1004, centro, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 93/2016/FMS, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, homologado em 28/03/2016, cujo objeto é o Licenciamento pela CONTRATADA do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas na cláusula terceira deste instrumento, em favor do CONTRATANTE, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do contrato fica suprimido em R\$ 49.935,00 (quarenta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais), correspondentes a 11,848% do valor global da contratação, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, relativo ao corte dos seguintes itens:

Licenciamento de uso dos aplicativos:

26	12	Mês	GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA com até 50 usuários simultâneos	3.120,00	37.440,00
----	----	-----	---------------------------------------------------------	----------	-----------

Serviços Técnicos:

27	01	SV	Serviços de Migração, Implantação e treinamento para os usuários	8.232,00	8.232,00
28	01	SV	Conversão de Cadastros de Pacientes – Gestão de Saúde Pública	4.263,00	4.263,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 15 de junho de 2016.

SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

BETHA SISTEMAS LTDA
CONTRATADA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JÚNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

HOMOLOG PL 13/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016/FMS- PP 09/2016

1) A Secretária de Saúde Paula Geovana Kleber, no uso de suas atribuições, resolve: HOMOLOGAR o REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.

Empresa Vencedora:

REUNIDAS TURISMO S/A.

VALOR R\$ 148.906,80

FISCAIS: MARCIA MARIA ZIMMERMANN MAGRO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de junho de 2016.

Paula Giovana Kleber
Secretaria- FMS

PORTARIA N.º 6184

PORTARIA Nº 6.184 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos de “Sindicância”, a fim de que se apure os fatos narrados em denúncia formulada, bem como, o descumprimento de medidas preventivas que evitassem violações aos direitos da criança conforme Boletim de Ocorrência 00280-2016-00788 e através de ofício n.º 0136/2016/01/PJ/JOA da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joaçaba.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6185

PORTARIA Nº 6.185 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLAUDETE MARIA TOSCAN DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de março de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de março de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6186

PORTARIA Nº 6.186 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIO DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de março de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de março de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6187

PORTARIA Nº 6.187 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAFAEL MARTINI VEIGA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 14 de maio de 2013 a 13 de maio de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de janeiro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de janeiro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6188

PORTARIA Nº 6.188 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANE KLOTZ, Farmacêutica Bioquímica/Analista Clínico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando n.º 325/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12

(doze) dias, a partir de 13 de junho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de junho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de junho de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6189

PORTARIA Nº 6.189 DE 14 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA a(o) Servidor(o) ROSANGELA PELICIELLI, Técnico de Administração, em função de implementar o direito de acordo com o art. 35, da Lei Complementar nº 99 de 24 de junho de 2005 e alterações, requerido através do processo n.º 0001047 de 09 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de junho de 2016
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RECISAO 230/2011 FMS

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 230/2011/FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao CONTRATO Nº 230/2011/FMS, firmado com a empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.167/0001-05, estabelecida na RUA LEONEL MOSELE, 283, no Município de CONCORDIA/SC, doravante denominada CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Pelo presente fica RESCINDIDO, com fundamento no art. 78, I, da Lei 8.666/93, o CONTRATO Nº 230/2011/FMS, celebrado com a CONTRATADA na data de 06 de setembro de 2011, proveniente do proveniente do Processo de Licitação 28/2011/FMS, instaurado através do Edital PP nº 23/2011/FMS, cujo objeto é a prestação

pela CONTRATADA de serviços de segurança desarmada, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 13 de junho de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

RESOLUÇÃO Nº 07/2016 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Joaçaba.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 15 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 4.281, de 23 de novembro de 2012, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos), referente ao ano de 2016, para ser utilizado para custeio, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(X)100% para custeio

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de junho de 2016.
Sandrine Pizoni
Presidente CMAS

ATA 06/2016 FMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 14/06/2016		Válido até: 14/06/2017			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PASSAGEM JOAÇABA A FLORIANÓPOLIS (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	238,7000	1
2	PASSAGEM JOAÇABA A CURITIBANOS (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	72,7000	1
3	PASSAGEM JOAÇABA A LAGES (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	103,8400	1
4	PASSAGEM JOAÇABA A BLUMENAU (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	188,0600	1
5	PASSAGEM JOAÇABA A JOINVILLE (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	240,6400	1
6	PASSAGEM JOAÇABA A CHAPECÓ (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	95,2100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 6/2016		Data do Registro: 14/06/2016		Válido até: 14/06/2017			
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	PASSAGEM JOAÇABA A XANXERÊ (IDA E VOLTA)	UN	REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)	REUNIDAS	0	67,6400	1

7 PASSAGEM JOACABA A XANXERÊ (IDA E VOLTA)

UN

REUNIDAS TURISMO S.A. (7360)

REUNIDAS

0

67,6400

1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2016							Data do Registro: 14/06/2016		Válido até: 14/06/2017	
Objeto da Compra:REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2016
PROCESSO Nº 13/2016
(7360) - REUNIDAS TURISMO S.A.

Joaçaba, 14 de Junho de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**CONCURSO PÚBLICO SIMAE JHL 001/2016 - HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS**

EDITAL Nº 01 JHL DE 20 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS

PORTARIA n.º JHL 175/2016, de 16/06/2016

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, torna público a classificação final dos candidatos submetidos às condições do processo em tela:

ADVOGADO										
Inscrição	Candidato	C.ESP.	C.PORT.	C.SIMAE	C.INF.	N.P.O	Títulos	N.F	Situação.	Class.
7038	JULIO CESAR TRINDADE DE MATTOS	4,32	1,40	2,16	0,42	8,3	0,25	8,55	APROVADO(A)	1º
5969	CHEILA MARA VASTRES	3,60	1,96	1,68	0,56	7,8	0,00	7,80	APROVADO(A)	2º
5873	ALESSANDRA MARCON ZANCHETTA	3,36	1,68	1,92	0,28	7,24	0,25	7,49	APROVADO(A)	3º
7104	ROBINSON ANDREI GOTARDO	4,08	1,26	1,68	0,42	7,44	0,00	7,44	APROVADO(A)	4º
5800	ROBERTO MINATI	3,84	1,40	1,92	0,14	7,3	0,00	7,30	APROVADO(A)	5º
7229	MATHEUS BRUSCHI OMIZZOLO	3,60	1,54	2,16	0,00	7,3	0,00	7,30	APROVADO(A)	6º
5808	CAROLINE REGINA MARESCH	3,60	1,54	1,44	0,00	6,58	0,25	6,83	APROVADO(A)	7º
5968	PRISCILA DE MATTOS	3,84	1,12	1,20	0,28	6,44	0,25	6,69	APROVADO(A)	8º
7085	SUZANA LAMPERTI	2,88	1,26	2,16	0,28	6,58	0,00	6,58	APROVADO(A)	9º
7289	PATRICIA CORREA DE ALMEIDA	3,84	0,42	1,92	0,28	6,46	0,00	6,46	APROVADO(A)	10º
5802	EMELLI TIEPO	2,64	1,54	1,68	0,00	5,86	0,00	5,86	APROVADO(A)	11º
7249	ADRIANA PERES	3,12	1,26	1,44	0,00	5,82	0,00	5,82	APROVADO(A)	12º
5765	EDUARDA BORTOLI	2,88	1,40	1,20	0,28	5,76	0,00	5,76	APROVADO(A)	13º
7211	ICARO ALEXIS DE SOUZA	3,60	1,12	0,72	0,28	5,72	0,00	5,72	APROVADO(A)	14º
7217	RAPHAEL FERNANDO PINHEIRO	2,64	0,98	1,44	0,28	5,34	0,25	5,59	APROVADO(A)	15º
7279	SABRINA SURDI	3,12	1,12	0,72	0,28	5,24	0,00	5,24	APROVADO(A)	16º
6972	CARLA CATARINA DONASSOLLO	2,88	0,84	0,96	0,42	5,1	0,00	5,10	APROVADO(A)	17º

AUXILIAR DE CONTROLE OPERACIONAL								
Inscrição	Candidato	C.ESP.	C.PORT.	C.SIMAE	C.MAT.	N.F	Situação.	Class.
7213	ALLAN GUIMARÃES BORÇATO	3,30	1,10	0,66	1,98	7,04	APROVADO(A)	1º
7244	JEAN RIBEIRO	3,60	0,88	0,44	1,10	6,02	APROVADO(A)	2º
7259	FERNANDO AYMONE RIBEIRO	2,40	1,32	0,44	0,88	5,04	APROVADO(A)	3º

À vista do exposto, homologo o resultado final do Concurso Público SIMAE/JHL/001/2016, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Sem mais, registra-se e publique-se.

Joaçaba-SC, 16 de Junho de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

APRENDER.COM

Lages

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2016

Vigência: 08/06/2016 Vencto: 07/06/2017

Processo: 11/2016 Tomada De Preço: 01/2016

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos.

Contratado: GRAPHEL – GRÁFICA E EDITORA LAGES LTDA. EPP.

VALOR TOTAL: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil, e duzentos reais).

CNPJ: 04.484.195/0001-43

LAGES (SC) 09 DE JUNHO DE 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA – Presidente

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.657/16

DECRETO Nº 4.657 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 11.897,00 (onze mil, oitocentos e noventa e sete reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Proj/Atividade: 2.062 – Manutenção da Gestão Administrativa Geral da Secretaria de Turismo e Lazer

Elemento da Despesa: 334 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 11.897,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguintes dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 15 - Secretaria de Turismo e Lazer

Proj/Atividade: 2.062 – Manutenção da Gestão Administrativa Geral da Secretaria de Turismo e Lazer

Elementos da Despesa:

326 – 3.1.90.34.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização R\$ 837,00

327 – 3.1.90.92.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 837,00

330 – 3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.000,00

332 – 3.3.90.35.00.00.00.00.01.0000 - Serviços de Consultoria R\$ 1.093,00

333 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.093,00

336 – 3.3.90.91.00.00.00.00.01.0000 - Sentenças Judiciais R\$ 837,00

337 – 3.3.90.92.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 3.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.658/16

DECRETO Nº 4.658 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 31.133,00 (trinta e um mil, cento e trinta e três reais), na seguinte dotação:

Órgão: 16 - Fundo Municipal Agropecuário

Unidade: 01 - Fundo Municipal Agropecuário

Proj/Atividade: 2.400 – Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural na Produção Vegetal

Elemento da Despesa: 5 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .. R\$ 31.133,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguintes dotação:

Órgão: 16 - Fundo Municipal Agropecuário

Unidade: 01 - Fundo Municipal Agropecuário

Proj/Atividade: 2.400 – Manutenção da Assistência Pequeno Produtor Rural na Produção Vegetal

Elementos da Despesa:

1 – 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0000 - Subvenções Sociais R\$ 12.500,00

2 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 6.560,00

3 – 3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 642,50

4 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.930,50

6 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 637/2016

PORTARIA RH Nº 637/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.06.16 a 30.06.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Andrea Samara Duarte Silva	2015/2016
Clarabel Alves Patrício	2015/2016
Daiane Marques	2015/2016
Elane Zelindro	2015/2016
Tatiana Mendes dos Santos	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 659/2016

PORTARIA RH Nº 659/2016

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JOSÉ SANTOS MENDES, Vigia, do dia 04.06.2016 a 03.07.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2016.

RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 661/2016

PORTARIA RH Nº 661/2016

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JOSÉ AQUILINO POLICARPO FILHO, Motorista, do dia 07.06.2016 a 06.07.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Junho de 2016.

RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 667/2016

PORTARIA RH Nº 667/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, RANGEL RICARDO GARCIA MACIEL do Cargo de Professor de Educação Física, de provimento efetivo, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 668/2016

PORTARIA RH Nº 668/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ANA PAULA VIANA DOS SANTOS do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 669/2016

PORTARIA RH Nº 669/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, LISANDRA CUSTÓDIO AMORIM do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 670/2016

PORTARIA RH Nº 670/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CLARISSA BARBOSA AMÉRICO Professor de Educação Infantil, do período de 06/11/2012 a 31/05/2016, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 671/2016

PORTARIA RH Nº 671/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA do Cargo de Médico ESF, de provimento efetivo, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 672/2016

PORTARIA RH Nº 672/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, RODRIGO FERMINO SILVANO do Cargo de Médico ESF, de provimento efetivo, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 673/2016

PORTARIA RH Nº 673/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 04 anos, ao Servidor SAMANTHA CLAUDINO SAMPAIO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir de 05/05/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 674/2016

PORTARIA RH Nº 674/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, SIMONE JOSÉ do cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 675/2016

PORTARIA RH Nº 675/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário GRAZIELA RODRIGUES DA ROSA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/06/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 676/2016

PORTARIA RH Nº 676/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FERNANDA DA LUZ PATRÍCIO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/06/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 09 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 677/2016

PORTARIA RH Nº 677/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 2096/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. PATRÍCIA DO CARMO VALÉRIO Professor, com lotação na Secretaria De Educação e Esportes, a partir de 12/06/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 678/2016

PORTARIA RH Nº 678/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Designar ERIC IBANEZ KUNBIK, médico Veterinário, de provimento efetivo, para exercer junto a CIDASC a função de Fiscal do SIS-BI/SUASA, com carga horária de 20 horas semanais, nos termos do Convênio nº 010/2016, a partir de 29/06/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

PORTARIA Nº 222/2016

PORTARIA Nº 222/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAIR DE OLIVEIRA BITTENCOURT, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/05/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 223/2016

PORTARIA Nº 223/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, JOSÉ BONIFÁCIO NETO, Pintor, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por invalidez a partir de 02/05/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA Nº 224/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JERUSA GERBINA DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Classe, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Maio de 2016 a 20 de Dezembro de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 071/2016.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 225/2016

PORTARIA Nº 225/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, GISELE FERNANDES MADEIRA, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 226/2016

PORTARIA Nº 226/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Maio de 2016 a 30 de Novembro de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 227/2016

PORTARIA Nº 227/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 04.05.2016 a 03.05.2017, para o funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JOSÉ ARTUR FERNANDES, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/05/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 228/2016

PORTARIA Nº 228/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ZONETE MENDES RIBEIRO, Faturista, do Quadro Funcional junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, tendo em vista a concessão pela Previdência Social de Aposentadoria por tempo de contribuição a partir de 10/05/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/04/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 229/2016

PORTARIA Nº 229/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, GREICY ISIDORO JUNG, Professora, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 10/05/2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE MAIO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 061/2016**

DECRETO Nº 061, DE 15 DE JUNHO DE 2016

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.227, de 14 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 30.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	30.000,00
Função	10	Saúde	30.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	30.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	30.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.035	Cofinanciamento da Assistência Farmacêutica - Estado	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..			30.000,00
.....			
.....			

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Função	13	Cultura	30.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	30.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	30.000,00
Atividade	2.041	Promoções e Eventos	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de junho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 65/2016

OBJETO:AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA ATENDER NECESSIDADES NA ORGANIZAÇÃO DO 29º JOGUINHOS ETAPA REGIONAL REALIZADOS EM LONTRAS . Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 28/06/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 28/06/2016. Maiores Informações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 15 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 049/2016 - PP 032/2016 - LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório 049/2016 – PML

Pregão nº 032/2016 – PML

O Prefeito de Luzerna, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 049/2016, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 02 de junho de 2016 e no site do Município a partir do dia 02 de junho de 2016, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 16 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2016

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0036/2016

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0036/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0019/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 28 de junho de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3440, de 15 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para a aquisição de pedra brita nº 01 e pedrisco, através de recursos do Convênio nº 2016TR0001021, que visa a recuperação de estradas municipais MAC 365 e MAC 165, no interior do município de Macieira, conforme especificações do Anexo I do Edital e Plano de Trabalho do referido convênio.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 28/06/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0019/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 15 de junho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ ATA DE RP Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0031/2016.

Pregão Presencial nº 0017/2016.

Registro de Preços nº 0011/2016.

Objeto: Registro de preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, visando a aquisição de pedra brita, destinados a manutenção das estradas municipais de acordo com as especificações do Edital e seus anexos.

Vigência: Até 31/12/2016.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a entrega do produto e emissão de Nota Fiscal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

Fornecedor: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTD	VALOR REGISTRADO
01	PEDRA BRITA TIPO Nº 01 M³	01	50,22
02	PEDRA BRITA TIPO Nº 02 M³	01	49,77

Macieira, 14 de junho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada em serviço de estrutura de palco, sonorização e iluminação, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 29/06/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 15 de junho de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 052/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 052/2016

Contrato nº: 052/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ Nº 06.224.121/0006-08

Objeto: aquisição de Motoniveladora 2016 0km/Nova destinada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do financiamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - BADESC.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 263/2016- Pregão Presencial n.º 076/2016

Valor: R\$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais).

Data Assinatura: 15 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

303 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 449000 - Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

LEI MUNICIPAL Nº 4202

LEI Nº. 4.202

DE 14 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE MAFRA.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivo às Cooperativas e Associações de Catadores de Material Reciclável, nos termos desta Lei, a ser desenvolvido conjuntamente com o Poder Público do Município de Mafra, no âmbito de seu território, observando as demais legislações de âmbito Estadual e Federal.

Art. 2º O Programa de Incentivo às Cooperativas e Associações de Catadores de Material Reciclável terá, além de outros previstos pela Política Municipal de Saneamento Básico, os seguintes objetivos:

I - Estimular a geração de emprego e receita, em especial, às famílias de baixa renda;

II - Fomentar a criação de associações e/ou cooperativas de trabalho entre os trabalhadores que atuam no recolhimento, processamento e comercialização de material reciclável;

III - Possibilitar, através do trabalho, o resgate da cidadania e demais direitos sociais aos interessados no programa;

IV - Desenvolver a defesa do meio ambiente através da coleta seletiva e reciclagem dos materiais sólidos, bem como ampliar a educação ambiental no Município.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei entende-se por:

I - Coleta seletiva: o recolhimento diferenciado de materiais potencialmente recicláveis já previamente separados nas fontes geradoras, realizado por administrações municipais, grupos de catadores e outros por meio de sistemas de coleta especial, sendo o objetivo da coleta seletiva o de encaminhar esses materiais para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento e outros destinos alternativos;

II - Cooperativas ou associações de catadores de resíduos sólidos recicláveis aquelas formadas exclusivamente por pessoas físicas que tem como ocupação principal a prestação de serviços de coleta, triagem, beneficiamento e comercialização de resíduos sólidos recicláveis, bem como de educação ambiental.

Art. 3º O Programa de Incentivo às Cooperativas e Associações de Catadores de Material Reciclável compreenderá as seguintes ações, sem prejuízo de outras previstas em outras leis:

I - Apoio a formação de cooperativas e/ou associações de trabalho entre os catadores do Município através da contratação dos serviços de coleta, processamento e comercialização do material reciclado, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - Subsídio das atividades, mediante autorização legislativa quando necessário, e com a observância dos requisitos da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores;

III - Cessão de uso de imóveis públicos e/ou locação de áreas particulares para abrigar as associações e/ou cooperativas que ingressarem no programa;

IV - Cessão de uso de equipamentos, bem como apoio técnico para a formação das cooperativas e/ou associações;

V - Desburocratização e isenções de taxas municipais para a constituição de cooperativas;

VI - Fomento ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental visando do estímulo a triagem do material reciclado no Município de Mafra.

Art. 4º A cooperativa e/ou associação interessada em participar do Programa deverá cadastrar-se junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano a seguinte documentação:

I - Requerimento formal, assinado pelo representante legal da cooperativa e/ou associação, solicitando o cadastro;

II - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores, com objeto social compatível com os incisos I e II do parágrafo único do art. 1º desta Lei;

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;

VI - Indicação escrita da relação de todos os associados ou cooperados integrantes, com a comprovação do referido vínculo;

§ 1º Poderão participar do presente programa, preferencialmente, as cooperativas e/ou associações com sede no Município de Mafra, podendo ingressar no programa associações de outros municípios somente quando não acudirem interessados do próprio Município.

§ 2º O cadastro será válido durante o ano em que se efetivar, devendo a renovação ser solicitada pela cooperativa e/ou associação com pelo menos 30 (trinta) dias do término do ano;

§ 3º Todas as contratações, cessões, locações ou parcerias estabelecidas entre os participantes do programa e a Administração Pública Municipal deverão respeitar o ano orçamentário, podendo ser prorrogadas nos termos e limites da Lei.

§ 4º A distribuição da demanda do material reciclado entre as cooperativas e/ou associações cadastradas deverá ser igualitária, sendo que os contratos e outros instrumentos de fomentos serão modificados sempre no ano subsequente ao do cadastro, quando já houver cooperativa e/ou associação contratada.

Art. 5º As cooperativas e/ou associações participantes do Programa terão as atribuições de executar a coleta, a triagem, o armazenamento, a reciclagem e a comercialização e resíduos sólidos recicláveis conforme o que venha a ser estabelecido pelo Poder Executivo, podendo estas realizar uma ou mais destas atividades. Parágrafo único. A receita da comercialização de resíduos sólidos reciclável reverterá integralmente às cooperativas e/ou associações participantes do programa.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Mafra será responsável pela coordenação do programa, devendo em especial:

I - Cadastrar e manter atualização a relação e documentação das cooperativas e/ou associações interessadas;

II - Efetuar o levantamento da demanda do material reciclado do Município e da área geográfica a ser atendida pelo serviço de coleta;

III - Solicitar a abertura do procedimento de Dispensa de Licitação para a Contratação das cooperativas e/ou associações cadastradas, dentro dos limites legais;

IV - Fiscalizar a execução do programa, bem como dos instrumentos de fomento decorrentes deste;

V - Informar semestralmente as informações necessárias acerca das atividades do presente Programa ao Conselho Municipal de Saneamento;

VI - Efetivar a divulgação e propagação do programa;

VII - Dirimir as dúvidas e conflitos no âmbito do presente programa.

Parágrafo único. Poderá ser desenvolvido material gráfico de apoio e de identificação para o Programa, desde que tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 7º As atividades descritas no art. 3º desta Lei poderão ser custeadas com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, obedecidos aos trâmites legais e administrativos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Mafra, 14 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 4203

Lei nº. 4.203

DE 15 DE JUNHO DE 2016.

INCLUI DISPOSITIVO NA LEI Nº. 4.172, DE 21 DE dezembro DE 2015, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA GERAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui-se o art. 8º-A na Lei nº. 4.172, de 21 de dezembro de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a transferência de recursos para custeio de despesas de outros entes, desde que atendidos claramente os interesses locais e os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A transferência de que trata este artigo, diz respeito também, à cessão de servidores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Mafra, para atender convênios firmados com órgãos da administração direta e indireta da União, de Estados, Distrito Federal e de Municípios, assim como com os Poderes Legislativos da União, dos Estados e dos Municípios, do Poder Judiciário da Justiça Comum Federal e das Especializadas Federais, dos Estados e do Distrito Federal e com o Ministério Público da União dos Estados e do Distrito Federal.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 15 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 543/2016

DECRETO Nº 543, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Aprova fusão de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a fusão dos seguintes imóveis: Parte dos Lotes Urbanos nºs: 3, 4, 5 e 6 (TRÊS, QUATRO, CINCO e SEIS), da Quadra nº 2 (DOIS), situados no Loteamento Bairro Padre Antônio, na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizados no lado par da Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, esquinas formadas pelas Ruas Santos Dumont e Nossa Senhora Aparecida; e, noutra extremidade no lado ímpar da Avenida 27 de Julho, esquinas formadas pelas Ruas Santos Dumont e Nossa Senhora Aparecida com as áreas respectivas de: (342,67 m², 1.327,80 m² e 817,60 m² e 296,24 m²), perfazendo a área total de "Dois mil, setecentos e oitenta e quatro metros e trinta e um centímetros quadrados" (2.784,31 m²); Com edificação, sendo: Um galpão de alvenaria, com a área construída de 1.007,48 m², coberto de telhas de zinco, fibrocimento e alumínio; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com a Rua Nossa Senhora Aparecida, na extensão 83,45 metros;- ao Sul, com a Rua Santos Dumont, na extensão de 2,79 metros;- ao Sudeste, por duas linhas, uma reta e uma curva, com a Avenida 27 de Julho, nas extensões de 41,28 metros e 81,84 metros, respectivamente, totalizando 122,92 metros;- ao Oeste, com a Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, na extensão de 72,61 metros. Imóveis matriculados sob nºs: 21.848 e 21.462, respectivamente, No Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Renovadora de Pneus Maravilha Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.230.888/0001-86, com sede na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella, nº 834, Centro, Maravilha - SC, CEP: 89.874-000, conforme planta, RRT e memorial descritivo assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC/ CAU. A50862-4.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 294, de 24 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 544/2016

DECRETO Nº 544, DE 15 DE JUNHO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso

VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitido a pedido o servidor público LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, matrícula nº 479402, ocupante do cargo de Médico, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO 014/16

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 014/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 003/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que vencida a etapa recursal, foi declarada a empresa Da Silva e Lamb Materiais e Construção e Construtora LTDA EPP, como vencedora do certame. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13h00 às 19 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 15 de junho de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N.015/16

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 015/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que vencida a etapa recursal, foi declarada a empresa Da Silva e Lamb Materiais e Construção e Construtora LTDA EPP, como vencedora do certame. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13h 00 às 19 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 15 de junho de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 31.2016 (PMM) - MANUTENÇÃO DA FROTA VEICULAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016

VALIDADE: 14 DE JUNHO DE 2016 A 14 DE JUNHO DE 2017

Ao décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, EXCETO QUANDO FOR PARA RETÍFICA DE MOTOR, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR JOSE ROBERTO MABA	75.294.447/0001-10
DEJAIL OFICINA MECANICA E COM.DE PECAS LTDA-ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR DENIO ROBERTO LUBAWSKI	00.107.384/0001-46
EJD PRESTADORA DE SERVICOS TECNICOS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ERASMO DO AMARAL	03.612.365/0001-65
CWM SERVICOS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLAUS MELCHER	12.007.978/0001-64
SPEED RACER PNEUS LTDA - EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARIO SEBOLD	05.235.301/0003-80
ANDERSON RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA 02604252902, NESTE ATO REPRESENTADO POR ANDERSON RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA	17.982.595/0001-20
CR ELETROMECHANICA LTDA - ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR CRISTIANO CARLOS TAVARES	20.741.306/0001-06

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA INERENTE A MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, EXCETO QUANDO RETÍFICA DE MOTOR, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

ITEM	LICITANTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
05	MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA TRATOR DE PNEU	HORAS	MASSARANDUBA AUTO	300	63,00	18.900,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 18.900,00							
03	DEJAIL OFICINA MECANICA E COM.DE PECAS LTDA-ME	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS (DIESEL)	HORAS	DEJAIL	700	57,00	39.900,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 39.900,00							
04	EJD PRESTADORA DE SERVICOS TECNICOS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MÁQUINAS PESADAS (TRATOR, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, MOTONIVELADORA, RETRO-ESCAVADEIRA, CARREGADEIRA)	HORAS	EJD	600	52,50	31.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 31.500,00							
01	ANDERSON RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA 02604252902	SERVIÇO DE MÃO DE OBRAS P/ MECÂNICA DE CARROS LEVES (AUTOMÓVEIS E CAMIONETES)	HORAS	PICU	600	37,00	22.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 22.200,00							
02	CR ELETROMECHANICA LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA ATENDER TODA FROTA	HORAS	CR	500	59,00	29.500,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 29.500,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 142.000,00							

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 142.000,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

4.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.1.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2 As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 Os serviços licitados serão prestados de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (VINTE QUATRO) HORAS após solicitação através de ordem de serviço.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas, de acordo com as ordens de compra.

5.3 A não realização do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pela conferência do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 A licitante vencedora obriga-se:

10.2 Prestar os serviços licitados de forma parcelada, conforme necessidade da Prefeitura de Massaranduba (SC), rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (VINTE QUATRO) HORAS após solicitação através de ordem de serviço.

10.2.1 Na necessidade de substituição de peças do veículo, a contratada deverá apresentar a descrição das peças que deverão ser substituídas, especificando o código original e a marca das peças.

10.2.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente ata, sem prévia anuência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

10.2.3 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de seus empregados resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal.

10.2.4 Indenizar a Prefeitura de Massaranduba (SC) pelo justo valor de eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer de seus bens ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10.2.5 Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.2.6 A licitante deverá responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado para o serviço, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

10.2.7 Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

10.2.8 Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

10.2.9 Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10.2.10 Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

10.2.11 Será recusado o serviço, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes nesta ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

10.2.11.1 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a Prefeitura de Massaranduba (SC).

10.2.12 Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

10.2.13 A contratada deverá fornecer a municipalidade a garantia do objeto licitado.

10.2.14 As horas/serviço solicitadas deverão ser procedidas com o atendimento no pátio da Prefeitura, ou no local do serviço dentro do município de Massaranduba (SC). Também deverá arcar com as despesas de alimentação, estadia e transporte para o atendimento dos serviços, bem como se necessário o transporte do veículo/máquina/caminhão até a sede da empresa, caso à manutenção não possa ser efetuada no local.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

11.1.3 Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

11.1.4 Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

11.1.5 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

11.1.5.1 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste instrumento convocatório.

11.1.6 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 14 de junho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EJD PRESTADORA DE SERVICOS TECNICOS LTDA
ERASMO DO AMARAL
CONTRATADA

MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA
JOSE ROBERTO MABA
CONTRATADA

ANDERSON RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA 02604252902
ANDERSON RICARDO DE OLIVEIRA SOUZA
CONTRATADA

CR ELETROMECANICA LTDA - ME
CRISTIANO CARLOS TAVARES
CONTRATADA

DEJAIL OFICINA MECANICA E COM.DE PECAS LTDA-ME
DENIO ROBERTO LUBAWSKI
CONTRATADA

CO 59.2016 PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA THOMAZ RADWANSKI (TRECHOS I E II).

VALOR CONTRATADO: R\$ 509.919,26 (QUINHENTOS E NOVE MIL NOVECENTOS E DEZENOVE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 13 DE JUNHO DE 2016 A 13 DE DEZEMBRO DE 2016

MASSARANDUBA, 13 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA - LIC 64.2016 PP 36.2016 - AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016 – PMM, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016, ANEXO II e ANEXO III,

ONDE SE LIA:

01	NOTEBOOK COMPOSTO POR: PROCESSADOR COM 4 NÚCLEOS DE FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 1.6GHZ, MÍNIMO 2MB CACHE; 2 X 2 GB DE MEMÓRIA RAM DDR3 1600 MHz; HD 500 GB 5400 RPM MÍNIMO SATA II; REDE GIGABIT; VÍDEO INTEGRADO; 2 PORTAS USB 2.0 E 1 USB 3.0; TECLADO SEGUINDO NORMAS ABNT2; FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA; BATERIA; LICENÇA WINDOWS 8.1 SL; GARANTIA 1 ANO; TELA DE LED 14" COM SAÍDA HDMI E VGA. CONECTOR DE MICROFONE E FONE DE OUVIDO; WIRELESS B/G/N E LAN RJ45.	UNID.	2	R\$ 1.899,00	R\$ 3.798,00
----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	---	--------------	--------------

PÁGINA 12 (ANEXO II); PÁGINA 13 (ANEXO III).

LÊ-SE:

01	NOTEBOOK COMPOSTO POR: PROCESSADOR COM 4 NÚCLEOS DE FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 1.6GHZ, MÍNIMO 2MB CACHE; 4 GB DE MEMÓRIA RAM DDR3 1600 MHz; HD 500 GB 5400 RPM MÍNIMO SATA II; REDE GIGABIT; VÍDEO INTEGRADO; 2 PORTAS USB 2.0 E 1 USB 3.0; TECLADO SEGUINDO NORMAS ABNT2; FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA; BATERIA; LICENÇA WINDOWS 8.1 SL; GARANTIA 1 ANO; TELA DE LED 14" COM SAÍDA HDMI. CONECTOR DE MICROFONE E FONE DE OUVIDO; WIRELESS B/G/N E LAN RJ45.	UNID.	2	R\$ 1.899,00	R\$ 3.798,00
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	---	--------------	--------------

PÁGINA 12 (ANEXO II); PÁGINA 13 (ANEXO III).

Massaranduba (SC), 15 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

ERRATA - LIC 69.2016 PP 39.2016 - FORNECIMENTO DE INTERNET

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

ERRATA

No PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016 – PMM, edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016,

ONDE SE LIA:

2.0.1. Enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, consoante art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

PÁGINA 01

LÊ-SE:

2.0.1. Enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, consoante art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

2.0.2. Não será aplicada a exigência do item 3.1.1 caso não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme inciso II do Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

PÁGINA 01

Massaranduba (SC), 15 de junho de 2016.

CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

FMS LIC 20.2016 PP 11.2016 - PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 28/06/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 28/06/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 15 de junho de 2016.

SIMONE APARECIDA DE SOUZA – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

ERRATA 01 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16108

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016

ERRATA 01

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna pública a retificação 01 do Processo Administrativo nº 16108, referente à Inscrição do candidato de iniciais C.B. / nº 26749, no seguinte item:

ONDE SE LÊ:

MOTORISTA DO SAMU.

LEIA-SE:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

Fica homologada a ERRATA 01 do PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 16108.

MELEIRO/SC, em 15 de Junho de 2016.

ANA DA COSTA OSTETTO
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 080-2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 080/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA RETANGULAR (PAVER) E DRENAGEM PLUVIAL NO PÁTIO DO CENTRO DE EVENTOS PAVILHÃO DO ARROZ SITUADO A RUA ANTONIO WALMOR CANELA, Nº 745, BAIRRO CENTRO, MELEIRO/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ANEXO AO PROCESSO.

Valor: R\$ 261.345,95

Vigência: Início: 11/05/2016 Término: 10/05/2017.

Data da assinatura: 11 de maio de 2016.

PORTARIA Nº265-2016

PORTARIA n.º 265/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença Saúde, à servidora HERMÍNIA MARIA BIANQUIN SIMON, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº266-2016

PORTARIA n.º 266/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita FERNANDA DAL PONT, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do tempo, em substituição a servidora HERMÍNIA MARIA BIANQUIN SIMON, em licença saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº267-2016

PORTARIA n.º 267/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo nº 096 da Lei n.º 809/2000, de 01 de Fevereiro de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º A pedido, licença prêmio por 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal CLARI SOUSA MARCELINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em razão do efetivo exercício de suas funções, no período de 01 de Agosto de 2007 a 29 de Julho de 2012, conforme dispõe o caput do artigo 96, da Lei n.º 809/2000, de 01 de fevereiro de 2000.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº268-2016

PORTARIA n.º 268/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LELIANI PERUCHI SCARPARI, para cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 30 (trinta) dias, para substituir à servidora CLARI SOUSA MARCELINO, em virtude de licença prêmio.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº269-2016

PORTARIA n.º 269/2016

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor NAZARINO OURIQUES, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais vinculadas a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, em conformidade com o Concurso Público – Edital n.º 001/2015, a partir da presente data.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº270-2016

PORTARIA n.º 270/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença Saúde, à servidora JULIANA NICOSKI ALAMINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 271-2016

PORTARIA nº 271/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PSICÓLOGA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei n.º 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido da Senhorita MARILÉIA VITORINO, do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0178/2016

DECRETO Nº 0178/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSIMAR MACHADO, APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, EDITAL Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016, em especial o Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir desta data, o Sr. JOSIMAR MACHADO, portador do CPF nº 057.774.989-73, RG nº 5.057.686, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Modelo/SC, Edital nº 001/2015, para o cargo de MOTORISTA, nível 23 referência "A" da Tabela de Isonomia de Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, com carga horária de 40 horas semanais, com a jornada de trabalho fixada e a atribuição de exercício, de conformidade com o interesse e necessidade do atendimento do serviço público, com observância das disposições legais, percebendo a remuneração do quadro conforme estabelecido em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 15 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE Nº 030/2016 – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015
REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 0178/2016
CARGO: Motorista

Aos quinze de junho de dois mil e dezesseis, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC compareceu o Sr. JOSIMAR MACHADO, portador do CPF nº 057.774.989-73, RG nº 5.057.686, nomeado a fim de tomar posse no cargo de MOTORISTA, conforme especificado pelo Decreto nº 0178/2016.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional competente onde foi julgado apto físico e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de

dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo/SC, aos 15 de junho de 2016.

JOSIMAR MACHADO
Servidor

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0179/2016

Decreto nº 179/2016 de 15/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 616/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 616/2016, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E MURO DE CONTENÇÃO NA RUA JOAQUIM NABUCO, COMPREENDENDO: TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO, SINALIZAÇÃO E CALÇAMENTO EM PEDRAS IRREGULARES COM ÁREA DE 2.782,30 M², CORTE PARA EXECUÇÃO DO MURO, MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO E BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL E REATERRO APÓS A CONSTRUÇÃO DO MURO COM ÁREA DE 34 M DE COMPRIMENTO E ALTURA VARIÁVEL. DE ACORDO COM ART Nº 5486302-6, ART Nº 5486448-3, ART Nº 5467603-5, MEMORIAIS, PROJETOS, CRO-NOGRAMAS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
RINOVI CONSTRUTORA LTDA	390.096,98

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 15 de junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 15 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0180/2016

Decreto nº 180/2016 de 15/06/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 657/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 657/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE DOS MOTORISTAS, LOCALIZADO NO PARQUE DA FEPAR, NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP	65.647,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 15 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Chefe do Depto. De Licitações

PORTARIA Nº 0114/2016

PORTARIA Nº 0114/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSIMAR MACHADO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal JOSIMAR MACHADO, nomeado pelo Decreto nº 0178/2016, o exercício das funções do cargo efetivo de Motorista, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Estradas e Rodagens.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

RREO ANEXO 09 BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	(a)	(b)	(c)=(a-b)		500.000,00
	500.000,00	-			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO	
	(d)	(e)		(f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.056.367,69	3.543.202,54	31.226,58	8.513.165,15	
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte					
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras					
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.056.367,69	3.543.202,54	31.226,58	8.513.165,15	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-11.556.367,69	-3.543.202,54	-	-8.013.165,15	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 48m.

Notas:
¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

RREO ANEXO 09 BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	500.000,00	-		500.000,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.161.512,40	3.670.431,19	333.313,25		8.491.081,21	
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte						
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras						
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.161.512,40	3.670.431,19	333.313,25		8.491.081,21	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (II)=(I-II)	-11.661.512,40	-3.670.431,19	-	-	-7.991.081,21	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 03m.

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III;

RREO ANEXO 11 BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 15:49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro/2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	331.500,00	-	331.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	-	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	-	181.500,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

	2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (Ile+ Iff))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
SALDO FINANCEIRO A APLICAR			
VALOR (III)			-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 49m.

RREO ANEXO 11 BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 16:04

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril/2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	331.500,00	-	-	-	-	-	331.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	-	-	-	-	-	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	-	-	-	-	-	181.500,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2015 (h)	2016 (i) = (lb - (Ile+ If))	SALDO ATUAL (j) = (IIh + IIIi)
VALOR (III)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 04m.

RREO ANEXO 12 BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 3
15/06/2016 15:50

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.311.003,00	1.311.003,00	77.267,66	5,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	294.560,00	294.560,00	-	-
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	235.400,00	235.400,00	27.047,04	11,49
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	288.827,00	288.827,00	24.941,60	8,64
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	396.627,00	396.627,00	22.264,56	5,61
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	32.670,00	32.670,00	155,97	0,48
Dívida Ativa dos Impostos	54.449,00	54.449,00	2.583,46	4,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.470,00	8.470,00	275,03	3,25
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.609.299,60	13.609.299,60	1.991.362,76	14,63
Cota-Parte FPM	7.803.376,00	7.803.376,00	1.174.840,45	15,06
Cota-Parte ITR	14.518,60	14.518,60	13,02	0,09
Cota-Parte IPVA	378.730,00	378.730,00	46.131,35	12,18
Cota-Parte ICMS	5.267.475,00	5.267.475,00	750.150,61	14,24
Cota-Parte IPI-Exportação	96.800,00	96.800,00	17.348,57	17,92
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	48.400,00	48.400,00	2.878,76	5,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	48.400,00	48.400,00	2.878,76	5,95
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.920.302,60	14.920.302,60	2.068.630,42	13,86

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.207.202,00	4.207.202,00	538.856,96	12,81
Provenientes da União	1.627.482,00	1.627.482,00	217.790,61	13,38
Provenientes dos Estados	242.000,00	242.000,00	33.625,50	13,89
Provenientes de Outros Municípios	2.337.720,00	2.337.720,00	287.440,85	12,30
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.207.202,00	4.207.202,00	538.856,96	12,81

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.984.346,00	4.984.346,00	915.934,38	18,38	528.209,62	10,60
Pessoal e Encargos Sociais	2.178.000,00	2.106.000,00	323.687,65	15,37	256.473,76	12,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.806.346,00	2.878.346,00	592.246,73	20,58	271.735,86	9,44
DESPESAS DE CAPITAL	837.990,00	837.990,00	-	-	-	-
Investimentos	837.990,00	837.990,00	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.822.336,00	5.822.336,00	915.934,38	15,73	528.209,62	9,07

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREQ – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.822.336,00	5.822.336,00	915.934,38	100,00	528.209,62	100,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100)6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					25,53	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) /100]6					217.915,06	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.752.852,00	4.752.852,00	773.691,82	84,47	454.347,30	86,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	922.620,00	922.620,00	124.504,57	13,59	62.624,33	11,86
Suporte Profilático e Terapêutico	10.082,00	10.082,00	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	113.135,00	113.135,00	9.937,99	1,09	9.937,99	1,88
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	7.800,00	0,85	1.300,00	0,25
Alimentação e Nutrição	26.430,00	26.430,00	-	-	-	-
Outras Subfunções	20.207,00	20.207,00	-	-	-	-
TOTAL	5.858.636,00	5.858.636,00	915.934,38	100,00	528.209,62	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 50m.

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual ne estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/20126
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
- 6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá correspon da despesa empenhada.
- 7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO ANEXO 12 BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 2
15/06/2016 16:09

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita				32.788.705,69
Previsão Atualizada da Receita				32.788.705,69
Receitas Realizadas				4.974.236,06
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)				436.288,04
DESPESAS				
Dotação Inicial				32.782.255,69
Créditos Adicionais				436.288,04
Dotação Atualizada				33.218.543,73
Despesas Empenhadas				11.421.977,96
Despesas Liquidadas				4.776.031,81
Despesas Pagas				3.810.007,01
Superávit Orçamentário				198.204,25
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas				11.421.977,96
Despesas Liquidadas				4.776.031,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida				14.342.215,22
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)				0,00
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação a Meta
		(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal		0,00	-59.765,93	
Resultado Primário		0,00	203.613,61	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
				Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		78.076,77	0,00	0,00
Poder Executivo		78.076,77	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00
TOTAL		78.076,77	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 - Anexo XIV R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	902.482,36	25%	22,79
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	396.504,23	60%	68,77

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	500.000,00
Despesa de Capital Líquida	333.313,25	11.828.199,15

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	331.500,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.205.048,36	15%	30,43

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 09m.

RREO ANEXO I BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 5
15/06/2016 15:43

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PRREO - ANEXO II(DF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							RS 1.100
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.386.913,68	7,28	2.386.913,68	7,28	30.401.792,01
RECEITAS CORRENTES	23.356.324,60	23.356.324,60	2.386.913,68	10,22	2.386.913,68	10,22	20.969.410,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00	1.907.276,00	88.978,99	4,67	88.978,99	4,67	1.818.297,01
IMPOSTOS	1.215.414,00	1.215.414,00	74.253,20	6,11	74.253,20	6,11	1.141.160,80
TAXAS	329.362,00	329.362,00	13.549,27	4,11	13.549,27	4,11	315.812,73
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	362.500,00	362.500,00	1.176,52	0,32	1.176,52	0,32	361.323,48
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	853.994,00	853.994,00	-	-	-	-	853.994,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	672.494,00	672.494,00	-	-	-	-	672.494,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	181.500,00	181.500,00	-	-	-	-	181.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	142.011,00	142.011,00	8.648,17	6,09	8.648,17	6,09	133.362,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	135.961,00	135.961,00	8.552,14	6,29	8.552,14	6,29	127.408,86
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	6.050,00	6.050,00	96,03	1,59	96,03	1,59	5.953,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.050,00	6.050,00	-	-	-	-	6.050,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	6.050,00	6.050,00	-	-	-	-	6.050,00
RECEITA INDUSTRIAL	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-	12.100,00
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-	12.100,00
RECEITA DE SERVIÇOS	210.800,00	210.800,00	16.742,73	7,94	16.742,73	7,94	194.057,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.868.244,60	19.868.244,60	2.257.176,31	11,36	2.257.176,31	11,36	17.611.068,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.834.372,10	18.834.372,10	2.253.545,83	11,97	2.253.545,83	11,97	16.580.826,27
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	60.500,00	60.500,00	3.630,48	6,00	3.630,48	6,00	56.869,52
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	973.372,50	973.372,50	-	-	-	-	973.372,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.849,00	355.849,00	15.367,48	4,32	15.367,48	4,32	340.481,52
MULTAS E JUROS DE MORA	232.430,00	232.430,00	7.409,11	3,19	7.409,11	3,19	225.020,89
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	32,78	0,14	32,78	0,14	24.167,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	81.069,00	81.069,00	7.422,58	9,16	7.422,58	9,16	73.646,42

Página: 2 de 5
15/06/2016 15:43

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, incisos I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							RS 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	(a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DIVERSAS	18.150,00	18.150,00	503,01	2,77	503,01	2,77	17.646,99
RECEITAS DE CAPITAL	9.432.381,09	9.432.381,09	-	-	-	-	9.432.381,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.500,00	331.500,00	-	-	-	-	331.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	181.500,00	-	-	-	-	181.500,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-	12.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.056.381,09	8.056.381,09	-	-	-	-	8.056.381,09
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.099.781,09	4.099.781,09	-	-	-	-	4.099.781,09
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.956.600,00	3.956.600,00	-	-	-	-	3.956.600,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-	532.400,00
OUTRAS RECEITAS	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-	532.400,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.386.913,68	7,28	2.386.913,68	7,28	30.401.792,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.386.913,68	7,28	2.386.913,68	7,28	30.401.792,01
DEFTQ(TV)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.386.913,68	7,28	2.386.913,68	7,28	30.401.792,01

Página: 3 de 5
15/06/2016 15:43

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00					
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		-	-	-	-	328.290,24	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	328.290,24	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Página: 4 de 5
15/06/2016 15:43

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RS 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	8.450.375,82	24.660.170,11	1.938.496,87	1.938.496,87	31.172.049,06	1.286.254,81
DESPESAS CORRENTES	20.795.988,00	20.824.278,24	4.907.173,28	4.907.173,28	15.917.104,96	1.907.270,29	1.907.270,29	18.917.007,95	1.272.187,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.989.772,00	8.862.822,00	1.090.410,23	1.090.410,23	7.772.411,77	1.003.696,14	1.003.696,14	7.859.125,86	843.320,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.500,00	60.500,00	-	-	60.500,00	-	-	60.500,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.745.716,00	11.900.956,24	3.816.763,05	3.816.763,05	8.084.193,19	903.574,15	903.574,15	10.997.382,09	428.867,21
DESPESAS DE CAPITAL	11.720.067,69	12.020.067,69	3.543.202,54	3.543.202,54	8.476.865,15	31.226,58	31.226,58	11.988.841,11	14.067,23
INVESTIMENTOS	11.459.567,69	11.759.567,69	3.453.202,54	3.453.202,54	8.306.365,15	19.355,80	19.355,80	11.740.211,89	2.196,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	60.500,00	60.500,00	-	-	60.500,00	-	-	60.500,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	90.000,00	90.000,00	110.000,00	11.870,78	11.870,78	188.129,22	11.870,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.900,00	229.900,00	-	-	229.900,00	-	-	229.900,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VII+IX)	32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	8.450.375,82	24.660.170,11	1.938.496,87	1.938.496,87	31.172.049,06	1.286.254,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(XI+XII)	32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	8.450.375,82	24.660.170,11	1.938.496,87	1.938.496,87	31.172.049,06	1.286.254,81
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	448.416,81	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	8.898.792,63	24.211.753,30	1.938.496,87	2.386.913,68	31.172.049,06	1.286.254,81

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 42m.

Página: 5 de 5
15/06/2016 15:43

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

JANICE MARTINI MULLER CONTADORA	RICARDO LUIS MALDANER PREFEITO MUNICIPAL	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI CONTEALADOR INTERNO
------------------------------------	---------------------------------------------	----------------------------------------------------

RREO ANEXO I BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 5
15/06/2016 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RECEITAS	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS			RS 1,00	
	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%	%	(a-c)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.587.322,38	7,89	4.974.236,06	15,17		27.814.469,63	
RECEITAS CORRENTES	23.356.324,60	23.356.324,60	2.290.535,71	9,81	4.677.449,39	20,03		18.678.875,21	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00	1.907.276,00	337.063,74	17,67	426.042,73	22,34		1.481.233,27	
IMPOSTOS	1.215.414,00	1.215.414,00	243.344,04	20,02	317.597,24	26,13		897.816,76	
TAXAS	329.362,00	329.362,00	92.543,18	28,10	106.092,45	32,21		223.269,55	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	362.500,00	362.500,00	1.176,52	0,32	2.353,04	0,65		360.146,96	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	853.994,00	853.994,00	39.091,91	4,58	39.091,91	4,58		814.902,09	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	672.494,00	672.494,00	-	-	-	-		672.494,00	
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO	181.500,00	181.500,00	39.091,91	21,54	39.091,91	21,54		142.408,09	
RECEITA PATRIMONIAL	142.011,00	142.011,00	9.780,06	6,89	18.428,23	12,98		123.582,77	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	135.961,00	135.961,00	9.780,06	7,19	18.332,20	13,48		117.628,80	
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	6.050,00	6.050,00	-	-	96,03	1,59		5.953,97	
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.050,00	6.050,00	-	-	-	-		6.050,00	
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	6.050,00	6.050,00	-	-	-	-		6.050,00	
RECEITA INDUSTRIAL	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-		12.100,00	
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-		12.100,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	210.800,00	210.800,00	19.215,39	9,12	35.958,12	17,06		174.841,88	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.868.244,60	19.868.244,60	1.853.492,83	9,33	4.110.669,14	20,69		15.757.575,46	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.834.372,10	18.834.372,10	1.828.892,79	9,71	4.082.438,62	21,68		14.751.933,48	
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	60.500,00	60.500,00	24.600,04	40,66	28.230,52	46,66		32.269,48	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	973.372,50	973.372,50	-	-	-	-		973.372,50	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	355.849,00	355.849,00	31.891,78	8,96	47.259,26	13,28		308.589,74	
MULTAS E JUROS DE MORA	232.430,00	232.430,00	12.298,70	5,29	19.707,81	8,48		212.722,19	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.200,00	24.200,00	-	-	32,78	0,14		24.167,22	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	81.069,00	81.069,00	18.560,25	22,89	25.982,83	32,05		55.086,17	

Página: 2 de 5
15/06/2016 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS DIVERSAS	18.150,00	18.150,00	1.032,83	5,69	1.535,84	8,46
RECEITAS DE CAPITAL	9.432.381,09	9.432.381,09	296.786,67	3,15	296.786,67	3,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-
ALIEAÇÃO DE BENS	331.500,00	331.500,00	-	-	-	-
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	181.500,00	181.500,00	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.100,00	12.100,00	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.056.381,09	8.056.381,09	296.786,67	3,68	296.786,67	3,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.099.781,09	4.099.781,09	296.786,67	7,24	296.786,67	7,24
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	3.956.600,00	3.956.600,00	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS	532.400,00	532.400,00	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.587.322,38	7,89	4.974.236,06	15,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)						
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.587.322,38	7,89	4.974.236,06	15,17
DEFIQ(TVI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	32.788.705,69	32.788.705,69	2.587.322,38	7,89	4.974.236,06	15,17

Página: 3 de 5
15/06/2016 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016 (Bimestre Março-Abril)

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
Superávit Financeiro	-	-	-	436.288,04	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	436.288,04	-

Página: 4 de 5
15/06/2016 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(viii)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	11.421.977,96	21.796.565,77	2.837.534,94	4.776.031,81	28.442.511,92	3.810.007,01
DESPESAS CORRENTES	20.795.988,00	20.827.131,33	2.844.373,49	7.751.546,77	13.075.584,56	2.535.448,27	4.442.718,56	16.384.412,77	3.590.357,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.989.772,00	8.847.822,00	1.381.397,70	2.471.807,93	6.376.014,07	1.154.272,84	2.157.968,98	6.689.853,02	2.002.404,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.500,00	60.500,00	-	-	60.500,00	-	-	60.500,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.745.716,00	11.918.809,33	1.462.975,79	5.279.738,84	6.639.070,49	1.381.175,43	2.284.749,58	9.634.059,75	1.587.953,14
DESPESAS DE CAPITAL	11.720.067,69	12.125.212,40	127.228,65	3.670.431,19	8.454.781,21	302.086,67	333.313,25	11.791.899,15	219.649,80
INVESTIMENTOS	11.459.567,69	11.864.712,40	127.228,65	3.580.431,19	8.284.281,21	290.215,89	309.571,69	11.555.140,71	195.908,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	60.500,00	60.500,00	-	-	60.500,00	-	-	60.500,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	200.000,00	-	90.000,00	110.000,00	11.870,78	23.741,56	176.258,44	23.741,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.900,00	229.900,00	-	-	229.900,00	-	-	229.900,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(ix)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(x)=(viii+ix)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	4.776.031,81	21.796.565,77	2.837.534,94	4.776.031,81	28.442.511,92	3.810.007,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(xii)=(x+xi)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	11.421.977,96	21.796.565,77	2.837.534,94	4.776.031,81	28.442.511,92	3.810.007,01
SUPERÁVIT(xiii)	-	-	-	-	-	-	198.204,25	-	-
TOTAL(xiv)=(xii+xi)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	11.620.182,21	21.598.361,52	2.837.534,94	4.974.236,06	28.442.511,92	3.810.007,01

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 57m.

Página: 5 de 5
15/06/2016 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

RICARDO LUIS WALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
CONTEALADOR INTERNO

RREO ANEXO II BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 3
15/06/2016 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO	Despesas Liquidadas		Saldo		
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	(b/total b)	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre	(d/Total d)	(e)=(a-d)
			(a)	(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)	(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)		
R\$ 1,00											
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	8.450.375,82	100,00	24.660.170,11	1.938.496,87	1.938.496,87	100,00	31.172.049,06
Legislativa		888.000,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00
Ação Legislativa		888.000,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00
Administração		2.274.870,00	2.274.870,00	717.740,88	717.740,88	8,49	1.557.129,12	336.135,53	336.135,53	17,34	1.938.734,47
Administração Geral		1.616.670,00	1.616.670,00	651.431,06	651.431,06	7,71	965.238,94	277.621,93	277.621,93	14,32	1.339.048,07
Administração Financeira		627.950,00	627.950,00	66.309,82	66.309,82	0,78	561.640,18	58.513,60	58.513,60	3,02	569.436,40
Administração de Receitas		30.250,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00
Segurança Pública		169.800,00	169.800,00	14.032,60	14.032,60	0,17	155.767,40	12.282,60	12.282,60	0,63	157.517,40
Policimento		84.200,00	84.200,00	7.843,22	7.843,22	0,09	76.356,78	7.843,22	7.843,22	0,40	76.356,78
Defesa Civil		85.600,00	85.600,00	6.189,38	6.189,38	0,07	79.410,62	4.439,38	4.439,38	0,23	81.160,62
Assistência Social		1.315.000,00	1.346.470,24	157.835,09	157.835,09	1,87	1.188.635,15	81.308,80	81.308,80	4,19	1.265.161,44
Assistência ao Idoso		40.535,00	40.535,00	0,00	0,00	0,00	40.535,00	0,00	0,00	0,00	40.535,00
Assistência à Criança e ao Adolescente		257.290,00	288.760,24	23.058,70	23.058,70	0,27	265.701,54	16.398,70	16.398,70	0,85	272.361,54
Assistência Comunitária		1.017.175,00	1.017.175,00	134.776,39	134.776,39	1,59	882.398,61	64.910,10	64.910,10	3,35	952.264,90
Saúde		5.858.636,00	5.858.636,00	915.934,38	915.934,38	10,84	4.942.701,62	528.209,62	528.209,62	27,25	5.330.426,38
Atenção Básica		4.752.852,00	4.752.852,00	773.691,82	773.691,82	9,16	3.979.160,18	454.347,30	454.347,30	23,44	4.298.504,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		922.620,00	922.620,00	124.504,57	124.504,57	1,47	798.115,43	62.624,33	62.624,33	3,23	859.995,67
Suporte Profilático e Terapêutico		10.082,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	10.082,00
Vigilância Sanitária		113.135,00	113.135,00	9.937,99	9.937,99	0,12	103.197,01	9.937,99	9.937,99	0,51	103.197,01
Vigilância Epidemiológica		13.310,00	13.310,00	7.800,00	7.800,00	0,09	5.510,00	1.300,00	1.300,00	0,07	12.010,00
Alimentação e Nutrição		26.430,00	26.430,00	0,00	0,00	0,00	26.430,00	0,00	0,00	0,00	26.430,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador		20.207,00	20.207,00	0,00	0,00	0,00	20.207,00	0,00	0,00	0,00	20.207,00
Educação		7.175.048,60	7.385.048,60	1.502.038,18	1.502.038,18	17,77	5.883.010,42	402.125,79	402.125,79	20,74	6.982.922,81
Ensino Fundamental		4.867.578,60	5.077.578,60	941.243,79	941.243,79	11,14	4.136.334,81	188.605,36	188.605,36	9,73	4.888.973,24
Ensino Médio		58.080,00	58.080,00	0,00	0,00	0,00	58.080,00	0,00	0,00	0,00	58.080,00
Ensino Superior		48.400,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00

Página: 2 de 3
15/06/2016 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	
Educação Infantil	2.048.530,00	2.048.530,00	494.017,91	494.017,91	5,85	1.554.512,09	201.743,95	201.743,95	10,41	1.846.786,05
Educação de Jovens e Adultos	31.460,00	31.460,00	776,48	776,48	0,01	30.683,52	776,48	776,48	0,04	30.683,52
Educação Especial	121.000,00	121.000,00	66.000,00	66.000,00	0,78	55.000,00	11.000,00	11.000,00	0,57	110.000,00
Cultura	234.740,00	234.740,00	44.793,71	44.793,71	0,53	189.946,29	4.293,71	4.293,71	0,22	230.446,29
Difusão Cultural	234.740,00	234.740,00	44.793,71	44.793,71	0,53	189.946,29	4.293,71	4.293,71	0,22	230.446,29
Direitos da Cidadania	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
Administração Financeira	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Urbanismo	3.109.801,09	3.109.801,09	1.625.853,15	1.625.853,15	19,24	1.483.947,94	111.034,98	111.034,98	5,73	2.998.766,11
Infra-Estrutura Urbana	2.116.050,00	2.116.050,00	842.938,58	842.938,58	9,98	1.273.111,42	111.034,98	111.034,98	5,73	2.005.015,02
Serviços Urbanos	10.470,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00
Habitação Urbana	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Turismo	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00
Transporte Rodoviário	939.181,09	939.181,09	782.914,57	782.914,57	9,26	156.266,52	0,00	0,00	0,00	939.181,09
Habitação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Habitação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Saneamento	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Saneamento Básico Urbano	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Gestão Ambiental	314.600,00	314.600,00	0,00	0,00	0,00	314.600,00	0,00	0,00	0,00	314.600,00
Saneamento Básico Urbano	314.600,00	314.600,00	0,00	0,00	0,00	314.600,00	0,00	0,00	0,00	314.600,00
Agricultura	2.610.110,00	2.696.930,00	879.252,00	879.252,00	10,40	1.817.678,00	195.170,77	195.170,77	10,07	2.501.759,23
Recursos Hídricos	137.250,00	137.250,00	0,00	0,00	0,00	137.250,00	0,00	0,00	0,00	137.250,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Extensão Rural	1.410.430,00	1.497.250,00	371.524,02	371.524,02	4,40	1.125.725,98	117.594,29	117.594,29	6,07	1.379.655,71
Promoção da Produção Agropecuária	986.200,00	986.200,00	507.727,98	507.727,98	6,01	478.472,02	77.576,48	77.576,48	4,00	908.623,52
Defesa Agropecuária	64.130,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00

Página: 3 de 3
15/06/2016 15:44

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Despesas Empenhadas				Despesas Liquidadas		SALDO		R\$ 1,00	
Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)=(a-d)	Saldo	
Indústria	302.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.500,00	302.500,00
Promoção Industrial	229.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	229.900,00
Produção Industrial	72.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.600,00	72.600,00
Transporte	5.674.950,00	2.139.329.35	2.139.329.35	25,32	2.139.329.35	187.013,07	9,65	187.013,07	187.013,07	3.535.620,65	5.487.936,93
Transporte Rodoviário	5.674.950,00	2.139.329.35	2.139.329.35	25,32	2.139.329.35	187.013,07	9,65	187.013,07	187.013,07	3.535.620,65	5.487.936,93
Desporto e Lazer	2.027.700,00	253.066.48	253.066.48	2,99	253.066.48	51.205,87	2,64	51.205,87	51.205,87	1.774.633,52	1.976.494,13
Turismo	1.560.000,00	112.949.55	112.949.55	1,34	112.949.55	0,00	0,00	0,00	0,00	1.447.050,45	1.560.000,00
Desporto Comunitário	467.700,00	140.116.93	140.116.93	1,66	140.116.93	51.205,87	2,64	51.205,87	51.205,87	327.583,07	416.494,13
Encargos Especiais	466.200,00	200.500,00	200.500,00	2,37	200.500,00	29.716,13	1,53	29.716,13	29.716,13	265.700,00	436.483,87
Serviço da Dívida Interna	260.500,00	90.000,00	90.000,00	1,07	90.000,00	11.870,78	0,61	11.870,78	11.870,78	170.500,00	248.629,22
Transferências	205.700,00	110.500,00	110.500,00	1,31	110.500,00	17.845,35	0,92	17.845,35	17.845,35	95.200,00	187.854,65
Reserva de Contingência	229.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	229.900,00
Reserva de Contingência	229.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	229.900,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	32.782.255,69	33.110.545,93	8.450.375,82	100,00	8.450.375,82	1.938.496,87	100,00	1.938.496,87	1.938.496,87	24.660.170,11	31.172.049,06

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 44m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 44m.

RREO ANEXO II BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 3
15/06/2016 15:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	11.421.977,96	100,00	21.796.565,77	2.837.534,94	4.776.031,81	100,00	28.442.511,92	
Legislativa	888.000,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	
Ação Legislativa	888.000,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	0,00	0,00	0,00	888.000,00	
Administração	2.274.870,00	2.274.870,00	240.980,36	958.721,24	8,39	1.316.148,76	326.738,55	662.874,08	13,88	1.611.995,92	
Administração Geral	1.616.670,00	1.616.670,00	166.525,71	817.956,77	7,16	798.713,23	248.162,53	525.784,46	11,01	1.090.885,54	
Administração Financeira	627.950,00	627.950,00	74.454,65	140.764,47	1,23	487.185,53	78.576,02	137.089,62	2,87	490.860,38	
Administração de Receitas	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00	
Segurança Pública	169.800,00	169.800,00	17.218,35	31.250,95	0,27	138.549,05	17.218,35	29.500,95	0,62	140.299,05	
Policimento	84.200,00	84.200,00	9.913,74	17.756,96	0,16	66.443,04	9.913,74	17.756,96	0,37	66.443,04	
Defesa Civil	85.600,00	85.600,00	7.304,61	13.493,99	0,12	72.106,01	7.304,61	11.743,99	0,25	73.856,01	
Assistência Social	1.315.000,00	1.364.794,95	159.698,52	317.533,61	2,78	1.047.261,34	128.864,15	210.172,95	4,40	1.154.622,00	
Assistência ao Idoso	40.535,00	40.535,00	6.467,30	6.467,30	0,06	34.067,70	6.467,30	6.467,30	0,14	34.067,70	
Assistência à Criança e ao Adolescente	257.290,00	288.760,24	18.859,40	41.918,10	0,37	246.842,14	18.391,40	34.790,10	0,73	253.970,14	
Assistência Comunitária	1.017.175,00	1.035.499,71	134.371,82	269.148,21	2,36	766.351,50	104.005,45	168.915,55	3,54	866.584,16	
Saúde	5.858.636,00	5.858.636,00	1.055.067,88	1.971.002,26	17,26	3.887.633,74	676.838,74	1.205.048,36	25,23	4.653.587,64	
Atenção Básica	4.752.852,00	4.752.852,00	723.082,14	1.496.773,96	13,10	3.256.078,04	499.197,28	953.544,58	19,97	3.799.307,42	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	922.620,00	922.620,00	311.172,99	435.677,56	3,81	486.942,44	157.347,43	219.971,76	4,61	702.648,24	
Suporte Profilático e Terapêutico	10.082,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	10.082,00	0,00	0,00	0,00	10.082,00	
Vigilância Sanitária	113.135,00	113.135,00	15.068,43	25.006,42	0,22	88.128,58	13.799,71	23.737,70	0,50	89.397,30	
Vigilância Epidemiológica	13.310,00	13.310,00	4.163,54	11.963,54	0,10	1.346,46	5.463,54	6.763,54	0,14	6.546,46	
Alimentação e Nutrição	26.430,00	26.430,00	32,78	32,78	0,00	26.397,22	32,78	32,78	0,00	26.397,22	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	20.207,00	20.207,00	1.548,00	1.548,00	0,01	18.659,00	998,00	998,00	0,02	19.209,00	
Educação	7.175.048,60	7.387.901,69	506.232,14	2.008.270,32	17,58	5.379.631,37	551.885,97	954.011,76	19,98	6.433.889,93	
Ensino Fundamental	4.867.578,60	5.077.578,60	313.056,56	1.254.300,35	10,98	3.823.278,25	312.666,04	501.271,40	10,50	4.576.307,20	
Ensino Médio	58.080,00	58.080,00	0,00	0,00	0,00	58.080,00	0,00	0,00	0,00	58.080,00	
Ensino Superior	48.400,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00	0,00	0,00	0,00	48.400,00	

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

Página: 2 de 3
15/06/2016 15:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo	
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	(c)=(a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(e)=(a-d)
Educação Infantil		2.048.530,00	2.051.383,09	189.646,60	683.664,51	5,99	1.367.718,58	224.690,95	426.434,90	8,93	1.624.948,19
Educação de Jovens e Adultos		31.460,00	31.460,00	3.528,98	4.305,46	0,04	27.154,54	3.528,98	4.305,46	0,09	27.154,54
Educação Especial		121.000,00	121.000,00	0,00	66.000,00	0,58	55.000,00	11.000,00	22.000,00	0,46	99.000,00
Cultura		234.740,00	234.740,00	21.834,46	66.628,17	0,58	168.111,83	30.834,46	35.128,17	0,74	199.611,83
Difusão Cultural		234.740,00	234.740,00	21.834,46	66.628,17	0,58	168.111,83	30.834,46	35.128,17	0,74	199.611,83
Direitos da Cidadania		82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00	82.000,00
Administração Financeira		72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Assistência Comunitária		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Urbanismo		3.109.801,09	3.109.801,09	87.435,85	1.713.289,00	15,00	1.396.512,09	317.902,71	428.937,69	8,98	2.680.863,40
Infra-Estrutura Urbana		2.116.050,00	2.116.050,00	60.400,65	903.339,23	7,91	1.212.710,77	281.642,51	392.677,49	8,22	1.723.372,51
Serviços Urbanos		10.470,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00	0,00	0,00	0,00	10.470,00
Habituação Urbana		12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Turismo		32.000,00	32.000,00	7.900,00	7.900,00	0,07	24.100,00	7.900,00	7.900,00	0,17	24.100,00
Transporte Rodoviário		939.181,09	939.181,09	19.135,20	802.049,77	7,02	137.131,32	28.360,20	28.360,20	0,59	910.820,89
Habitação		36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Habituação Urbana		36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Saneamento		12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Saneamento Básico Urbano		12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Gestão Ambiental		314.600,00	314.600,00	24.484,33	24.484,33	0,21	290.115,67	9.752,25	9.752,25	0,20	304.847,75
Saneamento Básico Urbano		314.600,00	314.600,00	24.484,33	24.484,33	0,21	290.115,67	9.752,25	9.752,25	0,20	304.847,75
Agricultura		2.610.110,00	2.783.750,00	429.344,05	1.308.596,05	11,46	1.475.153,95	316.695,78	511.866,55	10,72	2.271.883,45
Recursos Hídricos		137.250,00	137.250,00	9.600,00	9.600,00	0,08	127.650,00	5.100,00	5.100,00	0,11	132.150,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	12.100,00
Extensão Rural		1.410.430,00	1.497.250,00	173.435,99	544.960,01	4,77	952.289,99	144.741,49	262.335,78	5,49	1.234.914,22
Promoção da Produção Agropecuária		986.200,00	1.073.020,00	246.308,06	754.036,04	6,60	318.983,96	166.854,29	244.430,77	5,12	828.589,23
Defesa Agropecuária		64.130,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00	0,00	0,00	0,00	64.130,00

Página: 3 de 3
15/06/2016 15:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Indústria	302.500,00	302.500,00	7.500,00	7.500,00	0,07	295.000,00	0,00	0,00	0,00	302.500,00
Promoção Industrial	229.900,00	229.900,00	7.500,00	7.500,00	0,07	222.400,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00
Produção Industrial	72.600,00	72.600,00	0,00	0,00	0,00	72.600,00	0,00	0,00	0,00	72.600,00
Transporte	5.674.950,00	5.674.950,00	382.046,78	2.521.376,13	22,07	3.153.573,87	356.282,79	543.295,86	11,38	5.131.654,14
Transporte Rodoviário	5.674.950,00	5.674.950,00	382.046,78	2.521.376,13	22,07	3.153.573,87	356.282,79	543.295,86	11,38	5.131.654,14
Desporto e Lazer	2.027.700,00	2.027.700,00	39.759,42	292.825,90	2,56	1.734.874,10	64.735,38	115.941,25	2,43	1.911.758,75
Turismo	1.560.000,00	1.560.000,00	0,00	112.949,55	0,99	1.447.050,45	0,00	0,00	0,00	1.560.000,00
Desporto Comunitário	467.700,00	467.700,00	39.759,42	179.876,35	1,57	287.823,65	64.735,38	115.941,25	2,43	351.758,75
Encargos Especiais	466.200,00	466.200,00	0,00	200.500,00	1,76	265.700,00	39.785,81	69.501,94	1,46	396.698,06
Serviço da Dívida Interna	260.500,00	260.500,00	0,00	90.000,00	0,79	170.500,00	11.870,78	23.741,56	0,50	236.758,44
Transferências	205.700,00	205.700,00	0,00	110.500,00	0,97	95.200,00	27.915,03	45.760,38	0,96	159.939,62
Reserva de Contingência	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00
Reserva de Contingência	229.900,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00	0,00	0,00	0,00	229.900,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	32.782.255,69	33.218.543,73	2.971.602,14	11.421.977,96	100,00	21.796.565,77	2.837.534,94	4.776.031,81	100,00	28.442.511,92

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 59m.

RREO ANEXO III BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 2
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2015 a Fevereiro/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total (últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
			Março/2015	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015								
			Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016								
RECEITAS CORRENTES (I)			1.186.514,20	1.239.264,68	1.348.368,10	1.512.278,79	1.402.518,42	1.092.934,94							16.229.267,19	26.127.084,60
RECEITA TRIBUTÁRIA			1.398.995,56	1.321.056,78	1.264.365,90	1.677.783,92	1.391.544,94	1.393.640,96								
			51.171,94	84.510,68	87.080,65	254.266,87	75.277,63	70.613,02								
IPTU			66.628,78	131.432,73	53.889,12	44.450,64	55.696,45	33.282,54							1.008.301,05	1.907.276,00
			2.144,89	13.106,04	20.077,76	118.925,71	6.456,79	7.481,64								
ISS			15.439,30	6.539,38	4.308,99	-11.368,38	-	-							183.112,12	294.560,00
			14.869,11	17.889,46	23.668,29	18.554,14	11.966,12	22.177,45								
ITBI			20.181,67	59.632,02	18.104,43	30.861,76	11.593,22	13.348,38							262.846,05	288.827,00
			9.865,32	12.337,43	14.792,86	16.487,07	28.386,08	16.810,46								
IRRF			8.900,50	24.946,69	7.927,16	8.943,61	14.143,70	12.903,34							176.444,22	235.400,00
			12.351,05	11.667,26	12.661,38	40.811,70	13.713,78	11.257,55								
Outras Receitas Tributárias			12.630,57	11.718,87	17.929,31	26.951,51	22.264,56	-							193.957,54	396.627,00
			11.941,57	29.510,49	15.880,36	59.488,25	14.754,86	12.885,92								
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			9.476,74	28.595,77	5.619,23	-10.937,86	7.694,97	7.030,82							191.941,12	691.862,00
			27.878,18	12.371,19	2.997,92	-	22.161,20	12.133,99								
RECEITA PATRIMONIAL			12.127,95	13.119,80	12.277,73	13.813,00	-	-							128.880,96	853.994,00
			5.271,36	7.262,07	3.173,39	2.559,49	7.617,17	1.040,45								
RECEITA AGROPECUÁRIA			4.608,20	74.329,70	24.211,14	24.360,13	5.152,40	3.495,77							163.081,27	142.011,00
			-	-	-	-	-	-								
RECEITA INDUSTRIAL			-	-	-	-	-	-							-	6.050,00
			-	-	-	-	-	-								
RECEITA DE SERVIÇOS			10.597,43	6.533,78	9.684,00	13.692,04	6.178,48	9.852,55								
			11.616,47	4.805,95	3.881,08	12.071,39	6.942,88	9.799,85							105.655,90	210.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			1.081.220,32	1.121.315,51	1.236.705,53	1.230.512,21	1.145.251,96	932.621,12								
			1.221.338,97	1.072.050,47	1.163.904,48	1.428.509,21	1.317.271,31	1.338.177,22							14.288.878,31	22.639.004,60
Cota-Parte do FPM			445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39	381.036,57	445.648,92							5.854.964,05	7.803.376,00
			371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36								

Página: 2 de 2
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2015 a Fevereiro/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016
			Março/2015	Abril/2015	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015						
			Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016						
RECEITAS CORRENTES (I)		1.186.514,20	1.239.264,68	1.348.368,10	1.512.278,79	1.402.518,42	1.092.934,94							
		333.441,82	347.386,42	346.207,02	409.695,80	324.789,55	311.994,45							
		325.641,28	333.552,83	344.681,45	330.677,37	412.964,58	337.186,03							
		39.883,11	34.300,15	34.849,78	39.631,78	41.278,24	33.486,95							
		27.690,14	27.480,08	13.689,29	10.885,55	18.122,32	28.009,03							
Cota-Parte do ITR		19,81	105,58	28,33	-	-	46,51							
		843,62	3.295,45	602,69	221,57	13,02	-							
		-	-	7.021,75	1.404,35	1.404,35	1.404,35							
		1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.439,38	1.439,38							
		2.944,86	5.431,64	4.244,34	6.114,51	3.724,18	5.884,42							
Transferências de LC 61/1989		3.951,45	6.528,84	3.685,26	6.075,54	9.870,93	7.477,64							
		121.912,43	123.763,98	127.545,18	126.981,33	136.550,48	-32.353,80							
		141.961,75	126.292,31	124.982,71	128.453,65	150.388,30	137.052,55							
		137.407,77	129.395,92	125.397,15	132.096,05	256.468,59	166.509,32							
		348.306,12	150.622,21	197.400,35	401.768,82	202.751,69	173.893,23							
Outras Transferências Correntes		10.374,97	7.271,45	8.726,61	11.248,18	146.031,98	66.673,81							
		82.675,19	25.318,13	6.202,35	154.579,55	6.481,90	8.885,58							
		164.699,62	174.219,91	195.904,40	195.135,61	154.386,50	160.437,75							
		144.514,91	159.863,15	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32							
		164.699,62	174.219,91	195.904,40	195.135,61	154.386,50	160.437,75							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		144.514,91	159.863,15	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32							
		1.021.814,58	1.065.044,77	1.152.463,70	1.317.143,18	1.248.131,92	932.497,19							
		1.254.480,65	1.161.193,63	1.096.896,95	1.501.956,61	1.200.693,04	1.186.220,64							
DEDUÇÕES (II)														
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)														

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 45m.

RREO ANEXO III BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 2
15/06/2016 16:00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio/2015 a Abril/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)										EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015											(Últimos 12 Meses)	Atualizada 2016		
		Novembro/2015	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016														
RECEITAS CORRENTES (I)		1.348.368,10	1.512.278,79	1.402.518,42	1.092.934,94	1.398.995,56	1.321.056,78											16.421.510,40	26.127.084,60		
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.264.365,90	1.677.783,92	1.391.544,94	1.393.640,96	1.162.801,60	1.455.220,49														
		87.080,65	254.266,87	75.277,63	70.613,02	66.628,78	131.432,73														
IPTU		53.889,12	44.450,64	55.696,45	33.282,54	74.552,53	262.511,21											1.209.682,17	1.907.276,00		
		20.077,76	118.925,71	6.456,79	7.481,64	15.439,30	6.539,38														
ISS		4.308,99	-11.368,38	-	-	23.859,55	133.814,41											325.535,15	294.560,00		
		23.668,29	18.554,14	11.966,12	22.177,45	20.181,67	59.632,02														
ITBI		18.104,43	30.861,76	11.593,22	13.348,38	14.558,98	16.755,99											261.402,45	288.827,00		
		14.792,86	16.487,07	28.386,08	16.810,46	8.900,50	24.946,69														
IRRF		7.927,16	8.943,61	14.143,70	12.903,34	9.495,14	13.503,68											177.240,29	235.400,00		
		12.661,38	40.811,70	13.713,78	11.257,55	12.630,57	11.718,87														
Outras Receitas Tributárias		17.929,31	26.951,51	22.264,56	-	-	31.356,29											201.295,52	396.627,00		
		15.880,36	59.488,25	14.754,86	12.885,92	9.476,74	28.595,77														
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		5.619,23	-10.937,86	7.694,97	7.030,82	26.638,86	67.080,84											244.208,76	691.862,00		
		2.997,92	-	22.161,20	12.133,99	12.127,95	13.119,80														
RECEITA PATRIMONIAL		12.277,73	13.813,00	-	-	25.398,69	13.693,22											127.723,50	853.994,00		
		3.173,39	2.559,49	7.617,17	1.040,45	4.608,20	74.329,70														
RECEITA AGROPECUÁRIA		24.211,14	24.360,13	5.152,40	3.495,77	3.347,18	6.432,88											160.327,90	142.011,00		
		-	-	-	-	-	-														
RECEITA INDUSTRIAL		-	-	-	-	-	-											-	6.050,00		
		-	-	-	-	-	-											-			
RECEITA DE SERVIÇOS		9.684,00	13.692,04	6.178,48	9.852,55	11.616,47	4.805,95														
		3.881,08	12.071,39	6.942,88	9.799,85	14.208,07	5.007,32											107.740,08	210.800,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.236.705,53	1.230.512,21	1.145.251,96	932.621,12	1.221.338,97	1.072.050,47														
		1.163.904,48	1.428.509,21	1.317.271,31	1.338.177,22	1.030.179,09	1.150.800,12											14.267.321,69	22.639.004,60		
Cota-Parte do FPM		591.411,98	514.588,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40														
		477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14											5.796.749,70	7.803.376,00		
Cota-Parte do ICMS		346.207,02	409.695,80	324.789,55	311.994,45	325.641,28	333.552,83														

Página: 2 de 2
15/06/2016 16:00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio/2015 a Abril/2016

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2016		
	Maio/2015 Novembro/2015	Junho/2015 Dezembro/2015	Julho/2015 Janeiro/2016	Agosto/2015 Fevereiro/2016	Setembro/2015 Março/2016	Outubro/2015 Abril/2016				
RECEITAS CORRENTES (I)	1.348.368,10	1.512.278,79	1.402.518,42	1.092.934,94	1.398.995,56	1.321.056,78				
	344.681,45	330.677,37	412.964,58	337.186,03	341.018,29	350.622,52	4.169.031,17	5.267.475,00		
Cota-Parte do IPVA	34.849,78	39.631,78	41.278,24	33.486,95	27.690,14	27.480,08				
	13.689,29	10.885,55	18.122,32	28.009,03	37.955,14	28.955,70	342.034,00	378.730,00		
Cota-Parte do ITR	28,33	-	-	46,51	843,62	3.295,45				
	602,69	221,57	13,02	-	221,70	669,41	5.942,30	14.518,60		
Transferências da LC 87/1996	7.021,75	1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.404,35	1.404,35				
	1.404,35	1.404,35	1.439,38	1.439,38	1.439,38	1.439,38	22.609,72	48.400,00		
Transferências da LC 61/1989	4.244,34	6.114,51	3.724,18	5.884,42	3.951,45	6.528,84				
	3.685,26	6.075,54	9.870,93	7.477,64	3.815,12	2.969,51	64.341,74	96.800,00		
Transferências do FUNDEB	127.545,18	126.981,33	136.550,48	-32.353,80	141.961,75	126.292,31				
	124.982,71	128.453,65	150.388,30	137.052,55	124.740,52	162.639,89	1.455.234,87	2.337.720,00		
Outras Transferências Correntes	125.397,15	132.096,05	256.468,59	166.509,32	348.306,12	150.622,21				
	197.400,35	401.768,82	202.751,69	173.893,23	124.272,09	131.892,57	2.411.378,19	6.691.985,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.726,61	11.248,18	146.031,98	66.673,81	82.675,19	25.318,13				
	6.202,35	154.579,55	6.481,90	8.885,58	15.116,04	16.775,74	548.715,06	355.849,00		
DEDUÇÕES (II)	195.904,40	195.135,61	154.386,50	160.437,75	144.514,91	159.863,15				
	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32	155.539,95	171.946,43	2.079.295,18	2.770.760,00		
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	195.904,40	195.135,61	154.386,50	160.437,75	144.514,91	159.863,15				
	167.468,95	175.825,31	190.851,90	207.420,32	155.539,95	171.946,43	2.079.295,18	2.770.760,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.152.463,70	1.317.143,18	1.248.131,92	932.497,19	1.254.480,65	1.161.193,63				
	1.096.896,95	1.501.958,61	1.200.693,04	1.186.220,64	1.007.261,65	1.283.274,06	14.342.215,22	23.356.324,60		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 00m.

RREO ANEXO IV BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 3
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Página: 2 de 3
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-
Plano Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Plano Previdenciário	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-
Outros Aportes para o RPPS	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA	
	2016	2015

Página: 3 de 3
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII)=(VIII+IX)	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 45m.

RREO ANEXO IV BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 3
15/06/2016 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-

Página: 2 de 3
15/06/2016 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-
Plano Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Plano Previdenciário	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-
Outros Aportes para o RPPS	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA	
	2016	2015

Página: 3 de 3
15/06/2016 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX)	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 00m.

RREO ANEXO V BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 31/Dez/2015 (b)	Em 29/Fev/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.043.345,08	1.043.345,08	1.459.335,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.121.421,85	1.121.421,85	2.189.654,25
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	78.076,77	78.076,77	730.318,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.043.345,08	-1.043.345,08	-1.459.335,42
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.043.345,08	-1.043.345,08	-1.459.335,42
RESULTADO NOMINAL			
	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	-415.990,34	-415.990,34	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 31/Dez/2015	Em 29/Fev/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 45m.

RREO ANEXO V BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015 (a)	Em 29/Fev/2016 (b)	Em 30/Abr/2016 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	1.043.345,08	1.459.335,42	1.103.111,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.121.421,85	2.189.654,25	2.147.212,58
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	78.076,77	730.318,83	1.044.101,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-1.043.345,08	-1.459.335,42	-1.103.111,01
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-1.043.345,08	-1.459.335,42	-1.103.111,01

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	356.224,41	-59.765,93

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2015	Em 29/Fev/2016	Em 30/Abr/2016
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 01m.

RREO ANEXO VI BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 2
15/06/2016 15:47

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	23.220.363,60	2.378.361,54	2.379.811,70
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00	88.978,99	94.912,80
IPTU	294.560,00	-	488,65
ISS	288.827,00	24.941,60	29.872,90
ITBI	235.400,00	27.047,04	30.858,52
IRRF	396.627,00	22.264,56	26.945,62
Outras Receitas Tributárias	691.862,00	14.725,79	6.747,11
Receita de Contribuição	853.994,00	-	9.480,18
Receita Previdenciária	672.494,00	-	-
Outras Contribuições	181.500,00	-	9.480,18
Receita Patrimonial Líquida	6.050,00	96,03	-
Receita Patrimonial	142.011,00	8.648,17	8.761,83
(-)Aplicações Financeiras	135.961,00	8.552,14	8.761,83
Transferências Correntes	19.868.244,60	2.257.176,31	2.246.973,34
Cota-Parte do FPM	6.161.455,00	939.872,43	968.913,03
Cota-Parte do IPVA	301.290,00	36.905,20	28.114,61
Cota-Parte do ICMS	4.248.024,00	600.120,62	566.783,24
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	9.157.475,60	680.278,06	683.162,46
Demais Receitas Correntes	584.799,00	32.110,21	28.445,38
Dívida Ativa	81.069,00	7.422,58	3.713,55
Diversas Receitas Correntes	503.730,00	24.687,63	24.731,83
RECEITAS DE CAPITAL(II)	9.432.381,09	-	81.744,00
Operações de Crédito(III)	500.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	12.100,00	-	-
Alienação de Bens(V)	331.500,00	-	-
Transferências de Capital	8.056.381,09	-	81.744,00
Convênios	3.956.600,00	-	-
Outras Transferências de Capital	4.099.781,09	-	81.744,00
Outras Receitas de Capital	532.400,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	8.588.781,09	-	81.744,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	31.809.144,69	2.378.361,54	2.461.555,70

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES(VIII)	20.824.278,24	4.907.173,28	5.017.724,63	1.907.270,29	2.076.363,77

Página: 2 de 2
15/06/2016 15:47

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
Pessoal e Encargos Sociais	8.862.822,00	1.090.410,23	1.086.537,02	1.003.696,14	1.062.201,71
Juros e Encargos da Dívida(IX)	60.500,00	-	9.446,50	-	9.446,50
Outras Despesas Correntes	11.900.956,24	3.816.763,05	3.921.741,11	903.574,15	1.004.715,56
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	20.763.778,24	4.907.173,28	5.008.278,13	1.907.270,29	2.066.917,27
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	12.056.367,69	3.543.202,54	2.681.595,45	31.226,58	184.482,44
Investimentos	11.759.567,69	3.453.202,54	2.681.595,45	19.355,80	184.482,44
Inversões Financeiras	60.500,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	60.500,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	200.000,00	90.000,00	-	11.870,78	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	11.820.067,69	3.453.202,54	2.681.595,45	19.355,80	184.482,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	229.900,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	32.813.745,93	8.360.375,82	7.689.873,58	1.926.626,09	2.251.399,71
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-1.004.601,24	-5.982.014,28	-5.228.317,88	451.735,45	210.155,99
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					328.290,24
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VL. CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 47m.

RREO ANEXO VI BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 2
15/06/2016 16:02

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

R\$ 1,00

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	23.220.363,60	4.659.117,19	4.454.137,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.907.276,00	426.042,73	230.595,42
IPTU	294.560,00	157.673,96	15.739,58
ISS	288.827,00	56.256,57	62.631,47
ITBI	235.400,00	50.045,86	53.061,27
IRRF	396.627,00	53.620,85	50.963,93
Outras Receitas Tributárias	691.862,00	108.445,49	48.199,17
Receita de Contribuição	853.994,00	39.091,91	49.729,55
Receita Previdenciária	672.494,00	-	-
Outras Contribuições	181.500,00	39.091,91	49.729,55
Receita Patrimonial Líquida	6.050,00	96,03	-
Receita Patrimonial	142.011,00	18.428,23	21.295,26
(-)Aplicações Financeiras	135.961,00	18.332,20	21.295,26
Transferências Correntes	19.868.244,60	4.110.669,14	4.110.589,64
Cota-Parte do FPM	6.161.455,00	1.634.534,88	1.710.146,96
Cota-Parte do IPVA	301.290,00	90.434,07	87.461,39
Cota-Parte do ICMS	4.248.024,00	1.153.433,44	1.111.446,01
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	9.157.475,60	1.232.266,75	1.201.535,28
Demais Receitas Correntes	584.799,00	83.217,38	63.223,01
Dívida Ativa	81.069,00	25.982,83	7.048,57
Diversas Receitas Correntes	503.730,00	57.234,55	56.174,44
RECEITAS DE CAPITAL(II)	9.432.381,09	296.786,67	408.253,59
Operações de Crédito(III)	500.000,00	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	12.100,00	-	-
Alienação de Bens(V)	331.500,00	-	260.200,00
Transferências de Capital	8.056.381,09	296.786,67	148.053,59
Convênios	3.956.600,00	-	-
Outras Transferências de Capital	4.099.781,09	296.786,67	148.053,59
Outras Receitas de Capital	532.400,00	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	8.588.781,09	296.786,67	148.053,59
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	31.809.144,69	4.955.903,86	4.602.191,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES(VIII)	20.827.131,33	7.751.546,77	7.664.071,28	4.442.718,56	4.392.041,56

Página: 2 de 2
15/06/2016 16:02

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
Pessoal e Encargos Sociais	8.847.822,00	2.471.807,93	2.303.909,19	2.157.968,98	2.101.316,88
Juros e Encargos da Dívida(X)	60.500,00	-	9.446,50	-	9.446,50
Outras Despesas Correntes	11.918.809,33	5.279.738,84	5.350.715,59	2.284.749,58	2.281.278,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII+X)	20.766.631,33	7.751.546,77	7.654.624,78	4.442.718,56	4.382.595,06
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	12.161.512,40	3.670.431,19	3.607.104,39	333.313,25	540.704,98
Investimentos	11.864.712,40	3.580.431,19	3.607.104,39	309.571,69	540.704,98
Inversões Financeiras	60.500,00	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	60.500,00	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	200.000,00	90.000,00	-	23.741,56	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	11.925.212,40	3.580.431,19	3.607.104,39	309.571,69	540.704,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	229.900,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	32.921.743,73	11.331.977,96	11.261.729,17	4.752.290,25	4.923.300,04
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-1.112.599,04	-6.376.074,10	-6.659.537,96	203.613,61	-321.108,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					436.288,04
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VL. CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 02m.

RREO ANEXO VII BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 15:47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)											
EXECUTIVO											
DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC	-	14.896,77	-	-	14.896,77	-	-	-	-	-	14.896,77
DEPART.GERAL DA AGRICULTURA	-	63.180,00	-	-	63.180,00	-	-	-	-	-	63.180,00
SUBTOTAL	-	78.076,77	-	-	78.076,77	-	-	-	-	-	78.076,77
LEGISLATIVO											
CAMARA DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	78.076,77	-	-	78.076,77	-	-	-	-	-	78.076,77

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 47m.

RREO ANEXO VII BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 1
15/06/2016 16:02

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos			Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)														
EXECUTIVO														
DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC	-	14.896,77		14.896,77	-	-	14.896,77	-	-	-	-	-	-	14.896,77
DEPART.GERAL DA AGRICULTURA	-	63.180,00		63.180,00	-	-	63.180,00	-	-	-	-	-	-	63.180,00
SUBTOTAL	-	78.076,77		78.076,77	-	-	78.076,77	-	-	-	-	-	-	78.076,77
LEGISLATIVO														
CAMARA DE VEREADORES	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	78.076,77		78.076,77	-	-	78.076,77	-	-	-	-	-	-	78.076,77

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 02m.

RREO ANEXO VIII BIM. JAN-FEV 2016

Página: 1 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	%	
				(c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	1.311.003,00	1.311.003,00	77.267,66	5,89	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	345.379,00	345.379,00	2.100,74	0,61	
1.1.1-IPTU	378.000,00	378.000,00	-	-	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	14.520,00	14.520,00	2,99	0,02	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	30.249,00	30.249,00	1.909,85	6,31	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.050,00	6.050,00	187,90	3,11	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	83.440,00	83.440,00	-	-	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	241.450,00	241.450,00	27.047,04	11,20	
1.2.1-ITBI	235.400,00	235.400,00	27.047,04	11,49	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	6.050,00	6.050,00	0,18	0,00	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	0,18	0,00	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	327.547,00	327.547,00	25.855,32	7,89	
1.3.1-ISS	288.827,00	288.827,00	24.941,60	8,64	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.100,00	12.100,00	155,69	1,29	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	24.200,00	24.200,00	673,61	2,78	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.420,00	2.420,00	87,13	3,60	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	2,71	0,00	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	396.627,00	396.627,00	22.264,56	5,61	
1.4.1-IRRF	412.720,00	412.720,00	22.264,56	5,39	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	16.093,00	16.093,00	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

Página: 2 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
2.1-Cota-Parte FPM	13.609.299,60	13.609.299,60	1.991.362,76	14,63
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.803.376,00	7.803.376,00	1.174.840,45	15,06
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.803.376,00	7.803.376,00	1.174.840,45	15,06
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	5.267.475,00	5.267.475,00	750.150,61	14,24
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	48.400,00	48.400,00	2.878,76	5,95
2.5-Cota-Parte ITR	96.800,00	96.800,00	17.348,57	17,92
2.6-Cota-Parte IPVA	14.518,60	14.518,60	13,02	0,09
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	378.730,00	378.730,00	46.131,35	12,18
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.920.302,60	14.920.302,60	2.068.630,42	13,86

Página: 3 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.254.470,00	1.254.470,00	-	49.241,34	3,93
5.1 - Transferências do Salário-Educação	229.900,00	229.900,00	-	38.509,89	16,75
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	77.440,00	77.440,00	-	4.698,00	6,07
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	87.120,00	87.120,00	-	2.442,16	2,80
5.5 - Outras Transferências do FNDE	846.700,00	846.700,00	-	1.904,01	0,22
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.310,00	13.310,00	-	1.687,28	12,68
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.500,00	60.500,00	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	60.500,00	60.500,00	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	94.380,00	94.380,00	-	10.017,34	10,61
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.409.350,00	1.409.350,00	-	59.258,68	4,20
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.770.760,00	2.770.760,00	-	398.272,22	14,37
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.641.921,00	1.641.921,00	-	234.968,02	14,31
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.019.451,00	1.019.451,00	-	150.029,99	14,72
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.679,00	9.679,00	-	575,74	5,95
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	19.366,00	19.366,00	-	3.469,72	17,92
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	2.903,00	2.903,00	-	2,60	0,09
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	77.440,00	77.440,00	-	9.226,15	11,91
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.349.820,00	2.349.820,00	-	287.768,92	12,25
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.337.720,00	2.337.720,00	-	287.440,85	12,30
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.100,00	12.100,00	-	328,07	2,71

Página: 4 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

					R\$ 1,00
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹					25,59
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
				-110.831,37	
			-433.040,00		
			-433.040,00		

Página: 5 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	-	-	118.664,21		118.664,21	
13.1-Com Educação Infantil	-	-	56.452,68		56.452,68	
13.2-Com Ensino Fundamental	-	-	62.211,53		62.211,53	
14-OUTRAS DESPESAS	314.600,00	314.600,00	26.254,91	8,35	26.254,91	8,35
14.1-Com Educação Infantil	48.400,00	48.400,00	17.029,81	35,19	17.029,81	35,19
14.2-Com Ensino Fundamental	266.200,00	266.200,00	9.225,10	3,47	9.225,10	3,47
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	314.600,00	314.600,00	144.919,12	46,06	144.919,12	46,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						144.919,12
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13-(16.1+17.1))/(11)x100)%						41,24
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100)%						9,12
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						49,64

Página: 6 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS

21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016³

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) ³	3.730.075,65	3.730.075,65	517.157,61	13,86

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	48.400,00	48.400,00	225.518,82	465,95	172.651,82	356,72
23.1-Creche	48.400,00	48.400,00	82.069,62	169,57	29.644,62	61,25
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	48.400,00	48.400,00	-	-	-	-
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	82.069,62	-	29.644,62	-
23.2-Pré-Escola	-	-	143.449,20	-	143.007,20	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	73.482,49	-	73.482,49	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	69.966,71	-	69.524,71	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	266.200,00	266.200,00	276.113,69	103,72	159.448,51	59,90
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	266.200,00	266.200,00	71.436,63	26,84	71.436,63	26,84
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	204.677,06	-	88.011,88	-
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	314.600,00	314.600,00	501.632,51	159,45	332.100,33	105,56

Página: 7 de 8
15/06/2016 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-110.831,37
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	328,07
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-110.503,30
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	442.603,63
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/ (3)x100)%	21,40

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	-	-	-	-	-	-
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	314.600,00	314.600,00	501.632,51	159,45	332.100,33	105,56
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2016 (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-			-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-			-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-			-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2016/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	-
48-(+)-INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	287.440,85
49-(-)-PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	125.349,45
49.1-Orçamentário do Exercício	125.349,45
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	328,07
51-(-)-SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	162.419,47

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 15h e 48m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121, V.

RREO ANEXO VIII BIM. MAR-ABR 2016

Página: 1 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (b)	%	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS				(c)=(b/a)x100	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.311.003,00	1.311.003,00	331.298,54	25,27	
1.1.1-IPTU	345.379,00	345.379,00	167.934,83	48,62	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	378.000,00	378.000,00	281.921,17	74,58	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	14.520,00	14.520,00	673,61	4,64	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.249,00	30.249,00	12.212,27	40,37	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	6.050,00	6.050,00	1.887,18	31,19	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	83.440,00	83.440,00	128.759,40	154,31	
1.2.1-ITBI	241.450,00	241.450,00	50.045,86	20,73	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	235.400,00	235.400,00	50.909,86	21,63	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	6.050,00	6.050,00	0,18	0,00	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-		
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	327.547,00	327.547,00	59.697,00	18,23	
1.3.1-ISS	288.827,00	288.827,00	56.256,57	19,48	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	12.100,00	12.100,00	580,35	4,80	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	24.200,00	24.200,00	2.776,07	11,47	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.420,00	2.420,00	103,60	4,28	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	19,59		
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	396.627,00	396.627,00	53.620,85	13,52	
1.4.1-IRRF	412.720,00	412.720,00	53.620,85	12,99	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-		
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	16.093,00	16.093,00	-		
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-		
1.5.1-ITR	-	-	-		
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-		
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-		
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-		

Página: 2 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b)/a)x100	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	13.609.299,60	13.609.299,60	3.628.796,90	26,66	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.803.376,00	7.803.376,00	2.043.168,44	26,18	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.803.376,00	7.803.376,00	2.043.168,44	26,18	
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	-	-		
2.2-Cota-Parte ICMS	5.267.475,00	5.267.475,00	1.441.791,42	27,37	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	48.400,00	48.400,00	5.757,52	11,90	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	96.800,00	96.800,00	24.133,20	24,93	
2.5-Cota-Parte ITR	14.518,60	14.518,60	904,13	6,23	
2.6-Cota-Parte IPVA	378.730,00	378.730,00	113.042,19	29,85	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-		
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.920.302,60	14.920.302,60	3.960.095,44	26,54	

Página: 3 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)					R\$ 1,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	1.254.470,00	1.254.470,00	-	94.606,69	7,54
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	229.900,00	229.900,00	-	67.418,25	29,33
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	77.440,00	77.440,00	-	14.734,00	19,03
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	87.120,00	87.120,00	-	6.862,76	7,88
5.5 - Outras Transferências do FNDE	846.700,00	846.700,00	-	1.904,01	0,22
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.310,00	13.310,00	-	3.687,67	27,71
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.500,00	60.500,00	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	60.500,00	60.500,00	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	94.380,00	94.380,00	-	10.017,34	10,61
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.409.350,00	1.409.350,00	-	104.624,03	7,42

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.770.760,00	2.770.760,00	725.758,60	26,19	
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.641.921,00	1.641.921,00	408.633,56	24,89	
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.019.451,00	1.019.451,00	288.357,98	28,29	
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.679,00	9.679,00	1.151,48	11,90	
10.4 - Cota-Parte IP-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	19.366,00	19.366,00	4.826,64	24,92	
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	2.903,00	2.903,00	180,82	6,23	
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	77.440,00	77.440,00	22.608,12	29,19	
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.349.820,00	2.349.820,00	576.585,38	24,54	
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.337.720,00	2.337.720,00	574.821,26	24,59	
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.100,00	12.100,00	1.764,12	14,58	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-433.040,00	-433.040,00	-150.937,34	34,86	

Página: 4 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Página: 5 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

R\$ 1,00							
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		-	-	396.504,23		396.504,23	
13.1-Com Educação Infantil		-	-	177.482,81		177.482,81	
13.2-Com Ensino Fundamental		-	-	219.021,42		219.021,42	
14-OUTRAS DESPESAS		314.600,00	314.600,00	130.696,65	41,54	130.696,65	41,54
14.1-Com Educação Infantil		48.400,00	48.400,00	61.312,16	126,68	61.312,16	126,68
14.2-Com Ensino Fundamental		266.200,00	266.200,00	69.384,49	26,06	69.384,49	26,06
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		314.600,00	314.600,00	527.200,88	167,58	527.200,88	167,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB				VALOR			
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB				-			
16.1 - FUNDEB 60%				-			
16.2 - FUNDEB 40%				-			
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB				-			
17.1 - FUNDEB 60%				-			
17.2 - FUNDEB 40%				-			
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)				-			
INDICADORES DO FUNDEB				VALOR			
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)				527.200,88			
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%				68,77			
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2)))/(11)x100%				22,67			
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%				8,56			

Página: 6 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	3.730.075,65	3.730.075,65	990.023,86	26,54

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	48.400,00	48.400,00	401.769,42	830,10	356.760,62	737,11
23.1-Creche	48.400,00	48.400,00	83.258,32	172,02	38.873,52	80,32
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	48.400,00	48.400,00	-	-	-	-
23.1.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	83.258,32	-	38.873,52	-
23.2-Pré-Escola	-	-	318.511,10	-	317.887,10	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	238.794,97	-	238.794,97	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	79.716,13	-	79.092,13	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	266.200,00	266.200,00	515.203,97	193,54	396.548,52	148,97
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	266.200,00	266.200,00	288.405,91	108,34	288.405,91	108,34
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	226.798,06	-	108.142,61	-
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	-	-	-	-	-	-
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	314.600,00	314.600,00	916.973,39	291,47	753.309,14	239,45

Página: 7 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	RS 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-150.937,34
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.764,12
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-149.173,22
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	902.482,36
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/((3)x100)%	22,79

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)×100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)×100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-		-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	-	-		-	
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-		-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-		-	
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	-	-	-		-	
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	314.600,00	314.600,00	916.973,39	291,47	753.309,14	239,45
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2016 (g)			
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-		-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADAS AO ENSINO	-	-	-		-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEF	-	-	-		-	-

Página: 8 de 8
15/06/2016 16:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		574.821,26
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		497.469,34
49.1-Orçamentário do Exercício		497.469,34
49.2-Restos a Pagar		-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.764,12
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		79.116,04

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 15/Jun/2016, 16h e 03m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

Monte Carlo

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DIVERSOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 72/2016, Pregão Presencial nº 53/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 16/ JUNHO/2017.

CONTRATADO: RAULUIZ TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA CNPJ 82.150.582/0001-57

MONTE CARLO-SC, 16 de Maio de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DIVERSOS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016. O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 72/2016, Pregão Presencial nº 53/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 16/ JUNHO/2017.

CONTRATADO: JOSÉ THIAGO DE SOUZA ME , CNPJ 12.532.054/0001-87

MONTE CARLO-SC, 16 de Maio de 2016.

RETIFICAÇÃO EDITAL 75/2016

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 75/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016

RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 06/junho/2016 até as 13:45 horas do dia 20/junho/2016. Abertura da sessão no dia 20/junho/2016 às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR LOTE, As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

0.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de PLACAS DE SINALIZAÇÃO com a devida instalação E MAO DE OBRA PARA PINTURA DE VIAS URBANAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

ONDE SE LE:

1.0.1 – O presente Processo Licitatório destina-se exclusivamente a contratação do objeto junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

LEIA-SE

2.1.1 - O Presente Processo Licitatorio destina-se a todos os PORTES de empresa.

Observações Importantes- Os Laudos deverão ter validade de 180(cento e oitenta dias)

Os Laudos deverão estar dentro do Envelope nº 01 PROPOSTAS.

Marcos Nei Correa Siqueira

Prefeito Municipal

Monte Carlo 15 de Junho de 2016

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)

LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)

CRISTINA PEREIRA MACCARI, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “c”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4080	ADRIANA TEREZINHA GUGLIELMI	11/06/2012	ZELADOR				839,08
4057	ANGELA MARIA DOS SANTOS	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4386	CHANADARA FIN DA SILVA	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3554	CLAUDETE MARIA CAVAGNOLI DA LUZ	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4661	CLAUMECIR MENDES	17/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4657	DANIELA FERNANDES D'AGOSTIM SARTOR	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3556	DANIELA VICENTE HAHN	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3561	ELISABETH MENDES	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4642	ELIZANDRA FORCELLINI	01/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				886,72
4666	FERNANDA DE JESUS ZABOT	01/08/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4664	GILMARA SILVEIRA VISCARDI	23/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4310	HELENA SARAIVA BRITO	06/02/2013	ZELADOR				1.342,53
3563	JANAINA ANGELO ESMERALDINO	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4378	JANAINA SAVIATO DA ROSA	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4388	JANETE BITENCOURT THOMAZ	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3565	JAQUELINE PEREIRA DE SOUZA	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4059	JUCELIA APARECIDA DA S. M. WOYCIEKOWSKI	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4660	JUCEMARA CARRADOR MARCELINO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3564	JULIANGELA MEDEIROS MAXIMIANO GOULART	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
1047	LAUDELINA CARBONI	01/03/2001	ZELADOR				1.342,53
3566	LENIR CARVALHO	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4914	LETICIA MAURICI	19/10/2015	ZELADOR				1.342,53
4061	LIZIANI MEIRELLES SABINO SACHI	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4062	LUZIA SARTOR VIEIRA MADEIRA	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4915	MARIA TERMA DE OLIVEIRA	19/10/2015	ZELADOR				1.342,53
148	MARLENE FERREIRA FERNANDES	01/08/1989					1.342,53
4063	MARTINHA SOUZA NUNES ARMENDARIS	07/05/2012	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4387	NATALINA DA SILVA GARCIA	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3572	REGENE SARTOR SORATTO	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4653	REGINA DE CASSIA RECCO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4381	REGINA FERNANDES	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
3571	RITA DE CASSIA MARCON	02/07/2010	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4656	ROSANA GEREMIAS ARAUJO	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4651	SILVANA DE JESUS DA LUZ	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4393	SILVANA GOULART	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4658	TALITA DE SOUZA RONSANI JOAQUIM	16/07/2014	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
4395	TATIANE CARDOZO SILVEIRA	03/06/2013	AGENTE COMUNITARIO				1.342,53
	VALOR TOTAL						48.714,22

Morro da Fumaça em 02 de junho de 2016

CRISTINA PEREIRA MACCARI

Secretário Municipal de Saúde

PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016 SUP**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)**

CRISTINA PEREIRA MACCARI, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “a”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

3585	ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA	ENFERMEIRO	2.783,67
3550	CARLA NIEIRO DE ROCHE	ENFERMEIRO	2.783,67
3887	CLARA GIANE DA SILVA HOMEM	ENFERMEIRO	2.783,67
3850	EVELIZE ZANATTA DA ROSA SERAFIN	ASS SOCIAL	2.783,67
3870	FELIPE PEDROSO	PSICOLOGO	2.783,67
3542	FLAVIO AUGUSTO FARIAS NUNES PE	MEDICO	2.783,67
4597	JESSICA SAVIATO SALVAN	FARMACEUTICO	2.783,67
4191	JULIO CESAR BATISTA PITTHAN	MEDICO	2.783,67
4297	MARLI ALMERINDO MARTINS TAUFEMBAK	EDUCADOR FISICO	2.783,67
4643	PATRICIA DA ROSA SATIRO ZANETTE	ENFERMEIRO	2.783,67
1945	SABRINA MARIA DELFINO	ENFERMEIRO	2.783,67
3844	SABRINA RONCONI BENEDET	ENFERMEIRO	2.783,67
4184	SILVIA SILVESTRE NEGRO	ODONTOLOGO	2.783,67
3541	SONIA SILVEIRA DA ROCHA DA SILVA	ENFERMEIRO	2.783,67
176	SORAIA NETO (20H)	ODONTOLOGO	1391,83
1185	VILSON SAMPAIO SCHAMBECK (20H)	ODONTOLOGO	1391,83
3581	KIZZY CANCELLIER (20H)	ODONTOLOGO	1391,83
4416	VILSON SAMPAIO SCHAMBECK (20H)	ODONTOLOGO	1391,83
4402	CHEILA CASAGRANDE	NUTRICIONISTA	1391,83
3858	DARIANE PAGAN PALADINI	PSICÓLOGO	1391,83
4367	DARIANE PAGAN PALADINI	PSICÓLOGO	1391,83
	VALOR TOTAL		48.714,22

Morro da Fumaça em 02 de junho de 2016

CRISTINA PEREIRA MACCARI
Secretário Municipal de Saúde

PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)**

CRISTINA PEREIRA MACCARI, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “d”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4374	CRISTINA PEREIRA MACCARI	ENFERMEIRO	3.044,64
3582	JANETE DE FATIMA DOS SANTOS BORDIN	ENFERMEIRO	3.044,64
3315	RENATA D AGOSTIN	ENFERMEIRO	3.044,64
4734	VIVIANE INACIO DA SILVA	ENFERMEIRO	3.044,64
	VALOR TOTAL		12.178,55

Morro da Fumaça em 02 de junho de 2016

CRISTINA PEREIRA MACCARI
Secretário Municipal de Saúde

PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1) TEC**LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DEFINITIVA DO PMAQ-AB (EXERCÍCIO DE 2016/1)**

CRISTINA PEREIRA MACCARI, Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais faz a todos saber o valor de repasse do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB aos servidores enquadrados na alínea “b”, §1º, do artigo 4º da Lei Complementar nº 015/2014.

4659	ALINE SABINO BERETTA	16/07/2014	TECNICO EM ENFERMAGEM					1.342,70
1080	CLERIMAR SEOLIN	01/04/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					1.342,70
4947	DURCILEIA MONTANHA PERIN	20/01/2016	TECNICO EM ENFERMAGEM					213,66
4407	EDILENE SILVESTRI NUNES	17/06/2013	AUXILIAR DE DENTISTA ESF					1.342,70
1958	EDINAR APARECIDA NOVASKI	02/10/2006	TECNICO EM ENFERMAGEM					1.342,70
4919	ELINI FRATONI	01/04/2015	TECNICO DE ENFERMAGEM					1.342,70
2632	ELIZANDRA MARTINS ALVES	01/03/2009	TECNICO EM ENFERMAGEM					1.342,70
1079	FATIMA CECHINEL CANCELLIER	01/04/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					1.103,90

4161	GRASIELA ELEOTERIO GOMES	09/01/2013	AUXILIAR DE DENTISTA ESF					1.342,70
4163	GISLAINE DA ROSA FERNANDES	14/01/2013	TECNICO EM ENFERMAGEM					1.342,70
1044	JOSIANE BORTOLON DE BEM	01/03/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					878,38
4918	LARICI SARTOR COMICIOLI	01/04/2015	TECNICO DE ENFERMAGEM					1.342,70
4920	MARCIO GONÇALVES	01/12/2014	TECNICO DE ENFERMAGEM					1.342,70
1098	MARILDA DE ROCH	01/08/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					1.342,70
4160	MARLENE NIEHUES SORATO	09/01/2013	AUXILIAR DE DENTISTA ESF					677,98
4917	SANDRA DE ANDRADE	03/12/2014	TECNICO DE ENFERMAGEM					1.342,70
4179	VANESA INACIO DA SILVA	23/01/2013	TECNICO EM ENFERMAGEM					1.342,70
188	VERA LUCIA DE ALMEIDA SMANIA	02/05/1989	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					1.342,70
3592	CLAUDINEIA MARQUES PIOVESAN	02/08/2010	TECNICO DE ENFERMAGEM					1.342,70
1061	SIRLEY MARTIGNAGO DE L. CANCELLIER	01/03/2001	AUXILIAR DE ENFERMAGEM					1.342,70
	VALOR TOTAL							24.357,11

Morro da Fumaça em 02 de junho de 2016

CRISTINA PEREIRA MACCARI

Secretário Municipal de Saúde

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	Douglas Napoleão Vieira
2º	Jefferson Soares Bukaski

Morro da Fumaça, de 15 de junho de 2016

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇOS 031/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 031/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE ULTRASSOM PARA ATENDER OS PACIENTES DO SUS, conforme anexo I. Data: 28/06/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (AREIA, BRITA, PÓ DE BRITA, MACADAME, BASE E RACHÃO) PARA SEREM UTILIZADOS NAS OBRAS DE REPAROS E MANUTENÇÕES DOS PREDIOS PUBLICOS (PRÓPRIOS E LOCADOS) E NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E NAS OBRAS DE REPAROS E MANUTENÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 29/06/2016 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 29/06/2016 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 71/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO Nº 71/2016 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PAVIMENTO INTERTRAVADO TIPO PAVER, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA FLORZINA ROCHA COUTO, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 05/07/2016 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 05/07/2016 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de junho de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO Nº 79 DE 15/06/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DECRETO Nº 79 DE 15 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 55.583,59 (Cinquenta e Cinco Mil, Quinhentos e Oitenta e Três Reais e Cinquenta e Nove Centavos) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 13200 – Transferências de Convênios/Educação

13 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

03 – Diretoria de Projetos Educacionais

12.365.0007 – 2.056 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos Educacionais - EI

132 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 55.583,59

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de Junho de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

EXTRATO INEXIGIBILIDADE PMN Nº 057/2016 / 058/2016.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº 57/2016.

Processo: IL Nº 57/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM O CANTOR PE. ALESSANDRO CAMPOS, A SER REALIZADO NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2016 NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL (BEIRA MAR), EM PRAÇA PÚBLICA DE ACORDO COM AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO 54º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Contratado: Alessandro Corrêa de Campos – SC PRODUÇÃO MUSICAL LTDA.

CNPJ: 18.942.317/0001-02

Valor: R\$ 120.000,00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

INEXIGIBILIDADE PMN Nº 58/2016.

Processo: IL Nº 58/2016.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO MUSICAL COM A CANTORA CASSIANE, A SER REALIZADO NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2016 NA AVENIDA PREFEITO CIRINO ADOLFO CABRAL (BEIRA MAR), EM PRAÇA PÚBLICA DE ACORDO COM AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS ALUSIVAS AO 54º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

Contratado: CANTORA CASSIANE - VIVIANE SANTOS DE FREITAS

CNPJ: 17.496.083/0001-54.

Valor: R\$ 65.000,00

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 15 de junho de 2016.

LEI 3109/2016 ALTERA ARTIGO 8º DA LEI 2786/2013

LEI Nº 3109 DE 07 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O ARTIGO 8º DA LEI Nº 2786 DE 14 DE OUTUBRO DE 2013 QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO A REGULAMENTAÇÃO DO PPP - PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO PARTICIPATIVA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES”

Prefeito de Navegantes. Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei 2786 de 14 de outubro de 2013 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8º Os proprietários dos imóveis incluídos no Programa de Participação Comunitária, ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, mediante comprovação de quitação de suas respectivas quotas.

§ 1º A isenção do pagamento que trata o caput deste artigo, refere-se ao ano (exercício) subsequente em que as obras acontecerem.

§2º A solicitação da isenção do pagamento deverá ser requerida no ano (exercício) correspondente ao benefício, sob pena de preclusão do direito”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 461/2016

PORTARIA Nº 461/ 2016

Exonera Servidor

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207/92, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal SILDA RENGEL PERING, matrícula nº 29, concursada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de junho de 2016, em virtude de aposentadoria.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 463/2016

PORTARIA Nº 463/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 162/2016, VALSEMIR TOMIO, matrícula nº 7209, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento, a contar de 07 de junho de 2016 a 03 de dezembro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor VALSEMIR TOMIO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Irmãos Pedro e José Feller, nº 100, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 032.709.799-08, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 07 de junho de 2016 a 03 de dezembro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi Valsemir Tomio

Secretário Municipal de Educação Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de junho de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 054/2016 – Tomada de Preço nº 003/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para execução de serviços de Pavimentação da Rua Felipe Schimidt, extensão 307,98 m, Estaca OPP -12+2,50 no município de Nova Trento/SC, houve a participação das seguintes empresas: C R ARTEFATOS LTDA. (01.650.178/0001-40); FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. ME (20.985.955/0001-52); JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (16.978.577/0001-02); DARTORA EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA. ME (05.981.363/0001-88); FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA. ME (08.332.974/0001-84); SINAL CONSTRUÇÕES LTDA. ME (09.367.187/0001-30); ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELLI ME (22.853.624/0001-94); DINAMIKA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. - ME (07.458.981/0001-64); e SONA CONSTRUTORA LTDA. EPP (18.205.110/0001-55), da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame todas as empresas participantes. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Após a abertura das propostas, SOLICITOU O REPRESENTANTE DA EMPRESA ANDRADE & AMORIM, QUE FOSSEM DESCLASSIFICADAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES POR TEREM APRESENTADO CRONOGRAMA EM DESACORDO AO SOLICITADO NO EDITAL. ADUZ QUE DEVERIA SER APRESENTADO DOIS CRONOGRAMAS, UM DE EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E OUTRO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL. A COMISSÃO DE LICITAÇÕES FARÁ ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

SE MANIFESTANDO ANTES DE HOMOLOGAR O CERTAME. Após análise da proposta, sem julgamento do pedido de desclassificação feita pela empresa ANDRADE & AMORIM, restou vencedora a proposta da empresa FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA. ME (08.332.974/0001-84), cujo valor Global para execução dos serviços foi de R\$ 119.914,56 (cento e dezenove mil, novecentos e catorze reais e cinquenta e seis centavos).

Nova Trento (SC), 13 de junho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 055/2016 – Tomada de Preço nº 004/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para execução de serviços de Pavimentação e Drenagem da Rua Clemente Demonti, no bairro Ponta Fina Norte, trecho etapa 1, com extensão de 140,00 m com pista de 7,00 m de largura e passeios com 1,50 m, que compreende estaca 0=PP até estaca 7, no município de Nova Trento/SC, houve a participação das seguintes empresas: C R ARTEFATOS LTDA. (01.650.178/0001-40); JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (16.978.577/0001-02); SINAL CONSTRUÇÕES LTDA. ME (09.367.187/0001-30); E ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELLI ME (22.853.624/0001-94), da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame todas as empresas participantes. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Após a abertura das propostas, SOLICITOU O REPRESENTANTE DA EMPRESA ANDRADE & AMORIM, QUE FOSSEM DESCLASSIFICADAS AS EMPRESAS PARTICIPANTES POR TEREM APRESENTADO CRONOGRAMA EM DESACORDO AO SOLICITADO NO EDITAL. ADUZ QUE DEVERIA SER APRESENTADO DOIS CRONOGRAMAS, UM DE EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA E OUTRO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL. A COMISSÃO DE LICITAÇÕES FARÁ ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO SE MANIFESTANDO ANTES DE HOMOLOGAR O CERTAME. Após análise da proposta, sem julgamento do pedido de desclassificação feita pela empresa ANDRADE & AMORIM, restou vencedora a proposta da empresa JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (16.978.577/0001-02), cujo valor Global para execução dos serviços foi de R\$ 76.997,30 (setenta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta centavos).

Nova Trento (SC), 14 de junho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 005/2016

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 056/2016 – Tomada de Preço nº 005/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para Construção de “Casa Dei Nonni” na localidade de São Valentim, com área de 228,62 m², no município de Nova Trento/SC, houve a participação da seguinte empresa: JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (16.978.577/0001-02); da análise da documentação constatou-se que o apresentado atendia ao exigido no edital. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, o que autorizou que este

julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação. Após a abertura das propostas, restou vencedora a proposta da empresa JV EMPREENDIMENTOS LTDA. ME (16.978.577/0001-02), cujo valor Global para execução dos serviços foi de R\$ 205.923,50 (duzentos e cinco mil, novecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Nova Trento (SC), 14 de junho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESULTADO JULGAMENTO DE PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2016

Resultado do Julgamento das Propostas – Processo Licitatório nº 054/2016 – Tomada de Preço nº 003/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para execução de serviços de Pavimentação da Rua Felipe Schmidt, extensão 307,98 m, Estaca OPP -12+2,50 no município de Nova Trento/SC, julgando a solicitação feita, em sessão pública, pela empresa ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELLI ME (22.853.624/0001-94), para que houvesse a desclassificação das propostas das empresas participantes. ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA EMPRESA ANDRADE AMORIM, A COMISSÃO DE LICITAÇÕES OPINA PELO NÃO ATENDIMENTO DO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES CONFORME O SOLICITADO, PELO SEGUINTE MOTIVO: O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA FORMA COMO FOI APRESENTADO, ESTAVA DE ACORDO COM MODELO ENVIADO PELO MUNICÍPIO AOS LICITANTES E ATENDIA A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. OS LICITANTES INFORMARAM QUAL ERA O PORCENTUAL DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONSTANTE DA PROPOSTA, BASTANDO NO VALOR TOTAL APRESENTADO NO CRONOGRAMA, APLICAR ESTES INDICES. NÃO FOI FERIDO O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, VISTO QUE, HOUVE INTERPRETAÇÃO DIVERSA AO EDITAL POR PARTE DOS LICITANTES, SENDO APRESENTADO DE FORMA DIFERENTE O CRONOGRAMA, APENAS PELA EMPRESA ANDRADE & AMORIM. O CRONOGRAMA SERVE PARA FUTURAS MEDIÇÕES E POR TRATAR-SE DE PREÇO GLOBAL SÃO AUERIDOS O MATERIAL E MÃO DE OBRA QUANDO A ETAPA FOR DEVIDAMENTE EXECUTADA. Encaminha-se o processo para HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO, assim que decorridos os prazos legais para manifestação quanto a interposição de recurso.

Nova Trento (SC), 15 de junho de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Presidente Comissão de Licitações

RESULTADO JULGAMENTO DE PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2016

Resultado do Julgamento da Habilitação – Processo Licitatório nº 055/2016 – Tomada de Preço nº 004/2016 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para execução de serviços de Pavimentação e Drenagem da Rua Clemente Demonti, no bairro Ponta Fina Norte, trecho etapa 1, com extensão de 140,00 m com pista de 7,00 m de largura e passeios com 1,50 m, que compreende estaca 0=PP até estaca 7, no município de Nova Trento/SC, julgando a solicitação feita, em sessão pública, pela empresa ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA EIRELLI ME (22.853.624/0001-94), para que houvesse a desclassificação das propostas das empresas participantes. ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA EMPRESA ANDRADE AMORIM, A COMISSÃO DE LICITAÇÕES OPINA PELO NÃO ATENDIMENTO DO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS LICITANTES CONFORME O

SOLICITADO, PELO SEGUINTE MOTIVO: O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA FORMA COMO FOI APRESENTADO, ESTAVA DE ACORDO COM MODELO ENVIADO PELO MUNICÍPIO AOS LICITANTES E ATENDIA A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. OS LICITANTES INFORMARAM QUAL ERA O PORCENTUAL DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONSTANTE DA PROPOSTA, BASTANDO NO VALOR TOTAL APRESENTADO NO CRONOGRAMA, APLICAR ESTES INDICES. NÃO FOI FERIDO O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, VISTO QUE, HOUVE INTERPRETAÇÃO DIVERSA AO EDITAL POR PARTE DOS LICITANTES, SENDO APRESENTADO DE FORMA DIFERENTE O CRONOGRAMA, APENAS PELA EMPRESA ANDRADE & AMORIM. O CRONOGRAMA SERVE PARA FUTURAS MEDIÇÕES E POR TRATAR-SE DE PREÇO GLOBAL SÃO AUERIDOS O MATERIAL E MÃO DE OBRA QUANDO A ETAPA FOR DEVIDAMENTE EXECUTADA. Encaminha-se o processo para HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO, assim que decorridos os prazos legais para manifestação quanto a interposição de recurso.

Nova Trento (SC), 15 de junho de 2016.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Presidente Comissão de Licitações

TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO 071/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217, representada pelo Sr. AVELINO ALVAREZ, inscrito no CPF nº 573.025.967-00, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 071/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 071/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 15 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI Contratada
-----------------------------------------------------	-----------------------------------------

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo
---------------------------------------------------	--------------------------------

TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO 087/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 087/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 00.853.660/0001-15, estabelecida na Rua Dr. Heitor Blum, 373, Sala 03, Estreito - cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.075-110, doravante denominada CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 087/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 087/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 14 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME Contratada
-----------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo
---------------------------------------------------	--------------------------------

TERMO ADITIVO DE PRAZO - CONTRATO 088/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 088/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E O SR. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AUXILIO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO A ÓRGÃOS FEDERAIS DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO."

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado o Sr. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA, CPF 654.626.969-49, CREA Nº 031.576-7, estabelecido na Rua Frederico Afonso, 4036 - cidade de São José/SC, CEP 88.200-000, doravante denominado CONTRATADA, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 088/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 088/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 14 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	RINALDO MANOEL DA SILVEIRA Contratada
-----------------------------------------------------	------------------------------------------

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Cátia Maria Búrigo
---------------------------------------------------	--------------------------------

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- Edital 008/15 e Edital 005/16

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei nº 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença e por demanda de matrículas. As vagas serão para o cargo de professor e Auxiliar de Ensino de Educação Infantil do Município de Orleans - SC, durante o ano de 2016, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

ESCOLHA DE VAGAS:

A escolha de vagas décimaquartachamada obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com data e horário abaixo, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação:

a) Área (Edital 005/16) Professor de Inglês

Data: 16/06/16

Horário: 13:30h

b) Área VIII - AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Auxiliar de Ensino de Educação Infantil

Data: 16/06/16

Horário: 13:35h

c) Área I - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Data: 16/06/16

Horário: 13:40h

Eliete Bianco Zanini Damazio
Secretaria de Educação

CONTRATO 29/2016

Contrato Nº.: 29/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: TRIBUTARIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

Valor : 1.999.999,00 (um milhão novecentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais)

Vigência : Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada, para a execução de serviços técnicos, sob a modalidade de Assessoria e consultoria tributária com execução indireta, para a cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes sobre serviços bancários e intermediações de seguros e consórcios nos últimos 5 (cinco) anos nos limites do Município; a promoção de Diagnóstico das estruturas institucionais, legais e administrativas tributárias."

Orleans, 05 de Maio de 2016
EDUARDO BERTONCINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CREDENCIAMENTO 03/2016 FMS

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016

O Município de Orleans, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitação INFORMA as empresas e profissionais interessados que, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e legislação pertinente, a abertura do CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA) PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS ODONTOLÓGICOS, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS – SUS, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO NO ENDEREÇO ABAIXO.

As inscrições para o credenciamento serão realizadas no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS – SC, sito a Rua Miguel Couto, nº 800, Centro, Orleans, SC, CEP 88.870-000, telefone (48) 34660120 ou 3466 2761, a partir do dia 15/06/2016 a 30/12/2016. Maiores informações através do e-mail licitacao@saudeorleans.sc.gov.br

Orleans, 15 de junho de 2016.

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE ALTERAÇÃO LOCAL DA PROVA PS Nº008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ORLEANS

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO LOCAL DA PROVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2016

O MUNICÍPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2016, nomeada pelo Decreto nº 3.961 de 20 de maio de 2016, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi alterado o local da prova, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2016, conforme abaixo:

A prova escrita será realizada no dia 26 de junho de 2016 (domingo), das 09h às 12h, nas dependências do Centro Administrativo – sito à Praça Celso Ramos, 193 – no Centro da cidade de Orleans.

Orleans, 15 de junho de 2016.

FABIO ECHILE BETT

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

AURIVAM MARCOS SIMIONATTO

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº007/2016

EDITAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2016

A Comissão Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2016, torna publico a nota e classificação dos candidatos aprovados e reprovados, no Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2016:

CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
03	GERUSA DA SILVA AMANCIO	01/03/1982	7,5	1º LUGAR
01	ANDERSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA	03/05/1979	7,0	2º LUGAR
02	MARILEIA DOS SANTOS	08/01/1976	3,0	REPROVADO

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2016, após a publicação deste resultado para entrar com recurso.

Orleans, 15 de junho de 2016.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente do Processo Seletivo Simplificado Nº 007/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 101/2015

TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 101/2015-2

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratado: PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME

Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

NELSON FRUTUOSO DA SILVA FILHO – P. CONTRATADA

Orleans, 28 de Abril de 2016.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27/2016

TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 27/2016-1

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Fica prorrogado o prazo para realização da mudança do local de atendimento, conforme especificado no item nº 5 da Cláusula 3ª, até 30 de dezembro de 2016.

Orleans, 30 de Maio de 2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

FERNANDO DAMIAN PREVE FILHO – P. CONTRATADA

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 031/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 031/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa especializada na construção de Capela Mortuária. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 16:00 hs. do dia 28/06/2016 e abertura da sessão será às 16:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

PREGÃO 036/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 036/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação de estradas vicinais nas localidades de Casa Vermelha, Estrada Geral Fundo Campo, Águas Paradas, Estrada Geral, Águas Paradas trecho ponte revitalizada pela Defesa Civil de Santa Catarina, nesta cidade, com fornecimento de material. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 28/06/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

PREGÃO 039/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL PREGÃO Nº 039/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de 01 (um) veículo automotor, tipo Minibus 0 km para uso da Secretaria de Assistência Social. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 10:00 hs. do dia 28/06/2016 e abertura da sessão será às 10:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 15/06/2016

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

ATO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

ATO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

ROSI MERI DA SILVA Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Prorrogar por mais 30 dias o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA Nº002/2016, publicado em 13 de maio de 2016 no Diário Oficial Municipal, considerando oportunidade de alcançar maior número de famílias inscritas no município.

Palhoça, SC, em 14 de Junho de 2016.

ROSI MERI DA SILVA Secretária de Assistência Social

ERRATA 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 071/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ERRATA Nº 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2016

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo I e Anexo II, do edital convocatório Pregão Presencial 071/2016. O edital consiste na aquisição de Caminhão tipo Cargo para plataforma, zero quilômetro e Equipamento tipo Plataforma, para a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE □ Palhoça. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas ou no site <http://www.palhoca.atende.net/>. E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 01/07/2016, às 09:00 horas, o prazo para a entrega dos envelopes, o prazo para a entrega dos envelopes. Palhoça, 15 de junho de 2016. PREGOEIRA.

LEI COMPLEMENTAR Nº 221, DE 15 DE JUNHO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 221, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI EQUIPE MÉDICA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO, CRIA OS CARGOS, FIXA DIRETRIZES, VAGAS, ESTABELECE ATRIBUIÇÕES, REMUNERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui a Equipe Médica de Urgência e Emergência no Município de Palhoça.

Art. 2º Para a execução das ações objetivadas com a implantação da Equipe Médica de Urgência e Emergência serão efetuadas contratações dos profissionais de que trata esta Lei Complementar, mediante aprovação em concurso público de provas e/ou títulos, por ato a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Fica permitida a contratação emergencial, através de processo seletivo simplificado, dos profissionais de que trata esta Lei Complementar até a efetivação de concurso público, no caso substituições temporárias e em situações necessárias para a manutenção do serviço público.

Art. 3º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra –Emergência – 30 horas, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral –Emergência – 30 horas, atividade de nível superior, com o respectivo código, atribuições e remuneração, na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Estatuto dos Servidores Municipais de Palhoça, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde

Art. 5º A Equipe Médica de Urgência e Emergência do Município de Palhoça, será composta dos seguintes profissionais:

I – Médico Clínico Geral – Emergência (30 horas);

II – Médico Pediatra – Emergência (30 horas);

III – Enfermeiro (30 horas);

IV – Técnico de Enfermagem (30 horas);

V – Assistente Administrativo;

VI – Motorista;

VII – Telefonista;

VIII – Vigia.

Art. 6º O Artigo 280 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 280 As carreiras do serviço público municipal serão organizadas em 26 (vinte e seis) Categorias Funcionais, reunidas segundo a formação e qualificação profissional e graus de complexidade e responsabilidade das atribuições.”

Art. 7º Acrescenta os incisos XXIV e XXV ao Artigo 281 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, vigorando com a seguinte redação:

“Art. 281 – (...)

XXIV – Categoria Funcional ANS-PED – Atividades de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência;

XXV – Categoria Funcional ANS-CGE – Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência;”

Art. 8º Altera o inciso I do Artigo 297 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 297 (...)

I – Para as Categorias Funcionais (...), ANS-AFVS, ANS-AFOP, ANS-AFMA, ANS-PED e ANS-CGE por conclusão de:”

Art. 9º Ficam criados o inciso XXIV e XXV que tratam respectivamente das Categorias ANS-PED e ANS-CGE no Anexo I, da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Descrição de Cargos, com a seguinte redação:

“XXIV – ANS-PED - Atividade de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência (atribuídas aos Profissionais da carreira de Médico Pediatra – Emergência deste Município) com carga horária de 30 horas

Médico Pediatra – Emergência – É responsável por prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes pediátricos, (e adultos, em caso de não haver médico clínico geral) em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco; realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde das crianças; encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, SUS-Fácil, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS; dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência ou que lhe forem delegadas; participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; realizar plantões médicos; obedecer ao Código de Ética Médica.”

XXV – ANS-CGE – Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência (atribuídas aos Profissionais da carreira de Médico Clínico Geral – Emergência deste Município) com carga horária de 30 horas

Médico Clínico Geral – Emergência – É responsável por prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos, (e pediátricos, em caso de não haver médicos especialista em pediatria) em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos; atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco; realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão; encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, SUS-Fácil, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro

médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico; fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar; garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso; preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS; dar apoio a atendimentos de urgência e emergência nos eventos externos de grande porte, de responsabilidade da Instituição; zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho; executar outras tarefas correlatas à sua área de competência ou que lhe forem delegadas; participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado; realizar plantões médicos; obedecer ao Código de Ética Médica.”

Art. 10. Ficam criadas 06 (seis) vagas para o Cargo de Médico Pediatra – Emergência, bem como criadas 20 (vinte) vagas para o Cargo de Médico Clínico Geral – Emergência, ambos no Anexo II da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata do Quadro de Cargos e Vagas, com a seguinte redação:

(...)

Códigos	Cargos	Quantidade de vagas
ANS-PED	MÉDICO PEDIATRA – EMERGÊNCIA	06
ANS-CGE	MÉDICO CLÍNICO GERAL – EMERGÊNCIA	20

(NR)

Art. 11. Fica acrescida ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que trata da Tabela de Vencimentos dos cargos de provimento efetivo, citada no artigo 300 da mesma Lei, a Tabela de Vencimentos das categorias funcionais ANS-PED e ANS-CGE, com a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS

(...)

		A	B	C	D	E	F	G	H	I
ANS-PED	NÍVEL I	6.233,65	6981,69	7819,49	8757,83	9808,79	10985,82	12304,12	13780,61	15434,29
	NÍVEL II	6358,32	7121,32	7975,88	8932,98	10004,94	11205,53	12550,20	14056,22	15742,97
	NÍVEL III	6485,49	7263,74	8135,40	9111,64	10205,04	11429,64	12801,20	14337,34	16057,83
	NÍVEL IV	6615,20	7409,02	8298,11	9293,87	10409,14	11658,23	13057,23	14624,09	16378,99
	NÍVEL V	6747,50	7557,20	8464,07	9479,75	10617,32	11891,40	13318,37	14916,57	16706,57
	NÍVEL VI	6882,45	7708,34	8633,35	9669,34	10829,67	12129,23	13584,74	15214,90	17040,70

ANS-PED - Atividade de Nível Superior de Médico Pediatra – Emergência

ANS-CGE	NÍVEL I	6.233,65	6981,69	7819,49	8757,83	9808,79	10985,82	12304,12	13780,61	15434,29
	NÍVEL II	6358,32	7121,32	7975,88	8932,98	10004,94	11205,53	12550,20	14056,22	15742,97
	NÍVEL III	6485,49	7263,74	8135,40	9111,64	10205,04	11429,64	12801,20	14337,34	16057,83
	NÍVEL IV	6615,20	7409,02	8298,11	9293,87	10409,14	11658,23	13057,23	14624,09	16378,99
	NÍVEL V	6747,50	7557,20	8464,07	9479,75	10617,32	11891,40	13318,37	14916,57	16706,57
	NÍVEL VI	6882,45	7708,34	8633,35	9669,34	10829,67	12129,23	13584,74	15214,90	17040,70

ANS-CGE - Atividade de Nível Superior de Médico Clínico Geral – Emergência

Art. 12. Os cargos de Médico Pediatra – Emergência criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível superior completo em medicina, devidamente reconhecido pelo MEC, inscrição nos quadros do CRM competente, bem como especialização em pediatria e/ou residência médica na área, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 13. Os cargos de Médico Clínico Geral – Emergência criados pela presente Lei Complementar terão como requisito de investidura a comprovação de nível superior completo em medicina, devidamente reconhecido pelo MEC, inscrição nos quadros do CRM competente, de acordo com inciso VII do art. 12 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 14. Fica criado no Anexo IV da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, uma (01) Função Executiva de Direção Técnica, Código FEDT I, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Direção Técnica prevista neste artigo será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 15. Fica criado no Anexo IV da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, uma (01) Função Executiva de Direção Clínica, Código FEDC I, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Parágrafo Único. A Função Executiva de Direção Clínica será privativa do cargo de Médico, da Secretaria Municipal de Saúde e poderá ser cumulada com gratificação de produtividade.

Art. 16. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Coordenador da UPA, com remuneração de R\$ 6.316,80 (seis mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos) e eventuais correções monetárias a incidir, código DASE II e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Coordenador da UPA acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 17. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Diretor Geral de Enfermagem, com remuneração de R\$ 5.264,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS I e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor Geral de Enfermagem será privativo de profissional Enfermeiro (a) e ficará vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 18. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, um (01) Cargo de Diretor Geral, com remuneração de R\$ 5.264,00 (cinco mil e duzentos e sessenta e quatro reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS I e sua respectiva vaga, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor Geral acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 19. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, três (03) Cargos de Diretor, com remuneração de R\$ 2.632,00 (dois mil e quinhentos reais) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS II e suas respectivas vagas, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Diretor acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 20. Fica acrescido ao Anexo I e II da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, dois (02) Cargos de Gerente Geral, com remuneração de R\$ 1.579,20 (um mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte centavos) e eventuais correções monetárias a incidir, código DAS IV e suas respectivas vagas, sendo cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único. O Cargo de Gerente Geral acrescentado será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 21. Os cargos de Médico Clínico Geral – Emergência, Médico Pediatra – Emergência e os demais profissionais da Equipe de Urgência e Emergência previstos no art. 5º desta Lei Complementar poderão cumprir jornada de trabalho através de plantões, devendo realizar 10 (dez) plantões mensais.

Art. 22. Os profissionais da área de saúde, de cargo de provimento efetivo de que trata esta Lei Complementar, farão jus à percepção de adicional de insalubridade de grau médio, equivalente até 20% (vinte por cento), desde que constatada em perícia.

Art. 23. Os profissionais da Equipe Médica de Emergência e Urgência poderão habilitar-se a percepção de gratificação de produtividade limitando-se em até 100 % (cem por cento) do salário base da categoria, conforme critérios definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os percentuais deverão ser indicados pelo Secretário de Saúde e deliberados pelo Comitê Gestor de Governo.

Art. 24. Os profissionais da área de Saúde de que trata esta Lei Complementar, trabalhando nos serviços de urgência e emergência, farão jus à percepção de hora plantão da seguinte forma:

I – Médico Clínico Geral – Emergência e Médico Pediatra – Emergência R\$ 60,00 (sessenta reais) hora;

II – Enfermeiros R\$ 22,00 (dezesseis reais) hora;

III – Técnicos de Enfermagem R\$ 16,00 (doze reais) hora.

Parágrafo Único. O valor da hora plantão será reajustado anualmente de acordo com o percentual de reajuste anual dos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 25. Fica fixada a hora plantão dos profissionais Socorristas no valor de R\$ 14,00 (quatorze reais) a hora, reajustada anualmente de acordo com o percentual definido para os servidores do Poder Executivo Municipal.

Art. 26. Subsidiariamente aos ditames desta Lei Complementar aplicam-se aos servidores objeto dessa contratação, os direitos e deveres previstos na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, bem como, as regulamentações, até que outra norma ou regulamento a venha substituir.

Art. 27. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta do orçamento vigente do Município, suplementado se necessário.

Art. 28. Os cargos de Médico (CENTRI), previstos na Lei Complementar nº 073, de 17 de agosto de 2009 e suas alterações posteriores ficam

extintos, a partir do momento em que não houver nomeação e/ou profissionais em atividade.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições contrárias.

Palhoça, 15 de junho de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 1300/2016.

PORTARIA Nº. 1300/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DESIGNAR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA, a servidora EDELANE HEIDEMANN, de Encarregada da Procuradoria Geral do Município, Nível FG I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, a contar de 01/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1301/2016.

PORTARIA Nº. 1301/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adeli Nicolau dos Santos	ACE	10	07/03/16	I –
Adriana de Souza Moreira	ASO	30	15/02/16	I – I 21-4
Adriana Menon Coelho	Técnico em Enfermagem	30	02/03/16	I – Z 54
Alessandra da Silva	Técnico em Enfermagem	14	07/03/16	I –
Alessandra Zimermann Moreira	Professor	04	17/02/16	I – K 50, II – Z 76-3
Alexandra Bianca de Souza	ASO	10	07/03/16	I –
Alexandre Ise Firmino da Silva	Administrador	30	16/02/16	I – F 32
Aline Mello Aguiar	Psicólogo	12	15/02/16	I – O 22-1, II – R 10-2
Aline Melo Aguiar	Psicóloga	180	14/03/16	I –
Alzira Espindola da Silva	ACD	10	02/03/16	I – K 02-3
Ana Claudia Gomes Gonçalves	Professor	90	15/02/16	I – C 34-9
Angela Mara Costa da Silva	ASO	06	14/02/16	I – M 25-5
Angelita de Fátima Krautz	ACS	60	01/03/16	I – M 16-9, II – Z 76-3
Bianca Eva Coelho	ACD	07	10/03/16	I – M 65-4, II – M 65
Bianca Luchi Bartuchski	Fiscal Sanitário	60	03/03/16	I – F 32-1
Caroline Luise Pacheco Pereira	ACS	10	02/03/16	I – Z 76-3
Cleude Eliza Detofol Marcio	ACS	60	16/02/16	I – M 23-2
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	02	03/03/16	I – M 54-2, II – M 54-2
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	10	09/03/16	I – M 54-2, II – M 54-2
Cristiane de Souza Vieira Mendes	ACS	30	15/03/16	I – M 54-2, II – M 54-2
Cyntia Takemori Bitencourt	Fisioterapeuta	30	16/02/16	I – F 32-1
Daniela da Silva	ACS	30	12/03/16	I – Z 76-3
Daniela Ferreira	ASG	15	10/03/16	I – M 54-5

Daniela Hinkel	ACS	15	02/03/16	I – Z 73
Dayane da Silva	ACD	04	08/03/16	I – Z 76-3
Debora Isaura Fagundes	Técnico em Enfermagem	04	16/02/16	I –
Débora Leonia de Assunção	Professor	07	07/03/16	I – I 82
Deise Cristian da Silva P. Godoi	Assistente Administrativo	07	10/03/16	I – M 65-9, II – M 74-9
Denise Perpetua Natividade	Assistente Administrativo	30	02/03/16	
Desdete Enair Menezes	ASO	07	16/02/16	I – M 77-2
Desdete Enair Menezes	ASO	15	04/03/16	I – M 77
Dilane Rodrigues Schmitz	ACS	60	01/03/16	I – F 31-3
Dineia Maria da Silva	ASO	13	04/03/16	I – F 31-3
Ednilson Neri da Rosa	ASP	04	16/02/16	I – F 41-2, II – F 41-1
Ednilson Neri da Rosa	ASP	02	22/02/16	I – F 41-2, II – F 41-1
Elaine Cristina Chitz Antunes	Professor	05	29/02/16	
Elaine Cristina Chitz Antunes	Professor	180	07/03/16	
Eligiane Lopes	ASO	21	14/03/16	I – M 75-0, II M 75-5
Elisete Moreira dos Santos Pitta	Merendeira	30	19/02/16	I –
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	15	11/03/16	I – F 43
Elizete Soares de Souza	Merendeira	15	14/03/16	I – N 16-1
Elza da Silva Schmidt	ACE	07	21/02/16	I – M 25-5
Fabiana Cabral Schmitz	ACS	30	04/03/16	I – Z 76-3
Francisca Arcoverde Itamaro	Merendeira	03	19/02/16	I – Z 76-3
Gabriela Laurita Pereira	Professor	180	11/02/16	I –
Graciane Quadros Rosa	Professor	04	07/03/16	
Grazielli Pires da Silva Schmitz	Professor	90	17/02/16	I –
Gustavo Sarda da Silva	Técnico em Edificações	60	11/03/16	I – Z 54-4
Helena Maria Espindola	Professor	14	16/02/16	I – I 83-0
Helena Maria Espindola	Professor	45	02/03/16	I –
Iara Martins Collaço Cordeiro	ACS	05	07/03/16	
Iara Martins Collaço Cordeiro	ACS	05	14/03/16	
Isabela Ruth Vieira	Assessor	04	08/03/16	I – F 99
Ivone da Rosa de Souza	Técnico em Enfermagem	07	26/02/16	I – M 20-1
Ivone da Rosa de Souza	Técnico em Enfermagem	120	04/03/16	I – M 20-1
Ivone Terezinha Mauricio Silva	Merendeira	09	15/02/16	I – M 62
Janaina Aparecida da Silva	Merendeira	30	16/02/16	I – M 75-1, II M 75-5
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	04	08/03/16	
Jaqueline Ramos D. Martins	Professor	07	06/03/16	I – Z 76-3
Josiane dos Santos	Merendeira	14	03/03/16	I – S 62-5
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	15	10/03/16	I – M 79-1
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	02	18/02/16	I – M 77-9, II – R 76-3
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	05	22/02/16	I – M 77-9, II – R 76-3
Jucelia Andrade de Souza	Merendeira	30	23/02/16	I – M 77-9, II – R 76-3
Juliana Menegaro de Vargas	Merendeira	02	16/02/16	I –
Juliana Menegaro de Vargas	Merendeira	05	22/02/16	I –
Julio Germano Marcelino	Socorrista	10	19/02/16	I – S 90-0
Karla Garcia Cortez	Dentista	04	08/03/16	I – R 07-3
Karla Garcia Cortez	Dentista	02	17/03/16	I – R 07-3
Karla Kristina Coelho	Dentista	30	17/02/16	I – M 77-0
Karoline Bousfield	Técnico em Enfermagem	90	02/03/16	I – F 33-3, II – F 60-3
Katiane Siegel da Rosa	Professor	180	18/02/16	I –
Kelly Pierri Custodio	Enfermeiro	30	17/02/16	I – Z 54-0
Lais Waltrich dos Santos	Enfermeiro	15	07/03/16	I – F 07-2
Lea Rosa Peres da Silva	Técnico em Enfermagem	30	03/03/16	I – M 54, II – M 51
Leandra Vidal Pereira	Professor	30	07/03/16	I – D 25
Leandra Vieira Vidal Pereira	Professor	22	15/02/16	
Lindamir de Oliveira	Técnico em Enfermagem	30	03/03/16	I – G 56-0

Liziania Meurer Geraldo	ACS	15	22/02/16	I – F 31-3
Lucilene Velho Cristiano	Professor	07	17/03/16	I -
Lucimar Broering Vieira	ACS	90	10/03/16	I – R 90-0
Márcia de Lima Fobrich	ASO	05	07/03/16	I –
Márcia Regina da Conceição	ASO	30	07/03/16	I – Z 76-3
Márcia Valdete Dutra Alves	ASO	01	19/02/16	I –
Márcia Valdete Dutra Alves	ASO	30	22/02/16	I –
Maria Aparecida Berreta	Professor	30	07/03/16	
Maria Celi da Silva Simonetti	Merendeira	30	07/03/16	I –
Maria de Fátima Ramos Swinden	ACS	15	08/03/16	I –
Maria Joelma Dias	Professor	45	17/02/16	I – M 75-5
Maria Joselia Horstmann Felisbino	Professor	10	02/03/16	I – Z 76-3
Maria Laurentino Leal	Merendeira	05	03/03/16	I – G 56-0
Miriam Pereira	Professor	16	16/03/16	I – Z 54-0
Nelsa Helena Mayer	ASO	30	11/03/16	I – M 43-0
Neusa Schafer	Auxiliar de Enfermagem	08	01/03/16	I –
Nicole Machado Silva	Orientador Educacional	180	22/02/16	I –
Nilceia Aparecida Vingla	ASO	10	07/03/16	
Nilton João Espindola	ASO	45	01/03/16	I – I 83-9
Noeli Maria Sangiovo	Monitor	15	03/03/16	I –
Palmira dos Santos	Assessor	15	09/03/16	I – M 54
Patrícia Gerci Santos Pinheiro	ACS	13	24/02/16	I – Z 76-3
Priscila Zapelini Mendes	Telefonista	15	20/03/16	I – K 82
Raquel Mara Martins Weiss	Professor	30	17/02/16	I – F 43-2
Regiane Norberto de S. Espindola	Professor	102	17/03/16	
Regina de Oliveira Melo	Professor	21	10/03/16	I – M 54-2, II – M 75-5
Rita de Cássia Bittencourt Fornari	Professor	30	03/03/16	I – C 50
Rosely Scheidt Garcia	Professor	24	29/02/16	I – C 73, II – R 49
Rute Eliana da Silva	ACS	15	16/02/16	I – S 93-4
Sandra Aparecida Resende Dalmaso	Psicóloga	04	23/02/16	I – M 17-8, II – Z 76-3
Sandra Helena de Melo Kuntz	ASO	60	07/03/16	I –
Sandra Mara Bosquetti Lehnert	Merendeira	20	07/03/16	I – Z 76-3
Sebastiana Pires da Silva	ASO	45	01/03/16	I -
Simere da Silva	Assistente Social	10	11/03/16	I – L 63
Simone Pereira	Professor	45	19/02/16	I – Z 76-3
Tânia Cruz da Silva	ASO	13	04/03/16	I -
Tatiane Carline Bosquetti Lehnert	ACS	07	26/02/16	I – K 19
Tatiane Zenilde Pereira	Técnico em Enfermagem	30	24/02/16	I –
Vanessa Paes de Oliveira	Merendeira	30	23/02/16	I – M 22-4
Verginia Boubazar	ASO	60	22/02/16	I – F 33-3, II – F 25-1
Verilde dos Santos Bonetes	Merendeira	13	03/03/16	I – I 83-2
Victor Bussolo de Souza	ASO	07	05/03/16	I – S 93-4
Zeloira de Fátima de Souza	Técnico em Enfermagem	04	02/03/16	I –
Zenaide de Melo Amaral	ACS	15	08/03/16	I – R 54-5, II – M 23-9

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
 Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
 Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1302/2016.

PORTARIA Nº. 1302/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Artigo 1º - Instruir Comissão de Análise de documentos para Progressão Vertical da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º. Nomear como membros da referida comissão:

Patrícia Adelaide da Silva 120222-1

Heldinar Martins matrícula 801054-1

Catia Regina Soares da Rosa matrícula 210656-1

Artigo 3º. Fica revogado as disposições anteriores.

Artigo 4º. A presente portaria entra em vigor em 01 de março de 2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1303/2016.

PORTARIA Nº. 1303/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAYANE DA SILVA, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de setembro de 2015.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1304/2016.

PORTARIA Nº. 1304/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários

conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402213-6	Mauro do Amaral	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1305/2016.

PORTARIA Nº. 1305/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de março de 2016.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
402211-6	Jairo Euclides Pereira	R\$ 400,00
501376-3	Magda Regina Vieira	R\$ 300,00
3745715-1	Rita de Cássia Melo Macedo	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1306/2016.

PORTARIA Nº. 1306/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JANAINA SENA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/02/2016 a 14/12/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1307/2016.

PORTARIA Nº. 1307/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DEBORA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1308/2016.

PORTARIA Nº. 1308/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para THAIS DINIZ DA SILVA, matrícula nº. 801777-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/03/2016 à 28/04/2016.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1309/2016.

PORTARIA Nº. 1309/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0381 de 15 de fevereiro de 2016, que Concedeu Estabilidade ao servidor EDUARDO HENRIQUE MACHADO SATO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data que deveria ser fevereiro de 2015, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 07 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1310/2016.

PORTARIA Nº. 1310/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRA DE MELO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1311/2016.

PORTARIA Nº. 1311/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO TACIANA MOREIRA, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1312/2016.

PORTARIA Nº. 1312/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ROCHELE FARIOLI BERTONI, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1313/2016.

PORTARIA Nº. 1313/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CRISTIANE MIGNOT MEYER, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 31/03/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1314/2016.

PORTARIA Nº. 1314/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2684 de 11 de agosto de 2014, que Contratou por Tempo Determinado o servidor JULIAN RODRIGUES

MARTINS, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 12/08/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1315/2016.

PORTARIA Nº. 1315/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3807 de 25 de novembro de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLAUDIA NAMI YODA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/12/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 1316/2016.

PORTARIA Nº. 1316/2016.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1702 de 22 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CAROLINE BERNARDES BENA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2015 a 30/04/2016.

Palhoça, SC, em 14 de março de 2016.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DA SESSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

OBJETO: Aquisição de POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE E CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme quantitativos e descrições técnicas constantes no anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

DIA: 15/06/2016

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h00min.

ENCERRAMENTO: 10h50min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, a classificação do respectivo Pregão Presencial nº 011/2016:

1ª Classificada a empresa SUPRIMÓVEIS EIRELLI – EPP;

2ª Classificada a empresa GISIANE MATILDE VIEIRA – ME.

Após anunciada a classificação, a Pregoeira convocou a empresa SUPRIMÓVEIS EIRELLI – EPP para apresentar até o dia 29/06/2016, amostras dos itens 01 e 02, bem como, as certificações exigidas no ato convocatório.

Palhoça, 15 de junho de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA

Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CREDENCIAMENTO Nº 39/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 39/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, CREDENCIAMENTO nº 39/2016, objeto: Credenciamento seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos com finalidade diagnóstica Procedimentos com finalidade diagnóstica – GRUPO 02 – Diagnóstico por Ressonância Magnética - Subgrupo 07, do dia 16 de junho de 2016 à 15 de julho de 2016, recebimento dos invólucros contendo as documentações e ofertas de serviços na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 15 de maio de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Comissão Especial

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 08/2016 SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 08/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 05/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL. Data da entrega dos envelopes: 29/06/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/06/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 15 de junho de 2016.
Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de recargas gás de cozinha para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 28 de junho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 28/06/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de junho de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 032/2016

CONTRATO Nº 032/2016

Que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski, 134, centro, Papanduva - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, nº 386, Centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e, de outro lado LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 03.725.725/0001-35, com sede na Rua 238, nº 277, Sala 01 - Meia Praia - Itapema/SC, neste ato representada pelo Sr. Carlito Mello de Liz, residente e domiciliado em Itapema/SC, inscrito no CPF sob Nº 181.488.089-53, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 050/2016, no qual o contratado se compromete com a Prestação de Serviços Técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line dos atos oficiais de efeito externo, sendo:

Item 01: Integração do sistema que compreende a implementação da página técnica do Município, alimentação dos dados no sistema, consolidação dos Atos, vinculação da página de pesquisa com o site oficial da Prefeitura Municipal de Papanduva e o acesso aos recursos gerenciais da plataforma.

Item 02: Manutenção do sistema dos serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line dos Atos Oficiais.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 - Os serviços deverão ser prestados mediante solicitação da

Secretaria da Administração deste município, a partir da data de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta projeto atividade nº 2.006 - Manutenção da secretaria da Administração- elemento de despesa 33.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento municipal vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O custo para integração do sistema que compreende a implementação da página técnica do Município, alimentação dos dados no sistema, consolidação dos Atos, vinculação da página de pesquisa com o site oficial da Prefeitura Municipal de Papanduva e o acesso aos recursos gerenciais da plataforma será de R\$ 3,00 (três reais) por Ato implantado, contabilizados os Atos publicados até a data de assinatura do contrato em 2.100 (dois mil e cem) Atos, o que corresponde a R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) e pela manutenção do sistema serão pagos R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, para o período de junho a dezembro de 2016, correspondendo, portanto, a R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);

5.2 - O valor global do presente instrumento contratual será de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

5.3 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da sua assinatura, com vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo, a critério da administração, ser prorrogado.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.3 - Publicar a legislação em até 01 (um) dia útil após o recebimento do material.

8.4 - Manter a íntegra dos textos legais - fidedignos - no site leismunicipais.com.br, com link direcionado à página eletrônica desta Prefeitura, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE - disponibilizando a legislação municipal de forma consolidada por indexação e por dentro do texto.

8.5 - A consolidação por dentro do texto obedecerá aos seguintes critérios:

8.5.1 – ocorrerá após a integralização dos dados, ou seja, após a publicação de toda sequência numérica dos Atos, conforme informação geradas nos relatórios de Atos faltantes.

8.5.2 – a Contratante poderá requisitar, a qualquer tempo, a consolidação específica dos Atos em que haja necessidade deste procedimento, notificando e encaminhando os arquivos previamente à Contratada de todos aqueles correlacionados que tenham alterado regulamentado área específica do Ato original.

8.6 – Até o dia seguinte à celebração deste instrumento a Contratada encaminhará notificação, via e-mail, ao gestor indicado pela Contratante, informando dos procedimentos a serem realizados pelos integrantes do corpo técnico Órgão Público Contratante para que tenham acesso aos recursos exclusivos fornecidos pela Contratante, nos quais poderão:

8.6.1 – emitir relatórios que qualifique ou quantifique dados estatísticos relativos às leis faltantes (quando geradas em sequência numérica ininterrupta).

8.6.2 – consultar relatórios mensais do número de acessos e consultas à legislação; número de Atos publicados no exercício corrente; emissão de relatório mensal dos Atos publicados, quantificando-os separadamente e discriminando-os por data, tipo, numeração e horário de publicação online.

8.6.3 – obter acesso à pesquisa integrada do banco de dados contendo os Atos Oficiais relativos às demais pessoas jurídicas de direito público que aderiram ou vierem a aderir ao sistema.

8.7 – Permitir acesso à legislação do município para a população em geral, sem qualquer ônus e independentemente de cadastro, e, inclusive, com acessibilidade à versão aberta para deficientes visuais (totais ou parciais).

8.8 – Fornecer em mídia DVD, todo conteúdo das leis enviadas pela Contratante, mediante solicitação da mesma, durante o período de 30 (trinta) dias antecedentes ao término de cada mandato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 – Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2 – Efetuar o pagamento ao Contratado, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

9.3 – Apresentar toda sua legislação em arquivos digitais nos formatos “doc” ou “txt” (texto editável), utilizando o endereço de e-mail fornecido pela Contratada como meio de transmissão de dados de que trata o presente contrato, incluindo a atualização da legislação.

Parágrafo único: Os dados deverão observar o limite máximo de 20MB por e-mail encaminhado, por razões de ordem técnica.

9.4 – Indicar formalmente, o gestor para acompanhamento/geração da informação/fiscalização da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 – Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 050/2016, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes

da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na prestação dos serviços licitados;

b) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f) A dissolução da empresa;

g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratado e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 050/2016, bem como à proposta apresentada pela

contratada e aos termos da lei 8.666/93, suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO
16 – Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

17.1 – A CONTRATADA não será responsável pela fidelidade dos Atos Oficiais disponibilizados até o momento do fornecimento dos dados pelo Município, podendo manter sob sua custódia os textos originais enviados para prova de seu encaminhamento e teor.

17.2 – A CONTRATANTE manterá constante vigilância sobre os produtos finais gerados e encaminhados, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as medidas corretivas aos textos das leis que se fizerem necessárias tão logo seja certificada de qualquer anormalidade constatada pela CONTRATANTE.

17.3 – Em razão de a legislação ser de domínio público, a CONTRATADA não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de decisões administrativas, gerenciais ou comerciais tomadas com suporte nas informações fornecidas pelo site, assim como não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de falhas de operação por pessoa não habilitada.

17.4 – A CONTRATADA se obriga a fornecer orientação, em seu horário comercial, por suporte de telecomunicação, ao pessoal técnico da CONTRATANTE e/ou ao público em geral interessado não informações.

17.5 – A CONTRATADA é desobrigada a abrir as informações de seu banco de dados para qualquer outra Pessoa Jurídica de Direito Público que não tenha vínculo contratual com a mesma.

17.6 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO

18 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 03 de junho de 2016.

Dario Schicovski Carlito Melo de Liz
Pela Contratante Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisniewski Ricardo Zenfe
Matrícula: 50 Matrícula: 2675

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2013

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO 103/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 103/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA CLARO S.A.

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa CLARO S.A., pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Flórida, 1970, bairro Cidade Monções, cidade e estado de São Paulo – SP, neste ato representado pelos Srs. Kildare Carneiro Rodrigues, inscrito no CPF sob N.º 301.483.753-91 e Ronald Holanda Salmin inscrito no CPF sob N.º 298.235.793-34, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 103/2013, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 103/2013, datado de 18 de outubro de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão imediata e total das linhas 47 8904 9497, 47 8905 1837 e 47 8905 2799 do contrato supra citado devido a solicitação de suspensão dos serviços de telefonia móvel pela Polícia Civil do município os quais estavam conveniados com esta municipalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso I letra b) da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 07 de junho de 2016

Dario Schicovski
PELA CONTRATANTE

Kildare Carneiro Rodrigues Ronald Holanda Salmin
PELA CONTRATADA PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe Marcio Wisniewski
Matricula: 2675 Matricula: 50

De Acordo:
Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 009/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CNPJ: 33.645.482/0001-96

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: ---

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO: A) CONSULTAS TELEFÔNICAS E PRESENCIAIS; B) PARECERES EMITIDOS POR SOLICITAÇÃO DOS ASSOCIADOS; C) ACESSO AO BANCO DE DADOS COM CERCA DE 25.000 PARECERES (LABORATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - LAM); D) ESTUDOS TÉCNICOS NAS ÁREAS DE INTERESSE MUNICIPAL, ELABORADOS PELO IBAM; E) MODELOS DE LEIS DECRETOS E REGULAMENTOS; F) INFORMAÇÕES E CÓPIAS DE LEIS FEDERAIS E DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE INTERESSE MUNICIPAL; G) PARECERES ESCRITOS SOBRE A CONSTITUCIONALIDADE DE PROJETOS DE LEI DE INTERESSE DO EXECUTIVO E/OU CASOS CONCRETOS ENFRENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA CASA LEGISLATIVA QUE DEMANDAM SOLUÇÃO.

H) DESCONTO DE 20% NAS MATRÍCULAS DE SERVIDORES DAS ENTIDADES ASSOCIADAS NOS CURSOS REGULARES DA ENSUR – ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS URBANOS, ATENDIDOS OS PRÉ-REQUISITOS DE CADA CURSO; I) UMA INSCRIÇÃO GRATUITA EM UM CURSO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PROMOVIDO PELA ENSUR, ATENDIDOS OS PRÉ-REQUISITOS DE CADA UM; J) REUNIÕES TÉCNICAS COM OS DIRIGENTES MUNICIPAIS PARA DEBATER AÇÕES NECESSÁRIAS À BOA GESTÃO ADMINISTRATIVA, NA SEDE DO IBAM; E K) ACESSO A TODOS OS ARTIGOS DA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DESDE 1991;

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20/05/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/06/2016 a 31/12/2016

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 2.056,00

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 20 DE MAIO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 010/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: ACIR JOSE IAROCHEVSKI 45775702972
CNPJ: 17.551.618/0001-42

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: ---

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÕES NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL REF: FECHAMENTO PARCIAL DA SACADA LATERAL DO 2º PISO DO PRÉDIO DA CÂMARA COM NO MÍNIMO 2 METROS DE ALTURA CONTADOS DO CHÃO; FECHAMENTO PARCIAL DO POÇO DE LUZ NO FINAL DA SACADA LATERAL DO PRÉDIO DA CÂMARA COM NO MÍNIMO 2 METROS DE ALTURA CONTADOS DO CHÃO; FECHAMENTO PARCIAL DO POÇO DE LUZ NO 2º PISO NO INÍCIO DA SACADA LATERAL DO PRÉDIO DA CÂMARA E FECHAMENTO TOTAL DO MESMO POÇO NO 1º PISO; LEVANTAMENTO DO MURO LATERAL NA SACADA FRONTAL DO 2º PISO DO PRÉDIO COM NO MÍNIMO 2 METROS DE ALTURA CONTADOS DO CHÃO COM INCLINAÇÃO DE 45º NO INÍCIO DO MURO; LEVANTAMENTO DE MURO LATERAL NA ENTRADA PRINCIPAL COM NO MÍNIMO 2 METROS DE ALTURA CONTADOS DO CHÃO COM INCLINAÇÃO DE 45º NO INÍCIO DO MURO; CONFECÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM "L" COM CORREMÃO; FIXAÇÃO DE COCHO DE LAVA ROUPA; E RECONSTRUÇÃO DA CALÇADA FRONTAL ONDE FOR DANIFICADO; SENDO QUE AS PAREDES PREVISTAS SERÃO EM ALVENARIA E TODOS OS SERVIÇOS DEVERÃO SER ENTREGUES PRONTOS E COM ACABAMENTO COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20/05/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20/05/2016 a 19/08/2016

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 14.100,00

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 20 DE MAIO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 011/2016

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: MEP PRODUÇÕES LTDA-ME
CNPJ: 14.240.056/0001-28

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: ---

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO: A) CAPTURA EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO DE UM VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAPANDUVA/SC, E TAMBÉM COBERTURA DO EVENTO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL QUE SERÁ NO DIA 23 DE JUNHO DE 2016 TAMBÉM COM A CAPTURA, EDIÇÃO, FINALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE UM DVD DO EVENTO. B) O REFERIDO VÍDEO DE APRESENTAÇÃO TERÁ O TEMPO DE NO MÁXIMO 7 MIN.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20/05/2016

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20/05/2016 a 19/08/2016

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: ---

VALOR ORIGINAL: R\$ 5.000,00

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 20 DE MAIO DE 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA
LUIZ EDUARDO SALIBA
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/SC 33.396

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 08/2016

Ata nº 08/2016; Processo nº 023/2015; Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratadas: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor: R\$ 39.633,87 (trinta e nove mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos); DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA , valor: R\$ 104.007,80 (cento e quatro mil, sete reais e oitenta centavos); CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor: R\$ 71.578,00 (setenta e um mil, quinhentos e setenta e oito reais); DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, valor: R\$ 59.895,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e noventa e cinco reais); PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA , valor: R\$ 62.049,07 (sessenta e dois mil, quarenta e nove reais e sete centavos); MARCO-FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, valor R\$: 5.902,00 (cinco mil, novecentos e dois reais);. MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais); LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, valor: R\$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais); ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, valor: R\$ 32.360,00 (trinta e dois mil, trezentos e sessenta reais); S & R DISTRIBUIDORA LTDA , valor: R\$ 116.237,59 (cento e dezesseis mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos); SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, valor: R\$ 23.471,60 (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta centavos); INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, valor: R\$ 72.065,45 (setenta e dois mil, sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos); LM FARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, valor R\$: 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais);. COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, valor: R\$ 135.983,90 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa centavos); DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, valor: R\$ 31.738,80 (trinta e um mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos); PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, valor: R\$ 59.056,60 (cinquenta e nove mil, cinquenta e seis reais e sessenta centavos); ILG COMERCIAL LTDA-ME, valor: R\$ 38.408,02 (trinta e oito mil, quatrocentos e oito reais e dois centavos); VISÃO DISTRIBUIDOR DE MEDICAMENTO LTDA, valor: R\$ 11.150,00 (onze mil, cento e cinquenta reais); ALL MEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES, valor: R\$ 12.785,00 (doze mil, setecentos e oitenta e cinco reais); FERNAMED LTDA, valor: R\$ 8.471,00(oito mil, quatrocentos e setenta e um reais); M.U. BACKES & CIA LTDA-ME, valor: R\$ 31.994,50 (trinta e um mil, novecentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). Data da Assinatura: 08/06/2016.

PORTARIA Nº 210/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 210/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Max Miliano José de Souza, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Serviços Gerais, portador do CPF nº 001.588.479-11, matrícula nº 11199, nomeado pela Portaria nº 097/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo a partir de 30/05/2016, que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes - SC, 13 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 211/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 211/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, CLT, DALZIZA RODRIGUES CABRAL, brasileira, portadora do CPF nº 767.887.769-20, matrícula nº 10273 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 10/06/2016 à 24/06/2016. Encaminhando a pericia no (16º) décimo sexto dia conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 13 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 212/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 212/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, Resolve:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 399/2014, que concedeu a função gratificada de Chefe de Unidade de Sanitária, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Milena Montardo Serri de Castro, brasileira, portadora do CPF nº 028.339.949-07, matrícula nº

10332, ocupante do cargo de Enfermeira, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de Junho de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 67/2016-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA EXECUÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA E A EMPRESA SONA CONSTRUTORA LTDA ME

Nº 67/2016 - PMP

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa SONA CONSTRUTORA LTDA ME, com sede na cidade de Brusque/SC, Avenida Germano Furbringer, nº 1104, CEP: 88.354-600, Telefone: (47) – 3044-7777, E-mail: obras@sona.eng.br, inscrita no CNPJ sob o nº 18.205.110/0001-55, neste ato representada pelo Sr. Edmilson Pereira, CPF nº: 785.676.299-34, RG nº 1.928.843, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Espírito Santo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 27/2016 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 05/2016 – PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a executar para a PREFEITURA a Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para contratação de empresa especializada na urbanização da Orla da Praia e Armação, trechos 1 e 2 da Avenida Elizabeth Konder Reis em Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$: 202.992,16 (duzentos e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos), a ser pago no Banco Sicoob/ Blucredi, Agência nº 3069, Conta Corrente nº 203.705-0, em até 30 (trinta) dias após medição Físico Financeiro da obra realizada pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico da PREFEITURA, conforme dispõe a cláusula 10 (dez) deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

As obras ora contratadas terão início contados a partir da Entrega da Ordem de Serviço, com conclusão prevista em até 5 (cinco) meses, em conformidade com os cronogramas físicos financeiros em anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sendo o contrato encerrado em 6 (seis) meses.

CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da dotação:

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Unidade: 08.01 – Departamento de Meio Ambiente

Funcional: 04.122.0007 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.016 – Funcionamento e Manutenção do Departamento de Meio Ambiente

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0630 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra mencionada na Cláusula Primeira, fornecendo mão-de-obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço.
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, incluído por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- d) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas/obras contratadas.
- e) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- g) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, etc., necessários à completa realização dos serviços.
- h) Instalar no Canteiro de Obras em local visível aos Cidadãos, a

Placa de Obra e a Placa com o Responsável Técnico pela execução.

i) Manter sinalização viária no local da obra, responsabilizando-se por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização.

j) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula 8.

k) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas 9 e 10.

CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo 1: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula 13ª (décima terceira) e de rescisão na forma da cláusula 14ª (décima quarta).

Parágrafo 2: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização da PREFEITURA, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo 1: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" no canteiro de obras devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas sequencialmente ou em livro Ata.

Parágrafo 2: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e da PREFEITURA.

Parágrafo 3: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Planejamento, que ocorrerá mensalmente entre os dias 05 e 10 de cada mês.

Parágrafo 1: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Planejamento será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo 2: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo 3 - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para conclusão da Obra, a Secretaria de Planejamento emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de segurança aos seus funcionários empregados na obra, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo 1 - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo 2 - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à PREFEITURA;

f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;

i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;

l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

m) Razões de interesse do serviço público;

n) A supressão, por parte da PREFEITURA, de obras, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e

r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

No caso de suspensão das obras ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato. E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de Junho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

SONA CONSTRUTORA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DE ACORDO:

DANIELE S.DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

211

PORTARIA Nº 211/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 172/2016 (devastação ocasionada no local Ponta da Vigia), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 14 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

ERRATA DE EDITAL 1 CC01/2016 - PMP

ERRATA DE EDITAL 1

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2016 - PMP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA – na condição de Contratante – através da Secretaria da Administração, comunica aos interessados que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA, cujo regime de execução é EMPREITADA GLOBAL, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” para a contratação de Empresa (s) do ramo pertinente para execução de obras descritas no Item 1 – OBJETO, devendo os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços serem entregues até às 10 horas do dia 01 de julho de 2016. Os envelopes serão abertos às 10 horas do dia 01 de julho de 2016 no mesmo local. A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Margarida Vieira, Bairro Praia de Armação, Penha/SC, em estrita observância aos memoriais, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos em anexo.

ONDE SE LÊ:

a) Certidão de Acervo Técnico, expedido pelo CREA ou CAU, com a comprovação de que a Empresa, tenha executado serviço de obra em alvenaria com área mínima de 5.000,00 m².

LEIA-SE:

c) Certidão de Acervo Técnico, expedido pelo CREA ou CAU, com a comprovação de que a Empresa, tenha executado serviço de pavimentação em lajotas de concreto com área mínima de 5.000,00 m².

Motivo: Erro de digitação.

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de julho de 2016.

Daniele S. de S. Lunge

Secretária de Administração

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2014.

ALDIR RECH, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, com fulcro no inciso V, do Artigo 28 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e promulgou o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art.1º - Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto -SC, referente ao exercício de 2014, conforme Parecer nº MPTC/38497/2015, exarado no Processo Nº PCP-15/00161150 pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, 15 de Junho de 2016.

ALDIR RECH

Presidente Da Mesa Diretora da Câmara de
Vereadores de Pinheiro Preto

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.094 DE 13 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3.094 DE 13 DE JUNHO DE 2016
TRANSPORIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPORIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais
Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL R\$ 1.500,00

Art 2º - Os valores resultantes das transposições do Art. 1º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.001– Diretoria de Políticas Culturais
Projeto/Atividade: 13.392.0130.2068 – Manutenção das Atividades Culturais

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL R\$ 1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 13 de junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MARCOS KÜSTER

Prefeito Municipal

Secretário de Turismo e Cultura

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 044 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, POR HORA TRABALHADA, PARA EXECUÇÃO DE DESASSOREAMENTO E DRAGAGEM DOS RIOS E RIBEIRÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 29/06/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 29/06/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 15 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 021 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 021 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 045 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 04/07/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 04/07/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 15 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2016

Processo Administrativo n.º 035 / 2016.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 001 / 2016.

Dispensa de Licitação n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: Agricultor Familiar Sr. VENDELIN VOIGTLAENDER.

Objeto: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR PESSOA FÍSICA, COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR, FORNECEDORES DE ALIMENTOS (VERDURAS, LEGUMES, FRUTAS, HORTALIÇAS, GELÉIAS ENTRE OUTROS), INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA A COMPLEMENTAR A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO COMO SE TRANSCRITO FOSSE.

Item Credenciado – 04.

Valor total contratado: R\$7.876,00 (sete mil e oitocentos e setenta e seis reais).

Prazo de vigência: 14/06/2016 à 31/12/2016.

Pomerode / SC, 13 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018 / 2016

Processo Administrativo n.º 035 / 2016.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 001 / 2016.

Dispensa de Licitação n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL - COPAJAS.

Objeto: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR PESSOA FÍSICA, COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR, FORNECEDORES DE ALIMENTOS (VERDURAS, LEGUMES, FRUTAS, HORTALIÇAS, GELÉIAS ENTRE OUTROS), INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA A COMPLEMENTAR A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO COMO SE TRANSCRITO FOSSE.

Itens Credenciados – 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 31 e 36.

Valor total contratado: R\$236.520,20 (duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: 14/06/2016 à 31/12/2016.

Pomerode / SC, 13 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0046/2016
TOMADA DE PREÇO N.º 002/2016

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Tomada de Preço objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NA RUA LAURI ROMANI - TRECHO ENTRE A ESTACA 18 ATÉ A ESTACA 24+17,00M, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 01/07/2016.
Abertura: às 09h00min horas do dia 01/07/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:300min e das 13:00 às 17:00, no e-mail: com-prasps01@gmail.com, www.ponteserrada.sc.gov.br/licitacoes ou pelo telefone (0XX49) 3435 0122.

Ponte Serrada 16 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

CONTRATO Nº 045/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: FABIO JEAN D ´AVILA DOS SANTOS ME
CNPJ: 20.673.015/0001-28

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU PROFESSORES HABILITADOS NAS ÁREAS DE ACORDEOM (GAITA), VIOLÃO, TECLADO E CORAL INFANTIL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 9.660,00 (Nove mil seiscentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: 06/06/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 15 de junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 43-44-45

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

CONTRATO Nº 043/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: EMERSON COELHO DO ROSÁRIO

CNPJ: 11.716.240/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU PROFESSORES HABILITADOS NAS ÁREAS DE ACORDEOM (GAITA), VIOLÃO, TECLADO E CORAL INFANTIL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 10.115,00 (Dez mil cento e quinze reais)

VIGÊNCIA: 06/06/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 15 de junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

CONTRATO Nº 044/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: ALAERCIO CASSIANO - ME

CNPJ: 17.735.714/0001-40

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OU PROFESSORES HABILITADOS NAS ÁREAS DE ACORDEOM (GAITA), VIOLÃO, TECLADO E CORAL INFANTIL, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA DE PONTE SERRADA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR: R\$ 9.450,00 (Nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 06/06/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 15 de junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

1º TERMO RETIFICAÇÃO - PREGÃO 020/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO 020/2016 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue: Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de palcos e tendas para eventos que venham a ser realizados no Município de Porto Belo, pelo período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Onde se lê:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Qnt.	Preço Unit. Máximo	Total Máximo
1	LOCAÇÃO DE PALCO 10X08 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 10 metros de frente por 08 metros de profundidade e altura do solo de 1,20 metros, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Com cobertura em Box truss de duro alumínio em forma de duas águas, com lona anti chama na cor branca no teto, e sombrite preto sem escritas ou logos nas laterais e fundos. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Unid.	5	R\$ 5.800,00	R\$ 29.000,00
2	LOCAÇÃO DE PALCO 08X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 08 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 1,20 metros, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Com cobertura em Box truss de duro alumínio em forma de duas águas, com lona anti chama na cor branca no teto, e sombrite preto sem escritas ou logos nas laterais e fundos. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Unid.	15	R\$ 4.640,00	R\$ 69.600,00
3	LOCAÇÃO DE PALCO 08X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 08 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 50 cm, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Unid.	15	R\$ 2.860,00	R\$ 42.900,00
4	LOCAÇÃO DE PALCO 06X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 06 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 60 cm, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet. O palco deverá ser aterrado.	Unid.	30	R\$ 3.120,00	R\$ 93.600,00

LOTE 02					
Item	Descrição		Unid.	Preço Unit. Máximo	Total Máximo

1	Locação de tenda piramidal 3m x 3m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	50	R\$ 217,50	R\$ 10.875,00
2	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, fechada nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	80	R\$ 371,67	R\$ 29.733,60
3	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	130	R\$ 332,50	R\$ 43.225,00
4	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona translúcida com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	15	R\$ 482,50	R\$ 7.237,50
5	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, fechada nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	90	R\$ 943,33	R\$ 84.899,70
6	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	180	R\$ 915,00	R\$ 164.700,00
7	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona translúcida com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Unid.	15	R\$ 1.415,00	R\$ 21.225,00

Leia-se:
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Especificação	Unid.	Qnt.	Preço Unit. Máximo	Total Máximo
1	LOCAÇÃO DE PALCO 10X08 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 10 metros de frente por 08 metros de profundidade e altura do solo de 1,20 metros, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Com cobertura em Box truss de duro alumínio em forma de duas águas, com lona anti chama na cor branca no teto, e sombrite preto sem escritas ou logos nas laterais e fundos. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Diária.	5	R\$ 5.800,00	R\$ 29.000,00

2	LOCAÇÃO DE PALCO 08X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 08 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 1,20 metros, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Com cobertura em Box truss de duro alumínio em forma de duas águas, com lona anti chama na cor branca no teto, e sombrite preto sem escritas ou logos nas laterais e fundos. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Diária	15	R\$ 4.640,00	R\$ 69.600,00
3	LOCAÇÃO DE PALCO 08X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 08 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 50 cm, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet, incluindo escadas anti derrapante com corrimão, estrutura para P.A. Fly, house mix e monitor. O palco deverá ser aterrado.	Diária	15	R\$ 2.860,00	R\$ 42.900,00
4	LOCAÇÃO DE PALCO 06X06 - Descrição: Locação com transporte, montagem e desmontagem de Palco, medindo 06 metros de frente por 06 metros de profundidade e altura do solo de 60 cm, sendo esta forrada por TNT preto de todos os lados. Piso do palco em estrutura metálica, com compensado de 20mm na cor preta e carpet. O palco deverá ser aterrado.	Diária	30	R\$ 3.120,00	R\$ 93.600,00

LOTE 02					
Item	Descrição	Unid.	Qnt.	Preço Unit. Máximo	Total Máximo
1	Locação de tenda piramidal 3m x 3m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	50	R\$ 217,50	R\$ 10.875,00
2	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, fechada nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	80	R\$ 371,67	R\$ 29.733,60
3	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	130	R\$ 332,50	R\$ 43.225,00
4	Locação de tenda piramidal 5m x 5m, lona translúcida com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	15	R\$ 482,50	R\$ 7.237,50
5	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, fechada nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	90	R\$ 943,33	R\$ 84.899,70
6	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona branca, com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	180	R\$ 915,00	R\$ 164.700,00

7	Locação de tenda piramidal 10m x 10m, lona translúcida com pé direito de no mínimo 3m de altura, aberta nas laterais, impermeável, locação com transporte, montagem e desmontagem. A estrutura deverá ter aterramento.	Diária	15	R\$ 1.415,00	R\$ 21.225,00
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	----	--------------	---------------

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 020/2016 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 15 de Junho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.433, DE 25 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 1.433, DE 25 DE MAIO DE 2016.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 052/2014 - Código Tributário,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,61% (zero virgula sessenta e um cento), considerando o IPCA do mês de abril de 2016, que passa a vigorar a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,6679.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

DECRETO Nº 1.434, DE 25 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 1.434, DE 25 DE MAIO DE 2016.

REVOGA O INCISO I DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 938, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Inciso I do Artigo 1º do Decreto nº 938, de 11 de outubro de 2011, que declarou como de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial a propriedade de Tamara Pereira de Moraes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 959/2016

DECRETO Nº 959, de 13 de junho de 2016.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA IVAN FRANCISCO ANDRUKIU, do Cargo de Provisão em Comissão de Supervisor de Sinalização Viária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016.

Porto União (SC), 13 de junho de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 960/2016

DECRETO Nº 960, de 13 de junho de 2016.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA IVAN FRANCISCO ANDRUKIU, para o cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral do DEMUTRAN/PU, Símbolo DI, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2016.

Porto União (SC), 13 de junho de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2016 - FUNREBOM

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 011/2016 - FUNREBOM
Dispensa de Licitação nº 001/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma

empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos de saúde.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos de saúde.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda, inscrita no CNPJ 82.326.828/0001-07, uma vez que foi a proposta de menor valor apresentada, conforme comprovam os orçamentos em anexo.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 60,35 (sessenta reais e trinta e cinco centavos) mensais para uma franquia de 04 (quatro) quilos e R\$ 4,83 (quatro reais e oitenta e três centavos) por quilo excedente.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1600 – FUNREBOM
Unidade 1601 – FUNREBOM
Atividade 2040 – Manutenção FUNREBOM
Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas
Cód. 1

Complemento 33903978 – Limpeza e Conservação

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 15 de junho de 2016.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 861/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 024/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 105/2016
Dispensa de Licitação nº 024/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa especializada para atendimento de consultas médicas nas localidades do Distrito de Santa Cruz do Timbó, São Miguel da Serra, Rio Bonito, Cabeceira da Barra Grande, tendo em vista que o contrato de trabalho mantido com o médico que efetuava esses atendimentos se expirou.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa especializada para atendimento de 300 (trezentas) consultas médicas com médico generalista nas localidades do Distrito de Santa Cruz do Timbó, São Miguel da Serra, Rio Bonito, Cabeceira da Barra Grande e Quati.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Firmino & Médicos Associados Sociedade Simples Ltda, inscrita no CNPJ 23.166.354/0001-06 visto que a mesma propôs o valor de R\$ 22,67 (vinte e dois reais e sessenta e sete centavos) por consulta, conforme comprova o orçamento em anexo ao processo, eis que o preço foi o menor apresentado sendo inferior inclusive ao praticado pela tabela lavrada pela Associação Médica Brasileira - AMB.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 6.801,00 (seis mil oitocentos e um reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0213 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 2106 – Média e Alta Complexidade Saúde
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas
Cód. 184

Complemento 33903950 – Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e labor.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 15 de junho de 2016.
VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Decreto 861/2016

PORTARIA N.º 290/2016 - RH

PORTARIA Nº 290, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 239, de 16 de maio de 2016, que designa a servidora efetiva Roseli Maria Costa Curta De Bona para exercer interinamente o cargo de provimento em comissão de Chefe de Recursos Humanos.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 291/2016 - RH

PORTARIA Nº 291, de 15 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor efetivo Dinarte Ribeiro Guedes Neto, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Recursos Humanos, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 009, de 04 de janeiro de 2016.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de junho de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 017/2016

PORTARIA Nº 017, de 10 de junho de 2016.

Nomeia Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Responsável pela Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório nomeados para exercício de cargo efetivo nos órgãos da administração do Poder Executivo, de conformidade com o Decreto nº 226/98, de 31 de julho de 1998.

Art. 2º Designar como membros da Comissão
I- Roseli Maria Costa Curta de Bona – Chefe de Recursos Humanos;
II- Vanessa Nalon dos Santos – Agente Administrativo;
III- Cássia Nalon Conte – Agente Administrativo;
IV- Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini – Agente Educacional.

Art. 3º Revogam-se a Portaria nº 022, de 20 de maio de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de junho de 2016.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL PREGAO 09/2016 - PONTE CASAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 017/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 08:30 horas do dia 28/06/2016, o edital para a realização de licitação para Aquisição de Pré-fabricado de concreto, concreto usinado e aço para execução da Ponte sobre o Rio das Pombas, na Rua Estevão Riscarolli, no Município de Pouso Redondo/SC. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 15 de junho de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 26/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 27 (vinte e sete) junho de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Materiais e Equipamentos Odontológicos, destinados a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano de 2016, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE JUNHO DE 2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

Presidente Nereu

PREFEITURA

LEI 1496/2016

LEI 1496/2016, DE 15/06/2016.

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DISCIPLINA O RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:
LEI:

Art. 1º Os Agentes Políticos e servidores do Poder Executivo Municipal de Presidente Nereu que, autorizados pelo Prefeito Municipal, se deslocarem da sede do município a serviço ou para participar de cursos, palestras, congressos, seminários e outros eventos de interesse do Poder Executivo Municipal com veículos particulares de sua propriedade, poderão requerer ressarcimento das despesas com combustível, mediante:

Parágrafo Único: A inscrição do veículo particular de sua propriedade junto ao Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – SC, devendo ser instruída com:

I - fotocópia do certificado de registro e licenciamento do veículo de sua propriedade;

II - declaração isentando o Município de Presidente Nereu – SC de qualquer responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, pelos encargos decorrentes da propriedade, desgaste, multas e danos causados aos veículos ou terceiros, em razão de sua utilização nos termos desta Lei, conforme modelo constante no Anexo I.

Art. 2º Para obter o ressarcimento das importâncias despendidas com combustível deverá o requerente:

I - preencher o formulário instituído pelo Anexo II, enviando-o à Secretaria Municipal de Administração, dele constando o destino percorrido, Quilometragem percorrida, quilometragem inicial e final, Placa do veículo e ainda, o objetivo da viagem, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, que justificará a utilização de veículo particular;

II - Apresentar o agente político ou servidor, por meio de certificado, certidão, declaração ou demais comprovantes que comprovem a realização da viagem.

Art. 3º O ressarcimento a que se refere esta Lei será efetuado tomando-se por base, o preço do litro do combustível utilizado de acordo com o valor licitado pelo Município na utilização dos veículos Municipais, vigente na data da viagem, à razão de 22 % (vinte e dois por cento) por quilômetro rodado.

Parágrafo Único - Para conferência da quilometragem percorrida usar-se-á o mapa do Departamento de Estradas de Rodagem ou do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e será considerada a distância entre a cidade de Presidente Nereu e a cidade ou outra localidade de destino.

Art. 4º O ressarcimento de despesas com combustível não será devida cumulativamente com passagens, auxílio-transporte ou qualquer outra vantagem paga sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

Art. 5.º O ato de concessão praticado em desacordo a esta Lei, deverá ser declarado nulo e a autoridade que tiver ciência da irregularidade deverá apurar, de imediato, responsabilidades por intermédio de processo administrativo disciplinar, com vistas à aplicação da penalidade administrativa correspondente e à reposição ao erário dos valores percebidos indevidamente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 6.º A Indenização de Transporte poderá ser solicitada antecipadamente quando se souber com exatidão a quilometragem a ser rodada, nos demais casos, deverá ser solicitada logo após o retorno.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se a Lei Municipal 1230/2009 de 01 de junho de 2009.

Presidente Nereu, 15 de junho de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – LEI 1496/2016.
INSCRIÇÃO DE VEÍCULO PARTICULAR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

Venho requerer a inscrição do veículo _____, licenciado no município de _____, de minha propriedade, o qual será utilizado pelo signatário nas viagens a serviço do Poder Executivo Municipal quando devidamente autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Referido veículo encontra-se em perfeitas condições de trafegabilidade, anexando cópia do respectivo certificado de propriedade.

Por outro lado o requerente isenta o Município de Presidente Nereu – SC da responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, decorrente do uso do citado veículo, tais como desgaste, multas e danos causados aos veículos ou terceiros, em razão de sua utilização a serviço da Municipalidade.

Termos em que,
Pede deferimento.

PRESIDENTE NEREU, _____ de _____ de _____.

NOME DO SERVIDOR

CARGO: _____.

ASSINATURA

ANEXO II – LEI 1496/2016.

REQUERIMENTO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Nome requerente: _____.

CPF n.º: _____ Cargo: _____.

Venho através deste, requerer o ressarcimento de despesas com Combustível em virtude de utilização de veículo particular quando do deslocamento fora da sede do município em razão de:

Data Saída: _____ Data Retorno: _____.

Cidade destino: _____.

Placa Veículo: _____.

KM saída: _____. KM retorno: _____.*

TOTAL QUILOMETROS PERCORRIDOS: _____.

Tipo combustível: gasolina () Álcool () Diesel ()

VALOR INDENIZAÇÃO:

(quant. KM) x (valor combustível *preço licitação) x 22% =R\$ _____

ASSINATURA REQUERENTE

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL.

DEFIRO: () – JUSTIFICATIVA: _____

INDEFIRO: ().

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO SUPLEMENTAR 113.2016

DECRETO Nº. 113, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 10.301.0023.2.023 Manutenção das Atividades da Saúde

MODALIDADE:	3.1.90.00.0.3.0028.0000-	Aplicações Diretas (53)	R\$	12.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0028.0000 – Recurso ESF				
TOTAL			R\$	12.000,00
TOTAL GERAL			R\$	12.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado o reduzido o saldo da dotação orçamentária abaixo descrita.

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ./ATIV.: 10.301.0023.2.023 Manutenção das Atividades da Saúde

MODALIDADE:	3.3.90.00.0.3.0028.0000-	Aplicações Diretas (46)	R\$	12.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0028.0000 – Recurso ESF				
TOTAL			R\$	12.000,00
TOTAL GERAL			R\$	12.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 15 de junho de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

DECRETO SUPLEMENTAR 114.2016

DECRETO Nº. 114, DE 16 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROJ./ATIV.: 12.365.0038.2.038 Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	3.1.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas (211)	R\$	65.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0001.0000 – Recurso Próprios Educação				
TOTAL			R\$	65.000,00
TOTAL GERAL			R\$	65.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, fica utilizado superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2015 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 16 de junho de 2016.

Oli do Nascimento
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2016 - REPUBLICAÇÃO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 020/2016 firmado em 04/02/2016, com término previsto para 03/06/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ALINE APARECIDA BUSARELLO portador(a) do CPF nº 007.869.309-85, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 020/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira, segunda e terceira do Contrato Administrativo, que passam a vigorar, com efeitos retroativos a partir de 04/06/2016, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Daniel Maschio, em substituição a Angela Cristina Hamann Scussel, designada em cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.523,81 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 020/2016, iniciando-se a prorrogação em 04/06/2016 e encerrando-se em 23/12/2016”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/06/2016.
GIVANILDO SILVA MARIA
Secretário de Administração

ALINE APARECIDA BUSARELLO
Contratado(a)

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2015 - REPUBLICAÇÃO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 03/06/2016 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que a partir de 04/06/2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Teresinha Oenning, designada em cargo comissionado.

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 268/2015, iniciando-se a prorrogação em 04/06/2016 e encerrando-se em 23/12/2016”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/06/2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

MYRIAN HOLLER KNAESEL
Contratado(a)

ATA DE JULGAMENTO

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitações para proceder o julgamento de recurso da documentação "Envelope nº 02 – Proposta de Preços" Concorrência nº 039/2015, que tem como objeto da execução de pavimentação em lajotas hexagonais de concreto, drenagem pluvial, sinalização viária, reaterros dos passeios da Rua Severino Lenzi, Bairro Santa Galo, e na execução das galerias pluviais das Ruas: Olavo Bilac, Bairro Laranjeira e Joinville, Bairro Canoas.

Aos quinze (15) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezesseis (2016), às nove (9) horas, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, os membros que compõem a Comissão Permanente de Licitações, nomeados pelo Decreto nº. 5042 de 01 de dezembro de 2015, Srs. Carlos Alberto Luithardt, Luiz Henrique Piazero e Marcon Kleinhempel, sob a presidência do primeiro, que nomeou a mim, Marco Aurélio Ferrari, para secretariar os trabalhos. Tendo a participação das empresas do Lote 01: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, NAJ EMPREITEIRA LTDA, KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ORBIS ENGENHARIA EIRELLI – ME e ADIRANE POHL VICENTE EIRELLI - EPP, tendo ocorrido as manifestações dos participantes deste processo, a COMISSÃO DE LICITAÇÕES, efetuando a análise da mesma, resolve, decidir o que segue:

CONSIDERANDO, que a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., solicita à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES a desclassificação do todas as empresas referente ao lote 01, pelo fato de não apresentar corretamente o cronograma físico financeiro no envelope da proposta de preços relativo ao item 7.1.5.

CONSIDERANDO, que a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ficou na quarta colocação em ordem crescente dos preços, pois cotou 15,13% acima do valor apresentada pela recorrida, sendo que requer que seja declarada vencedora e solicita que faça subir a autoridade superior para seu julgamento. Registra-se que a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELLI – ME, apresentou o menor preço entre todos.

CONSIDERANDO, que a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELLI – ME., apresentou recurso de defesa onde alega que apresentou o menor preço de todos os participantes e pelo critério de julgamento "menor preço", previsto no item 8.1.8 do Edital. Em relação ao cronograma físico financeiro, a empresa, em questão, apresentou exatamente nos moldes que o município disponibilizou a todos os participantes (anexos retirados na Recopy).

CONSIDERANDO, o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, a Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

CONSIDERANDO, as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos:

"A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);" (grifo nosso).

"Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Com o procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (Hely Lopes Meireles 2003, p.264);" (grifo nosso).

CONSIDERANDO, que o objetivo da administração pública vai de encontro com os mandamentos e citações doutrinárias, acima descritas e visando atender o interesse público da coletividade, na busca da ampla concorrência, cujo objetivo é a participação do maior número de empresas licitantes, para que haja a possibilidade de análise de propostas que tragam uma real vantagem ao ente contratante.

CONSIDERANDO, orientação jurisprudencial do STJ citada abaixo:

"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo a administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS 5.606/DF, rel. Min. José Delgado)" (grifo nosso).

Diante do exposto, e após a rigorosa análise dos documentos apresentados pelas empresas, resolve a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, decidir pelo o que segue:

- a) Os argumentos apresentados pela empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, não merecem nenhuma credibilidade no meio público, e sim, somente requerer que seja validada sua proposta de preço que está bem acima de todos participantes.
- b) Comprova-se que todas as empresa apresentaram o cronograma físico financeiro corretamente, sendo assim, a alegação da empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, não condiz com a realidade, ao mencionarem que o preenchimento do anexo "cronograma físico financeiro" está em desacordo ao solicitado no Edital.
- c) A Comissão Permanente de Licitações enfatiza que este tipo de argumentação não tem nenhum tipo de veracidade, visto que os Tribunais Superiores e o Tribunal de Contas da União, já tem se pronunciado a respeito do formalismo, como segue abaixo:

A visão dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União a respeito da possibilidade de alteração das propostas das licitantes. A jurisprudência pátria tem caminhado no sentido de ser desarrazoada a inadmissão de proposta de licitante que contiver vícios irrelevantes para o julgamento do certame. É que tal medida demonstra-se ilegal, anti-isonômica e ofensiva à própria destinação da licitação que é a

obtenção da proposta mais vantajosa.

Em outras palavras, simples falha formal da proposta comercial que não afete a igualdade das condições de participação não legitima a Administração Pública a proceder a desclassificação. Do contrário, estará havendo desclassificação irregular, por adotar formalidade exagerada, ofensiva à isonomia do certame.

O Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso ordinário em mandado de segurança, negou provimento, para manter ato do Tribunal Superior Eleitoral, que não desclassificou proposta comercial que, por equívoco, deixou de apresentar em uma dada tabela a discriminação de preços unitários, in verbis:

"A Turma negou provimento a recurso ordinário em mandado de segurança em que se pretendia a desclassificação de proposta vencedora em licitação para aquisição de urnas eletrônicas para as eleições municipais do ano 2000, em virtude do descumprimento de exigência prevista no edital - falta de apresentação dos preços unitários de determinados componentes das urnas. A Turma manteve a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que entendera que o descumprimento da citada exigência constituía mera irregularidade formal, não caracterizando vício insanável de modo a desclassificar a proposta vencedora." (STF, RMS 23.714-DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 5.9.2000. Grifou-se)

Nesse caso enfrentado pelo STF, o Edital exigia a completa composição dos preços unitários, o que não foi atendido pela licitante vencedora. Em razão disto, a licitante derrotada ingressou com mandado de segurança.

Ocorre que o STF, seguindo o pronunciamento da Procuradoria Geral da República, entendeu que os preços unitários poderiam ser aferidos a partir de outros elementos contidos na proposta, tornando, então, a ausência da tabela exigida pelo Edital não substancial, passível de saneamento.

Outro julgado que se colhe, agora do Superior Tribunal de Justiça, é o Mandado de Segurança 5418-DF, no qual ficou assentada injuridicidade de se desclassificar proposta comercial que tenha apenas grafado o valor em algarismo, sem a indicação por extenso. Vale a transcrição: "O 'valor' da proposta 'grafado' somente em 'algarismos' - sem a indicação por extenso - constitui mera irregularidade de que não resultou prejuízo, insuficiente, por si só, para desclassificar o licitante. A 'ratio legis' que obriga, aos participantes, a oferecerem propostas claras e tão só a de propiciar o entendimento a administração e aos administrados. Se o valor da proposta, na hipótese, foi perfeitamente compreendido, em sua inteireza, pela comissão especial (e que se presume de alto nível intelectual e técnico), a ponto de, ao primeiro exame, classificar o consórcio impetrante, a ausência de consignação da quantia por 'extenso' constitui mera imperfeição, balda que não influenciou na 'decisão' do órgão julgador (comissão especial) que teve a ideia a percepção precisa e indiscutível do 'quantum' oferecido.

O formalismo no procedimento licitatório não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes.

(STJ, MS 5418/DF, Primeira Seção, Ministro Demócrito Reinaldo, Data de Julgamento, 25/03/1998, DJ 01/06/1998 p. 24. Grifo nosso)

d) A Comissão Permanente de Licitações decide HABILITAR todas as empresa participantes do Lote 01 e declarar VENCEDORA a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELLI – ME, relativo ao Lote 01, pelo critério de menor preço, R\$ 179.119,63 (cento e setenta e nove mil e cento e dezenove reais e sessenta e três centavos).

Nada mais havendo fica encerrada a sessão e eu, Marco Aurélio Ferrari, _____ digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes.

Encaminhar para julgamento da Autoridade Superior, após intimem-se as partes.

Carlos Alberto Luithardt – Presidente

Marcon Kleinhempel - Membro

Luiz Henrique Piazero – Membro

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 039/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

RECORRENTE: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

RECORRIDO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

Vistos e etc.

I - Das Preliminares

Recurso Administrativo Interposto, tempestivo, pelo recorrente, acima citado, devidamente qualificado, por meio de seu representante legal, CONTRA os termos do EDITAL nº 039/2015, com fundamento na Lei nº 8.666/93, roga pela desclassificação das empresas participante do Lote 01: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, NAJ EMPREITEIRA LTDA, KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ORBIS ENGENHARIA EIRELLI – ME e ADIRANE POHL VICENTE EIRELLI – EPP, no processo licitatório, e consequente revisão da decisão da Comissão Permanente de Licitação, para finalmente declarar a Recorrente vencedora.

II - Das Formalidades Legais

Que, cumpridas as formalidades legais, registra-se que cientificados foram, todos os demais licitantes, da existência e tramite do respectivo Recurso Administrativo interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Licitação retro identificado.

III – Da alegação do Recorrente

A empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda, afirma em síntese que as empresas participantes do lote 01:

... "não apresentar corretamente o cronograma físico financeiro no envelope da proposta de preços relativo ao item 7.1.5."

ESTE É O RELATÓRIO.

IV – Do Mérito

Conforme a Lei 8666/93 em seu Art. 3º: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Considerando o Art. 41 da Lei 8666/93: A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

E ainda, o Art. 44 da Lei 8666/93: No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

Ademais, mesmo que a Comissão Licitatória não tenha observado que tal falha no momento da Ata de Análise da Proposta de Preço, neste ato pode reconsiderar tal falha pois é importante e essencial a apresentação do cronograma físico financeiro na proposta de preço de serviços e custos da licitante.

O artigo 48, I da Lei 8.666/93, dispõe que serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório. Ao tecer comentários acerca do supracitado dispositivo legal MARÇAL JUSTEN FILHO ensina que:

"Do ponto de vista formal, deve-se verificar se a proposta atendeu ao modelo devido. Ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado à luz do princípio fundamental de que a forma não é um fim em si mesmo."

É importante analisar e avaliar a relevância do conteúdo da exigência. A aplicação desta regra tem de ser pelo princípio da razoabilidade, o que no caso não pode ser aplicado pela importância e obrigatoriedade de não ter constado na proposta das empresas o formato que o requerente invoca.

O cronograma físico financeiro e sua apresentação deve apresentar as etapas da execução da obra que foi devidamente apresentada.

O TCU decidiu no processo TC 006.754/2007 que:

"As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, DESDE QUE NÃO COMPROMETAM O INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, A FINALIDADE E A SEGURANÇA DA CONTRATAÇÃO".

Desta forma, desclassificar as empresas que participarão do lote 01, estaria ferindo o princípio da igualdade e da vinculação ao ato convocatório, prejudicando assim as licitantes que cumpriram rigorosamente com os requisitos do edital e seus anexos.

Quanto a alegação da empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda, que não apresentarão corretamente o cronograma físico financeiro, não merece prosperar por tudo que foi já relatado.

V - Da Decisão

Isto Posto, sem nada mais evocar, ratifico na sua íntegra a decisão da Comissão Permanente de Licitação para classificação de todas as empresas do lote 01 e declarar como vencedora a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELLI - ME, pelos fundamentos acima expostos.

Rio do Sul, 15 de junho de 2016
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

DECRETO Nº 5342, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5342, de 14 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15
DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.435.426,24 (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), por conta da tendência de excesso de arrecadação referente ao Programa de Aceleração do Crescimento, PAC 2, através da Caixa Econômica Federal, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.120	Pac 2 – Segunda Fase		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01830000	Operações de Crédito	R\$	1.435.426,24
	TOTAL	R\$	1.435.426,24

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5346, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5346, de 15 de junho de 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições previstas no inciso VI, dos Artigos 37 da Lei Orgânica,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor a Comissão de Qualificação de Organização Social, nos termos da Lei Municipal nº 5.726/2016 e Decreto nº 5.302/2016, os membros abaixo relacionados:

I – Givanildo Silva - Secretário Municipal de Administração;

II – Rodrigo Duarte - Secretário Municipal da Saúde;

III – Elenir Holler - Secretário Municipal da Educação.

Parágrafo Único – A nomeação dos membros mencionados no "caput" tem a vigência determinada pelo período em que ocuparem as referidas Secretarias.

Art. 2º - A Comissão ora nomeada, conforme disposição contida no Art. 2º, do Decreto nº 5.302, tem a competência para decidir sobre os requerimentos de qualificação das organizações sociais no âmbito do Município de Rio do Sul.

Art. 3 - Os membros da comissão de que trata este Decreto não terão direito a perceber gratificação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

PAUTA DE JULGAMENTO COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 05/07/2016

PAUTA DE JULGAMENTO

COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO –

LEI COMPLEMENTAR Nº 305/2015

DATA DA SESSÃO: 05/07/2016

HORA DA SESSÃO: 9 HORAS

LOCAL: CENTRO ADMINISTRATIVO PREFEITO HELMUTH BAUNGARTEN, SITO NA PRAÇA 25 DE JULHO, Nº 01, BAIRRO CENTRO, NA CIDADE DE RIO DO SUL – SC – SALA 15 – PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO.

PROTOCOLO	REQUERENTE	ISENÇÃO	RELATOR
159330/2016	ZILDA JULIANA NASCIMENTO	2651/2016	ANA PAULA NUNES
159602/2016	TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS	2935/2016	ANA PAULA NUNES
159385/2016	ADEMAR RAUH	2411/2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA
159477/2016	MAURO DE OLIVEIRA	2917/2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA
159493/2016	EMÍLIA ASSING XAVIER DE LIZ	2334/2016	JAISON FERNANDO DE SOUZA
159502/2016	PAULA FARIA	2372/2016	JONNY SCHMIDT
159320/2016	ALTINO DOS SANTOS	3207/2016	RONALDO DA ROCHA
159449/2016	IZALTINA FRANÇA	7077/2016	RONALDO DA ROCHA
159300/2016	HELIO BERNARDINO SERAPHIM	2120/2016	RONALDO DA ROCHA
159293/2016	LEANDRO DA COSTA	1210/2016	RONALDO DA ROCHA
159736/2016	ROBERTO FREDERICO CAYE	2559/2016	RONALDO DA ROCHA
159596/2016	EVANILDA MARIA SCHLEMPER CUNHA	1563/2016	RONALDO DA ROCHA

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Rio do Sul, 13 de Junho de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL 050/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016

OBJETO: Aquisição de pedras ardósias para serem usadas na execução de cabeceiras de pontes nos bairros Valada Itoupava e Valada São Paulo. Secretaria de Planejamento.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/06/2016, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 28/06/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 15 de junho de 2016

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário de Planejamento

TOMADA DE PREÇOS 049/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2016

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLO-BAL, objetivando a contratação de empresa para execução da drenagem pluvial na Travessa Mafra, Vila Ipiranga, Bairro Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 06 de julho de 2016, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 06 de julho de 2016, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 14 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

TOMADA DE PREÇOS 054/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 054/2016

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de muro de gabião na Rua Rosa Hoffmann, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 01 de julho de 2016, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 01 de julho de 2016, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 14 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

TOMADA DE PREÇOS 055/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 055/2016

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de muro de gabião na Rua São José, Bairro Santana em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 11:00 horas do dia 01 de julho de 2016, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 11:00 horas do dia 01 de julho de 2016, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 14 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

CÂMARA MUNICIPAL**ANEXO ÚNICO – DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**CÂMARA DE RIO DO SUL
SANTA CATARINA**ANEXO ÚNICO – DO EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2016****201 - TÉCNICO LEGISLATIVO - ÁREA LEGISLATIVA**

NOME	INSCRIÇÃO	Língua Portuguesa	Matemática	Informática	Atualidades	Conhecimentos Específicos	OBJETIVA	NOTA FINAL	Data de nascimento	Classificação
Sabrina Roseni Cabral Da Silva	24500735	30.00	14.00	8.00	6.00	34.00	92.00	92.00	25/04/1994	1
Raphaella Menezes Da Silveira	24500485	30.00	12.00	6.00	8.00	34.00	90.00	90.00	23/04/1990	2
Israel Koche	24500236	28.00	14.00	6.00	8.00	34.00	90.00	90.00	18/10/1987	3
Gabriel Augusto Schiochet	24500395	28.00	12.00	6.00	6.00	34.00	86.00	86.00	17/10/1991	4
Greici Jaqueline Buzzi	24500238	28.00	12.00	4.00	8.00	34.00	86.00	86.00	01/11/1989	5
Marina De Rossi Toso	24500492	26.00	14.00	6.00	6.00	34.00	86.00	86.00	26/08/1991	6
Camila Collato	24500250	30.00	10.00	6.00	8.00	32.00	86.00	86.00	11/02/1989	7
Marco Antonio De Souza	24500207	28.00	10.00	8.00	8.00	32.00	86.00	86.00	10/03/1993	8
Romulo Fischer	24500647	26.00	10.00	8.00	4.00	36.00	84.00	84.00	09/02/1979	9
Paulo Tarso Vanderlinde	24500749	26.00	8.00	6.00	8.00	36.00	84.00	84.00	15/05/1995	10
Rafael Pedro Mariotto	24500461	26.00	12.00	4.00	8.00	34.00	84.00	84.00	03/12/1987	11
Gustavo De Freitas Teixeira França	24500206	28.00	12.00	6.00	6.00	32.00	84.00	84.00	23/09/1991	12
Bruna Venturi	24500193	28.00	10.00	6.00	4.00	34.00	82.00	82.00	21/10/1988	13
Giliani Coelho Nunes	24500699	28.00	8.00	6.00	6.00	34.00	82.00	82.00	02/06/1993	14
Julio Cesar Martins	24500082	22.00	12.00	8.00	6.00	34.00	82.00	82.00	27/01/1985	15
Maiza Maria Ramos	24500321	26.00	10.00	8.00	6.00	32.00	82.00	82.00	30/10/1987	16
Thayane Schweitzer	24500376	30.00	12.00	2.00	8.00	30.00	82.00	82.00	27/09/1988	17
Marcelino Ortiz Tamara	24500360	28.00	10.00	8.00	6.00	30.00	82.00	82.00	22/05/1989	18
Anderson Eli Rodrigues	24500725	26.00	10.00	4.00	6.00	34.00	80.00	80.00	19/08/1985	19
Ana Paula De Carli Bertaioli	24500213	26.00	12.00	2.00	6.00	34.00	80.00	80.00	18/05/1981	20
Fabio Poffo	24500742	22.00	12.00	6.00	8.00	32.00	80.00	80.00	12/01/1982	21
Tailine Eliane Diel	24500041	28.00	10.00	8.00	6.00	28.00	80.00	80.00	18/09/1992	22
Karine Piske	24500610	26.00	14.00	6.00	6.00	28.00	80.00	80.00	21/12/1992	23
Marcos Antonio Fornari	24500342	22.00	10.00	6.00	6.00	34.00	78.00	78.00	31/10/1983	24
Diego José Rossa	24500588	22.00	10.00	6.00	6.00	34.00	78.00	78.00	10/05/1990	25
Renato Toledo Vasco	24500794	24.00	12.00	4.00	6.00	32.00	78.00	78.00	01/08/1973	26
Laura Moretti Heidtmann	24500315	26.00	12.00	4.00	6.00	30.00	78.00	78.00	29/07/1986	27
Rodrigo Dal Zot Ritter	24500292	24.00	10.00	6.00	8.00	30.00	78.00	78.00	21/06/1995	28
Marcos Luis Hillesheim	24500694	26.00	14.00	4.00	6.00	28.00	78.00	78.00	05/04/1984	29
Phillipi De Macedo Coelho	24500551	26.00	12.00	4.00	8.00	28.00	78.00	78.00	14/08/1990	30
Caroline De Souza	24500606	28.00	6.00	4.00	6.00	32.00	76.00	76.00	18/08/1995	31
Morgana Milan	24500384	24.00	10.00	6.00	4.00	32.00	76.00	76.00	24/06/1994	32
Rodrigo Fronza	24500767	24.00	10.00	6.00	6.00	30.00	76.00	76.00	04/09/1979	33
Ramiro De Liz E Souza	24500108	24.00	12.00	4.00	8.00	28.00	76.00	76.00	25/10/1981	34
Laércio Antonio Hillesheim	24500574	20.00	14.00	6.00	8.00	28.00	76.00	76.00	05/07/1986	35
Regiane Mitie Tezuka Yamazaki	24500650	20.00	12.00	4.00	6.00	32.00	74.00	74.00	09/03/1983	36
Adriano Heitor Rosenbrock	24500671	18.00	10.00	8.00	6.00	32.00	74.00	74.00	30/05/1988	37
Bárbara Maria Feller	24500706	24.00	10.00	4.00	6.00	30.00	74.00	74.00	07/02/1995	38
Florisvaldo Kneidl	24500656	26.00	10.00	4.00	6.00	28.00	74.00	74.00	17/06/1969	39
Mariana Schmitz	24500677	26.00	12.00	6.00	4.00	26.00	74.00	74.00	18/08/1987	40
Marcelo Krause	24500784	24.00	12.00	4.00	8.00	26.00	74.00	74.00	06/12/1980	41
Rafael Brehmer	24500605	28.00	10.00	6.00	6.00	24.00	74.00	74.00	17/02/1993	42
Bianca Feroldi	24500561	28.00	12.00	4.00	6.00	24.00	74.00	74.00	14/02/1988	43
Francisco Antonio Heinzen	24500783	24.00	10.00	4.00	6.00	28.00	72.00	72.00	11/10/1954	44
Alvaro Kuster	24500299	26.00	6.00	4.00	4.00	32.00	72.00	72.00	27/02/1992	45
Marineusa Meneghelli Cunha	24500172	22.00	8.00	8.00	6.00	28.00	72.00	72.00	25/07/1975	46
Daniele Sehnem Coradini	24500696	22.00	12.00	4.00	6.00	28.00	72.00	72.00	27/02/1984	47
Roberto Carlos De Souza	24500396	20.00	8.00	8.00	8.00	28.00	72.00	72.00	19/12/1995	48
Daniela Parma Silveira	24500022	20.00	12.00	8.00	6.00	26.00	72.00	72.00	20/01/1994	49

Gracieli Popenga	24500127	22.00	6.00	6.00	6.00	30.00	70.00	70.00	25/03/1991	50
Vanessa Dos Santos Ferreira	24500768	24.00	8.00	4.00	6.00	28.00	70.00	70.00	06/07/1989	51
Cybelles Doederlein Soares Schlemper	24500090	22.00	10.00	4.00	6.00	28.00	70.00	70.00	28/06/1973	52
Deisi Cristina Becker	24500053	20.00	6.00	8.00	8.00	28.00	70.00	70.00	19/07/1988	53
Emanuela Corrêa Silveira	24500338	28.00	8.00	4.00	4.00	26.00	70.00	70.00	16/08/1989	54
Camila Vieira De Almeida Garcia	24500466	26.00	6.00	4.00	8.00	26.00	70.00	70.00	03/06/1983	55
Vinicius Fernandes Biff	24500068	16.00	12.00	8.00	8.00	26.00	70.00	70.00	27/01/1994	56
Cristiani Nunes Alberton	24500140	26.00	10.00	4.00	6.00	24.00	70.00	70.00	19/05/1979	57
Keli Monteiro De Vargas	24500668	20.00	10.00	4.00	4.00	30.00	68.00	68.00	26/04/1985	58
Ariana Christen	24500481	20.00	8.00	4.00	6.00	30.00	68.00	68.00	18/09/1986	59
Alessandro Rodrigo Rodel	24500664	18.00	6.00	8.00	6.00	30.00	68.00	68.00	03/11/1990	60
Adriane Giselle Baasch	24500077	18.00	10.00	4.00	6.00	30.00	68.00	68.00	20/03/1990	61
Fernando Moacir Rizzi	24500506	16.00	10.00	6.00	6.00	30.00	68.00	68.00	07/07/1982	62
Rafael Pacher	24500715	24.00	6.00	6.00	8.00	24.00	68.00	68.00	23/03/1986	63
Heidi Keske Antunes	24500635	24.00	10.00	4.00	6.00	24.00	68.00	68.00	30/12/1989	64
Clériston Roberto Passig	24500444	22.00	10.00	6.00	6.00	24.00	68.00	68.00	06/09/1984	65
Gustavo Felipe Anami Segundo	24500756	30.00	6.00	4.00	6.00	22.00	68.00	68.00	31/12/1992	66
André Luiz Teske	24500714	24.00	12.00	4.00	6.00	22.00	68.00	68.00	17/01/1998	67
Alexandra Silveira	24500621	26.00	12.00	4.00	6.00	20.00	68.00	68.00	02/04/1992	68
João Stramosk Neto	24500792	24.00	10.00	6.00	8.00	20.00	68.00	68.00	07/10/1974	69
Josiane Beatriz Azeredo	24500226	28.00	10.00	6.00	6.00	18.00	68.00	68.00	29/11/1983	70
Franciele Lippel Laubenstein	24500741	20.00	6.00	4.00	6.00	30.00	66.00	66.00	18/06/1992	71
Guilherme Raitz	24500796	18.00	8.00	4.00	6.00	30.00	66.00	66.00	22/07/1995	72
Evelin Samara Tomaz	24500469	18.00	10.00	4.00	6.00	28.00	66.00	66.00	08/07/1992	73
Caroline Gabriela Rosseti	24500704	22.00	6.00	4.00	8.00	26.00	66.00	66.00	22/06/1990	74
Ana Flavia Bedin	24500730	20.00	8.00	4.00	8.00	26.00	66.00	66.00	23/03/1989	75
Viviane Bondavali De Souza	24500744	18.00	10.00	6.00	8.00	24.00	66.00	66.00	15/08/1988	76
Luiza Oliveira Alves	24500212	28.00	6.00	4.00	6.00	22.00	66.00	66.00	04/02/1992	77
Everton Trajano Mendes	24500774	22.00	14.00	4.00	4.00	22.00	66.00	66.00	07/09/1977	78
Lucio Branger	24500502	24.00	10.00	4.00	8.00	20.00	66.00	66.00	22/08/1980	79
Emmili May De Andrade	24500450	26.00	10.00	6.00	8.00	16.00	66.00	66.00	30/03/1998	80
Taimara Denise Dalpiaz	24500507	16.00	6.00	6.00	6.00	30.00	64.00	64.00	10/06/1988	81
Pricila Venturi	24500822	24.00	2.00	6.00	4.00	28.00	64.00	64.00	27/08/1992	82
Daniel Correia	24500300	22.00	6.00	4.00	4.00	28.00	64.00	64.00	08/12/1997	83
Tiago Weigel	24500625	18.00	8.00	4.00	6.00	28.00	64.00	64.00	06/12/1989	84
Ivana Schafer	24500003	18.00	6.00	4.00	8.00	28.00	64.00	64.00	26/02/1989	85
Taise Prim	24500712	22.00	6.00	4.00	6.00	26.00	64.00	64.00	28/11/1988	86
Nirlândia Hiansdt Coelho	24500117	20.00	8.00	4.00	6.00	26.00	64.00	64.00	29/06/1985	87
Jhonatan William Voltolini	24500643	20.00	8.00	4.00	6.00	26.00	64.00	64.00	17/02/1991	88
Janaína Pereira De Jesus	24500458	18.00	12.00	4.00	6.00	24.00	64.00	64.00	10/08/1993	89
Paula Cristina Ferreira	24500491	24.00	8.00	4.00	6.00	22.00	64.00	64.00	09/02/1992	90
Vanessa Batista	24500693	22.00	10.00	4.00	6.00	22.00	64.00	64.00	22/07/1982	91
Franciele Heloisa Moratelli Del Moral	24500729	20.00	12.00	6.00	4.00	22.00	64.00	64.00	08/05/1988	92
Natalia Zimmermann	24500168	24.00	8.00	6.00	6.00	20.00	64.00	64.00	27/03/1996	93
Andressa Soerger	24500486	24.00	10.00	8.00	6.00	16.00	64.00	64.00	14/04/1992	94
Angélica Gessi Rippel	24500260	14.00	6.00	6.00	4.00	32.00	62.00	62.00	26/06/1992	95
Maria Do Carmo De Oliveira	24500255	20.00	6.00	6.00	4.00	26.00	62.00	62.00	03/10/1977	96
Cássia Packer Koerich	24500503	18.00	8.00	6.00	4.00	26.00	62.00	62.00	13/11/1992	97
Ivandra Cinara Lorenzi	24500228	20.00	8.00	4.00	8.00	22.00	62.00	62.00	21/08/1971	98
Alesson De Moraes	24500482	20.00	8.00	4.00	8.00	22.00	62.00	62.00	02/12/1981	99
Daiana De Farias Da Maia	24500521	18.00	10.00	6.00	6.00	22.00	62.00	62.00	10/10/1986	100
Raquel Roepcke	24500120	22.00	10.00	4.00	6.00	20.00	62.00	62.00	03/02/1998	101
Adir Tibes Granemann	24500779	20.00	12.00	4.00	6.00	20.00	62.00	62.00	12/06/1971	102
Danieli Eifler	24500495	22.00	8.00	6.00	8.00	18.00	62.00	62.00	07/04/1985	103
Ismael Brasília Staloch	24500612	14.00	10.00	4.00	4.00	28.00	60.00	60.00	17/03/1976	104
Claudia Iara Bento De Lima	24500752	20.00	6.00	4.00	4.00	26.00	60.00	60.00	24/05/1974	105
Célio Da Silva Alves Júnior	24500406	14.00	8.00	6.00	6.00	26.00	60.00	60.00	18/02/1993	106
Micheli Luci Tillmann	24500535	20.00	6.00	4.00	6.00	24.00	60.00	60.00	22/06/1986	107
Rafael Dolzan	24500724	18.00	8.00	4.00	6.00	24.00	60.00	60.00	14/10/1983	108
Douglas Correia	24500575	16.00	10.00	4.00	6.00	24.00	60.00	60.00	13/08/1997	109
Taline Conâco	24500547	18.00	8.00	6.00	6.00	22.00	60.00	60.00	13/11/1997	110
André Luís De Lana Foureaux	24500420	20.00	10.00	4.00	6.00	20.00	60.00	60.00	01/02/1986	111
Guilherme Klug	24500499	18.00	10.00	4.00	8.00	20.00	60.00	60.00	09/02/1998	112

Priscila Toassi Da Silva	24500686	22.00	8.00	6.00	6.00	18.00	60.00	60.00	22/06/1984	113
Vanessa Maria Bastos	24500769	22.00	8.00	4.00	8.00	18.00	60.00	60.00	22/01/1980	114
Yasmim Aline Roeder	24500666	20.00	10.00	6.00	6.00	18.00	60.00	60.00	09/04/1997	115
Glauco David Leicht	24500745	20.00	10.00	6.00	8.00	16.00	60.00	60.00	15/08/1991	116
Ana Carolina Scoz	24500604	18.00	12.00	6.00	8.00	16.00	60.00	60.00	08/07/1988	117
Walter Bueno Ribeiro Júnior	24500118	14.00	8.00	4.00	2.00	30.00	58.00	58.00	02/01/1989	118
Daniel Augusto Schmoller	24500177	12.00	8.00	4.00	6.00	28.00	58.00	58.00	02/03/1992	119
Ricardo Dos Santos Noll	24500657	12.00	8.00	4.00	6.00	28.00	58.00	58.00	03/07/1993	120
Tania Valandro Martins	24500684	12.00	8.00	4.00	8.00	26.00	58.00	58.00	24/04/1986	121
Felipe Batisti	24500271	12.00	10.00	4.00	8.00	24.00	58.00	58.00	09/02/1991	122
Vanderlei De Souza	24500620	20.00	8.00	4.00	4.00	22.00	58.00	58.00	19/04/1973	123
Giuliano De Aquino Santos	24500678	18.00	8.00	4.00	6.00	22.00	58.00	58.00	04/03/1977	124
Vanessa Faustino Mezzomo	24500445	18.00	8.00	4.00	6.00	22.00	58.00	58.00	20/03/1982	125
Graciele Aparecida Andrade	24500760	16.00	8.00	6.00	6.00	22.00	58.00	58.00	04/08/1984	126
Kelen Cristiane Pinto Soares Zazyki	24500096	20.00	8.00	4.00	6.00	20.00	58.00	58.00	23/01/1981	127
Luis Ricardo Schuster	24500525	20.00	8.00	4.00	6.00	20.00	58.00	58.00	30/03/1991	128
Cristiani Hinghaus Longen	24500508	16.00	10.00	6.00	6.00	20.00	58.00	58.00	01/11/1979	129
Isabel Schlatter	24500057	24.00	6.00	6.00	4.00	18.00	58.00	58.00	28/10/1982	130
Juliano Rafael Ramalho	24500245	24.00	6.00	4.00	6.00	18.00	58.00	58.00	13/12/1986	131
Yago Rodrigo Sonntag	24500328	18.00	12.00	4.00	6.00	18.00	58.00	58.00	02/05/1992	132
Jéssica Rodrigues	24500683	18.00	12.00	4.00	6.00	18.00	58.00	58.00	10/04/1997	133
Eduardo Marcelino	24500825	20.00	10.00	4.00	8.00	16.00	58.00	58.00	08/08/1996	134
José Sérgio Moura Da Silva	24500129	16.00	4.00	4.00	6.00	26.00	56.00	56.00	05/08/1983	135
Igor Cardoso	24500058	14.00	8.00	4.00	4.00	26.00	56.00	56.00	01/02/1993	136
Juliano Scotini	24500325	14.00	6.00	8.00	4.00	24.00	56.00	56.00	23/02/1991	137
Deolindo Feltrin	24500703	12.00	10.00	4.00	6.00	24.00	56.00	56.00	09/06/1964	138
Giovani Vendramin	24500269	18.00	6.00	4.00	6.00	22.00	56.00	56.00	22/05/1997	139
Gerson Luiz Saldanha Dos Santos	24500109	16.00	6.00	6.00	6.00	22.00	56.00	56.00	23/12/1990	140
Rosemeire Dos Santos Ferreira Soares	24500617	22.00	6.00	2.00	6.00	20.00	56.00	56.00	13/11/1980	141
Rubia Cristina Mohr	24500049	20.00	6.00	4.00	6.00	20.00	56.00	56.00	17/01/1979	142
Douglas Melchior	24500107	16.00	6.00	6.00	8.00	20.00	56.00	56.00	04/03/1991	143
Murilo De Lima Soares	24500353	16.00	10.00	4.00	6.00	20.00	56.00	56.00	14/10/1996	144
Fernando Narciso Felzardo	24500811	16.00	8.00	4.00	8.00	20.00	56.00	56.00	20/11/1983	145
Jeferson Otavio Lima Bento	24500162	18.00	8.00	6.00	6.00	18.00	56.00	56.00	01/09/1988	146
Patrícia Feliciano	24500305	20.00	12.00	6.00	2.00	16.00	56.00	56.00	03/06/1994	147
Kaluan Machado	24500594	18.00	8.00	8.00	6.00	16.00	56.00	56.00	20/03/1997	148
Mateus Block Dacampora	24500427	12.00	8.00	4.00	6.00	24.00	54.00	54.00	10/05/1989	149
Mauricio Da Silva	24500409	10.00	6.00	6.00	8.00	24.00	54.00	54.00	12/03/1993	150
Jaqueline Rocha Cavilha	24500562	16.00	6.00	4.00	6.00	22.00	54.00	54.00	25/01/1986	151
Keity Sebold Da Silva	24500133	14.00	8.00	4.00	6.00	22.00	54.00	54.00	12/02/1995	152
Liandra Bonacolsi Pereira	24500024	14.00	6.00	4.00	8.00	22.00	54.00	54.00	03/09/1991	153
Víctor Damiani Romagna	24500393	18.00	6.00	4.00	6.00	20.00	54.00	54.00	06/08/1989	154
Cintia Maiara Looz	24500755	16.00	8.00	8.00	2.00	20.00	54.00	54.00	05/11/1994	155
Maíra Fachini Bolduan	24500417	16.00	8.00	4.00	6.00	20.00	54.00	54.00	11/03/1988	156
Vanderlei Baldo	24500071	14.00	8.00	4.00	8.00	20.00	54.00	54.00	14/04/1983	157
Eder Edson Harger	24500201	12.00	10.00	6.00	6.00	20.00	54.00	54.00	17/02/1993	158
Ana Paula Berri	24500649	24.00	4.00	4.00	4.00	18.00	54.00	54.00	14/04/1986	159
Débora Roiwas	24500175	20.00	10.00	4.00	2.00	18.00	54.00	54.00	26/10/1993	160
Daniéli Becker	24500681	18.00	8.00	6.00	4.00	18.00	54.00	54.00	25/05/1988	161
Priscila Gabriela Moretto	24500073	18.00	8.00	6.00	4.00	18.00	54.00	54.00	22/11/1994	162
Evanir Sessa Toledo De Carvalho	24500464	18.00	6.00	6.00	6.00	18.00	54.00	54.00	02/10/1962	163
Fabiane Raquel Gutjahr Laureth	24500809	16.00	8.00	6.00	6.00	18.00	54.00	54.00	23/08/1987	164
Juliana Silvestri Da Costa	24500777	20.00	6.00	4.00	8.00	16.00	54.00	54.00	01/12/1983	165
Diego Alex Barth	24500718	18.00	10.00	6.00	4.00	16.00	54.00	54.00	21/02/1996	166
Maicon Diego Russi	24500739	18.00	8.00	6.00	6.00	16.00	54.00	54.00	24/04/1987	167
Lucimar Fabiane Schneider	24500687	20.00	8.00	6.00	6.00	14.00	54.00	54.00	23/10/1982	168
José Augusto Jonck	24500176	14.00	10.00	8.00	8.00	14.00	54.00	54.00	18/01/1992	169
Giselen Rosa	24500468	14.00	6.00	6.00	2.00	24.00	52.00	52.00	18/09/1992	170
Sergio Henrique Da Silva De Moraes	24500736	14.00	6.00	4.00	4.00	24.00	52.00	52.00	27/02/1992	171
Jeferson Sulmar Ferreira	24500692	14.00	4.00	6.00	6.00	22.00	52.00	52.00	09/03/1981	172
Patrícia Ribeiro Gomes	24500701	14.00	6.00	4.00	6.00	22.00	52.00	52.00	08/03/1993	173
Luiz Gustavo Nardelli	24500558	14.00	4.00	4.00	8.00	22.00	52.00	52.00	11/05/1997	174
Patrícia Pianesser	24500695	20.00	6.00	4.00	2.00	20.00	52.00	52.00	24/09/1988	175

Edson Boni	24500243	16.00	6.00	4.00	6.00	20.00	52.00	52.00	13/11/1970	176
Sabrina Trentini De Souza	24500413	14.00	8.00	4.00	6.00	20.00	52.00	52.00	27/06/1993	177
Eder Dolzan	24500043	14.00	12.00	2.00	4.00	20.00	52.00	52.00	19/11/1981	178
Jéssica Franz	24500362	14.00	12.00	2.00	4.00	20.00	52.00	52.00	09/02/1995	179
Jean Carlos Cerutti	24500150	12.00	8.00	4.00	8.00	20.00	52.00	52.00	17/09/1985	180
Gabriela Carla Dalpiaz	24500727	22.00	2.00	4.00	6.00	18.00	52.00	52.00	03/04/1990	181
Orlando Baldassari	24500307	16.00	6.00	6.00	6.00	18.00	52.00	52.00	10/05/1991	182
Marcelo Viliam Zemke	24500026	16.00	6.00	4.00	8.00	18.00	52.00	52.00	17/11/1980	183
Paulo Roberto De Moraes	24500709	16.00	8.00	6.00	6.00	16.00	52.00	52.00	05/09/1994	184
Patrícia Regina Pawlak	24500758	24.00	8.00	4.00	2.00	14.00	52.00	52.00	12/07/1984	185
Gabriel Kalbusch	24500219	22.00	6.00	4.00	6.00	14.00	52.00	52.00	13/12/1977	186
Francieli Cristine Trautmann	24500192	16.00	12.00	4.00	6.00	14.00	52.00	52.00	05/03/1987	187
Fernando Miotto	24500134	6.00	8.00	2.00	6.00	28.00	50.00	50.00	10/05/1980	188
Jonas Andre	24500462	14.00	6.00	4.00	4.00	22.00	50.00	50.00	31/01/1978	189
Caroline Dumes Frömming	24500571	14.00	4.00	4.00	6.00	22.00	50.00	50.00	04/11/1996	190
Anderson Leandro Caetano	24500576	14.00	4.00	2.00	8.00	22.00	50.00	50.00	08/03/1989	191
Celso Alan Moser	24500622	12.00	4.00	6.00	6.00	22.00	50.00	50.00	25/03/1978	192
Raí Sikora	24500580	10.00	6.00	6.00	6.00	22.00	50.00	50.00	15/04/1991	193
Roberto Frederico Caye	24500111	10.00	8.00	4.00	6.00	22.00	50.00	50.00	08/03/1963	194
Sandra Regina Orlando	24500131	16.00	6.00	4.00	4.00	20.00	50.00	50.00	26/05/1988	195
Lohanny Carvalho Da Silva	24500347	22.00	2.00	4.00	4.00	18.00	50.00	50.00	26/10/1988	196
Carmela Suzana Da Veiga Ferreira	24500801	16.00	6.00	4.00	6.00	18.00	50.00	50.00	21/04/1967	197
Thainá Cristina Maçaneiro	24500566	14.00	8.00	6.00	4.00	18.00	50.00	50.00	15/09/1997	198
Janaina Aparecida Postai	24500765	14.00	8.00	4.00	6.00	18.00	50.00	50.00	27/09/1984	199
Rafael Felipe De Souza	24500578	14.00	6.00	4.00	8.00	18.00	50.00	50.00	06/06/1986	200
Kauã Firmino	24500261	12.00	8.00	6.00	6.00	18.00	50.00	50.00	20/11/1988	201
Saint Clair Schneider Tesch	24500770	20.00	4.00	4.00	6.00	16.00	50.00	50.00	02/03/1982	202
Tiago Vieira Correa	24500675	14.00	8.00	6.00	6.00	16.00	50.00	50.00	18/09/1992	203
Edson Bachmann Junior	24500390	14.00	8.00	4.00	8.00	16.00	50.00	50.00	26/06/1991	204
Edilson Marques Da Silva	24500567	20.00	6.00	6.00	4.00	14.00	50.00	50.00	25/06/1979	205
Paolla Mirella Correa	24500597	16.00	10.00	4.00	6.00	14.00	50.00	50.00	06/10/1994	206
Rodrigo Calheiro	24500126	12.00	12.00	6.00	6.00	14.00	50.00	50.00	18/01/1979	207
Julia Cristina Beltramini	24500322	16.00	10.00	6.00	6.00	12.00	50.00	50.00	16/04/1998	208

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2016 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

CÂMARA DE RIO DO SUL
SANTA CATARINA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2016

O Presidente da Câmara de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO, para o CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital nº 01/2016, conforme as seguintes disposições:

Art. 1º Após análise dos recursos impetrados contra o resultado da prova objetiva e classificação dos candidatos, fica mantido o resultado divulgado através do Edital de Resultado da Prova Objetiva e Classificação dos candidatos, e seu Anexo Único, em 09 de junho de 2016.

I - O candidato poderá consultar individualmente a resposta do recurso contra o resultado da prova objetiva e classificação dos candidatos no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br no link Consultar resposta do recurso contra o resultado da prova objetiva e classificação dos candidatos.

II - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos estarão disponíveis no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br por 10 (dez) dias, a contar da data de publicação deste edital.

Art. 2º Fica HOMOLOGADO o RESULTADO FINAL e a CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS do Concurso Público nº 01/2016, conforme o Anexo Único deste edital.

I - O Anexo Único deste Edital contém o resultado final e a classificação dos candidatos inscritos às vagas da ampla concorrência, no Concurso Público aberto pelo Edital de Abertura nº 01/2016, conforme os critérios estabelecidos no item 12.

Art. 3º Para a convocação dos candidatos aprovados será obedecida a classificação divulgada neste Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação dos Candidatos e seu Anexo Único, conforme os critérios estabelecidos no item 12 do Edital de Abertura nº 01/2016.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio do Sul/SC, 16 de junho de 2016.
Mário Miguel
Presidente da Câmara de Rio do Sul

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO 1345

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO nº 1345/2016
PREGÃO REGISTRO DE PREÇO nº 20/2016

O Município de Romelândia/SC realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço, para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016. Tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e, subsidiariamente, lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (49) 3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00min do dia 29/06/2016. Romelândia (SC), 14/06/2016. VALDOCI SAUL – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA 8097

PORTARIA Nº 8097/2016
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI:

RESOLVE:

Art. 1ª – Conceder férias à Servidora Pública Municipal INES BARBOSA, referente ao período aquisitivo de 30 de agosto de 2013 à 29 de agosto de 2014, para serem gozadas de 14 de junho de 2016 à 13 de julho de 2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 14 de junho de 2016

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 012/2016

CONTRATO DE TRABALHO - ADMINISTRATIVO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N.º : 0012/2016.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : LUCIMARA CARNEIRO
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 14/06/2016 A 16/09/016
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA.
LOCAL : SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CARGA HORÁRIA...: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1.051,13

DECRETO MUNICIPAL N. 039/2016

DECRETO Nº 039/2016, DE 09 DE JUNHO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.059 – MANUT. PROGR. SOCIAIS/ESTADO
Mod. de Aplicação: 4490.00. - INVESTIMENTOS
Fonte: 1165.00000 RECURSOS VINCULADOS
Valor: R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária?

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.059 – MANUT. PROGR. SOCIAIS/ESTADO
Mod. de Aplicação: 3390.00. – OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Fonte: 1165.00000 RECURSOS VINCULADOS
Valor: R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 09 de Junho de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos de Salto Veloso – SIMA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

O Fundo do Sistema Municipal de Assistência dos Servidores Públicos de Salto Veloso – SIMA, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 01/2016, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: contratação de Plano de Assistência à Saúde, exceto serviço, odontológicos, na prestação de Plano Privado de Assistência à Saúde na modalidade PRÉ-PAGAMENTO registrado na Agência nacional de Saúde - ANS, de abrangência em todo Estado de Santa Catarina, regime ambulatorial, hospitalar e obstetrícia em acomodação enfermaria, com participação em procedimentos ambulatoriais para os servidores efetivos- ativos e inativos - e seus dependentes do Município de Salto Veloso/SC e da Câmara de Vereadores de Salto Veloso

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 01/07/2016 até as 09h00min.

Abertura: 01/07/2016, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC.

Salto Veloso (SC), 14 de JUNHO de 2016.

Claudemir Cesca Rudinei Muller

Prefeito Municipal Diretor Executivo SIMA

PORTARIA Nº. 217/2016

PORTARIA Nº. 217/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 08 de junho de 2016 a 07 de julho de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora FABIANE CAMILA DA SILVA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/04/2015 a 21/04/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 218/2016

PORTARIA Nº. 218/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 08 de junho de 2016 a 27 de junho de 2016, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ALVARO ANTONIO BISCARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2015 a 30/04/2016 correspondente a 20 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 219/2016

PORTARIA Nº. 219/2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º. Autoriza a readaptação da servidora municipal GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI, Auxiliar de limpeza, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, na data de 13 de junho de 2016, a qual passa a atuar junto a Recepção na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 14 de maio de 2016, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 14 de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 220/2016

PORTARIA Nº. 220/2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º. Autoriza a readaptação do servidor municipal NADIR ZANESCO, Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, na data de 13 de junho de 2016, o qual passa a atuar na

função de Motorista na Secretaria de Educação, a partir de 21 de maio de 2016, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 21 de maio de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 221/2016

PORTARIA Nº. 221/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. GENI ANA PAGANINI TERRES, pelo período de 31/05/2016 a 01/08/2016, correspondente a 63 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 222/2016

PORTARIA Nº. 222/2016

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para o servidor Sr. FRANCISCO ALVES, matrícula funcional nº 1017, pelo período de 02/05/2016 a 10/09/2016, correspondente a 132 dias, conforme perícia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 223/2016

PORTARIA Nº. 223/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Nº 1516 de 10/10/2014.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Sra. LUCIMARA CARNEIRO para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na função de Auxiliar de Limpeza, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 14 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 224/2016

PORTARIA Nº. 224/2016

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00007/16-3, nos assentos funcionais do servidor Darci Antônio Serighelli, detentor da matrícula nº 431 e do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Darci Antônio Serighelli, detentor da matrícula nº 431 e do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00007/16-3, correspondente a 08 anos 08 meses e 09 dias, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 14 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 225/2016

PORTARIA Nº. 225/2016

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada a Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora Sra. SUELI TEREZINHA CHAVES SIMÕES, matrícula funcional nº 1121, pelo período de 31/05/2016 a 31/10/2016, correspondente a 154 dias, conforme perícia da Previdência Social, parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de junho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 32/2016

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 032/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
PREGÃO Nº 032/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 30 de Junho de 2016 às 14h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene para serem utilizados no Centro dos Idosos, Pet e Casa Lar, através da Secretaria da Família, da Assistência e do Desenvolvimento Social, conforme anexos.

Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br

Santa Cecília, 15 de Junho de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ERRATA Nº 02 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2016

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados a ANULAÇÃO do Processo Licitatório 015/2016 Modalidade Tomada de Preços nº 01/2016, em virtude de inconsistência no Projeto Arquitetônico.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3657-0046, pelo site <http://www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br/>.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 15 de junho de 2016.

Jacob Gilmar Jungues

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

COMUNICADO EDITAL DE PREGÃO Nº 43/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
COMUNICADO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016
O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde vem através deste comunicar que o Edital de Pregão Presencial acima especificado com o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE FIBROGASTROSCÓPIO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 2016 TR 000478 POR MEIO DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA - SC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL - SC, ATRAVÉS DO PROCESSO Nº SSP ER25200152 SDR25 00004380/2015, CONFORME ANEXO, ficou deserto.

São Bento do Sul, 15 de junho de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 11969/2016

PORTARIA Nº 11969, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA SCHWALBE BIANCHIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recreação, na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença prêmio relativa ao triênio 2007/2010.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 14/07/2016 a 13/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11970/2016

PORTARIA Nº 11970, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VIVIANE WEISS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11972/2016

PORTARIA Nº 11972, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ODIRLEI DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Serviço Público, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11973/2016

PORTARIA Nº 11973, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor HIAGO DE SOUZA FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/07/2016 a 02/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11974/2016

PORTARIA Nº 11974, DE 13 DE JUNHO DE 2016
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FABIO ROBERTO BERNARDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, licença prêmio relativa ao triênio 2010/2013.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11975/2016

PORTARIA Nº 11975, DE 13 DE JUNHO DE 2016
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor LAURO ADEMAR DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, licença prêmio relativa ao triênio 2013/2016.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/07/2016 a 03/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11976/2016

PORTARIA Nº 11976, DE 13 DE JUNHO DE 2016
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora HELOISA KARINA SESTREN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 30/06/2016 a 29/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11977/2016

PORTARIA Nº 11977, DE 13 DE JUNHO DE 2016
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor NATALIO RODRIGUES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 16/06/2016 a 15/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11978/2016

PORTARIA Nº 11978, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Aumento de Carga Horária

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

AUMENTAR a carga horária de trabalho de TATYANA SARAH BATISTA SUSIN, ocupante do cargo de Endodontista, na Secretaria Municipal de Saúde, de 20 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2016, conforme Processo nº 3329/2016.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11971/2016

PORTARIA Nº 11971, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSICLER TOMCZYK PSCHIEDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, na Secretaria Municipal de Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2011/2014.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016 IPRESBS**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016 IPRESBS

DA ESPÉCIE: TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS E A EMPRESA BRASIL SUL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP. DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviço pela CONTRATADA de monitoramento eletrônico da central de alarme já instalada na sede do IPRESBS, conforme Compra Direta nº 28/2016 de 25 de maio de 2016.

DO VALOR: R\$ 1.020,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 27 de maio de 2016 até 26 de maio de 2017.

São Bento do Sul, 25 de maio de 2016.

ASS: PAULO ROBERTO SCHEIDE, pelo IPRESBS.

BRASIL SUL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP, como Contratada.

São Bento do Sul, 07/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 180/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 180/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/06/2016 a 01/07/2016, a servidora KARIN FABIANE BLASKOVSKY MARTINS ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/06/2016 a 14/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/06/2016.

São Bento do Sul, 09/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 179/2016

PORTARIA IPRESBS Nº. 179/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, JOSE ADOLAR MAIA, Motorista, matrícula 17.970, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, nos dias 08 e 09 de Junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA IPRESBS Nº 181/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 181/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/06/2016 a 31/08/2016, a servidora SIMONE PADILHA ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/05/2016 a 13/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/06/2016.

São Bento do Sul, 09/06/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 182/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 182/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/05/2016 a 31/07/2016, concedido a servidora NATALINA GALKOWSKI LUY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 011/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/05/2016.

São Bento do Sul, 09/06/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 183/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 183/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 15/06/2016 a 29/06/2016, a servidora MINALISE NAZARIO DOS SANTOS BUENO FRANCO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 31/05/2016 a 14/06/2016, competem ao

Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/06/2016.

São Bento do Sul, 09/06/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 184/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 184/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/05/2016 a 31/10/2016, concedido a servidora MARIA SOARES BUENO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 256/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/05/2016.

São Bento do Sul, 10/06/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 185/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 185/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/05/2016 a 08/07/2016, concedido a servidora GLAUCIA CAROLINA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 136/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/05/2016.

São Bento do Sul, 10/06/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 186/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 186/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/06/2016 a 01/07/2016, concedido ao servidor

FABIANO VIEIRA KINDERMANN ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado na Secretaria Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº 160/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/06/2016.

São Bento do Sul, 10/06/2016.

Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 187/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 187/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2016 a 30/06/2016, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 040/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 10/06/2016.

Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 188/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 188/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 157/2016, ao servidor GEOLÍVIO FERREIRA DE FRANÇA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 09/06/2016 em virtude de óbito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/06/2016.

São Bento do Sul, 13/06//2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO PROCESSO Nº 68/2016 E CONTRATO 41/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO PROCESSO Nº 68/2016 e contrato 41/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e E.J. F Empreendimentos -LTDA- EPP

ORIGEM: Tomada de Preços 04/2016

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica de parte da Rua da Matriz na comunidade de Linha Cristo Rei com recursos do Governo do Estado pelo programa de transferência nº 2016005632, proposta nº 0000017744".

VALOR: R\$ 196.013,04

VIGÊNCIA: 16.06.2016 até 30.11.2016

São João do Oeste – 16 de Junho de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO PROCESSO Nº 69/2016 E CONTRATO 42/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO PROCESSO Nº 69/2016 e contrato 42/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e E.J. F Empreendimentos -LTDA- EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços 05/2016

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica de parte da Rua da Matriz na comunidade de Linha Cristo Rei com recursos próprios".

VALOR: R\$ 308.427,67

VIGÊNCIA: 16.06.2016 até 30.11.2016

São João do Oeste – 16 de Junho de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 167/2016

DECRETO Nº 167/2016

“QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o Nº 01, datado de 02/05/2016; e em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994 e Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994; Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública à senhora MARCILENE TEREZINHA DA SILVA de um lote de terras Nº 192, quadra 10, medindo 300,00m2, situado na Rua Francisco Assis Martins Dutra, Bairro Santa Paulina, Loteamento Olaria, nesta cidade.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 168/2016

DECRETO Nº 168/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADA a funcionária: – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 169/2016

DECRET O Nº 169/2016

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A FUNCIONÁRIA IOLANDA RODRIGUES ALMEIDA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - IOLANDA RODRIGUES ALMEIDA, ocupante do Cargo Efetivo de Professora Municipal, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 043/1995, de 20/04/1995.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 170/2016

DECRETO Nº 170/2016

“QUE EFETIVA FUNCIONÁRIA APROVADA EM PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão da Aprovação em Processo de Avaliação especial de Estágio Probatório, fica EFETIVADA a funcionária: – VALDECI DO ROSARIO SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, sendo que a mesma já foi aprovada nas três avaliações.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 171/2016

DECRET O Nº 171/2016

“CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 154/2016, 19/05/2016”.

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal das Cidades do Município de São Joaquim, a realizar-se no dia 27 de Junho de 2016, na Agência de Desenvolvimento Regional - ADR, situada no bairro centro, nesta cidade.

Art. 2º - A Conferência Municipal das Cidades de São Joaquim, etapa integrante da V Conferência Estadual das Cidades e VI Conferência Nacional das Cidades, desenvolverá seus trabalhos a partir do Tema: "A Função Social da Cidade e da Prosperidade", Lema: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas. Art. 3º - A Conferência Municipais das Cidades de São Joaquim, será presidida pela Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento, que coordenará também a Comissão Organizadora da referida Conferência, responsável pelo seu planejamento, execução e demais atribuições elencadas no regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 1º - A Comissão Organizadora, bem como o Grupo de Trabalho devem ser compostos por entidades e órgãos públicos, com a participação dos diversos segmentos da sociedade Civil, conforme estabelecido no Regulamento das Conferências Estadual e Nacional das Cidades.

§ 2º - Na ausência ou impedimento da Secretária Chefe do Gabinete de Planejamento a substituirá a Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - O regulamento da Conferência da Cidade. Município de São Joaquim - SC, disporá sobre sua organização e funcionamento, inclusive sobre processo democrático de escolha de delegados que irão representar o município na Conferência Estadual das Cidades.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 154/2016, de 19/05/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 172/2016

DECRETO Nº 172/2016

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIO, POR FORÇA DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: – DIOGO XAVIER, para ocupar o Cargo Efetivo de Técnico Administrativo, na Secretaria Municipal da Fazenda, com 40 horas semanais classificado em 2º lugar no Concurso Público Nº 002/2015, realizado em data de 17/01/16, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 173/2016

DECRETO Nº 173/2016

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIO, POR FORÇA DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: – RAFAEL GODINHO FERNANDES, para ocupar o Cargo Efetivo de Vigia, na Secretaria Municipal de Obras e Viação, com 40 horas semanais classificado em 22º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Junho de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.416/2016

LEI Nº 4.416/2016

"QUE ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4.386/2015, DE 23/12/2015"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 8º da Lei Municipal Nº 4386/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - O serviço de limpeza de ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura e/ou por concessão e /ou terceirizado".

Art. 2º - O Parágrafo Primeiro do Artigo 16 da Lei Municipal Nº 4386/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 1º - Não sendo retirado o animal nesse prazo, deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação e os valores arrecadados deverão ser o recolhidos em rubrica específica ou no FUMDEMA (Fundo Municipal de Meio Ambiente) para custeio e investimento em ações ambientais e de educação ambiental da Prefeitura Municipal ou de suas contratadas."

Art. 3º - Os Artigos 18, 25, 26 e 27 serão excluídos da Lei Municipal Nº 4386/2015 não vigorando mais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Junho de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.417/2016

LEI Nº 4.417/2016

“AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO DO IX FESTIVAL MUNICIPAL DA CANÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento da premiação do IX Festival Municipal da Canção a realizar-se no dia 01 de julho de 2016, no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).

Art. 2º - A despesa acima citada obedecerá à seguinte discriminação:

A Premiação será no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por Categoria, sendo 03 (três) categorias perfazendo o valor total de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).

1º Prêmio R\$ 350,00- Até 10 anos;

1º Prêmio R\$ 350,00- 11 a 15 anos;

1º Prêmio R\$ 350,00 – acima de 16 anos.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei dar-se-ão por conta da dotação orçamentária (11) 03.04.3.3.90.31.01.2.045.0024 – Promoção e Fomento a Cultura de São Joaquim.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Maio de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.418/2016

LEI Nº 4.418/2016

“ADESÃO AO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DESTINADO A ARTICULAR, INTEGRAR E COORDENAR RECURSOS TECNOLÓGICOS, HUMANOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS, COM VISTAS AO ALCANCE DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei trata da adesão ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos do Anexo Único, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos de limpeza e de manejo de resíduos sólidos no âmbito do Município de São Joaquim.

Art. 2º - O Município de São Joaquim, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e as Leis Federais nº 11.455/2007 e 12.305/2010 e, seus respectivos regulamentos e a Política Municipal de Resíduos Sólidos.

Parágrafo Único - A Política Municipal de Resíduos Sólidos citada no caput deste artigo é estabelecida pela Lei Municipal nº 4.394/2016.

Art. 3º - Em consonância com o disposto no artigo 19 da Lei Federal nº 12.305/2010, fica o município dispensado da elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, optando pelas soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos nos termos do Anexo Único.

Art. 4º - O Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, instituído por esta Lei, será revisto a cada quatro anos, observando prioritariamente o período de vigência do Plano Plurianual Municipal.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a proposta de revisão do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

Parágrafo Primeiro - A referida revisão deverá ser precedida de análise e opinião do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Segundo - O órgão colegiado terá caráter consultivo, assegurada a representação:

1. I. do titular do serviço;

2. II. de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

3. III. dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

4. IV. dos usuários de serviços de saneamento básico;

5. V. de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Parágrafo Terceiro - O Poder Executivo Municipal, na realização do estabelecido neste artigo, poderá firmar Contrato de Programa com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA e também, solicitar cooperação técnica ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e com o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, Meio Ambiente e/ou Saúde.

Art. 6º - As revisões do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos não poderão ocasionar inviabilidade técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro na prestação dos serviços delegados, devendo qualquer acréscimo de custo, ter a respectiva fonte de custeio

e a anuência da Agência Reguladora.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.419/2016

LEI Nº 4.419/2016

“QUE ALTERA O ART. 26 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 4.324/2015, DE 15/05/2015”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 26, da Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26 – Fica concedida, a título indenizatório, ao servidor municipal estável ou efetivo, com no mínimo de 10 (dez) anos de serviços prestados ao Município, por despedida voluntária, aposentadoria ou falecimento, a razão do Menor Piso de vencimento mensal pago pelo ente público municipal na data da rescisão, por ano de efetivo exercício na Prefeitura Municipal de São Joaquim.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.420/2016

LEI Nº 4.420/2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional especial por conta de anulação de dotação orçada com recursos próprios.

Art. 2º - Fica aberto no orçamento programa de 2016 crédito adicional especial na dotação orçamentária que segue:

01- PODER LEGISLATIVO
01.01 – CAMARA DE VEREADORES
PROJETO 1.026 – SEDE DO LEGISLATIVO
ELEMENTO DE DESPESA 4.5.90.00.00
FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
VALOR R\$ 1.205.000,00

Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

01- PODER LEGISLATIVO
01.01 – CAMARA DE VEREADORES
PROJETO 1.026 – SEDE DO LEGISLATIVO
ELEMENTO DE DESPESA 4.4.90.00.00
FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS
VALOR R\$ 1.205.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.421/2016

LEI Nº 4.421/2016

“INSTITUI O PROGRAMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, NA MODALIDADE ABRIGO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU”, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Programa de Acolhimento Institucional, na modalidade abrigo para crianças e adolescentes, subordinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de abrigar crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição de poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90, 92, 93 e 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - A proposta aqui apresentada está em consonância com a política social definida pelo Município, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e as diretrizes nacionais em vigor.

Art. 2º - O Programa Municipal de Acolhimento Institucional, na modalidade abrigo para crianças e adolescentes, objetiva:

- I. Garantir a proteção da criança e/ou adolescente;
- II. Empreender esforços, para que em um período inferior a 02 (dois) anos seja viabilizada a reintegração familiar, para família nuclear, extensa em seus diversos arranjos ou rede primária ou social e na impossibilidade para família substituta, conforme determinação judicial;
- III. Preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários;
- IV. Garantir os vínculos de parentesco, observando a não separação de grupos de irmãos, exceto quando houver claro risco de violência;
- V. Garantir de acesso e respeito à diversidade e não discriminação;
- VI. Ofertar de atendimento personalizado e individualizado;
- VII. Garantir de um atendimento humanizado;
- VIII. Garantir de liberdade de crença e culto religioso;
- IX. Garantir o respeito à autonomia da criança e do adolescente;
- X. Evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de acolhimento;
- XI. Prestar cuidados a um grupo máximo de 20 (vinte) crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por medida protetiva de acolhimento institucional;
- XII. Acolher e proteger crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, sem distinção sócio-econômica, étnica, religião, orientação sexual, ou ainda por serem pessoas com necessidades especiais;
- XIII. Acolher crianças e adolescentes, somente depois de esgotados todos os recursos para sua manutenção na família de origem, extensa ou comunidade, a fim de garantir que o afastamento seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco a sua integridade física e/ou psíquica, advindas de famílias vulneráveis e afastadas por decisão judicial do vínculo familiar;
- XIV. Capacitar a equipe de profissionais, por meio de reuniões, palestras, debates e encontros dirigidos ao trabalho desenvolvido;
- XV. Elaborar, cumprir e fazer cumprir as normas que serão estabelecidas no Regimento Interno da unidade, com relação aos profissionais e acolhidos;
- XVI. Elaborar o Plano Político Pedagógico do abrigo, para garantir a oferta de atendimento adequado às crianças e adolescentes;
- XVII. Encaminhar o Regimento Interno e o Plano Político Pedagógico para apreciação e aprovação do CMDCA.

Art. 3º - Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes não devem ser confundidos com estabelecimentos organizados para o acompanhamento de adolescentes que estejam cumprindo medidas sócio-educativas de internação em estabelecimento educacional.

Art. 4º - Fica autorizado ao chefe do Poder Executivo a implementar o quadro de pessoal para o Programa de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, conforme Anexo I e II, partes integrantes desta Lei.

§ 1º - O quadro de pessoal necessário ao desenvolvimento do Programa será aquele atualmente utilizado até a realização de concurso público para provimento do quadro efetivo de pessoal.

§ 2º - Os servidores da equipe técnica necessários ao desenvolvimento do Programa e que atualmente não fazem parte do quadro de servidores do abrigo, serão aqueles do quadro de pessoal do Município, até que seja possível a realização de processo seletivo temporário e/ou concurso público para provimento do quadro efetivo de pessoal.

§ 3º - Quando o serviço de acolhimento institucional demandar de profissionais que não façam parte do quadro previsto no anexo I desta lei poderá a coordenação solicitar profissional do quadro de pessoal da administração Pública.

Art. 5º - Compete ao Secretário da Assistência Social proceder a inscrição do Programa Municipal de acolhimento institucional junto ao CMDCA, para análise, aprovação do plano político-pedagógico e regimento interno da unidade para competente registro.

Art. 6º - O monitoramento e avaliação do serviço de acolhimento de crianças e adolescente do será realizado pelo sistema de garantia de direitos, composto pelo CMDCA, Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar e Secretaria de Assistência Social.

Art. 7º - O orçamento municipal consignará todas as dotações orçamentárias necessárias para a manutenção do Programa, ficando o Poder Executivo autorizado a efetuar aberturas e suplementações que se fizerem necessárias.

Parágrafo Único - Para os exercícios subsequentes, o orçamento Municipal deverá prever os recursos necessários à manutenção do programa.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária	Vencimento
Coordenador do Programa de Acolhimento Institucional	01	40	R\$ 3.381,49
Assistente Social	01	30	R\$ 3.381,49
Psicólogo	01	30	R\$ 3.381,49
Monitor (Educador Social)	08	40	R\$ 1.250,42
Auxiliar Serviços Gerais	01	40	R\$ 880,00
Cozinheira	01	40	R\$ 880,00

Obs.: A carga horária do cargo de monitor será distribuída em turnos a serem definidos pela Coordenação e de acordo com a regulamentação da matéria.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

ANEXO II

DA HABILITAÇÃO E ATIVIDADES DOS CARGOS

Cargo	Formação Mínima	Principais Atividades
Coordenador do Programa de Acolhimento Institucional	Nível superior e experiência em função congênere	Gestão da unidade; Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço; Seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Supervisão dos trabalhos desenvolvidos; Articulação com a rede de serviço; Articulação com o Sistema de Garantia de Direito.

Assistente Social	Ensino superior na área exigida com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco	Elaboração em conjunto com o/a coordenador (a) e demais monitoras, o Projeto Político Pedagógico do Serviço; Elaboração anual do planejamento de atividades de atendimentos psicossocial e visitas domiciliares; Elaboração de Cronograma de Apoio às atividades domésticas para os adolescentes, avaliando a idade, o perfil e o interesse de cada um com referência as atividades que serão executadas; Acompanhamento psicossocial das crianças e dos adolescentes e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar, elaborando Cronograma de Atendimento; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD (Sistema de Garantia de Direitos) das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, monitoramento e avaliação do PIA (Plano Individual de Atendimento); Receber das monitoras a ficha Individual de evolução de cada criança/adolescente para a avaliação e readequação ou não do PIA; Acompanhar junto as demais monitoras o cumprimento da execução do PIA; Monitorar e comunicar a Coordenação do abrigo qualquer intercorrência no atendimento às crianças e adolescentes por parte de quaisquer outros funcionários; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano, quando necessário e pertinente; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade Judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: Possibilidades de reintegração familiar; Necessidade de aplicação de novas medidas; ou, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Mediação, em parceria com toda a equipe de referência do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso; Alimentar o Cadastro Unificado Informatizado de Adoção – CUIDA.
Psicólogo	Ensino superior na área exigida com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco	Elaboração em conjunto com o/a coordenador (a) e demais monitoras, o Projeto Político Pedagógico do Serviço; Elaboração anual do planejamento de atividades de atendimentos psicossocial e visitas domiciliares; Acompanhamento psicossocial das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar, elaborando Cronograma de Atendimento; Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas monitoras; Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; Elaboração, monitoramento e avaliação do PIA (Plano Individual de Atendimento); Receber das monitoras a ficha individual de Evolução de cada criança/adolescente para a avaliação e readequação ou não do PIA; Acompanhar junto aos demais monitoras o cumprimento da execução do PIA; Monitorar e comunicar a Coordenação do Abrigo qualquer intercorrência no atendimento às crianças e adolescentes por parte de quaisquer outros funcionários; Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade Judiciária e Ministério Público de relatórios sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: a) Possibilidades de reintegração familiar; b) Necessidade de aplicação de novas medidas; ou c) Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Preparação da criança/adolescente para o desligamento; Mediação, em parceria com toda a equipe de referência do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.
Monitor	Nível médio e capacitação específica (desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes)	Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização da ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio a criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental e capacitação específica (desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes)	Manter a limpeza do espaço físico; roupas e espaço externo; auxiliar a cozinheira e na execução das suas atividades.
Cozinheira	Nível fundamental e capacitação específica (desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes)	Manter a limpeza da cozinha Organizar a cozinha; Elaborar e preparar os alimentos, sob a orientação de nutricionista da Administração Municipal; Organizar e armazenar adequadamente os alimentos; Solicitar a reposição dos alimentos e demais materiais necessários para conservação dos alimentos; Verificar a qualidade e prazos de validade dos produtos e alimentos; Controlar os gastos de produtos e alimentos realizados, mensalmente; Usar avental e touca para preparo de alimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de



São Joaquim, 13 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.422/2016

LEI Nº 4.422/2016

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2016, QUE FIXA A REMUNERAÇÃO E VERBAS DE REPRESENTAÇÃO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES PARA A 19ª LEGISLATURA"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" com Emendas Modificativas e eu sanciono e promulgo a presente Lei que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica fixado o valor de R\$ 14.847,44 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), mensais a remuneração (subsídio) do Prefeito Municipal de São Joaquim-SC; e de R\$ 7.423,72 (sete mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos) mensais para o Vice-Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, para o quadriênio 2017 á 2020.

§ 1º - Os valores fixados no caput do art. 1º serão reajustados anualmente de acordo com o índice oficial do Governo, sempre no mês em que for concedido reajuste de salário dos funcionários públicos.

Art. 2º - Fica fixado o valor de R\$ 3.652,56 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) a remuneração (subsídio) dos Senhores Vereadores da Câmara de Vereadores de São Joaquim-SC, para a 19ª Legislatura.

§ 1º - Os valores fixados no caput do art. 2º serão reajustados anualmente de acordo com o índice oficial do Governo, sempre no mês em que for concedido reajuste de salário dos funcionários públicos.

§ 2º - O Presidente da Câmara durante o exercício efetivo da Presidência terá direito ao acréscimo de 50% do valor da remuneração (subsídio) de vereador a título de verba de representação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 243/2016

PORTARIANº 243/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – SANDRA APARECIDA ARTISMO, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 13/05/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – EOLITA GUIMARÃES PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 14/05/2016, e o retorno de acordo com o INSS – SILVANA FLORENCIO E SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 21/05/2016, para tratamento de saúde de pessoa da família. – NADIR OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo de Diretora de Assistência Social,, por 13 (treze) dias, a contar do dia 30/05/2016. – MARIELA TAINÁ DE JESUS, ocupante da Função de Professora, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 31/05/2016. – JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 31/05/2016. – AVELINO NESI, ocupante do Cargo de Mecânico, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 31/05/2016. – VICENCIA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 10 (dez) dias, a contar do dia 31/05/2016, para tratamento de saúde de seu esposo. – IVETE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 01/06/2016, para tratamento de saúde de seu pai.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIANº 244/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – JOELMA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 01/06/2016. – LENI-TA APARECIDA SEIFERT, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/06/2016. – GENECCI RIBEIRO LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 02/06/2016. – DANIELA FORMIGA, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 02/06/2016. – DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 02/06/2016. – BRUNA DAMASCENO DA SILVA, ocupante da Função de Odontóloga (PSF), por 12 (doze) dias, a contar do dia 03/06/2016. – FABIO DE MACEDO, ocupante do Cargo de Vigia, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/06/2016. – MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 03/06/2016. – HILDA MARA NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 06/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 245/2016

PORTARIANº 245/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da Função de Professor, por 01 (um) dia, no dia 06/06/2016. – NELZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 06/06/2016. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 10 (dez) dias, a contar do dia 06/06/2016. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/06/2016. – NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABITZREUTER, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/06/2016. – ROSANGELA DE FATIMA ARTISMO, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/06/2016. – FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 06/06/2016. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no dia 06/06/2016. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 07/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º

desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 246/2016

PORTARIANº 245/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – CASSIANO SUHRE DA ROSA, ocupante da Função de Professor, por 01 (um) dia, no dia 06/06/2016. – NELZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 06/06/2016. – GIULIAN AMARAL PORTO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 10 (dez) dias, a contar do dia 06/06/2016. – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/06/2016. – NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABITZREUTER, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 06/06/2016. – ROSANGELA DE FATIMA ARTISMO, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 06/06/2016. – FRANCIONI OLIVEIRA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 06/06/2016. – DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por ½ (meio) dia, no dia 06/06/2016. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 07/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 247/2016

PORTARIANº 247/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16le; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ELAINE CRISTINA SILVERIO VELHO DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Inglês, Profª. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 07/06/2016, em substituição a professora Silvana Florêncio e Silva, que encontra-se em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer

tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 248/2016

PORTARIANº 248/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 4.325/2015, de 26/05/2015, o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16le; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - PAULA FERREIRA MATTOS, para exercer a função de Enfermeira, na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU - NEP, Bairro Hercílio Vieira do Amaral, com 40 horas semanais, a contar do dia 08/06/2016.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 08 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 249/2016

PORTARIANº 249/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante da Função de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 06/06/2016. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Professora, período Vespertino, no dia 06/06/2016. – RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), a contar do dia 06/06/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – NAIR CAROLINA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, a contar do dia 06/06/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 07/06/2016. – SUZANA DA SILVA CARDOSO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 07/06/2016. – REGINA CUSTODIA NUNES, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/06/2016. – TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 08/06/2016, e o retorno

de acordo com o INSS. – MARTA SILVEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/06/2016, para tratamento de saúde de seu filho. – JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo de Encanador, por 01 (um) dia, no dia 09/06/2016. – GRAZIELA RAIZER, ocupante da Função de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/06/2016, para tratamento de saúde de sua filha. – MARIA A. OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 250/2016

PORTARIANº 250/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o requerimento Protocolado sob o Nº 155, datado de 06/06/2016; Fica REMOVIDA a funcionária ZELI RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora Municipal, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, para a partir desta data desempenhar suas funções no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 251/2016

PORTARIANº 251/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - JOÃO CARLOS DE SOUZA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 30/05/2016 à 28/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 30 de Maio de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 252/2016

PORTARIANº 252/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - DANIELA MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 01/06/2016 à 30/06/2016. - RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 01/06/2016 à 30/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Junho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 253/2016

PORTARIANº 253/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - JULIO CESAR LAURINDO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 06/06/2016 à 05/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Junho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 254/2016

PORTARIANº 254/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS aos seguintes funcionários: - AVELINO NESI, ocupante do Cargo de Mecânico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 13/06/2016 à 12/07/2016. - CÁTIA RAQUEL NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 13/06/2016 à 12/07/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de Junho de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 255/2016

PORTARIANº 255/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16le; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - DENISE NUNES PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Geografia, Profª Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 15/06/2016, em substituição a Professora Tuiza Padilha de Lima Rissi, que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Junho de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PP 46/2016PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃOPROCESSO Nº 124/2016 -
PREGÃO PRESENCIAL 46/2016

OBJETO: Aquisição de peças e acessórios para reposição em veículos leves, médios e pesados, pertencentes as frotas da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Saúde do Município de São Joaquim, com base no catálogo de peças de montagem do Sistema AUDATEX.

Tipo: Menor Desconto por Tabela/Catálogo
Abertura: 28/06/2016 às 14:00 horas
Valor estimado: R\$ 1.064.126,01

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

Edital: <http://www.saojoaquim.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/5088>

São Joaquim, 15 de junho de 2016.
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6468/2016

DECRETO Nº 6468/2016
NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, II, IV e VI da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal N.º 5.339 de 21 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor como membros efetivos da Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2016, os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- I. GISELE HENDGES;
- II. REJANE MAGALI DOS SANTOS MEDEIROS;
- III. ADRIANA SILVA PACHECO PEDRO;
- IV. HUMBERTO ALCINO DA SILVA;
- V. PAULO DUTRA.

§ 1º - Como Membros Suplentes:

- I. KETY TERESINHA DA SILVA TRIERVEILER;
- II. ELIZABETE HILLESHEIM DOS SANTOS.

Art. 2º – Fica concedido à Comissão Permanente de Licitação, poderes de assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos à Lei Licitatória, e que forem de competência da Comissão.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de maio de 2016.

DECRETO Nº 6547/2016

DECRETO Nº 6547/2016

CESSA EFEITOS DO 6175/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 6175/2016 de 08 de abril de 2016, que designou o servidor MATSON LUIZ CÉ, Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretário de Serviços Públicos – SM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6548/2016

DECRETO Nº 6548/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor MATSON LUIZ CÉ do cargo de Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6549/2016

DECRETO Nº 6549/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado MATSON LUIZ CÉ para exercer o cargo de Secretário de Serviços Públicos – SM, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6550/2016

DECRETO Nº 6550/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado SIDNEI MINA MACHADO para exercer o cargo de Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária – SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6605/2016

DECRETO Nº 6605/2016

DESIGNA COMISSÃO RECURSAL DOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, pelo artigo 43 da Lei Complementar nº 053/2011 e pelo artigo 41 da Lei Complementar N.º 054/2011,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Recursal dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração da Administração Direta e Indireta do Município de São José, sob a presidência do primeiro:

- I. HARLEY SANTOS TRIERVEILER;
- II. HERIBERTO ALZERINO FLORES;
- III. ALESSANDRA CRISTINA LAURINDO ARRUDA;
- IV. GILVÂNIA MARIZA KRETZER LEONEL.

Parágrafo único – Para secretariar os trabalhos da referida Comissão, fica designado o membro HERIBERTO ALZERINO FLORES.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 4583/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6606/2016

DECRETO Nº 6606/2016

CESSA EFEITOS DO DECRETO 731/2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do decreto 731 de 04 de abril de 2013, que concede ao servidor ADALMIR GIRARDI, matrícula nº 6.038, a função gratificada de Diretor de Diretoria, nível FG-DI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 154/2016. Contratados: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA E PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE ENFERMAGEM (SONDA URETRAL), EM CARATER EMERGENCIAL, PARA SEREM

DISTRIBUÍDOS PELO PROGRAMA DE MATERIAS ESPECIAIS, ATRAVÉS DA ATENÇÃO BÁSICA, VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 4.915,98 (quatro mil, novecentos e quinze reais e noventa e oito centavos). Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2016 - Processo nº 185/2016. Fornecedor: BKZ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, DO TIPO GASOLINA COMUM, PARA ABASTECER A FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 357.500,00 – Trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº002/2016

Prefeitura Municipal de São José CNPJ: 82.892.274/0001-05 torna público que obteve a Licença Ambiental de Instalação nº002/2016 e requereu Licença Ambiental de Operação para Estrutura de Apoio Náutico "Trapiche e Rampa" implantados na Rua Assis Brasil, Ponta de Baixo, junto à Fundação do Meio Ambiente de São José - FMADS.

PORTARIA ADM Nº 215/2016

PORTARIA ADM Nº 215/2016

REGULAMENTA O USUFRUTO DE LICENÇAS PRÊMIOS ACUMULADAS E NÃO GOZADAS EM DECORRÊNCIA DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 5.526/2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o novo conteúdo normativo previsto na Lei 5.526/2015, que incluiu o §4º no art. 119 da Lei 2248/1990, Estatuto dos Servidores Municipais;

Considerando que a licença prêmio a partir da vigência desta Lei deverá ser usufruída, obrigatoriamente, no quinquênio posterior ao da aquisição do direito ao seu gozo;

Considerando a existência de períodos aquisitivos progressivos ainda não usufruídos, e a ausência de disposição normativa regulamentando essas situações;

Considerando a manifestação da Douta Procuradoria Geral do Município no Memorando nº 042/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Orientar aos servidores que já possuem licenças prêmios acumuladas para que usufruam das mesmas nos próximos 05 (cinco) anos, a partir da publicação da Lei 5.526/2015, isto é, 22 de dezembro de 2015.

Art. 2º. O gozo do benefício depende de requerimento do servidor e anuência expressa do Secretário da pasta em que estiver lotado.

Art. 3º. Aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação será aplicado regulamento próprio em relação ao usufruto da

licença prêmio.

Art. 4º. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Art. 5º. Revogam-se as disposições contrárias, em especial a Portaria nº 069/2016.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 15 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.416, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.416, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Designa Comissão Especial, responsável pela elaboração de Projeto Técnico das Ações do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) no Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionados, em representação aos órgãos adiante descritos, para comporem Comissão Especial, responsável pela elaboração de Projeto Técnico das Ações do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) no Município e encaminhamento do mesmo à Coordenação Estadual:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Bruna Angonese, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 3219/01;
- b) Sidiane dos Santos, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 3220/01;

II - Secretaria Municipal de Educação:

- a) Tiago Luiz Pereira, servidor público municipal, ocupante do cargo de Psicólogo, matrícula nº 3006/01;
- b) Diego Morés Romanini, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor de Informática, matrícula nº 1863/04;

III - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Camila Lorenzet, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Enfermeira, matrícula nº 3000/26;
- b) Francieli Maria Gava, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3322/01;

IV - Conselho Tutelar:

- a) Anirto Pereira Apolinário, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Especial nomearão, entre seus representantes, um Presidente.

Art. 2º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros da Comissão de que trata o presente Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 129.992,00 (cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e dois reais).

TOTAL: R\$ 129.992,00 (cento e vinte e nove mil, novecentos e noventa e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 14/06/2016.

VIGÊNCIA: 14/06/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 085/2016 – Pregão Presencial Nº 063/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA: LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, BANHEIROS QUÍMICOS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO COM OPERADOR E LOCUTOR, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM E SEGURANÇA PRIVADA DE EVENTOS, DESTINADOS A ORGANIZAÇÃO DO EVENTO COMEMORATIVO A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA, QUE ACONTECERÁ EM 03 DE JULHO DE 2016, ÀS 07H00MIN, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS – ME - CNPJ: 16.651.256/0001-07.

VALOR: R\$ 623,00 (seiscentos e vinte e três reais).

FORNECEDOR: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME - CNPJ: 08.448.072/0001-08.

VALOR: R\$ 9.180,00 (nove mil, cento e oitenta reais).

FORNECEDOR: ILGA MULLER SAVI 01968707980 - CNPJ: 24.403.936/0001-21.

VALOR: R\$ 3.050,00 (três mil e cinquenta reais).

FORNECEDOR: P A SONORIZAÇÕES E ESTOFARIA LTDA ME - CNPJ: 10.621.526/0001-42.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

FORNECEDOR: WEBER SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 07.544.527/0001-26.

VALOR: R\$ 3.385,00 (três mil, trezentos e oitenta e cinco reais).

TOTAL: R\$ 19.638,00 (dezenove mil, seiscentos e trinta e oito reais).

DATA DE ASSINATURA: 15/06/2016.

VIGÊNCIA: 15/06/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 078/2016 – Pregão Presencial Nº 011/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA DA LINHA LAGEADO RAUL DO MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, 1ª ETAPA COM ÁREA TOTAL DE 510M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de locação de palco, grade, pirâmide, montagens e demais destinados a serem realizados nos eventos da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 27 de junho de 2016.

Abertura: às 14horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de junho de 2016.

CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES

Presidente da Fundação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 78/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Valor Ofertado

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira ou cooperativa de Crédito Especializada para prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, empréstimos consignados em folha de pagamento, aplicações das disponibilizações financeiras de caixa, bem como processamento da movimentação financeira de contas correntes do Município de São Miguel do Oeste, conforme Termo de Referência anexo I.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de junho de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 06 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 056/2016

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 054.855.739-08, residente a Rua Bertoldo Honorato, nº 183, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.
1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 16/06/2016, findando no dia 02/10/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.
4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;
5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);
5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
5.2.2.1- Ato de improbidade;
5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
5.2.2.9- Abandono de emprego;
5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do

terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO

CONTRATADA

Testemunhas:

PORTARIA N.º 192/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 192/2016

ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDORA QUE MENCIONA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Atribuir exercício das atividades da servidora JAQUELINE PFLEGER, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, junto a Unidade Básica de Saúde Maria Rasvailer Junckes, haja vista, readaptação funcional conforme determina laudo médico pericial .

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 193/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 193/2016

Admite em Caráter Temporário ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO para o cargo de Agente de Controle de Endemias.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ROSANI APARECIDA STOROCZ MASSANEIRO ALBINO para o cargo de Agente de Controle de Endemias, contrato de trabalho n.º. 056/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BRUNA CARLA NEUMANN WULF, inscrita no CPF sob nº. 080.827.819-39, aprovada em 17º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 24 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 14 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSEANE ALVES GOMES, inscrita no CPF sob nº. 086.938.169-50, aprovada em 18º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 27 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 6.573/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.573/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério;

Considerando o Decreto nº. 3.469/2015, de 03 de novembro de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Kezia Fernandes Garcês Martins para exercer o cargo de Professora B – Língua Portuguesa, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 003/2015 – GAB/PMS - Magistério, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.574/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.574/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Neiva Lucia Plantikow, da Função de Diretora de Cultura, a partir desta data.

Art. 2º A servidora voltará a exercer o cargo efetivo de Professora B, percebendo nível salarial nº B-1, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.575/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.575/2016, DE 15 DE JUNHO DE 2016

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Código Tributário Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para Análise da Base de Cálculo do Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis e Direitos a eles Relativos - ITBI, formada pelos servidores Milton Trapp Junior, Flávio Pegoraro, Amilton Aldo dos Santos, Walter Egídio Mukai, e Cleiton de Moura para, sob a Coordenação do primeiro, proceder às determinações desta Portaria.

Art. 2º A Comissão terá por atribuição específica a avaliação do preço ou do valor econômico declarados pelo contribuinte a título de base de cálculo para fins de ITBI, procedendo à atribuição da base de cálculo quando o preço ou valor econômico declarado pelo contribuinte for inferior ao valor tributário aceito pela Prefeitura Municipal de Schroeder, ou aos valores por ela fixados para tributação específica.

Art. 3º Para proceder à análise e atribuição de tais valores, poderá a Comissão valer-se de informações coletadas in loco, junto aos corretores de imóveis da região, e de qualquer outro meio hábil a aferir a real base de cálculo do tributo específico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 15 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº 005/2016 - CMAS

Resolução nº. 005/2016.

Dispõe sobre o Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Schroeder.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 14 de junho de 2016;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70, referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de junho de 2016.

Ercílio Silvio Ramos
Presidente do CMAS

TERMO ADITIVO Nº. A1/2016–FAS

TERMO ADITIVO Nº. A1/2016–FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2015 – FAS

CONTRATANTE/LOCATÁRIA: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder /SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADO/LOCADOR: WALDENIR HANG, CRECI/SC sob nº 20.207F, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3069, sala 02, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADO/LOCADOR, neste ato representada legalmente pelo senhor WALDENIR HANG, inscrito no CPF sob o nº. 018.157.059-90, portador da carteira de identidade nº. 1.355.305-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 11/2015 - FAS, celebrado em 16 de junho de 2015, proveniente de contratação mediante Processo de Licitação nº. 10/2015-FAS, modalidade Dispensa de Licitação nº. 06/2015-FAS, tendo por a locação de imóvel em alvenaria com 101,00m² para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social Município de Schroeder/SC.

Considerando o artigo 57 II c/c 65, I, B ambos da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Saúde para o período de 1º. de julho de 2016 até 30 de junho de 2017, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil, e quatrocentos reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATANTE/LOCATÁRIA e a CONTRATADO/LOCADOR, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 01, aditivada a quantidade de 12 meses, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), totalizando o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil, e quatrocentos reais), e na Cláusula Segunda "do valor do contrato", item 2.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil, e oitocentos

reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. ADITIVADA	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de imóvel em alvenaria com 101,00m², subdivido em 03 salas, 03 banheiros, 01 cozinha, localizado na Rua João Arnoldo Moritz, nº 65, centro, neste Município de Schroeder/SC	12	Meses	1.200,00	14.400,00
Valor total R\$					14.400,00

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Primeira “da vigência” no item 11.1, prorrogando-se para o período de 1º. de julho de 2016 até 30 de junho de 2017 a vigência do contrato.

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 11/2015-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 16 de junho de 2016.

CONTRATADA:

WALDENIR HANG

Waldenir Hang

CPF nº. 018.157.059-90

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A33/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A33/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 71/2016 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: REIS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.729.372/0001-03, estabelecida na rua Germano Frederico Timm, nº 22, sala A, Bairro Santa Catarina, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.233-840, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Geison Alexandre Lopes, inscrito no CPF sob o nº. 989.061.789/72.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 71/2016-PMS, celebrado em 31 de maio de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 70/2016 –PMS, Pregão Presencial nº. 38/2016–PMS, tendo por objeto a aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC,, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-e no artigo 65, I, b da Lei Federal nº 8.666/93 de acordo com Parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Diretoria de Informatica, para a Policia Militar, referente ao item 52, sendo 01 (uma) unidade, no valor de R\$ 3.340,00 (três mil, trezentos e quarenta reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição”, aditivado ao item 52, 01 unidade, no valor

de R\$ 3.340,00 (três mil, trezentos e quarenta reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	QUANTIDADE LICITADA	QUANTIDADE ADITIVADA
52	<p>Câmera Automática Semi Profissional 16.1MP, Zoom 65x, 01 Cartão SD Classe 10 de 32GB, Adaptador USD Cartão SD, Tripé de Suporte, Bolsa de transporte</p> <p>Zoom Óptico de 65x com lente angular e estabilizador óptico de imagem.</p> <p>Captura de filmes em Full HD 1920x1080/60fps e em Câmera Lenta.</p> <p>Captura de Fotos em proporção 16:9; 3:2; 4:3. Gravação em JPGE, RAW, MP4. Focagem de 0mm a infinito. Visor LCD Giratório de 3". Saída de Vídeo Analógica e Digital HDMI. Entrada de microfone externo 3,5mm.</p> <p>Idioma de operação Português. Sapata para Flash externo. Fonte de Energia a Bateria. Conexão Wifi. Visor Ocular. Função HDR. Escala ISO 100-3200. Flash Embutido.</p> <p>ACOMPANHA: CARREGADOR DE BATERIA; TAMPA DALENTE; ALÇA PARA PESCOÇO; BATERIA DA PRÓPRIA CÂMERA;</p> <p>01 CARTÃO DE MEMÓRIA SD CLASSE 10 DE 32GB;</p> <p>ADAPTADOR USB DE CARTÃO SD;</p> <p>TRIPÉ: Em alumínio, com suporte universal destacável para câmera, cabeça de movimento tipo semi hidráulica nos movimentos vertical e horizontal, suporte para auxiliar na mudança de posição com travas, manivela para mudança de altura, trava central para os pés do tripé, pés em borracha. Rotação horizontal 360°, Rotação Vertical 180°. Altura fechado aproximada 0,70m, altura aberto aproximada 1,72, Pedestal com ganho para contrapeso, Pernas com 3 seções com travas tipo flip.</p> <p>BOLSA DE TRANSPORTE compacta com interior forrado com material macio, compartimento extra para guardar cabos, baterias, cartão de memória, com alça de mão e alça de ombro ajustável e removível.</p>	Unidade	3.340,00	05	01
TOTAL R\$					3.340,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 3.340,00 (três mil, trezentos e quarenta reais), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 13.937,00 (treze mil, novecentos e trinta e sete reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 71/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 15 de junho de 2016.

CONTRATADA:

REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Geison Alexandre Lopes

CPF nº 989.061.789/72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 54/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2016

Número do Registro de Preços: 43/2016 Data do Registro: 15/06/2016 Válido até: 15/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel - S500 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		0	2,7300	1
2	Óleo Diesel - S10 - Manter em regime de comodato o tanque c/ capacidade de no mínimo 13.000 litros, BIPARTIDO com duas bombas de abastecimento, filtros e demais acessórios necessários para o abastecimento. Efetuar a instalação dos equipamentos (tanque, bomba e filtro), sem ônus e custos adicionais e prestando assistência técnica gratuita, enquanto durar o fornecimento. Entregas em caminhões tanque lacrados e aferidos pelo IMETRO. Entrega parcelada, mínimo 3.000 Lt.	LT	RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA (10452)		0	2,8300	1

AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA SHELL (11159)

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2016

Número do Registro de Preços: 43/2016 Data do Registro: 15/06/2016 Válido até: 15/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (11159)	SHELL	0	2,8300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2016

Número do Registro de Preços: 43/2016		Data do Registro: 15/06/2016		Válido até: 15/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel S10 e S500 para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educa					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2016
PROCESSO Nº 100/2016

(10452) - RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA
(11159) - AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

Schroeder, 15 de Junho de 2016.

Seara

PREFEITURA

PORTARIA N° 392/2016

Portaria nº. 392/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Marciane Taffarel Canal, para o cargo de provimento efetivo de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

PORTARIAS 009/2016 - FMES

Portaria nº. 009/2016. O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com o que lhe confere o Estatuto da Entidade, e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 02/2015, resolve,

Contratar, Marlisete Siqueira, em caráter temporário para exercer a função de Servente, Nível CE-01, Anexo I, do Quadro de pessoal efetivo da Fundação Municipal de Esportes de Seara – FMES, Lei Complementar nº 005/2001, e vencimentos de acordo com o estabelecido na mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, em vaga não ocupada por concurso, no período de 15 de junho de 2016 a 14 de junho de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, em 15 de junho de 2016.

ROGÉRIO ANDRÉ FRANCIO

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Seara – FMES

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 094/2016

DECRETO Nº 094/2016 DE 13 DE JUNHO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0035 – Superávit de Transf. do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Despesa: 30 R\$ 29.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais), serão subtraídos da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0035 – Superávit de Transf. do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Despesa: 23 R\$ 29.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 13 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 095/2016

DECRETO Nº 095/2016 DE 13 DE JUNHO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.550 – Manutenção da Creche

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0010 – Superávit de Outras Transferências do FNDE

Despesa: 115 R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Projeto/Atividade: 2.121 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 Fonte: 00.00.0001 – Recursos Ordinários
 Despesa: 84 R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), serão subtraídos da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação
 Projeto/Atividade: 2.550 – Manutenção da Creche
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
 Fonte: 00.03.0010 – Superávit de Outras Transferências do FNDE
 Despesa: 114 R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
 Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Projeto/Atividade: 2.121 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
 Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 Fonte: 00.00.0001 – Recursos Ordinários
 Despesa: 85 R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 13 de junho de 2016.
 FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
 Secretário de Administração

PORTARIA Nº 049/2016

PORTARIA Nº. 049/2016 DE 14 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
 RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 025/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	031/2016 E 032/2016		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.		
EMPRESA:	YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S/A		
CNPJ Nº:	61.383.493/0001-80		
EMPRESA:	GENTE SEGURADORA S/A		
CNPJ Nº:	90.180.605/0001-02		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	VANDERLI RUI DE GASPARI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	418.827.760-20	MATRÍCULA:	783
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração de Desenv. Econômico		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	DELMAR FRANTZ		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	607.108.969-72	MATRÍCULA:	784
LOTAÇÃO:	Secretaria de Planejamento e Finanças		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

14/2016 AVISO DE REVOGAÇÃO DE ATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE ATO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica para conhecimento dos interessados, que REVOGOU A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, em atendimento ao disposto ao artigo 109 da Lei 8.666/93, Súmula 473 do STF e em conformidade com as decisões exaradas nos autos do Processo de Representação TC/SC nº 16/00176701, sob os argumentos e justificativas, acostados nos autos. Comunica-se, inclusive, que após a liberação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, será divulgada a data de abertura da proposta da empresa BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Siderópolis, 15 de junho de 2016.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

15/2016 AVISO DE REVOGAÇÃO DE ATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE ATO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica para conhecimento dos interessados, que REVOGOU A DECISÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, em atendimento ao disposto ao artigo 109 da Lei 8.666/93, Súmula 473 do STF e em conformidade com as decisões exaradas nos autos do Processo de Representação TC/SC nº 16/00177180, sob os argumentos e justificativas, acostados nos autos. Comunica-se, inclusive, que após a liberação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, será divulgada a data de abertura da proposta a empresa BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Siderópolis, 15 de junho de 2016.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

38/2016 AVISO DE LEILÃO Nº 02/2016

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LEILÃO DE BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 38/2016

LEILÃO Nº 02/2016

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público aos interessados, que nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará Leilão de bens móveis inservíveis do tipo maior lance. O leilão será realizado no dia 04/07/2016, às 09h00min, no Departamento de Licitações do município – Rua Presidente Dutra, 01, Centro. Os bens a ser Alienados estarão à disposição para visitação pública no período de 16/06/2016 à 01/07/2016, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h30min, com o Sr. Robson Bento Martins, na garagem da Prefeitura Municipal de Siderópolis, situada no Distrito Industrial. O Edital completo está disponível para download no site: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou no telefone: (48) 3435-3188.

Siderópolis, 15 de junho de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 141/2016

DECRETO Nº 0141 DE 14 DE JUNHO DE 2016

REGULARMENTA LEI MUNICIPAL Nº 006/1993 DE 01.02.1993, E CONCEDE AUXÍLIO A ESTUDANTES SULBRASILENSES QUE ESTUDAM FORA DO MUNICÍPIO.

EDER IVAN MARMTII, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 006/1993 de 01.02.1993.

Considerando a existência de novos estudantes cadastrados junto ao setor pessoal.

Considerando a necessidade de inclusão dos mesmos junto aos benefícios da Lei 006/1993.

DECRETA:

Art. 1º. Para receber os benefícios de que trata a Lei Municipal nº 006/1993 de 01.02.1993 o estudante deverá comprovar matrícula e, posteriormente, frequência no estabelecimento de ensino, além de atender um dos seguintes requisitos:

1. Residir ou trabalhar em Sul Brasil e ser eleitor em Sul Brasil;
2. Ter a residência dos pais no Município de Sul Brasil e ser eleitor em Sul Brasil e não conviver em união estável em outro município;
3. Não ter concluído outro curso superior.

Relação de Acadêmicos do Município de Sul Brasil 2015				
	ACADÊMICO	CURSO	CPF	TÍTULO ELEITOR
1	Aline Aparecida Grave	Pedagogia	09877775999	080359730906
2	Luciamara Beatris Simon	Zootecnia	082.649.899-00	052507470957
3	Leliane Cristina Casarotto	Odontologia	09173653993	
4				

Art. 2º. A duração do benefício será concedida por 10 meses de curso freqüentado.

Art. 3º. Em casos de acadêmicos que já tenham freqüentado parcialmente será concedido o benefício no período faltante, limitado no prazo Maximo acima estabelecido.

Art. 4º. Em caso de mudança de curso, o tempo de benefício será limitado ao da duração do curso que está freqüentando.

Art. 5º. Fica concedido auxílio mensal, para o ano letivo de 2016, no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), para custeio das despesas dos estudantes, abaixo relacionados, que freqüentam estabelecimentos de ensino fora do município de Sul Brasil, nos termos da Lei Municipal nº 006/1993, de 01 de fevereiro de 1993 e suas regulamentações, conforme segue:

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de abril de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

DECRETO 142/2016

DECRETO Nº 0142, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA CLECI DE MOURA DAL SANTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Maria Cleci de Moura Dal Santo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 180 dias, a contar do dia 14.06.2016 até 10.12.2016, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 14 de junho de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

DECRETO 143/2016

DECRETO Nº.143, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANE APARECIDA DE MATTOS RODRIGUES DA SILVA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 22, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejada a servidora pública municipal, LUCIANE APARECIDA DE MATTOS RODRIGUES DA SILVA portador do CPF nº 069.971.059-63 e RG5652.254, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, aprovada no Processo Seletivo Simplificado em caráter de urgência, para atuar junto a Unidade Básica de Saúde em deprimimento do auxílio maternidade de servidora Maria Cleci de Moura Dal Santo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 14 de junho de 2016.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

João Paulo Gubert
Chefe de Gabinete

DECRETO 144/2016

DECRETO Nº.144, DE 14 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL SILVANA FILIPINI OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 22, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejada a servidora pública municipal, SILVANA FILIPINI portador do CPF nº 069.863.649-03 e RG 51985276, servidor público municipal de Sul Brasil-SC, aprovada no Concurso Publico 001/2013, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social (CRAS).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 14 de junho de 2016.
ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

João Paulo Gubert
Chefe de Gabinete

DECRETO 145/2016

DECRETO Nº 0145/2016 DE 15/06/2016

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 68.995,25(Sessenta e oito mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

06.02.0016.0482.0013.1.001- Habitações Populares Urbanas e Lot. Populares

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(220)	0.3.93.000000	Investimentos - Aplicações Diretas (3093)	R\$ 68.995,25

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor de R\$ \$ 68.995,25(Sessenta e oito mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2015 Recursos de Amortização de Empréstimos-PSH.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 15 de junho de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 026-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 018/2016

Convênio nº. 1114/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 026/2016 com a empresa LIGHT NIGHT MATERIAIS ELETRICOS E MANUTENÇÃO LTDA – CNPJ: 14.419.210/0001-23, para Execução do Projeto de Construção do Salão Comunitário Linha Nova – Etapa I – com área total de 260,00m², sob o regime de menor preço por empreitada global.

TIGRINHOS/SC, em 16 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DA AF Nº 459/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 459/2016

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Copar Máquinas e Equipamentos Ltda

Objeto: Fornecimento de uma retroescavadeira nova para a Secretaria de Agricultura do município de Timbé do Sul/SC

Valor: R\$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais)

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias a partir de 13/06/2016

PORTARIA 48/2016; CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE LELIANA BURIGO ROCHA

PORTARIA Nº 48, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Leliana Burigo Rocha , matrícula 2761, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Educação, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias a partir de 02/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 15 de junho de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA 09 2016 - FCT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO Nº 09/2016 - FCT

Às nove horas e dez minutos, do décimo quinto dia, do mês de junho de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Barbara Hochheim e, representando a empresa Toys Park Entretenimentos LTDA, o Sr. Chamin Ribeiro Araújo, para abertura dos envelopes de Habilitação da Concorrência Pública Para Concessão nº 09/2016 – FCT.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços as seguintes empresas: TOYS PARK ENTRETENIMENTOS LTDA, CENTRO DE DIVERSÕES IMPERIAL LTDA-ME e VALDECIR ANDRADE ESTERES 54151139087 (MEI).

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer, em especial do item 6.1.3 - Qualificação Econômico-Financeira, do edital.

Os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

O representante presente retirou-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intímese-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

BARBARA HOCHHEIM

Membro Substituta

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE COBERTURAS TIPO TOLDO EM PVC E POLICARBONATO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016 PMT

OBJETO: aquisição de coberturas tipo toldo em PVC e policarbonato para as Instituições da Rede de Ensino de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 29 de junho de 2016. ABERTURA: dia 29 de junho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 15/06/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

EDITAL DE REAJUSTE DOS VALORES E ADEQUAÇÃO DO OBJETO DO EDITAL CREDENCIAMENTO 23.2015 PMT

EDITAL DE REAJUSTE DE VALORES E ADEQUAÇÃO DO OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 23/2015

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO REGIME DE MUTIRÃO

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, nesta cidade, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, representada por seu Secretário o Sr. ORLEI ADAZIR PEDRON, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- com supedâneo na Lei municipal nº 1.940/1997 (que estabelece regras para pavimentação sob o regime de mutirão) o Município de Timbó lançou em 02/03/2015 o Edital de Credenciamento nº 23/2015 para prestação de serviços de pavimentação por regime de mutirão, em diversas ruas do município;

- estes serviços são necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições da Administração;
- o Edital de Credenciamento nº 23/2015 (item 15.1.1- Das Disposições Gerais) estabelece a possibilidade de correção do valor do metro quadrado conforme ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS DO DNIT, verificadas as condições de mercado, após 12 meses de sua publicação;
- é admitida a adoção de índices específicos como critério de reajuste, conforme estabelece o art. 40, XI da Lei nº 8.666/1993 (Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: ... XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela);
- os valores constantes no item 1.4 do Edital de Credenciamento 23/2015 foram fixados em março de 2015 e por tanto, encontram-se defasados, tendo em vista que os insumos sofreram aumento considerável em seu valor de mercado, e o prazo de vigência do edital de credenciamento nº 23/2015 fora prorrogado até a data de 31/12/2016, de acordo com o previsto no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666;
- conforme preceitua o art.65, I "a" pode a administração modificar unilateralmente o contrato: "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos";
- após o credenciamento, a área técnica do município identificou a possibilidade de melhoria na execução com melhoria técnica e sem prejuízo financeiro, na inclusão de mais uma modalidade de execução do "meio fio" a ser avaliada conforme o caso concreto (projeto a ser executado);
- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições;
- continuam abertas as inscrições para as empresas que pretendem participar do credenciamento, nos termos de Edital de Credenciamento nº 23/2015;
- a administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população.

RESOLVE retificar o Edital de Credenciamento nº 23/2015, mediante as seguintes condições:

I - DO REAJUSTE DE VALORES E DA ADEQUAÇÃO DO OBJETO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO:

Por este termo, ficam retificados os valores constantes do quadro do item 1.4 do Edital Credenciamento nº 23/2015, bem como acrescidos do método de execução "extrusado" para fornecimento e colocação de meio fio de que tratam os subitens 1.7 e 2.4, passando a vigorar com a seguinte redação/valores:

Item	Qtde	Valor Unitário Proposto (R\$)	Und	Descrição
01		81,9000	M2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MEIO FIO, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME PROJETO
02		69,2000	M2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA (TIPO TIJOLÃO), COM FORNECIMENTO DE MEIO FIO, PELO SISTEMA DE MUTIRÃO, CONFORME PROJETO

Item	Descrição	Unid	Preço Unit. Com BDI
1	Pavimentação Asfáltica com base de brita graduada, espessura compactada = 20cm, com meio fio, com as seguintes características:		
1.1	Despesas Iniciais (ART, Placas de Obra)	m²	0,35
1.2	Regularização e compactação do sub leito	m²	1,66
1.3	Base de brita graduada, espessura compactada = 20cm	m²	27,85
1.4	Imprimação CM - 30	m²	3,21
1.5	Pintura de ligação RR - 2C	m²	1,75
1.6	Camada de revestimento com C.B.U.Q, faixa "C", espessura compactada = 5cm	m²	33,51
1.7	Fornecimento e colocação de meio fio de concreto pré-moldado (10/12)x25x100 cm e/ou meio fio de concreto extrusado	m²	9,83
1.8	Nivelamento das caixas coletoras e reassentamento das grelhas de ferro existente, inclusive fornecimento de matérias	m²	3,75
Total do Item por m²			R\$ 81,90

2	Pavimentação em lajotas pré-moldadas tijolão (15x25x8) cm, com meio fio, com as seguintes características:		
2.1	Despesas Iniciais (ART, Placas de Obra)	m²	0,85
2.2	Fornecimento e execução de colchão de areia média ou pó de brita, espessura = 15cm COMPACTADA e espalhamento sobre a lajota para rejunte, espessura de 2cm.	m²	10,60

2.3	Fornecimento e assentamento de pavimento pré-moldado, em lajota hexagonal, nas dimensões (25x25x8) cm, ou tijolo, nas dimensões (15x25x8)cm, com resistência mínima 35 Mpa (lajota prensada, não forma dormida)	m²	53,40
2.4	Fornecimento e colocação de meio fio de concreto pré-moldado (10/12)x25x100 cm e/ou meio fio de concreto extrusado	m²	4,06
2.5	Nivelamento das caixas coletoras e reassentamento das grelhas de ferro existentes, inclusive fornecimento de matérias	m²	0,29
Total do Item por m²			R\$ 69,20

II- DOS EFEITOS:

As alterações promovidas pelo presente edital, aplicam-se a partir de sua publicação, aos contratos de credenciamento existentes, bem como aos futuros credenciados durante a vigência do presente instrumento.

Os contratos de execução de pavimentação que, no momento da publicação deste edital, já tenham sido negociados com o valor pretérito, deverão ser executados nos moldes estabelecidos anteriormente.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Timbó dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto a Central de Protocolos da Prefeitura de Timbó/SC (Av. Getúlio Vargas, nº 700 –Centro, Timbó/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 23/2015.

III - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº 23/2015, e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Timbó/SC, 07 de junho de 2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/007-FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/007

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONVENIADO: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC

OBJETO: Cooperação técnica e financeira entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA para o desenvolvimento, pela CONVENIADA, do projeto "BAÚ DE HISTÓRIAS", através de 13 apresentações artísticas selecionadas para integrar a programação da Feira do Livro de Timbó 2016, realizada entre os dias 08 e 12 de junho de 2016, e a disponibilização de 3 avaliadores para os concursos de Declamação e Literário, promovidos pela Fundação Cultural de Timbó durante a realização da Feira do Livro de Timbó 2016.

VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

PRAZO: 07/06/2016 até 30/06/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015-DESPACHO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

DESPACHO

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 03/2015, especialmente no que tange o não cumprimento das obrigações editalícias.

Conforme consta dos autos, a empresa, vencedora do certame, pactuou com o Município que forneceria e instalaria parque infantil de para o Parque Natural Municipal Freymund Germer – Morro Azul, sob pena de pelo não cumprimento, ensejar na aplicação das sanções previstas no item 12.1 do Edital.

A empresa notificada via AR na data de 14/03/2016 não apresentou razões de defesa, tampouco justificativa pelo descumprimento, diante deste fato o Município de Timbó entrou diversas vezes em contato via telefone com o Sr. Ademir (sócio gerente da empresa), tendo este se comprometido a promover a instalação do parque.

A notificada, através do seu representante legal, por três vezes marcou data para realizar a instalação dos brinquedos, porém, apesar do Município deixar seus servidores a disposição para receber a empresa no Parque Natural Freymund Germer - Morro Azul, a mesma não compareceu. Após, o Município por diversas vezes tentou contatar com a empresa, porém não obteve êxito.

Desta forma, considerando que houve prática de infração administrativa às obrigações assumidas no contrato administrativo 2015/146, determinou-se a rescisão do contrato, a convocação do segundo colocado na licitação, a aplicação da penalidade de multa, bem como que a empresa recolha o material fornecido.

Apesar de devidamente notificada da decisão acima mencionada, a empresa não pagou a multa aplicada e tampouco recolheu o material, que se encontra no local da entrega até o presente momento, tendo em vista que o Município de Timbó não dispõe de local adequado para o armazenamento do mesmo.

De acordo com o artigo 1.275 do Código Civil, caso a empresa não venha recolher o material entregue, poderá perder a propriedade do

mesmo por abandono:

Art. 1.275. Além das causas consideradas neste Código, perde-se a propriedade:

I - por alienação;

II - pela renúncia

III - por abandono;

IV - por perecimento da coisa;

V - por desapropriação.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, os efeitos da perda da propriedade imóvel serão subordinados ao registro do título transmissivo ou do ato renunciativo no Registro de Imóveis.

De acordo com o doutrinador Antonio Carlos Morato:

No abandono tem-se, tacitamente, um comportamento que leva à conclusão de que o proprietário não mais tem interesse pelo bem, sendo o ânimo do proprietário fundamental em tais circunstâncias, ao possibilitar a verificação apenas de sua conduta externa, já que inexistente uma manifestação expressa no sentido de não mais desejar manter o bem consigo. É o caso de alguém que coloca para o lado de fora de sua residência, no local onde costuma se deixar o lixo, uma peça de roupa usada. Dessa forma, para quem abandona, pouco importa quem apreenda o bem, vez que o sobressai é seu comportamento de desinteresse em relação à coisa.

Assim, pode-se considerar o desinteresse da empresa notificada em recolher o material fornecido como abandono, ensejando a perda da propriedade do mesmo. Ressalta-se que o Município de Timbó não possui lugar adequado para o correto armazenamento dos brinquedos entregues pela empresa, portanto não pode ser responsabilizada em caso de dano ao material, tendo em vista que por diversas vezes pediu para empresa que recolha o material.

Diante do exposto, DETERMINA-SE que a empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME, recolha o material fornecido dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, ficando cientificada que caso não o faça, ensinará na perda da propriedade do mesmo, conforme o disposto no artigo 1.275 do Código Civil.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 27 de maio de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/005

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/005

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADO: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA

OBJETO: Cooperação técnica e financeira entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA para a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Contrato Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento/acolhimento de pessoas idosas a partir dos 60 anos de idade, que se encontram em condição inópia e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, encaminhados pelo CONVENIENTE.

VALOR: R\$ 3.380,00 (três mil oitocentos e oitenta reais) mensais por usuário internado.

PRAZO: 02/05/2016 até 30/04/2017.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/004

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/004

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADO: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA EPP

OBJETO: Cooperação técnica e financeira entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA para a execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades que constam de seu Contrato Social e Regimento Interno, principalmente no que tange ao atendimento/acolhimento de pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental com idade entre 18 e 59 anos, que se encontram em condição inópia e necessitam de cuidados, de ambos os sexos, encaminhados pelo CONVENIENTE.

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) mensais por usuário internado.

PRAZO: 02/05/2016 até 30/04/2017.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Três Barras

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 536/L/2016

PORTARIA N. 536, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA LEVANTAMENTO DE BENS INSERVÍVEIS.

LAUDECIr JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR os servidores Joel Antonio Voigt, Ernani Wogeinaki Júnior, Claudete da Silva e Eli Margareth Streit Abuda, para compor Comissão Especial, com a finalidade de proceder ao levantamento de bens inservíveis da Câmara de Vereadores, dispondo de 15 (quinze) dias, a contar da data desta Portaria, para a conclusão dos trabalhos.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC em 14 de Junho de 2016.

Laudecir José Gonçalves

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara de Vereadores e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 14 de Junho de 2016.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 100/2016

PORTARIA Nº 100/16 DE 13 DE JUNHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, no dia 13 de junho de 2016, o Sr. WAGNER FRANCISCO DA SILVA COUSEN, CPF nº 001.534.100-35 e identidade nº 5051268737, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme Portaria de Nomeação nº 013/16 de 07 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 13 DE JUNHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

1914

LEI Nº 1914 DE 09 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAÇO SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros em forma de subvenção a entidades legalmente constituídas no Município e Comarca de Trombudo Central, para projetos cadastrados no CMDCA na forma de cofinanciamento com recursos do FIA, referente ao ano de 2016.

Art. 2º - Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior destinam-se as seguintes entidades:

§ 1º - Grupo Detalhe de Teatro e Produções Artísticas.

CNPJ nº 09.370.752/0001-19

Projeto: Isso não é brincadeira - Teatro.

R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

§ 2º - APP do Colégio Estadual Dr. Hermann Blumenau.

CNPJ nº 83.548.826/0001-17

Projeto: Sorria você esta em segurança.

R\$ 7.796,00 (sete mil setecentos e noventa reais).

§ 3º - APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

CNPJ nº 79.369.310/0001-38

Projeto: Avaliação e acompanhamento de desenvolvimento infantil de 0 á 6 anos de idade.

R\$ 3.816,72 (três mil oitocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos).

§ 4º - Associação Desportiva e Cultural Inclusão Social.

CNPJ nº 12.917.213/0001-61

Projeto: Inclusão Social através da pratica desportiva na modalidade de Judô.

R\$ 7.999,98 (sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Art. 3º - A despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação: 08.05.2037 – Fundo da Infância e Adolescência

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 – 0117 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 90/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 72/2016

Processo de Compra Nº.: 90/2016

Pregão Presencial nº: 72/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 1(um) ROMPEDOR HIDRÁULICO NOVO, ANO 2016, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 900 KG, DIÂMETRO DA FERRAMENTA (PONTEIRO) MÍNIMO DE 100 MM, PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMO DE 100 KGF/CM², CAPACIDADE DE FREQUÊNCIA DE GOLPES DE NO MÍNIMO 300 BPM, COM KIT HIDRÁULICO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO EM ESCAVADERIA HIDRÁULICA, de acordo com CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000808- PROCESSO Nº ADR31 00000488/2016, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos

Entrega das propostas e Credenciamento até 14h30min do dia 28 de junho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 15 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 91/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 73/2016

Processo de Compra Nº.: 91/2016

Pregão Presencial nº: 73/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 0 km, ANO E MODELO 2016, 06 CILINDROS, TURBINADO, TRUCADO E TRAÇADO 6X4, COM MÍNIMO DE 330 CV DE POTÊNCIA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS A AR COM ESTACIONÁRIO, PESO BRUTO TOTAL MÍNIMO 22.000 KG, E 1(UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA, MOTOR A DIESEL, COM 04 (QUATRO) CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 118 HP, TURBO ALIMENTADO, CABINE PRESSURIZADA CONTENDO AR CONDICIONADO, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17000 KG, CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016.

Entrega das propostas e Credenciamento até 15h30min do dia 28 de junho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 15 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 40/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 40/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2016
Tipo : Menor Preço/por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, em atendimento ao Contrato de Repasse nº 1.031655-26/2016/MDA/CAIXA.
Entrega dos Envelopes: 14:15 horas do dia 29 de junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 29 de junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (049) 3348 1202 ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 16 de junho de 2016.
EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL Nº 26/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	26/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	VIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA ME
Objeto :	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA REFORMA GERAL DA RETROESCAVADEIRA RANDON RK406B
Valor :	R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).
Vigência :	Início: 07/06/2016 Término: 31/12/2016.
UNIÃO DO OESTE, 07 de junho de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 003/2016

CONTRATO Nº: 003/2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE/SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME

CNPJ: 20.612.502/0001-80

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a execução da Terceira Etapa da sede da Câmara de Vereadores de União do Oeste, incluindo material e mão de obra.

VALOR: R\$ 99.503,74 (Noventa e nove mil quinhentos e três reais e setenta e quatro centavos).

BASE LEGAL: Tomada de Preços Nº. 001/2016.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 13/06/2016 à 12/09/2016.

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL 51 2016 PMU PR 33 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016/PMU

Objeto: aquisição de serviços e peças para manutenção de bomba injetora para máquinas e veículos. Entrega dos envelopes: até as 10h30 dia 28/06/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 10h30 dia 28/06/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EDITAL PL 50 2016 PMU PR 32 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016/PMU

Objeto: aquisição de serviços e peças para recuperação da concha da escavadeira hidráulica E215B. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 28/06/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: 09h30 dia 28/06/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br.

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 96/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contrato: 96/2016/FMS
Data de assinatura: 15/06/2016
Processo de Licitação: 10/2016/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS
Contratado: RENATA ALCOFORADO LACERDA DA SILVA - ME
CNPJ/CPF: 14.220.183/0001-65
Objeto: fornecimento de persianas vertical em PVC.
Valor Global: R\$ 2.261,75 (25%)

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 25, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o art. 190, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 25, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

TRANSFORMA EM SESSÃO SOLENE A VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE NO DIA 5 DE JULHO DE 2016.

Art. 1º Transforma em Sessão Solene a Vigésima Terceira Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 5 de julho de 2016, para entrega de honrarias aos seguintes homenageados: Arnaldo Jesus Bez Batti – Diploma do Mérito; Dorivaldo Apolinário João – Cidadania Honorária; João Luiz Piva – Cidadania Honorária; Jorge Luiz da Silva – Cidadania Honorária; Luiz Carlos Zen – Cidadania Honorária; Marcia Reis Neves Marques Costa – Cidadania Benemerita; Maria de Los Angeles Morejon Luis – Cidadania Honorária; Murilo João Nesi – Cidadania Benemerita; Padre Jiovani Manique Barreto – Cidadania Benemerita; Rádio e Fundação Marconi – Diploma do Mérito; Ruberval Francisco Pilotto – Medalha do Mérito; Valdir de Bettio – Cidadania Benemerita.

Parágrafo único. A Sessão Solene de que trata o caput deste artigo será realizada na Sociedade Recreativa Urussanga, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 90, Centro, em Urussanga – SC.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 14 de junho de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos

Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 14 de junho de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

SESSÃO SOLENE - CONVITE

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, juntamente aos demais Vereadores, convidam para a Vigésima Terceira Reunião Ordinária, transformada em Sessão Solene em razão da entrega de honrarias aos seguintes homenageados:

Arnaldo Jesus Bez Batti – Diploma do Mérito;

Dorivaldo Apolinário João – Cidadania Honorária;

João Luiz Piva – Cidadania Honorária;

Jorge Luiz da Silva – Cidadania Honorária;

Luiz Carlos Zen – Cidadania Honorária;

Maria de Los Angeles Morejon Luis – Cidadania Honorária;

Murilo João Nesi – Cidadania Benemerita;

Padre Jiovani Manique Barreto – Cidadania Benemerita;

Rádio e Fundação Marconi – Diploma do Mérito;

Valdir de Bettio – Cidadania Benemerita;

a realizar-se no dia cinco de julho de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na Sede da Sociedade Recreativa Urussanga, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 90, Centro, em Urussanga – SC.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 022/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato n° 022/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato n° 022/2016.

Vargeão SC, 15 de junho de 2016.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	19.737.952,26	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.935.322,40	50,34
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.842.771,36	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.250.632,79	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.000.841,05	-20,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.685.542,71	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.342.349,50	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.158.072,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.381.656,66	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.479.380,55	3.650.678,81

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/06/2016

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.431.884,62	19.737.952,26	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.275.014,62	4.342.349,50	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.847.513,15	3.908.114,55	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/06/2016

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.457.146,74	4.000.841,05	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.457.146,74	4.227.128,20	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	226.287,15	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.457.146,74	-4.000.841,05	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.431.884,62	19.737.952,26	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-12,64%	-20,27%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	23.318.261,54	23.685.542,71	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.986.435,39	21.316.988,44	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	92.186,50	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	315.487,28	2.737.356,29	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

VARGEM BONITA, 15/06/2016

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

FONTE:

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.737.952,26	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.158.072,36	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.842.265,13	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.381.656,66	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 15/06/2016

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL



RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

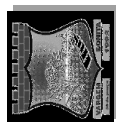
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)			
		De Exercícios Anteriores	(b)						
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)			
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Fundo Especial do Petróleo e Transf. Decorrentes de Compensação Outras Transferências do FNDE Salário Educação Transferências de Convênios - Estado/Educação Transferências de Convênios - Estado/Outros Transferências de Convênios - Saúde Transferências de Convênios - União/Outros Transferências de Convênios - União/Saúde Transferências do FUNDEB - 60% Transferências do FUNDEB- 40% Transferências do SUAS/Estado Transferências do SUAS/União Transferências do SUS/Estado Transferências do SUS/União	87,10	0,00	0,00	0,00	0,00	87,10	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.878,08	0,00
	11.669,72	0,00	6.062,00	0,00	0,00	0,00	5.617,72	0,00	0,00
	19.205,45	0,00	855,60	0,00	0,00	0,00	18.349,85	5.112,24	0,00
	17.155,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.155,45	0,00	0,00
	20.136,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.136,44	4.903,14	0,00
	298.935,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	298.935,07	675.074,72	0,00
	15.066,77	0,00	0,00	35.566,77	0,00	0,00	(20.500,00)	0,00	0,00
	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(31.008,02)	0,00	19.577,39	0,00	18.482,65	0,00	(69.068,06)	61.100,00	0,00
	166.547,91	0,00	1.668,10	0,00	0,00	0,00	164.879,81	121.198,61	0,00
	3.327,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.327,27	1.690,00	0,00
	28.627,56	0,00	244,00	0,00	0,00	0,00	28.383,56	348,81	0,00
	11.064,33	0,00	3.514,88	0,00	0,00	0,00	7.549,45	2.079,90	0,00
	49.300,06	0,00	10.957,91	0,00	0,00	0,00	38.342,15	2.149,37	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	810.115,11	0,00	42.869,88	35.566,77	18.482,65	713.195,81	950.494,87	0,00
Recursos de Impostos - 15% Saúde Recursos de Impostos - 25% Educação Recursos Ordinários Recursos Ordinários Recursos Ordinários Recursos Ordinários	3.064,85 (32.157,39)	0,00	62.222,36 15.635,88	0,00	0,00	29.548,10 11.922,19	(88.705,61) (59.715,46)	304.642,21 37.323,99	0,00 0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.665,00	0,00
	3.442.105,42	0,00	0,00	0,00	0,00	32.233,56	3.409.871,86	0,00	0,00
	4.000,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,21	0,00	0,00
	0,00	0,00	105.559,03	222.408,97	0,00	0,00	(327.968,00)	1.179.254,48	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.417.013,09	0,00	183.417,27	222.408,97	73.703,85	2.937.483,00	1.528.885,68	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	4.227.128,20	0,00	226.287,15	257.975,74	92.186,50	3.650.678,81	2.479.380,55	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
VARGEM BONITA, 15/06/2016

Continuação 2/2
R\$ 1,00

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI Prefeita Municipal	DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O	SUÉLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças
---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

ANEXOS REF. AO 1º QUADRIMESTRE 2016 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		9.935.322,40	0,00	
Pessoal Ativo		9.733.966,52	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionista		201.355,88	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		9.935.322,40	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		19.737.952,26	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		9.935.322,40	50,34	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		11.842.771,36	60,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		11.250.632,79	57,00	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		10.658.494,22	54,00	
FONTE:				

VARGEM BONITA, 15/06/2016

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita MunicipalDORNELES ANTONIO PELICIONI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/OSUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº.50/2016 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO COMPUTADORES

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 50/2016

OBJETO: Constitui objeto desta licitação contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de computadores da Administração, Escolas, Saúde, Agricultura e demais fundos, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 50/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada na Avenida Jorge Lacerda, nº 1180 – Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, Brasil, iniciando-se no dia 28/06/2016 às 09 horas e será conduzido pelo Pregoeiro, designado nos autos do processo em epígrafe.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 15 de junho de 2016
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TP Nº 07/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 20 de Junho de 2016 às 09:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA NO ANTIGO PRÉDIO ONDE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTAVA INSTALADA, COM ÁREA DE 243,00m², PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO.

Videira, 15 de Junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 10 dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.031/16

DECRETO Nº 13.031/16, DE 10 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 405.167,88 (quatrocentos e cinco mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e oito centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 – Fundo Municipal da Saúde

2.064 – Ações de Alta e Média Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 - Aplicações diretas R\$ 300.000,00

3.3.91.00.00.00.00.00.03.0064.20 - Aplicações diretas R\$ 20.167,88

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 – Fundo Municipal da Saúde

2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 - Aplicações diretas R\$ 30.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.03.0066.18 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 – Fundo Municipal da Saúde

2.068 – Assistência farmacêutica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações diretas R\$ 50.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 405.167,88

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015 e excesso de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

PORTARIA Nº 0468/16

PORTARIA nº 0468/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e a vista do que consta no Mem. 056/15DEPLD,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora GIZELI APARECIDA LOAT PEDROSO, Enfermeira - ESF, a partir do dia 02 de junho de 2016 até 29 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de junho de 2016.

Videira, 07 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0471/16

PORTARIA nº 0471/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10293/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora SILVANA MAFI SCHMITT, Zelador, a partir de 20 de junho de 2016 até 20 de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2000 até 01 de maio de 2005.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 20 de junho de 2016.

Videira, 09 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0472/16

PORTARIA nº 0472/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4590/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora CATIA MARIA BOCCA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 13 de junho de 2016 até 13 de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 05 de junho de 2011 até 04 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 13 de junho de 2016.

Videira, 09 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0473/16

PORTARIA Nº 0473/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00043/16-0, nos assentos funcionais da servidora ANTONINHA MORAIS DE OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 5486, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10752/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora ANTONINHA MORAIS DE OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 5486, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto

Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00043/16-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 13 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 24/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 11/07/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 15 de junho 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 03/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2016 – FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA NO ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BAIRRO FLORESTA, ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 161,37M² e ÁREA DA REFORMA: 542,85M², PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E SAÚDE, CONFORME MEMORIAL E PROJETOS. Restando HABILITADAS as empresas Construtora Edificação Ltda – ME, Martini e Franciscatto Engenharia Ltda EPP, Felipe Bruschi Engenharia Ltda ME, Mendes e Suckow Engenharia e Construção Ltda, Fundamento Construtora Ltda, Palazzo Construtora Ltda ME, Ademir Luiz Bogoni EPP, Chave Certa Casa e Construção Eireli ME e Reger Engenharia e Construção Ltda EPP. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Videira, 15 de junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE MAIO DE 2016**DECRETO 11.120/14****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MAIO DE 2016**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU		4.915.829,11		
1.2 - ITBI		620.068,74		
1.3 - ISS		4.268.676,72		
1.4 - IRRF		900.066,07		
1.5 - FPM		8.900.991,49		
1.6 - ITR		546,55		
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO		63.814,90		
1.8 - ICMS		15.791.630,48		
1.9 - IPVA		2.577.053,81		
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO		240.349,94		
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS		247.246,59		
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS		180.091,69		
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS		38.706.366,09		
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)		5.805.954,91		
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO		3.812.304,02		
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO		3.300.881,90		
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE		0,00		
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE		0,00		
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE		333.724,81		
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE		206.599,83		
TOTAL		13.459.465,47		
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	5.805.954,91	6.298.951,49	16,27	492.996,58
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	7.113.185,92	2.338.475,20	32,88	-4.774.710,72
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	540.324,64	180.865,33	33,47	-359.459,31
TOTAL	13.459.465,47	8.818.292,02		-4.641.173,45

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 15 de Junho de 2.016.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 029/2016

Processo de Licitação 029/2016

Modalidade: Pregão 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 28 de Junho de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 16 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 097/2016

PORTARIANº 097/2016

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CLAUDIONIR ZIMERMMANN

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 053/2016, de 15 de março de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 01 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 15 DE JUNHO DE 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 01472014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0147/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.

Contratado: Mascarello, Fontana & Cia Ltda EPP.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 15.

Fica reajustado o valor em 5% do km rodado, passando a ser o valor da Linha 15 em R\$ 2,38 por Km rodado, a partir do mês de junho de 2016, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer Jurídico anexos ao processo.

Xanxerê-SC, 15 de junho 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0032/2012

Extrato 8º Aditivo ao Contrato nº 0032/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Bolognesi Engenharia Ltda.

Objeto: Construção de parte do esgotamento sanitário.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário para até 31/12/2016, contados a partir de 03/04/2016.

Xanxerê-SC, 02 de abril de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3847/2016

LEI Nº AJG 3847/2016

(Origem Projeto de Lei Nº AJG 013/2016)

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ SC, O SERVIÇO de proteção Especial SOCIAL de alta complexidade, modalidade FAMÍLIA ACOlhEDORA Para idosos e adultos com deficiência, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, na modalidade de Família Acolhedora de Idosos e Adultos com Deficiência em situação de privação temporária do convívio com a família de origem, como parte inerente da política de Assistência Social do Município de Xanxerê/SC, atendendo ao que dispõe a Política Nacional de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à garantia dos direitos do idoso previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003e dos direitos de pessoas com deficiências contidos no Decreto nº 6.949, de agosto de 2009.

Art. 2º. O Serviço de Família Acolhedora constitui-se na guarda de idosos e adultos com deficiência, por famílias previamente cadastradas e habilitadas no Serviço, residentes no Município de Xanxerê/SC, que tenham condições de recebê-los e mantê-los condignamente, garantindo a manutenção dos direitos básicos, oferecendo

meios necessários à saúde, alimentação e convívio social com acompanhamento direto da Equipe Técnica do Serviço, bem como dos órgãos de fiscalização.

Art. 3º. Considera-se público do serviço toda pessoa com idade igual ou superior a 60 anos que possua direito violado e/ou vínculos familiares rompidos ou fragilizados e os maiores de 18 anos, portadores de deficiência com impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que estejam impossibilitadas de conviver com família biológica, desde que, em todos os casos, sejam residentes no município de Xanxerê/SC.

Art. 4º. Para os efeitos desta Lei compreende-se por situação de privação temporária do convívio com a família de origem os casos de violação ou ameaça a direitos, casos de abandono, negligência, maus tratos, ameaças e violação dos direitos fundamentais por parte dos responsáveis, destituição, suspensão ou perda do poder familiar, desde que verificada a impossibilidade de colocação sob responsabilidade da família extensa.

Art. 5º. O Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, modalidade Família Acolhedora para Idosos e Adultos com Deficiência objetiva:

I – garantir aos idosos e adultos com deficiência, que necessitem de proteção, o acolhimento provisório em famílias acolhedoras, dando prioridade à efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e principalmente à convivência familiar e comunitária;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno do acolhido;

III - oportunizar aos atendidos pelo Serviço de Família Acolhedora, acesso aos serviços públicos na área da educação, saúde, profissionalização ou outro serviço necessário, assegurando assim seus direitos constitucionais;

IV - contribuir na superação da situação vivida com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar.

Art. 6º. O Serviço de Família Acolhedora atenderá idosos e adultos com deficiência do Município de Xanxerê/SC, que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência e em situação de abandono) e que necessitem de proteção, sempre com autorização judicial.

Art. 7º. Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento do idoso ou do adulto com deficiência, encaminhando-o para a inclusão no Serviço de Família Acolhedora e punindo na forma da Lei os responsáveis pelas violações de direitos.

CAPÍTULO II

DOS PARCEIROS

Art. 8º. O Serviço ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo parceiros:

I – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

II - Conselho Municipal do Idoso;

III - Conselho Municipal de Assistência Social;

IV – Poder Judiciário;

V – Ministério Público Estadual.

Art. 9º. O público cadastrado no Serviço receberá:

- I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas públicas existentes;
- II - acompanhamento psicossocial pelo Serviço de Família Acolhedora;
- III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade.

CAPÍTULO III CADASTRO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Art. 10. A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Família Acolhedora, será gratuita e realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, apresentando os documentos:

- I - Carteira de Identidade e CPF;
- II - Certidão de Nascimento ou Casamento;
- III - Comprovante de Residência;
- IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara Criminal da Comarca de Xanxerê/SC, Juizado Especial Criminal e da Polícia Civil.

Parágrafo Único - Não se incluirá no Serviço família com vínculo de parentesco com pessoa em processo de acolhimento.

Art. 11. As pessoas interessadas em participar do Serviço deverão atender aos seguintes requisitos:

- I - não estar respondendo a processo judicial nem apresentar potencialidade lesiva para figurar no cadastro;
- II - ter moradia fixa no Município de Xanxerê/SC há mais de 02 (dois) anos;
- III - ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio ao acolhido;
- IV - ter idade entre 21 (vinte e um) e 60 (sessenta) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
- V - gozar de boa saúde física e mental;
- VI - apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 anos que vivem no lar;
- VII - apresentar parecer psicossocial favorável.

§ 1º. A seleção entre as famílias inscritas será feita através de estudo psicossocial, de responsabilidade da Equipe Técnica do Serviço de Família Acolhedora de Adultos com Deficiência e Idosos.

§ 2º. O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 3º. Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Serviço, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Serviço de Família Acolhedora.

§ 4º. Em caso de desligamento do Serviço, a família cadastrada deverá fazer solicitação por escrito.

Art. 12. As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientados sobre os objetivos do Serviço, sobre a recepção, manutenção e o desligamento dos acolhidos.

Parágrafo Único - A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

- I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;
- II - participação nos encontros de estudo e troca de experiências com todas as famílias, com abordagem ao Estatuto do Idoso, bem como à legislação relacionada aos adultos com deficiência, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares,

curatela, medida de colocação em família extensa, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - participação em cursos e eventos de formação/capacitação.

CAPÍTULO IV PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 13. O período de acolhimento será o mínimo necessário para o retorno do acolhido à família de origem e/ou família extensa.

Parágrafo Único - O tempo máximo de permanência na família cadastrada no Serviço não deverá ultrapassar 12 (doze) meses, salvo situações extremamente excepcionais, a critério da autoridade judiciária, em decisão fundamentada.

Art. 14. Os profissionais do Serviço efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades do idoso ou adulto com deficiência e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

Art. 15. Cada família deverá acolher somente um adulto ou idoso por vez, salvo se entre os acolhidos houver vínculo parentesco e o acolhimento conjunto for recomendável.

Art. 16. O encaminhamento do adulto com deficiência e do idoso ao serviço de acolhimento ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Responsabilidade e ou Curatela se necessário, concedida à Família Acolhedora, determinada judicialmente.

Parágrafo Único - Caso o idoso ou adulto deficiente acolhido receba algum tipo de benefício previdenciário - BPC (LOAS) ou outro - e não possua condições de gerir o referido benefício, deverá ser nomeado um curador especial em juízo, podendo ser membro responsável da família acolhedora, que administrará o benefício recebido, que deverá ser utilizado em prol do idoso ou adulto deficiente, prestando contas dos gastos, com os devidos comprovantes das despesas realizadas, sob pena de incorrer nas sanções criminais e civis cabíveis. A cessação da curatela, quando exercida pelo acolhedor, dar-se-á no momento do término do acolhimento.

Art. 17. Os Técnicos do Serviço acompanharão todo o processo de acolhimento através de visitas domiciliares e encontros individuais ou em grupos, com objetivo de facilitar e contribuir com o processo de adaptação do acolhido e da família acolhedora.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de reinserção do idoso ou adulto acolhido junto à família de origem ou família extensa, quando esgotados os recursos disponíveis, a Equipe Técnica deverá encaminhar ao Ministério Público um relatório circunstanciado para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 18. A família acolhedora será previamente informada quanto à previsão do tempo de duração do acolhimento.

Art. 19. O término do acolhimento se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem, através das seguintes medidas:

- I - acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o acolhimento;
- II - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento, atendendo às suas necessidades;
- III - orientação e supervisão do contato entre a família acolhedora e a família de origem;
- IV - envio de ofício ao Ministério Público e ao Poder Judiciário da Comarca de Xanxerê/SC, comunicando quando do desligamento da família de origem do Serviço.

Art. 20. A escolha da família acolhedora caberá à Equipe Técnica do Serviço, após determinação judicial.

CAPITULO V RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 21. A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelo acolhido (durante período de acolhimento), responsabilizando-se pelo que se segue:

- I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e social ao idoso ou adulto com deficiência;
- II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;
- III - prestar informações sobre a situação do acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;
- IV - contribuir na preparação do acolhido para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço;
- V - nos casos de não adaptação, a família procederá à desistência formal do acolhimento, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o qual será providenciado pela equipe técnica do Serviço;
- VI - a transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

CAPITULO VI DO SERVIÇO

Art. 22. O Serviço de Família Acolhedora para idosos ou adultos com deficiência contará com equipe composta por:

- I – Coordenador de nível superior;
- II - Assistente Social;
- III - Psicólogo;
- IV - Assessor Jurídico;
- V – Auxiliar Administrativo;
- VI – Motorista.

§ 1º – a carga horária mínima de 30h semanais por profissionais da equipe técnica, sendo que a cada 20 (vinte) acolhidos no Serviço de Acolhimento Familiar Provisório deverá ser acrescido 01 (um) profissional da Assistência Social, 01 (um) psicólogo, e/ou outros profissionais conforme a necessidade.

§ 2º - a contratação e capacitação da Equipe Técnica são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 23. A Equipe prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, ao acolhido e à família de origem, com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – Todo o processo de acolhimento e reintegração familiar será acompanhado pela Equipe Técnica, que será responsável por cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras, antes, durante e após o acolhimento, seguindo atribuições específicas para cada função de acordo com normatizações legais.

Art. 24. O acompanhamento à família acolhedora acontecerá na forma que segue:

- I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e a família conversam informalmente sobre a situação, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;
- II - atendimento psicossocial;
- III - presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

Art. 25. O acompanhamento à família de origem, à família acolhedora, ao adulto com deficiência e ao idoso em acolhimento e o

processo de reintegração familiar será realizado pelos profissionais do Serviço.

§ 1º. Os profissionais acompanharão as visitas entre acolhido/família de origem/família acolhedora, a serem realizados em espaço físico neutro a critério da equipe técnica.

§ 2º. A Equipe Técnica fornecerá ao Juízo relatório bimestral sobre a situação do acolhido e sempre que necessário.

§ 3º. Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre o caso e informará quanto à possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como poderá ser solicitada a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 4º. Todo processo de acolhimento e reintegração familiar se dará por autorização judicial, nos termos da Lei.

CAPITULO VII DA ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 26. O Serviço de Família Acolhedora de Idosos e Adultos Deficientes, contará com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 27. A gestão do serviço deverá contar com espaço físico condizente com as atividades da Equipe Técnica.

Parágrafo único – A família acolhedora deverá contar com espaço residencial em condições de habitabilidade.

CAPITULO VIII DO BENEFÍCIO FINANCEIRO

Art. 28. As famílias cadastradas no Serviço, independentemente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por acolhido, nos seguintes termos:

I - nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento proporcional ao tempo de acolhimento;

II - nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio-acolhimento integral a cada 30 dias de acolhimento;

III – na hipótese da família acolher mais de uma pessoa caberá o pagamento de um benefício para cada acolhido.

Art. 29. O auxílio-acolhimento será repassada através de depósito em conta bancária informada à Equipe Técnica do Serviço no momento do cadastramento.

Parágrafo único – O valor do auxílio-acolhimento será equivalente a 1,5 salários mínimos (um salário mínimo e meio), conforme valor do salário mínimo nacional.

Art. 30. O auxílio-acolhimento será repassada às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento do idoso ou adulto com deficiência e será subsidiada pelo Município de Xanxerê/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Parágrafo Único - A Família Acolhedora configura-se na condição de trabalho de caráter voluntário, não gerando nenhum vínculo empregatício ou de ordem profissional, com o órgão executor do Serviço, contando com o suporte da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS tendo como referência a Gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 31. Havendo a necessidade de concessão de benefícios eventuais caberá a análise ao profissional da Equipe Técnica a aplicação

da Lei Municipal vigente que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais de Assistência Social no âmbito da Administração Municipal de Xanxerê.

Art. 32. A família acolhedora que tenha recebido o auxílio-acolhimento e não tenha cumprido com as prerrogativas desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Parágrafo Único – Compete à Equipe Técnica do Serviço de Família Acolhedora acompanhar e denunciar os casos de descumprimento da presente Lei pelas famílias acolhedoras, bem como o atendimento aos direitos dos acolhidos.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas por ocasião da regulamentação da presente Lei implicará no desligamento da família acolhedora do Serviço, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

Art. 34. Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal em até 30 (trinta) dias a contar da data publicação.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3260/2010, de 01 de dezembro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
13 de Junho de 2016
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

LEI Nº AJG 3848/2016

LEI Nº AJG 3848/2016
(Origem Projeto de Lei Nº AJG 014/2016)

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ SC, O SERVIÇO de proteção Especial SOCIAL de alta complexidade, modalidade FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

CAPÍTULO I DO SERVIÇO

Art. 1º. Fica instituído o Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade na modalidade Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Município de Xanxerê SC, para atender às disposições do art. 227, caput, e seu § 3º, inciso V, e § 7º da Constituição Federal, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Xanxerê SC, de Proteção Social Especial da Alta Complexidade, que visa propiciar o Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial, com os seguintes objetivos:

- I - reconstrução de vínculos familiares e comunitários, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária;
- II - oferta de atenção especial às crianças e adolescentes, bem como às suas famílias, através de trabalho psicossocial em conjunto com as demais políticas sociais, visando preferencialmente o retorno da criança e do adolescente de forma protegida à família

de origem;

III - rompimento do ciclo da violência e da violação de direitos;

IV - inserção e acompanhamento sistemático na rede de serviços, visando à proteção integral da criança e/ou adolescente e de sua família;

V - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Art. 2º. As crianças e adolescentes somente serão encaminhados para a inclusão no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora através de determinação da autoridade judiciária competente.

§ 1º. Fica estabelecido que o primeiro encaminhamento da criança e/ou adolescente que necessitar de proteção social especial de alta complexidade, no Município de Xanxerê, será a acolhida no Serviço de Acolhimento Institucional; cabendo às Equipes Técnicas do Acolhimento Institucional e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora as devidas providências para os pedidos judiciais e encaminhamentos;

§ 2º. Em cumprimento ao disposto nas Orientações Técnicas, Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e no Estatuto da Criança e do Adolescente, podem ser inseridas em Família Acolhedora todas as crianças e adolescentes de 00 (zero) a 17 (dezesete) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, sem quaisquer tipos de restrições.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Art. 3º. A Gestão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora fica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e sua execução se dará através dos serviços públicos e da rede de organização sócio assistencial, tendo como principais parceiros:

- I - Poder Judiciário;
- II - Ministério Público;
- III - Conselho Tutelar;
- IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - Conselho Municipal de Assistência Social;
- VI - Conselho Municipal de Saúde;
- VII - Conselho Municipal de Educação;
- VIII - Conselho Municipal de Habitação;
- IX - Outros Conselhos de políticas correlatos que vierem a ser criados;
- X - Secretarias Municipais;
- XI - Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º. Compete aos executores do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras:

- I - selecionar e capacitar as famílias ou indivíduos que serão habilitados como "Família Acolhedora";
- II - receber a criança ou o adolescente na sede do serviço, após a aplicação da medida de proteção pelos órgãos competentes, preparando a criança ou o adolescente para o encaminhamento à Família Acolhedora;
- III - acompanhar o desenvolvimento da criança/adolescente na Família Acolhedora;
- IV - acompanhar sistematicamente a Família Acolhedora;
- V - atender e acompanhar a família de origem, visando a reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta;
- VI - garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou o adolescente nos casos em que não houver proibição do Poder Judiciário.

CAPÍTULO III DOS REQUISITOS, INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS CANDIDATAS AO ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 5º. São requisitos para que as famílias se inscrevam e participem do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:

- I - o(s) responsável(is) deve(m) ser maiores de 24 anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
- II - obter a concordância de todos os membros da família, independente da idade;
- III - ter disponibilidade de tempo, demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e adolescentes;
- IV - ser residente no Município de Xanxerê SC por, no mínimo, 2 (dois) anos;
- V - apresentar idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental e demonstrar interesse em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem estar;
- VI - não apresentar problemas psiquiátricos ou de dependência de substâncias psicoativas;
- VII - possuir disponibilidade para participar do processo de habilitação e das atividades do serviço;
- VIII - não manifestar interesse por adoção da criança e do adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras;
- IX - não estar inscrito no Cadastro Nacional de Adoção; (Declaração emitida pelo órgão competente);
- X - receber parecer Psicossocial favorável, expedido pela equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, elaborado a partir de instrumentais técnicos operativos, conforme disposto em protocolo próprio aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Parágrafo Único. A condição de Família Acolhedora é de caráter voluntário não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço e contará com o aparato da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Art. 6º. A inscrição das famílias interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será gratuita e permanente, realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, a partir da apresentação dos documentos abaixo indicados:

- I - ficha de Cadastro (Modelo Fornecido pelo Serviço Família Acolhedora);
- II - se forem casados apresentar certidão de casamento;
- III - atestado médico comprovando saúde física e mental do(s) responsável(is);
- IV - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família maiores de 18 anos;
- V - comprovante de residência (conta de luz ou água e/ou contrato de locação do imóvel);
- VI - cópia de RG e CPF;
- VII - comprovante de rendimentos do grupo familiar;
- VIII - declaração do banco com número da agência e conta em nome do responsável.

Art. 7º. É obrigatória a entrega da documentação sob protocolo, na sede do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 8º. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, e emissão do parecer psicossocial favorável, a família assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, juntamente com a coordenação e o gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

Art. 9º. A Família Acolhedora, sempre que possível, será previamente informada com relação à previsão de tempo de duração do acolhimento, considerando as disposições do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, devendo ser informada que a duração do acolhimento pode variar de acordo com a situação apresentada.

Art. 10. As famílias selecionadas receberão acompanhamento e preparação contínua através da Equipe Técnica do Serviço, sendo orientados sobre os objetivos do Serviço, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças ou adolescentes.

Art. 11. O acompanhamento das famílias cadastradas será feito através de:

- I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;
- II - obrigatoriedade de participação nas reuniões encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;
- III - participação em cursos e eventos de formação/capacitação, promovidos pelo Serviço Família Acolhedora;
- IV - supervisão e visitas periódicas da Equipe Técnica do Serviço.

Art. 12. A família poderá ser desligada do serviço:

- I - por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta;
- II - em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos no art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;
- III - por solicitação por escrito da própria família;
- IV - quando a família cadastrada não quiser mais atuar como Família Acolhedora deverá assinar o Termo de Desligamento;
- V - em qualquer caso de desligamento será realizado o acompanhamento psicossocial da família acolhedora após o desligamento da criança ou adolescente, atendendo às suas necessidades.

CAPÍTULO IV DO ACOLHIMENTO

Art. 13. A família acolhedora poderá acolher apenas uma criança ou um adolescente de cada vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

Parágrafo Único. Somente quando a criança ou adolescente for desacolhido, a família acolhedora poderá acolher outra criança ou adolescente.

Art. 14. A autoridade judiciária competente deferirá a guarda provisória da(s) criança(s) e/ou adolescente(s) acolhido(s) à família acolhedora.

Parágrafo Único. A revogação da guarda provisória será deferida pela autoridade judiciária competente, a partir da sugestão/avaliação da equipe interdisciplinar do Serviço.

Art. 15. As famílias acolhedoras, as extensas e as de origem, receberão acompanhamento e capacitação contínuos.

CAPÍTULO V DAS COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 16. Compete à Família Acolhedora:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos do artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar do processo de acompanhamento e capacitação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

III - prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido à equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV - contribuir na preparação da criança ou adolescente para retorno à família de origem, ou extensa, e na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da equipe interdisciplinar.

Art. 17. Nos casos de inadaptação, a família procederá à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, que será determinado pela autoridade judiciária.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACO- LHEDORA

Art. 18. A Gestão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

Art. 19. A Equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será composta conforme preconiza a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/SUAS), por:

I - Um Coordenador de nível superior;

II - Equipe Técnica de nível Superior interdisciplinar composta por Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e Assessor Jurídico;

III - Motorista;

IV - Assistente Administrativo.

Parágrafo Único. Outros profissionais poderão fazer parte da Equipe Técnica e do Serviço, de acordo com a necessidade.

Art. 20. São obrigações da Coordenação e da Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, cumprir as obrigações previstas nesta Lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, bem como as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento, normativas do SUAS e Regimento Interno do Serviço Família Acolhedora.

Art. 21. A descrição e competências das demais funções necessárias ao Serviço Família Acolhedora estão contidas no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Xanxerê/SC, Lei nº 1775/91, além de legislações que possam vir a ser criadas e que tenham correlação com o Serviço Família Acolhedora.

CAPÍTULO VII

DA ESTRUTURA E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FAMÍLIA ACO- LHEDORA

Art. 22. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora contará com recursos orçamentários e financeiros alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO VIII

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 23. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela

Coordenação e Equipe Interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo Único. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e aos Conselhos Tutelares e Ministério Público acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude, relatório circunstanciado, sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DO AUXÍLIO-ACOLHIMENTO

Art. 24. O Auxílio-acolhimento é o valor repassado à família acolhedora, correspondente a cada criança ou adolescente sob sua guarda, cujo valor lhe será destinado a partir do primeiro dia que assume a responsabilidade de guarda de criança ou adolescente inserida no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 25. O valor do auxílio-acolhimento será de 1,5 salários mínimos (um salário mínimo e meio), conforme valor do salário mínimo nacional.

Parágrafo Único. A Família Acolhedora constitui trabalho de caráter voluntário, não gerando nenhum vínculo empregatício ou de ordem profissional com o órgão executor do Serviço, contando com o suporte da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS tendo como referência a Gestão da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Art. 26. Havendo necessidade de concessão de benefícios eventuais caberá a análise ao profissional da Equipe Técnica a aplicação da Lei Municipal vigente que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais de Assistência Social no âmbito da Administração Municipal de Xanxerê.

Art. 27. Em caso de acolhimento de mais de uma criança e/ou adolescente pela mesma família, o valor do auxílio-acolhimento será proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes acolhidos.

§ 1º. Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família acolhedora, receberá auxílio-acolhimento proporcional ao tempo de acolhimento.

§ 2º. Nos casos de acolhimento superior a 01 (um) mês, a família acolhedora receberá o auxílio-acolhimento no valor integral, a cada trinta dias de acolhimento.

Art. 28. Os acolhidos que recebam qualquer tipo de Benefício, terão o valor depositado em conta bancária, cujos valores somente poderão ser movimentados e ou utilizados com determinação judicial.

Art. 29. O valor do auxílio-acolhimento será repassado através de depósito em conta bancária, em nome do membro designado no Termo de Guarda.

Art. 30. A Família Acolhedora que tenha recebido o auxílio-acolhimento e não tenha cumprido com as prescrições desta Lei, fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. A Família Acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do município de residência com a criança ou adolescente acolhido, sem a prévia comunicação à Equipe Técnica do Serviço.

Art. 32. Fica o Município de Xanxerê/SC autorizado a celebrar convênios com Estado e União, a fim de desenvolver atividades complementares relativas ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e/ou subsidiar os custos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como para a formação continuada das Equipes Técnicas do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora".

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3260/2010, de 01 de dezembro de 2010.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Junho de 2016

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

LEI 1521/2016

LEI Nº 1521, DE 15 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 10.917,48 (dez mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0063 (CR 104)	
R\$	10.917,48
TOTAL	10.917,48

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0063 (CR 116)	
R\$	10.917,48
TOTAL	10.917,48

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1522/2016

LEI Nº 1522, DE 15 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.01.0002 – (CR 30)	
R\$	12.000,00
TOTAL	12.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
--------------------------------------	--

Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0002 – (CR 28)	
R\$	12.000,00
TOTAL	12.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 062/2016

DECRETO Nº 062/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.521, de 15 de Junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 10.917,48 (dez mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0063 (CR 104)	
R\$	10.917,48
TOTAL	10.917,48

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0063 (CR 116)	
R\$	10.917,48
TOTAL	10.917,48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 063/2016

DECRETO Nº 063/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.522, de 15 de Junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	

Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.01.0002 – (CR 30)	
R\$	12.000,00
TOTAL	12.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde	
Elem. Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.01.0002 – (CR 28)	
R\$	12.000,00
TOTAL	12.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 15 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2016 PMXV - 01 GIARETTA PNEUS LTDA

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Claudi Babinski, e a empresa GIARETTA PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.708.660/0001-96, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Doraci Francisco Giarretta, portador do CPF nº 592.394.259-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município - SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 033/2016 PMXV.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	20,00	RECAPAGEM DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL	470,00
2	30,00	RECAPAGEM DE PNEU LISO 1000 R 20 RADIAL	489,00
3	50,00	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	508,00
4	80,00	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	505,00
5	10,00	RECAPAGEM DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	510,00
6	20,00	RECAPAGEM DE PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 RADIAL	530,00
7	30,00	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	1.160,00
14	15,00	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/30	1.445,00

20	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL	122,00
21	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 1000 R 20 RADIAL	122,00
22	20,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	122,00
23	20,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	122,00
24	5,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	130,00
25	5,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 RADIAL	139,00
26	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	365,00
33	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/30	480,00
39	15,00	CONCERTO DE PNEU LISO 1000 X 20 CONVENCIONAL	27,00
40	15,00	CONCERTO DE PNEU LISO 1000 R 20 RADIAL	30,00
41	30,00	CONCERTO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 CONVENCIONAL	27,00
42	30,00	CONCERTO DE PNEU BORRACHUDO 1000 X 20 RADIAL	30,00
43	10,00	CONCERTO DE PNEU LISO 275/80 X 22.5 RADIAL	34,00
44	10,00	CONCERTO DE PNEU BORRACHUDO 275/80 X 22.5 RADIAL	39,00
45	20,00	CONCERTO DE PNEU 1400 X 24 CONVENCIONAL	80,00
52	15,00	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/30	89,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 13 de junho de 2016.

GIARETTA PNEUS LTDA
Doraci Francisco Giaretta

CLAUDI BABINSKI,
Prefeito Municipal Interino.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 033-2016 PMXV - 02 J. VACHILESKI E CIA LTDA
TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2016 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Interino, Sr. Claudi Babinski, e a empresa J. VACHILESKI E CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.160.869/0001-00, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. Ricardo Bartmer Farias, portador do CPF nº 899.749.990-49, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 033/2016 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível contratação de micro e/ou pequena empresa objetivando a prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município - SC, conforme especificações constantes no Anexo "C" do Pregão Presencial SRP nº 033/2016 PMXV.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO EM R\$
8	50,00	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	1.762,00
9	20,00	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	780,00
10	15,00	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 17.5/25	1.658,00
11	15,00	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	728,00
12	15,00	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5/24	1.616,00
13	20,00	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4/24	768,00
15	10,00	RECAPAGEM DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9/24	935,00
16	10,00	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/34	1.546,00
17	5,00	RECAPAGEM DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1/26	1.851,00
18	30,00	RECAPAGEM DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	293,00
19	30,00	RECAPAGEM DE PNEU LISO 215.75/17.5	325,00
27	20,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	379,00
28	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	243,00
29	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 17.5/25	486,00
30	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	190,00
31	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5/24	486,00
32	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4/24	313,00
34	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9/24	360,00
35	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/34	490,00
36	5,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1/26	560,00
37	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	90,00
38	10,00	VULCANIZAÇÃO DE PNEU LISO 215.75/17.5	91,00
46	35,00	CONCERTO DE PNEU 1400 X 24 RADIAL	86,00
47	15,00	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.5 X 80/18	55,00
48	15,00	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 17.5/25	91,00
49	15,00	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12 X 16.5	58,00
50	15,00	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 19.5/24	91,00

51	15,00	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 12.4/24	53,00
53	15,00	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO RADIAL 14.9/24	65,00
54	15,00	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 18.4/34	91,00
55	10,00	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO RADIAL 23.1/26	108,00
56	15,00	CONCERTO DE PNEU RADIAL 205.75 ARO 16	21,00
57	15,00	CONCERTO DE PNEU LISO 215.75/17.5	30,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 033/2016 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 13 de junho de 2016.

J. VACHILESKI E CIA LTDA Ricardo Bartmer Farias	CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino.
----------------------------------------------------	--------------------------------------------------

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 052/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM - PROCESSO LICITATÓRIO N. 100/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de materiais permanentes e de custeio diversos para melhorias e ampliação da AMPREX, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 16h: 00min do dia 28 de junho de 2016, procedendo à abertura às 16h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA 006

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 078/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 006/2016

O município de xaxim – SC, através do prefeito comunica que foi alterado o ANEXO V e o ANEXO XI do referido edital, que tem por objeto: Outorga de concessão de serviço público, a título oneroso, para a prestação de serviços técnicos de implantação, operação, manutenção e gerenciamento do sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle de uso remunerado das vagas de estacionamentos rotativos em vias e logradouros públicos. O edital retificado encontra-se disponível no site do município de Xaxim no endereço eletrônico www.xaxim.sc.gov.br.

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 23 de junho de 2016 às 15h00min, com entrega dos envelopes até às 14h30min do mesmo dia.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 15 de junho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO 049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 093/2016

PREGÃO nº 049/2016 - TIPO PRESENCIAL – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Xaxim SC, e o Fundo Municipal de Assistência Social, através de seu prefeito municipal, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 alterada pela lei complementar 147/14, Decreto Municipal nº 16/2016, e demais legislações aplicáveis, realizará processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, destinado

ao CREAS, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

2. OBJETO

2.1 Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de 2 (dois) veículos sendo: um veículo com capacidade mínima de 7 (sete) lugares e um veículo com capacidade para 05 (cinco) lugares, para uso junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. 2.2 - O valor máximo não poderá ultrapassar o disposto no anexo I.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1. Não contemplem em seu objeto social o objeto ora licitado;

3.2.2. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

3.2.3. Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;

3.2.4. Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

3.2.5. O disposto no art. 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;

3.2.6. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS e FGTS;

3.2.7. Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.3. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.2. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.3. Abrir as propostas de preços;

4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

4.1.7. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

4.1.8. Declarar o vencedor;

4.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

4.1.10. Elaborar a ata da sessão;

4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

4.1.12. Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

4.1.13. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Setor de Protocolo, conforme endereço, dia e horário especificados

abaixo:

5.1.1. Os envelopes n. 01 – Proposta e n. 02 - Habilitação deverão ser Protocolados no Setor de Protocolo (recepção) do Município, à Rua Rui Barbosa, nº 347, Centro, na cidade de Xaxim, SC, até às 14h00min do dia 17 de junho de 2016.

5.2. Se decidirem entregar os envelopes no próprio dia da abertura, os Proponentes deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Xaxim, com a necessária antecedência em relação ao prazo indicado no subitem 5.1.1, não se aceitando justificativas de atraso na entrega dos envelopes devido a problemas de trânsito, fila no Setor de Protocolo, autenticação de documentos ou de qualquer outra natureza.

5.3. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

MUNICIPIO DE XAXIM PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ DA PROPONENTE	MUNICIPIO DE XAXIM PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016 ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ DA PROPONENTE
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

6.1. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14h30min do dia 17 de junho de 2016 na sala de Reuniões, localizado à Rua Rui Barbosa nº 347, Centro, na cidade de Xaxim SC segundo piso.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos em cópia autenticada, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes, conforme abaixo:

6.0.1 Sócio e/ou Proprietário:

- Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, conforme o caso;
- Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo III;
- Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo IV.
- Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Xaxim. (cópia simples ou original).

6.0.2 Representante:

- Cópia da Carteira de Identidade ou documento;
- Procuração ou Carta de Credenciamento, conforme modelo do Anexo II, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, visando à comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado;
- Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo III;
- Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, conforme o modelo do Anexo IV.
- Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Xaxim. (cópia simples ou original).

7.2. As microempresas e empresas de pequeno porte para se beneficiar da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela lei 147/14, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento:

I - Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, da abertura das propostas.

7.3. Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro, no momento da licitação, em separado dos envelopes de documentação e proposta;

7.4. Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

7.5. As empresas deverão fazer-se presentes através de pessoa devidamente credenciada conforme descrito no item 7.

7.6. É vedado a uma só pessoa física representar mais de uma empresa neste Pregão.

8. PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. As propostas de preços (envelope nº 01) deverão ser entregues impressas, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

- Razão social, endereço, telefone e o CNPJ da proponente;
- Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
- Data;
- Marca do veículo, preço unitário e total por item, grafado em algarismos, com duas casas decimais após a vírgula; em moeda brasileira corrente;
- Prospecto do item proposto.
- A garantia do veículo deverá constar de forma expressa na proposta de preços da licitante, sob pena de desclassificação.

9. DA VALIDADE DA PROPOSTA

- As propostas apresentadas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de seu envio, de acordo com art. 6º da Lei nº 10.520/2002;
- Os prazos de validade da proposta apresentados que, porventura, divirjam do determinado no subitem 9.1 serão desconsiderados, prevalecendo o prazo previsto no subitem acima.

10. DA HABILITAÇÃO

9.1 Habilitação Jurídica;

- Cópia autenticada por tabelião ou funcionário Público neste caso com antecedência da abertura, do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada (desde que conste o objeto social do contrato) registrados na Junta Comercial do Estado ou Registro Comercial para empresa individual e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;
- Declaração de não empregabilidade de menores. (modelo em anexo)
- Declaração de não Parentesco. (modelo em anexo)

9.2 Habilitação Fiscal;

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- Prova de Regularidade com a Secretaria da Receita Federal e a Dívida Ativa da União em conjunto com a certidão do INSS;
- Prova de Regularidade com FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3 Habilitação financeira;

- Declaração de Falência e Concordata.

9.4 NOTAS:

- a) Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação;
- b) As Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a alteração da nova Lei Complementar n. 147/2014).
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014).
- d) As certidões negativas que não possuírem prazo de validade serão consideradas válidas até 60 (sessenta) dias da data de emissão;
- e) Todas as fotocópias deverão estar autenticadas por tabelião ou Funcionário Público, inclusive o contrato social, exceto as negativas e certidão de falência e concordata extraídas pela Internet, e o contrato social registrado na Junta comercial com autenticidade não superior a 12 meses da data de abertura deste certame;
- f) Para os licitantes que decidirem por autenticar suas fotocópias por funcionário público desta municipalidade os mesmos deverão comparecer até 17h00min do dia anterior ao marcado para a abertura da licitação no endereço supra citado.
- g) Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope 02; preferencialmente dispostos ordenadamente;
- h) O documento relativo à prova de regularidade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) poderá estar CONJUNTO com a Certidão de Negativa de Débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União.
- i) Para efetuar o cadastro e obter o Certificado de Registro Cadas- tral (CRC), junto ao setor de cadastros, poderá o licitante enviar os documentos necessários dispostos no site www.xaxim.sc.gov.br por e-mail, por correios ou ainda pessoalmente no endereço supra, telefone do setor responsável 49 - 33538216.

11. SESSÃO DO PREGÃO

11.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta à sessão do pregão, oportunidade em que não mais aceitará novo proponente, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

11.2. Da Classificação das Propostas

11.2.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes que con- têm a proposta Financeira avaliando o cumprimento das condições exigidas no edital.

11.2.2. O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor pre- ço por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valo- res sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

11.2.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que se- jam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

11.2.4. Caso duas ou mais propostas comerciais em igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato públi- co, para definir a ordem de apresentação dos lances.

11.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas nestas Instruções.

11.3. Dos Lances Verbais

11.3.1. As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta financeira classificada de maior valor e os demais lan- ces, em ordem decrescente de valor, podendo o pregoeiro, definir no momento, lances mínimos;

11.3.2. Para a formulação de lances, poderá ser concedido tempo para o atendimento a eventuais necessidades de avaliação e de consulta à empresa pelo seu representante, por meio de telefone ou outros meios disponíveis;

11.3.3. Na hipótese em que houver mais de uma proposta igual, sem que tenha havido oferta de lances verbais, a ordem de classi- ficação dar-se-á mediante novo sorteio a ser realizado, na mesma sessão pública, pelo Pregoeiro;

11.3.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujei- tando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;

11.3.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convo- cado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;

11.3.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a con- formidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a con- tratação;

11.3.7. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, será assegurada às microempresas e às empresas de pequeno, que comprovaram tal situação no credenciamento, como critério de desempate, preferência de contratação desde que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na fase de lances, observado o seguinte procedimento:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classi- ficada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela deten- tora do melhor preço, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a convocação do Pregoeiro, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação na forma do subitem "a", serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte re- manescentes que se enquadrem na hipótese do subitem 11.3.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) A não-contratação nos termos previstos no subitem 11.3.7, en- sejará a adjudicação do objeto licitado em favor da proposta origi- nalmente vencedora;

d) O disposto no subitem 11.3.7 somente será aplicado quando o melhor preço ofertado na fase de lances não houver sido apresen- tado por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.3.8. Aos proponentes vencedores não será necessário o envio de nova proposta readequando os valores de acordo com os lan- ces, tal readequação será feita EXCLUSIVAMENTE pelo sistema uti- lizado por esta Prefeitura.

11.4. Do Julgamento

11.4.1. O critério de julgamento será exclusivamente o de Menor preço por item ofertado.

11.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classi- ficada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a res- peito.

11.4.3. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a con- formidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor esti- mado da contratação.

11.4.4. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a to- dos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

11.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o en- velope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização da documentação, conforme prevê o § 1º e 2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006.

11.4.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

11.4.8. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

11.4.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço.

11.4.10. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes.

11.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados no certame, os envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

12. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO ADMINISTRATIVO

12.1. Até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar este edital, mediante protocolo na Prefeitura Municipal de Xaxim.

12.2. Os recursos/impugnações ao edital também poderão ser encaminhados por correio, desde que atendam ao prazo descrito no item 12.1.

12.3. Não serão aceitos recursos/impugnações ao edital enviado por fax.

12.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.6. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

12.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

12.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

13. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

13.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará a adjudicação e determinará a contratação, no prazo previsto neste edital.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado com até 30 dias úteis após a entrega do bem, mediante a apresentação da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do item, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

14.2. Conforme Protocolo ICMS nº 042, de 03/07/2009, a partir de 1º de abril de 2011, institui a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica em substituição às Notas modelos 1 e 1-A.

14.3. Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

Centro de Custo: 35 – Secretaria de Assistência Social

Órgão de Governo: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 – Fundo Municipal de Assistência Social

Dotação Orçamentária: 51 - 4.4.90.52.48.00.00.00

16. DA VIGÊNCIA DO PROCESSO

16.1. O presente processo será válido até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado caso haja necessidade e acordo entre as partes.

17. DA ENTREGA

17.1. O fornecedor obriga-se a entregar o objeto em que foi declarado vencedor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

17.2. Endereço e local de entrega no pátio da Prefeitura Municipal.

18. DAS OBRIGAÇÕES:

18.1. DA CONTRATADA

O Contratado obriga-se a:

18.1.1. Entregar o veículo de acordo com as especificações do Edital, sendo que o que estiver em desacordo com o exigido não será aceito;

18.1.2. O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade do veículo entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

18.1.3. Fornecer garantia mínima de 01(um) ano sem limite de quilometragem;

18.1.4. Manter conforme orientação da Licitante, o controle de fornecimento;

18.1.5. Observar os prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;

18.1.6. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

18.2. DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

18.2.1 Fiscalizar e controlar a entrega;

18.2.2 Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;

18.2.3 Cumprir as condições de pagamento aqui estabelecidas.

19. DAS PENALIDADES:

19.1 A licitante vencedora terá cinco dias úteis contados a partir do recebimento do aviso para assinatura do contrato.

19.0.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de cinco dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

19.1. O descumprimento total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

19.1.1. Advertência;

19.1.2. Multa:

a) No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto, será aplicável à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 2% do valor contratual;

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura do Município de Xaxim poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

19.2. Suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão, e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município de Xaxim, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

19.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

19.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

20.1. Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre o presente Edital serão prestadas pelo Pregoeiro, na sala de licitações desta Prefeitura Municipal de Xaxim, na Rua Rui Barbosa, 347, Centro, através do e-mail fabricia.paz@xaxim.sc.gov.br ou pelo telefone/fax (49) 3353-8200, informando o número da licitação, nos dias úteis, das 12h30min às 18h30min horas.

21. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO:

21.1. O Município de Xaxim designa como Gestor e Fiscal deste Edital, o Sra. Luciana Marchetti, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

21.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente normal da Prefeitura Municipal de Xaxim, subsequente as ora fixados.

22.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

22.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

22.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

22.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos

conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

22.7. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento.

22.8. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

22.9. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23. DOS ANEXOS

23.1. Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

23.1.1. Anexo I – Termo de Referência e Modelo de Proposta

23.1.2. Anexo II – Carta de Credenciamento;

23.1.3. Anexo III – Modelo Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;

23.1.4. Anexo IV – Modelo Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação.

23.1.5. Anexo V – Modelo de Declaração de empregabilidade de Menores

23.1.6. Anexo VI – Declaração de não Parentesco

23.1.7. Anexo VII – Minuta de Contrato

Xaxim SC, 03 de junho de 2016.

IDACIR ANTÔNIO ORSO

Prefeito Municipal

LUÍS ANTONIO CIPRIANI

Subprocurador-Geral - OAB/SC – 35.698

Nos termos do artigo 38 parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, o presente edital foi examinado e aprovado, por atender aos requisitos Legais, pela Assessoria Jurídica do Município de Xaxim.

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos veículos abaixo descrito, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n. 049/2016 acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item 01

Veículo tipo Mini Van motor 1.8/Van, zero Km, fabricação Nacional, ano 2016 modelo 2017, na cor branca, com no mínimo 07 (sete) passageiros incluindo o motorista, mínimo 04 portas, banco traseiro rebatível, airbag duplo e ABS, rádio AM/FM, entrada USB e auxiliar, conexão bluetooth, com auto falantes nas 4 portas, retrovisores e para-choques na cor do carro, computador de bordo e banco traseiro rebatível, volante com regulagem de altura, sensor de estacionamento traseiro, alarme anti furto, faróis de neblina, motor flex e ou a Diesel, no mínimo com 1.360 cilindradas, injeção eletrônica, potência mínima de 108CV, caixa de câmbio de 05 marchas a frente e uma a ré, ar-condicionado original de fábrica, direção hidráulica, vidros dianteiros elétricos e travas elétricas em todas as portas, rodas de aço estampado de 5,5X15 com pneus a

partir de 175/70R14, cintos de segurança dianteiros retráteis de 03 pontos com regulagem de altura, tanque de combustíveis com capacidade mínima de 53 litros, protetor de Câter, tapetes de borracha, macaco, chave de rodas, e demais equipamentos exigidos por lei. Garantia Mínima de 01 (um) ano sem limite de quilometragem.

Valor Máximo 70.250,00

Item 02

Veículo zero Km com motor mínimo de 1.4, ano de fabricação mínima 2016 e Modelo 2017, fabricação nacional, na cor branca, capacidade mínima de 05 (cinco) lugares, motor potência mínima de 98 cv (gasolina) / 104cv (etanol), combustível bicomustível, direção hidráulica, ar condicionado, travas elétricas das portas e porta malas, com quatro portas laterais e uma porta traseira (porta malas), banco do motorista com regulagem em altura, alarme anti furto, coluna de direção com regulagem em altura, air bag duplo frontal e freios ABS com EBD, rodas de liga leve, pneus radiais a partir de 175/70 R14, computador de bordo, faróis de neblina, espelhos retrovisores externos na cor do veículo, vidros elétricos, sistema anti esmagamento com abertura automática pela chave, comprimento do veículo de no mínimo 4.215 mm, entre eixos de no mínimo 2.465 mm, rádio AM/FM, entrada USB e auxiliar, conexão bluetooth, auto falante nas 4 portas, sensor de estacionamento, tanque de combustível capacidade mínima 54 L. Protetor de Câter, tapetes de borracha, e demais equipamentos exigidos por lei. Garantia Mínima de 01 (um) ano sem limite de quilometragem.

Valor máximo 43.738,33

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que o(s) item(ns) ofertado atende a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____

DATA:

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

A PROPOSTA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE PROSPECTO DO VEÍCULO.

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO
Pregão Presencial nº /2016

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de _____, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances,

negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data

Assinatura e Carimbo

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Presencial nº /2016

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº. _____, _____, sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2016.

(nome e identidade do representante legal)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Xaxim SC

Pregão Presencial nº /2016

O signatário da presente, em nome da proponente _____, declara para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Local, _____ de _____ de 2016.

(carimbo, nome e assinatura do responsável legal)
(carteira de identidade número e órgão emissor)

Anexo V

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES
Pregão Presencial nº /2016

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº. _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2016.

.....
Nome e carimbo do representante legal da empresa

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO PARA HABILITAÇÃO EM LICITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

Pregão Presencial nº /2016

Eu, _____ declaro para os devidos fins de direito e a quem mais possa interessar especialmente para a Prefeitura Municipal de Xaxim, que para habilitação nos certames públicos e celebração de contrato, de que dentre os sócios, formais ou informais, da empresa _____ não há parentes, até o segundo grau, conforme art. 92 da Lei Orgânica Municipal e suas alterações Atualizadas.

A presente declaração é a expressão da verdade, não podendo ser rasurada nem emendada sob pena de anulação. Nada Mais.

Xaxim, _____

Declarante.

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº O Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rui Barbosa, 347, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Idacir Antônio Orso, brasileiro, casado, Empresário, portador do CPF/MF, Carteira de Identidade n a seguir denominado CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa, Pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ n., com sede na, n., na cidade de., Estado de., neste ato representado pelo Sr., brasileiro,, Portador da Cédula de Identidade n., com CPF n., residente e domiciliado na cidade de, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a aquisição de 2 (dois) veículos sendo: um veículo com capacidade mínima de 7 (sete) lugares e um veículo com capacidade para 05 (cinco) lugares, para uso junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme segue

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatório, edital de licitação Pregão n. 049/2016, Processo Licitatório n.093 especificações, e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie, enfim, todos os documentos que fazem parte da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado com até 30 dias úteis após a entrega do bem, mediante a apresentação da nota fiscal que deverá conter todas as especificações do item, devidamente atestada pela Secretaria responsável.

II - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.

III - O valor a ser pago é de R\$ (.....), denominado daqui por diante de valor contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado obriga-se a:

I - Entregar o veículo de acordo com as especificações do Edital,

sendo que o que estiver em desacordo com o exigido não será aceito;

II - O fornecedor responsabilizar-se-á pela qualidade do veículo entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado;

III - Fornecer garantia mínima de 01(um) ano sem limite de quilometragem;

IV - Manter conforme orientação da Licitante, o controle de fornecimento;

V - Observar os prazos estabelecidos neste edital, para entrega e validade da proposta;

VI - Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

I - Fiscalizar e controlar a entrega do bem;

II - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas;

III - Cumprir as condições de pagamento aqui estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO

I - O prazo para a entrega do veículo é de 15 dias contados a partir do recebimento da solicitação de fornecimento.

II - O presente processo será válido até 31/12/2016, podendo ser prorrogado caso haja necessidade e acordo entre as partes.

CLÁUSULA SETIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta dos itens orçamentários do município a seguir:

Centro de Custo: 35 - Secretaria de Assistência Social

Órgão de Governo: 16 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Dotação Orçamentária: 51 - 4.4.90.52.48.00.00.00

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº. 8.666/93 e alterações consolidadas.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de Xaxim - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente Contrato. E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Contratante Contratada

Luís Antônio Cipriani

Subprocurador-Geral - OAB/SC - 35.698

Testemunhas: _____

Associações

AMAI

CONTRATO 02.2016 ANDRADE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0002/2016

EDITAL Nº 0006/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2016

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor IVANDRE BOCALON, Prefeito municipal de Passos Maia, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 1.510,145, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, com sede a Avenida Beira Rio, 333, centro de Herval do Oeste, neste ato representada pelo Sr. JUCENEI SILVA DE ANDRADE, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade Nº 2.142.922 e inscrito no CPF sob o nº 461.629.179-91, domiciliado na cidade de Joaçaba, SC, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo, firmam o presente, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Têm por objeto este contrato, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE ADMINISTRATIVA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI - INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, através de fornecedor selecionado na EDITAL 0006/2016 - Tomada de Preço 0002/2016, do tipo menor preço global, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Subcláusula Primeira - A execução dos serviços do objeto acima contratado será efetuada de acordo com os memoriais descritivos e projetos, mediante requisição emitida pelo departamento responsável.

Subcláusula Segunda - Faz parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, as peças constantes da Edital 0006/2016 - Tomada de Preço nº 0002/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

O presente Contrato terá sua vigência a partir da assinatura contratual, vigorando até 31 de Dezembro de 2016, e será de acordo com o Cronograma Físico Geral, podendo ser prorrogado caso os serviços não tenham sido concluídos, mediante ofício devidamente justificado pelo setor de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS:

Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de R\$ 377.138,93 (Trezentos e setenta e sete mil, cento e trinta e oito reais e noventa e três centavos), condicionado aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

Subcláusula Primeira. Os preços são fixos, podendo ocorrer o reajuste somente diante de fato superveniente e devidamente justificado, desde que, aprovados pelo setor de engenharia.

CLAUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS E DAS CONDIÇÕES:

Para liberação dos pagamentos da prestação dos serviços contratados, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou indireta na execução dos serviços contratados, comprovado através da ficha de registro;

deverá anexar também a GFIP - Guia de FGTS e Informações a Previdência Social, contendo a relação dos empregados com prova de recolhimento de todos os encargos; cópia dos cartões de controle do horário de trabalho; e prova de pagamento dos salários dos empregados.

Subcláusula primeira. O pagamento será efetuado de acordo com as medições da obra, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas no Edital ou no instrumento Contratual, sendo liberado em até 10 dias após as medições e respectivas emissões das notas fiscais correspondentes e entregues ao setor competente.

Subcláusula segunda- A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Serviços prestados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
 - b) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Edital 0006/2016 - Tomada de Preços 0002/2016.
- CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA será responsável:

- a) Pela execução dos serviços contratados;
- b) Pelo fornecimento de todos os materiais necessários para a execução e instalação do objeto contratado;
- c) Permitir que os engenheiros da AMAI inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- d) Formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, bem como assumir as responsabilidades decorrentes de transportes, alimentação, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e as obrigações sociais para a manutenção de seus empregados ou prepostos;
- e) Pela fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pela Contratante;
- f) Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na entrega dos bens contratados;
- g) Providenciar as custas e fornecimento da placa indicativa da obra, bem como aprovação pelos poderes ou companhias concessionárias de serviços públicos quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;
- h) Manter em local visível ao público, a placa de identificação da obra;
- i) Serão de inteira responsabilidade da Contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços prestados do objeto deste Contrato, ficando ainda a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- j) Manter o isolamento do local durante a execução da obra;
- k) Por apresentar:
 1. No momento da assinatura do Contrato:
 - 1.1. Orçamento, cronograma e projeto em meio digital
 2. Para liberação da ordem de Serviço:
 - 2.2. ART de Execução;
 3. Para a liberação dos pagamentos:
 - 3.2. Diário de obra;
 - 3.3. CND;
 - 3.4. Alvará de Habite-se;
 - 3.5. Relação dos empregados que trabalharam de forma direta ou

indireta na execução dos serviços, comprovado através da ficha de registro;

3.6. GFIP;

4. Antes do pagamento da última medição, após concluído o objeto contratual, deverá a empresa contratada apresentar a CND da obra.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

O CONTRATANTE será responsável:

- a) Pela fiscalização desde o início até o recebimento definitivo dos serviços que serão prestados;
- b) Pelo cumprimento na forma e nas condições de pagamento estabelecidas neste contrato;
- c) Pelo esclarecimento das dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO, DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS PENALIDADES:

A inexecução total ou parcial do Contrato por parte da CONTRATADA enseja a sua rescisão, podendo ela ocorrer de forma amigável. Acaso não ocorra a rescisão amigável, ficará sujeita a CONTRATADA as seguintes consequências contratuais:

- a) Devolução do valor por ela recebido, devidamente corrigidos em 1% ao mês, somados ainda a multa correspondente a 50%(cinquenta por cento) do valor total do contrato;
- b) Perda dos materiais e serviços já executados em favor da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO:

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado, mediante acordo das partes, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO:

Fica Eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriunda do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Xanxerê, em 23 de maio de 2016.

IVANDRE BOCALON Presidente AMAI	ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA Jucenei Silva de Andrade
CONTRATANTE	
TESTEMUNHAS	CONTRATADA
Ingrid Aline Piovesan CPF: 025.196.689-54	Ricardo Conte CPF: 017.528.919-02

Consórcios

AGIR

ATA Nº 034 DE 25.04.2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pelo Decreto nº 015/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 25 de abril, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Auditório da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório Ouvidoria;
- 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 – Proposta de Resolução Normativa para a Ouvidoria e Indicadores;
- 5 – Relatório Anual de Atividades 2015;
- 6 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 01 de abril de 2016.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Decreto nº 015/2016)

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pelo Decreto nº 015/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO ORDINÁRIA que se realizará no dia 04 de julho, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Auditório da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Relatório Ouvidoria;
- 3 – Relatório Procedimentos Administrativos e Técnicos;
- 4 – Proposta de Resolução Normativa de Reajustes e Revisões Tarifárias;
- 5 – Proposta de Resolução Normativa de Indicadores;
- 6 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 14 de junho de 2016.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Resolução nº 025/2016)

ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2016 - INEXIGIBILIDADE 015/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 55/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 15/2016

OBJETO: Assinatura anual do jornal Valor Econômico.

CONTRATADO: VALOR ECONOMICO S.A.

CNPJ nº 03.687.592/0001-50.

VALOR: R\$ 843,60 (oitocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 15 de junho de 2016.

ADIR FACCIO
Diretor geral da ARIS

CIGA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho de Administração do CIGA para a reunião ordinária, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC.

Data: 04 de julho de 2016 (segunda-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 10h00min

Local: Sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

Ordem do dia:

- Tramitação na ALESC da Proposta de Emenda à Constituição Estadual - PEC/0006.4/2010, que trata da publicação oficial dos municípios;
- Atualização acerca do andamento das atividades do CIGA;
- Deliberação sobre o projeto do Simples Nacional com a Associação dos Municípios do Espírito Santo - AMUNES;
- Deliberação sobre convênio com o Instituto Técnico Educacional, Cultural, Esportivo, Recreativo e Assistencial – ITEC;
- Deliberação sobre a aquisição de novas salas para o CIGA;
- Ratificação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA;
- Deliberação e aprovação ad referendum da Assembleia Geral do Orçamento do CIGA para o exercício de 2017;
- Assuntos diversos.

Informamos que nesta mesma data, às 14h00min, ocorrerá a Assembleia Geral Extraordinária da FECAM comemorativa aos seus 36 anos, com solenidade de concessão do Diploma de Mérito Municipalista ao Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM e ao 1º Presidente da FECAM.

Florianópolis, 14 de junho de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

CIS/AMMVI**CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - 23/06/2016**

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 23 de junho de 2016, às 14h00min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 14:30min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Vale dos Ventos (Região dos Lagos – Lago Rio Bonito/Palmeiras, Rua Bracatinga, 850, Bairro Rio Bonito), em Rio dos Cedros – SC.

ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da Ata anterior;
2. 1ª parcela do 13º salário;
3. Contratos de prestação de serviços;
4. Aquisição de medicamentos;
4. Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 15 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI